

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

ESTUDOS DOS SÉCULO

XX

número 11 • 2011

FUNDADOR

Luís Reis Torgal

DIRECTORA

Maria Manuela Tavares Ribeiro

COORDENADOR

Luís Reis Torgal

SECRETÁRIA

Isabel Nobre Vargues

CONSELHO EDITORIAL

António Sampaio da Nóvoa – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. de Lisboa

António Pedro Pita – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Didier Francfort – Université Nancy 2

Eloy Fernández Clemente – Universidad de Zaragoza

Estevão Chaves de Rezende Martins – Universidade de Brasília

Isabel Nobre Vargues – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Paulo Avelãs Nunes – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

João Rui Pita – Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

Juan Antonio Rodríguez Sánchez – Universidad de Salamanca

Luís Reis Torgal – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Maria Emília da Costa Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Maria Manuela Tavares Ribeiro – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Mariano Esteban de Vega – Universidad de Salamanca

Mário Mesquita – Conselho Executivo da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

AVALIADORES EXTERNOS

Ariane Landuyt – Università degli Studi di Siena

Bernard Vincent – École des Hautes Études en Sciences Sociales – Paris

Francisco Falcon – Universidade Salgado de Oliveira – Rio de Janeiro

Hipólito de la Torre Gómez – UNED-Madrid

Richard Robinson – University of Birmingham

REDACÇÃO

Investigadores e Colaboradores do CEIS20

A Revista *Estudos do Século XX* é uma Revista com arbitragem científica.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Isabel Maria Luciano

Marlene Taveira

PROPRIEDADE E SEDE DA REDACÇÃO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, nº 33

3000-186 Coimbra

Telefone: + 351 239 708 870

Fax: + 351 239 708 871

E-mail: ceis20@ci.uc.pt

URL: <http://www.ceis20.uc.pt>

fazer história contemporânea

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 11 • 2011

Ficha Técnica

Edição e Assinaturas

Imprensa da Universidade de Coimbra
Rua da Ilha, n.º 1
3000-214 Coimbra

E-mail: imprensauc@ci.uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc

Design
António Barros

Paginação
António Resende

Infografia da Capa
Carlos Costa
Imprensa da Universidade de Coimbra

Impressão e Acabamento
Artipol - Artes Tipográficas, Lda.

Preço deste Número
25 euros

Periodicidade
Anual

Assinaturas
Portugal 20 euros
(Estudantes 17.50 euros)

ISSN 1645-3530

Depósito Legal 252201/06

Esta revista encontra-se indexada e catalogada na Latindex (www.latindex.unam.mx) e na International Bibliography of the Social Sciences (www.lse.ac.uk/collections/IBSS/).

A responsabilidade dos textos é dos autores.

Apoio do Programa Operacional Ciência, Tecnologia, Inovação do Quadro Comunitário de Apoio III.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal



ESTUDOS DO SÉCULO

XX

fazer história contemporânea

Temas, métodos e problemas

Em homenagem ao Professor
Luís Miguel Oliveira Andrade

Índice

Nota de Apresentação.....	9
Alberto Pena , <i>La propaganda de la historia: La relación entre la Historia y la Comunicación en el entorno ibérico contemporáneo</i>	15
Cécile Gonçalves , <i>Qu'est-ce que l'histoire du temps présent? Tentative de définition</i>	29
Alexandra Silva , <i>Fazer história do tempo presente em Portugal: Os anos oitenta</i>	41
António Manuel Nunes , <i>Arquivos sonoros, realidade proto-emergente em Portugal?</i>	53
António Gomes Ferreira e Luís Mota , <i>Memória(s) 30 anos depois. (Entre)vistas a pretexto da formação de professores no PREC</i>	69
Francisco Pinheiro , <i>Fazer História do Desporto: Paradigmas e problemáticas</i>	87
Nuno Pinheiro , <i>Fotografia e História Social: Utilização da fotografia como fonte para a História</i>	105
Helois Paulo , <i>Recordar é viver? Os problemas da memória e a memória como um problema para o historiador</i>	121
Isabel Nogueira , <i>Cinema e pintura: Imagem cinematográfica e expressão plástica</i>	137
Fernando Tavares Pimenta , <i>Descolonização Portuguesa: Estado da Arte, Problemáticas e Fontes</i>	151
Luís Miguel Correia , <i>A construção da “identidade” do território a partir dos monumentos: O lugar do contemporâneo</i>	167
Isabel Baltazar , <i>Pensar a História da Europa. Reflexões sobre a construção europeia de um destino comum</i>	201
Miguel Dias Santos , <i>As ditaduras na história política contemporânea: Contributos para um debate</i>	223
Paulo Archer de Carvalho , <i>Para uma perspectiva da historiografia da cultura (1916-1958). Joaquim de Carvalho: Metodologia e epistemologia (I)</i>	245

Júlio Joaquim Rodrigues da Silva, <i>História e historiografia em Júlio Dantas</i>	261
Angela de Castro Gomes, “A Grande Aliança” de Ana Castro Osório: <i>Um projeto político-pedagógico fracassado</i>	281
Victor Barros, <i>Império, colonialismo e pós-colonialismo: os jardins da memória e as melancolias da crítica histórica contemporânea</i>	301
Maria Adriana Sousa Carvalho, <i>Na procura de novos temas de História Contemporânea: os “Sokols” ou Falcões Portugueses de Cabo Verde (1936-1939)</i>	319
Carmen Ponte, <i>História e memória: o caso das “aparições” de Água de Pau em 1918</i>	335
Ángel Rodríguez Gallardo e María Victoria Martins Rodríguez, <i>Prisiones políticas, identidades femeninas y vida cotidiana</i>	355
Pedro Fonseca, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, <i>O evolucionismo no século XX: traços gerais e perspectivas historiográficas</i>	373
Manuel Correia, <i>Biografia, processo e contexto: uma revisitação de Egas Moniz</i>	389
Wilton Carlos Lima da Silva, <i>Vidas exemplares após o Estado Novo: a biografia na historiografia em Portugal depois de 1974</i>	407
<i>In Memoriam</i> Professor Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011).....	423
RECENSÕES CRÍTICAS E NOTAS DE LEITURA.....	429
CEIS20 – ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADES.....	467
RESUMOS / ABSTRACTS / RÉSUMÉS	493

Nota de Apresentação

Luís Reis Torgal

Fazer História, na sua versão portuguesa de 1981, ou *Faire de l'Histoire*, na versão original francesa de 1974, obra dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, foi o título que inspirou este número da revista, como tem inspirado outros livros de história (como *Faire de l'histoire orale dans une ville africaine*, do congolês Donatien Dibwe Dia Mwembu, publicada em Paris, em 2008). Não temos dúvidas em dizer que a influência francesa foi determinante nas nossas gerações, embora essa influência não excluísse uma reflexão crítica sobre uma espécie de “imperialismo” que exercia então essa historiografia. Procurava-se “fazer história” sobre novos temas com novas metodologias, mas sem cair no modismo que destrói a originalidade e engana o leitor.

A interdisciplinaridade que caracteriza este Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, a que começámos a chamar tão-só CEIS20, e a sua revista, *Estudos do Século XX*, fundada em 2001, justamente quando um novo século começava, exigia uma reflexão sobre o que é “fazer história” da época contemporânea. É uma reflexão complexa e nunca esgotada. E se comporta questões teóricas que devem ser debatidas, supõe igualmente a *prática*, o acto de “fazer história” sobre (novos e velhos) temas de história contemporânea.

Já lá vai, felizmente, o tempo em que se considerava que a história contemporânea, sobretudo do século XX, significava “fazer jornalismo (histórico)”. “Contemporâneo” é, aliás, um dos conceitos mais discutíveis das categorias históricas, assim como são, de resto, todas as categorias cronológicas, sobretudo a “Idade Média” que, como se sabe, surgiu de uma noção “ideológica” (como diríamos hoje) nascida no Renascimento. Todavia, por mais que historiadores e pedagogos tenham querido substituir estes conceitos, como sucedeu, em Portugal, na reforma nacional do currículo do curso de História de 1978, em que as designações tradicionais deram lugar a uma divisão cronológica por séculos, o certo é que, teimosamente, voltámos e voltaremos sempre a essa nomenclatura de... “Antiguidade”, “Idade Média”, “Época Moderna”, “Época Contemporânea”. E sempre se diz que a Época Contemporânea se iniciou com a Revolução Francesa de 1789 ou, mais genericamente e sem dúvida com maior correcção, com as revoluções liberais. Trata-se afinal de uma visão iluminista, liberal, racionalista e “progressista” do “contemporâneo”, como se houvesse um curso histórico de “progresso” a percorrer, esquecendo que o século XX, apesar do desenvolvimento científico e tecnológico alcançado, sentiu no corpo e na alma duas guerras mundiais, conheceu o peso repressivo de Estados autoritários e totalitários de toda a espécie, viu formar ideais e cair ideais, assistiu a novas “guerras de religião” e do capitalismo, de novo à exploração do trabalhador e à sua perda de direitos por que lutou e a uma “crise anunciada”, económica, social e cultural, que se abateu com mais força neste início do século XXI. Mas o conceito de “contemporâneo” é mesmo contraditório na sua significação etimológica, pois “contemporâneo” significa “que é do mesmo tempo”, “que vive na mesma época”, ou seja, tudo é afinal contemporâneo, pois vários acontecimentos ou pessoas são coetâneas. Adoptar esta terminologia é, pois, dar azo a todo um conjunto de interrogações, que se tornam cada vez mais problemáticas à medida que se vão questionando as formas de “fazer história” sobre vários temas.

A historiografia do “contemporâneo” em Portugal começou com o estudo do século XIX, já no século XIX, como se pode ver na historiografia e na historiosofia ideológica, por exemplo, de José de Arriaga, Luz Soriano ou Oliveira Martins (autor

precisamente de um livro chamado *Portugal Contemporâneo*, 1881). Mas os exageros metodológicos e outras ideologias afastaram os historiadores da história do século XIX, já para não falar da história do século XX. Ela só ressurgiria verdadeiramente, pela via extra-universitária e universitária, nos anos sessenta do século passado, com uma lógica, expressa ou implícita, de “oposição” à ditadura. Por sua vez, a historiografia sobre o século XX, embora sempre presente no que diz respeito à história da República ou das suas origens (data de 1930 a ideologicamente republicana *História do Regimen Republicano*, coordenada por Luís de Montalvor), só apareceria, sobretudo no que ao Estado Novo dizia respeito, a partir dos anos setenta.

Hoje a historiografia da “época contemporânea” aborda todos os períodos e serve-se de todas as fontes, apesar dos abusos que por vezes comete ao confundir o que se chama “história oral” (inexistente como categoria do saber) com fontes orais, que devem ser usadas pelo historiador com todos os cuidados que qualquer outra fonte exige e pelos antropólogos como elemento fundamental para a elaboração da sua ciência; ao confundir História com Memória, que deve ser preservada e tratada como documento fundamental para o historiador “fazer história”; ao confundir reportagem do tempo presente (que afinal nunca é presente), com a “história do tempo presente”, que poderá resultar de uma análise de historiador, com os seus instrumentos metodológicos adaptados a fontes *sui generis* de informação.

Neste volume encontraremos, pois, alguns artigos que abordam questões teóricas e metodológicas sobre pontos aqui referidos, como o significado da memória, da “história do tempo presente”, ou o sentido das relações entre história e comunicação ou a importância dos arquivos sonoros, ou o significado de conceitos usados normalmente na história contemporânea, por vezes sem precisão. Mas também nos vamos deparar com os mais variados temas de história contemporânea do século XX, desde o desporto, a fotografia e o cinema à reflexão sobre questões da colonização e da descolonização, ao significado de instituições de educação e de educação política, à religiosidade, a teorias científicas, ao sentido das biografias em história ou mesmo a reflexões sobre personalidades representativas da história de Portugal contemporâneo. Alguns artigos constituem discursos interpretativos sobre o “estado da arte”, outros têm um sentido de divulgação de matérias pouco conhecidas ou pouco faladas, alguns são ensaios inacabados sobre temas que merecem aprofundamentos ou a continuação de estudos que os autores irão prosseguir... Enfim, são *artigos de revista* e não obras de fundo, que merecem ser lidos e criticados. São contributos, mais ou menos simples ou complexos, para “fazer história contemporânea”.

Este volume da revista *Estudos do Século XX* foi coordenado em nome do grupo de pesquisa “Arquivo da Memória e História do Século XX”, a que o Doutor Luís Oliveira Andrade, professor da Universidade de Aveiro, pertencia. Ele próprio colaborou na coordenação do volume 3, de 2003, desta revista, sobre o tema “Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais”. Não se trata de um número feito propositadamente para homenagear o colega que nos deixou num dia de Março de 2005, embora esteja sempre presente na nossa memória. Se assim fosse, teria outros colaboradores, pois só alguns dos que aqui escreveram conviveram com ele como colega e investigador do

CEIS20. No entanto, quando terminámos a sua organização, propusemos, em várias reuniões, que dedicássemos este volume ao colega sobre o qual se escreveu um *In Memoriam* no volume 5, de 2005. Em todas as sessões obtive, como era de esperar, um voto unânime. O Doutor Luís Miguel Oliveira Andrade não era apenas um colega de todos nós – era um verdadeiro Amigo.

Coimbra, 13 de Junho de 2011

Luís Reis Torgal

La Propaganda de la Historia
La relación entre la Historia y la Comunicación
en el entorno ibérico contemporáneo

Alberto Pena

Alberto Pena, Doutor Europeu pela Universidade Complutense de Madrid. Professor Agregado da Faculdade de Ciências Sociais e da Comunicação da Universidade de Vigo.

Los periodistas y todos los actores que participan en la producción de noticias, en el desempeño de su función de cronistas no oficiales de la realidad contemporánea, trascienden su propio ejercicio profesional creando informaciones que influyen en el devenir histórico y pueden alterar los acontecimientos. Los historiadores, que trabajan con el peso que deja el tiempo sobre los hechos del pasado, construyen, en cambio, sus relatos históricos con la materia prima de las fuentes documentales, pero su percepción científica, en cierto modo, está conectada con la dimensión mediática de la realidad que sustenta el periodismo y, de modo muy particular, la propaganda, cuya retórica persuasiva permeabiliza toda la comunicación pública de los diferentes emisores de mensajes. Los hechos históricos son “sagrados”; pero los relatos informativos de los medios de comunicación públicos o privados están filtrados por la propaganda, que ha intervenido en todos los procesos históricos del siglo XX.

1. La Historia y la comunicación de la Historia

¿Qué es la Historia? ¿Cómo se define la Historia? ¿Cuáles son los límites de la Historia? ¿Quién nos cuenta la Historia? ¿Qué fuentes son las más apropiadas para conocer la Historia? ¿Es la Historia permeable a todos los campos de conocimiento...? Las preguntas que aquí puedan plantearse acerca de la esencia académica de la Historia y sus dimensiones científicas tienen siempre respuestas que nunca serán definitivas. La Historia de la Historia es tan compleja como cualquiera de las otras disciplinas que abarquen el estudio científico del devenir histórico.¹ Son numerosas las referencias bibliográficas que nos ilustran sobre el fondo y la forma, el abordaje y el método, el rigor y la idiosincrasia necesarias para adentrarnos en la investigación de cualquier faceta histórica: tanto en sus contenidos como en su estructura, tanto en su organización cronológica o temporal como en su marco territorial, tanto en los aspectos humanos como institucionales, tanto en su estilo narrativo como en su concepción creativa.

Las fuentes son las que determinan en último término la manera de narrar la Historia, de entrelazar los hechos a partir de los datos que aportan los documentos que sirven para comprender cada uno de los fenómenos históricos a los que cada historiador se enfrenta. Pero la Historia está sujeta también a los condicionantes de carácter ideológico, a los procesos de carácter sociológico y al oportunismo científico de cada época histórica. La verdad histórica no existe; los descubrimientos acerca de determinados acontecimientos históricos son aproximaciones, radiografías más o menos desenfocadas que pueden estar sujetas a revisiones posteriores. Lo que sí existe, y es imprescindible reivindicar, es el rigor histórico basado en el principio de veracidad, es decir: que el historiador narre los hechos que investiga con la honestidad y neutralidad necesaria para fundamentar con la suficiente solvencia sus conclusiones.

No debe olvidarse que la Historia como disciplina ha sido y sigue siendo utilizada para difundir la propaganda de determinados movimientos políticos, religiosos o regímenes que intentan construir una nueva mitología basada en la interpretación de los hechos

¹ CARR, Edward H. - *¿Qué es la Historia?*. Edición definitiva. Barcelona: Ariel, 1987. 258 p. ISBN 84-344-1001-X.

históricos que encaje en su proyecto doctrinario, en una reformulación interesada de los acontecimientos históricos. En el siglo XX esta ha sido una constante, especialmente en los modelos políticos de cuño fascista, que construyeron una Historia adaptada a sus presupuestos ideológicos para narrar el pasado a partir de una concepción ultranacionalista y mesiánica, moralizante y conservadora, uniformizadora y patriótica, que anestesiaron las conciencias de algunas sociedades europeas. La educación, la educación pública, fue un instrumento estratégico para modelar y modular el pensamiento con un sentido propagandístico que pervirtió completamente la formación humanística de los ciudadanos. Es por ello importante tener en cuenta que la instrucción educativa de la Historia es, para los regímenes políticos, incluyendo las sociedades democráticas, un asunto de Estado que preocupa no solamente a las instituciones educativas, sino también a las estructuras políticas, que instrumentalizan con frecuencia este campo del conocimiento para adecuarlo a los moldes del ideario político de cada gobierno y su estrategia de cohesión social alrededor de su modelo de Estado.

Actualmente, en la España democrática del siglo XXI, la enseñanza de la Historia es un asunto extremadamente polémico, que ha creado un debate público de gran repercusión en los medios de comunicación. En la educación primaria y secundaria las comunidades autónomas discrepan sobre los contenidos educativos que el Ministerio de Educación de España aprueba para todas ellas. En particular, las denominadas por la Constitución española como “nacionalidades históricas” (Galicia, Cataluña y País Vasco) muestran en ocasiones su desacuerdo con aspectos de la Historia que refieren los manuales académicos, en los que algunos políticos nacionalistas gallegos, catalanes y vascos observan una visión centralista, españolista, que obvia la existencia de otras realidades históricas que son minimizadas o simplemente omitidas. Algunos partidos consideran que los episodios históricos que narran los manuales de Historia de España no son plurales y contribuyen a crear una mitología nacional *española* que prescinde de los valores, tradiciones y circunstancias históricas relevantes en los diferentes territorios del Estado. Esto ha llevado a algunos gobiernos autonómicos con competencias educativas a introducir cambios que favorecen la enseñanza de la Historia desde una perspectiva alternativa, que se circunscribe a su propio territorio y que presta mayor atención a los acontecimientos históricos de la región o país.

Fuera del entorno ibérico, se podría citar el caso de Francia. Recientemente, el proyecto del presidente francés Nicolás Sarkozy de crear un Museo de Historia ha provocado un encendido debate, en el que varios científicos franceses de prestigio se han posicionado contra la iniciativa presidencial, que calificaron como un proyecto político “nostálgico” y de exaltación identitaria.

La estructura del Estado y su configuración territorial es, por tanto, definitiva para la narración de la Historia. La Historia pública, en buena medida, es la Historia oficial de una nación, y está sujeta a sus fronteras territoriales; y la Historia del Mundo que se enseña en cada país está determinada por su propio etnocentrismo nacional. La Historia no oficial, no la privada sino la Historia que hacen aquellos historiadores que en las sociedades democráticas publican sus investigaciones (orientadas en muchos casos en función del oportunismo científico), es una Historia más abierta, más diversa, más poliédrica... Pero cuya influencia social es menor, porque la Historia científica carece de popularidad y adolece de una cierta endogamia, pues el perfil genérico de

sus lectores es académico o, en su caso, relacionado con un segmento intelectual de la sociedad.

Es cierto que las obras científicas que revelan algunos aspectos de la Historia sensacionales o que aportan descubrimientos relevantes para la Historia de un pueblo o de un país pueden tener repercusión mediática y generar interés público. No obstante, el interés popular por las noticias que se refieren a investigaciones de carácter histórico pueden instruir, pero sobre todo informan o, incluso a veces, son parte de un programa de entretenimiento. Y en ocasiones el impacto informativo y el consecuente interés social de un libro de Historia lo protagonizan autores que no son más que divulgadores históricos que realizan su trabajo siguiendo generalmente una estrategia comercial, lo que perturba el *verdadero* conocimiento de los acontecimientos históricos. Entre los divulgadores, además, existen casos notorios de autores que desarrollan su trabajo no sólo con un claro afán mercantilista, sino también propagandístico. Los falsos historiadores que revisan la Historia de acuerdo con sus prejuicios y que proyectan su propia ideología revestidos de una engañosa vitola de prestigio intelectual, cuyas publicaciones precisamente por el carácter arriesgado y atrevido de sus afirmaciones, así como por la agitación comercial, suelen gozar de gran popularidad mediática, resultan muy nocivos para la construcción y la difusión de la Historia, que requiere también distancia, objetividad y serenidad.

Tanto en España como en Portugal non son pocos los falsos historiadores que están revisando con gran éxito comercial y notoriedad social la Historia del siglo XX. Se podrían mencionar y analizar muchos casos sintomáticos, pero no es el propósito de este artículo detenerse en este aspecto para hacer una revisión de los autores y obras que acaparan espacios relevantes en medios de comunicación con contenidos que ofrecen versiones de la Historia sesgadas e interesadas. En el caso español el ejemplo más paradigmático quizás sea el de Pío Moa, un prolífico escritor de convicciones antidemocráticas que ha publicado en los últimos años innumerables títulos que ofrecen una visión benévola sobre el franquismo español con una metodología histórica que recurre profusamente a mitos y datos sin documentar.

2. La Propaganda como agente de cambio en la historia ibérica

El siglo XX ha sido una etapa en la que los medios de comunicación han cambiado el mundo. La prensa, la radio, el cine, la televisión y, actualmente, la red de medios de Internet han modificado para siempre la forma en la que ser humano percibe e interpreta todo lo que ocurre a su alrededor. La progresiva reducción de la tasa de analfabetismo y la creciente necesidad de las sociedades desarrolladas de estar informadas, así como la comercialización de los productos industriales, que potenció la comunicación publicitaria, propició la aparición de centenares de periódicos en España y Portugal en la primera mitad del siglo. La prensa jugó un papel político (en muchos casos determinante) en la evolución de diferentes acontecimientos históricos y se convirtió en un instrumento de propaganda fundamental para adoctrinar a las sociedades ibéricas. Tanto el franquismo como el salazarismo desarrollaron diversas estructuras de control de la prensa a través de organismos como el Secretariado de Propaganda Nacional o la Delegación de Prensa y Propaganda que establecieron una

férrea censura que tuvo consecuencias para el desarrollo intelectual de la sociedad portuguesa y española.²

Los medios de comunicación audiovisuales han sido y son también agentes de los cambios históricos que se han ido produciendo en las sociedades peninsulares a lo largo del siglo XX. Desde su nacimiento, la radio y el cine han sido instrumentos que han tenido un gran protagonismo en la “educación popular”; los contenidos radiofónicos y cinematográficos han hecho historia, han contribuído a cambiar la Historia y, además, han influído en la manera de interpretar la historia contemporánea de los países ibéricos.³

En el contexto peninsular, hubo episodios cruciales para el futuro político, social, económico y cultural de ambos países ibéricos, en el que los medios audiovisuales tuvieron un extraordinario protagonismo como soportes propagandísticos que influyeron de forma determinante en la evolución de los acontecimientos históricos que sucedían a ambos lados de la frontera luso-española. Probablemente el más singular de todos ellos fue el período de la Guerra Civil española, durante el cual la mayoría de los medios de comunicación portugueses se pusieron al servicio del Estado Novo para favorecer la victoria del franquismo en España. La intervención de la radio lusa en el conflicto fue especialmente importante para un desenlace final de la guerra, en el que el Movimiento Nacional golpista salió victorioso con la ayuda diplomática, política y propagandística del Estado Novo, y también de los miles de voluntarios portugueses que se alistaron en las tropas franquistas para luchar contra el comunismo y defender la civilización cristiana, según el retórica inflamada de la propaganda salazarista. El Rádio Club Português (RCP) difundió desde el estallido de la guerra, el 18 de julio de 1936, una intensa propaganda a favor de los sublevados y contra el gobierno legítimo de la IIª República que resultó muy útil para el avance de las tropas franquistas por el territorio español, especialmente durante los primeros seis meses del conflicto. El RCP utilizó locutores españoles, como la entonces popular *speaker* Marisabel de la Torre de Colomina, que desde su sede en Parede (Lisboa), arengaba a las tropas franquistas al tiempo que desmoralizaba a los defensores del gobierno de Madrid o confundía a los españoles con noticias falsas sobre el curso de la guerra. A esta campaña propagandística se sumó también la Emissora Nacional y otras emisoras portuguesas de menor potencia, que se enfrentaron en la llamada “guerra de las ondas” a las estaciones radiofónicas españolas situadas en el territorio controlado por el ejército republicano español.

Pero el caso del RCP fue singularmente importante porque su apoyo al movimiento insurreccional no se limitó únicamente a sus emisiones radiofónicas, sino que desarrolló otras tres iniciativas de gran valor para las tropas franquistas. Una de ellas fue el alistamiento de combatientes portugueses para el ejército franquista, los llamados

² PENA, Alberto – *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007. 265 p. ISBN 978-972-798-206-6.

³ TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. 3.ª ed. Lisboa: Temas e Debates; Círculo de Leitores, 2011. 430 p. ISBN 972-989-644-129-6.

“viriatos”, que eran reclutados a través de banderines de enganche situados en varias ciudades de Portugal en coordinación con algunos falangistas de la colonia. Otra fue la ayuda técnica prestada por el RCP para poner en funcionamiento emisoras en los nuevos territorios que conquistaban los militares insurgentes. Y la tercera fueron las campañas para la realización de cuestaciones públicas para enviar ayuda económica y material al gobierno de Franco. El RCP llegó a organizar hasta seis caravanas de ayuda, en las que participaron varios centenares de vehículos cargados con todo tipo de víveres, para el ejército sublevado español.⁴

El cine fue también un instrumento relevante para persuadir a las sociedades ibéricas y defender los modelos políticos autoritarios en la Península. El salazarismo y el franquismo tejieron una alianza propagandística tácita para controlar cualquier movimiento social que pudiera ser contrario a sus intereses ideológicos que empleó el soporte cinematográfico de manera planificada y sistemática. La colaboración entre los agentes al servicio de Franco y las estructuras del Estado Novo fue intensa y fundamental para la creación de la imagen audiovisual del proyecto franquista de la *nueva* España. La productora cinematográfica portuguesa Lisboa Film se convirtió en el laboratorio de cine del franquismo durante los años de la guerra; la mayoría de las decenas de películas que rodaron los operadores de cine del Movimiento Nacional español fueron editadas y montadas en las instalaciones de Lisboa Film. El propio hermano del Caudillo español, Nicolás Franco, a la sazón embajador de la *nueva* España en Portugal a partir de 1938, fue el encargado de coordinar con un equipo de colaboradores falangistas (entre los que destacaba el realizador de origen alemán nacionalizado español Enrique Gaertner) todos los trabajos de revelado y montaje que se desarrollaban en la productora lisboeta para garantizar una producción en serie de documentales para las campañas de propaganda de Franco en España. La dependencia cinematográfica de la ayuda del Estado Novo llegó hasta el extremo de que incluso el propio gobierno del general Franco, tras alcanzar la victoria, realizó un documental de agradecimiento al gobierno de Salazar por la ayuda prestada durante la guerra, titulado *Homenaje a Portugal*, que fue editado y montado también por Lisboa Film.

La propaganda del salazarismo hacia España no sólo apoyó al franquismo, sino que realizó acciones específicas para crear una imagen de liderazgo y posicionamiento estratégico en el entorno ibérico por medio de la difusión de los valores del Estado Novo a través de sus propias realizaciones cinematográficas. Uno de los casos que resultan más interesantes fue la promoción en territorio español del filme *A Revolução de Maio* (1937), que es el primer largometraje de ficción financiado por el Estado Novo para hacer propaganda del proyecto político salazarista, como nos cuenta Luis Reis Torgal.⁵

Durante 1938 y 1939, el Secretariado de Propaganda Nacional difundió internacionalmente la película dirigida por António Lopes Ribeiro, que elaboró el guión en colaboración con el director del SPN, António Ferro. En muchas ciudades españolas *A Revolução de Maio*, con subtítulos en español, fue exhibida con gran éxito de público.

⁴ PENA, Alberto – *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda Contra a Espanha Democrática*. Lisboa: Tinta da China, 2009. 286 p. ISBN 978-989-671-001-9.

⁵ TORRAL, Luís Reis – *Ibidem*, p. 69-80.

El SPN, en colaboración con la Representación de la Junta en Lisboa y el Ministerio de Organización y Acción Sindical de Burgos,⁶ envió a la embajada portuguesa en España el largometraje junto con varios documentales sobre la obra social de los organismos corporativos del Estado Novo.⁷ Se trataba de poner en marcha una campaña orquestada por el gobierno de Franco sobre las ventajas logradas por los regímenes corporativos.⁸ El embajador portugués en España, Pedro Teotónio Pereira, colaboró personalmente en esta campaña. En contacto con las autoridades franquistas, se ocupó de hacer la presentación en Burgos, ante la jefatura franquista, de *A Revolução de Maio* y, luego, junto al Gobernador Civil de San Sebastián, organizó varias proyecciones en cines de la ciudad que sirvieron para recoger donativos a favor de la “regiões libertadas”.⁹ El diplomático luso financió la impresión de folletos publicitarios sobre el film y regaló billetes gratis para soldados heridos o en situación de permiso. El estreno en la ciudad vasca de la película portuguesa se celebró el 29 de enero de 1939, en el cine Kursaal, con la presentación inicial del Gobernador Civil, que según Pereira, subrayó la lección que representaba el largometraje y afirmó que “(...) o povo espanhol devia sentir-se edificado pelo renascimento da nação irmã que também se salvara do caos mercê do esforço imenso que aquela película simbolisava (...)”¹⁰ *A Revolução de Maio* fue exhibida también en el Teatro Victoria Eugenia y en el Salón Miramar en las semanas siguientes.¹¹ Los periódicos franquistas hicieron una intensa publicidad del largometraje. El periódico falangista *Unidad* hizo una elogiosa crítica de la película, de la que destacaba tanto su perfección técnica y artística como su valor pedagógico para el público español:

“(...) Esta cinta, aparte de cumplir una función de propaganda de la nación amiga, tiene en todos sus aspectos interés marcadísimo para el público ansioso de conocer las bellezas de un buen film. Tiene una fotografía difícilmente superable, un sonido que casi podríamos decir único, por su nitidez y sincronización, todo está tratado con mano maestra. Su argumento es emotivo y hace que el público siga con interés creciente su desarrollo, con un personaje cómico, el famoso Barata, que interpreta su papel con tal acierto que hace las delicias del público que ríe sus situaciones. En contraposición a este personaje, está el siniestro del pseudo periodista Fernández, agitador profesional

⁶ AGA (Archivo General de la Administración), Exteriores, caja n.º 6638, oficio s/n. De Nicolás Franco al Ministro de Asuntos Exteriores, 31/10/1938. Y también: AGA, Exteriores, caja n.º 6639. Oficio n.º 105 de la Representación de la Junta de Defensa en Lisboa a Antonio Ferro, 02/09/1938.

⁷ AGA, Exteriores, caja n.º 6638. Oficio n.º 2834 I del Chefe dos Serviços, Silva Dias, al embajador de España en Lisboa, Nicolás Franco, 18/10/1938. Véase también: Carta de Nicolás Franco al Ministro de Asuntos Exteriores, 31/10/1938.

⁸ AGA, Exteriores, caja 6639. Carta de Nicolás Franco a António Ferro, director del SPN, 02/09/1938.

⁹ AHD-MNE (Archivo Histórico Diplomático-Ministério dos Negócios Estrangeiros), 3.º P, A 13, M 80, proceso n.º 26/39. Oficio n.º 35 del embajador de Portugal en San Sebastián al Ministro de Negócios Estrangeiros, 31/01/1939.

¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹ Idem, Anexo al Oficio n.º 35 del embajador de Portugal, con anuncios sobre *A Revolução de Maio* en diferentes salas cinematográficas de San Sebastián.

que lleva el encargo de la Internacional Marxista de crear dificultades al Gobierno de su patria, pero por la influencia del ambiente, tras una lucha interna, aparece el hijo de Portugal y lejos de hundirla en su revolución criminal, en un acto de verdadera contrición, saluda a la enseña patria y se aparta del mal camino, Aparte del argumento, se ve la prosperidad de un país que supo confiar en sus gobernantes, que no cesaron en su labor y siguen sin desmayo la obra emprendida para bien de sus súbditos.”¹²

Diversas instituciones del gobierno de Burgos solicitaron copias de *A Revolução de Maio* al SPN para realizar actos por medio de los cuales hacían colectas para el ejército.¹³ Tras el fin de la guerra, el film de Lopes Ribeiro todavía fue proyectado en algunos cines españoles. En Vigo, fue presentado el 18 de octubre de 1939, con todos los honores, por el cónsul portugués en la mayor sala de espectáculos de la ciudad, el Teatro García Barbón.¹⁴ Se celebró una fiesta a la que asistieron, además de varios centenares de personas, jefes del Movimiento Nacional franquista y personalidades viguesas. El *Faro de Vigo* comentó el hecho como un “señalado triunfo” y un “(...) magnífico exponente de los grandes progresos alcanzados por la Nación lusitana desde la implantación del Estado Nuevo (...)”¹⁵

Es necesario llamar la atención sobre las concomitancias entre el largometraje portugués y *Raza* (José Luis Sáenz de Heredia, 1941), la película que representa el ideario de buen español desde la perspectiva del propio Franco, que escribió el guión con el seudónimo de Jaime de Andrade, como ya es conocido. *A Revolução de Maio* y *Raza* son superproducciones de ficción al servicio de los intereses propagandísticos de las dictaduras ibéricas (con el trasfondo de los acontecimientos de la Guerra Civil española), que promueven una política profundamente anti-comunista y un patriotismo que reivindica una identidad basada en la mitología más nacionalista de raíz católica. Es posible que la relación coincidente entre ambos filmes vaya más allá incluso de su intencionalidad persuasiva, de su paralelismo temporal y de algunos aspectos argumentales, sobre todo si tenemos en cuenta que la superproducción portuguesa, fue muy promocionada en la España franquista. El encargado del montaje de *Raza* fue Eduardo G. Maroto, encargado de la supervisión de los trabajos cinematográficos de Lisboa Film para las autoridades franquistas. Aunque no se puede afirmar por falta de datos objetivos, es posible aventurar, en cualquier caso, que el largometraje portugués pudo ejercer una cierta inspiración en la realización de *Raza*.

La comunicación pública en su conjunto y la propaganda en particular es, por tanto, un agente importante del cambio histórico y una fuente esencial para construir la Historia de los dos países ibéricos. En la época contemporánea, no podemos

¹² *Unidad*, 02/02/1939. Anexo al Oficio n.º 35 del embajador de Portugal al ministro de Negocios Estrangeiros, 31/01/1939.

¹³ AHD-MNE, 3.º P, A 1, M 675, Processo n.º 29/9. Oficio n.º 8 de la Secretaria de Estado de Portugal al Secretariado de Propaganda Nacional, 17/03/1938.

¹⁴ *El Pueblo Gallego*, 19/10/1939. AHD-MNE, 3.º P, A 13, M 80, Processo n.º 35/2. Anexo al oficio nº 198 del Consulado de Portugal en Vigo al Ministro dos Negócios Estrangeiros, 19/10/1939.

¹⁵ *Faro de Vigo*, 19/10/1939. Idem, *ibidem*.

desentrañar la trama de la evolución de los acontecimientos históricos si no recurrimos a la representación de la realidad social que crean los medios de comunicación y todos los actores que intervienen en los procesos comunicativos, que alteran de manera decisiva las percepciones de nuestras sociedades y, en muchos casos, influyen en el devenir histórico.

3. La Historia de la Propaganda en el contexto ibérico

El estudio de la Historia de la Propaganda en el entorno ibérico ha ido avanzando en los últimos años con la publicación de artículos y libros que han ayudado a desentrañar algunas claves del fenómeno. La obra de referencia en este ámbito de investigación es el libro del profesor de la Universidad Complutense de Madrid Alejandro Pizarroso Quintero, *Historia de la Propaganda. Notas para un estudio de la propaganda política y de "guerra"*, cuya primera edición es de 1990, y que ha tenido ya varias ediciones, tanto en español como en portugués.¹⁶ Se trata de un estudio académico panorámico que aborda de forma cronológica la evolución de la propaganda desde la antigüedad hasta el fin de la Guerra Fría, y que analiza las diferentes dimensiones, modelos, soportes y mensajes de la comunicación persuasiva de carácter político y en contextos bélicos. Es un libro que se apoya fundamentalmente en fuentes bibliográficas, utilizando un catálogo abundante y variado que incluye las principales referencias académicas especializadas editadas sobre la materia. Por su extensión, por la profusión bibliográfica que maneja el autor y por su calidad metodológica, se trata probablemente del mejor manual académico publicado en Europa sobre este campo de investigación.

El profesor Pizarroso Quintero ha publicado recientemente *Diplomáticos, propagandistas y espías. Estados Unidos y España en la Segunda Guerra Mundial: información y propaganda* (2009), que representa un avance más en la investigación de la Historia de la Guerra en el siglo XX.¹⁷ Sobre España y la Segunda Guerra mundial hay ya un interesante catálogo bibliográfico que ha desvelado muchos aspectos sobre el papel jugado por la dictadura del general Franco durante el conflicto, pero son todavía muy escasas las investigaciones monográficas que abordan la propaganda en el curso de la guerra.

Como el propio autor señala en la introducción de su obra, “no se puede escribir Historia, al menos Historia Contemporánea, y mucho más del siglo XX, sin tener en cuenta el mundo de la comunicación. Mucho más si nos ocupamos de períodos bélicos.”¹⁸ El profesor Pizarroso Quintero, que ha mostrado siempre un interés académico preferente por la propaganda de guerra, se adentra fundamentalmente en el complejo mundo de la diplomacia y el espionaje estadounidense en España, aunque su investigación aporta

¹⁶ PIZARROSO QUINTERO, Alejandro - *Historia de la Propaganda. Notas para el estudio de la propaganda política y de guerra*. 1ª edición. Madrid: Eudema, 1990. 475 p. ISBN 84-775554-063-2.

¹⁷ Idem, *Diplomáticos, propagandistas y espías. Estados Unidos y España en la Segunda Guerra Mundial: información y propaganda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009. 248 p. ISBN 978-84-00-08905-4.

¹⁸ Idem, *ibidem*. p. 21.

también datos reveladores sobre el papel del cine, la radio, la prensa, la cultura y la industria en la guerra en otros ámbitos del enfrentamiento militar.

El estudio se ha elaborado a partir de fondos documentales del Departamento de Estado norteamericano, de la Franklin D. Roosevelt Library, de la Library of Congress y de una extensa bibliografía, cuyo desarrollo de contenidos comienza con una aproximación al concepto de propaganda de guerra y su evolución histórica, prestando una atención particular al significado de la desinformación y la denominada por los anglosajones *public diplomacy*, que no es más que propaganda, según el autor. Entre los temas que creemos especialmente interesantes, el profesor Pizarroso trata la propaganda y los medios de comunicación españoles, la organización y los mensajes de la propaganda norteamericana en España a través de las actividades de la Office of Strategic Services (OSS), el cine informativo y los documentales, así como la visión de España en la prensa estadounidense y la presencia norteamericana en la prensa española, entre otros aspectos relevantes. El libro es una aportación seria y rigurosa sobre la estrategia de propaganda y los propagandistas norteamericanos durante el conflicto en relación con España.

En España, han aparecido en los últimos años otras investigaciones de carácter panorámico menos ambiciosas, pero no por ello menos interesantes, que suponen la consolidación del estudio académico de la propaganda. Entre las más recientes, podemos citar el libro de José Alfonso Arregui, *Por el cambio. 30 años de propaganda política en España* (2008), que se nutre de una muestra documental de 503 carteles electorales difundidos en España entre 1975 y 2005 en las campañas electorales por los partidos políticos que han conseguido respaldo popular y han ocupado un espacio de representación en el parlamento nacional.¹⁹ Los carteles son analizados con un método cuantitativo y cualitativo que permite determinar en cada caso el tipo de propaganda que cada organización política ha empleado para hacer llegar sus mensajes a la sociedad española. Los profesores de la Universidad de Sevilla Adrián Huici Módenes y Antonio Pineda han coordinado el volumen *Propaganda y comunicación. Una aproximación plural* (2004), que estudia desde diferentes abordajes metodológicos los polimorfismos del fenómeno propagandístico.²⁰ Algunos de los textos del libro versan sobre ejemplos clásicos de la actividad propagandística, como la Guerra Civil española, la II Guerra Mundial o la propaganda en regímenes totalitarios, mientras otros se centran en aspectos más actuales y novedosos, como es el estudio de la música y el fútbol como instrumentos de persuasión política. Huici Módenes también es el autor de la obra *Los heraldos de acero. La propaganda de guerra y sus medios* (2004), que es un estudio crítico sobre las técnicas de propaganda utilizadas en los contextos bélicos por los diferentes actores que intervienen en las contiendas militares y la opinión pública. El trabajo se aborda tanto desde una perspectiva teórica como desde el análisis de ejemplos y casos sobre

¹⁹ ARREGUI, Alfonso – *Por el cambio. Treinta años de propaganda política en España*. Sevilla: Comunicación Social, 2008. 164 p. ISBN 978-84-96082-73-1.

²⁰ HUICI, Adrián; PINEDA, Antonio (coords.) – *Propaganda y comunicación. Una aproximación plural*. Sevilla: Comunicación Social, 2004. 244 p. ISBN 978-84-96082-06-9.

los instrumentos, la práctica y los efectos de la propaganda de guerra y los medios de comunicación que la divulgan.²¹

En Portugal, también se han publicado obras especializadas sobre la Historia de la Propaganda que suponen un salto cualitativo en el interés académico por este campo de la Historia de la Comunicación. Quizás el trabajo más relevante es el de Helena Matos, autora de dos volúmenes sobre la propaganda salazarista durante los años de la fundación y consolidación del Estado Novo: *Salazar. A Construção do Mito, 1928-1933* y *Salazar. A Propaganda, 1934-1938* (ambos de 2010). Helena Matos traza una visión panorámica sobre la estrategia propagandística de Salazar y la dimensión pública de su figura política y sus ideas durante un período decisivo en la historia de la dictadura. En el primer volumen se detiene especialmente en el retrato que Salazar hace de sí mismo y el segundo se centra en la actividad propagandística del Estado Novo a partir de la creación del Secretariado de Propaganda Nacional, en septiembre de 1933.

Se han publicado también otros estudios especializados sobre la propaganda en el régimen salazarista, como por ejemplo el trabajo de Rui Pedro Pinto, *Prémios do Espírito. Um Estudo sobre Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional do Estado Novo* (2008). Un interés especial tiene el estudio de la propaganda cinematográfica, en el que se destacan los siguientes: *O Cinema so o Olhar de Salazar*, libro colectivo coordinado por el profesor Luis Reis Torgal, que ha alcanzado su tercera edición en 2011, y *Salazar vai ao Cinema. O Jornal Português de Actualidades Filmadas* (2006, reeditado recientemente), de Maria do Carmo Piçarra.

Sobre la construcción ideológica de la Historia y su utilización con intencionalidad propagandística es necesario incluir en esta sucinta relación a Luis Reis Torgal, José Amado Mendes y Fernando Catroga, que son autores de *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX*, que se editó en 1998 en dos extensos volúmenes que trazan una visión de conjunto muy interesante por la detallada revisión crítica de todas las obras publicadas hasta entonces sobre la Historia de Portugal y la construcción de la memoria histórica.²²

En una dimensión comparada luso-española todavía queda mucho por avanzar en el terreno de la Historia de la Propaganda. El autor de este texto ha publicado algunas investigaciones tanto en España como en Portugal sobre la propaganda política en las relaciones ibéricas, cuyas obras más recientes son *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda Contra a Espanha Democrática* (2009)²³ y *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha* (2007).²⁴ Ambas obras estudian diversos elementos sobre las campañas

²¹ HUICI MÓDENES, Adrián – *Heraldos de acero. La propaganda de guerra y sus medios*. Sevilla: Comunicación Social, 2004. 184 p. ISBN 978-84-96082-19-9.

²² TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX. A História através da História*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. 491 p. ISBN 972-759-090-X; Idem, *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. 437 p. ISBN 972-759-091-8.

²³ PENA, Alberto – *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda Contra a Espanha Democrática*. Lisboa: Tinta da China, 2009. 286 p. ISBN 978-989-671-001-9.

²⁴ Idem, *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007. 265 p. ISBN 978-972-798-206-6.

de propaganda del Estado Novo contra la IIª República española (1931-1939). También es de la misma autoría la investigación comparada sobre las relaciones de intercambio ideológico entre el movimiento fascista español y portugués titulada *Galicia, Franco y Salazar. La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo* (1999).²⁵ Sobre este mismo tema, en el libro que celebra el centenario de la Casa de España en Lisboa, *Los españoles y Lisboa. Un siglo de convivencia* (2009), puede encontrarse también un capítulo que trata el papel de esta institución española de referencia en Portugal en los inicios del franquismo.

Conclusiones

La Historia y la Propaganda son dos campos del conocimiento que confluyen en muchas intersecciones científicas que requieren un tratamiento académico específico y singular. La comunicación persuasiva ejerce una evidente influencia sobre muchos acontecimientos históricos y los propios procesos de construcción histórica en las sociedades contemporáneas, en las que abundan versiones apócrifas de la Historia publicadas por falsos historiadores que se aprovechan de las herramientas de la comunicación para adquirir notoriedad y erigirse como los detentores de la *verdad*.

Cada régimen político construye la Historia en función de determinados principios ideológicos que intentan generar consenso alrededor de un modelo de pensamiento basado en un ideario específico con una clara intencionalidad propagandística. En el entorno ibérico, la polémica suscitada entre el Estado español y los gobiernos autonómicos sobre los diferentes abordajes temáticos y metodológicos en los manuales sobre Historia de España es un ejemplo.

La Propaganda es un agente de cambio histórico que, en el contexto ibérico, ha tenido un especial protagonismo durante el siglo XX, en particular durante el período de las dictaduras salazarista y franquista. Franco y Salazar mantuvieron una colaboración estratégica en materia propagandística: la prensa, la radio y el cine fueron instrumentos eficaces para proteger sus intereses y manipular a las sociedades ibéricas.

Bibliografía

- ARREGUI, Alfonso – *Por el cambio. Treinta años de propaganda política en España*. Sevilla: Comunicación Social, 2008. 164 p. ISBN 978-84-96082-73-1.
- CARR, Edward H. – ¿Qué es la Historia?. Edición definitiva. Barcelona: Ariel, 1987, 258 p. ISBN 84-344-1001-X
- CASA DE ESPAÑA – *Los españoles y Lisboa*. Lisboa: JG Artes Gráficas, 2009. 174 p. ISBN 978-989-20-1832-4.
- HUICI, Adrián; PINEDA, Antonio (coords.) – *Propaganda y comunicación. Una aproximación plural*. Sevilla: Comunicación Social, 2004. 244 p. ISBN 978-84-96082-06-9.

²⁵ Idem, *Galicia, Franco y Salazar. La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*. Vigo: Universidade de Vigo, 1999. 138 p. ISBN 84-8158-117-8.

- HUICI MÓDENES, Adrián – *Heraldos de acero. La propaganda de guerra y sus medios*. Sevilla: Comunicación Social, 2004. 184 p. ISBN 978-84-96082-19-9.
- PENA, Alberto - *Salazar, a Imprensa e a Guerra Civil de Espanha*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007. 265 p. ISBN 978-972-798-206-6.
- *O Que Parece É. Salazar, Franco e a Propaganda Contra a Espanha Democrática*. Lisboa: Tinta da China, 2009. 286 p. ISBN 978-989-671-001-9.
- *Galicia, Franco y Salazar. La emigración gallega en Portugal y el intercambio ideológico entre el franquismo y el salazarismo (1936-1939)*. Vigo: Universidade de Vigo, 1999. 138 p. ISBN 84-8158-117-8.
- PIZARROSO QUINTERO, Alejandro - *Historia de la Propaganda. Notas para el estudio de la propaganda política y de guerra*. 1ª ed. Madrid: Eudema, 1990. 475 p. ISBN 84-775554-063-2.
- *Diplomáticos, propagandistas y espías. Estados Unidos y España en la Segunda Guerra Mundial: información y propaganda*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2009. 248 p. ISBN 978-84-00-08905-4
- TORGAL, Luís Reis (coord.) – *O Cinema sob o Olhar de Salazar*. 3ª edição. Lisboa: Temas e Debates-Círculo de Leitores, 2011. 430 p. ISBN 972-989-644-129-6.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX. A História através da História*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. 491 p. ISBN 972-759-090-X.
- *História da História em Portugal. Séculos XIX e XX. Da Historiografia à Memória Histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998. 437 p. ISBN 972-759-091-8.

Otras fuentes (documentales y hemerográficas)

Archivo General de la Administración.

Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Faro de Vigo.

El Pueblo Gallego.

Unidad.

Qu'est-ce que l'histoire du temps présent?
Tentative de définition

Cécile Gonçalves

Cécile Gonçalves, Doctorante en Études politiques à l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris; Doctorante en Histoire contemporaine à l'Université Picardie Jules Verne, Amiens. E-mail: petitenietzsche@hotmail.com

La journée d'études organisée le 14 mai 1992 en hommage à François Bédarida et à son action à la tête de l'Institut d'histoire du temps présent a donné lieu à un ouvrage intitulé *Écrire l'histoire du temps présent* publié aux éditions du CNRS¹. L'ouvrage rassemble 47 contributions et propose un programme ambitieux qui tente de redonner ses lettres de noblesse à l'étude du passé proche. Il s'agit d'une réflexion autour de la notion d'histoire du temps présent. Les intervenants s'interrogent sur les enjeux de la spécificité d'une telle histoire, une histoire qui entend penser les sociétés contemporaines, sur ses atouts comme sur ses handicaps, sur ses succès comme sur ses carences et sur les nouveaux chantiers qui lui sont ouverts. Fraîchement arrivée dans le champ historiographique, l'histoire du temps présent a connu en l'espace d'une trentaine d'années une forte croissance. Elle a su s'imposer face à ses détracteurs de la première heure. D'emblée, malgré les réticences d'Eric Hobsbawm, le livre s'ouvre sur le constat émis par René Rémond que "la bataille est [désormais] gagnée" et que l'histoire du temps présent a acquis une légitimité au sein de la communauté historienne comme au sein des sciences humaines.

L'histoire du temps présent n'est point une création *ex nihilo*. Depuis les premiers historiens de l'Antiquité, Hérodote ou Thucydide (pour qui l'histoire du passé proche était la seule histoire possible), la question s'est posée de savoir quelles étaient les conditions de possibilité d'une telle histoire. L'"histoire du temps présent" recouvre des questions et des pratiques fort anciennes, remontant à la naissance même de l'histoire comme "discipline". Cependant, une longue traversée du désert – près d'un siècle – a non seulement mis un frein à la production, mais fait regarder avec suspicion l'histoire du passé proche. Jugé trop politique, maniant des échelles de temps trop réduites, elle ne peut être abordée de manière rationnelle, en s'inspirant des sciences de la nature. En ce sens, la plupart des contributeurs signalent un "tournant historiographique" à partir de la fin des années 1970, car le présent est progressivement réintégré dans le territoire de l'historien. En effet, jusque-là, la communauté historienne comme la *doxa* restaient tributaires de la ligne de démarcation mise en place au XIX^e siècle sous l'influence de l'école méthodique ou positiviste entre l'histoire du temps présent et "l'histoire tout court", alors que des siècles durant une consubstantialité avait prévalu entre l'une et l'autre. L'histoire du passé proche est devenue scientifiquement inférieure à l'histoire des autres périodes. L'histoire du passé proche était assimilé à du "journalisme cultivé" plutôt qu'à un travail de recherche scientifique. De cette vision, découle une division du travail communément admise depuis : à l'historien l'investigation savante, patiente et en profondeur sur le passé, au journaliste le champ de connaissance ondoyant de l'immédiateté. Au second de collationner l'information, de la disséquer, de l'ordonner, mais sans être en mesure de soumettre l'enchaînement des événements à une véritable analyse critique et encore moins à une grille d'interprétation dûment validée, comme le fait le premier.

L'institutionnalisation de la notion d'histoire du temps présent, avec la création en 1978 d'un laboratoire du CNRS spécialement destiné à travailler dans ce champ,

¹ INSTITUT D'HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT – *Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. 1^{re} éd. Paris: CNRS Ed., 1993. 417 p. ISBN 2-271-05121-5.

a constitué un véritable “tournant épistémologique”. Couvrant une vaste sphère de recherche (de l’histoire culturelle aux relations internationales, en passant par les rapports de sexe) tant française qu’internationale – ce que montrent les références à la *Zeitgeschichte* et à la *Contemporary History* – dans divers lieux et de nombreux domaines, l’histoire du temps présent a engendré une rupture avec les conceptions antérieures, et marqué une étape dans l’idée que les historiens se font de leur métier et de leur relation avec le temps. On assiste subséquemment à une revalorisation du rôle social de l’historien au sein de la Cité.

Trois phases caractérisent ce bouleversement. La première concerne le champ historique: c’est l’ouverture au sein du découpage académique de la discipline historique d’une séquence jusque-là absente ou récusée, la période contemporaine au sens propre du terme. Il semblait essentiel, au lendemain de la Deuxième Guerre mondiale, de rétablir au sein de la longue section que représentait l’histoire contemporaine (séquence historique inaugurée en 1789) une division particulière qui ne concernerait que le dernier demi-siècle. L’histoire du temps présent doit être entendue ici comme l’étude d’une période “contemporaine” au sens étymologique, comme relevant du même temps que celui qui en fait le récit, mais aussi comme une histoire non linéaire, qui tente de saisir d’un même mouvement les différents héritages du passé à l’œuvre en un même moment. En second lieu, dans le nouvel atelier de l’histoire ainsi créé, les outils de travail du chercheur reposent, entre autres, sur des “sources orales”, témoins et témoignages, cinéma et vidéo. Pour l’histoire du temps présent, les archives publiques ne constituent pas les seules sources qui valent d’être analysées: archives privées, de partis, de syndicats, d’associations, d’entreprises, sans oublier l’apport, inestimable, de l’imprimé, presse, publications des débats parlementaires, littérature grise, recensements de toutes sortes, ni les ressources de plus en plus volumineuses et de mieux en mieux répertoriées de l’audiovisuel et informatiques, les sondages d’opinion et les témoignages – recueillis par voie orale ou écrite – des acteurs ou témoins. À vrai dire, l’historien qui travaille sur le temps présent est davantage menacé par la surabondance que par la pénurie de sources. L’un des problèmes de l’histoire du temps présent réside, en effet, dans l’élaboration d’une méthodologie permettant d’exploiter la très grande diversité des sources disponibles et leur grande hétérogénéité. Ses cadres d’action sont la demande sociale et la coopération avec les autres sciences de l’homme (sociologie, anthropologie, droit...). Confrontés aux acteurs vivants d’une période qu’ils érigent en domaine d’investigation, les historiens du temps présent ont importé de la sociologie, de l’anthropologie et d’autres sciences sociales la pratique de l’entretien, développant les méthodes de l’“histoire orale”, ou plutôt une utilisation historique de sources orales, méthodes fondées sur le récit de “témoins”, récits spontanés ou sollicités, récits biographiques ou autobiographiques (les “récits de vie”) ou limités à tel ou tel moment remarquable de la vie des individus. Toutefois, le témoignage n’est pas une “bouche de vérité” et doit être utilisé comme une source parmi d’autres pour devenir une “source orale d’histoire”². Dans l’acception retenue, l’histoire du temps présent

² VOLDMAN, Danièle – “Recherche historique et sources orales. Définitions et usages”. *Cahiers de l’IHTP* [en ligne]. N.° 18 (1992). [Consulté 1^{er} mars]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle211.html>>. ISSN 1256-5733.

couvrir une séquence historique marquée par deux balises mobiles. En amont, cette séquence remonte jusqu'aux limites de la durée d'une vie humaine, soit un champ marqué d'abord et avant tout par la présence de "témoins" vivants, trace la plus visible d'une histoire encore en devenir [...]. En aval, cette séquence est délimitée par la frontière, souvent délicate à situer, entre le moment présent – "l'actualité" – et l'instant passé³.

Bien sûr cette définition ne signifie pas que le recours aux témoins soit indispensable – il est simplement possible – mais il s'agit bien d'une spécificité de cette histoire, puisque l'historien peut être confronté aux réactions et commentaires des acteurs de l'histoire qu'il étudie. Il écrit "sous surveillance"⁴. C'est là sans doute l'une des méthodes qui les distinguent par définition des autres historiens, encore qu'il ne faille pas exagérer les différences: nombre de sources écrites ou traces venues des périodes révolues ne sont elles-mêmes que des "témoignages", recueillis et retranscrits dans des conditions que l'historien doit toujours reconstituer, analyser. L'utilisation croisée de témoignages directs et de sources d'archives constitue également l'une des méthodes de prédilection des historiens du temps présent. Les "archives orales", aussi importantes soient-elles, n'ont, en effet, pas pour fonction de se substituer aux archives d'État non communicables, elles sont une source parmi bien d'autres dans un temps de démultiplications des traces – écrites ou audiovisuelles.

Dans *L'ère du témoin*, Annette Wieviorka insiste sur l'importance du témoignage dans la caractérisation de la période du temps présent. Le témoin prend la figure du survivant et occupe la double place de "martyr et prophète". Cette définition qui rend compte de l'évolution du statut du témoin et de la fonction qu'il occupe désormais sur la scène publique est problématique. En effet, qu'en sera-t-il du présent lorsque, le temps passant, cette figure s'effacera avec la disparition des rescapés des camps? En d'autres termes, l'histoire du temps présent doit-elle se réduire à n'être que celle de la "dernière catastrophe en date" pour reprendre la formule d'Hermann Heimpel? Au-delà du statut conféré à la figure du rescapé, la définition méthodologique du présent à partir de la possibilité de récolter des témoignages n'est pas entièrement convaincante. Dans un monde où les acteurs s'expriment abondamment, le recours à l'enquête orale marque-t-il un véritable différentiel? Si elle peut servir de critère pour délimiter la période au sein d'un contemporain dont l'origine (1789) ne cesse de s'éloigner, la collecte de témoignages n'est nullement un passage obligé pour l'historien du temps présent. Certes, le fait pour lui d'être placé "sous surveillance", de devoir, le cas échéant, rendre compte de ses interprétations devant les acteurs ou bien d'être sollicités par ceux-ci pour accréditer leur récit reste une différence considérable mais suffit-elle à caractériser une pratique de l'histoire du temps présent? Pieter Lagrou pense que la mise en exergue d'une spécificité épistémologique a d'abord constitué

³ PESCHANSKI, Denis; POLLAK, M.; ROUSSO, H. - *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles: Complexes, 1992. ISBN 2-87027-373-8.

⁴ FRANK, Robert – "Une histoire problématique, l'histoire du temps présent". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. [en ligne]. Vol 3 (2001). [Consulté 1^{er} mars]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2001-3.htm>>. ISSN 0294-1759.

un élément de stratégie de légitimation de cette “période”, voire de distinction, quand celle-ci était encore contestée.

Enfin, à un troisième niveau, on peut parler de tournant épistémologique, puisque les questionnements soulevés et la quête du sens induisent à la fois une approche historique inédite dans la méthode et un rapport différent au temps à l’intérieur du couple objet/passé – historien/présent.

À l’encontre de ce temps présent, si mobile, si fluctuant, si difficile à décrypter et souvent maltraité par les médias, plusieurs objections de principe ont été formulées. La première objection concernait le manque apparent de “recul”, la difficulté, voire l’impossibilité d’écrire une histoire “inachevée”, toujours en devenir. Cette objection reposait sur une conception historiciste qui postule que le passé, donc le mouvement des hommes en société, ne pourrait se comprendre qu’*a posteriori*, une fois tous les protagonistes disparus, et le temps ayant fait son œuvre d’oubli. On pensait que seul l’éloignement dans le temps pouvait permettre d’atteindre à cette sérénité qui devait être l’objectif de la recherche. Nonobstant, une telle perspective rend obsolète toute “science sociale”, car ni la sociologie, ni l’économie, ni la science politique ne pourraient alors prétendre formuler des interprétations sur le temps présent. D’autre part, elle suppose, de manière paradoxale, que la capacité de comprendre le passé lointain, l’altérité parfois radicale des univers du passé, serait plus grande que celle permettant de comprendre son propre monde.

En occupant le terrain de l’analyse du monde contemporain, jusque-là étudié surtout par d’autres sciences sociales, l’histoire du temps présent a voulu réintroduire, pour des périodes proches, la dimension de l’explication temporelle, c’est-à-dire la nécessité de prendre en compte les questions touchant à l’évolution, au changement, à ses rythmes, à ses causes et à ses effets. Si l’histoire du temps présent se situe, selon une formule volontiers employée par Robert Frank, “au milieu du gué”, puisqu’elle intervient sur des phénomènes non clos, en devenir, ce handicap est transformé en atout. Travailler sur des processus inachevés doit permettre aux historiens de renoncer aux rationalisations *a posteriori* qui conduisent, par le biais d’un enchaînement causal fondé sur la succession chronologique à un durcissement de l’histoire et ouvrent la porte au déterminisme. Paul Ricœur l’affirme avec force, il faut “défataliser l’histoire”⁵.

L’histoire du temps présent se voyait disqualifiée car on la disait prisonnière de passions encore vives. Tributaire d’enjeux contemporains, mettant en lumière des personnages vivants qui peuvent, légitimement ou non, aspirer à l’oubli, participant à sa manière d’une préoccupation récente pour la transparence, cette histoire peut paraître suspecte, et les historiens qui s’y adonnent se voir soupçonnés de partialité ou de manque d’objectivité. Or, là encore, l’objection est de faible portée dans la mesure où nous vivons une époque où c’est l’histoire tout entière qui peut constituer un réservoir d’enjeux politiques de toutes sortes, en particulier des enjeux identitaires. L’expérience démontre que l’éloignement ne garantit point nécessairement l’objectivité puisque les passions soulevées par le baptême de Clovis ou le bicentenaire de la Révolution française ne sont toujours pas éteintes. L’objectivité est moins la conséquence quasi mécanique

⁵ RICŒUR, P. – “Remarques d’un philosophe”. In IHTP – *Écrire l’histoire...*, *op. cit.*, p. 35-41.

du recul que l'effet et la capacité de l'historien à faire taire préjugés et préventions. En la matière, l'éloignement dans le temps n'est en rien un facteur d'apaisement, et l'intensité des polémiques autour d'un événement historique ne dépend pas vraiment de la distance temporelle qui nous en sépare. À l'inverse, la distance prive l'historien de témoignages irremplaçables et rend plus malaisé d'entrer dans l'intelligence des mentalités et des comportements d'un temps différent.

L'histoire du temps présent se fonde sur la réflexion épistémologique menée par Marc Bloch dans *Apologie pour l'Histoire* et reprise par Henri-Irénée Marrou dans la *Connaissance historique*, réflexion selon laquelle toute connaissance historique est non seulement située dans le temps mais s'élabore depuis le présent qui ne cesse de renouveler le questionnement de l'historien. Dans cette conception d'inspiration augustinienne, passé et présent sont indissociables et l'écriture de l'histoire en tant que rapport dialogique entre présent et passé "est tout ensemble analyse du passé, mise en perspective du présent et anticipation de l'avenir"⁶. Le temps présent forme un espace de temps infime, furtif qui, par définition échappe à toute appréhension puisqu'il disparaît au moment même où il commence à exister. Au sens strict, c'est un non-sens que de vouloir faire de l'histoire du temps présent, puisqu'il suffit de parler de ce qui apparaît pour qu'on soit déjà dans le passé. La question du temps est ainsi posée dans toute son étendue, avec sa trilogie – passé, présent, futur.

L'interrogation de Saint Augustin dans les *Confessions*: "*Quid est tempus?*" nous vient donc à l'esprit. L'ecclésiastique Africain répond: "Si personne ne me le demande, je le sais; mais si on me le demande et que je veuille l'expliquer, je ne le sais plus". Augustin définit le présent comme le lieu d'une temporalité élargie enfermant la mémoire des choses passées et l'attente des choses à venir: "le présent du passé, c'est la mémoire; le présent du présent, c'est la vision; le présent du futur, c'est l'attente"⁷. De par son étymologie, le mot *visio* en latin peut également se traduire par *regard*, *attention*: la "vision" devient alors notre espace d'expérience, notre champ d'observation et d'investigation. En d'autres termes, il ne peut y avoir de passé et d'avenir qu'à travers le présent. Si le passé n'est plus, le souvenir reste; si le futur n'est pas encore, l'attente de l'avenir est là. Le présent est donc le lien entre ce qui fut futur et devient passé. "Dans l'histoire, écrit Marrou, ces deux plans [passé et futur] ne sont saisissables qu'au sein de la connaissance qui les unit. Nous ne pouvons isoler, sinon par une distinction formelle, d'un côté un objet, le passé, de l'autre un sujet, l'historien"⁸.

Dans cette logique, le "recul" est le produit de l'effort de l'historien, de sa démarche bien plus que de l'éloignement temporel. C'est un construit qui oblige aussi à penser la position propre de l'historien et à l'historiciser. Cette position épistémologique, au demeurant assez classique mais peut-être plus explicitement assumée par les praticiens

⁶ BÉDARIDA, François – "Le temps présent et l'historiographie contemporaine". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. [en ligne]. Vol 1 (2001). [Consulté 1^{er} mars 2011]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2001-1.htm>>. ISSN 0294-1759.

⁷ SAINT AUGUSTIN – *Confessions*. Paris: Garnier-Flammarion, 1967. ISBN 2080700219. Livre XI, Chap. XIV et XX, p. 264, 269.

⁸ MARROU, Henri-Irénée – *De la connaissance historique*. 1^{re} éd. Paris: Le Seuil, 1954. p. 15.

de l'histoire du temps présent, conscients d'un besoin accru de réflexivité, est forte d'implications. Face aux porteurs de mémoire qui ne se situent pas dans l'espace du raisonnement scientifique comme face aux négationnistes qui falsifient volontairement les éléments les mieux attestés ou encore devant une cour de justice, assumer la nature interprétative de l'histoire peut se révéler une position complexe à tenir.

Comment déterminer dans le flux rapsodique des événements les faits importants, ceux qui entraîneront des grandes conséquences? Comment donner rétroactivement sa portée et son sens à l'événement quand on ignore ce qui adviendra par la suite? Un phénomène au présent n'est pas et ne sera jamais saisi dans les mêmes conditions qu'un phénomène déjà inscrit dans le passé: il lui manque encore une clôture nette, gage de leçon de méthode certes (apprendre à lire les multiples possibles dans les événements du passé), mais problème de délimitation et d'intelligibilité tout de même (Paul Ricœur). Les bornes de la séquence historique du temps présent sont fondamentalement mobiles, dépendantes du mouvement même du temps: à chaque instant, le champ couvert par cette partie de l'historiographie se raccourcit en amont et s'allonge en aval. Penser le temps présent constitue un essai de le périodiser et de le délimiter, et donc de faire dépendre cette périodisation des représentations du présent et de ses enjeux. Les approches de "notre temps" diffèrent selon que l'on se réfère à un événement inaugural ou terminal, et les bornes du temps présent sont variables selon le poste d'observation. Denis Peschanski le rappelle, l'histoire (comme discipline) redécouvre, à travers la question du "temps présent", la nécessité de réflexions permanentes sur la périodisation.

Le dénominateur commun de tous les chantiers entamés par l'histoire du temps présent est la place centrale occupée par la question de la mémoire, qu'il s'agisse de la gestion des traumatismes causés par la violence de guerre (Seconde Guerre mondiale, guerre d'Algérie) ou des usages politiques et sociaux du passé (bicentenaire de la Révolution française, Mai 68), et renouvelle la question de la responsabilité de l'historien. La confrontation entre un discours savant sur le passé et une parole vive sur ce même passé a entraîné les historiens du temps présent à s'interroger sur les phénomènes de "mémoire", une réalité qu'ils rencontrent dans leur pratique quotidienne et qui est devenue, pour certains, un domaine d'investigation en tant que tel, l'analyse de la mémoire étant là encore une manière d'étudier la survivance active du passé dans le présent.

Les récits sur le passé tels qu'ils sont portés par des sujets qui peuvent se prévaloir d'une expérience individuelle et collective ne sont pas de même nature que le récit de l'historien qui, lui, tente la mise à distance et cherche à ignorer une part des affects dont sont porteurs les acteurs. Mais ce dernier ne les ignore pas totalement parce que, précisément, l'historien du temps présent travaille sur "un passé qui n'est pas encore passé" d'après la formule d'Henry Rousso. Il se situe, délibérément, dans une tension entre l'éloignement – la plupart du temps, un spécialiste qui travaille sur la période de Vichy n'a pas connu directement les événements – et la proximité – cette période est suffisamment proche pour avoir laissé des traces vivantes et douloureuses dont il est obligé, dans son travail, de tenir compte. Il travaille ainsi à la frontière de ce qui pourra être considéré par le sens commun comme de l'"histoire", c'est-à-dire une période révolue, et un présent auquel il tente de donner une profondeur rétrospective.

Il est, de ce fait, placé en première ligne dans les débats publics sur la “mise en histoire” d'événements qui ont laissé des blessures indélébiles: guerres mondiales, génocides, systèmes totalitaires, déplacements massifs de population, autant de traits caractéristiques du XX^e siècle.

L'histoire du temps présent accompagne autant qu'elle étudie la montée de la marée mémorielle, reprenant à nouveaux frais le chantier de la Seconde Guerre mondiale – particulièrement dans un premier temps celui de Vichy⁹ – pour en analyser les actualisations successives. C'est certainement cette configuration particulière où se transforme le regard social porté sur le passé, le présent et le futur – ce que François Hartog propose de qualifier de “présentisme” – qui explique le mieux, en dernière analyse le succès de l'histoire du temps présent comme “tentative de mise à distance et un antidote à la rumination du passé”¹⁰. L'histoire du temps présent “exprime à sa manière un “régime d'historicité” particulier dans lequel le rapport au passé se décline [...] sur le mode du “présentisme”, une situation dans laquelle le présent est la mesure de toute chose”¹¹. Lieu de rencontre entre historiens d'une histoire contemporaine en pleine expansion, l'histoire du temps présent en tant que “discipline-frontière” est aussi un lieu d'échanges entre les approches des différentes sciences humaines – sociologie, anthropologie, droit, philosophie – et de dialogue entre les différentes périodes. De façon significative l'équipe de l'Institut d'histoire du temps présent ouvre aussi une réflexion sur la psychanalyse dont les outils sont mobilisés pour comprendre les processus mémoriels¹². Henry Rouso utilise ainsi, pour appréhender la façon dont la mémoire de Vichy constitue en France “un passé qui ne passe pas”, les notions de deuil inachevé, de refoulement ou encore d'obsession.

L'histoire du temps présent a été amenée à se pencher sur un siècle marqué au fer rouge par deux guerres mondiales, deux grandes crises économiques, l'avènement de formes nouvelles et inégalées de tyrannies politiques (le fascisme, le nazisme et le léninisme-stalinisme), et une accélération sans précédent des innovations technologiques et scientifiques, autant d'éléments “contingents” que l'historiographie ne pouvait ignorer au profit de la seule “longue durée” chère à Braudel. Sa vitalité tient au fait qu'au même moment, dans nombre de pays, les interrogations sur le passé proche (la Seconde Guerre mondiale, le communisme, les guerres coloniales) ont connu des développements d'une ampleur et d'une nature inédites, au premier rang desquels il faut ranger la mise en procès d'anciens criminels de guerre nazis ou d'anciens protagonistes des régimes ayant collaboré avec le III^e Reich. Cette actualité du passé,

⁹ ROUSSO, Henry - *Le syndrome de Vichy de 1944 à nos jours*. 1^{re} éd. Paris: Seuil, 1987. 414 p. ISBN 2-02-012157-3; LAGROU, Pieter - *Mémoires patriotiques et occupation nazie*. 1^{re} éd. Bruxelles: Complexe, 2003. 360 p. ISBN 2-87027-843-8.

¹⁰ ROUSSO, Henry – *Le syndrome de Vichy...*

¹¹ ROUSSO, H. – “Histoire du temps présent”. In MESURE, S; SAVIDAN, P. - *Le dictionnaire des sciences humaines*. 1^{re} éd. Paris: PUF, 2006. 1328 p. ISBN 2 13 055710 4.

¹² VOLDMAN, Danièle – “Recherche historique et sources orales. Définitions et usages”. *Cahiers de l'IHTP*. [en ligne]. N° 18 (1992). [Consulté 1^{er} mars]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle211.html>>. ISSN 1256-5733.

ces formes d'anamnèse collective ont donné aux historiens du temps présent un rôle particulier dans la cité, un statut d'"expert public", une posture de "gardien de la mémoire", et une "médiatisation" importante: on l'a vu notamment avec la présence d'historiens à la barre des procès du milicien Paul Touvier, en 1994, et de l'ancien préfet Maurice Papon, en 1997-1998, ou encore avec la multiplication des "commissions d'historiens", en France, en Suisse, en Allemagne, dans le cadre de certaines grandes entreprises, etc. Très fortement sollicitée alors que se lève la vague mémorielle, l'IHTP doit rapidement se situer face aux demandes de l'État – expertise, commémorations –, de la justice – témoignages des historiens –, des collectivités territoriales – musées – ou encore de groupes. Cette présence du passé proche dans l'espace public a été, et continue d'être, un élément essentiel de réflexion sur l'éthique des historiens du temps présent et, partant, sur l'éthique du métier d'historien au sens le plus large du terme. En 1982-1983, le séminaire de François Bédarida est consacré à "l'histoire du temps présent et ses usages: recherche fondamentale et histoire appliquée". Il en ressort la volonté d'assumer pleinement cette dimension de l'activité scientifique tout en campant sur l'idée, de plus en plus fortement affirmée au fil des années, que "bien avant d'être la réplique à une attente du public" l'histoire "répond d'abord et avant tout à une nécessité de connaissance"¹³. Henry Rousso, qui prend la tête de l'Institut en 1994, insiste plus encore sur cette dimension et refuse d'assumer le "rôle d'historiens thaumaturges capables de soigner une crise d'identité ou de légitimité, individuelle, sociale ou nationale". Cette position, rendue nécessaire par la multiplication des procès et la judiciarisation de l'histoire (multiplication des lois dites "mémorielles"), enregistre et accepte l'existence d'une demande sociale tout en ne s'y soumettant pas. Elle fait débat à plusieurs reprises, soit que l'on conteste le refus d'un Henry Rousso de témoigner au procès Papon en 1997, soit que l'on dénonce – comme Gérard Noiriel – "l'importance extrême qu'a prise la logique d'expertise" qui "tend à faire de l'historien une sorte de juge suprême distribuant les bons et les mauvais points". Les relations parfois conflictuelles avec de grands témoins acteurs de la Résistance – par exemple les époux Aubrac – contribuent à alimenter ces critiques interprétant sur un mode parfois idéologique la volonté d'affirmer qu'écrire l'histoire sous l'œil des témoins ne signifie pas le faire sous leur dépendance.

Bibliographie

BÉDARIDA, François – "L'historien régisseur du temps?". *Savoir et responsabilité. Revue historique*. [en ligne]. Vol 1 (1998). [Consulté 1^{er} mars 2011]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.cairn.info/revue-historique-1998-1.htm>>. ISSN: 2104-3825.

BÉDARIDA, François – "Le temps présent et l'historiographie contemporaine". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. [en ligne]. Vol 1 (2001). [Consulté 1^{er} mars 2011]. Disponible sur

¹³ BÉDARIDA, François – "Le temps présent et l'historiographie contemporaine". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. [en ligne]. Vol 1 (2001). [Consulté 1^{er} mars 2011]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2001-1.htm>>. ISSN 0294-1759.

- WWW <URL: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2001-1.htm>>. ISSN 0294-1759.
- DELACROIX, C - "L'histoire du temps présent au risque de la demande sociale". In GARCIA, P.; CRIVELLO, M.; OFFENSTADT, N. - *La concurrence des passés. Usages politiques du passé dans la France contemporaine*. 1^{re} éd. Aix-en-Provence: Publications de l'Université de Provence, 2006. 298 p. ISBN 2-85399-631-X.
- FRANK, Robert - "Une histoire problématique, l'histoire du temps présent". *Vingtième Siècle. Revue d'histoire*. [en ligne]. Vol 3 (2001). [Consulté 1^{er} mars]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2001-3.htm>>. ISSN 0294-1759.
- LAGROU, Pieter - "L'histoire du temps présent en Europe depuis 1945 ou comment se constitue et se développe un nouveau champ disciplinaire". *La Revue pour l'histoire du CNRS*. [en ligne]. Vol 9 (2003). [Consulté 1^{er} mars 2011]. Disponible sur WWW <URL: <http://histoire-cnrs.revues.org/34>>. ISSN 1955-2408.
- NOIRIEL, Gérard - *Qu'est-ce que l'histoire contemporaine?*. 1^{re} éd. Paris: Hachette, 1998. 255 p. ISBN 978-2-01-145072-2.
- IHTP - *Écrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. 1^{re} éd. Paris: CNRS Ed., 1993. 417 p. ISBN 2-271-05121-5.
- ROUSSO, Henry - "L'histoire du temps présent, vingt ans après". *Bulletin de l'IHTP*. [en ligne]. N° 75 (2000). [Consulté 1^{er} mars 2011]. Disponible sur WWW <URL: <http://www.ihtp.cnrs.fr/spip.php%3Farticle471&lang=fr.html>>. ISSN 1256-5733
- ROUSSO, Henry - *La hantise du passé*. 1^{re} éd. Paris: Textuel, 1998. 143 p. ISBN 2-909317-49-8.

Fazer história do tempo presente em Portugal

Os anos oitenta

Alexandra Silva

Alexandra Silva, Mestre em História da Cultura pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Bolseira de doutoramento da FCT. Investigadora do Centro de Estudos Sociais. E-mail: asilva@ces.uc.pt

Na esfera do pensamento e da criação, as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial oferecem um panorama de fortes contrastes. As ideologias de diverso género – políticas, sociais, estéticas, religiosas ou outras – derivaram, nas suas linhas gerais, da grande efervescência experimentada pela cultura ocidental.

A conjuntura dos “longos anos sessenta”¹ representou uma profunda e irreversível primeira ruptura, carregada de acontecimentos de crucial importância, fez entrar numa nova fase o mundo do Pós-Guerra². Essa rebelião mundial provocou sucessivas leituras e releituras históricas por parte daqueles que as vivenciaram, mas também por parte dos novos sujeitos históricos que então emergiram, nomeadamente a juventude, que se afirmou como categoria social autónoma.

Este período de “ausência de ordem” ou “desordem política internacional”³ caracterizou-se por uma imensa e intensa aceleração histórica: acontecimentos como o culminar do processo de descolonização, a emergência de um Terceiro Mundo entre o capitalista e o socialista, a expansão máxima do capitalismo ocidental no seu modelo de Pós-Guerra e a chegada da URSS ao seu maior desenvolvimento. Igualmente, recrudesceram os conflitos regionais, dos quais foi paradigma o Vietname, e surgiram problemas muito significativos no interior dos grandes blocos, como a revolução cubana, a revolução cultural chinesa ou a Primavera de Praga. Partindo das clássicas estruturas de classes, próprias das sociedades industrializadas, apareceram novas formas de acumulação de capital, de relações de propriedade e trabalho, novos movimentos sociais e formas de exercício ou de contestação do poder. Sucederam-se mudanças profundas no imaginário cultural das sociedades, a maior parte delas relacionadas com a expansão do consumo e as crescentes possibilidades de acesso à comunicação. Em termos científicos, a segunda metade do século XX conheceu também uma inovação e mudança tecnológica sem precedentes e toda a sociedade se pautou pelo primado da ciência e da técnica, a par de uma intensa revolução da informação.

A nova e profunda transformação que despontou foi modificando em profundidade a dinâmica das sociedades industrializadas e teve naturais implicações no campo da cultura. Partindo delas, afirmou-se o advento de um estado ou situação apelidado de “pós-industrial”⁴, em função do salto económico-tecnológico decisivo, até ao estado “da informação”, “da comunicação” ou “do conhecimento”⁵. Isto é, o aparecimento de um novo tipo de sociedade que se desenvolveu com a revolução da informatização, a economia global, a cultura da informação de massas, a evolução das instituições e aparelhos políticos e a manifestação diversificada e plural de formas culturais e artísticas.

¹ Cf. MARWICK, Arthur – *The Sixties: cultural revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.

² Veja-se JUDT, Tony – *Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2007.

³ ARÓSTEGUI, J.; SAVORIDO, J. – *El tiempo presente: un mundo globalmente desordenado*. Universidad de Buenos Aires, 2005. p. 82 e 83.

⁴ BELL, Daniel – *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1979.

⁵ CASTELLS, Daniel – *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

Um dos resultados mais notáveis dessa nova conjuntura cultural do tempo presente foi o surgimento de um conjunto de conceitos – primeiro no âmbito da arquitectura e das artes em geral e que se estendeu para a análise de outras partes do sistema social – que se referem a uma nova fase na cultura ocidental decorrente da falência, crise ou superação do projecto da *modernidade*, do Iluminismo e do seu ideal racionalista como forma de compreender a nova “ordem mundial”⁶. Este processo de transformação foi acompanhado pelo auge do pensamento neo-liberal, a crise do marxismo e a crise do *cientificismo* na investigação social, estabelecendo as bases do que se viria a chamar *pós-modernidade*⁷, que representou o fim do consenso em torno dos eixos significativos pelos quais se pautou a mudança social e cultural do tempo anterior.

O Século das Luzes havia sido considerado o quadro fundacional e normativo da auto-referência contemporânea, valores e conceitos que a partir da segunda metade do século XX foram postos gradualmente em causa. Este modelo entrou em quebra de forma acelerada na década de 1980, ainda que as suas debilidades fossem já perceptíveis anteriormente. O discurso científico deixara de ser absolutamente legítimo e eficaz, já que, além de ter revelado a incapacidade de promover o bem-estar da humanidade, teria perdido a sua força de unidade e o seu carácter de método absoluto e infalível. Tratou-se sobretudo da perda de uma referência clara e um guia para a organização e compreensão do mundo. Os anos oitenta são, por isso, a década da crise dos discursos unificadores, dos modelos explicativos e das filosofias que os legitimavam, do fim das metanarrativas, do desaparecimento das visões unificadoras da realidade e das grandes certezas a respeito das formas de funcionamento do mundo, da fragmentação dos saberes, no fundo, da perda das utopias, que vários teóricos têm vindo a interpretar.

O filósofo francês François Lyotard começou por falar da “condição pós-moderna” como “o estado da cultura após as transformações que afectaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX”⁸, como a fase em que as metanarrativas modernas foram desacreditadas, em que a ciência deixara de ser considerada como a fonte absoluta de verdade, desenhando-se uma era em que o saber estaria novamente em abertura e em permanente construção.

Para Frederic Jameson, as sociedades pós-industriais converteram as formas culturais naquilo que o autor viu como significado profundo do *pós-modernismo*, não apenas numa leitura intelectual e filosófica mas que com os seus postulados alcançaram amplas manifestações na arte, na literatura, na moda⁹.

⁶ CHOMSKY, Noam – *El nuevo orden mundial (y el viejo)*. Barcelona: Crítica, 1996.

⁷ O termo *pós-moderno*, inicialmente circunscrito a uma elite de ensaístas e a áreas artísticas delimitadas, rapidamente se expandiu trazendo ao debate a mudança social contemporânea, tornando-se a dominante cultural ou a lógica cultural da terceira grande etapa do capitalismo, cuja origem estaria na era pós Segunda Guerra Mundial, isto é a “lógica cultural do capitalismo tardio”. Cf. ANDERSON, Perry – *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005.

⁸ LYOTARD, Jean-François – *A condição pós-moderna*. Lisboa: Gradiva, 2003. p. 15.

⁹ Jameson dá exemplos de como na arte (com Andy Warhol e a *pop art*, o *fotorrealismo* e o *neo-expressionismo*), na música (com John Cage, mas também a síntese dos estilos clássico e popular evidente em compositores como Philip Glass e Terry Riley e no *punk rock* e na *new wave*); no cinema (com Jean-Luc Godard) ou na literatura (com William Burroughs, Thomas Pynchon e Ishmael Reed, no *nouveau roman*

Por sua vez, Giles Lipovetsky, um dos expoentes da filosofia francesa actual, classificou os anos oitenta como uma “era do vazio”¹⁰ marcada pela apatia, o enfraquecimento da sociedade e dos costumes e do individualismo contemporâneo na era do consumo de massa.

Omar Calabrese trouxe à discussão a estética barroca, sob novo enfoque. O autor caracteriza a época como aquela em que o pormenor e o fragmento se sobrepõem ao inteiro, onde a instabilidade, a desordem e o caos, as figuras do nó e do labirinto, a complexidade e a dissipação, a distinção e a perversão, se instalam como dominantes no campo social e cultural¹¹. No modelo calabresiano, a sociedade contemporânea seria marcada pelo ritmo e pela repetição, na produção ou no consumo de bens culturais e económicos, ou no uso continuado e frenético das mais diversas formas de expressão, nomeadamente artísticas, transformadas no conceito de *neobarroco*¹².

Zygmunt Bauman anunciou a modernidade líquida do tempo presente caracterizada por um estado de *liquefacção* das sociedades contemporâneas. O sociólogo polaco considerou que o mundo se organizou sobre os estilhaços de dogmas destruídos, das peças desconexas das ideologias falhadas, das falsificações das montagens económicas, das retóricas das políticas do bem-estar, das perversidades tecnológicas, dos meios urbanos degradados e das falências nas apostas de progresso a longo prazo, um “lixo histórico” maioritariamente assente em “ideologias da salvação”¹³.

Já Mattei Calinescu admitiu, na realidade cultural do tempo presente, a existência dual e ambígua da modernidade, porque nela se verifica um particular compromisso com a inovação mas também uma recuperação algo eclética do passado,

[...] abandonando as críticas da vanguarda e optando por uma lógica de renovação mais do que por uma inovação radical, o pós-modernismo entrou num vivo diálogo reconstrutivo com o antigo e com o passado¹⁴.

Em Portugal, Boaventura de Sousa Santos reflectiu sobre a transição entre paradigmas sociais – e sobre o lugar e vicissitudes da sociedade portuguesa em tal transição – concluindo que:

francês e sua sucessão ou em críticos como Fiedler, Hassan e Sontag) se demonstram manifestações culturais que estavam além do modernismo “esgotado”. Cf. JAMESON, Fredric – *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.

¹⁰ LIPOVETSKY, Gilles – *A Era do Vazio: Ensaios Sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Relógio D’Água, 1989.

¹¹ *Idem*, p. 161-163.

¹² CALABRESE, Omar – *A idade neobarroca*. Lisboa: Edições 70, 1988. p. 39.

¹³ BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. 258 p. ISBN 857-110-598-7.

¹⁴ CALINESCU, Mateo – *As cinco faces da modernidade: modernismo - vanguarda - decadência - kitsch - pós-modernismo*. Lisboa: Vega, 2000. p. 242.

A relação entre o moderno e o pós-moderno é, pois, uma relação contraditória. Não é uma ruptura total como querem alguns, nem de linear continuidade como querem outros. É uma situação de transição em que há momentos de ruptura e momentos de continuidade.¹⁵

Nesta plêiade de visões e interpretações, e por oposição ao radicalismo, à participação e solidariedade e à dimensão utópica e prospectiva dos anos sessenta, tradicionalmente a década de oitenta tem sido considerada o período do desinteresse dos jovens pela política e pela cultura, da desconfiança e descrença nas utopias, do alheamento e do cepticismo, da concorrência e da competição, que conduziram ao culto abusivo da aparência e do conforto, ao pragmatismo, ao estilhaçamento e fragmentação das estruturas, à banalização e frivolidade das relações, à absorção automática de modelos da cultura de massas comercializada, às formas de convívio e lazer individualistas e hedonistas.

A par destas leituras – variadas e por definição discutíveis – conceberam-se modificações no campo das ciências sociais e humanas que apontaram para transformações radicais no âmbito das expressões do conhecimento, questionando-se as estruturas de poder e o próprio estatuto do saber. A ascensão do conceito de pós-modernismo, bem como a magnitude das variações de qualquer tipo que caracterizam os tempos contemporâneos, mudou profundamente os termos do debate e levou muitos historiadores a analisar a forma de definir e interpretar o presente.

De igual forma, a diversa natureza dos processos de transformação social e a sua dispersão pelos diferentes espaços do sistema mundial suscitaram profundas revisões no pensamento marxista e, a par disso, no âmbito das ciências sociais e humanas, e no campo específico da História, a visão totalizadora da realidade foi colocada em questão verificando-se o abandono dos modelos de análise de outrora, o que significou uma mudança nos fundamentos do pensamento historiográfico contemporâneo. A nova ideologia ou filosofia da história representou o triunfo claro do relativismo cultural¹⁶ e a recusa do poderio indiscutível da Razão, de toda a verdade única, da mesma forma que significava o fim das “grandes narrativas” produzindo-se a emergência dos discursos fragmentários e polissémicos. Com efeito, vários pensadores viram neste presente um rompimento profundo com o passado, retirando dele o fim das ideologias e a necessidade de repensar profundamente os sujeitos históricos e as formas de acção social, avançando-se para as teorias do fim da história, que viriam mais tarde a ser propostas por Francis Fukuyama¹⁷.

¹⁵ SANTOS, Boaventura de Sousa - *Pela Mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994. p. 92.

¹⁶ O relativismo foi um produto muito directo da posição intelectual que acreditava ver no mundo muito menos certezas que as que encontrava a tradição moderna. O pensamento relativista sustém que os conteúdos de verdade que têm as proposições ou posições intelectuais são equiparáveis, não havendo nada que possa ser considerado uma verdade absoluta, nem tão pouco uma verdade que valha mais que outra. Cfr. ARÓSTEGUI, Julio - *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004. p. 145.

¹⁷ FUKUYAMA, Francis - *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 2007.

Verificaram-se, assim, alterações no pensamento e método científicos, apresentando-se novas formas de encarar a ciência e fundamentalmente, uma nova perspectiva da dualidade ciência natural/ciência social¹⁸ e foram surgindo novas formas de avaliar a renovada situação da vida social e cultural, nomeadamente na história sociocultural, a microhistória, a história oral, a história da vida quotidiana, a história do tempo presente.

Todas elas são resposta às mudanças da cultura, das mentalidades e da percepção dos sintomas dessas mudanças, produzidas pelo menos desde os anos setenta do século XX. Concretamente, a ideia de uma história do tempo presente resulta da ideia de que após a Segunda Guerra Mundial nasceu um momento inequivocamente distinto da contemporaneidade que deixava para trás categorias estanques e a visão de que era necessário “historiar” de outra maneira.

Esta conjuntura daria lugar ao aparecimento da proposta de institucionalização de uma história do tempo presente e do seu novo horizonte historiográfico. O termo história do tempo presente tem a sua origem em França onde encontrou as primeiras formulações conceptuais e as primeiras materializações institucionais. Desde os anos sessenta que se tem falado de história do tempo presente, história do presente, imediata, recente, actual ou quotidiana, pressupondo que esses termos seriam em linhas gerais sinónimos e cujos recessos semânticos não afectariam o objecto de estudo¹⁹.

Verifica-se portanto, também, a mudança de paradigma no campo da história, que tendeu a considerar as mudanças sociais como acontecimentos não estruturados: em lugar de ver o processo histórico como um acumular incessante de experiências, deveria ser investigada a estrutura das mudanças de longo prazo, evitando o relativismo absoluto e observando a dinâmica dos factos. Em suma, a história do tempo presente surgia como uma nova orientação historiográfica, oferecendo reflexões teóricas que introduziram igualmente um olhar renovado sobre o passado e sobre o modo como a historiografia ocidental o havia narrado e interpretado²⁰.

A forma como se escreveu a história foi também reequacionada. Hayden White²¹ chamara a atenção para o modo como a historiografia era necessariamente organizada como um narrativa, problematizando a distinção tradicional entre os textos ficcionais (especialmente os romances) e a historiografia, baseando-se na observação de que a escrita dos historiadores era orientada não apenas por estruturas do mundo real, mas, em larga medida, por problemas intrínsecos da organização e da composição discursivas, estilísticas e poéticas²². Seguindo essa mesma perspectiva, Rui Bebião tem defendido dentro dos estudos da história do tempo presente, a história como poética, levantando as questões da subjectividade e da relação com o passado e

¹⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996. 59 p.

¹⁹ Sobre a origem da história do tempo presente e a questão terminológica ver ARÓSTEGUI, Julio – *Ob. cit.*, p. 21 e seguintes e p. 48.

²⁰ ASH, Timothy Garton – *História do Presente*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001. p. 17.

²¹ WHITE, Hayden – *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

²² GUMBRECHT, Hans Ulrich – *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 462-63.

[...] admitindo e praticando a história como saber próprio mas híbrido, que combina dados e imaginação, e o faz com rigor e com arte, afastando-se da estéril presunção da certeza e oferecendo-se ao interesse das pessoas que, por prazer ou vontade de conhecer – mas de preferência pelos dois motivos combinados – por ela se interessam, para ela são conquistadas, de alguma maneira a integram nas suas vidas.²³

Argumentação semelhante é aquela defendida pelo historiador Julio Aróstegui no seu trabalho de legitimação da história do tempo presente e da história vivida, apresentando nela uma noção de presente histórico que se identifica com uma aproximação, um inventário das questões essenciais da história que vivemos²⁴. Para ele, história não é só a herança mas também a consciência formada a partir da experiência do nosso próprio actuar. A história do presente é primordialmente a história experimentada face à tradicional história recebida, “é que a história também é *vida*”²⁵, defende. Kosseleck²⁶ afirma que toda a história recorre à experiência ou experiências humanas e toda a historiografia consiste na historicização de experiências. A dupla operação de historicização adquire um carácter particular quando se trata da experiência própria recorrendo duplamente a uma dimensão objectiva e subjectiva através da qual se desenvolve uma consciência peculiar. O que chamamos história do presente caracteriza-se pois, pela “confluência peculiar do subjectivo com o objectivo”²⁷, define.

O alemão Hans Ulrich Gumbrecht tem revisitado as narrativas canónicas da história da historiografia a partir de uma releitura da própria modernidade. Tem sido, aliás, um profundo crítico do projecto da modernidade e do modelo historiográfico por ela engendrado, reflectindo e propondo novas formas historiográficas. Gumbrecht critica aquilo que chama de “centralidade incontestada da interpretação”, secura de um legado metafísico e cartesiano que, ao desprivilegiar a *presença* das coisas – expresso nas artes, na cultura de massas e no fascínio pelo passado – se foca excessivamente no *sentido* do mundo social²⁸. Não se trata, pois, de abandonar todas as prerrogativas científicas das humanidades, mas de criticar frontalmente a proeminência hermenêutica dos seus mais variados campos disciplinares, reintroduzindo neles uma reflexão sobre o papel da experiência estética²⁹.

²³ BEBIANO, Rui – “Sobre a história como poética”. In *As Oficinas da História*. Lisboa: Colibri, 2002. p. 70.

²⁴ Vejam-se os estudos já aqui citados do historiador espanhol Julio Aróstegui, infelizmente nenhum traduzido entre nós o que revela o desprezo da actividade editorial em Portugal pelos temas da História do Tempo Presente.

²⁵ ARÓSTEGUI, Julio – *Ob. cit.*, p. 13.

²⁶ KOSELLECK, Reinhart - *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2001. p. 59.

²⁷ ARÓSTEGUI, Julio – *Ob. cit.*, p. 144.

²⁸ GUMBRECHT, Hans Ulrich - *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004. p. XV.

²⁹ O ponto de partida dessa reflexão gumbrechtiana deve ser a ideia heideggeriana de *ser-no-mundo*, contrária à oposição cartesiana entre sujeito e objecto, que o pensador assumidamente deseja superar.

Gumbrecht defende a possibilidade de nessa análise se ter um cuidado estético, que pode possibilitar à historiografia a *presentificação* de mundos passados, com “a aplicação de técnicas que produzam a impressão (ou, de facto, a ilusão) de que esses mundos passados podem-se tornar tangíveis novamente”³⁰. O autor falara já sobre a *presentificação* das artes e das humanidades onde aborda os futuros possíveis para as ciências humanas defendendo a possibilidade de redesenhar as fronteiras das suas disciplinas, em especial as “da estética, da história e da pedagogia” em que o passado parece tornar-se presente numa espécie de “epifania”, um resultado directo da coexistência sempre tensa entre efeitos de sentido e efeitos de presença.

Ao dizer que qualquer contacto humano com as coisas do mundo contém um componente de sentido e um componente de presença, e que a situação da experiência estética é específica, na medida em que nos permite viver esses dois componentes em sua tensão, não pretendo sugerir que o peso relativo dos dois componentes é sempre igual. [...] A dimensão de sentido será sempre predominante quando lemos um texto [...]. Inversamente, acredito que a dimensão da presença predominará sempre que ouvirmos música [...]. Mas penso que a experiência estética – pelo menos em nossa cultura – sempre nos confrontará com a tensão, ou a oscilação, entre presença e sentido.³¹

Perante estes desafios que se colocaram à contemporaneidade e as transformações significativas de diálogo entre o passado e o presente, é necessário repensar a forma como se tem feito a história do presente em Portugal³², mais concretamente aquela que respeita, *grosso modo*, à década de 1980.

Efectivamente, é possível exemplificar tudo isto num momento marcante da história de Portugal como foi a transição democrática pós-salazarista para a democracia, um processo que se arrastou depois de Novembro de 1975 sensivelmente até às primeiras eleições constitucionais, e que oferece elementos de grande interesse para a melhor compreensão dos fenómenos políticos e sociais mas também artísticos e culturais.

A intensa oposição no biénio revolucionário (1974-1975) processou-se essencialmente ao sistema político e foi progressivamente promovida e reforçada pela actividade cultural e artística à margem da cultura institucional e institucionalizada como componente elementar e amplamente integrante da génese do imaginário social³³. Efectivamente, o contexto do pós-25 de Novembro promoveu novas e profundas significações culturais que se definem como “lógicas culturais alternativas”³⁴, dialecticamente em relação com a cultura legítima e dominante. No entanto, uma série de “lugares-comuns” tem dominado a interpretação do período, dando conta do desaparecimento dos valores

³⁰ GUMBRECHT, Hans Ulrich - *Ob. cit.*, p. 94.

³¹ *Idem, ibidem.*

³² Rui Bebiano apresentou alguns dos temas e problemas da história do presente, debatendo em torno de conceitos como identidade, memória, complexidade, velocidade e cidadania. Veja-se Bebiano, Rui – “Temas e problemas da história do presente”. In *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Colibri. p. 225-236

³³ Cf. DURAND, Gilbert – *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

³⁴ RIBEIRO, António Sousa – “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. N.º 18-19-20 (1986) p. 11-12.

dos anos sessenta ou da sua cooptação, insistindo na ideia de que aqueles se terão perdido para sempre.

Nessa análise, os anos oitenta têm sido revisitados com um sentimento de revivalismo e nostalgia celebrados em torno do *kitsch*, do colorido, da reedição de tendências na moda, na música, nas festas, nos ícones, na decoração, nas séries televisivas. Os anos oitenta correspondem a uma década com identidade própria e incorporam o surgimento de uma geração que, de acordo com a formulação tradicional do “choque de gerações”³⁵, se concebeu a si mesma em oposição à chamada “geração de sessenta”³⁶, considerada por alguns a “geração sem memória”³⁷.

Na verdade, a transição democrática portuguesa no último quarto do século XX foi um processo histórico de enorme capacidade ilustrativa sobre o que pode ser uma história do tempo presente baseada na biografia de uma geração e cujo estudo está por fazer-se. Só dando a conhecer essa geração silenciada o historiador pode, em rigor, entender um período da história de Portugal que tem sido mal interpretada, fruto das abordagens superficiais ou redutoras de que tem sido alvo.

Com as transformações que se dão em Portugal e com a rotinização do sistema democrático, emergem novas formas de manifestação de uma cultura juvenil marcada por novas práticas simbólicas e novas configurações identitárias, que os historiadores devem procurar conhecer. Devido em parte a reservas metodológicas que mantiveram alguma desconfiança – hoje felizmente ultrapassada – em relação à História recente, trata-se de um período no qual se encontra um imenso campo de investigação por explorar, uma vez que os estudos existentes se confinam, em regra, a levantamentos sem dimensão explicativa, a testemunhos centrados na definição da normalização democrática, ou a abordagens no campo da sociologia sobre as novas culturas juvenis.

Destacam-se, neste contexto, os contributos nas obras dirigidas por António Reis³⁸, que abordam aspectos da vida cultural no período da transição democrática, ou o trabalho de Eduarda Dionísio sobre a sua visão pessoal da época³⁹. Apesar de útil, essa obra é já um estudo datado, enunciando uma visão pessoal que exclui uma reflexão científica. Outros trabalhos no domínio mais específico da História revelam preocupações referentes ao estudo da época e do objecto em questão, mas os resultados cingem-se à cadeiras no ensino universitário ou realização de seminários, cursos ou

³⁵ PRÉEL, Bernard – *Le choc des générations*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.

³⁶ A geração dos anos sessenta haveria de se fragmentar ao largo da acção histórica concreta que culminou na transição, dando vida ao reformismo nascido no próprio regime e à oposição a este. A geração de portugueses que fez a transição para a democracia começou a ser substituída como activa por outra que é a que aparece após as “revoluções de 89-91”, altura em que se encerra o “curto século XX” de que falava Hobsbawm e que é dominante nos anos noventa.

³⁷ VIEIRA, Joaquim – *Portugal, Século XX – Crónica em Imagens*. Vol. IX (1980-1990). Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

³⁸ De que são exemplo *Portugal Contemporâneo (1820-1992)*. Seis volumes. Lisboa: Publicações Alfa, 1990-1993 ou *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Século XX*. Lisboa: Colibri; Instituto de História Contemporânea, 2003.

³⁹ Cf. DIONÍSIO, Eduarda – *Títulos, acções, obrigações: a cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.

colóquios de história do presente⁴⁰, o que demonstra a urgência em abordar de forma sistemática o período de transição democrática e o processo de definição de novas culturas urbanas. Além disso, estudos sociológicos⁴¹ sobre os comportamentos juvenis têm destacado o seu importante papel na formulação de processos de contestação e resistência à normalização democrática. Todavia, nota-se nestes trabalhos a ausência de uma perspectiva histórica que importa desenvolver.

Deve ter-se em conta os prejuízos impostos pela tradição positivista à história do tempo presente, que lhe levanta problemas epistemológicos e metodológicos: a impossibilidade de a reconstruir pela falta de documentos, pela inexistência de uma “perspectiva temporal” adequada ou pela implicação pessoal do historiador. Na verdade, os procedimentos de pesquisa do historiador do tempo presente podem incidir na análise das tradicionais fontes históricas – jornais, revistas, actas de reuniões, programas e cartazes, postais –, as fontes audiovisuais – como os arquivos televisivos, filmicos ou radiofónicos –, mas também num permanente recurso ao testemunho oral, a partir do qual o historiador se pode servir de uma miríade de fontes de espólios pessoais: fotografias, cartas, cartões postais, textos ficcionais e não ficcionais, memórias pessoais, entre outros. Como fonte primordial para a história do presente surge a história oral apontando para um novo paradigma metodológico baseado nas novas possibilidades do recurso ao testemunho oral que enquanto fonte da história deve estar sujeita e nas mesmas condições das demais aos requisitos metodológicos aplicáveis a qualquer tipo de fonte histórica.

Pretende-se neste artigo exploratório repensar e analisar o passado recente da História de Portugal a partir de uma perspectiva de confrontação com uma nova imagem dos anos oitenta que tem o potencial de mudar o modo como vemos e pensamos o presente. Ainda que estas constatações aqui deixadas devam ser mais elaboradas, aprofundadas e matizadas, levantam já algumas das grandes mudanças históricas protagonizadas geracionalmente. Além disso, a história do presente tem sido e continua a ser resposta para a compreensão da impressionante mudança que a sociedade portuguesa viveu no segundo quartel do século XX.

Bibliografia Final

ANDERSON, Perry - *As origens da pós-modernidade*. Lisboa: Edições 70, 2005.

ARÓSTEGUI, Julio – *La historia vivida: sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

⁴⁰ São exemplo disso *As conquistas sociais de Abril: passado e presente*, Direcção científica de Prof. Doutor António Reis e Dra. Maria Inácia Rezola. Auditório 1 da FCSH-UNL, 20-22 de Maio de 2004, *O Conhecimento da Democracia. Ciências Sociais no Portugal Democrático*, Direcção científica do Prof. Doutor Fernando Rosas, Dr. Luís Trindade e Dra. Elisa Lopes da Silva, FCSH-UNL, 8-10 de Maio de 2003; *Portugal na Transição do Milénio*, em colaboração com o Comissariado de Portugal para a EXPO'98/Pavilhão de Portugal e o Instituto da Defesa Nacional, Instituto da Defesa Nacional, 5-8 de Novembro de 1997.

⁴¹ Cf. PAIS, José Machado – *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003; FIGUEIREDO, Eurico – *Valores e Gerações: Anos 80 Anos 90*. Lisboa: ISPA, 2001; DRAGO, Ana – *Agitar Antes de Ousar: o Movimento Estudantil «Antipropinas»*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

- ARÓSTEGUI, J.; SABORIDO, J. – *El tiempo presente: un mundo globalmente desordenado*. Universidad de Buenos Aires, 2005.
- ASH, Timothy Garton – *História do Presente*. Lisboa: Editorial Notícias, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt – *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BEBIANO, Rui – “Sobre a história como poética”. In *As Oficinas da História*. Lisboa: Colibri, 2002.
- BEBIANO, Rui – “Temas e problemas da história do presente”. In *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Colibri.
- BELL, Daniel - *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting*. New York: Basic Books, 1979.
- CALABRESE, Omar – *A idade neo-barroca*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- CALINESCU, Mateo – *As cinco faces da modernidade: modernismo - vanguarda - decadência - kitsch - pós-modernismo*. Lisboa: Vega, 2000.
- CASTELLS, Daniel – *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.
- CHOMSKY, Noam – *El nuevo orden mundial (y el viejo)*. Barcelona: Crítica, 1996.
- DIONÍSIO, Eduarda – *Títulos, ações, obrigações: a cultura em Portugal, 1974-1994*. Lisboa: Edições Salamandra, 1993.
- DURAND, Gilbert – *Campos do Imaginário*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.
- FUKUYAMA, Francis – *O fim da história e o último homem*. Lisboa: Gradiva, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich – *Production of Presence: what meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Press, 2004.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich – *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- JAMESON, Fredric – *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1993.
- JUDT, Tony – *O Pós-Guerra: História da Europa desde 1945*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart – *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.
- LIPOVETSKY, Gilles – *A Era do Vazio: Ensaios Sobre o Individualismo Contemporâneo*. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.
- LYOTARD, Jean-François – *A Condição Pós-Moderna*. Lisboa: Gradiva, 2003.
- MARWICK, Arthur – *The Sixties: cultural revolution in Britain, France, Italy, and the United States, c.1958-c.1974*. Oxford; New York: Oxford University Press, 1999.
- PRÉEL, Bernard – *Le choc des générations*. Paris: Éditions La Découverte, 2000.
- RIBEIRO, António Sousa – “O povo e o público. Reflexões sobre a cultura em Portugal no pós-25 de Abril”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: CES. Nº 18-19-20 (1986).
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1996.
- SANTOS, Boaventura de Sousa – *Pela Mão de Alice: o social e o político na pósmodernidade*. Porto: Edições Afrontamento, 1994.
- VIEIRA, Joaquim – *Portugal, Século XX*. Lisboa: Temas & Debates.
- WHITE, Hayden – *El contenido de la forma: narrativa, discurso y representación histórica*. Barcelona: Ediciones Paidós, 1992.

Arquivos sonoros
Realidade proto-emergente em Portugal?

António Manuel Nunes

António Nunes, Mestre em História Moderna e Contemporânea pela Universidade do Minho. Professor de História. Colaborador do CEIS20. E-mail: antonio.m.nunes@netcabo.pt

1. Moldura legislativa

Em França, a Lei de 19 de Maio de 1925 obrigava os editores a depositar livros, fotografias e fonogramas, espécimes alargados às películas cinematográficas pela Lei de 21 de Junho de 1943. A partir de 1938 os registos sonoros franceses passaram a ser depositados na Phonothèque Nationale. Em 1992 o regime do depósito legal francês foi alargado às emissões de rádio e de televisão¹.

Na Colombia, a Ley 44, de 1993, o Decreto 460 del 16 de marzo de 1995, o Decreto 2.150, de 1995, e o Decreto 358, de 2000, obrigam a depositar na Biblioteca Nacional um exemplar de fonogramas editados ou importados e de matrizes audiovisuais².

No Brasil, a Lei n.º 12.192/2010, de 14 de Janeiro, obriga as editoras de fonogramas e vídeos a enviar à Biblioteca Nacional dois exemplares das obras editadas e comercializadas até 30 dias após a data de publicação. Os incumpridores podem incorrer em multas até 10 vezes o preço de capa da obra editada.

Em Portugal, o Ministério da Instrução Pública desenhou o regime do depósito legal através do Decreto n.º 5.618, de 10 de Maio de 1919, que continha o *Regulamento Orgânico da Biblioteca Nacional de Lisboa*. O artigo 89.º e seguintes elencava para depósito público obras impressas, opúsculos, folhetos, periódicos, desenhos, folhas volantes, revistas, obras de música, estampas, mapas, plantas e bilhetes-postais, não referindo fonogramas. O Decreto-Lei n.º 74/82, de 3 de Março, que actualiza o Decreto n.º 19.952, de 27 de Junho de 1931, dispõe no Capítulo III, artigo 4.º, alínea 2) que o depósito de fonogramas, de videogramas e de películas cinematográficas é obrigatório na Biblioteca Nacional.

A legislação portuguesa é completada pelas disposições relativas ao regime geral da protecção do património. Assim, a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, no seu Subtítulo II – Dos bens imateriais, artigo 43.º, alínea e) do n.º 1, referia a necessidade de implementação de políticas de recolha, conservação e fruição do património fotográfico, fílmico e fonográfico. O que se dizia sobre fontes sonoras era meramente residual quando comparado com os patrimónios de ostentação pública associados aos monumentos arquitectónicos e aos sítios arqueológicos. Confundia-se património efectivamente constituído no decurso de projectos de avaliação, estudo, inventariação e salvaguarda com patrimónios constituídos.

Esta impressão consolida-se com a leitura da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural), cujo âmbito e conteúdo demora erudito e elitista. O artigo 84.º é expressamente dedicado ao “património fonográfico”, contradição que

¹ SCHNEIDER, Claire – *Numérisation et traitement numériques des phonogrames musicaux. Étude comparative et cas du Musée du Quai Branly* [Em linha]. Paris: Conservatoire Nationale des Arts et Métiers, 2005. p. 28-29 [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://memsic.ccsd.cnrs.fr/docs/00/33/48/89/PDF/mem_0000013.pdf>.

² *Depósito Legal. Normas. 2009-2010* [Em linha]. Colômbia: Biblioteca Nacional de Colômbia. [Consult. 10.8.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.emedo.org/IMG/pdf/depositolegal-2009agosto.pdf>>. Mais informação em SAMBINO, Sambira – *Depósito legal de materiales audiovisuales: la situación iberoamericana* [Em linha]. Uruguay, [Consult. 10.8.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/IV/ifla74/papers/095-Sambino-es.pdf>>.

parece ter deixado o legislador indiferente. O Estado não pode declarar património já constituído aquilo que não conhece e que ainda não detém na sua esfera. Estaria o legislador a referir-se aos arquivos da RTP (arquivos audiovisuais), aos arquivos da RDP, aos arquivos da Cinemateca Portuguesa ou a eventuais protocolos a celebrar entre o Estado e os detentores de acervos sonoros privados? Estaria o legislador a pensar na institucionalização de um organismo vocacionado para a recolha, custódia, tratamento, comunicação e reedição regular de fontes raras ou esgotadas?

O texto positivado no n.º 1) do artigo 89.º padece de imprecisões quando verbera “integram o património fonográfico as séries de sons fixadas sobre qualquer suporte”, ou se reporta a “interesse cultural relevante”, cujo âmbito não é clarificado satisfatoriamente. Nas demais alíneas, onde predominam critérios elitistas (“notabilidade”, “relevantes”), e centralistas, parece concluir-se que este articulado não terá sido escrito por um técnico suficientemente conhecedor da realidade subjacente aos arquivos sonoros. O n.º 2) sanciona a contradição acima referenciada quando postula “As séries de sons amadores podem ser incluídas no património fonográfico, nos termos da lei”.

Foram estes textos produzidos numa conjuntura em que a UNESCO pusera a nu as insuficiências e vulnerabilidades do arquivo público sonoro como mero depósito/armazém central-custodial” onde se desenvolvia uma modesta e anónima actividade técnica tributária das práticas de biblioteconomia, arredada de uma visão sistémica do arquivo sonoro como infra-estrutura na comunidade, ao serviço da comunidade e desenhado por representantes da comunidade.

Em paralelo, a UNESCO e alguns centros internacionais de referência vinham a discutir as fronteiras do arquivo sonoro³ em função de realidades emergentes como as recolhas etnomusicológicas⁴, as histórias de vidas, a história oral, o registo geral de um corpus oral assente no estudo das línguas, falares e fonéticas regionais⁵, as paisagens sonoras⁶ e os territórios intangíveis, os audiovisuais, os arquivos radiofónicos, as bases

³ EDMONDSON, Ray – *Filosofia y principios de los archivos audiovisuales* [Em linha]. Paris: UNESCO, 2004. [Consult. 23.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://infolac.ucol.mx/mow/biblioteca/audio_visual/archiving_esp.pdf>. De maior fôlego, interesse e diversidade, AAVV – *Audiovisual archives. A practical reader* [Em linha]. Paris: UNESCO, 1997. [Consult. 25.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.unesco.org/webworld/ramp/html/r9704e/r9704e00.htm>>.

⁴ SEEGER, Anthony; VALLIER, Jonh – *Audiovisual archiving in the 21st century* [Em linha]. In: Syllabus 197/292A. Alberta, 2004. [Consult. 29.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.fwalive.ualberta.ca/mediawiki/images/a/ab/Syllabus_197_292A.pdf>; MENGEL, Maurice – *The chalange of technonoly. Ethnomusicological archives in the past and the present* [Em linha]. In: REF/JEF, I-2. p. 31-48, Bucaresti, 2009. [Consult. 29.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ethnoarc.org/ART04Maurice.pdf>>.

⁵ BAUDE, Olivier [et. al] – *Guide des bonnes pratiques. La constitution, l'exploitation, la conservation et la difusion des corpus oraux* [Em linha]. Paris: Centre National de la Recherche Scientiphique, Mai 2005. [Consult. 19.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.culture.gouv.fr/culture/dglf/Guide_Corpus_Oraux.2005.pdf>.

⁶ MARRA, Pedro Silva – *As paisagens sonoras de Brás. Reapropriações da cultura popular na linguagem musical* [Em linha]. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007. Dissertação de mestrado. [Consult. 12.12.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAFI-7TJMZ/1/paisagens_sonoras_do_bras_final.pdf>.

de dados⁷ e a criação de redes digitais de arquivos sonoros⁸, os movimentos migratórios, o colonialismo e a aculturação.

As elites e as universidades portuguesas não acompanharam propriamente este movimento nem marcaram presença nos encontros internacionais de discussão da problemática e enunciação de estratégias vocacionadas para os desafios polarizados pelos arquivos sonoros e audiovisuais.

Os bens fonográficos enquanto património público constituindo preocuparam o legislador que esteve por detrás do primeiro regime geral do património cultural. Contudo os bens fonográficos, primeiramente individualizados na alínea e) do número 1 do artigo 43.º da Lei n.º 13/85, de 6 de Julho, não chegam a ocupar o mesmo patamar de importância conferido às fotografias, aos filmes, às estações arqueológicas e aos monumentos arquitectónicos. O diploma que lhe sucedeu, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, individualiza diversos tipos de património. No n.º 1 do artigo 89.º cura-se do “património fonográfico”: “integram o património fonográfico as séries de sons fixadas sobre qualquer suporte, bem como as geradas ou reproduzidas em qualquer tipo de aplicação informática ou informatizada, também em suporte virtual, e que, tendo sido realizadas para fins de comunicação, distribuição ao público ou de documentação, se revistam de interesse cultural relevante ou preencham pelo menos um dos seguintes requisitos:

- a) Hajam resultado de produções nacionais ou de produções estrangeiras relacionadas com a realidade portuguesa;
- b) Integrem, independentemente da nacionalidade da produção, colecções ou espólios conservados em instituições públicas ou que, independentemente da natureza jurídica do detentor, se distingam pela sua notabilidade;
- c) Representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes.

2 – As séries de sons amadores podem ser incluídas no património fonográfico, nos termos da lei”.

Conforme atestam as transcrições supra, o articulado é confuso, impreciso⁹, nacionalista, centralista e marcado por incorrecções. Não tendo ocorrido regulamentação ulterior da matéria positivada, ficam por clarificar:

⁷ BONNEMASON, Bénédicte [et. al] – *Guía de análisis documental del sonido inédito. Para la implementación de bases de datos* [Em linha]. Colombia: Archivo General de la Nación de Colombia, Noviembre de 2007. [Consult. 19.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://casae.org/wiki/images/b/b7/Guia_de_analisis_documental_08_02_08.pdf>.

⁸ OJEDA-CASTAÑEDA, Gerardo – *Los archivos audiovisuales en las redes digitales de comunicación para la educación y la cultura. Informe de investigación y documentación analítica* [Em linha]. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia, s/d. [Consult. 23.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://tecnologiaedu.us.es/bibliovir/pdf/versionpdf.pdf>>.

⁹ Algumas expressões são fruto de tradução pouco esmerada da legislação francesa, mormente do *Código da Propriedade Literária e Artística*. A ulterior Loi 92-597 du 1er juillet 1992 (*Code de la Propriété Littéraire et Artistique*), define “fonograma” como “toute fixation d’une séquence de son”, lição que nos suscita reserva.

- I. Qual seja o organismo responsável pela definição, implementação e monitorização das políticas públicas em matéria de arquivos sonoros. A ausência de instituição legítima (central-uninucleada, central polinucleada ou descentralizada) significou a inexistência de uma política fono-arquivística pública no século XX;
- II. Qual possa ser o regime geral das incorporações a implementar. Os “espólios conservados nas instituições públicas” como a Universidade de Coimbra, o Museu do Teatro e o Arquivo da RDP são compulsivamente transferidos para um arquivo custodial central? Ou são apenas remasterizados e o Estado fica com as reproduções? Os acervos sonoros de rádios privadas como a Rádio Renascença são nacionalizados ou são avaliados e selectivamente remasterizados? Os arquivos desenvolvidos por particulares no âmbito de campanhas etno-musicológicas, como os de Michel Giacometti (1929-1990), Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) e José Alberto Sardinha são nacionalizados, mantidos junto dos seus proprietários ou editados com a comparticipação do Estado? Os arquivos de editoras longamente dedicadas à edição de registos de grupos folclóricos, como a Edisco, sucessora da Rapsódia, são transferidos para o Estado, remasterizados e editados com a comparticipação do Estado ou ficam à margem do projecto? O acervo sonoro do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra é relevante para um projecto de arquivo sonoro nacional? Trechos de bandas sonoras de filmes e de programas televisivos devem ser considerados testemunhos incontornáveis a incluir num arquivo sonoro?¹⁰
- III. Onde começa e acaba o âmbito de um arquivo sonoro? Apenas registos vocais e instrumentais de obras musicais sejam eles comerciais ou amadores? Discursos de políticos e estadistas? Teatro radiofónico? Programas de entretenimento como discos pedidos? Campanhas de recolhas de sons da tradição rural e comunitária? Registos associados a trabalhos etnográficos levados a cabo nas antigas colónias portuguesas?¹¹

Traduzir “séquence” por “serie de sons”, não se afigura pacífico. Na tradição jurídica portuguesa, obra fonográfica, fixação fonográfica e duplicação fonográfica respeitam a actividades de comércio e indústria enquadradas pelos artigos 2.º, 11.º, 21.º, 24.º, 142.º e 145.º do *Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos* (Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Maio).

A recepção do conceito de fonograma na legislação portuguesa e brasileira é tributária da alínea b) do artigo 3.º da *Convenção de Roma de 26 de Outubro de 1961 (Convenção Internacional para a protecção dos artistas e intérpretes ou executantes, dos produtores de fonogramas e dos organismos de radiodifusão)*, que foi sucessivamente vertida na *Convenção de Genebra de 29 de Outubro de 1971 (Convenção para a protecção dos produtores de fonogramas contra reproduções não autorizadas)*, e na alínea a) do artigo 1.º do Decreto n.º 76.906, de 24 de Dezembro de 1975 (Brasil).

¹⁰ Na tradição francesa “sont exclues les bandes son des films cinématographiques, partie intégrante du filme lui-même”, entendimento extensível aos arquivos audiovisuais. Cf. CALAS, Marie-France; FONTAINE, Jean-Marc – *La conservation des documents sonores*. Paris: CNRS Éditions, 1996. p. 9, nota 2.

¹¹ Sem perder de vista a relevância das fontes sonoras comerciais e não comerciais geradas no âmbito das relações políticas, militares, religiosas e culturais entre os países europeus colonizadores e os países descolonizados, aculturação que se prolonga muito para além dos processos de autodeterminação e pode assumir novos contextos marcados pelas migrações culturais e pelos surtos de emigração. Veja-se, a este propósito, o excelente estudo de CIDRA, Rui – *Migração, performance e produção de fonogramas. Músicos*

Entrevistas de actualidades? Testemunhos de vidas, catástrofes, guerras? Registos dos mais variados géneros musicais praticados à escala global? Gravações domésticas de ensaios de grupos musicais? Edição, circulação e consumo de música ligeira de entretenimento de massas e de tunas académicas, que apesar de desconsiderada pelas elites, patenteia elevado grau de acolhimento entre os estudantes do ensino superior, emigrantes e comunidades provinciais?

- IV. O que são fonogramas que se “distingam pela sua notabilidade”? A valoração do conceito de “registo notável” varia fortemente em função das representações sócio-culturais das elites urbanas e dos membros das comunidades tradicionais. O critério de uma relevância a priori assevera-se um não critério, na medida em que deixa ao arbítrio dos intelectuais letrados dos órgãos da administração central a legitimidade para proclamar o que possa ser a relevância, ao mesmo tempo que instaura como critério dominante o predomínio da cultura urbana sobre as subculturas, contra-culturas e culturas orais, tradicionais e periféricas.

No conspecto da legislação portuguesa que dispõe sobre fontes sonoras refira-se ainda a Portaria n.º 196/2010, de 9 de Abril, que plasmou os procedimentos para a inventariação do património cultural imaterial. O formulário-tipo, respaldado nas recomendações UNESCO¹², abrange manifestações sonoras com cariz de espectáculo e divertimento, manifestações musicais e manifestações etnográficas, sem precisar se o Ministério da Cultura apostará na institucionalização de um arquivo sonoro destinado a custodiar os registos que possam vir a ser efectuados e entregues a título de suporte de projectos de classificação.

2. Alguns arquivos sonoros existentes em Portugal

Importa deixar informe de alguns arquivos sonoros existentes em Portugal, que pela sua natureza e diversidade devem ser considerados em qualquer arquitectura que se venha a estabelecer para um arquivo público português de sons.

- **Arquivos Sonoros Portugueses**, projecto de recolha, divulgação e salvaguarda da música tradicional portuguesa provincial ideado pelo etnólogo Michel Giacometti (1929-1990) em Dezembro de 1960. Contou com a colaboração do músico Fernando Lopes Graça (1906-1994) e conseguiu editar 24 discos de vinil entre 1960-1983. Em 22.11.2010 a TradiSom, de parceria com o jornal *Público*, iniciou a reedição em 12 volumes da *Filmografia completa de Michel Giacometti*, que inclui a recuperação da série televisiva *Povo que Canta*, exibida na RTP entre 1970-1974. Integra canções de

em viagem entre Cabo Verde e Portugal [Em linha]. [Consult. 20.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.prio.no/private/jorgen/cvmd/papers/CVMD_Cidra_Rui.pdf>.

¹² *Convention pour la sauvegard du patrimoine culturel immatériel* [Em linha]. Paris: UNESCO, le 17 octobre 2003. [Consult. 10.8.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132504f.pdf>>. Convenção ratificada por Portugal a 26 de Março de 2008.

trabalho, cantigas de infância, cânticos de Natal, música associada a teatro popular, ritos fúnebres, festividades marianas e do Espírito Santo e execução de instrumentos musicais. Adquirida pela Câmara Municipal de Cascais, a colecção sonora Giacometti tem sido alvo de reedições e encontra-se sob custódia do Museu da Música de Cascais.

- **Registo Fonográfico dos Açores**, projecto desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores, alojado no Centro do Conhecimento dos Açores. Na sua primeira fase, o arquivo sonoro dos Açores estruturou-se com base no Acervo do Rádio Clube de Angra do Heroísmo, Acervo do Clube Asas do Atlântico e Colecção José Noronha Bretão. Espólio inventariado, remasterizado e disponibilizado para consulta presencial nos pontos de acesso da Direcção Regional da Cultural, disponibiliza inventários em linha e amostras de audições. A Colecção Bretão inclui registos efectuados ao longo de três décadas sobre manifestações da cultura popular da Ilha Terceira como danças de Entrudo e comédias de amadores. O *Registo Fonográfico dos Açores. Espólio Clube Asas do Atlântico*. DRAC-CCA, acessível no endereço <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/audio/Listagem%20do%20Espolio%20-%20CCA>, é um inventário de registos de fado, folclore açoriano, orfeões, tunas, bandas filarmónicas, teatro radiofónico, programas, discursos, declamações, publicidade e espectáculos ao vivo. O *Registo Fonográfico dos Açores. Espólio Rádio Clube de Angra*. DRAC-CCA, disponível em <http://pg.azores.gov.pt/drac/cca/audio/Listagem%20do%20Espolio%20-%20RCA.pdf>, procede à inventariação de mais de meio século de canções, congressos, entrevistas, fados, folclore açoriano, corais, tunas, bandas filarmónicas, teatro, palestras, poesia, desporto, noticiários, discursos e actos eleitorais.
- **Arquivo da Rádio Difusão Portuguesa**. O Arquivo Histórico da Emissora Nacional/RDP foi criado em 1971. Integra variados registos de música e programas radiofónicos, remontando os mais antigos a 1937. Por força do disposto no Decreto-Lei n.º 674-C/75, de 2 de Dezembro, o arquivo central passou a integrar o acervo remanescente da Emissora Nacional, do Rádio Clube Português e dos Emissores Associados de Lisboa. Em 2003 a RDP (e as suas estações filiais) foi fundida com a RTP na holding Rádio e Televisão de Portugal, SGPS, SA¹³. O Arquivo RDP funciona no edifício sede da holding, na Rua Marechal Gomes da Costa, n.º 37, Lisboa, integrado na Direcção de Serviços da Rádio Televisão. As delegações regionais de Faro, Porto, Madeira e Açores continuam a custodiar os respectivos acervos sonoros, com excepção de Coimbra que remeteu a discografia vinil à Fonoteca Municipal de Coimbra. Integram este arquivo as campanhas de registo de música regional levadas a cabo por Armando Leça em 1939-1940.
- **Arquivo Sonoro do Museu Académico de Coimbra**. Fundada em 1951, esta instituição começou a receber ainda na década de 1950 fonogramas de 78 rpm, instrumentos

¹³ Para um maior aprofundamento deste assunto, sigam-se JORDÃO, Ana Cristina Rosário – *Som, imagem, audiência e arquivo. A RDP África como case study*. [Em linha]. Lisboa: ISCTE/IUL, 2009. Tese de mestrado. [Consult. 10.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <<http://repositorio.iul.iscte.pt/bitstream/10071/1893/DISSERTA%C3%87%C3%830.pdf>>.>

musicais ligados à prática da Canção de Coimbra nos séculos XIX e XX e partituras de música impressa. Viria a ser substancialmente alargado na década de 1990 graças às ofertas de familiares de antigos estudantes e dos próprios cultores: séries Odeon de António Menano, colecção do cantor António Batoque, colecção do Juiz Conselheiro Perestrelo Botelho, colecção do estudante radicado no Brasil Divaldo Gaspar de Freitas. Entre os artistas amadores mais representados dos anos áureos do 78 rpm contam-se António Menano, Edmundo Bettencourt, Artur Paredes, Artur de Almeida d'Eça, António Batoque e Lucas Junot. O Museu Académico de Coimbra elaborou na década de 1990 um inventário manuscrito do acervo sonoro existente.

- **Arquivo de José Alberto Sardinha**, jurista, recolector, estudioso e difusor de manifestações da música tradicional portuguesa em processo de desaparecimento. Detentor de um dos mais vastos e completos arquivos particulares com reproduções de fontes gravadas e recolhidas de campo em todas as regiões de Portugal continental e insular. Tem vindo a divulgar parte do acervo, primeiro em Lps, depois em cds de apoio a monografias impressas, cumprindo destacar pelo seu alcance cultural: *Portugal. Raízes Musicais*. Porto: Jornal de Notícias, 1996-1997, com 6 cds anexos; *Tradições Musicais da Estremadura*. Vila Verde: Tradisom, 2000, com 3 cds de apoio; *A Viola Campaniça. O outro Alentejo*. Vila Verde: Tradisom, 2001, com 2 cds; *Tunas do Marão*. Vila Verde: Tradisom, 2005, com 4 cds; *A origem do Fado*. Vila Verde: Tradisom, 2010, com 4 cds.
- **Arquivos Sonoros de Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira (1960/1963)**. Integra 446 registos de campo efectuados com gravador de bobines em Portugal continental, Madeira e Açores, para suporte do levantamento geral dos instrumentos musicais tradicionais portugueses¹⁴. Pertence ao acervo do Museu Nacional de Etnologia, Lisboa. Tratado por Domingos Morais em 2000-2001, foi digitalizado e encontra-se acessível no sítio WWW: <URL: <http://alfarrabio.di.uminho.pt/arqervo/arqetnoevo.html>>. O inventário de registos sonoros vem ali designado por “catálogo geral”.

3. Fonotecas/discotecas

Nas décadas de 1980-1990 experimentaram-se em Portugal novos conceitos de gestão de bibliotecas. Iniciativas referenciais no âmbito dos serviços culturais prestados às populações, as fonotecas municipais afirmaram-se como espaços acolhedores que exibem compact discs e dvds em expositores, possibilitam a audição de matrizes sonoras e proporcionam momentos de lazer.

Atente-se na Fonoteca Municipal de Coimbra (FMC), localizada na Casa da Cultura, que tem vindo a promover uma política de exposições, aquisição de espólios e reprodução de fontes sonoras antigas mediante acordo com colecionadores. Em 2003, a FMC recebeu o acervo discográfico vinil do antigo Emissor Regional de Coimbra/

¹⁴ OLIVEIRA, Ernesto Veiga de – *Instrumentos musicais populares portugueses*. 3.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Museu Nacional de Etnologia, 2000 (1.ª ed., 1964; 2.ª ed., 1982).

RDP-Centro, constituído por cerca de 22.000 discos. Em 2010, a FMC funcionava como valência integrada da Biblioteca Municipal de Coimbra, disponibilizando o Acervo do Emissor Regional de Coimbra/RDP-Centro, e perto de 62.000 cds e dvds distribuídos por Músicas Tradicionais, World Music, Jazz e Blues, Rock, Música Clássica, Música Contemporânea, Músicas Funcionais, fonogramas não musicais e fonogramas para crianças. Os chamados “géneros”, são catalogados segundo critérios biblioteconómicos, arrumados em expositores por grandes “áreas”, e nestas alfabeticamente por intérpretes e compositores¹⁵.

O designativo escolhido para identificar esta nova realidade portuguesa foi o vocábulo fonoteca. A palavra não será a mais feliz, pois remete grosso modo para a ideia de biblioteca de sons ou para a atmosfera mercantil de colecção de fonogramas produzidos por uma determinada editora licenciada para fins de exploração de uma marca. Excluída ficou a palavra discoteca. Em Portugal, discoteca não significava propriamente “biblioteca de discos”. Numa primeira e mais antiga designação, discoteca usou-se para identificar as casas de comércio estabelecidas nas vilas e cidades onde se vendiam e compravam discos portugueses e importados, cassetes, leitores de rádio e aparelhagens sonoras.

Fonoteca começou por ter um uso muito restrito no âmbito da emergência e consolidação das grandes estações públicas de radiodifusão que se afirmaram nos cenários nacionais e internacionais na década de 1930. No caso da Emissora Nacional e das suas filiais, a fonoteca era o depósito físico onde estavam arrumadas e prontas para utilização as colecções de discos de 78 rpm, as bobines de fita e diversos materiais virgens e em uso.

A principal vulnerabilidade das fonotecas radica na confusão identitária subjacente à sua natureza e missão. Arquivos sonoros ou bibliotecas sonoras que reproduzem os procedimentos consagrados internacionalmente no âmbito da biblioteconomia? Uma visita aos espaços públicos existentes em Portugal, leva-nos a concluir que os técnicos afectos às fonotecas aplicaram a estes novos serviços, por analogia, as práticas e procedimentos profissionais específicos da área de biblioteca¹⁶.

É o que parece colher-se da divisão intelectual artificiosa das matérias gravadas e expostas aos utentes e da classificação das unidades de instalação com recurso às normas portuguesas de catalogação. Com efeito, o esforço de normalização de procedimentos conduziu a uma generalização acrítica das Regras Portuguesas de Catalogação àquilo a que na linguagem dos técnicos de biblioteca se identifica por “material não livro”,

¹⁵ Informações prestadas em 8.11.2010 pela técnica Cláudia Lemos.

¹⁶ Práticas criticadas por SILVA, Armando Malheiro da [et. al] – *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*. 2.ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002. p. 122, p. 146, p. 187. Confirmando a aplicação por analogia da prática biblioteconómica e comercial-industrial às fonotecas, veja, para a situação espanhola, *La Fonoteca. Los audiovisuales en la biblioteca*. [Em linha] p. 1-5. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://web.usal.es/~alar/bibweb/Temario/Fonoteca.PDF>>. Exemplificando as práticas francesas e o reconhecimento das limitações destes instrumentos, WIT, Maria – *Cataloguing cd-roms using the ISBD(ER) rules. Examples of a french public library. Médiathèque de la Cité des Sciences et de l'industrie à Paris* [Em linha]. 64th IFLA general conference. August 16-August 21, 1998. [Consult. 16.11.2010]. Disponível WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/IV/ifla64/136-74e.htm>>.

designação imprecisa onde podem caber bens como partituras impressas, cartazes, postais, calendários, discografia, compact disc, dvds, cassetes de vídeo e jogos didáticos.

A operação de catalogação tem vindo a fazer-se com base nas recomendações da ISBD-PM (*International Standard Bibliographic Description for non Book Material*: 1977)¹⁷, e da *International Standard Bibliography Description for Printed Music* (1980), combinadas com o código UNIMARC¹⁸.

Permita-se-nos discordar do critério generalizado de catalogação de objectos sonoros. Cilindros, discos, cassetes, compact discs e discos-livros não são livros tout court. Como tal, o trabalho de descrição, classificação e cotagem deve seguir as regras já acreditadas pela arquivística, com as devidas adaptações.

No que respeita a boas práticas em arquivos sonoros, haverá lugar a guias de fundos, inventários gerais de colecções e inventários específicos. Os catálogos de discos são linguagem usual nas práticas biblioteconómicas, nas editoras e nas casas de comercialização de fonogramas.

Por muito úteis que possam ser para os investigadores, os catálogos fonográficos editados entre cerca 1890-1930 não são inventários de registos fonográficos em sentido arquivístico. Também não consideramos transponível para a esfera dos arquivos sonoros o “catálogo” usado como instrumento arquivístico a que se refere a lição de Antónia Herrera¹⁹.

A historiadora dos arquivos públicos portugueses, Fernanda Ribeiro, criticou severamente as práticas de biblioteconomia que foram abusivamente aplicadas para identificar documentos soltos, ensinadas nos cursos de especialização até à década de 1970²⁰.

Determinante na reprodução acrítica das práticas catalográficas na Europa e na América foi a posição de predomínio exercida pelos bibliotecários e arquivistas franceses junto da UNESCO. A posição hegemónica de que gozaram no após Segunda Guerra

¹⁷ Contextualização em ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva – *Catalogação de documentos musicais escritos. Uma abordagem à luz da evolução normativa*. Évora: Universidade de Évora, 2005. Tese de mestrado em Ciências Documentais. p. 5-17 ; ASSUNÇÃO, Maria Clara Rabanal da Silva; SEQUEIRA, Sílvia – *A ISBD (PM)*. [Em linha]. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://purl.pt/6393/1/comunicacoes/isbd-pm.pdf>>.

¹⁸ Informação mais detalhada sobre esta matéria em GASPAS, Maria da Anunciação Ferreira Coutinho – *Catalogação manual e informatizada. As ISBDs e o formato UNIMARC*. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003. Tese de pós-graduação em Ciências da Informação e da Documentação. p. 10-11. [Em linha]. [Consult. 5.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://cerem.ufp.pt/~nrribeiro/aulas/tid/TID_maria_coutinho.pdf>.

¹⁹ HERRERA, Antonia Heredia – *Archivística general. Teoría y práctica*. 3.ª ed. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Deputación de Sevilla, 1988. p. 235, p. 247, p. 271. 1.ª edição desta obra feita em 1986. Replicando e aprofundando esta autora, ALBUQUERQUE, Ana Cristina de – *Catalogação e descrição de documentos fotográficos em bibliotecas e arquivos. Uma aproximação comparativa dos códigos AACR2 e ISAD(G)*. [Em linha]. Marília: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006. p. 64-79 e 150-158 [Consult. 14.2.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/albuquerque_ac_me_mar.pdf>.

²⁰ RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – *O acesso à informação nos arquivos* [Em linha]. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 1998. Dissertação de doutoramento. p. 610. [Consult. 25.8.2008]. Disponível em WWW: <URL: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1571.PDF>>.

Mundial na elaboração e difusão de instrumentos uniformizadores e normalizadores impôs a catalogação nos arquivos sonoros como algo de “natural” e “normal” nos meandros do sistema cultural ocidental. O documento matricial remete-nos para LASZLO, Lajtha (prefácio) - *Archives de la musique enregistrée. Collection Phonothèque Nacional (Paris). Catalogue des Arts et Traditions Populaires. Série C. Musique Ethnographique et Folklorique*. Paris: UNESCO, 1952.

As práticas escalpelizadas continuam mais próximas do que seria desejável da forma de arrumação dos objectos fono-sonoros disponíveis para consumo nos grandes hipermercados e superfícies comerciais: segmentação em “grandes géneros musicais” produzidos em função de estudos de mercado vocacionados para a auscultação e satisfação dos gostos dos consumidores, imposição de gostos exóticos como géneros musicais não legitimados pelos estudos musicológicos e etno-musicológicos, confusão entre música de fábrica local e produtos comerciais urbanos de fusão de sonoridades.

Grande parte dos chamados “géneros” musicais exibidos nos escaparates das superfícies comerciais é pura ficção. O artificialismo a que nos referimos encontra-se generalizado nas fonotecas municipais francesas, suíças e brasileiras. No caso específico das duas bibliotecas municipais em funcionamento na cidade de Genebra no ano de 2010, os cerca de 70.000 registos sonoros existentes são enquadrados nas seguintes macro-classificações temáticas: 1) Musique Classique, Ancienne, Baroque et Contemporaine; 2) Pop Rock, Hip-Hop, Soul, Disco, Musiques Electroniques; 3) Jazz, Blues, Gospel; 4) Chanson Francophone; 5) Musiques du Monde; 6) Musique de Films; 7) Musique d’ambiance, bruitsages; 8) Musique por enfants²¹.

4. Em busca de um arquivo sonoro

A questão da necessidade de um arquivo sonoro público foi incluída no “Programa do XVII Governo Constitucional. Capítulo II: Novas Políticas Sociais, II – Valorizar a Cultura”, página 8, documento estratégico datado de 24 de Março de 2005²².

No ponto relativo ao esclarecimento da regulamentação e missão de cada serviço do Ministério da Cultura, previa-se a revisão urgente do regime de depósito legal, e a atenção reforçada “à preservação e valorização do património fonográfico”, prevendo-se ainda a criação de uma estrutura arquivística especializada.

Ciente da lacuna apontada, em 2005 o Ministério da Cultura designou uma comissão de trabalho para o “Estudo do Arquivo Nacional do Som”, de que fizeram parte Salwa Castelo-Branco (Presidente), Joaquim Pais de Brito, José Manuel Nunes, António Tilly dos Santos e António Paulo Rato²³.

²¹ Informação colhida em Bibliothèques Municipales de la Ville de Genève [Em linha]. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.ville-ge.ch/bm/fr/savoires/cd_musique.php>.

²² *Governo de Portugal (2005-2009)*. [Em linha]. [Consult. 24.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/ProgramaGoverno/Pages/Programa_p008.aspx>.

²³ CASTELO-BRANCO, Salwa El-Shawan – “Arquivos sonoros e audiovisuais no século XXI”. In: *Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, 2009.

Salwa Castelo-Branco, da FCSH/UNL, em comunicação aos encontros sobre património imaterial português colocaria em destaque o problema da inexistência de um arquivo sonoro público, as dificuldades que esta lacuna traz aos investigadores e evidenciou o estado de dispersão dos acervos sonoros entre entidades públicas e detentores privados.

A autora citada e a equipa de trabalho orientaram-se no sentido da criação de um arquivo custodial central, a designar por Arquivo Fonográfico Nacional, que funcionaria como um departamento do Museu da Música e do Som. Para responder à missão proposta, considerou-se que o Museu da Música, instalado na Estação do Metropolitano de Lisboa, teria de transitar para um edifício a construir de raiz.

A coordenação do projecto ficaria a cargo do Instituto de Etnomusicologia da Universidade Nova de Lisboa que apostava na criação de uma rede integrada de entidades detentoras públicas e privadas como universidades, museus, bibliotecas, rádios, coleccionadores e em especial na colecção fonográfica de discos de 76 e 78 rpm do britânico Bruce Bastin²⁴.

Os objectivos preconizados pela equipa liderada por Salwa Castelo-Branco puseram a nu as lacunas das políticas culturais do Estado português, denunciaram o estado de dispersão dos acervos fonográficos e as enormes dificuldades de acesso à informação em matéria de fontes sonoras.

A ausência de estudos de referência em Portugal sobre arquivos sonoros parece ter conduzido a equipa de projecto a uma reprodução/naturalização dos paradigmas estruturantes dos arquivos custodiais centrais da idade clássica, tomando-se substitutivamente as práticas da arquivística técnica pelo saber reflectido sobre a natureza dos arquivos sonoros.

É o que traduz o plano funcional gizado: 1) recolha de “fundos”, inventariação e restauro de tecnologias de leitura; 2) “arquivo”, ou seja, produção de instrumentos

p. 193. Em 2005, a mesma investigadora promoveu no Instituto de Etnomusicologia da FCSH/UNL um projecto sobre o “Património Sonoro Português” ancorado numa prospeção de registos sonoros de colecções particulares, Museu Nacional do Teatro, Museu da Rádio/RDP e Arquivo Histórico da RDP. Informação disponível em WWW: <URL: <http://www2.fcsh.unl.inet.pt/projectos/patrimoniosonoroportugues.pagina.html>>. Os levantamentos efectuados deram origem a uma “Base de Dados de Fonogramas Históricos” em discos de 78 rpm, de “Fado e outros géneros de música popular” [Em linha]. [Consult. 8.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.fcsh.unl.pt/fonogramas>>. Comparativamente, para um inventário mais completo, vide *Base de dados contendo informações sobre o acervo musical brasileiro, em discos de 78 rpm, gravados no Brasil no período de 1902 a 1964* [Em linha]. [Consult. 18.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://bases.fundaj.gov.br/cgi-bin/isis3g-b.pl>>.

²⁴ “Museu da Música e do Som pode abrir em 2009”. Diário de Notícias [Em linha]. 23.6.2007. [Consult. 10.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://dn.sapo.pt/inicio/interior.aspx?content_id=659974>. Bruce Bastin, coleccionador britânico, em 2007 vendeu ao Ministério da Cultura e à Câmara Municipal de Lisboa 5.000 discos que chegaram a Portugal em Janeiro de 2008 e ficaram depositados em Lisboa no Museu do Fado. Notícias de imprensa: “Acordo para a compra da colecção de discos de Bruce Bastin assinado esta semana”. *Público* [Em linha]. 17.12.2007 [Consult. 10.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.publico.pt/Cultura/acordo-para-compra-da-colecao-de-discos-de-bruce-bastin-assinado-esta-semana_1314077>; “Colecção de música portuguesa adquirida a Bruce Bastin já está em Portugal”. *Público*, [Em linha]. 16.1.2008. [Consult. 10.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.publico.pt/Cultura/colecao-de-musica-portuguesa-adquirida-bruce-bastin-ja-esta-em-Portugal_1316857>.

de normalização e recuperação de informação comuns à arquivística/museologia descritiva de pendor positivista e neo-positivista; 3) preservação e restauro (recurso aos normativos internacionais, nomeadamente IASA); 4) investigação; 5) divulgação; 6) colaboração com entidades e colecionadores²⁵.

Com abertura prevista para 2009, nesse mesmo ano a imprensa noticiou o abandono do projecto²⁶.

Justifica-se, após um século de ausência de políticas públicas de recolhas de fontes sonoras, a criação de um arquivo sonoro em Portugal? A resposta é positiva. Mas já não é assim tão claro se essa infra-estrutura deve replicar na era pós-custodial o modelo centralista e custodial da idade clássica, cuja avaliação global é bastante desencorajadora.

A solução fonoteca como valência de biblioteca é de evitar. A hipótese de um arquivo sonoro como serviço autónomo integrado numa plataforma museológica dedicada à música e aos instrumentos musicais pode fazer sentido. O mesmo acontece quanto à possibilidade de uma gestão integrada arquivo de sons e objectos audiovisuais, filmicos e multimédia. A necessidade de boa vizinhança com bibliotecas detentoras de dicionários de música, enciclopédias de autores e compositores, gabinete de música manuscrita, partituras impressas, cancioneiros e monografias da especialidade, não suscita controvérsia.

A opção pela nomenclatura “nacional” corresponde a representações culturais ideologizadas que atingiram o auge nos regimes autoritários que dominaram a Europa entre as duas grandes guerras mundiais, posto o que caíram em descrédito.

Se não concordamos com catálogos, nem com a arrogância transgénero dos instrumentos biblioteconómicos, também não consideramos que uma resposta pret-a-porter repouse no *Manual de Descrição de Registos Sonoros e Audíveis* IASA²⁷ ou na *Norma Mexicana de Catalogación de Documentos Fonográficos*²⁸. Desde logo porque os arquivos sonoros de histórias de vidas e recolhas etnomusicológicas colocam desafios que não se dilucidam com regras apriorísticas. O mesmo acontece com os conceitos ainda mal apreendidos de “paisagens sonoras” e de “arquivo participado pela comunidade”.

À luz do conceito de arquivo aberto, deixa de fazer sentido que sejam apenas os intelectuais urbanos a dizer o que é e como se deve organizar um arquivo público sonoro. De acordo com a lição de Huges de Varine, as comunidades locais, através

²⁵ CASTELO-BRANCO, Salwa – *op. cit.*, p. 190.

²⁶ *Dia dos Museus. Museu da Música e Arquivo do Som não irá avante*. Diário de Notícias [Em linha]. 14.5.2009. [Consult. 11.1.2011]. Disponível em WWW: <URL: http://dn.sapo.pt/Inicio/interior.aspx?content_id=1232414>.

²⁷ Cf. MILANO, Mary (dir.) – *IASA cataloguing rules. A manual for the description of sound and related audiovisual media*. [Em linha]. Stockolm; Baden: Association for Recorded Sound Collections, 1999. [Consult. 25.8.2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.imaginar.org/dppd/DPPD/105%20jp%IASA.pdf>>.

²⁸ *Norma Mexicana. NMX-R-002-SCFI-2009. Documentos Fonográficos. Lineamientos para su catalogación*. [Em linha]. Estados Unidos Mexicanos: Secretaria de Economía, 2009. [Consult. 2.11.2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://200.77.231.100/work/normas/nmx/2010/nmx-r-002-sfi-2009.pdf>>.

de iniciativas individuais e de movimentos cívicos têm uma palavra a dizer no que respeita aos eco-arquivos, aos ecomuseus²⁹, à recolha e preservação dos corpora orais linguísticos e fonéticos, bem como à definição das fronteiras do património sonoro que possa contribuir para a construção ou revivificação das paisagens eco-sonoras.

Corridos 60 anos de apostolado em prol da arquivística custodial, com esmagador predomínio das práticas de armazém e produção de manuais bilingues de uniformização e normalização de procedimentos, falta agora saber como é que a UNESCO conciliará o receituário novecentista com os aparentemente contraditórios princípios da *Convenção sobre a promoção e protecção da diversidade das expressões culturais* (2005).

5. Fontes

- BAUDE, Olivier [et al.] – *Guide de bonnes pratiques pour la constitution, l'exploitation, la conservation et la diffusion des corpus oraux* [Em linha]. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 2005. Disponível em WWW: <URL: http://www.culture.gouv.fr/culture/dglf/Guide_Corpus_Oraux_2005.pdf>.
- BONNEMASON, Bénédicte [et al.] – *Guía de análisis documental del sonido inédito. Para la implementación de bases de datos* [Em linha]. Colombia: Archivo General de la Nación de Colombia, 2007. Disponível em WWW: <URL: http://casae.org/wiki/images/b/b7/Guia_de_analisis_documental_08_02_08.pdf>.
- BOSTON, George [et al.] – *Sauvegard du patrimoine sonore. Éthique, principes et stratégies de conservation. Version 3* [Em linha]. Décembre 2005. IASA-TC03. Disponível em WWW: <URL: <http://www.iasa-web.org/sites/default/files/downloads/publications/TC03-French.pdf>>. (1.ª edição de 1997; 2.ª edição de 2001).
- BUARQUE, Marco Dreer – “Estratégias de preservação a longo prazo em acervos sonoros e audiovisuais”. In *Encontro Nacional de História Oral* [Em linha]. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em WWW: <URL: http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1718.pdf>.
- BUARQUE, Marco Dreer – “Documentos sonoros. Características e estratégias de preservação”. *Ponto de Acesso* [Em linha]. Vol. 2, N.º 2 (Ag/Set 2008) p. 37-50. Disponível em WWW: <URL: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3021/2167>>.
- CALAS, Marie-France; FONTAINE, Jean-Marc – *La conservation des documents sonores*. Paris: CNRS/Ministère de la Culture, 1996.
- CASEY, Mike; GORDON, Bruce – *Sound directions best practices for audio preservation* [Em linha]. 2007. Disponível em WWW: <URL: http://www.dib.indiana.edu/projects/sounddirections/papersPresent/sd_bp_07.pdf>.
- Cylinder preservation and digitalization project* [Em linha]. University of California: Department of Special Collections. Disponível em WWW: <URL: <http://cylinders.library.ucsb.edu/browse.php>>.
- CATAÑEDA, Gerardo-Ojeda – *Los archivos audiovisuales en las redes digitales de comunicación para la educación y la cultura. Informe de investigación y documentación analítica* [Em linha]. Madrid: Ministério de Educación y Ciencia. Disponível em WWW: <URL: <http://tecnologiaedu.us.es/bibliovir/pdf/versionpdf.pdf>>.

²⁹ VARINE, Huges – *Les racines du futur. Le patrimoine au service du développement local*. Chalon sur Saône, 2002.

- COELHO, Francisco Carlos; PICCINO, Evaldo – *Arquivo sonoro e acesso à música popular no Brasil. Um estudo de caso do Projecto Preservação e Digitalização do Acervo da Discoteca Oneyda Alvarenga do Centro Cultural de São Paulo* [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.uc.cl/historia/iaspm/rio/Anais2004%20\(PDF\)FranciscoCoelhoEvaldoPiccino.pdf](http://www.uc.cl/historia/iaspm/rio/Anais2004%20(PDF)FranciscoCoelhoEvaldoPiccino.pdf)>.
- EDMONDSON, Ray – *Filosofía y principios de los archivos audiovisuales*. [Em linha]. Paris: UNESCO, 2004. Disponível em WWW: <URL: http://infolac.ucol.mx/mow/biblioteca/audio_visual_archiving_esp.pdf>.
- Essencial resources for audio preservation* [Em linha]. 2009. Disponível em WWW: <URL: http://www.arsc-audio.org/pdf/ARSCTC_resource.pdf>.
- FONTAINE, Jean-Marc – *Conservation des documents sonores et audiovisuels* [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.culture.gouv.fr/culture/conservation/fr/preservation/documents/c10.pdf>>.
- Guía de análisis documental del sonido inédito para la implementación de bases de datos* [Em linha]. Colombia: 2007. Disponível em WWW: <URL: http://casae.org/wiki/images/b/b7/Guia_de_analisis_documental_08_02_08.pdf>.
- LAURENT, Gilles – *Guarda e manuseio de materiais de registo sonoro* [Em linha]. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 2001. Disponível em WWW: <URL: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/cpba_43_1253284119.pdf>.
- MENDONÇA, Tânia (coord.) – *Acervo fonográfico. Catálogo de títulos. Coleção Rádio Brasil Central* [Em linha]. Goiás: Museu da Imagem e do Som, 2009. Vol. 1. Disponível em WWW: <URL: http://www.mis.gov.br/mis/catalogo/cat_fono.pdf>.
- MILANO, Mary (dir.) – *IASA cataloguing rules. A manual for the description of sound and related audiovisual media* [Em linha]. Stockolm; Baden: Association for Recorded Sound Collections, 1999. Disponível em WWW: <URL: <http://www.imaginar.org/dpp/DPPD/105%20jp%IASA.pdf>>.
- Proyecto de Norma Mexicana. PROY-NMX-R-002-SCFI-2009. Catalogación de documentos fonográficos* [Em linha]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.economia.glob.mx/work/normas/nmx/2009/proy-nmx-r-002-scfi-2009.pdf>>.
- RIBAUD, Vincent – *La restauration des archives sonores. Mémoire de fin d'études* [Em linha]. École Normal Supérieur Louis Lumière, Mai/2009. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ens-louis-lumiere.fr/fileadmin/pdf/memoires09/smem09ribaud.pdf>>.
- ROJAS, Cecília – *Manual de procedimiento para la catalogación de documentos patrimoniales históricos y etnográficos* [Em linha]. Universidad Católica de Valparaíso, 2010. Disponível em WWW: <URL: http://margotloyola.ucv/wp-content/uploads/2010/03/Manual_de_catalogacion_de_documentos_historicos_y_etnograficos.pdf>.
- ROYAN, Bruce – *Directrices para materiales audiovisuales y multimedia en bibliotecas y otras instituciones* [Em linha]. IFLA, 2004. Disponível em WWW: <URL: <http://archive.ifla.org/VII/S35/pubs/avm-guidelines04-s.pdf>>.
- SAUDAN, Yasmin – *Mise en place d'un systeme de gestion des archives sonores* [Em linha]. Mémoires d'ICI. Centre de Recherches et de Documentation du Jura Bernois. Genève: Haute École de Gestion de Genève, le 10 Juillet 2009. Disponível em WWW: <URL: http://www.m-ici.ch/ftp/pdf/1256563652saudan_yasmin_tb2009.pdf>.
- SCARABUCI, Marcelo, e KAFURE, Ivette – “Diretrizes para digitalizar e conservar suportes de som”. *Perspectivas em Ciência da Informação*. [Em linha]. Vol. 14, N.º 3 (Set/Dez 2009) p. 140-152. Disponível em WWW: <URL: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/777/639>>.
- Synthese des normes applicables à la conservation et à la manipulation des enregistrements sonores et vidéo* [Em linha]. Québec: Conférence des recteurs ete des principaux des universités du Québec, Setembro 2001. Disponível em WWW: <URL: http://www.crepuq.qc.ca/documents/bib/sonore/sono_video.pdf>.

Memórias(s) 30 anos depois
(Entre)vistas a pretexto da formação
de professores no PREC

António Gomes Ferreira
Luís Mota

António Gomes Ferreira, Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Sub-Director da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação. Investigador do CEIS20. E-mail: antonio@fpce.uc.pt

Luís Mota, Doutor em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Professor adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra. Investigador do CEIS20. E-mail: 19111960@netcabo.pt

Introdução

Neste artigo interpelamos testemunhos orais, produzidos em situação de entrevista, sobre as vivências na Escola do Magistério Primário de Coimbra, durante o *processo revolucionário em curso* (PREC), momento das *Experiências Pedagógicas*. Em face da escassez das fontes documentais, os testemunhos orais emergiram como muito relevantes para a compreensão da dinâmica pedagógica numa instituição de formação de professores, mas importa sublinhar a necessidade da sua articulação com outras fontes históricas, não deixando de equacionar a problemática da memória, enquanto retrospectção, e da ideologia que configura os dois tempos de produção da narrativa, o do acontecimento, cuja intensidade marcou a cativação da informação e do sentimento, e da relevância e interpretação que dele se faz no momento da sua recuperação.

Mobilizámos os testemunhos orais de professores, professoras, alunas e alunos da antiga Escola do Magistério Primário nesta cidade, procurando aqui, através da reconstituição de diferentes dimensões do quotidiano daquela escola, a espaços com a preocupação de reconstituição factual, equacionar a problemática da memória ao perscrutar os processos pessoais de reconstrução, as certezas mantidas, os recursos, metáforas e imagens, cuja produção narrativa nos reenvia para a análise ideológica, no sentido de uma ideologia vivida¹.

Os critérios de selecção de professores e professoras a entrevistar foram diversos, em primeiro lugar e fundamental, o ter exercido a sua actividade profissional na Escola durante as *Experiências Pedagógicas*, depois, o facto de ter exercido o cargo de director da Escola do Magistério Primário de Coimbra – apenas um docente neste curto período –, finalmente, o género – entrevistando o mesmo número de professores e professoras –, a disciplina ou área que leccionou e o nosso conhecimento da sua acção e intervenção social, política, cultural e profissional a nível local e/ou nacional. Na escolha de alunos e alunas, os critérios foram em tudo semelhantes, a dimensão exclusiva de ter pertencido ao corpo discente naqueles dois anos lectivos, 1974-1975 e 1975-1976, o nosso conhecimento da sua acção e intervenção social, política, cultural e profissional a nível local e/ou nacional e, por último, o género.

A opção pela realização de entrevistas² residiu no facto de estarmos perante um dos momentos políticos mais significativos, tempo que suscitou uma imensa literatura na imprensa da época, contudo, há aspectos sobre os quais existe hoje dificuldade em encontrar documentação significativa dessa vivência, nomeadamente, em determinados domínios e instituições, como é o caso das escolas do magistério primário, em geral, e

¹ Cf. BILLIG, Michael; CONDOR, Susan; EDWARDS, Derek; GANE, Mike; MIDDLETON, David; RADLEY, Alan – *Ideological Dilemmas. A Social Psychology of Everyday Thinking*. London: Sage Publications, 1989 [1988]. 180 p. ISBN 0-8039-8095-7.

² Para uma perspectiva histórica do papel da entrevista no âmbito das Ciências Sociais: BLANCHET, Alain – *L'Entretien dans les Sciences Sociales: observer, interviewer et questioner*. Paris: Dunod, 1990. 197 p. ISBN 2-040-16901-6. Para uma abordagem sintética de vantagens e desvantagens da entrevista: WETHERELL, Margaret; POTTER, Jonathan – “Discoursing About Discourse Analysis”. In SMITH, Jonhathan A.; HARRÉ, Rom; LANGENHOVE, Luc Van – *Rethinking Methods in Psychology*. London: Sage, 1996. ISBN 0-8039-7733-6. p. 80-92.

da de Coimbra, em particular. A entrevista é uma situação interaccional, geradora de dados, sempre estruturada em diferentes vertentes, constituindo uma construção social complexa³. Tentámos imprimir um tom coloquial, seguindo os elementos elencados num guião procurando que todos os entrevistados abordassem os tópicos mas sem impedir que o diálogo fluísse, manifestando disponibilidade para seguir as linhas de conversa interessantes que foram surgindo, com a preocupação de manutenção da integridade do fenómeno e a preservação do ponto de vista dos entrevistados na sua própria linguagem⁴. Ficámos atentos ao imprevisto das situações vividas, ao acaso e ao impacto causado pelo reviver de experiências que muitas vezes surpreendem ambos⁵. Perspectivámos entrevistador e entrevistado como co-iguais sem esquecer que o género do entrevistador e do entrevistado⁶, a raça, a classe e a idade influenciam a relação entrevistador-intervistado⁷. A procura da salvaguarda do anonimato de entrevistados e entrevistadas, a quem agradecemos a colaboração para o presente trabalho, levou-nos a atribuir-lhe o nome de uma árvore a cada um e cada uma.

Contexto político-educativo: uma leitura pelo crivo da memória?

O 25 de Abril constituiu uma ruptura num momento de crise de hegemonia do Estado, que a radicalização do processo e a eclosão de um movimento social popular impediram que se resolvesse a favor da burguesia industrial e financeira⁸. Com a nacionalização da banca, dos seguros e das empresas dos grupos monopolistas, em Março de 1975, a crise de hegemonia evoluiu para uma crise revolucionária, o Processo Revolucionário em Curso (PREC), que só conheceria o seu desfecho a 25 de Novembro de 1975. Do PREC emergiu um sector público que modificou a fâcias das estruturas socioeconómicas⁹. O Estado, durante este período, transformou-se numa plataforma múltipla de lutas sociais e políticas que determinaram a sua paralisia administrativa,

³ Cf. COLLINS, Peter – “Negotiating Selves: Reflections on Unstructured Interviewing”. *Sociological Research Online*. [Em linha]. Vol. 3, N.º 3 (1998). [Consult. 14 de Março de 2011] Disponível em WWW: <URL: <http://www.socresonline.org.uk/socresonline/3/3/2.html>>. ISSN 1360-7804.

⁴ Cf. FONTANA, Andrea; FREY, James H. – “Interviewing. The Art of Science”. In DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds.) – *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994. ISBN 0-8039-4679-1. p. 361-376.

⁵ Cf. MENDES, José Manuel – *Do ressentimento ao reconhecimento: vozes, identidades e processos políticos nos Açores: 1974-1996*. Coimbra: FEUC, 1999. Tese de doutoramento em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. p. 155.

⁶ Cf. FONTANA, Andrea; FREY, James H. – “Interviewing...”, p. 369.

⁷ Cf. OLESEN, Virginia – “Feminisms and models of qualitative research”. In DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (eds.) – *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1994. ISBN 0-8039-4679-1. p. 158-174.

⁸ Cf. PINTO, António Costa – “Enfrentando o legado autoritário na transição para a democracia”. In BRITO, José Maria Brandão de (dir.) – *Revolução e Democracia – 2. O País em Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2038-9. p. 359-384.

⁹ Cf. LUCENA, Manuel; GASPARGAR, Carlos – “Metamorfoses corporativas? – Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal (I)”. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. N.º 114 (1991) p. 847-903.

mantendo-se, contudo, intacto para o *futuro* bloco de poder que surgiria a 25 de Novembro de 1975. O movimento social popular conservou, apesar das tentativas de hegemonização por parte dos partidos políticos, espaços de autonomia e não se confundiu ou fundiu com as forças políticas¹⁰. A neutralização do poder capitalista não se traduziu, no entanto, na afirmação do poder popular, assistindo-se, ao invés, a uma *dualidade de impotências* e à génese de um *Estado dual*¹¹, por via da estratégia mobilizada para articular o Estado com o movimento social popular, adequando-o às transformações ocorridas no processo de acumulação e na direcção da economia, que consistiu na duplicação de serviços e organismos, liderados por funcionários comprometidos com o espírito da revolução¹².

O 25 de Abril, primeiro, e a *crise revolucionária* que se lhe seguiu, colheram o Ministério da Educação em plena reestruturação¹³, num país onde o Estado tinha (*e tem*) papel central na política educativa¹⁴ e num momento em que à educação era conferida centralidade no debate sobre o modelo social de desenvolvimento, resultando, desta conjugação, um *mandato* para o sistema educativo levar a cabo, a democratização do sucesso e o combate às desigualdades sociais¹⁵. A actuação do Ministério da Educação e Cultura/Ministério da Educação e Investigação Científica (MEC/MEIC) foi, naquele contexto, fortemente condicionada pela erupção social¹⁶.

No debate e acção ideológica confrontaram-se duas vias de condução do processo revolucionário, a da *dinâmica de bases* e a da *instrumentalização*¹⁷. A *dinâmica de bases* baseava-se na acção mobilizadora da intervenção dos actores na vida de cada escola

¹⁰ Cf. PETRELLA, Riccardo – *Portugal – os próximos 20 anos. Reflexões sobre o futuro de Portugal (e da Europa)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990. 167 p. ISBN 972-31-0526-8. Vol. VII.

¹¹ Cf. SANTOS, Boaventura Sousa – *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento, 1998 [1990]. 266 p. ISBN 972-36-0241-5.

¹² Situação vivida, a título de exemplo, nas Forças Armadas, no Ministério da Agricultura ou no Ministério da Habitação. Vejam-se a este propósito: BAPTISTA, F. Oliveira – “Transformação do Aparelho de Estado: O caso do Ministério da Agricultura”. In *Colóquio sobre Administração Pública e Democracia*. Lisboa: Centro de Estudos Socialistas e Reflexão e Acção Socialistas (1984). RODRIGUES, Maria – *Pelo Direito à Cidade. O Movimento de Moradores no Porto (1974-1976)*. Porto: Campo das Letras, 1999. 159 p. ISBN 972-610-124-7.

¹³ Cf. AMBRÓSIO, Teresa – “O sistema educativo: ruptura, desestabilização e desafios europeus”. In REIS, António – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Alfa; Selecções Reader’s Digest, 1996 [1990]. ISBN 972-609-159-4. Vol. III, p. 665-674.

¹⁴ Cf. STOER, Stephen R. – “O Estado e as Políticas Educativas: uma proposta de mandato renovado para a *Escola Democrática*”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. ISSN 0254-1106. N.º 41 (1994) p. 3-33; NÓVOA, António – *A Educação Portuguesa: 1945-1992*. [S.l.]: [s.n.], 1994. 34 p.; ARAÚJO, Helena Costa – *Escola e aprendizagem para o trabalho num país da semiperiferia europeia*. Lisboa: Edições Escher, 1992. 184 p. ISBN 972835360X.

¹⁵ Cf. STOER, Stephen R.; STOLEROFF, Alan D.; CORREIA, José Alberto – “O Novo Vocacionalismo na Política Educativa em Portugal e a Reconstrução da Lógica da Acumulação”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. ISSN 0254-1106. N.º 29 (1990) p. 11-53.

¹⁶ Cf. AMBRÓSIO, Teresa – *ob. cit.*

¹⁷ Cf. FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís – “A formação de professores do ensino primário durante a crise revolucionária (1974-1976)”. In *II Colóquio Internacional 1909-2009: Crise e Criatividade através da Imprensa*. Outubro de 2009. Coimbra: CEIS20 [no prelo].

e na construção local do processo democrático, defendendo a democracia directa, apresentando-se como um poder democraticamente legitimado, alternativo e limitador de uma intervenção mais uniformizadora do Ministério da Educação. Logo após o 25 de Abril, esta concepção está presente na ocupação de escolas, nos saneamentos dos reitores e de professores e funcionários comprometidos com o Estado Novo, nas comissões de gestão que irromperam pelos diferentes liceus, criando formas de controlo participativo. A outra via era portadora de uma lógica centralizadora embasada num modelo ideológico definido, associado a experiências e lógicas de regimes de um socialismo centralizador (estatista), pugnou por uma dinâmica, do centro para a periferia, a partir da *instrumentalização* de dimensões do saber escolar, de princípios ideológicos e de técnicas de organização da sociedade, afirmando-se, nomeadamente, em domínios onde a legitimidade democrática não caucionava o movimento social popular, como foi o caso do ensino médio normal. Identificava-se com acções coordenadas e de iniciativa do Ministério da Educação, consubstanciados no *novo modelo de escola* constante do Plano Melo Antunes, operacionalizadas, nomeadamente, nas modificações propostas para as Escolas do Magistério Primário. Em plena *crise revolucionária*, o Conselho de Directores-Gerais do MEIC, elabora o *Programa aprovado pelo Conselho de Directores-Gerais do MEIC*, em Abril/Maio de 1975¹⁸. Tradução da ideologia democratizante e crítica comportava uma definição política da educação, onde a educação se media pelo seu contributo para a democracia, indissociável da construção de uma *cidade educativa* organizada em torno de princípios democráticos e de participação. Postulava um estreitamento das relações entre a escola e o mundo do trabalho, expurgando a escola do seu papel na reprodução de desigualdades sociais, para colocar a escola ao serviço da *criação* de um *cidadão responsável e socialista* e legitimar a *igualdade de oportunidades* como único critério de definição de uma justiça educativa¹⁹.

A via da instrumentalização, espaldada na intervenção homogeneizante do Estado compaginada com alguma permeabilidade aos circunstancialismos locais, encetou uma *reforma das escolas do Magistério* – recordemos que os poucos directores destas escolas, eleitos após o 25 de Abril, foram destituídos e substituídos por outros nomeados pela direcção-geral do ensino primário – que formasse o professor que as transformações exigiam²⁰ e intentou a criação de uma escola «antifascista e democrática»²¹. As escolas do magistério primário, na tentativa de criar um *professor novo*²², deveriam organizar-se segundo uma *filosofia libertadora* assente numa *pedagogia progressista em que a*

¹⁸ Cf. TEODORO, António – *A Construção das Políticas Educativas, Estado, Educação e Mudança Social no Portugal Contemporâneo*. Porto: Edições Afrontamento, 2001. 473 p. ISBN 972-36-0585-6.

¹⁹ Cf. CORREIA, José Alberto – *As Ideologias Educativas dos Últimos 25 Anos*. Porto: Edições ASA, 2000. 32 p. ISBN 9724123162.

²⁰ Cf. Declarações de Rogério Fernandes inseridas em: “Educar em Portugal. Mesa Redonda”. *Raiz & Utopia. Críticas e alternativas para uma civilização diferente*. Lisboa: António José Saraiva. Registo do MP 6487-6488. N.º 9/10 (1979) p. 55-133.

²¹ PINTO, F. Cabral – *Escolas do Magistério, reforma e contra-reforma*. Lisboa: [s.n.], 1977. p. 7.

²² Cf. PINTO, F. Cabral – “A formação dos professores nas Escolas do Magistério”. *O Professor*. Lisboa: Editorial Caminho. ISSN 0870-841X. N.º 11-12 (1976) p. 14-15.

teoria e a prática mutuamente se fecundavam promovendo o fim da *separação entre o trabalho intelectual e o manual*, abertas à intervenção nas comunidades no sentido da sua transformação²³. O período da crise revolucionária coincide com as experiências pedagógicas nas escolas de formação de professores do ensino primário.

O recurso à(s) memória(s) e a sua relação com a historiografia

Quando realizamos um conjunto de entrevistas, estimulando uma procura activa de recordações²⁴, realizando uma audição participante e interventiva²⁵ das suas histórias, centradas nas suas vivências pessoais enquanto professores e professoras ou alunos e alunas, sobre o período ou períodos que viveram numa instituição como a Escola do Magistério Primário de Coimbra, naturalmente que as memórias são suas e não de outro ou de outra, sendo por isso mesmo, invariavelmente, percebidas como individuais. Esta perspectiva filia-se na tradição teórica de uma fenomenologia da memória individual²⁶. Contudo, os trabalhos de Maurice Halbwachs²⁷, fundando uma sociologia da memória colectiva²⁸, de tradição durkheimiana, sublinhariam a natureza colectiva e social da memória, vista como fenómeno de construção, num primeiro momento, exclusivamente colectiva e, na evolução do seu próprio pensamento²⁹, reconhecendo papel activo do sujeito através da sua memória individual no processo de socialização e na modificação do que recebe por herança³⁰. A memória individual surge assim dependente do papel desempenhado pelo indivíduo em cada grupo de pertença³¹, emergindo uma memória individual onde confluem e convivem, de forma mais ou menos pacífica ou conflitual, múltiplas memórias, sejam pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais ou outras³².

A memória que emerge das entrevistas constitui, por um lado, uma narrativa organizada, pronta a ser dita em público e perante um público, numa qualquer arena

²³ Idem, *ibidem*.

²⁴ Os gregos traduziam memória por *mneme*, por referência à lembrança, algo de passivo, e por *anamnesis*, a procura activa de recordações. Cf. RICOEUR, Paul – *La Mémoire, L'Histoire, L'Oubli*. Paris: Éditions du Seuil, 2000. 682 p. ISBN 2-02-034917-5.

²⁵ Cf. MAUTHNER, Natasha; DOUCET, Andrea – “Reflections on a Voice-centred Relational Method”. In EDWARDS, Rosalind; RIBBENS, Jane Ed. – *Feminist Dilemmas in Qualitative Research. Public Knowledge and Private Lives*. London: Sage Publications, 1998. ISBN 0-7619-5665-4. p. 119-145.

²⁶ Cf. RICOEUR, Paul – *La Mémoire...*, p. 112-163.

²⁷ HALBWACHS, Maurice – *La Mémoire collective*. Paris: Albin Michel, 1997. 295 p. ISBN 2-226-07490-2.

²⁸ Cf. RICOEUR, Paul – *La Mémoire...*, p. 112-163.

²⁹ HALBWACHS, Maurice – *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 [1925]. 295 p. ISBN 2-22609-320-6.

³⁰ Cf. CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto: 2001. 72 p. ISBN 972-8717-09-1.

³¹ Cf. NAMER, Gérard – *Mémoire et Société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987. 242 p. ISBN 2-86563-178-8.

³² Cf. CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 15-35.

social, real ou imaginária, resultante de um diálogo interior prévio e enquadrado nos modelos culturais de diálogo da sociedade e grupos de pertença do indivíduo, que permanentemente se actualiza nas interações sociais e, estoutro, de uma memória deslocada, composta de recordações isoladas e inusitadas, que os entrevistados e as entrevistadas falam pela primeira vez, versando temas mais ou menos interditos e que não foram objecto de diálogo consigo próprios³³.

Nas narrativas emergem contradições, fricções e discrepâncias que nos reenviam para a disputa entre memórias, na verdade, a memória oficial resulta de um trabalho de constituição e formalização das memórias, tarefa levada a cabo pelos *empresários da memória*, com a qual concorrem as memórias subterrâneas que permanecem em estruturas de comunicação informais, criando um espaço, nas recordações, para zonas de sombra, silêncios e «não-ditos», estabelecendo-se uma fronteira, entre memória oficial e memórias subterrâneas, que passa pelo dizível e o indizível, o inconfessável e o confessável³⁴. Este trabalho da memória do lado das lembranças é tão fundamental quanto o trabalho de esquecimento com base numa política do esquecimento. A memória é o ponto de chegada da interacção entre esquecimento e conservação. A restituição integral do passado é uma impossibilidade. Existirão traços que serão conservados e outros esquecidos, conservar sem escolher não será um trabalho de memória³⁵. A recordação tende a esquecer-se do esquecido³⁶, recordar será seleccionar e esquecer mas será também resgatar e terá sempre por base um trabalho da memória³⁷.

A memória é, portanto, sempre selectiva, nem tudo fica gravado, nem tudo pode ser recordado. Na estruturação da memória estabelecesse a ligação entre dois tempos, o da dinâmica no momento do acontecimento e o da relevância que lhe é atribuída aquando da sua recuperação e a interpretação que se faz do mesmo. O trabalho de organização da memória individual, o que preserva, a capacidade de recuperação da informação armazenada e a sua reprodução dependem, também, do investimento do indivíduo no acontecimento, do grau de protagonismo e empenho mas também do seu posicionamento e capacidade intelectual. Nas entrevistas que realizámos, uma das entrevistadas, a aluna-mestra Pereira, denuncia a quase ausência de memórias do período que atribui a vários factores, como o facto de só pensar em «namoros», confidenciando-nos que começou a «namorar já depois de estar» no Magistério, e simultaneamente, «faltava muito». Mas é quando passamos a analisar a intervenção dos alunos e das alunas na vida da escola que sublinha a razão pela qual não se envolveu, explicando que não tinha vivido intensamente esse período devido à sua vida familiar, família de retornados, em particular por causa de seu pai que convivia mal com a nova

³³ Cf. NAMER, Gérard – *Mémoire...*; NAMER, Gérard – Postface. In HALBWACHS, Maurice – *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994 [1925]. ISBN 2-22609-320-6. p. 299-367.

³⁴ Cf. POLLAK, Michael – “Memória, Esquecimento, Silêncio”. In *Estudos Históricos*. [Em linha]. Vol. 2, n.º 3 (1989) [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível na WWW: <URL: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. ISSN 0103-2186.

³⁵ Cf. TODOROV, Tzvetan – *Les Abus de la Mémoire*. Paris: Arléa, 1995. 61 p. ISBN 2-86959-405-4.

³⁶ Cf. CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 15-35.

³⁷ Cf. RICOEUR, Paul – *Mémoire...*, p. 82-111.

situação política do país que responsabilizava por ter tido que abandonar a sua vida e terra de adopção, a antiga colónia de Angola. Uma relação familiar descrita como tensa e conflituosa, à data dos acontecimentos, terá contribuído decisivamente para a natureza da recordação:

ENTREVISTADOR: Eu estou-me a recordar e já ouvi alguns entrevistados falarem que, os tinham intervenção na gestão do bar, das fotocópias, não sei, não tem qualquer (//) registo disso. [...]

PEREIRA: Lá está, não tinha, também nunca me envolvi muito nisso e como eu digo não, mas havia, eu sei que havia, mas agora também não lhe posso dizer onde é que eles estavam, nem, nem, como, não, não, nunca me envolvi muito nessas, na altura não (.)

ENTREVISTADOR: Nem mesmo na Associação de Estudantes?

PEREIRA: Não, não, naquela altura também era um bocado limitada em casa, em casa não se podia falar, ouvir falar em determinadas coisas, (ah) o meu pai ficava possesso, completamente, e então, eu também evitava um bocado determinadas (//), naquela altura, como era esse período,

ENTREVISTADOR: (//) Actividades.

PEREIRA: eu, eu evitava determinadas coisas para não ter problemas lá em casa, e então não me envolvia muito em certas coisas, até às vezes, havia um jornal naquela altura, que era, o jornal chamava-se *A Merda* ((sorri)) (.)

ENTREVISTADOR: Dos anarcas.

PEREIRA: era, e então, eu uma vez levei o jornal para casa, bem o meu pai quase que me ia deitando o fogo, só de eu ter levado esse jornal para casa, portanto, em casa não se podia falar, por exemplo, não se podia falar contra o padre, não se, uma vez levei umas chapadas, já, já andava aqui, pronto, porque eu estava lá a discordar, achava que o padre era um explorador, bem eu estava a dizer isso ao meu pai, bem o homem passou-se das carretas e deu-me umas chapadas nas fussas, eu já tinha dezoito anos, pois já estava aqui! E, portanto, eu evitava também determinadas coisas, naquela altura, porque em casa também era (.)

ENTREVISTADOR: Não era fácil.

PEREIRA: não era muito fácil, eu não podia, não se podia pôr o pé em ramo verde, como se costuma dizer, naquela altura era muito, e depois o meu pai estava muito marcado com aquela história do 25 de Abril, terem que vir todos para cá, no fundo ele era também colono, e estava muito marcado com isso e lá em casa nós tínhamos que, e não envolvia para evitar determinadas situações, se não era lá uma guerra, mesmo assim às vezes...

No pólo oposto a esta situação relatada, está o facto, de um dos nossos entrevistados, o aluno-mestre Videira, ser o único, de todos os entrevistados e entrevistadas, que recorda um acontecimento, nestes termos precisos, embora sem completa certeza da data, em que se empenhou e participou activamente. Trata-se de uma iniciativa levada a cabo pela Comissão Central de Alunos, da Escola do Magistério Primário de Coimbra, que, face ao atraso do início das aulas, tomaram a iniciativa de desenvolver as *Actividades Pré-Lectivas*, contra a política seguida por Mário Sottomayor Cardia, ministro da

tutela do primeiro governo constitucional, e na defesa do trabalho desenvolvido no período das *Experiências Pedagógicas* e dos professores e professoras que trabalharam na Escola do Magistério Primário de Coimbra e estavam a ser *saneados*, actividades que envolveram também uma exposição nas instalações da Câmara Municipal da cidade:

VIDEIRA: [...] Eu até recordo que esse 1º ano foi de tal ordem rico neste tipo de trabalho e nestes trabalhos e nesse tipo de avaliação feito em função dos trabalhos etc., que por exemplo, quando o 1º ano acaba, acaba na altura normal, dá-se naquele período de férias o saneamento daqueles professores, houve a mudança e tal, eles vão todos embora, depois alguns ficaram por processo de concurso, no que lá foi instau, instituído, e as aulas começaram muito tarde, eu penso que no meu 2º ano as aulas começaram para Janeiro, talvez, por aí assim, mas sei que foi muito tarde (.)

ENTREVISTADOR: Foi Janeiro.

VIDEIRA: Não, foi? Pois. Tão tarde, tão tarde que nós até nos chateámos das férias que era uma coisa ((sorrindo)) que podia não acontecer porque, depois até Outubro estava-se bem de férias, depois de Outubro para Novembro pá, era uma novidade ter mais um mês de férias mas depois já era chato e nós queríamos ter aulas e então recordo-me de, nós como não tínhamos aula e como a situação ainda estava ali muito indefinida, termos tido a chave da Escola, o pessoal da Associação de Estudantes e, o nosso 1º ano tinha sido um ano tão rico de trabalho, de trabalhos e de coisas práticas e de fazer e com os professores nas escolas, de fazer material didáctico e não sei quê, que inclusivamente nós, fizemos isso como forma de mostrar a experiência e o trabalho, a experiência que era essa experiência pedagógica que aconteceu na Escola no 1º ano e ao mesmo tempo o trabalho que nós tínhamos desenvolvido, decidimos como forma de mostrar à cidade de Coimbra, mas ao mesmo tempo como forma de protesto pelas aulas não começarem, de fazer no átrio da Câmara Municipal de Coimbra uma coisa, a que nós na altura chamámos as Actividades Pré-Lectivas, porque as aulas não começavam e então, isto foi, talvez no mês de Novembro ou Dezembro de 76, portanto, antes de recomeçarem as aulas em Janeiro, em que nós conseguimos encher aquele átrio, (eh) da, da Câmara, de [...] tínhamos feito materiais pedagógicos que tínhamos construído, das visitas que tínhamos feito, das entrevistas, das fotos, disto, daquilo, nós enchemos aquilo com expositores e com mesas e com bancas e com (hem) todo esse trabalho, o que mostra que havia um trabalho rico, isto é, se o nosso trabalho anterior tivesse sido um trabalho de estudo em livro e de testes, a gente não ia lá pôr nenhuns livros nem os testes ((sorri)) para eles verem, portanto, tinha que haver de facto, e houve, um trabalho riquíssimo, em recordo-me que nós tínhamos, na altura também, (eh) com actividades, depois muito envolvidos em outro tipo de actividades, [...]

[...] (hem) Eu recordo-me disso e de a malta fazer as, as Actividades Pré-Lectivas eram exactamente mostrar para fora da Escola tudo aquilo que se tinha feito naquela altura e ao mesmo tempo era também o nosso protesto por já estarmos a perceber que aquilo que se estava a preparar-se para o ano em cur, que ia já, devia ter começado na altura, já não era nada daquilo e já não nos ia permitir fazer nada daquilo, aquilo era protestarmos por não começarem as aulas, (eh) mostrávamos o que tínhamos feito e já protestávamos por saber que tínhamos achado que aquilo era bom e que o que se iria fazer não era igual e, portanto, queríamos também marcar isso. Lembro-me que nós

até tínhamos o livro, também não sei dele, de, de opiniões das pessoas e que aquilo tínhamos, rasgados elogios e aí, das pessoas da terra e tal porque, de facto, era uma coisa diferente, uma Escola aberta e mostrar o que tinha feito. (eh) Tivemos o apoio, como é evidente, de alguns dos professores [...] eles mesmos provavelmente, talvez percebendo, compreendendo que aquilo (eh) tinha acabado ou estava em vias de acabar ou já tinham acabado [...].

Aqui estamos perante duas posturas, sobre um momento, que derivam de inserções distintas muito condicionadas por aspectos exteriores à própria instituição. Ou seja, se a memória se relaciona com o empenho na situação vivida, ela deriva indirectamente das condições que se impõem ao indivíduo e de como este a gere. A memória, individual ou colectiva, constrói-se por referência aos outros, indivíduos ou grupos, está sujeita à negociação e à transformação em função dos outros, por critérios de *aceitabilidade*, *admissibilidade* e de *credibilidade*. A memória é disputada em conflitos sociais e intergrupais, nomeadamente em grupos políticos. A memória familiar, por exemplo, pode ser objecto de conflito entre os seus membros³⁸. Mas como vimos da entrevista de Pereira, a memória pode ser fortemente influenciada pela forma como se desenvolve a relação com componentes fundamentais do agregado familiar. Neste caso particular, a entrevista toda jogava na defensiva e rejeitava um envolvimento que a impediu de viver o momento de modo a alcançar informação relevante sobre a dinâmica cultural e política que caracterizou a instituição que integrava. Ao contrário de Pereira, o outro entrevistado revelou-se um empenhado actor, o que denota convicções ideológicas claras e leituras convergentes entre o momento do acontecimento e o momento da evocação.

A ideologia³⁹ fornece recursos para a produção de memórias⁴⁰. As ideologias, enquanto formas de vida de uma sociedade, são produtoras de senso comum e portadoras de contradições e temas opostos, que possibilitam aos indivíduos resolverem problemas sociais e experienciar dilemas. São estes temas contrários do senso comum que permitem aos indivíduos pensar as suas vidas e os capacitam para discutir e resolver situações da vida quotidiana. Estes dilemas são de cada pessoa, os daquela não são os destouta, contudo, são dilemas sociais pois se reportam a imagens sociais. Os temas contrários fornecem as sementes da argumentação, permitindo sopesar prós e contras, possibilitando que as pessoas se auto-justifiquem e, na crítica às visões dos outros, socorrem-se da retórica da argumentação. Os aspectos dilemáticos podem ser explícitos

³⁸ Cf. POLLAK, Michael – *Memória...*

³⁹ Sobre o conceito de ideologia vejam-se a título de exemplo: RICOEUR, Paul – *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70, 1991. 525 p. ISBN 972-44-0739-X; LARRAIN, Jorge – *The Concept of Ideology*. Londres: Hutchinson, 1979; LARRAIN, Jorge – *Ideology and Cultural Identity. Modernity and the Third World Presence*. Cambridge: Polity Press, 1994. 256 p. ISBN 0-7512-0049-2; THOMPSON, John B. – *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995. 427 p. ISBN 85-326-1484-1.

⁴⁰ MENDES, José Manuel – *Do ressentimento ao reconhecimento. Vozes, identidades e processos políticos nos Açores (1974-1996)*. Porto: Edições Afrontamento; Centro de Estudos Sociais, 2003. 370 p. ISBN 972-36-0642-9.

ou implícitos, dependendo em parte dos processos sociais e das práticas discursivas existentes nas comunidades de pertença⁴¹.

Ao longo do nosso estudo perpassa o conflito e a disputa entre memórias do PREC e da acção de Mário de Sottomayor Cardia, nomeadamente, na memória das *Experiências Pedagógicas*. A temática do *saneamento* dos professores e das *Actividades Pré-Lectivas*, referida no depoimento do aluno-mestre Videira é disso um bom exemplo. O posicionamento dos depoentes com recordações positivas das *Experiências Pedagógicas* pendem, tal como o referido aluno, a considerar que os professores e as professoras foram *saneados* e que a acção do ministro Cardia é classificada como constituindo uma «primeira limpeza nas escolas do magistério», uma *contra-reforma* no âmbito do ensino normal primário. Os defensores da política de normalização consideram, tal como o discurso oficial do Estado, personalizado pelo ministro, que os professores estavam indevidamente colocados e não tinham habilitações para tal. O *saneamento* transforma-se numa recusa dos professores em se submeterem a concurso imposto pelo Ministério, as *Actividades Pré-Lectivas* transfiguram-se numa recusa dos alunos em terem aulas com professores sem habilitações e apoiando a posição do ministro. Este é o testemunho de Laranjeira, aluno-mestre ao tempo:

[...] o que eu recordo do período enquanto aluno, portanto, é, é, é um dia, a, a, um dia o Ministério decidir que os professores tinham de concorrer e o grupo de professores que estava na Escola e que tinham sido meus professores do 1º ano recusarem-se a apresentarem-se a esse concurso, alguns dos quais pelo que se veio a saber depois nem sequer tinham habilitações para lecci, leccionar àquele nível. A, a mas os que concorreram e que ficaram a relação com eles foi a mesma, (eh) houve foi um período, não sei agora precisar, de três, quatro meses em que a Escola esteve encerrada por vontade dos alunos, que, que se recusavam a ter aulas com professores que não preenchiam os requisitos que o Ministério da Educação, na altura era a, era o Ministro Sottomayor Cardia tinha estabelecido e, portanto, não fazia sentido que se o Ministro tinha estabelecido e agora, há distância de vinte e tal anos, o que eu me recordo era que os professores tinham de ter habilitação própria para leccionar nas Escolas do Magistério, isso a nós alunos parecia-nos muito correcto, portanto, se os professores não queriam aceitar isso alguma coisa estava mal e não era do lado dos alunos, portanto, os alunos recusavam-se a ter aulas com aqueles professores e daí a Escola ter estado fechada alguns meses com, com piquetes de alunos à porta, com plenários feitos na Praça Heróis do Ultramar, etc., etc., etc., até que lá por Janeiro, Fevereiro do ano seguinte, a normalidade, digamos, democrático-educativa foi reposta e as aulas recomeçaram com toda a normalidade, [...]

⁴¹ Cf. BILLIG, Michael; CONDOR, Susan; EDWARDS, Derek; GANE, Mike; MIDDLETON, David; RADLEY, Alan – *Ideological...*; BILLIG, Michael – “Methodology and Scholarship in Understanding Ideological Explanation”. In ANTAKI, Charles Ed. – *Analysing Everyday Explanation. A Casecook of Methods*. London: Sage, 1988. ISBN 0-8039-8139-2. p. 199-215; BILLIG, Michael – “Collective Memory, Ideology and the British Family”. In MIDDLETON, David; EDWARDS, Derek (org.) – *Collective Remembering*. London: Sage, 1990. ISBN 0-8039-8234-8. p. 60-80.

O objectivo de cada um é serem reconhecida a sua interpretação do passado, a sua memória específica. No caso vertente a memória que tem uma dimensão política a qual, habitualmente, é objecto de um trabalho de enquadramento que em parte é realizado pelos historiadores⁴². De resto, a dialéctica entre recordação e esquecimento não é exclusivo da memória, também a historiografia se funda em silêncios e recalcamientos⁴³.

Se memória e historiografia resultam de um trabalho selectivo, se ambas elaboram *re-presentificações* a partir de *indícios e traços do passado*, e aceitando-se que o testemunho do documento *religa memória e história*⁴⁴, que o historiador questiona a partir da sua própria experiência⁴⁵, justifica-se uma abordagem da temática das fontes e dos limites de um método apoiado em testemunhos orais e da sua capacidade em produzir representações e não realizar reconstituições do real. Se a memória é socialmente construída as fontes documentais também o são. A crítica das fontes, orais ou documentais, deve ser sempre realizada. É sempre a partir de uma fonte que o historiador realiza a sua actividade, logo, todo o trabalho é tributário do documento e essa intermediação implica que qualquer historiador se apoia sempre numa primeira reconstrução. Por outro lado, todas as fontes, seja qual for a dimensão da sua subjectividade podem sujeitar-se às críticas da operação historiográfica, por exemplo, pelo cruzamento de informações obtidas a partir de diferentes fontes⁴⁶. Os testemunhos orais enquanto suporte de transmissão de memórias e esquecimentos se, por um lado, podem constituir um obstáculo epistemológico, por outro, podem instigar a problematização do trabalho do historiador, e funcionar como prova supletiva⁴⁷, constituir um instrumento de abertura de abordagens de investigação e, até, de reconstrução do instante ou da situação em análise.

Das entrevistas que realizámos aos alunos-mestres e às alunas-mestras, constatámos que as actividades de contacto surgem referenciadas no conjunto das entrevistas. Todos os entrevistados e entrevistadas, no caso dos discentes, referem invariantes como o local onde realizaram as actividades de contacto, as tarefas e actividades que desenvolveram, salientando o trabalho com os *miúdos* e o *conhecimento sociológico da comunidade*, bem como as condições em que viveram, onde habitaram e como se alimentaram. Salientam as aprendizagens realizadas com destaque para o conhecimento do *país real* com contributo decisivo para a sua acção como professores ou professoras, bem como o grau de satisfação, num dos casos, muito associado à importância que as aprendizagens vieram a ter face ao percurso de vida posterior. Já professora do ensino primário em exercício de funções, veio a concluir uma licenciatura, mudando para o ensino secundário. Posteriormente, como professora do ensino secundário chegaria ao cargo de directora de uma escola secundária, terminando, simultaneamente, uma

⁴² Idem, *ibidem*.

⁴³ Cf. CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 39-51.

⁴⁴ Miguel Baptista Pereira (1999) citado por CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 45.

⁴⁵ Cf. CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 39-51.

⁴⁶ Cf. POLLAK, Michael – “Memória...”

⁴⁷ Cf. CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 39-51.

pós graduação em gestão e administração escolar. Este facto permite-nos sublinhar a importância e o significado do tempo em que ocorre a anamnese, nesta situação, o facto de ter ocorrido trinta anos depois não será despiciente. Teriam as recordações da aluna-mestra Carvalho, firme defensora da normalização e profundamente crítica deste 1º ano de experiências pedagógicas, traduzido a mesma visão positiva da experiência se não tivesse tido este percurso? Atentemos nas suas palavras:

ENTREVISTADOR: Diz-me uma coisa o que é que tu retiveste desse trabalho das actividades de contacto.

CARVALHO: (eh) gostei imenso e pude-me aperceber da riqueza que nós na al, que nós nessas idades e nesse período de vida não tínhamos, não, não tínhamos bem essa noção, pelo menos eu não tinha, da riqueza (eh) (eh) do que é o contacto e a relação com a comunidade, a envolvimento com a comunidade, nós efectivamente ficávamos em Febres (eh) tínhamos lá uma casa e ficámos lá durante todo esse período (eh) ainda hoje, ainda hoje (eh) eu falo com algumas pessoas que conheci nessa altura e mantivemos sempre uma, uma ligação não, não nos visitamos mas quando nos vemos as pessoas lembram-se e eu lembro-me delas, e portanto, foi um período muito rico e a, e deu-me para mim (hem) uma, uma lição em termos daquilo que mais tarde eu vim a precisar para a abertura da escola à comunidade e para o envolvimento da escola no meio local e essa, foi a minha primeira experiência na altura, gostei, mas não tive, não tinha a ideia daquilo, da importância que poderia ter, foi mais um momento de, diferente para os alunos da Escola do Magistério, mas (eh) depois foi-me extremamente útil e (eh) se calhar daí eu retirei algumas lições em termos depois (eh) da ligação da escola, quando passei para a escola, e poder trabalhar aos diferentes níveis, não nos fechamos sobre

ENTREVISTADOR: A própria escola.

CARVALHO: a própria escola, sobre a comunidade educativa, mas sim abrir e, e, e passar de um conceito de comunidade educativa que abrange os professores, os alunos, os funcionários para uma

ENTREVISTADOR: Comunidade escolar.

CARVALHO: comunidade de escola, uma, uma comunidade escolar ampla, (eh) aliás a experiência do 172 veio trazer para dentro da escola, na altura, os representantes dos interesses económicos, dos interesses sócio-culturais, das autarquias, dos pais e tudo isso, portanto foi essa experiência, foi uma experiência que me enriqueceu particularmente.

Antes e um depois sendo que este é decisivo para a relevância que é dada no momento em análise. Nos depoimentos dos alunos-mestres Videira e Laranjeira, ainda que em leitura da realidade diametralmente opostas, o momento de recuperação encontra-se em consonância e reforça o posicionamento aquando do acontecimento. Ao invés, a aluna-mestra Carvalho, sem rever o seu posicionamento crítico face ao momento vivido, na anamnese consegue encontrar dimensões positivas, fruto de um percurso singular que lhe permitiu aceder a uma releitura dos momentos de formação experienciados.

Como já anteriormente sublinhámos, a recordação individual, ainda que socialmente construída depende da capacidade do indivíduo no acto do acontecimento e no momento da sua recuperação. A descrição mais detalhada é-nos feita pelos professores, nomeadamente, pelo professor Cerejeira que nos descreve o processo a montante e a jusante da realização das actividades de contacto, bem como, pela sua narrativa,

nos transmite a intensidade e o entusiasmo vivido por alguns dos participantes nas experiências pedagógicas. Cerejeira, inclusivamente, dá-nos indicações da evolução no segundo ano lectivo:

ENTREVISTADOR: E, a outro nível, em termos da, há um bocado falou há pouco, na, na intervenção na sociedade, as actividades de contacto, como é que...

CEREJEIRA: Nós fizemos uma coisa que se chamava À Descoberta da Criança, chamou-se assim, as chamadas actividades de contacto vieram depois a, a escond, a esconder-se não, a estar, a estar sob um chapéu que se chamava À Descoberta da Criança e, essa, essa actividade teve a meu ver, foi muito interessante porque durante semanas na Escola, nós preparávamos as saídas dos alunos. Isto é, durante uma semana, para irmos lá outra vez, durante uma semana os alunos iam sair, iam para terras, para aldeias, de preferência, não só, vilas também, iam para escolas de terras, iam trabalhar com os alunos das escolas do 1º Ciclo e portanto, durante semanas prepararam-se os guiões, para essas saídas. Os alunos levavam guiões de tudo, levavam guiões de observação na área da música, na área da linguagem, na área do, da, das práticas pedagógicas, enfim, todas, todas as disciplinas que compunham o currículo, o currículo da Escola tinham um guião de análise e observação, portanto, os alunos saíram para, para o mundo durante uma semana foram observar e foram observar, (hem) de facto como é que as escolas funcionavam mas foram observar, também, como é que as populações se posicionavam perante a escola e perante o próprio país e perante a própria vida, portanto, nos guiões da Sociologia, não me recordo exactamente o que ia, mas sei que era um papel, era, era uma das tarefas que se pedia aos alunos, era que observassem, falassem com as populações, falassem com o padre da freguesia, com o presidente da Junta etc., para perceber como é que aquelas pessoas se posicionavam perante o mundo, perante o país que tínhamos, perante a nova realidade que tínhamos, perante a realidade que tínhamos deixado de ter etc., portanto, e portanto, foram semanas de grande entusiasmo na preparação dos guiões, com grandes conflitos, em lembro-me que num, numa das vezes o, exactamente a propósito do guião de Português, o Vasconcelos e o Zé Manel Pereira de Melo pegaram-se de tal maneira que o Zé Manel, que é um homem de uma sensibilidade extraordinária, chorou desalmadamente porque se pegou com o Vasconcelos, porque não se entenderam com o guião, mas quer dizer, o guião foi feito, foi partejado com grande esforço mas também com um grande entusiasmo, com uma grande dedicação e, depois, os alunos foram para, pr'á, pr'á, pr'às escolas, pr'às localidades, estiveram, com muito apoio, apoio das Juntas, apoio dos padres, sobretudo, a vários níveis, levavam os farnéis, forneciam-se-lhes uns farnéis, eles levavam os farnéis iam para lá e tal e, depois, quando no fim fizemos, eles fizeram os seus relatórios, os grupos de trabalho, cada grupo fazia um relatório, portanto, quando fizemos os relatórios, houve uma coisa gira, eu acho que foi interessantíssima, é que houve muitos professores, em cujas localidades e em cujas escolas os alunos tinham estado, que vieram também estar, participar, assistir, colaborar, portanto, foram actividades muito interessantes. Mais tarde, no ano a seguir, a actividade foi ligeiramente diferente, isto é, manteve as linhas gerais mas permitiu fazer o seguinte: os alunos ficaram na escola, foram para as escolas e ficaram nas escolas, durante uma semana com os professores do, então professores do ensino primário com eles, e na semana seguinte os professores do ensino, os professores vieram, ficaram lá os alunos sozinhos com os alu (//),

ENTREVISTADOR: (//) Com os alunos, com as crianças.

CEREJEIRA: com os alunos das escolas e os professores titulares das turmas, digamos, vieram à Escola do Magistério fazer uma espécie de formação contínua, digamos, tiveram uma semana de acções (//) de formação.

ENTREVISTADOR: (//) De informação.

CEREJEIRA: Exacto. De informação e formação, em que nós lhes transmitíamos também aquilo que estava a ser feito, o que se pretendia dos alunos, aquilo que estava a ser e aquilo que a gente achava o que devia ser o caminho que os professores deviam seguir no seu trabalho quotidiano.

Na situação acabada de descrever é possível, cruzando com a documentação existente, corresponder às *exigências críticas da operação historiográfica*⁴⁸. Com acesso a três documentos essenciais podemos realizar a crítica histórica e satisfazer as exigências da historiografia ao nível da exactidão das leituras e da argumentação racional no sentido de explicar e compreender:

- i) Um documento intitulado *Roteiro da Experiência Pedagógica – A Escola à Descoberta da Criança*, que nos podemos conhecer os locais previstos para a realização da experiência e dos professores e professoras que participaram no apoio aos diferentes grupos.
- ii) Um guião de análise e observação, organizado em oito domínios, subdividido em diferentes pontos: I. Caracterização socioeconómica e cultural do meio; II. A higiene e a saúde da criança; III. A Língua; IV Os interesses da criança; V. A criança na escola; VI. Jogos e Educação Musical; VII. A literatura infantil; VIII. Educação visual e estética.
- iii) Um livro intitulado *À Descoberta da Criança. Teses e conclusões de uma Experiência Pedagógica*, editado pela Escola do Magistério Primário de Coimbra, em Janeiro de 1975. O livro contém as duas comunicações por tema – os referidos em ii) – acta e respectivas conclusões, do seminário final.

Inseridas nos programas das Escolas do Magistério Primário, para o ano lectivo de 1975-1976, as *actividades de contacto* visam contribuir para formar um professor como agente de transformação, cónscio da sociedade que o rodeia e da problemática da educação e do ensino em Portugal naquela data, capacitando para agir sobre os problemas. As actividades são descritas como compostas de três etapas, a primeira, a problematização da realidade a observar com construção de grelhas de observação/ modelos de fichas de inquérito e à sua planificação, a segunda, a observação propriamente dita e, finalmente, o regresso à escola com a elaboração de relatórios de síntese⁴⁹. O processo conclui-se com a realização dos *Seminários sobre temas optativos*:

⁴⁸ CATROGA, Fernando – *Memória...*, p. 45.

⁴⁹ Plano de Estudos das Escolas do Magistério; Magistério Primário e Magistério Infantil, assinado pelo Ministro da Educação e Cultura, José Emídio da Silva, a 31 de Maio [ou Março, ilegível] de 1975 com a

A reflexão sobre os resultados das actividades de contacto encaminhar-se-á para a realização de dois seminários sobre temas optativos referentes à área científica ou à área de expressão. Tratar-se-á de um trabalho de investigação a realizar pelos alunos, sob a orientação dos professores, destinado a encontrar resposta teórica às questões levantadas na observação. Este trabalho será enriquecido, numa interacção dialéctica, com o trabalho lectivo nas áreas científicas e nas áreas de expressão⁵⁰.

Em contraposição à visão dos restantes entrevistados, surge o testemunho da aluna-mestra Pereira que, tendo realizado as *actividades de contacto* em São João do Campo, sem qualquer contacto com a escola ou as crianças, limitando-se a contactar com a população e não perceber «qual o interesse daquilo para a [sua] formação». Se podemos enquadrar a pouca vivência e no distanciamento com que esta entrevistada parece ter vivido este período escolar da sua vida, não é menos legítima uma outra perspectiva que é o facto de a anamnese nos permitir chegar aqui onde as provas documentais muitas vezes não nos permitem, ao que *efectivamente* aconteceu, num país onde a educação foi sempre de construção retórica.

Queremos, ainda, sublinhar dois aspectos que nos parecem relevantes. Na realidade para além de diferenças e semelhanças entre a recordação e a historiografia e da necessidade de submeter os testemunhos orais à crítica historiográfica, há que reconhecê-lo, nem sempre é possível muito pela ausência de outra documentação. Contudo devemos assinalar que o cruzamento de testemunhos orais nos permite, muitas vezes, sublinhar constâncias e invariantes. Particularmente relevante em nosso entender é que os testemunhos orais nos permitem chegar a informação e conhecimento que está para além das possibilidades das provas documentais, funcionando muitas vezes como informação complementar e que nos oferece a possibilidade de humanizar a nossa narrativa. A leitura da anamnese transporta-nos emoção e afectividade, fruto de uma experiência física e psicológica. Narrativa possuidora de um encadeamento singular, norteada por interesses próprios ou de grupo, selecção bastantes vezes preocupada com o detalhe e o exemplo, transporta uma verdade sobre a vida dos homens, intersubjectiva e não referencial, expressão de posicionamentos e dilemas pessoais.

cláusula de os *numerus clausus* serem estabelecidos de acordo com as necessidades do país, Direcção-Geral do Ensino Básico, em 30 de Julho de 1975. In *Programas (1º/2º Anos) 1975-1976*.

⁵⁰ Idem, *ibidem*.

Fazer História do Desporto
Paradigmas e problemáticas

Francisco Pinheiro

Francisco Pinheiro, Bolseiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutor em História pela Universidade de Évora. Investigador do CEIS20.
E-mail: franciscopinheiro72@gmail.com

Em Fevereiro de 1988, na contra-capa da revista *Desporto e Sociedade*, publicada pela Direcção-Geral dos Desportos, surgia uma frase ilustrativa de como os historiadores encaravam o desporto: «Relógios antigos, bolas e batatas têm beneficiado mais de estudos históricos do que os jogos e os desportos. Alguns jornalistas, psicólogos, sociólogos e os próprios desportistas têm escrito sobre desportos; os historiadores apenas se debruçaram casualmente sobre o assunto.» No caso da historiografia portuguesa, esta reflexão era relativamente exacta e assim se iria manter nos anos seguintes.

Antes de analisar o percurso evolutivo da história do desporto a nível nacional e internacional, importa começar por definir o que entendemos por desporto. Mas esta definição não é simples. Como esclareceu o polaco Wojciech Liponski (2005, p. 12), em *L'Encyclopédie des Sports*, onde apresentou mais de três mil modalidades desportivas, «construir a definição exacta de desporto e separá-la do que não o é, está longe de ser fácil.» Liponski (2005, p. 12) e os mais de cem investigadores envolvidos na elaboração de *L'Encyclopédie des Sports* definiram desporto como «uma forma de actividade humana (algumas vezes aliada ao esforço de animais ou ao emprego de veículos ou aparelhos diversos), cujo resultado é mais determinado pelo esforço físico que pelo intelectual.» Esta caracterização, além de minimizar o papel da competição na definição de desporto, coloca em segundo plano os jogos que caem sobre uma acção eminentemente intelectual, como o xadrez, damas ou os jogos de cartas.

A definição de Liponski seguiu os parâmetros conceptuais definidos pelo Conselho Internacional para a Educação Física e Desporto, organismo integrado na UNESCO. Esses mesmos parâmetros de interpretação tinham sido utilizados por Jean Dauven e os mais de cinquenta investigadores que colaboraram em 1961 na *Encyclopédie des Sports*, publicada em França pela Librairie Larousse. Nesta obra de referência da historiografia desportiva europeia, a história do xadrez ficou ausente, enquanto uma outra modalidade geradora de conflitualidade conceptual, como é a tauromaquia, mereceu 26 páginas de análise. Curiosamente, em Espanha, um dos berços da tauromaquia, as duas visões conceptuais sobre desporto convivem lado a lado. Na *Gran Enciclopedia de los Deportes*, publicada em Madrid, em 1988, a arte do toureio não mereceu qualquer referência, ao contrário do xadrez com 25 páginas, num total de 1.256 páginas de análise sobre a história das modalidades desportivas. No entanto, Moral e Ramírez (1999, p. 281), ao debruçaram-se sobre as modalidades desportivas com cobertura noticiosa na imprensa espanhola, incluíram em 11.º lugar os «Toros» (touro).

Em Portugal, as definições de desporto têm variado em função da área de investigação de quem o pretende definir. O pedagogo Olímpio Bento (1987, p. 15-27), na obra *Desporto – 'Matéria' de ensino*, apresentou um vasto conjunto de modelos sobre como interpretar o conceito de desporto, incidindo numa visão pedagógica. O jornalista Homero Serpa (2007, p. 13) apostou numa visão «popular» de desporto na sua *História do Desporto em Portugal – do Século XIX à Primeira Guerra Mundial*, simplificando o termo «sem divisões, nem subdivisões, nem objectivos diferenciados». A investigadora Manuela Hasse (1999, 306), ligada à antropologia e história do corpo, optou por uma definição dinâmica de desporto em *O Divertimento do Corpo*, próxima da visão do historiador, em que o conceito está em mutação, assumindo diversos significados

consoante o período histórico. O filósofo Manuel Sérgio, juntamente com Noronha Feio (1979, p. 7-8), na obra *Homo Ludicus*, definiram o conceito de «desporto como fenómeno que realiza cultura, quer reflectindo-a, quer produzindo-a». Em 2004, ano profícuo na publicação de obras sobre desporto (sobretudo futebol), devido à organização do Campeonato da Europa de Futebol, foram várias as tentativas de definir desporto e contribuir para a sua consolidação enquanto matéria de estudo. Um dos melhores exemplos foi a exposição bibliográfica, dedicada ao desporto, organizada pela Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), entre 3 de Junho e 4 de Setembro, em Lisboa. Para a exposição, a BNP publicou o catálogo *Desportos & Letras*, com 1.246 entradas relacionadas com o desporto português, distribuídas entre Manuscritos, Impressos (Monografias e Publicações Periódicas), Partitura e Iconografia. A exaustiva recolha bibliográfica incluiu o xadrez, mas excluiu a tauromaquia, considerando-a «um espectáculo» (Biblioteca Nacional, 2004, p. 30) e não um desporto.

Estas breves ideias, ilustrativas de algumas correntes de pensamento à volta do conceito de desporto, reflectem a dificuldade em defini-lo. No entanto, entre as múltiplas tentativas de definir desporto, também é possível encontrar definições consensuais e agregadoras, como a do francês Hebert (1946, p. 7), segundo a qual «desporto é todo o género de exercício ou actividade física que tenha como meta a realização de uma marca e cuja execução se baseie essencialmente na ideia de luta contra um elemento definido: uma distância, um animal, um adversário e por extensão, nós próprios». Esta definição permite incluir tauromaquia e xadrez como desportos, conciliando as duas correntes conceptuais.

Historiadores do desporto: reflexões sobre o que fazem e como o fazem

Apesar da complicada tarefa de definir o conceito de desporto, em geral os historiadores que o estudam não têm dificuldades em reconhecer os conteúdos do seu campo de investigação. Qualquer estudo sobre acontecimentos, indivíduos, grupos, práticas e instituições desportivas pode ser considerado história do desporto. O problema, segundo o historiador Douglas Booth (2006, p. 27), surge «quando se pergunta aos historiadores do desporto para definirem os objectivos, assumpções, métodos e modos de apresentação da sua disciplina e eles começam a falar vagamente sobre factos, narrativas, contextos e teorias». Assim, face a este «conhecimento de prevaricação» (Booth, 2006, p. 27) que em geral apresentam os historiadores do desporto, «não é surpresa que investigadores de outras disciplinas considerem deficitárias as suas pesquisas» (Booth, 2006, p. 27). Para colmatar estas lacunas têm sido vários os contributos dedicados a dissecar a filosofia subjacente à história do desporto e a explicar o que é que fazem os historiadores do desporto e como o fazem. Um dos contributos mais recentes e completos foi dado pela obra *Deconstructing Sport History – A Postmodern Analysis*, dirigida por Murray Phillips. Nesse estudo, Douglas Booth definiu sete fases evolutivas da história do desporto, cada uma com os seus objectivos e epistemologia (ver Tabela 1), sendo uma das mais importantes contribuições para definir e compreender o processo evolutivo da história do desporto enquanto disciplina de ensino e matéria de investigação.

Tabela 1 – Paradigmas Explicativos da História do Desporto

	Objectivos	Epistemologia
Narrativa Tradicional (Reconstrução)	<ul style="list-style-type: none"> • Instruir (contar uma história moral) através de um trabalho autoritário • Suprimir a voz do historiador (sobretudo o «eu» a favor da terceira pessoa) 	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperar o passado com factos • Representações tradicionais são transparentes e preservam a objectividade das observações • O texto é referencial (aborda contextos externos) • Não-reflexivo • Omnisciência
Advocacia (Reconstrução)	<ul style="list-style-type: none"> • Desfazer mitos desportivos populares • Encontrar os factos 	<ul style="list-style-type: none"> • Factos são a base da verdade • Fidelidade dos historiadores à verdade e à sua profissão • História semelhante à Lei • O historiador adopta vários papéis: juiz, testemunha participante, analista especializado, conselheiro
Contextualizar (Reconstrução/ Construção)	<ul style="list-style-type: none"> • Situar o tema no contexto geral dos acontecimentos em que se enquadra • Estabelecer as interligações entre a parte (desporto) e o todo (sociedade) 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos históricos constituem um processo único • Contexto social, económico e político explicam o desporto • Contexto social, económico e político legitimam o estudo do desporto
Comparar (Reconstrução/ Construção)	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e analisar similitudes históricas • Identificar e analisar diferenças históricas 	<ul style="list-style-type: none"> • Comparação como ferramenta explicativa
Causalidade (Reconstrução/ Construção)	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as causas dos acontecimentos • Distinguir entre causas estruturais e contingentes 	<ul style="list-style-type: none"> • História: contingente ou determinada
Mudança Social (Construção)	<ul style="list-style-type: none"> • Situações históricas específicas ajudam os historiadores a entender a diversidade e a mudança • Generalizações empíricas sobre questões teóricas • Teorizar sobre processos de mudança temporais 	<ul style="list-style-type: none"> • A História como um processo
Linguística (Desconstrução)	<ul style="list-style-type: none"> • Revelar como os processos de criação dos textos têm significado para os seus criadores e para diferentes públicos • Revelar os subtextos dos tópicos explorados • Enfatizar múltiplas perspectivas • Reflectir 	<ul style="list-style-type: none"> • As fontes são locais de intersecção de diferentes significados e interpretações para os leitores • Textos lidos como estruturas de significados, enquadrados nos processos de semiótica, sociais e culturais em que foram produzidos • As fontes não são objectos concretos com significados fixos • A narrativa não é epistemologicamente fechada

A construção destes paradigmas permitiu, em grande medida, aos historiadores de desporto ganhar respeitabilidade académica. Em 2003, no artigo «Playing Games? The Serious Business of Sports History», publicado no *Journal of Contemporary History*, Mike Cronin lembrava que existia entre os historiadores a assunção de que as pessoas que escolhiam escrever sobre desporto estavam sobretudo interessadas em ir de encontro às suas paixões desportivas, estando pouco preocupadas com o rigor académico ou em contribuir para debates e reflexões históricas à volta do desporto. Segundo Cronin, a estas dificuldades juntava-se o facto da produção historiográfica sobre desporto estar sobretudo centrada em biografias de celebridades desportivas e autobiografias, assim como no subgénero de escrita definido pela expressão «Eu estive lá» (Cronin, 2003, p. 196). A isto acrescentava-se o facto da maioria dos leitores de desporto terem uma ideia de história limitada à vida de antigas celebridades desportivas ou a tabelas de resultados e estatísticas antigas (Cronin, 2003, p. 196). Assim, para estes leitores as relações históricas do desporto com os mundos socioeconómico ou político apresentavam-se como irrelevantes, o mesmo sucedendo para as escolas historiográficas mais conservadoras. Porém, Cronin lembrou que a nível académico os departamentos de estudos sobre desporto começavam a ser comuns nas universidades, um pouco por todo o mundo, e o número de estudantes tinha crescido enormemente. E dava o exemplo britânico, em que mais de 20 mil alunos tinham feito o exame de admissão em Educação Física. No currículo desses cursos, a história do desporto assumia-se como a terceira disciplina mais importante, situação que se explicava pelo facto da «maioria das universidades britânicas terem compreendido a relevância social e cultural do desporto, incluindo a sua história» (Cronin, 2003, p. 196). Esta abertura epistemológica das universidades, segundo Cronin (2003, p. 196), fez com que a «história do desporto se tivesse efectivamente transformado numa das primeiras sub-disciplinas da história a ter relevância académica», tornando-se «comum o seu ensino nos cursos universitários de história social, cultural e contemporânea na Grã-Bretanha».

O contributo britânico e a abertura de novos horizontes

A consolidação da história do desporto, enquanto matéria de ensino na Grã-Bretanha, deveu-se em parte à acção da British Society of Sports History (BSSH), fundada em 1982 e no seio da qual se passou a publicar, desde 1984, o *British Journal of Sports History*¹. Na opinião de Martin Johnes (2008, 65), presidente da BSSH entre 2004 e 2007, esta associação permitiu que a história do desporto se tivesse consolidado como uma importante sub-disciplina no meio académico britânico, ganhando um cariz institucional (através da criação de diversos centros de investigação) e intelectual (com a publicação regular de investigações). Ao longo das últimas décadas, segundo Johnes, os historiadores britânicos produziram um vasto e importante conjunto de estudos sobre a história cultural, social e económica de diferentes desportos. E mais importante que isso foi o facto «de esses historiadores terem demonstrado que o desporto era um agente activo, e não passivo, na vida social e cultural da sociedade contemporânea»

¹ Mais tarde mudaria o título para *International Journal of the History of Sport*.

(Johnes, 2008, p. 65). Um dos mais reputados historiadores políticos britânicos, Peter Hennessy (2006, p. 88) afirmaria mesmo que «o desporto é imensamente importante para qualquer tentativa séria de reconstruir a vida colectiva da Grã-Bretanha».

Apesar da consolidação da história do desporto enquanto matéria de ensino e de investigação na Grã-Bretanha, Martin Johnes mostrou-se em 2008, no *Journal of Sport History*, preocupado com quatro problemas. O primeiro era de «cariz demográfico» (Johnes, 2008, p. 66), uma vez que a investigação britânica sobre história do desporto era feita sobretudo por homens de meia-idade, assistindo-se mesmo à gradual aposentação de muitos historiadores de desporto. O número deles em posições académicas estava a decair, sendo em geral substituídos por sociólogos, uma vez que os departamentos de história raramente abriam novos lugares neste campo. O segundo problema relacionava-se com a proliferação de revistas e jornais académicos de pouca qualidade sobre história do desporto. Embora esse crescente número de publicações académicas pudesse ser encarado como um sinal de vitalidade, acarretava consigo questões relacionadas com a qualidade dos trabalhos publicados. O terceiro problema era a «guetoização do tema» (Johnes, 2008, p. 66), uma vez que grande parte do trabalho académico sobre história do desporto não era divulgada publicamente, o que se devia à ausência de uma forma adequada de difusão da informação. O quarto problema relacionava-se precisamente com os baixos níveis de leitura de obras sobre história do desporto, o que se devia ao facto dos historiadores de desporto continuarem a ser incapazes de cativarem o público em geral. Segundo Johnes, estes historiadores eram maus comunicadores para o público em geral e raramente o desporto aparecia nas revistas de história mais populares na Grã-Bretanha: *BBC History Magazine* e *History Today*.

A Grã-Bretanha, apesar destas questões, foi claramente um dos países onde mais evoluiu a história do desporto, contribuindo para a sua difusão internacional. Um desses contributos, indo de encontro ao problema da «guetoização», foi dado por Richard Cox, fundador da British Society of Sports History. A partir do final da década de 1990, face ao crescimento da bibliografia internacional sobre história do desporto, Cox passou a publicar várias compilações bibliográficas² na colecção *Sports Reference Series*³, da editora londrina Frank Cass Publishers⁴. Na obra *International Sport: A Bibliography, 2000* (Cox, 2003), que compila toda a bibliografia⁵ internacional sobre desporto publicada no ano 2000, surge um total de 867 entradas bibliográficas (nenhuma sobre Portugal), incluindo artigos publicados em revistas académicas, como *Culture, Sport, Society*; *International Journal of the History of Sport*; *The Sports Historian*, assim como actas de congressos. Convém recordar que durante os anos 1990 a média de obras publicadas sobre história do desporto cresceu de 250 para cerca de

² Qualquer investigador pode contribuir através do site: <www.umist.ac.uk/sport/ccontent.html>.

³ A nível de compilações bibliográficas, Richard Cox publicou nessa colecção as seguintes obras: *History of Sport – A guide to Historiography, Research Methodology and Sources of Information*; *International Sport: A Bibliography, 1995-1999*; *British Sport: A Bibliography to 2000*.

⁴ Cf. <www.frankcass.com>.

⁵ Sob a supervisão de Richard Cox publica-se desde 2000 a compilação *Annual International Bibliography of Publications on the History of Sport*.

1000 ao ano (Cox, 2003, p. VII), o que se deveu ao facto de muitos clubes, provas e instituições terem celebrado o seu centenário e produzido histórias para assinalar esse marco. Aliou-se a isso o facto da «investigação sobre a história dos desportos se ter tornado cada vez mais popular no meio académico» (Cox, 2003, p. VII). Surgiram mesmo colecções editoriais dedicadas à história do desporto, como foi a *Sport in the Global Society*, coordenada pelo britânico J. A. Mangan⁶.

A história do desporto, enquanto matéria de investigação, foi um fenómeno transversal a outras escolas historiográficas. Na segunda metade do século XX foram vários os investigadores que olharam para o desporto como um campo de investigação incontornável para contar a história da sociedade contemporânea. Mercê Varela (1972, p. 54) defendeu mesmo que o desporto se converteu no século XX num «facto social determinante», assumindo-se para outros autores como um «elemento cultural de grande transcendência na intercomunicação das pessoas e dos povos» (Moral & Ramírez, 1999, p. 275). Mas a assinalável produção historiográfica à volta do desporto só foi possível, tal como a reflexão que aqui apresento, graças ao momento de máxima liberdade que vive a historiografia⁷ para «interpretar o passado e construir o seu futuro, longe de determinismos e teleologias» (Riaño González, 2004, p. 16). Dessa liberdade emergiram novos enfoques globais sobre os acontecimentos, espaços e tempos, ao mesmo tempo que se está a recuperar a «visão holística⁸ da História e do mundo graças à metodologia e ao intercâmbio multidisciplinar» (Riaño González, 2004, p. 16) que permitem explicar, de forma abrangente e flexível, a dinâmica histórica da sociedade.

No âmbito desta multidisciplinaridade, uma das disciplinas que mais contribuiu para a história do desporto foi a sociologia. Em 2006, sob orientação de Fabien Ohl, publicou-se a obra *Sociologie du sport – perspectives internationales et mondialisation*, onde 12 dos mais destacados sociólogos na área do desporto fizeram uma análise geral do fenómeno desportivo. Na opinião do sociólogo australiano David Rowe⁹, as investigações sobre desporto «emergiram do campo de pesquisa interdisciplinar dos *Cultural Studies*, ganhando forma no Centre for Contemporary Cultural Studies, em Inglaterra» (Rowe, 2006, p. 67). Os *Cultural Studies* viram nos temas da cultura popular e da vida quotidiana férteis campos de análise¹⁰, fazendo ruir doutrinas puritanas e conservadoras, indo desta forma ao encontro do conceito de «Faire l’histoire» de Jacques Le Goff e Pierre Nova (Bonifácio, 1999, p. 18).

⁶ Ligado ao International Research Centre for Sport, Socialisation, Society, J. A. Mangan lecciona na University of Strathclyde. Publicou diversas obras sobre fascismo e desporto (*Shaping the Superman; Superman Supreme*) e obras generalistas (*Sport in Australian Society; The Games Ethic and Imperialism*).

⁷ Cf. Castro & Gómez Carbonero, 1998, p. 226-238.

⁸ «Método em que, para explicar um fenómeno particular ou individual, se deverá analisá-lo como resultante de um conjunto de acções, crenças ou atitudes colectivas» (*Dicionário da Língua Portuguesa*, 2008, p. 899).

⁹ Professor de ciências sociais na Sydney University (Austrália).

¹⁰ Foi sob a influência dos Cultural Studies que surgem vários estudos sobre a Mulher no campo da história do desporto. Em 2000 publicou-se aquela que é a obra de referência sobre a história do desporto feminino: *International Encyclopedia of Women and Sports*. Christensen, Guttman e Pfister coordenaram esta obra de 1.350 páginas que reúne 441 artigos de 250 colaboradores espalhados por 39 países.

Processo de institucionalização

A transcendência do desporto e a abertura da investigação académica a novos campos fez com que ao longo da segunda metade do século XX diversas escolas historiográficas se tivessem dedicado à análise do fenómeno desportivo. A primeira organização a agregar historiadores do desporto foi criada em Praga em 1967, com a designação de International Committee for the History of Physical Education and Sport (ICOSH). Era formado, na sua maioria, por investigadores da Europa de Leste e embora tivesse membros de todos os continentes, a organização contava apenas com cerca de 90 investigadores na década de 1980. Anos depois da criação do ICOSH, uma parte dos seus membros opôs-se à forma como o organismo era dirigido (em 22 anos de actividade só teve dois presidentes), criando em 1973, em Zurique, a International Association for the History of Physical Education and Sport (HISPA). Desde o início que a ideia desta organização era criar uma forte ligação entre os historiadores de desporto e as maiores instituições de ciência do desporto, incluindo o International Council for Health, Physical Education and Recreation, a International Federation for Sports Medicine, a International Federation for Physical Education, o International Council of Sport Science and Physical Education e a UNESCO. A HISPA conseguiu atrair gradualmente centenas de historiadores do desporto para os seus congressos e seminários, passando de 117 membros em 1973 para os 400 em 1986. No seu congresso de 1989 estariam presentes investigadores de 27 países e dos cinco continentes. A nível científico, a HISPA conseguiu também uma notável influência, ao ponto de Pierre Bourdieu fazer o discurso de abertura do congresso de 1978, onde explorou o campo do desporto pela primeira vez na sua carreira académica (Terret, 2008, p. 306). A HISPA fundiu-se em 1989 com o ICOSH, fruto das condições criadas com o fim da Guerra Fria, dando origem à International Society for the History of Physical Education and Sport (ISHPES). Esta nova organização pretendia assumir-se como a principal organização internacional de historiadores de desporto, promovendo o desenvolvimento da história do desporto a nível internacional, objectivo que viria a perseguir até à actualidade.

No início da década de 1990, uma parte dos principais historiadores de desporto europeus iria reunir-se regularmente no âmbito dos fóruns da European Network of Sport Science Institutes of Higher Education, levando-os a criar em 1995 o European Committee for Sport History¹¹ (CESH), sendo também criado nesta altura o European College of Sport Science (ECSS), que embora mais generalista também contaria no seu seio com historiadores do desporto. O CESH tinha como objectivo contribuir para o intercâmbio de ideias entre universidades europeias, promovendo elevados níveis de ensino da história do desporto.

A nível europeu, mas num nível mais local, para além da já citada British Society of Sports History, foram também criadas, ao longo das décadas de 1980 e 1990, diversas associações de história do desporto, como foram os casos da Finnish Society of Sports

¹¹ Durante a Assembleia Geral de Sevilha, em 2005, mudaria o nome para European Committee for Sports History. Disponível em: < <http://www.cesh-site.eu> >

History (Finlândia), Dutch Sport History Society (Holanda), Norwegian Society for Sport History (Noruega) e a Société Française d'Histoire du Sport (França). Esta última organização seria a que daria maiores contributos para este campo de investigação. A pesquisa histórica sobre desporto em França acentuou-se na segunda metade da década de 1980, graças a impulsionadores da craveira do historiador Pierre Arnaud¹², que em 1988 publicou a obra *Les Athlètes de la République – Gymnastique, sport et idéologie républicaine, 1870/1914*, onde 14 autores franceses deram o seu contributo sobre o desporto na Terceira República Francesa. Na introdução, Arnaud afirmava que o objectivo do livro era contribuir para a investigação sobre história do desporto em França e inserir as práticas das actividades físicas no contexto social e cultural da sociedade francesa. O livro tornou-se num clássico da historiografia desportiva europeia, motivando esse grupo de historiadores para a organização bianual, a partir de 1991, de *Les Carrefours d'Histoire du Sport*, encontros destinados a «provocar uma aceleração das pesquisas num determinado domínio da história do desporto e permitir a jovens investigadores e estudantes apresentar os seus trabalhos perante os seus pares» (Carrefours, 2008), contando no seu comité científico com nomes consagrados como Pierre Arnaud, Alfred Wahl¹³ e Thierry Terret¹⁴.

Fora do contexto europeu, a mais antiga organização dedicada à história do desporto surgiu em 1972 nos Estados Unidos da América, com a designação de North American Society for Sport History (NASSH), cujo objectivo era agregar investigadores da América do Norte (norte-americanos, canadianos e mexicanos), tendo como pioneiro o historiador Allen Guttmann (cf. Guttmann, 1978 & 1994) – no âmbito dos trabalhos desta organização surgiram as publicações *Journal of Sport History* e *Canadian Journal of Sport History*. Além desta organização, apareceram também outras associações a nível mundial que tinham como função promover a história do desporto¹⁵ nos seus países: na Austrália (Australian Society of Sports History), no Brasil (com a *Recordes: Revista de História do Esporte*, do Laboratório de História do Esporte e do Lazer da Universidade Federal do Rio de Janeiro) ou no Japão (The Historical Research Section of Japanese Society of Physical Education).

¹² Da sua extensa bibliografia destacam-se as obras: *Sport and International Politics: The impact of fascism and communism on sport*. Spon Press, 1998; *Sport et relations internationales, 1900-1941* (L'Harmattan, 2000); *Les origines du sport ouvrier en Europe*. L'Harmattan, 2000.

¹³ Professor em história contemporânea, Wahl foi um dos primeiros historiadores europeus a dedicar-se ao estudo da história do futebol europeu: *Les Archives du Football, 1880-1980*. Ed. Gallimard, 1989; *La Balle au Pied – Histoire du Football*. Ed. Gallimard, 1990.

¹⁴ Da sua vasta obra, cf. *Histoire des Sports*. L'Harmattan, 2000; *Les jeux interalliés de 1919. Sport, guerre et relations internationales*. L'Harmattan, 2003; *Histoire du sport en Europe*. L'Harmattan, 2004; *Histoire du sport*. Presses Universitaires de France, 2007.

¹⁵ Para a promoção desta temática surgiram também organizações especializadas, como foram os casos da International Society of Olympic Historians; International Council on Archives – Sports Section; International Sport Heritage Society; Play the Game; European Traditional Sport and Games Association. Ao nível específico de cada desporto surgiram também a Association of Cricket Statisticians and Historians; Association of Football Statisticians; International Society of Football Scholars; The Society for American Baseball Research; Hockey Research Association.

Reflexões sobre o caso português

Ao longo das últimas duas décadas, os contributos bibliográficos sobre a história do desporto português têm-se centrado principalmente em abordagens biográficas ou autobiográficas, assim como na história dos clubes, instituições, legislação e das modalidades, com realce para o futebol. Mas a produção historiográfica portuguesa sobre desporto tem sido relativamente reduzida, fruto em parte da ausência da sub-disciplina de história do desporto nos departamentos de História das universidades portuguesas. Uma análise da estrutura lectiva dos cursos de História de 2010-2011 das universidades de Coimbra, Évora, Lisboa (Faculdade de Letras e Universidade Nova de Lisboa) e Porto revelou uma completa ausência da sub-disciplina de História do Desporto, enquanto áreas como a cultura, pensamento, museologia ou a cidade contavam com diversas horas lectivas.

O panorama é relativamente diferente quando se analisam os planos de estudo dos cursos de Ciências do Desporto. Neste caso, as universidades de Évora (a disciplina designa-se História das Práticas das Actividades Físicas), do Porto (a Faculdade de Desporto lecciona História do Desporto) e Lisboa (na Faculdade de Motricidade Humana existem duas disciplinas: Antropologia e História do Corpo; e História do Desporto) contam com disciplinas neste campo, embora seja clara, através dos reduzidos créditos atribuídos, a pouca importância que lhes é atribuída. Unicamente o curso de Ciências do Desporto da Universidade de Coimbra não conta com nenhuma disciplina neste campo. Porém, ao contrário da história do desporto, a sociologia do desporto encontra-se bem representada em qualquer um dos cursos mencionados de Ciências do Desporto, indicador da importância que tem vindo a ganhar a sociologia sobre a história no campo do desporto.

Face a este panorama seria legítimo pensar que a produção portuguesa sobre história do desporto tem sido reduzida. O que em parte é verdade, mas somente em parte. Uma das primeiras tentativas de legitimar a importância do desporto na sociedade portuguesa foi feita em 1934 pelo médico e jornalista José Pontes, na obra *Quasi um Século de Desporto*, escrita em onze dias, de 11 a 22 de Maio de 1934, durante a preparação da Primeira Exposição Triunfal do Desporto (Pontes, 1934, p. XLI). Com uma narrativa autobiográfica, Pontes (1934: XLI) traçou «um panorama rápido» do muito que se fez pelo desporto em Portugal desde meados do século XIX até à década de 1920.

Quatro anos depois, em Dezembro de 1938, seria a vez de Júlio Araújo apresentar a primeira grande obra de referência sobre o futebol português, *Meio Século de Futebol, 1888-1938*¹⁶. Ao longo de 365 páginas, Araújo (1938) recordou os primeiros 50 anos de história do futebol português, entregando a obra ao cuidado da Associação de Futebol de Lisboa para a sua posterior publicação, o que nunca viria a suceder. Nesta obra, Júlio Araújo citaria recorrentemente três nomes que, nas décadas de 1940 e 1950, publicariam uma outra obra de referência, *História dos Desportos em Portugal*¹⁷. Em 583 páginas,

¹⁶ Esta obra não se chegou a publicar, apesar do seu indiscutível valor histórico. O único volume existente encontra-se na Associação de Futebol de Lisboa (AFL).

¹⁷ Foi publicada em fascículos pela Editorial Inquérito, de Lisboa, a partir da década de 1940 até inícios de 1953.

os jornalistas desportivos Tavares da Silva, Ricardo Ornelas e Ribeiro dos Reis (1953) analisaram em profundidade a evolução do desporto português, sobretudo o futebol. Com esta modalidade como tema de fundo publicou-se em 1942 uma outra obra de relevância, *Bodas de Prata da Associação de Futebol do Funchal, 1916-1941* (Abreu, 1942), que contribuiu para a compreensão da evolução desta modalidade na Madeira.

Durante a segunda metade do século XX publicaram-se várias obras em diferentes áreas da história do desporto. No campo da história desportiva regional, Garrido (1956) deu algumas achegas sobre o desporto alentejano na obra *História do Desporto no Distrito de Beja*. Trinta anos depois, Gil do Monte (1986) daria mais alguns contributos em *Subsídios para a História do Futebol em Évora*. Sobre o desporto madeirense seria a vez de Santos (1989) dar diversas pistas de investigação na *História Lúdico-Desportiva da Madeira*.

No campo da história das modalidades, Gil Moreira, antigo corredor e jornalista, publicou em 1980 a *História do Ciclismo Português*, utilizando os jornais desportivos como principais fontes da investigação. Foi nesta mesma óptica que Romeu Correia (1988) escreveu *Portugueses na V Olimpíada (Jogos Olímpicos de 1912): Subsídios para a História do Desporto Português*. A mesma dialéctica de processos foi repetida por Vilarinho (1993) na escrita de *Espadas e Floretes: Contribuição para a História do Desporto em Portugal*, onde traçou a história da esgrima portuguesa. O mesmo sucederia em 2003 com a *História do Desporto Equestre Português, 1927-2002*, da autoria de Maria João da Câmara, lançada por ocasião dos 75 anos da Federação Equestre Portuguesa.

Seria na área da história dos clubes onde surgiriam maiores contributos. Uma equipa de doze pesquisadores, coordenados por Rui Guedes¹⁸, fez um levantamento exaustivo da história dos três principais clubes (SL Benfica, FC Porto e Sporting CP) desde 1890 até meados dos anos 1980. Um trabalho meritório que teve como resultado cerca de 45 mil dados (mais de dois milhões de caracteres) sobre os três clubes. Desta pesquisa publicaram-se três fotobiografias dos três clubes (Guedes, 1987a, 1987b, 1988), entre 1987 e 1988, sendo incluída em cada uma delas a listagem das 444 publicações periódicas em que assentou a pesquisa (e.g. Guedes, 1988, p. 291-298).

Em 1989, precisamente numa altura em que se comemorava o centenário do futebol em Portugal, esta modalidade e o desporto em geral tiveram honras de integrar, pela primeira vez, uma obra de fundo sobre a história de Portugal, *Portugal Contemporâneo*, dirigida por António Reis, que na introdução deixava claro que «a novidade deste fenómeno (desportivo) no panorama sociocultural da civilização contemporânea, bem como a sua expressão na vivência do quotidiano, não podem ser menosprezadas pelo historiador» (Reis, 1989, p. 11). No entanto, o capítulo sobre desporto não foi entregue a um historiador, mas sim a um jornalista desportivo, Henrique Parreirão (1989b: 381-388), que o intitulou de *A Era de Ouro do Futebol Português*, centrando a análise precisamente nessa modalidade. Em 1989, Henrique Parreirão coordenaria também o livro *Os Anos de Diamante, 1914-1989*, evocativos dos 75 anos da Federação Portuguesa de Futebol.

¹⁸ Popularizou-se como apresentador e pianista num programa televisivo infantil da RTP em 1979, no qual contracenava com o rato Topo Gigio.

Para o gradual reconhecimento da importância do desporto por parte da intelectualidade portuguesa muito contribuíram os dois volumes da obra *Homo Ludicus, Antologia de Textos Desportivos da Cultura Portuguesa*, de Manuel Sérgio e Noronha Feio (1979 e 1980), publicados no final da década de 1970. Oliveira Marques, Oliveira Martins, Fortunato de Almeida e Albano Estrela foram alguns dos historiadores que viram os seus textos publicados nessas antologias (Sérgio & Feio, 1980, p. 73-137). Inclusivamente o poeta Fernando Pessoa viu o seu *Exórdio em Prol da Educação Física*¹⁹ (Sérgio & Feio, 1980, p. 57-63) ser recuperado do baú do esquecimento literário, tal como Almeida Garrett um texto sobre pedagogia, sublinhando ambos a importância da educação física para a formação dos jovens (Sérgio & Feio, 1980, p. 139-140). Um dos autores, Noronha Feio, daria outro contributo em 1985 com a obra *Portugal: Desporto e Sociedade*, em que fez uma abordagem geral da história do desporto português.

Na década de 1990, as comemorações do cinquentenário dos jornais desportivos *A Bola* (em 1995) e *Record* (em 1999) deram azo à publicação de obras comemorativas. *A Bola* publicou duas obras de fôlego: *História de 50 Anos do Desporto Português* (Simões [et al.], 1994) e *Glória e Vida de Três Gigantes* (Simões [et al.], 1995). Por seu turno, em 1999, o jornal *Record* publicou também duas obras de referência, seguindo o exemplo de *A Bola*, uma dedicada ao desporto em geral, *Livro do Cinquentenário: Modalidades* (Record, 1999a), e outra ao futebol, *Livro do Cinquentenário: Futebol* (Record, 1999b).

Cariz histórico²⁰ assumiu também a obra *O Divertimento do Corpo*²¹, da professora Manuela Hasse (1999, p. 1), que centrou o seu olhar nos conceitos de «Corpo, Lazer e Desporto, na Transição do Século XIX para o Século XX, em Portugal», dando também uma contribuição bibliográfica extraordinária para o estudo do desporto nesse período. No ano seguinte, em 2000, publicou-se *História do Futebol em Lisboa*, da historiadora Marina Tavares Dias, que utilizou mais de 30 periódicos para construir a sua investigação sobre o futebol lisboeta – esta investigadora participaria também no número da revista *História* de Julho-Agosto de 2001 dedicado ao futebol.

A história do futebol seria claramente um dos temas em voga na década de 2000, fruto em grande medida da organização em Portugal do Euro-2004. A primeira grande história do futebol português surgiria em 2002, numa parceria entre o sociólogo João Nuno Coelho²² e o historiador Francisco Pinheiro, que publicaram *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*, obra que compilava, num único volume de 712 páginas, a história do futebol português entre 1888 e 2002. Dois anos depois, ambos autores estariam na origem de um livro sobre a história da selecção nacional de futebol, com

¹⁹ Com o título original de *Exórdio em prol da Filantropia & da Educação Física*, a primeira edição foi publicada no Porto, pela Editorial Cultura, nos anos 1930.

²⁰ Na vertente da evolução do desporto, em termos legislativos e institucionais, destaca-se a obra *O Desporto em Portugal*, publicado em 1996 por Alberto Trovão do Rosário, sendo o resultado da sua dissertação de doutoramento na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

²¹ Esta obra foi resultado da investigação de doutoramento, com o mesmo título, na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, onde Manuela Hasse lecciona.

²² Em 2001 publicou a obra *Portugal, a equipa de todos nós – Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Edições Afrontamento.

o título *A Nossa Selecção em 50 Jogos, 1921-2004*. Dedicado a tratar este mesmo tema surgiram em 2004 os livros *Cinco Escudos Azuis*, de Afonso de Melo, e *Almanaque da Selecção*, de Rui Tovar. Do campo da sociologia, mas com profundos contributos para a história do futebol, seria também publicado nesse ano o estudo *A Época do Futebol: O Jogo Visto pelas Ciências Sociais*, coordenado pelos sociólogos José Neves e Nuno Domingos. Ainda em 2004, quem decidiu visitar os seus arquivos à procura do tema futebol foi o Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa, que viria a realizar a exposição «Uma Cidade de Futebol», publicando um catálogo com o mesmo título (Teixeira [et al.], 2004) que englobava fotografias de alguns dos nomes mais importantes do fotojornalismo desportivo português do século XX, casos de Joshua Benoliel²³, Ferreira da Cunha e Amadeu Ferrari, entre outros. No final da década de 2000 surgiram mais algumas obras importantes sobre a história do futebol, como foram *Académica – História do Futebol* de João Santana e João Mesquita (2007); os cinco volumes de *Crónica de Ouro do Futebol Português*, dirigidos por Joaquim Vieira (2008); e os dois volumes da *História do Futebol Português* de Ricardo Serrado e Pedro Serra (2010).

Conclusão

O panorama traçado nesta análise é revelador de um conjunto de questões, denunciadoras por si das realidades da investigação sobre história do desporto:

1. Apesar de não ter sido massificada, a produção historiográfica internacional sobre desporto ganhou a sua primeira geração de investigadores na década de 1970, sobretudo na Grã-Bretanha, França e América do Norte. Por contraste, em Portugal somente na década de 1990 começaram a surgir os primeiros estudos académicos credíveis sobre desporto. A ausência da sub-disciplina de história do desporto nos cursos de História ditou a inexistência de historiadores dedicados a este campo de estudo, situação que ainda hoje (2011) se mantém nas universidades portuguesas, ao contrário do que sucede na Grã-Bretanha, França, Escandinávia ou América do Norte.

2. O conservadorismo do meio académico português foi um dos principais factores que contribuiu para a ausência continuada de estudos sobre história do desporto. A hegemónica presença do futebol na sociedade portuguesa, principalmente junto do povo, ditou uma associação quase inevitável entre desporto e futebol, confundindo-se muitas das vezes ambos conceitos, reforçando o afastamento do mundo académico português, pouco receptivo a temas da cultura popular.

3. A inexistência de uma tradição académica de investigação sobre desporto em Portugal começou a inverter-se na primeira década do século XXI, fruto da multidisciplinaridade e da gradual abertura de novos horizontes interpretativos da realidade nos campos da história. No entanto, continuou a ser uma realidade agregadora de poucos investigadores, ditando a falta de uma linha de orientação comum. A ausência de um organismo associativo, que agregasse os poucos investigadores portugueses deste campo, é um dos factores determinantes para a falta de uma plataforma comum de

²³ Sobre a obra e vida deste famoso fotógrafo publicou-se em 2005 o livro *Joshua Benoliel (1873-1932), repórter fotográfico*.

investigação e entendimento entre instituições – a formação de uma associação ibérica (o caso espanhol é muito semelhante ao português) dedicada a estas problemáticas, seguindo o exemplo associativo de outros países (Grã-Bretanha, França) ou regiões (América do Norte), potenciará estudos neste campo.

4. Além do mundo académico, o espaço multidimensional português (empresarial, desportivo, político, económico, mediático) manteve-se nas últimas décadas mais interessado em repetir o presente do que em estudar o passado. Os trabalhos que emergiram do espaço real do desporto foram sobretudo de molde biográfico e institucional, apoloéticos de visões tradicionais e propagandísticas sobre a realidade desportiva, sem intuídos de compreender o passado nem projectar o futuro do desporto (remetido quase exclusivamente ao popular futebol).

5. Os futuros estudos sobre desporto devem ser obrigatoriamente generalistas (traçando panoramas temporais abrangentes) e devem tentar romper com visões paro-quiiais e tradicionalistas. Compreender melhor o desporto, numa sociedade cada vez mais mediatizada e desportivamente dependente a nível emocional, permitirá certamente compreender melhor a sociedade contemporânea portuguesa e a sua própria história.

Bibliografia

- ABREU, M. G. – *Bodas de Prata da AFF, 1916-1941*. Funchal: Associação de Futebol do Funchal, 1942.
- ARAÚJO, Júlio – *Meio Século de Futebol, 1888-1938*. Lisboa: Associação de Futebol de Lisboa (não publicada), 1938.
- ARNAUD, Pierre – *Les Athlètes de la République. Gymnastique, sport et idéologie républicaine, 1870-1914*. Toulouse: Privat, 1987.
- BENTO, J. O. – *Desporto, matéria de ensino*. Lisboa: Editorial Caminho, 1987.
- BIBLIOTECA NACIONAL – *Desportos & Letras*. Lisboa: BN, 2004.
- BONIFÁCIO, M. F. – *Apologia da história política*. Lisboa: Quetzal Editores, 1999.
- BOOTH, Douglas – “Sports Historians – What Do We Do? How Do We Do It?”. In PHILLIPS, Murray G. – *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany (USA): State University of New York Press, 2006. p. 27-54.
- CASTRO, C.; GÓMEZ CARBONERO, S. – “El cambio de los paradigmas científicos: ciencias naturales versus ciencias sociales?”. In DÍAZ BARRADO, M. P. – *Historia del Tiempo Presente. Teoría y Metodología*. Salamanca: Universidad de Extremadura, 1998. p. 226-238.
- CÂMARA, M. J. – *História do Desporto Equestre*. Lisboa: Medialivros, 2003.
- Carrefour d’Histoire du Sport – *Les carrefours histoire du sports*. 2008 [Consult. 22 de Abril de 2008]. Disponível em WWW: <URL: http://carrefours2008.ujf-grenoble.fr/carrefours_hist.html>
- COELHO, J. N. – *Portugal, A Equipa de Todos Nós – Nacionalismo, Futebol e Media*. Porto: Edições Afrontamento, 2001.
- COELHO, J. N.; PINHEIRO, F. – *A Nossa Selecção em 50 Jogos, 1921-2004*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.
- COELHO, J. N.; PINHEIRO, F. – *A Paixão do Povo: História do Futebol em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

- CORREIA, R. – *Portugueses na V Olimpíada (Jogos Olímpicos de 1912): Subsídios para a História do Desporto Português*. Lisboa: Editorial Notícias, 1988.
- COX, R. W. – *International Sport: A Bibliography, 2000*. London: Frank Cass, 2003.
- CRONIN, Mike – “Playing Games? The Serious Business of Sports History”. *Journal of Contemporary History*. London: SAGE Publications. Vol. 38, nº 3 (2003) p. 495-503.
- Cultura e Desporto*. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos. 1976, nº 44.
- Cultura e Desporto*. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos. 1974, nº 17.
- Cultural S.A. – *Gran Enciclopedia de los Deportes*. Madrid: Cultural, S.A, 2002.
- DAUVEN, J. – *Encyclopédie des Sports*. Paris: Librairie Larousse, 1961.
- Desporto e Sociedade*. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos. Nº 88 (1988).
- Desporto e Sociedade*. Lisboa: Direcção-Geral dos Desportos. Nº 114 (1989).
- DIAS, M. T. – *História do Futebol em Lisboa*. Lisboa: Quimera, 2000.
- DIAS, M. T. – “Os primeiros 50 anos do futebol português”. *História*. Lisboa: História – Publicações e Conteúdos Multimédia, Nº 37 (2001) p. 15-21.
- DUNNING, Eric – *The Sociology of Sport*. London: Frank Cass, 1971.
- DYRESON, Mark – “Sport History and the History of Sport in North America”. *Journal of Sport History*. USA: NASSH. Vol. 34, nº 3 (2007) p. 405-414.
- ESTEVE RAMÍREZ, Francisco; FERNANDÉZ MORAL, Javier – *Áreas de Especialización Periodística*. Madrid: Editorial Fragua, 1999.
- ESTRELA, A. – “História da Educação Física”. In SÉRGIO, M.; FEIO, N. – *Homo Ludicus – Antologia de textos desportivos da cultura portuguesa*. Lisboa: Compendium. Vol. 2 (1980) p. 73-77.
- FEIO, N. – *Portugal: Desporto e Sociedade*. Lisboa: Direcção-Geral da Comunicação Social, 1985.
- GARRIDO, M. M. – *História do desporto no distrito de Beja*. Beja: Ed. Autor, 1956.
- GUEDES, Rui – *Sport Lisboa e Benfica: Fotobiografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- GUEDES, Rui – *Futebol Clube do Porto: Fotobiografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1987.
- GUEDES, Rui – *Sporting Clube de Portugal: Fotobiografia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- GUTTMANN, Alan – *From Ritual to Record. The Nature of Modern Sports*. New York: Columbia University Press, 1978.
- GUTTMANN, Alan – *Games and Empires*. New York: Columbia University Press, 1994.
- HASSE, Manuela – *O divertimento do corpo*. Lisboa: Editora Temática, 1999.
- HENNESSY, Peter – *Having it So Good: Britain in the Fifties*. Londres: Penguin, 2006.
- HERBERT, G. – *Le Sport Contre L'Education Physique*. Paris: Librairie Vuibert, 1946.
- HUBSCHER, Ronald – “Pierre Arnaud, Les athlètes de la République”. *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*. Vol. 43, nº 5 (1988) p. 1167-1169. Disponível em WWW: <URL: <http://www.persee.fr>>.
- JOHNES, Martin – “British Sports History: The present and the future”. *Journal of Sport History*. USA: NASSH. Vol. 35, nº 1 (2008) p. 65-71.
- LIPONSKI, W. – *L'Encyclopédie des Sports*. Paris: Éditions Grund, 2005.
- MAIA, F. – “Portugal nos Jogos Olímpicos”. In OLIVEIRA, Francisco – *O espírito olímpico no novo milénio*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000. p. 213-223.
- MELO, Afonso de – *Cinco Escudos Azuis*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.

- MELO, Victor Andrade – “Why a Brazilian Journal of Sport History? A few words about this scientific periodical”. *Record: Revista de História do Esporte*. Rio de Janeiro: UFRJ. Nº 1 (2008) p. 1-6.
- MERCE VARELA, A. – *La exigencia periodística y el concepto de olimpismo*. Barcelona: Cátedras Universitarias, 1972.
- MONTE, G. – *Subsídios para a história do futebol em Évora*. Évora: Ed. Autor, 1986.
- MOREIRA, G. – *A história do ciclismo português*. Alcobça: Ed. Autor, 1980.
- NEVES, José; DOMINGOS, Nuno – *A Época do Futebol: O Jogo Visto pelas Ciências Sociais*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2004.
- OHL, Fabien – *Sociologie du sport: perspectives internationales et mondialisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- PARREIRÃO, Henrique – *Os anos de diamante, 1914-1989*. Lisboa: Federação Portuguesa de Futebol, 1989.
- PARREIRÃO, Henrique – A era de ouro do futebol português. In REIS, António – *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa. Vol. 5 (1989) p. 381-388.
- PHILLIPS, Murray G. – *Deconstructing sport history: a postmodern analysis*. Albany (USA): State University of New York Press, 2006.
- PONTES, José – *Quasi um século de desporto*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1934.
- Record – Livro do Cinquentenário: Modalidades*. Porto: Edições ASA, 1999.
- Record – Livro do Cinquentenário: Futebol*. Porto: Edições ASA, 1999.
- REIS, António – *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- RIAÑO GONZÁLEZ, C. – *Historia Cultural del Deporte y la Mujer*. Madrid: Consejo Superior de Deportes, 2004.
- ROSÁRIO, A. T. – *O Desporto em Portugal*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- ROWE, David – “Sports et médias”. In OHL, Fabien – *Sociologie du sport: perspectives internationales et mondialisation*. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.
- SANTANA, João; MESQUITA, João – *Académica – História do Futebol*. Coimbra: Edições Almedina, 2007.
- SANTOS, F. – *História Lúdico-Desportiva da Madeira*. Funchal: Secretaria Regional de Educação, Juventude e Emprego, 1989.
- SÉRGIO, M.; FEIO, N. – *Homo Ludicus – Antologia de textos desportivos da cultura portuguesa*. Lisboa: Compendium. Vol. 1 (1979).
- SÉRGIO, M.; FEIO, N. – *Homo Ludicus – Antologia de textos desportivos da cultura portuguesa*. Lisboa: Compendium. Vol. 2 (1980).
- SERPA, Homero – *História do desporto em Portugal – do século XIX à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- SERRADO, Ricardo; SERRA, Pedro – *História do Futebol Português*. Vol. I e II. Lisboa: Prime Books, 2010.
- SILVA, Tavares; ORNELAS, Ricardo; REIS, Ribeiro dos – *História dos Desportos em Portugal*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1953.
- SIMÕES, A.; MÁRCIO, A.; MIRANDA, C.; SERPA, H.; RITA, J.; SERPA, V. – *História de 50 Anos do Desporto Português*. Lisboa: Ed. António Simões; A Bola, 1994.
- SIMÕES, A.; SERPA, H.; FRANCISCO, J. C. – *Glória e Vida de Três Gigantes*. Lisboa: Ed. António Simões; A Bola, 1995.

- TEIXEIRA, J. [et al.] – *Uma Cidade de Futebol*. Lisboa: AFM; Assírio & Alvim, 2004.
- TERRET, Thierry – “The Future of Sport History: ISHPES, Potential and Limits”. *Journal of Sport History*. USA: NASSH. Vol. 35, n.º 2 (2008) p. 303-310.
- TOVAR, Rui – *Almanaque da Selecção*. Lisboa: Almanaxi Editora, 2004.
- VIEIRA, Joaquim – *Crónica de Ouro do Futebol Português*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- VILARINHO, J. – *Espadas e Floretes: Contribuição para a História do Desporto em Portugal*. Lisboa: Ed. Autor, 1993.
- WOODWARD, D. – *El deporte a la luz de la ciencia*. Madrid: Ed. INEF, 1974.
- ZEIGLER, Earle – *History of Physical Education and Sport*. Illinois, USA: Stipes Publishing Company, 1988.

Fotografia e História Social

Utilização da fotografia como fonte para a História

Nuno Pinheiro

Nuno Pinheiro, Doutor em História Moderna e Contemporânea pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa. Investigador do Centro de Estudos de História, ISCTE/IUL. E-mail: nap658@gmail.com

A fotografia tem sido, ao longo de mais de cento e cinquenta anos, um meio importante para a construção da memória. Em algumas ocasiões essa construção é feita de uma forma deliberada, enquanto noutras as fotografias são produzidas com outros fins, sendo a função de construção de memória um resultado da conservação das fotografias.

Ao longo deste século e meio a fotografia tem vindo a influir em todas as actividades humanas iniciando o que pode ser visto como um inventário: “O inventário teve o seu início em 1839 e desde então tudo, ou quase tudo, parece ter sido fotografado”¹, ou “Hoje em dia tudo o que existe, existe para acabar numa fotografia”². Pode-se falar numa vocação imperialista da imagem fotográfica que chegou a campos em que, apesar da explosão documental da idade contemporânea, as fontes não são muito abundantes. A fotografia tem uma importância crescente na vida privada e familiar, talvez o menos afectado por essa explosão documental.

A História é uma disciplina que desde há algumas décadas tem vindo a alargar o seu campo de investigação, com novas temáticas, para as quais necessita de novas fontes. Apesar de a Fotografia e a História serem produtos da mesma sociedade e do mesmo século, e terem, mesmo, objectivos coincidentes não tem sido frequente a utilização da Fotografia como fonte para a História.

A situação na História contrasta fortemente com a da Antropologia que desde o Século XIX tem na fotografia e depois no filme um instrumento fundamental de trabalho. É interessante que para a fotografia a Etnologia e a História são temas importantes, quer com a busca de hábitos e costumes em extinção³, quer com a fotografia de monumentos e outros vestígios do passado.

História Social e História da Fotografia

Não se pode confundir a utilização de Fotografia como fonte com a disciplina (ou sub-disciplina) que se tem vindo a afirmar, a História da Fotografia. O texto de Beaumont Newhall, escrito para o catálogo de uma exposição do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque em 1937, estabeleceu o modelo desta disciplina⁴. Newhall define-a assim num prefácio escrito em 1982: “É a História de um meio mais do que de uma técnica, vista pelos olhos dos que, ao longo dos anos têm trabalhado para a dominar, para a compreender, e para a moldar à sua própria visão”⁵. John Tagg considera a História da Fotografia como um produto recente da diversificação da

¹ SONTAG, Susan - *Ensaio sobre Fotografia*. 1ª ed. Lisboa: D. Quixote, 1986. p. 13.

² Idem, *Ibidem*, p. 32.

³ E que nem sempre eram abordados de uma forma “documental” ver o que se passou com as fotografias das tribos índias da América do Norte em que se tentava reproduzir a vida dessas tribos não como era na altura em que as fotografias foram feitas, mas com referência a um passado em que há muita idealização.

⁴ NEWHALL, Beaumont - *The History of Photography*. 5ª Ed. 11ª Impressão. Nova Iorque: Museum of Modern Art, 2006. ISBN 978-0-87070-381-2.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 7.

História de Arte⁶. Esta diversificação que tem levado à criação de um corpo autónomo com a sua periodização, os seus artistas fundamentais e também levou à criação de histórias nacionais. Em Portugal o único exemplo de uma obra de conjunto é a obra de António Sena que cria a sua própria periodização adaptando a estabelecida a partir de Newhall para as condições políticas de Portugal⁷. A diferença entre as duas é suficientemente clara. Para a História da Fotografia a fotografia está no centro da investigação e é um objecto artístico com valor em si. A História Social procura na fotografia o que esta pode dizer sobre a sociedade que a produziu, quer naquilo que está representado, quer na forma de o representar. A História da Fotografia interessa-se pela obra prima, pela grande obra do grande artista, tanto mais valiosa quando mais única for (mesmo se uma das características da fotografia seja, geralmente, a sua reproductibilidade). A História Social, pelo contrário, procura o comum, o estereotipado, já que é o que corresponde a uma prática mais generalizada.

Os objectos de estudo são assim diferentes, a história social estuda a fotografia banal e “vernácula”, a história da fotografia a obra de arte, mesmo sendo as fronteiras cada vez mais ténues. Os objectivos são igualmente diferentes, conhecer a evolução de uma disciplina artística, ou utilizar a fotografia como prática social para melhor conhecer essa sociedade. A História da Fotografia desenvolve-se, sobretudo, a partir do momento em que a fotografia começa a ser reconhecida como arte e necessita dessa legitimação e ganha um maior peso, a obra citada de Newhall é disso exemplo maior, surge quando o MOMA organiza a sua primeira grande exposição de fotografia. Ganha novo impulso quando a fotografia entra no circuito das galerias passa a ser uma obra de arte, com valor comercial importante e além da reedição da obra de Newhall, há uma série de novas obras que pretendem abarcar a totalidade da História da Fotografia⁸. Newhall demarca-se de outra possibilidade na História da Fotografia, centrar-se sobretudo nos aspectos técnicos. O processo fotográfico tem sido campo de descobertas na óptica, química, mecânica e electrónica que contribuem para uma história bastante rica. Uma boa parte dos progressos técnicos tem contribuído para a democratização do processo fotográfico, sendo a história de uma empresa como a Kodak muito interessante. A abordagem foi sendo diferente ao longo do tempo, defendendo Frizot que a fotografia tem que ser vista como um documento histórico, mas também como um fragmento da História geral⁹.

Décadas depois da obra de Newhall que é visto não como o fundador, mas pelo menos como quem conseguiu criar a unidade e a personalidade da disciplina, a História

⁶ TAGG, John - *The Burden of Representation: Essays on Photographies and Histories*. Londres: MacMillan, 1988. ISBN 0-333-41824-7. p. 117.

⁷ SENA, António - *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora, 1998. ISBN 972-0-06265-7. Anteriormente tinha sido publicada por Rómulo de Carvalho uma interessante História da Fotografia de um ponto de vista de divulgação científica dos aspectos físicos e químicos do processo fotográfico. CARVALHO, Rómulo - *História da Fotografia*. 3ª Ed. Coimbra: Atlântida, 1976.

⁸ Ver por exemplo: LEMAGNY, Jean-Claude; ROUILLÉ, André (dir.) – *Histoire de la Photographie*. 1ª ed. Paris: Bordas, 1986. ISBN 2.04.012807.7 e FRIZOT, Michel (ed.) - *A New History of Photography*. 1ª Ed. Inglesa. Colónia: Könemann, 1998. ISBN 3.8290.1328.0.

⁹ FRIZOT - *New History*, p. 10.

da Fotografia pode ser hoje vista como estando em crise, ou pelo menos em mudança, pondo-se em causa alguns dos seus conceitos base, tal como a incidência num pequeno grupo de países e de artistas¹⁰.

Esta abordagem à História da Fotografia como uma história da técnica é interessante para a investigação em História Social, em fotografia os progressos técnicos têm tido como objectivo e resultado uma maior democratização da fotografia. Isso aconteceu com a Carte de Visite, prolongou-se pelo processo de gelatino brometo, continuou com a Kodak e outras máquinas simples da viragem do século XX e está a ter um outro episódio marcante com a fotografia digital.

A visão exposta é algo extremada, como se disse, a História da Fotografia tem vindo a alargar o seu campo de interesse para o instantâneo, para a fotografia banal¹¹ e, nada impede, que a História Social se interesse pela obra-prima, pela fotografia do “grande artista”, da mesma forma que o faz em relação a outras formas artísticas. Marie-Loup Sougez não as considera incompatíveis, pois defende que se pode fazer ao mesmo tempo uma história das utilizações e uma história das formas¹².

A “Pobreza da Imagem Fotográfica”

O alargamento de fontes e do campo da História que poderia conduzir a um trabalho aprofundado de utilização da fotografia como fonte é em parte contemporâneo do estruturalismo e também da crítica da veracidade da imagem fotográfica. Vivia-se no apogeu da fotografia de imprensa, numa altura em que sobretudo em relação à Guerra do Vietname a fotografia estava a ter alguma influência real no curso dos acontecimentos. Também foi uma altura em que o optimismo do pós-guerra terminava e se fazia a crítica de algumas das imagens que o marcaram: O “Baiser de L’Hotel de Ville” de Doisneau seria um instantâneo ou uma encenação? O erguer da bandeira em Iwojima teria sido reencenado por Rosenthal? Isto para não falar nas bandeiras soviéticas nos telhados de Berlim. A imagem fotográfica estava no auge do seu impacto no público em geral, mas perdia credibilidade junto de meios intelectuais, nasce a expressão “pobreza da imagem fotográfica”.

Ao longo dos anos 60 a fotografia torna-se num objecto de estudo para sociólogos¹³ e linguistas sendo importante a publicação da *Câmara Clara* de Barthes¹⁴, sendo o título em Inglês, *Camera Lucida* muito mais descritivo pois em vez de traduzir o original *La Chambre Claire*, vai evocar o instrumento óptico utilizado por artistas antes da invenção da fotografia. Também foi nessa altura que Gisèle Freund, ao contrário dos

¹⁰ Ver os vários textos de vários autores em FONTCUBERTA, Joan (ed.) – *Photography. Crisis of History*. Barcelona: Actar, [s.d.]. ISBN 84-95273-50-0.

¹¹ FORD, Colin; STEINNORTH, Karl (ed.) - *You Press The Button We do The Rest, The Birth of Snapshot Photography*. Londres: Dirk Nishen Publishing, 1988. ISBN 1853780103.

¹² SOUGEZ, Marie-Loup - [s. título]. In FONTCUBERTA, Joan (ed.) - *Photography. Crisis*. p. 30, 42, p. 39.

¹³ BOURDIEU, Pierre (dir.) - *Un Art Moyen*. 2ª ed. Paris: Minuit, [s.d.]. ISBN 2-7073-0029-2.

¹⁴ BARTHES, Roland - *Câmara Clara*. 1ª ed. Portuguesa. Lisboa: Edições 70, 1981.

anteriores, proveniente dos meios fotográficos publica a sua *Fotografia e Sociedade*¹⁵. Freund tinha estudado com Adorno, Elias e Benjamin que nos anos 30 tinham iniciado uma abordagem semelhante à agora descrita, sendo hoje abundantemente citados e comentados.

Em *Sistema da Moda*¹⁶ Barthes tinha demonstrado interesse pela linguagem própria da fotografia, embora reconhecendo a sua dificuldade em a descodificar, já que acabou por basear todo o seu discurso sobre a moda nas descrições verbais da moda e não nas fotografias de moda que acompanhavam essas descrições. Confrontava-se então com uma fotografia de moda que ainda era razoavelmente descritiva, função que viria a ser, a partir do fim dos anos 60, subalternizada em relação a uma função evocativa e de criação de um ambiente.

Em *A Câmara Clara* o mesmo autor acaba por determinar todo o campo de escrita sobre a fotografia das últimas três décadas. O objectivo de Barthes era o estudar a fotografia como linguagem, acabando por determinar a escrita sobre o assunto das décadas seguintes. Esta obra é de tal forma importante que foi publicada recentemente uma recolha de textos, organizada por Geoffrey Batchen, comemorativa dos 30 anos da sua publicação¹⁷. Abundantemente citado e servindo de referência e inspiração para o que se escreveu desde então, nem sempre Barthes foi interpretado com exactidão.

Não se ocupando da História, Barthes faz várias comparações entre a Fotografia e a História, fruto do mesmo século: “o mesmo século inventou a História e a Fotografia. Mas a História é uma memória fabricada segundo receitas positivas, um puro discurso intelectual que abole o Tempo mítico; e a Fotografia é um testemunho seguro, mas fugaz, de modo que tudo, hoje, prepara a nossa espécie para essa impotência: em breve já não poder conceber, afectiva ou simbolicamente, a *duração*”¹⁸, acabando por considerar a fotografia como uma forma de autenticação do passado, de tal forma importante cria uma separação entre o antes e o depois na História do Mundo¹⁹.

Na mesma obra e na tentativa de compreender a fotografia Barthes desenvolve outras ideias relevantes para o estabelecimento de uma metodologia para a utilização da Fotografia como fonte para a História. Fruto da sua natureza óptica, mecânica e química, a Fotografia é vista como uma linguagem menos codificada que outras, como apresentando a realidade sem mediação. Igualmente interessante é a ideia do *punctum*, que percorre a obra e que seria a parte não deliberada e mais autêntica de uma fotografia.

Barthes não pretendia teorizar sobre a metodologia da História e a sua obra, que está na base de todas as explicações sobre a fotografia desde então e inspirou autores diversos, não teve impacto na produção histórica.

¹⁵ FREUND, Gisèle - *Photographie et Société*. Paris: Seuil, 1974.

¹⁶ BARTHES, Roland - *Sistema da Moda*. Lisboa: Edições 70, 1999. ISBN 972-44-1030-6.

¹⁷ BATCHEN, Geoffrey (ed.) - *Photography Degree Zero, Reflections on Roland Barthes Camera Lucida*. Cambridge: MIT Press, 2009. ISBN 978-0-262-01325-3.

¹⁸ BARTHES - *Câmara Clara*, p. 131-132.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 123-124.

Não será possível encontrar em Barthes nenhuma passagem que sugira a incompatibilidade entre a Fotografia e a História, pelo contrário, a Fotografia é descrita como sendo mais fiável e menos codificada do que outras fontes.

Marxista alemão, obrigado ao exílio pela subida de Hitler ao poder, Walter Benjamin tem inspirado muitos dos escritos recentes sobre fotografia. Ao contrário de Barthes tentou escrever uma História da Fotografia, dedicando-se sobretudo ao estudo da linguagem, não deixando de estudar a Filosofia da História. A sua influência actual não deixa de ser paradoxal não só porque na época dos escritos a sociedade de comunicação estava muito longe da dimensão que iria adquirir nas décadas seguintes, como por acontecer numa altura em que a influência marxista nas ciências sociais tem vindo a decrescer. É de salientar que antes de Benjamin as únicas discussões teóricas sobre a fotografia estavam centradas sobre a sua validade como arte e Benjamin, apesar de ter preocupações muito diferentes, por fazer essa mesma reflexão do ponto de vista de um marxismo dogmático.

Benjamin apresenta uma ideia que pode ser vista como equivalente ao *punctum* de Barthes, ou à ideia de que a imagem é uma emanção do sujeito no *inconsciente óptico* que distingue a fotografia de outras formas e expressões artísticas.²⁰ É em Benjamin e não em Barthes que se pode encontrar a inspiração da abordagem relativista ou do que tem sido descrito como a pobreza da imagem fotográfica já que “não consegue apreender um só dos contextos humanos em que ela surge e, assim, no seu tema realista, é mais uma precursora das suas possibilidades de venda do que do seu entendimento (...) Uma fotografia da fábrica Krupp ou da AEG quase nada diz sobre estas instituições”.²¹ Fruto mais da coincidência e da existência de fontes o trabalho de Klaus Tenfelde baseado no arquivo fotográfico da Krupp diz seguramente muito sobre a empresa, em especial porque se trata de um trabalho de conjunto, abordando enquanto tal o riquíssimo arquivo da empresa²².

Segundo Rosalind Krauss, Benjamin usa a fotografia para “pensar a cultura modernista a partir das condições criadas pela reprodução mecânica”²³. *A Pequena História da Fotografia* de Benjamin é um texto sobretudo opinativo sobre o valor artístico de alguns fotógrafos, baseado sobretudo na sua posição face à cultura burguesa. De notar a comparação que faz entre os pioneiros da fotografia e os que trabalharam depois da invenção da Carte de Visite por Disderi, em que o valor artístico dos primeiros é sublinhado em confronto com a produção mercantil dos segundos. A mercantilização da fotografia teria levado à “súbita quebra do bom gosto”²⁴, sendo este entendido como o gosto burguês, já que “na perspectiva do fotógrafo, o cliente fazia parte de uma classe

²⁰ BENJAMIN - *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio de Água, 1992. p. 118-119. ISBN 972-708-177-0.

²¹ Idem, *Ibidem*, p. 132.

²² TENFELDE, Klaus - *Pictures of Krupp: Photography and History in the Industrial Age*. Londres: Sotheby's, 2005. ISBN 978-0856675805.

²³ KRAUSS, Rosalind - *Le Photographique, Pour une Théorie des Écartés*. Paris: Macula, 1990. ISBN 2-86589-027-9. p. 13.

²⁴ BENJAMIN - *Arte, Técnica*, p. 123.

social que se encontrava em ascensão com uma aura tal que estava incrustada desde as dobras do casaco burguês até à “lavallière”²⁵. A própria fotografia é desvalorizada por ser considerada uma manifestação burguesa, numa abordagem marxista dogmática e, tal como se disse anteriormente, é paradoxal que se tenha tornado tão citado e influente no início do século XXI.

Um exemplo da influência de Benjamin pode-se encontrar no texto de Emília Tavares que introduz o catálogo da exposição dedicada a Benoliel em 2005: “a linearidade inicial com que a fotografia servia a construção do facto histórico teve a sua primeira grande ruptura com as estratégias de propaganda política (...) ocorreu precisamente na I Guerra Mundial, através da perda de “inocência” das imagens, e o primeiro grande fenómeno de massificação dos conteúdos políticos e da sua manipulação concorrencial”²⁶. Se só fosse possível construir a História com conteúdos não manipulados esta seria impossível.

Apesar de ter escrito uma primeira obra ainda nos anos 1930, influenciada por Benjamin, Gisèle Freund, editou *Photographie et société*, em 1974. Freund, além destes escritos, tinha construído, entretanto, uma carreira importante como fotógrafa. Esta obra acaba por ser uma pequena História da Fotografia, do ponto de vista da Sociologia, começando ainda antes da própria invenção do processo fotográfico. O seu objectivo é, segundo a autora “ao estudar alguns aspectos da História da Fotografia, mostrar a História da Sociedade Contemporânea, para demonstrar, com recurso a um exemplo concreto, as relações que tornam as expressões artísticas e a sociedade dependentes uma da outra, e como as técnicas da imagem fotográfica transformaram a nossa visão do mundo”²⁷.

A parte mais interessante do seu trabalho é a que diz respeito à fotografia em França no Século XIX, os vários processos que do ponto de vista ideológico são precursores da fotografia e, sobretudo as camadas sociais que “criaram pela primeira vez uma base económica sobre a qual se pôde desenvolver a arte do retrato acessível às massas”²⁸, são aqueles para quem a fotografia é o “novo meio de autorepresentação de correspondente às suas condições económicas e ideológicas”, não deixando de referir que estes são: merceiros, relojoeiros, droguistas, lojistas e pequenos funcionários, com um capital e uma instrução mínimos²⁹.

Repete o que já tinha sido dito por Benjamin sobre a “decadência” da fotografia a partir do momento em que se torna mercadoria e tem que corresponder ao gosto burguês³⁰, à medida que as classes burguesas que conseguiram segurança material

²⁵ BENJAMIN - *Arte, Técnica*, p. 125.

²⁶ TAVARES, Emília - “Joshua Benoliel (1873-1932): Repórter Fotográfico”. In AAVV - *Joshua Benoliel, 1873-1932: Repórter Fotográfico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2005. ISBN 972-8517-44-0. p. 19, 40, p. 23.

²⁷ FREUND - *Photographie*, p. 7.

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 22.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 22.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 43.

aspiravam a fazer-se representar.³¹ Freund chega a fazer uma descrição dos cenários e acessórios que deveriam corresponder a cada profissão fotografada³², numa criação de estereótipos que marcou a fotografia oitocentista e que é relevante para quem quiser ver a fotografia do ponto de vista da História.

Faz o mesmo tipo de análise para os Estados Unidos da mesma época, em que defende que: “Na jovem democracia americana, este novo meio de autorepresentação corresponde perfeitamente às necessidades dos pioneiros, orgulhosos do seu sucesso”³³.

Susan Sontag muito conhecida nos meios da cultura popular norte americanos, em especial no jornalismo e crítica, também aborda a fotografia enquanto fenómeno de comunicação que se tornava omnipresente e estava a ganhar reconhecimento artístico³⁴.

A sua primeira preocupação é precisamente com essa omnipresença, defendendo que “O inventário teve o seu início em 1839 e desde então tudo, ou quase tudo, parece ter sido fotografado”³⁵, o papel da imagem, como fotografia ou como filme e televisão tinha crescido enormemente em relação ao período anterior à 2ª Guerra Mundial, Sontag defende que as imagens fotográficas “fornecem hoje em dia a maior parte do conhecimento que temos do que foi o passado e do alcance do presente”³⁶. Também se ocupa do realismo e mimetismo da fotografia³⁷, considerando que “as fotografias fornecem provas. Qualquer coisa de que se ouve falar mas de que se duvida, parece ficar provado graças a uma fotografia”³⁸. Uma outra ideia importante é a de que “fotografar é conferir importância”³⁹.

É importante notar que nenhum dos textos citados tenha sido escrito por um historiador, mas também que não há nenhum argumento que permita excluir a Fotografia de entre a extensa lista de fontes possíveis para a História. Os argumentos que vão no sentido da pobreza da imagem fotográfica poderiam ser aplicados a qualquer outra fonte. Há, pelo contrário, nas diversas leituras sobre o processo fotográfico, alguns contributos que podem orientar metodologicamente a utilização da fotografia como fonte. Utilizar a imagem como fonte é muito anterior à fotografia, Ariès descreve a criação dos “gabinetes históricos”, compostos por retratos gravados e pintados de personagens antigas e contemporâneas que “não constituem uma galeria de arte, mas um museu de história.”⁴⁰

³¹ FREUND - *Photographie*, p. 57.

³² Idem, *Ibidem*, p. 65.

³³ Idem, *Ibidem*, p. 31.

³⁴ SONTAG, Susan - *Ensaio Sobre Fotografia*. 1ª Edição portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1986.

³⁵ Idem, *Ibidem*, p. 13.

³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 14.

³⁷ Idem, *Ibidem*, p. 53.

³⁸ Idem, *Ibidem*, p. 25.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p. 34.

⁴⁰ ARIÈS, Philippe - *O Tempo da História*. Lisboa: Relógio de Água, 1992. p. 157.

Algumas possibilidades metodológicas

Tanto de Barthes como de Sontag se pode concluir que a fotografia pode ter uma função de confirmação, de autenticação. Essa função decorre da própria natureza do processo fotográfico e da sua impossibilidade de criar algo, ou alguma situação que não tivesse existência real.

Etimologicamente fotografia significa escrita com a luz e, herdando algo da abordagem da semiótica, é necessário trabalhar a fotografia como um texto, um texto em que está presente o significante e o significado, em que os dois não são dissociáveis. É também um texto de autoria partilhada. O fotógrafo é o autor reconhecido, mas quando há uma ou várias pessoas fotografadas esta/s tornam-se co-autores. Esta é uma das razões para todo um ramo da fotografia querer actuar de uma forma em que o acto de preparar e tirar uma fotografia não fosse perceptível pelos fotografados, a autoria não é partilhada⁴¹.

Não se pode esquecer que a fotografia foi instrumento de falsificação da História, com o caso mais conhecido da União Soviética que nos anos 30, com a consolidação do poder de Estaline os antigos dirigentes bolcheviques vão sendo suprimidos das fotografias, à medida que o eram fisicamente. Nesta situação é a própria fotografia que é manipulada e falseada, porém a falsificação só produz efeito porque a fotografia tem uma grande credibilidade.

Os aspectos materiais de pessoas objectos e lugares têm uma presença óbvia na fotografia, o traje, as ruas e edifícios, as máquinas industriais, alfaías agrícolas podem ser alvo de uma primeira leitura de uma imagem fotográfica. Porém essa leitura pode ser aprofundada, o traje pode ser relacionado com a época e o local, as máquinas agrícolas com o tipo de campo, numa fábrica ou oficina pode-se observar o número de máquinas e trabalhadores, a sua idade e sexo ou ainda o traje.

Batchen, discutindo o trabalho de vários autores acaba por deixar a interrogação seguinte: “deverá a identidade da fotografia ser confinada ao campo da natureza, ou ao da cultura. “ Acabando por concluir que não existe uma resposta estática a esta questão⁴². A resposta para o historiador talvez seja a de que nenhum destes campos pode ser ignorado.

O método antropológico baseia muito do seu trabalho na observação de elementos não verbais, nas posições físicas dos vários indivíduos, nas suas poses e comportamentos. Tudo isso se encontra numa fotografia e aí pode ser observado, mas se da observação de uma fotografia individual se passar para um corpo de imagens, para a construção de séries de fotografias relacionadas, aí teremos uma observação de muito maior alcance. A utilização da fotografia em Antropologia já existe desde meados do Século XX e

⁴¹ PINHEIRO, Nuno - “Image Theory: Ideology”. In WARREN, Lyne - *Encyclopedia of Twentieth-Century Photography*. Nova Iorque: Routledge, 2006. ISBN 0-415-97666-9. Vol. 2, p. 775, 777.

⁴² BATCHEN, Geoffrey - *Burning With Desire, The Conception of Photography*. Cambridge: MIT Press, 1997. ISBN 0-262-52259-4. p. 21.

não tem sido sujeita ao tipo de discussões já referidas e é muitas vezes feita a partir de imagens feitas para a investigação.

As séries fazem hoje parte da metodologia da História permitem avaliar mudanças e permanências, distinguir aquilo que é geral do particular. A fotografia que tem sido produzida em grandes quantidades presta-se a este tipo de metodologia que seria difícil com outros tipos de expressão gráfica. A abordagem a séries de fotografias é forçosamente diferente daquela que tem sido feito para outras séries, nomeadamente aquelas que permitem construir a História Económica. O enquadramento, a pose, o traje, os cenários, os assuntos tudo pode tratado desta forma.

A afirmação citada de Sontag de que fotografar é conferir importância, mesmo sendo contraditória com outra ideia central da mesma autora, a da omnipresença da fotografia, dá uma outra pista. Os próprios temas da fotografia, as suas ocasiões, situações e personagens têm relevância em si. É importante não esquecer que se com uma fotografia não se cria e se fotografa o que está em frente da objectiva, o acto de fotografar é sempre uma escolha, uma escolha feita pelo fotógrafo que vai decidir sobre o que fotografar, como fotografar e quando fotografar. Pode haver aqui uma outra interferência um cliente que determina todo este processo, o cliente pode ser mesmo o fotografado, o que torna complexa a questão da autoria.

O espólio de um fotógrafo de retrato, um álbum de fotografias de uma família, um álbum de curso, ou uma série de imagens como pode ser as publicadas na sequência de um concurso ganham importância acrescida ao ser tratados como um todo. O mesmo se pode fazer dizer das fotografias de um amador e aplicar às fotografias produzidas por razões burocráticas, obrigatórias em muitas situações desde a viragem para o Século XX, mas objecto de alguma normalização desde as últimas décadas do Século XIX, em especial no que respeita à fotografia policial⁴³.

A própria linguagem das imagens, a gramática da fotografia, a sua codificação, em relação à qual não existe uma unanimidade dos autores citados, também faz parte da própria fotografia e pode e deve ser objecto de estudo. Hirsh alerta para a forma positivista como pode ser lida a fotografia que serve para ocultar uma construção ideológica complexa⁴⁴.

Acima mostramos como uma das críticas feitas à fotografia, de forma a desvalorizar a sua validade artística tem sido a sua conformidade com o “gosto burguês”. Esta conformidade seria complementada por um processo em que esse gosto ia passando de classes superiores para classes mais baixas⁴⁵. O gosto e sua a transmissão é um aspecto ideológico que pode ser por si um objecto de estudo, e a fotografia uma fonte importante desse estudo.

⁴³ Ver VEGA, Carmelo - “Reflections for a New History of Photography”. In FONTCUBERTA - *Photography, Crisis*, p. 74, 84.

⁴⁴ HIRSH - *Family Frames*, p. 51.

⁴⁵ FREUND - *Photographie*, p. 22.

Na apresentação da obra acima citada Tenfelde defende que “o valor das fotografias vai muito para além do seu objectivo documental inicial, ou das técnicas fotográficas utilizadas. A capacidade de expressão dos assuntos faz deles uma fonte histórica de grande interesse e impacto, e é por essa razão que este livro foi escrito por historiadores da sociedade em colaboração com especialistas em fotografia”⁴⁶.

Nesta obra a abordagem feita ao conjunto das imagens do serviço de fotografia da Krupp que inclui não só as imagens da empresa, dos seus trabalhos e trabalhadores, como também às da família Krupp, utiliza as fotografias como fontes históricas em si próprias e permite responder ao lado fragmentário e limitado de cada fotografia. É de salientar que essa abordagem de conjunto e de séries documentais faz parte da metodologia da História. Defendi que: “O historiador da sociedade deve procurar a maior quantidade de documentos aos quais possa atribuir uma unidade, dando menos importância ao seu valor artístico que ao social, e seriando-os para os poder trabalhar enquanto grupo”⁴⁷.

Em “Maria ... e se eu voltar rico?” utilizei a abordagem oposta, a do tratamento de uma, ou um grupo reduzido de imagens, neste caso relacionando uma imagem idealizada sobre a emigração com a bibliografia conhecida sobre o assunto⁴⁸. Arlette Farge, em *La chambre à deux lits et le cordonier de Tel-Aviv*, vai mais longe e relaciona fotografias do século XX com aspectos da história do século XVIII, numa tentativa de com ela ganhar intimidade⁴⁹.

Burgin defende que não existe nenhum sistema único de significado de que dependa a fotografia⁵⁰, o que fundamenta a ideia de que não se poderá falar de uma metodologia única para a utilização das fotografias como fonte para a História, já que estas são fontes que devem ser integradas no trabalho normal do historiador. Como todas as fontes as fotografias devem ser integradas no contexto da sua produção e divulgação, sujeitas à crítica. Os argumentos dos que defendem a pobreza da imagem fotográfica, que são válidos quando se critica a mediatização da sociedade e a omnipresença e banalização da fotografia, podem ser aplicados a quase todas as fontes históricas. A subjectividade, a fragmentação são características comuns a uma grande parte dos documentos, o papel do historiador é construir a história a partir deles.

Se é verdade que a fotografia tem abrangido todos os sectores da vida humana ao longo de 170 anos há aspectos em que têm sido centrais à actividade fotográfica e que

⁴⁶ TENFELDE - *Pictures of Krupp*, sobrecapa.

⁴⁷ PINHEIRO, Nuno - *O Teatro da Sociedade, Fotografia e Representação Social no Espaço Privado e no Público*. Lisboa: CEHCP, ISCTE, 2006. ISBN 972-99333-3-2. p. 12.

⁴⁸ PINHEIRO, Nuno - “Maria ... e se eu voltar rico?”. In SERRÃO, José Vicente; FERREIRA, Fátima Sá e Melo; PINHEIRO, Magda (orgs.) - *Desenvolvimento Económico e Mudança Social, Portugal nos últimos dois séculos, Homenagem a Miriam Halpern Pereira*. 1ª Ed. Lisboa: ICS, 2009. ISBN 978-972-671-237-4. p. 435, 445.

⁴⁹ FARGE, Arlette - *La chambre a deux lits et le cordonier de Tel-Aviv*. Paris: Seuil, 2000. ISBN 2-02-037349-1. p. 151.

⁵⁰ BURGIN, Victor - “Re-reading *Camera lucida*”. In BATCHEN - *Photography*, p. 29-46, p. 32.

são dos menos cobertos por outras fontes. É preciso acrescentar que se a fotografia tem abrangido todos os aspectos da sociedade, também tem, de forma crescente, todas as pessoas. O retrato tem sido o género fotográfico mais frequente, a vida familiar, em especial a partir da expansão de máquinas simples e baratas com o objectivo fundamental de documentar as actividades da família⁵¹.

O álbum familiar, construído ao longo de décadas com o objectivo deliberado de construir a memória da família, torna-se num instrumento fundamental na História familiar. A essa história não é alheia a construção de um estatuto social. Famílias e outros grupos vão ter na família um instrumento para a sua coesão, afirmação de estatuto e identidade. Para Marianne Hirsh as fotografias “ ajudam a perpetuar uma mitologia da família como estável e unida, estática e monolítica”⁵²A fotografia serve estes fins por si, ou enquanto demonstrativa de outras práticas sociais.

Todas as abordagens micro são favorecidas ao utilizar a fotografia. Um álbum de fotografias pode ser um meio de mostrar relações, acontecimentos, actividades, locais, percursos. O hábito oitocentista de coleccionar as fotografias no formato Carte de Visite das pessoas com que se tinha algum tipo de relação, mas também daqueles que se admirava permite conhecer muito sobre as opiniões políticas, os modelos sociais, o gosto, a divulgação do conhecimento de uma forma que é mais próxima das pessoas do que o estudo da imprensa ou de fontes administrativas.

Paradoxalmente estando a fotografia muito ligada à realidade material que demonstra claramente, também acaba por ser um instrumento de demonstração do ideal. O retrato material contém, em si, o retrato ideal. O retrato da sociedade real é construído de forma a mostrar o real e o idealizado.

Este real e este idealizado surgem de uma forma clara ao nível da família e do espaço privado, mas existem igualmente no campo da sociedade e até da política. A idealização do espaço⁵³, da raça e género⁵⁴, da morte⁵⁵ são alguns exemplos aos quais se pode acrescentar a estratificação social⁵⁶. Sendo a imagem fotográfica um instrumento poderoso e frequente da encenação política também esta é uma obvia possibilidade de trabalho que não se aplica só aos últimos anos, já que a fotografia foi usada na encenação política desde o século XIX. Outro campo interessante pode ser o estudo da utilização da fotografia no marketing e publicidade, tão presente nas últimas décadas e tão importante na sociedade de consumo.

⁵¹ BOURDIEU - *Un Art Moyen*.

⁵² HIRSH - *Family Frames*, p. 51.

⁵³ TAYLOR, John - *Landscape, Photography and the Tourist's Imagination*. Manchester: Manchester University Press, 1994. ISBN 0 7190 3723 7.

⁵⁴ HOOKS, Bell - *Black Looks, race and representation*. Londres: Turnaround, 1992. ISBN 1-873262-02-7.

⁵⁵ RUBY, Jay - *Secure the Shadow, Death and Photography in America*. Cambridge: MIT Press, 1995. ISBN 0-262-18164-9.

⁵⁶ PINHEIRO, Nuno - *As Classes Populares em Portugal no Início do Século XX*. Lisboa: ISCTE, 1997. Dissertação de Mestrado.

Arquivos e fontes

Ao longo dos últimos anos o interesse crescente pela fotografia tem levado ao aparecimento ou reforço de arquivos e ao aparecimento de obras teóricas, muitas das quais são dissertações de mestrado, e de divulgação, frequentemente catálogos de exposições. Isto permite responder a um dos problemas fundamentais relacionados com esta fonte que é abundante, mas com um acesso frequentemente difícil.

As primeiras referências irão, forçosamente para duas instituições fundamentais, o Centro Português de Fotografia que tem vindo a organizar o seu arquivo, a promover exposições e publicações. Não tem ainda um arquivo disponível on-line, mas é actualmente um recurso importante. O Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa foi uma instituição pioneira na digitalização dos fundos e em lhes garantir a facilidade de acesso, teve também uma política de aquisição de fundos. Hoje este arquivo está disponível on-line e é, por via dessa acessibilidade, o recurso fundamental.

Estes exemplos têm sido seguidos por uma série de arquivos e museus locais que têm reunido, digitalizado e tornado acessíveis fundos locais, frequentemente nas mãos de particulares.

Desde os finais de oitocentos as fotografias têm sido publicadas na imprensa, onde hoje podem ser consultadas. Há que distinguir épocas dessas publicações, nas suas condições técnicas, sociais e políticas, valendo a pena lembrar alguns marcos importantes. O primeiro é o que aconteceu no início do Século XX quando o progresso na impressão permitiu a expansão da imprensa ilustrada, coincide com uma época de mudança política e agitação social e muitas destas imagens têm sido utilizadas como ilustração da época e dos seus acontecimentos. Têm sido mais úteis como forma de divulgação e ilustração do que de criação de conhecimento. O segundo foi a instauração da censura depois do 28 de Maio e que se manteve em Portugal durante décadas, apesar de coincidir com uma mudança importante no foto-jornalismo com o aparecimento de máquinas de pequeno formato e o amadurecimento do género, acaba por ser um período muito mais pobre. O terceiro é a da restauração da democracia, em especial dos anos post-revolucionários, uma nova época de liberdade política, de agitação social, de muitos acontecimentos, em que Portugal foi mostrado em muita imprensa internacional. Este período, apesar de recente, tem vindo a interessar os historiadores, existindo uma apetência para o seu estudo e, seguramente que as suas fotografias que têm sido muito utilizadas o irão ser ainda mais e de novas formas.

A lista de publicações quer temáticas, quer monográficas sobre fotógrafos ou locais começa a ser demasiado extensa para poder ser citada. Neste momento quase todos os fotógrafos portugueses mais importantes foram alvo de algum tipo de publicação e/ou exposição. Algumas tardavam, como é o caso de Benoliel, cuja importância não é preciso sublinhar, e que só recentemente foi objecto de uma grande exposição e da edição de um catálogo já referido. Outros estão ainda à espera da divulgação, caso de Christiano Júnior fotógrafo português com actividade na América do Sul, sendo muito conhecido no Brasil e Argentina e que continua desconhecido em Portugal.

Conclusão

A ideia de Barthes de que a invenção da Fotografia podia criar uma nova periodização da História está, ao fim de mais de 30 anos, longe de se ter concretizado. Os obstáculos teóricos a que isso aconteça não são, como tenho defendido, importantes. Desde o final dos anos 70, e em especial desde 2000 que a própria fotografia tem sido objecto ela própria de uma explosão documental e de novos meios de difusão. Se num concurso de fotografia da *Ilustração* se publicaram 1000 fotografias ao longo de um ano hoje são milhões as que estão num site de partilha como o Flickr em que são colocadas mais de 4000 imagens por minuto. Entre essas fotografias há tudo das simples imagens familiares a todo o tipo de colecionismo, das viagens à vida animal, das cidades aos automóveis, a maior dificuldade será lidar com um volume documental gigantesco. Porém não tenho dúvida que novas gerações de historiadores ao fazer a história do tempo em que existe a fotografia não vão deixar de valorizar esta importante fonte.

A fotografia pode ter um carácter fragmentário, mas citando Ariès, sobre livros de memórias, “Sei que tais fragmentos contêm mais História, e mais História total, do que todos os manuais, mesmo os mais eruditos”⁵⁷.

⁵⁷ ARIÈS, Philippe - *O Tempo da História*, p. 17.

Recordar é viver?

Os problemas da memória e a memória como
um problema para o historiador

Heloisa Paulo

Heloisa Paulo, Doutora em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra.
Investigadora Auxiliar do CEIS20. E-mail: heloisapaulo25@gmail.com

1. A Memória como objecto: a história e o contemporâneo.

[...] Recordar não é a mesma coisa que abrir um livro na página 37 e encontrar precisamente, na mesma impressão e nas mesmas linhas, as mesmas palavras com a mesma pontuação. Recordar é reconstruir pouco mais ou menos.¹

La memoria individual está estructurada por los grupos a los que pertenecen los individuos – la familia, la clase, la religión, la nación – y se apoya y está conformada por la memoria social, que se representa y transmite a través de prácticas culturales simbólicas o mnemotécnicas que dan forma y sustentan las identidades colectivas. A medida que las identidades de grupo se ajustan a las alteraciones que se preciben en el medio social y político, la memoria social también se reconstruye²

[...] nenhuma memória pode ser um frasco sem exterior.³

La mémoire collective, comme la mémoire individuelle, ne conserve pas précisément le passé; elle le retrouve ou le reconstruit sans cesse, en partant du présent. Tout mémoire est un effort.⁴

Jacque Le Goff publicou um pequeno trabalho dedicado às relações entre “memória” e História, traçando um amplo painel da forma pela qual a primeira foi sendo abordada no decorrer dos séculos por filósofos, sociólogos, linguistas, historiadores e especialistas das áreas médicas⁵. Na verdade, nos últimos anos, são inúmeros os estudos que se debruçam sobre a temática na procura de explicitar os mecanismos da memorização, ou ainda, entender os possíveis ardis de uma “memória histórica” consolidada a partir de visões politicamente traçadas do passado recente. A recuperação da trajectória de vida de sociedades que foram massacradas ou exterminadas no decorrer do século XX recolocou a questão na ordem do dia entre historiadores e demais especialistas das ciências humanas. A “amnésia forçada” por uma historiografia por demais comprometida em termos políticos, como aquela produzida no período franquista em Espanha, encontrou nas novas abordagens da História Cultural um forte inimigo e na emergência de novos actores a possibilidade de acabar com o esquecimento. Os espaços não preenchidos de um discurso supostamente “concluído”, uma espécie de “branco semântico” da produção

¹ DAMÁSIO, António; DAMÁSIO, Hanna - “Toda a memória do mundo”. In SOUSA, M. (coord.) - *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007. p. 139.

² BOYD, Carolyn - “De la memoria social a la memoria histórica”. In JULIÁ, Santos (dir.) - *Memoria de la Guerra y del franquismo*. Madrid: Santilanna, 2006.

³ PÊCHEUX, Michel - “Papal da Memória”. In ACHARD, P. [et al.] (org) - *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999. p. 56.

⁴ BLOCH, Marc - “Mémoire Collective, Tradition et Coutume. A propos d’un livre récent”. *Revue de Synthèse*. T. XL (Décembre 1925) p. 77.

⁵ Ver o verbete do autor na Einaudi: GOFF, Jacques - “Memória”. In ROMANO, Ruggiero (org.) - *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. Vol. 1 - *Memória/História*. p. 11-50 e LE GOFF, J. - *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

historiográfica, vão sendo decodificados e ganham novas leituras e interpretações, abrindo a possibilidade de um repensar da História e dos seus personagens.

Este processo de repensar o contemporâneo foi alargado nos últimos anos e, em alguns casos, passou-se de um extremo ao outro, ou seja, do esquecimento à sobrevalorização da “memória”. Sem se deixar levar por extremos, cabe ao historiador do chamado “tempo presente” a “decodificação” destes verdadeiros “espaços em branco”, seja pela reeleitura da documentação já disponível ou pela localização de novas fontes, dispersas em arquivos particulares, e nas memórias individuais dos que vivenciaram o passado mais recente. Na verdade, para a grande maioria dos factos mais próximos temporalmente é através da recuperação dos diversos tipos de memórias ainda “esquecidas”, documentos e testemunhos orais, que poderemos obter os dados para uma nova compreensão da história contemporânea⁶.

De facto, desde 1929 os trabalhos de Maurice Halbwachs apontam os caminhos a serem investigados por sociólogos, como ele próprio, e por historiadores, a quem o processo de memorização e rememoração coloca questões mais profundas. Para Halbwachs, partindo da análise da sua própria experiência de rememoração, o processo de formação das memórias individuais está inserido no que designa “memória colectiva”, ou seja, a lembrança de um grupo a respeito do seu passado, espelhada no conjunto de tradições que mantém e perpetua, mas não sendo a memória individual um reflexo idêntico da “colectiva” e sim uma constante reeleitura deste mesmo conjunto de acordo com as necessidades temporais daquele que recorda e do momento no qual recorda:

[...] Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória colectiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios⁷.

Desta forma, o autor identifica as características básicas do processo de armazenamento da memória, tais como a incapacidade de uma memória total a respeito dos factos observados, a predominância das vivências de grupo no conjunto das lembranças, bem como o limite destas ao nosso posicionamento em relação ao meio e ao espaço e a importância da imagem e do lugar para o delineamento da memória. Surgem então dois conceitos fundamentais, o de Memória Autobiográfica, individualizada, passível de ser modificada pelo presente, ou ainda, ser “apagada” pelos traumas, e a Memória Histórica, que longe de estar assimilada ao conceito de história no sentido linear e clássico encontra o seu sentido na “tradição”. A História andaria no sentido contrário ao da Memória Colectiva, já que não se interessaria pelo tradicional, pelo costume e sim pelo excepcional, buscando sempre delimitar o que poderia determinar o seu carácter universalista⁸.

⁶ Um debate interessante sobre os mais diferentes aspectos da “contemporaneidade” e da chamada História do Tempo Presente. Ver, entre outros, AGERON, Charles-Tobert [et al.] – *Ecrire l'histoire du temps présent. En hommage à François Bédarida*. Paris: CNRS Editions, 1993.

⁷ HALBWACHS, Maurice - *A Memória Colectiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 51.

⁸ HALBWACHS, M. - *Op. Cit.*, p. 59 e seguintes.

A exclusão da História enquanto área de conhecimento e investigação do trabalho de análise da Memória Colectiva suscita a imediata reacção dos historiadores da sua época, em especial, do seu contemporâneo e colega Marc Bloch, interessado em realçar a importância do conceito para os estudos das “mentalidades” e a importância das tradições para as investigações historiográficas. Assim sendo, na resenha crítica ao livro de Halbwachs, o historiador dos Annales vai questionar alguns pontos não trabalhados pelo autor e que serão de suma importância para os posteriores estudos da “memória”, tais como o papel do discurso nas suas formas de transmissão, o processo de “adaptação” às realidades que lhe sucedem, a importância das tradições e do seu processo de “legalização” via direito formal⁹. A “Memória Colectiva” tende a ser tratada no âmbito das “mentalidades”, todas as possíveis características desta última como fenómeno de “longa duração”. Por outro lado, a “memória individual” recebe um estatuto especial, à medida que pode vir a mostrar o potencial de fonte para o historiador¹⁰.

Considerando as colocações dos dois autores e realçando os comentários de Marc Bloch temos alguns dos pontos-chave das análises historiográficas mais contemporâneas em relação ao binómio História-Memória, desde a polémica utilização da chamada “História Oral” até à transformação da própria memória em “objecto de estudo”. Os trabalhos realizados no âmbito da História Cultural, nomeadamente os que tocam a recuperação de histórias de vida, dos costumes e tradições, expressam muito esta continuidade¹¹.

Não querendo aprofundar as polémicas acerca do tema, já devidamente tratadas por trabalhos mais especializados¹², o conceito de “memória” é imprescindível para os estudos da “contemporaneidade”, mas implica problemas bem mais concretos do que muitos daqueles colocados nos debates existentes. O problema da investigação começa na abordagem inicial, ou seja, como resgatar memórias cujo paradeiro é desconhecido? A localização dos personagens ainda vivos da história recente e os seus respectivos arquivos privados, caso existam, é o primeiro passo a ser tomado e nem sempre fácil de ser concretizado. Na maioria dos casos, o encontro requer paciência e uma série de alertas a serem levados em conta, alguns deles referentes ao papel que o historiador

⁹ BLOCH, Marc - “Mémoire Collective, Tradition et Coutume. A propos d’un livre récent”. *Revue de Synthèse*. T. XL (Décembre 1925) p. 73-83.

¹⁰ BLOCH, Marc - *Op. Cit.* p. 77 e seguintes.

¹¹ Ver, entre outros, SORGENTINI, Hérnan - “Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: USP. V. 23, N.º 45 (2003) p. 103-128.

¹² São inúmeros os trabalhos mais recentes, muitos deles citados no decorrer deste trabalho. No entanto, outros merecem destaque, como o já clássico NORA, Pierre - “Entre histoire et mémoire”. In *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984. Tome 1 “La République”, e outros mais, a saber: CATROGA, Fernando - *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001; RICOUER, Paul - *La mémoire, l’histoire, L’oubli*. Paris: Seuil, 2000. FENTRESS, James; WICKHAM, Chris - *Memória Social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Teorema, 1994; ARÓSTEGUI, Julio - *La Historia Vivida. Sobre la historia del presente*. Madrid: Alianza Editorial, 2004; JOUTARD, P - *Esas voces que nos llegan del pasado*. México: Ed. Fondo de Cultura Económica, 1999, POLLAK, Michael - “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V. 2, N.º 3 (1989). p. 3-15.

passa a desempenhar na relação investigador e “investigado”. É neste contexto que, antes mesmo do primeiro contacto, o problema da memória é colocado, primeiro em termos biológicos, ou seja, qual a capacidade da testemunha de rememorar acontecimentos tão distantes em tempo e, por vezes, em espaço e como podemos fazê-la aceder em termos de lembrança àquilo que realmente nos interessa em termos de pesquisa. Em outras palavras, saber quais as características biológicas daquilo a que chamamos “memória”.

Na verdade, os trabalhos mais recentes que descrevem o processo biológico de armazenamento da memória revelam dados já tratados por historiadores e presentes na própria obra de Maurice Halbwachs, já que ele escreve a partir da análise do seu processo individual de memorização¹³. Para os especialistas, a memória está disposta em dois sectores, cada um ocupando áreas determinadas do cérebro. Na “Memória Semântica”, está armazenado o conhecimento que nos é passado da realidade, tais como o conhecimento da língua, os costumes etc...; enquanto na “Memória Episódica”, são guardados os factos relativos ao nosso histórico de vida¹⁴. No entanto, ao contrário do processo de armazenamento dos dados num computador, não conseguimos registar todos os momentos e nem todos os momentos pelos quais passamos terão o mesmo registo. Basta um ângulo de visão para que o registo da imagem de um dado momento seja diferente daquele feito por uma outra pessoa no mesmo tempo, mas num ponto diferente do mesmo espaço. Assim sendo, em espaços semelhantes podemos deter na memória factos completamente diversos daqueles que compartilham connosco experiências comuns.

Um outro dado interessante para o investigador diz respeito ao funcionamento interno da memória. Toda a memória depende dos circuitos e das ligações estabelecidas internamente, ou seja, estímulos adequados podem despoletar comportamento ou lembranças, de acordo com os sistemas neurotransmissores¹⁵. Sendo assim, a recuperação da memória, ainda que modificada e alterada, depende de um processo de estimulação destinado a estabelecer o contacto entre os diferentes sectores do cérebro e os dados que armazenam, gerando assim a informação possível a respeito do passado. A memória funciona por ligações, podendo a lembrança de um único facto desencadear a memória de outros episódios, como se a menção deste fizesse accionar todo o circuito neurológico na busca de novas conexões entre o que é apresentado e o armazenado algures na mente.

Um dado final, e fundamental para o historiador, é a constatação biológica que a memória muda à medida que novas informações são adquiridas pelo cérebro, tal como qualquer investigador constata quando trabalha com memórias, sobretudo com testemunhos orais, visto os relatos do passado estarem sempre como se contaminados pelo presente e por toda a história de vida do indivíduo. Desta forma, a memória não é um repositório fiel e tende a ser transformada no decorrer dos anos pela introdução

¹³ HALBWACHS, M. - *Op. Cit.*

¹⁴ Ver, entre outros, GERARD, R.W. - “O Que é Memória”. In *Psicobiologia: As Bases Biológicas do Comportamento – Textos do Scientific American*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

¹⁵ VALENTE, André - “Novas Formas de testar a memória em modelos experimentais”. In SOUSA, M. (coord.) - *Toda a Memória do Mundo*. Lisboa: Esfera do Caos, 2007. p. 94-125.

de novos dados, já que está situada num tecido vivo, o cérebro. O processo de rememoração dos factos será sempre uma releitura dos mesmos, nunca a sua reprodução:

Todos possuímos provas concretas de que sempre que recordamos um dado objecto, um rosto ou uma cena, não obtemos uma reprodução exacta, mas antes uma interpretação, uma nova versão reconstruída do original. Mais ainda, à medida que a idade e experiência se modificam, as versões da mesma coisa evoluem.¹⁶

Tais constatações negativas da capacidade total da memória não devem nunca levar à rejeição do uso deste tipo de fonte pelo historiador, mediante a alegação de que evidenciam sempre opiniões “contaminadas” por uma determinada visão pessoal do passado, e nem à sua aceitação como uma fonte incontestável, já que como toda a “testemunha” o seu depoimento deve ser verificado e é sempre o relato de um dos lados da História.

2. Memórias e Memória: existe distinção entre a memória escrita e o testemunho oral?

Grande parte da crítica dos historiadores orientados por documentos segue a linha de que a reminiscência das pessoas famosas está facilmente propensa à autojustificativa conveniente *ex post facto*, e aquela das pessoas não importantes, a lapsos de memória.¹⁷

[...] Je dirai que les historiens du contemporain ont rencontré une difficulté que les sociologues connaissaient depuis longtemps, ils traitent de situations ou d'événements dont les acteurs sont encore vivants.¹⁸

Diz-se muitas vezes que a história é escrita pelos vencedores. Poderia também dizer-se que a história é esquecida pelos vencedores. Podem permitir-se esquecer, enquanto os derrotados são capazes de aceitar os acontecimentos e estão condenados a meditar sobre eles, a reviver-los e a imaginar quão diferentes poderiam ter sido.¹⁹

Quando um historiador se depara com uma temática para a qual existem poucos registos na historiografia, ele tem uma moeda de duas faces: por um lado, sabe que o seu trabalho será inédito, por outro, na maioria dos casos, não sabe por onde começar. Os arquivos oficiais são a primeira escolha para uma procura, mas para determinados casos, como os registos das oposições aos regimes de força, a documentação tende a traduzir o peso do discurso imposto pelo Estado em relação aos seus “inimigos”.

¹⁶ DAMASO, A. - *O Erro de Descartes. Emoção, razão e o cérebro humano*. Lisboa: Publicações Europa América, 1994. p. 115.

¹⁷ PRINS, Gwyn - “História Oral”. In BURKE, P. (org.) - *A Escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. p. 188.

¹⁸ SCHNAPPER, Dominique - “Le temps présent entre histoire et sociologie”. In AGERON, Charles-Robert - *Op. Cit.*, p. 51.

¹⁹ BURKE, P. - “A História como Memória Social”. In *O Mundo como Teatro – Estudos de Antropologia Histórica*. Lisboa: Difel, 1992. p. 246.

A imprensa é um outro recurso pensado. No entanto, pode padecer do mesmo tipo de deformação, fruto da censura, ou ainda, pode simplesmente não existir nenhuma fonte utilizável. Os jornais clandestinos exemplificam esta “ausência” de recursos, pois a periodicidade é irregular, nem sempre estão preservados e, quando ocorre, muitos deles estão nas mãos de particulares.

Para quem lida com a contemporaneidade a existência de personagens vivos ou de familiares, portadores de arquivos e espólios particulares, é uma saída a ser considerada, apesar de todas as armadilhas possíveis e críticas oriundas dos sectores mais conservadores da historiografia. De facto, desde as reflexões de Thompson sobre a necessidade de uma reconstrução da história das “classes trabalhadoras” na primeira pessoa, são inúmeros os trabalhos enquadrados na então designada “História Oral”²⁰. Um grande ponto é a questão do tratamento dos testemunhos. Mas, assim como o conhecimento dos mecanismos da memória é importante para este caso, as técnicas de aproximação são fundamentais para o estabelecimento de uma relação de confiança entre “fonte” e “investigador”. Neste sentido, é de enorme importância para os historiadores o contributo das experiências passadas por antropólogos e sociólogos, sobretudo para aqueles que, acostumados aos manuscritos, não estão habituados a literalmente “ouvir” as suas fontes. A complicada noção da imparcialidade do cientista social, por vezes muito difícil, é colocada como o problema principal na recolha de dados, mas não é de todo um empecilho para a realização do trabalho:

O historiador não deixa de ouvir e recolher, mas sabe que deve se distanciar, que a simpatia necessária, virtude cardeal do bom entrevistador; não deve cegá-lo nem privá-lo da lucidez. O cruzamento de fontes, o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou aos grupos.²¹

Na verdade, a chamada “história oral” nasce marcada pela “neutralidade” e pelo desejo de cientistas sociais e historiadores recuperarem um passado discriminado pela História Oficial, oriundo de grupos considerados “marginais” para a sociedade e o processo histórico²². Par a par com os processos de recuperação das “memórias populares”, evocadas nos estudos a respeito de tradições populares, as fontes orais também estão presentes nos processos que envolvem memórias traumáticas, como é no caso da Guerra Civil Espanhola, ou ainda, e dentro deste mesmo campo, as chamadas “políticas da

²⁰ Ver, em especial, THOMPSON, P. - *A voz do passado – História Oral*. 2.^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. Mais recentemente são inúmeros os trabalhos voltados para o tema, entre outros, FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V. (orgs.) - *História Oral: Desafios Para o Século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FioCruz; Casa de Oswaldo Cruz; CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000. Em Portugal, está em desenvolvimento um trabalho com depoimentos de antigos membros da CGTP, a cargo da Investigadora Sílvia Correia, da Universidade Nova de Lisboa, coordenadora do projecto “Testemunhos Oraís da CGTP – In”. Ver CORREIA, S. - “A CGTP, a história oral e o estudo dos trabalhadores”. *Le Monde Diplomatique*. (Janeiro de 2011) p. 21.

²¹ JOURTARD, P. - “Desafios à História Oral do Século XXI”. In FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V (orgs.) - *Op. Cit.*, p. 43-44.

²² Ver, entre outros PORTELLI, Alessandro - *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

memória”, onde o passado reassume a sua dimensão política diante de um presente que o pretende “esquecer”²³. Neste quadro, é impossível requerer para o historiador o antigo estatuto de imparcialidade, ainda que, a equidistância entre discurso histórico e propaganda política deva ser mantida e demarcada.

Tais considerações repõem a problemática da parcialidade do testemunho oral, mas este não é menos ou mais tendencioso do que outra fonte escrita, nem a presença do historiador como interveniente no processo de produção do “documento oral” não é mais “partidário” daquele que precede a recolha de fontes documentais tradicionais. Como na documentação escrita, a oral também pressupõe versões diferenciadas de um mesmo facto ou objecto de análise, devendo ambas passar pelo grifo da comparação de dados e verificação de veracidade. No entanto, o cruzamento que então se processa é diferenciado, já que pode passar por documentação inédita, ela própria susceptível de ser “testada” na sua veracidade. O problema é complexo, pois requer verificações em simultâneo nem sempre passíveis de serem realizadas aquando dos primeiros contactos entre o historiador e as suas fontes orais. Assim sendo, é preciso saber “ouvir”, analisar o discurso e procurar ferramentas necessárias que auxiliem a compreensão do exposto. Relatos imprecisos, frutos das dificuldades inerentes ao próprio mecanismo biológico da memória, podem ser avivados pela própria documentação disponibilizada pelos depoentes, sobretudo imagens, mais facilmente retidas e que, quase sempre, estimulam os mecanismos de recordação. Cada detalhe da vida pessoal pode e deve remeter ao contexto histórico, revelando não só a visão do entrevistado e a forma pela qual a sua memória actual “depurou” o seu passado, mas também pistas fundamentais para o trabalho do investigador na identificação de outras fontes documentais.

Desta forma, por exemplo, as narrativas de carácter pessoal de Fernando de Moraes, filho de Jaime de Moraes, a respeito da sua vida em Madrid alcançam uma outra dimensão quando relacionadas com outras fontes. A afirmação de um vínculo profundo de amizade entre o primeiro e o filho de Largo Caballero readquire a sua dimensão histórica com a análise do conteúdo das cartas trocadas por Jaime de Moraes, Moura Pinto e Jaime Cortesão, revelando um outro ângulo para a compreensão das ligações dos republicanos portugueses exilados com políticos republicanos espanhóis, já aceites pela lógica simples do historiador ao associar vínculos ideológicos em comum. Neste ponto, a trajectória pessoal assume a sua dimensão “histórica” mais alargada, fornecendo ao historiador o caminho para novas pesquisas²⁴.

²³ No caso da Guerra Civil são inúmeros os trabalhos historiográficos que tratam do problema da recuperação da memória do republicanismo. Ver entre outros, LEÓN, Ángeles Egidio (Ed.) - *Memoria de la Segunda República. Mito y Realidad*. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2006; ARÓSTEGUI, J; GODICHEAU, François (eds) - *Guerra Civil. Mito y Memoria*. Madrid: Marcial Pons, 2006.

²⁴ A maioria dos clássicos no âmbito da História Oral aponta neste sentido. Mais recentemente, trabalhos como o de Régine Robin, uma das introdutoras da problemática da análise de discurso na história (ver o clássico trabalho ROBIN, Régine - *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977), recolocam o tema. Ver: ROBIN, R. - *La mémoire saturée*. Paris: Stock, 2003; ROBIN, Régine. “Paroles en attente : parcours de vie, parcours de textes”. *Essaim*. N.º 14 (1/2005) p. 13-26. Disponível em WWW: <URL: <http://www.cairn.info/revue-essaim-2005-1-page-13.htm>. DOI : 10.3917/ess.014.0013>, ou ainda, VELLOSO, Monica Pimenta; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.) - *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

Por outro lado, as fontes orais podem colocar em xeque algumas das fontes escritas, sobretudo no caso de memórias ou documentos oficiais. Os relatos memorialistas estão repletos de “omissões”, muitas delas voluntárias, outras nem tanto, variando de acordo com a personagem que escreve ou a instituição que lhe serve de suporte²⁵. Em geral, a versão apresentada remete o investigador para o conjunto documental determinado pela narrativa memorialista, “descartando” outros dados documentais, já que não referenciados. Neste sentido, assim como a descoberta de novos arquivos abre caminho para novas pesquisas, os dados orais suscitam a procura de fontes que, caso contrário, não despertariam a atenção do investigador. Voltando ao testemunho de Fernando de Moraes, a sua participação na Guerra Civil e no Plano Lusitânia não é citada num dos relatos mais explorados pelos investigadores, o de Pedro Rocha, e nem o seu nome aparece de forma identificável nos relatórios dos agentes do governo de Salazar em Espanha. Dois historiadores que tratam do período, César de Oliveira e Luís Farinha, chegam a afirmar a existência apenas de três filhos de Jaime de Moraes, omitindo Fernando, na verdade o terceiro deles em termos de idade, já que este não é mencionado nas fontes consultadas. Somente o relato pessoal de Fernando de Moraes nos reporta ao levantamento de documentação espanhola que atesta a sua actuação como militar e a sua estada em San Juan de Abadesses, local de reunião dos participantes do Plano Lusitânia²⁶. De facto, para o historiador a “memória imprensa” pode ser uma fonte mais “frágil” do que o discurso oral, pois é mais elaborada e “isenta” de interferências, como a introdução de temas ou o reencaminhamento de questões, passos possíveis na relação directa e oral.

No caso dos “documentos oficiais”, se considerarmos como confiáveis as informações transmitidas aos governos pelo seus administradores ou, no caso do Estado Novo, pelos seus informadores, há muitas lacunas a serem preenchidas pelo historiador. A falta de documentação oriunda da parte oposicionista leva a constituição de uma “memória incompleta”, da qual o historiador apercebe-se das falhas, mas não as consegue colmatar. Os testemunhos orais, mesmo quando não acompanhados de documentos pessoais, podem reencaminhar a investigação em outros sentidos, possibilitando uma revisão da versão transmitida pela documentação governamental. Os relatos dos enviados da PVDE ao descreverem a passagem do grupo pelos Pirenéus afirmam a detenção dos filhos de Jaime de Moraes em campos de concentração, negando a rede de assistência formada por portugueses em França e o estatuto de que goza a família Moraes entre eles.

²⁵ É o caso da predominância de memórias dos dirigentes do Partido Comunista em detrimento de outros grupos oposicionistas, já que estão mais organizados e interessados em manter um posicionamento de destaque nas lutas da oposição, qualquer que seja o regime. Ver, entre outros, PAULO, H. - “Uma memória dos opositores sobre o regime e sobre a Oposição”. In TORRALBA, L. R.; PAULO, H. (coord.) - *Estados Autoritários e Totalitários e suas Representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.

²⁶ Ver Cartas pessoais trocadas entre Óscar de Moraes e Mário Fernandes entre 1978 e 1983, Arquivo Jaime de Moraes, Fundação Mário Soares. Para além disto, no Arquivo da Memória Histórica, em Salamanca os ofícios do Exército Espanhol, nomeadamente SM, Carpeta 1194, Fol. 524; SM, Leg. 8125, Carpeta 37, fol. 195; SM, Leg. 8125, Carpeta 12, Fol. 151; e os números da *Gaceta de La República*, de 31 de Enero de 1937, p. 574; de 3 de Junho de 1937, p. 1043; entre outros, que tratam de promoções e permissões especiais de mobilização do Oficial Hernando Seca Morales.

A grande maioria dos relatórios produzidos aquando da Guerra Civil pelos informadores do Estado estão repletos de relatos falseados, sendo o seu conteúdo o mais puro exemplo de uma produção discursiva que “adequa” a narrativa dos acontecimentos aos valores ideológicos vigentes e às necessidades de manutenção dos postos de serviço²⁷.

Para além de “ouvir”, o historiador que lida com os testemunhos orais precisa saber “ver”, ou melhor, descobrir através da imagem, analisar a memória ou estimular a lembrança²⁸. O retrato de um personagem, de um lugar, pode suscitar recordações que não apareceriam de outra forma no relato. Um antigo opositor antissalazarista radicado em São Paulo, o engenheiro Alfredo Masson, ofereceu-me uma fotografia de um grupo de exilados ligados ao periódico *Portugal Democrático*, com todas as identificações. Apresentei a imagem a outros opositores que, apesar de não participarem da foto, acrescentaram para cada um dos personagens presentes informações relativas às suas trajetórias políticas²⁹. Por outro lado, a análise da imagem é fundamental para a reconstrução da memória de um determinado grupo. No espólio de Alberto Moura Pinto as fotografias tiradas em Madrid evidenciam o quotidiano dos republicanos no exílio, destacando aqueles com os quais o antigo ministro mantém uma maior proximidade, já que as suas imagens estão presentes num dos álbuns da família³⁰. Esta ligação entre a memória e a fotografia é evidenciada também nos retratos pessoais dos amigos, guardados nas colecções particulares como “membros de família”. No arquivo de Jaime de Morais, uma fotografia para passaporte de um “desconhecido” para a memória familiar chama a atenção por ter sido conservada pelo filho mais velho. Analisada a imagem e identificado o personagem compreende-se o guardado: trata-se de Nuno Cruz, um dos colaboradores mais próximos de Jaime de Morais, morto em Dezembro de 1934. A dimensão pessoal da lembrança só pode ser explicada se analisarmos a dimensão histórica da memória da imagem e do gesto que levou à sua preservação.

Nesta retomada das trajetórias e memórias individuais um ponto de confluência das análises e reflexões é justamente a abordagem das “políticas da memória”³¹.

²⁷ Ver PAULO, Heloisa - “A imagem Oficial: os Budas e a Espionagem Salazarista”. In CARNEIRO, M. T.; CROCI, F. (orgs.) - *Tempos de Fascismos. Ideologia. Intolerância. Imaginário*. São Paulo: Imprensa Oficial; Edusp, 2010.

²⁸ Há que considerar uma outra dimensão do “ver” relacionada ao “estar”, ou seja, o papel do historiador na recolha das fontes orais. Ver entre outros, GALLIAN, Dante Marceño Claramonte – “O Historiador como inquisidor ou como antropólogo? Um Questionamento para os «Historiadores Oraís””. *Revista de História*. São Paulo. n.º 125-120 (ago-dez/91 - jan-jul/92) p. 93-10.

²⁹ O facto foi passado com Manuel Lourenço Neto que, a partir da imagem, acrescentou detalhes importantes para a compreensão da trajetória política do grupo opositor de São Paulo, nomeadamente no que respeita à distribuição do periódico *Portugal Democrático* e ao papel de diversos personagens no interior do movimento de oposição radicado naquela cidade.

³⁰ Sobre a questão da imagem ver, entre outros, o clássico BOURDIEU, Pierre - *La fotografia: un arte intermédio*. México: Nueva Imagen, 1989; e MAUAD, A. M. - *Sob o signo da imagem: a produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante no Rio de Janeiro, na primeira metade do século XX*. [Consult. 2 de Janeiro de 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.historia.uff.br/labhoi/tesdis.htm>>.

³¹ A questão é tratada em diversos trabalhos já clássicos como o de TODOROV, Tzvetan - *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000, ou outras reflexões como as de LAVRABRE, Marie-Claire - “Usages du

A reconstrução de memórias “apagadas” por regimes de força e a necessidade de repor o protagonismo de personagens que vivenciaram momentos traumáticos da história contemporânea são debatidas e postas em realce, apesar do alcance limitado de algumas medidas oficiais e dos “descaminhos” jurídicos impostos³². Por outro lado, a recuperação de “memórias” perdidas, como a dos exilados portugueses, repõe lacunas na história e abrem a discussão a respeito das inúmeras versões possíveis para um mesmo relato³³.

3. Recordar não é viver: o impossível retorno.

A memória, na qual cresce a História, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.³⁴

Mas o assunto principal é a boa notícia que o Comandante me dá do seu propósito de escrever também as “Memórias do Comandante” Jaime de Moraes. Eu tenho essa decisão como o cumprimento dum dever político e patriótico. A ditadura procurou ocultar as ações valorosas (e gloriosas) dos republicanos e quer fazer uma história deturpada onde só erros e dilapidações nos cabem. Mostrar aos vindouros, nossos filhos e netos até a vigésima geração, a verdade e a justiça e a gratidão que nos cabem, é dever sagrado.³⁵

[...] Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode.³⁶

A questão da validade dos testemunhos é sempre posta em xeque quando as contradições das narrativas são evidenciadas. Os relatos contraditórios são um sinal de alerta para os perigos da “memória” como recurso ao historiador para aqueles que criticam e possuem reservas quanto ao seu uso. No entanto, fora as questões já levantadas

passee, usages de la mémoire”. *Revue française de Science Politique*. 44^e année, N.º 3 (June 1994) p. 480-493; ANDRIEU, Claire; LAVABRE, Marie-Claire; TARTAKOWSKY, Danielle - *Politique du Passé: usages politiques du passé dans la France contemporaine*. Aix-en-Provence: Publications de l’Université de Provence, 2006.

³² Na Espanha os debates acerca do direito à memória dos vencidos na Guerra Civil gerou nos últimos anos controvérsias políticas que, desencadeadas pela lei da Memória Histórica, acabaram por mostrar a persistência do franquismo na sociedade espanhola contemporânea, responsável pela condenação do único juiz a acusar Franco de genocídio. Sobre os debates em torno da lei da memória e as razões que desencadearam o processo contra o juiz Baltazar Garzón ver: <http://www.elpais.com/todo-sobre/tema/Recuperacion/MemorialHistorica/202/> [Consult. pela última vez em 10 de Abril de 2011].

³³ Sobre o tema da memória e do exílio em Espanha, ver entre outros: ALTED, A. - *La voz de los vencidos. El exilio republicano de 1939*. Madrid: Santilana, 2005; DREYFUS-ARMAND, G. - *El exilio de los republicanos españoles en Francia*. Barcelona: Crítica, 2000; SCHWARZSTEIN, D. - *Entre Franco e Perón. Memoria e identidad del exilio republicano español en Argentina*. Barcelona: Crítica, 2001.

³⁴ LE GOFF, J. - *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 471.

³⁵ Carta manuscrita datada de 17 de Novembro de 1967 de Sarmento Pimentel para Jaime de Moraes. Arquivo Jaime de Moraes. Fundação Mário Soares.

³⁶ HOBBSBAMW, Eric – “Dentro e fora da História”. In *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

no que respeita ao processo de memorização, o questionamento do investigador deve incidir no “por que” das controvérsias. De facto, um mesmo episódio descrito por diferentes participantes pode apresentar disparidades sem que, no entanto, nenhuma das versões possa ser considerada um “falseamento”, mas sim fruto da própria evolução das memórias pessoais de cada uma das testemunhas. Assim sendo, de forma consciente ou não, a memória depura factos, omitindo o que não consegue assimilar, como no caso dos traumas, o que não interessa contar, diante de questões políticas ou morais complicadas, reconstruindo o passado com as informações que lhe foram acrescentadas no decorrer do tempo. Resta ao historiador compreender as razões das contradições, partindo então para a verdadeira análise do posicionamento do indivíduo no momento histórico que vivenciou.

A apresentação de disparidades na rememoração de factos é uma constante e, na maioria das vezes, se não está relacionada com o ângulo de visão do relator, está vinculada ao protagonismo que este pretende impor para a “memória histórica”. Muito mais que os relatos orais, o discurso memorialista presente em autobiografias exibem estas e outras peculiaridades, já que possuem permitem uma maior elaboração do conteúdo apresentado ao público. A narrativa mais detalhada tende a confundir relato com ficção, numa tentativa de buscar público e credibilidade, levando o historiador a ter um cuidado maior com este tipo de fonte. Por vezes, o objectivo não é só deixar o registo para a história, mas contribuir para a sua reinterpretação, posicionando o autor do relato no lugar de realce que ele considera justo³⁷.

Um exemplo bem elucidativo é dado por relatos do assalto ao paquete Santa Maria, levado a cabo pelo Directório Revolucionário Ibérico de Libertação, em 1961. Dois dos personagens principais, Henrique Galvão, que arca com a parte política da acção, e Jorge Soutomaior, o ex-oficial da Marinha republicana espanhola e responsável pela parte militar da operação, possuem versões diferenciadas sobre a actuação de ambos, fruto do distanciamento entre as duas narrativas e da alegada necessidade de revisão da memória oficial do acontecimento que coloca o militar português como figura principal na acção³⁸.

Assim sendo, na descrição de Galvão, publicada um ano depois do ocorrido, ainda que assuma totalmente o protagonismo da acção, dá ao seu companheiro espanhol um lugar de destaque na narrativa enquanto perito náutico³⁹. No entanto, ao descrever o episódio anos mais tarde, Soutomaior possui uma outra versão dos factos, colocando-se ele próprio no lugar de protagonismo e apresentando uma imagem negativa do militar. A memória “oficial” do acto praticado é como que “rectificada”, cabendo agora o seu mérito ao comando espanhol:

³⁷ Sobre o tema, ver entre outros, WIEVIORKA, Olivier - “Du bon usage du passé. Résistance, politique, mémoire”. *Mots*. n.º 32 (Septembre 1992) p. 67-80.

³⁸ Sobre o tema, ver PAULO, Heloisa - “1961: o Assalto do Santa Maria e o desmoronar do regime salazarista em Portugal”. *História Revista*. ISSN 1414-6312 (ed. impressa) ISSN 1984-4530 (ed. online). V. 16 (Janeiro/Junho 2011).

³⁹ “[...] O nosso perito naval, Sotomayor, sem nunca perder o seu bom humor e vivacidade, manobrou o rato tão habilidosamente que este escapou aos seus perseguidores, mesmo na área onde a busca lhes era mais fácil.” GALVÃO, H. - *Op. Cit.*, p. 195.

Separo-me de Velo e vou encontrar-me com Galvão. O Capitão recebe-me com um tal ar de General subestimado que, surpreendido, não sabia se me devia rir ou indignar. Embora o seu tom fosse excessivamente destemperado, arrei-me de paciência e escutei-o. – Porque é que o senhor mudou o plano táctico sem me consultar? Eu sou Capitão do Estado-Maior – como não podia gritar afogava-se em ira – e sei muito bem o que deve fazer-se. Não admito tais coisas de maneira nenhuma.

Eu pensava comigo: ‘Capitão do Estado-Maior, sem saber de outra guerra senão a que se faz à fauna africana ou às codornizes em Portugal [...] Que homem era este que nem sequer tinha em conta a minha condição de marinheiro de guerra e de Comandante da operação?’⁴⁰

Desta forma, não basta ao historiador detectar as contradições e verificar a legitimidade dos relatos, mas antes de tudo compreender a razão pela qual a memória individual ou colectiva “fabricou” aquele determinado tipo de narrativa a respeito deste ou daquele evento. O entendimento da versão apresentada pode ser mais elucidativa do que a descrição precisa do ocorrido, mesmo que esta não corresponda às informações obtidas através de outra documentação.

Sem assumir a possibilidade de aceitar qualquer narrativa como verídica, tendo sempre atenção à necessidade de verificação dos relatos, a memória assume para o historiador a condição de “documento”, mas também de “objecto”. Neste quadro, a própria memória é passível de ter uma “história”, transformando-se assim em objecto de estudo pelo qual podemos compreender as formas pelas quais o passado recente foi visto e revisto nos últimos anos. Assim sendo, a “memória” da grande maioria das pessoas que vivenciaram actos como o assalto ao Banco de Portugal, na Figueira da Foz, em 17 de Maio de 1967, aceitando a versão oficial do regime, foi alterada após o 25 de Abril e a apresentação de uma nova versão para o acontecimento. A “memória individual” passou por uma espécie de reinterpretação onde é reconfigurado o binómio “ladrão” e “polícia” e os papéis são recambiados de lugar⁴¹.

O próprio historiador, no decorrer do exercício da sua profissão, é uma “presa” da evolução da “memória, no caso a “memória histórica”, já que, por vezes, não se consegue rever nas análises historiográficas que aceitou num passado recente. A descoberta de arquivos e documentação inédita reestrutura o pensar de centenas de objectos de investigação, sobretudo no que respeita à contemporaneidade, marcada por lacunas a preencher⁴².

⁴⁰ SOUTOMAIOR, Jorge – *Eu roubei o Santa Maria*. Lisboa: Labirinto das Letras, 2010. p. 52 e 53.

⁴¹ Uma senhora amiga que vivenciou na Figueira da Foz o clima do assalto pediu para ser apresentada pessoalmente a Camilo Mortágua, um dos que estiveram no assalto ao Banco de Portugal, pois afinal ele não era nada daquilo que ela havia pensado na época.

⁴² Para além das lacunas, há que contar com a importância do historiador na desestruturação dos “mitos” da historiografia mais tradicional, já tratados nas notas 31 e 32. Ver ainda, entre outros, FERRO, M. - *Os tabus da História*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

A História há muito deixou a ambição de ser o relato fiel do passado e se tal convicção ainda é encontrada nos discursos memorialistas se deve ao reconhecimento do narrador da importância em marcar a sua presença como agente desta mesma história. É neste quadro de confluência entre as histórias de vida, as memórias pessoais e a história e a sua memória oficial que está situada a investigação do passado recente. Sem retornar ao paradigma do indivíduo singular como agente do processo histórico, as memórias individuais recolocam os indivíduos como agentes únicos da História. Cabe ao historiador o trabalho de investigação e análise necessários para que a historiografia recupere as memórias perdidas e, sem cair em extremos, as reponha no devido lugar da memória histórica.

Cinema e pintura

Imagem cinematográfica e expressão plástica

Isabel Nogueira

Isabel Nogueira, Pós-doutoranda na FLUC e no Centre d'Arts Plastiques, Esthétique et Sciences de l'Art/Paris 1 Panthéon Sorbonne. Doutora em Belas-Artes, área de especialização em Ciências da Arte. Professora adjunta convidada no ISEC, Lisboa. Investigadora do CEIS20. E-mail: isabelmnogueira@hotmail.com

Entendamos o cinema sobretudo como arte do espaço, como imagem. No artigo «Le cinéma, art de l'espace» (1948) Éric Rohmer [Maurice Schérer] escreveu: «O espaço, ao contrário [do tempo] parece ser a forma geral de sensibilidade que lhe é [ao cinema] verdadeiramente essencial, na medida em que o cinema é uma arte da visão. Do mesmo modo, as obras comumente designadas de cinema puro – os filmes de vanguarda – encontram-se conectadas, sobretudo, às problemáticas de expressão plástica»¹. Neste contexto operatório, propomos duas perspectivas de leitura paralela, conceptual/historicista e visual, observadas em dois momentos:

- 1) A imagem cinematográfica como experiência e aproximação estética a determinados movimentos artísticos modernistas e vanguardistas das primeiras décadas do século XX (o movimento para fora: centrífugo);
- 2) A construção pictórica da imagem cinematográfica em alguma cinematografia contemporânea (o movimento para dentro: centrípeto).

1. O movimento para fora (centrífugo)

O movimento do modernismo e, particularmente, o movimento das vanguardas históricas, teve o seu começo com a crise do racionalismo, com a crítica à ordem social burguesa, com a crise de representação – estimulada pelo aparecimento e consequente desenvolvimento da fotografia, nos anos quarenta do século XIX, seguindo-se da invenção do cinematógrafo pelos irmãos Lumière, em 1895 – e da procura de novos códigos visuais. Por outras palavras, teve início um caminho vigoroso e sem retorno de passagem do figurativo à abstração; de uma relação passiva, externa, com o objecto artístico, a uma relação dinâmica, interna, relevante, que coloca questões.

Esta «crise», já manifestada no trabalho de Gustave Courbet, intensifica-se com a obra de Édouard Manet, *Le déjeuner sur l'herbe* [*Le bain*], 1863, exposta no *I Salon de Refusés*, criado nesse mesmo ano por Napoléon III. Émile Zola Foi um defensor da pintura de Manet². Esta tornava-se efectivamente bidimensional e independente do objecto retratado – a ideia de «l'art pour l'art». Manet é, conceptual e plasticamente, considerado o precursor do **movimento impressionista**, que oficialmente se iniciou com a exposição dos cerca de trinta artistas que constituíam a *Société Anonyme des Artistes Peintres, Sculpteurs, Graveurs*, etc. no estúdio do fotógrafo Nadar, em Paris, em 1874. O quadro de Claude Monet, *Impression, soleil levant* (1872), esteve na origem do comentário satírico de Louis Leroy no periódico *Le Charivari*. Estes artistas procuravam o efeito momentâneo da luz, a percepção imediata da pintura *en plein air*, a poética e a magia da cor. O impressionismo tornar-se-ia, portanto, na primeira etapa no caminho do modernismo, particularmente da arte abstracta – o filão que principalmente aqui importa.

¹ ROHMER, Éric (Maurice Schérer) – “Le cinema, art de l'espace”. *La Revue du Cinéma*. Paris. N.º 14 (juin 1948) p. 3.

² Cf. ZOLA, Émile – *Écrits sur l'art*. Paris: Gallimard, 2003. p. 133-134.

No que diz respeito ao cinema, o movimento impressionista desenvolveu-se nos anos vinte do século XX e foi considerado pelos seus próprios criadores – Abel Gance, Jean Epstein, Louis Delluc, Marcel l’Herbier –, como uma reacção de vanguarda poética, subjectiva, onírica, ao carácter agressivo do expressionismo, conseguida pelos movimentos da câmara e pela montagem cinematográfica. Não obstante a discrepância temporal entre o impressionismo na pintura e no cinema – directamente relacionada com o, naturalmente, mais tardio incremento tecnológico do meio cinematográfico –, podemos encontrar paralelismos entre ambos, nomeadamente nas temáticas da vivência quotidiana, no tratamento cuidado da luz ou no enquadramento.



Le train dans la neige
Claude Monet, 1875



Fotograma de *La roue*
Abel Gance, 1922



Loge
Pierre-Auguste Renoir, 1874



Fotograma de *La roue*
Abel Gance, 1922



Jeune fille au chapeau de paille
Auguste Renoir, 1884



Fotograma de *La roue*
Abel Gance, 1922



Neige en Louveciennes
Alfred Sisley, 1878



Fotograma de *La roue*
Abel Gance, 1922

O movimento expressionista surgiu na Alemanha – *Die Brücke*, Dresda (1905) e *Der Blaue Reiter*, Munique (1911) – sensivelmente ao mesmo tempo que o fauvismo emergia em França. Aliás, o nome foi originalmente utilizado para designar um grupo de artistas próximos de Henri Matisse. Em 1914, o crítico Paul Fechter aplicou o termo para se referir a alguns artistas alemães, na obra *Der expressionismus*.

Os trabalhos teóricos de Wilhelm Worringer, Theodor Lips, ou Konrad Fiedler, foram também determinantes na difusão do conceito, que basicamente se poderá caracterizar pela deformação anatómica na representação expressiva e plástica. Certamente que não foi a primeira vez que a deformação expressiva sucedeu na História da Arte, se pensarmos no gótico ou no maneirismo. Contudo, foi efectivamente a primeira vez que a denominação «expressionismo» apareceu aplicada a um movimento artístico.

O expressionismo constituiu também a primeira expansão do movimento aos domínios da pintura, escultura, teatro, música, literatura e, claro, cinema. A carga pessimista, o indivíduo profundamente solitário, a revelação do humor, as atmosferas carregadas, os planos oblíquos, os fortes contrastes gráficos são um denominador comum entre as plásticas das imagens pictórica e cinematográfica expressionistas. Jacques Aumont escreveria justamente que o expressionismo alemão seria o lugar privilegiado de encontro e fusão quase perfeita entre a pintura – no seu aspecto verdadeiramente pictural – e cinema³.



Nollendorfplatz (Berlim)
Ernst Ludwig Kirchner, 1912



Fotograma de *Das Kabinett des Dr. Caligari*
Robert Wiene, 1919

A 20 de Fevereiro de 1909, o jornal parisiense *Le Figaro* publicava o *Manifeste du Futurisme*, do poeta Filippo Tommaso Marinetti, que se afirmava defensor da rebelião, do amor ao perigo, da coragem, da audácia, do salto mortal, da energia, da beleza da velocidade, da luta, da guerra – «única higiene do mundo» –, o patriotismo. Rejeitava-se o passado e entendia-se o futuro como um compromisso entre o desejo e a possibilidade. Os conceitos futuristas advêm essencialmente do domínio da física,

³ Cf. AUMONT, Jacques - *El ojo interminable: cine y pintura*. Barcelona: Paidós, 1997. p. 148.



Potsdamer Platz (Berlin)
Ernst Ludwig Kirchner, 1914



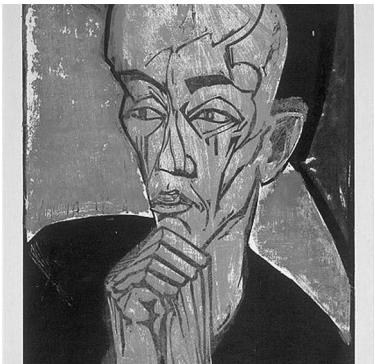
Fotograma de *Das Kabinett des Dr. Caligari*
Robert Wiene, 1919



Alexander Sakharoff
Alexei von Jawlensky, 1909



Fotograma de *Nosferatu, eine symphonie des grauens*
Friedrich Wilhelm Murnau, 1922



Portrait of a man
Erich Heckel, 1919



Fotograma de *Nosferatu, eine symphonie des grauens*
Friedrich Wilhelm Murnau, 1922

como «potência», «velocidade», «dinamismo». Como o próprio nome indica, estes artistas acreditavam no progresso da civilização, na força do indivíduo e da sociedade industrializada. Na verdade, o movimento futurista adopta um nome que remete etimologicamente para uma direcção unívoca, isto é, vanguardista.

Os programas do futurismo foram numerosos: da pintura à literatura, do teatro à escultura ou à arquitectura, da dança ou da proto-performance à fotografia – o «fotodinamismo» de Anton Giulio Bragaglia – e, finalmente, ao cinema. Em 1910, apareciam os *Manifesto dei pittori futuristi* e *La pittura futurista – manifesto técnico*; em 1916, o *Manifesto del cinema futurista*, assinado por Marinetti, Bruno Corra, Emilio Settemelli, Arnaldo Ginna, Giacomo Balla e Remo Chiti. A imagem devia conter todos os ruídos e movimentos do mundo, agora fundidos num universo gráfico. A juventude do cinema seria, compreensivelmente, o meio privilegiado para satisfazer os desejos futuristas. Porém, o movimento perdeu continuidade com a I Guerra Mundial e os escassos filmes futuristas desapareceram quase na sua totalidade.



Solidità nella nebbia
Luigi Russolo, 1912



Fotograma de *Vita futurista*
Arnaldo Ginna, 1916



Ballerina
Gino Severini, 1915



Fotograma de *Thais*
Anton Giulio Bragaglia, 1916

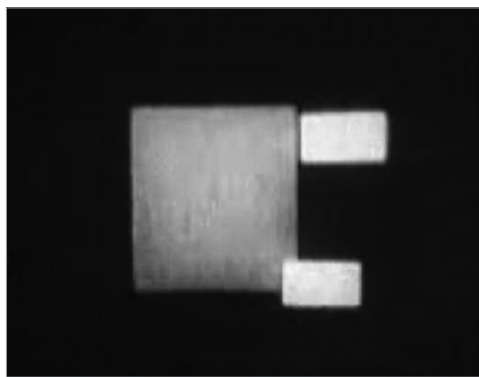
O movimento Dada é iconoclasta e destruidor. A publicação *Cabaret Voltaire* mostrou pela primeira vez, em Zurique, a 15 de Junho de 1916, a palavra «dada». Hugo Ball e Emmy Hennings fundaram o grupo que reunia artistas imigrados no contexto de uma Europa beligerante, tais como Erik Satie, Hans Arp, Hans Richter, Marcel Janco, Tristan Tzara, entre outros.

A motivação desta comunidade artística relacionou-se com a revolta contra a guerra e contra os valores estéticos e culturais da época. De facto, o dadaísmo foi o ponto de contacto de algumas tendências artísticas precedentes, particularmente o futurismo, mas devemos considerá-lo sobretudo como uma atitude radical de negação face à crescente aceitação crítica e estética dos movimentos vanguardistas dos anos passados, bem como face às implicações sociais e políticas de alguns destes movimentos – nacionalismos, comprometimentos políticos. Dada foi uma antiarte.

As intervenções Dada foram motivadas pelo desejo de chocar, através da leitura de textos e de poemas sonoros absurdos, assim como da instalação plástica – muitas vezes utilizando objectos do quotidiano em colagens satíricas (*fatagaga*) –, da mímica ou da projecção de imagens. O dadaísmo conheceu desenvolvimento noutras cidades artisticamente relevantes, como Paris, Barcelona, Genebra e Nova Iorque. *L'Anthologie Dada* seria lançada em Maio de 1919, cuja versão francesa contaria com a colaboração de André Breton, Louis Aragon, entre outras futuras personalidades do surrealismo, que entretanto (1924) surgia em França. De entre os movimentos vanguardistas, o dadaísmo poderá ser o único possuidor de um certo carácter niilista, uma vez que se assume como destruidor. Estas características serviriam de ruptura com a lógica convencional, chamemos-lhe assim, especialmente com o *ready-made* de Marcel Duchamp, a partir de 1913. O *ready-made* é uma nova categoria ou um jogo? O *ready-made* apaga a distinção entre o fazer a arte e o julgar a arte. O artista incorpora ambos. Ou, a obra de arte já existe, sem o artista, sendo elevado a obra de arte pelo observador, estabelecendo-se como obra protoconceptual. «Dada» representa o ponto culminante desta viagem crítica no caminho da abstracção, que seria determinante para a neovanguarda, ou vanguarda tardia, dos anos sessenta.



Tote dada
Hans Richter, 1918



Fotograma de *Rhythmus 21*
Hans Richter, 1921

2. O movimento para dentro (centrípeto)

Para reflectir sobre este segundo aspecto, centremo-nos num só objecto: *Don't come knocking* (2005), de Wim Wenders. Trata-se de um filme que conta a história de um actor em final de carreira, Howard Spence (Sam Shepard), que decide abandonar subitamente o local das filmagens e aventurar-se na busca de um filho de quem, entretanto, descobre ser pai, assim como na redescoberta dos lugares e das pessoas que fizeram parte da sua vida passada. Entre estas, destaca-se Doreen (Jessica Lange), uma aventura de juventude e mãe de seu filho. A maioria da acção do filme decorre em Butte, Montana, e na casa de sua mãe, em Elko, Nevada. É especialmente nas ruas de Butte, no café M&M – onde ainda trabalha Doreen –, ou no quarto de hotel em que se instala, que rapidamente toma forma, perante os nossos olhos, toda uma magnífica síntese imagética que nos reporta à uma América também retratada por Edward Hopper.

A questão que particularmente nos importa neste filme e que, portanto, esteve na base da sua escolha para esta breve reflexão, tem que ver com a evidente relação entre a plástica da imagem cinematográfica e o universo pictórico de Edward Hopper (1882-1967), especificamente, a pintura da paisagem americana, que o pintor começa a incrementar, por exemplo, com as obras *Sunday* (1926) e *Early Sunday morning* (1930). Hopper vai progressivamente abandonando os contornos menos acentuados e o colorido menos contrastante, para entrar nas tonalidades mais exuberantes e definidas, onde pontuam jogos de luz e sombra notáveis. Apesar de Hopper não se ter identificado propriamente com a *American Scene* – fomentada por pintores como Thomas Hart Benton (1889-1975) –, já que pretendeu, e conseguiu, construir um percurso individual –, os seus quadros dão-nos a imagem de uma certa América, tal como a imaginamos: o sossego de uma estrada abandonada, o alpendre de uma habitação, uma tabuleta publicitária, uma loja sem movimento, uma linha de caminho-de-ferro, as janelas que mostram interiores ou dão para exteriores, as bombas de gasolina.

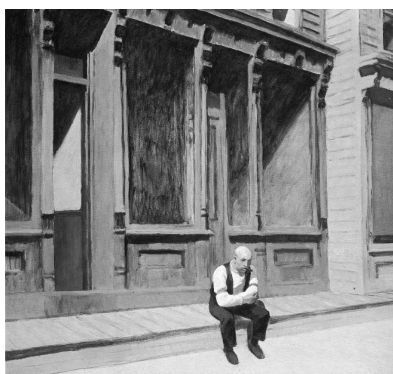
As imagens que Edward Hopper produz com base em elementos singelos e pormenores aparentemente circunstanciais, retirados de locais como South Truro, Cape Cod – onde compraria uma casa e passaria os Verões –, ou das viagens de carro pelo Maine, Canadá, México ou costa ocidental, fazem da sua obra um *road movie* pintado. É como se uma câmara imaginária captasse determinado momento, um detalhe, uma personagem que, de resto, nunca olha directamente para a lente e quando o faz é de modo vago, acabando por se ter a sensação de existir uma quarta parede. A realidade é, pois, mediada por uma visão – a do artista e, conseqüentemente, a nossa – que alude a um estado de espírito, a uma história por contar, a uma tensão latente, a uma saudade do que nunca se viveu, ou à simples contemplação e descoberta.

Hopper dá-nos o fora de campo, por outras palavras, o plano cinematográfico. Nesta perspectiva, podemos defender a ideia de que ao trabalho de Edward Hopper não se aplica a teoria de André Bazin, mediante a qual o quadro (pintura) é centrípeto e o écran (cinema) centrífugo⁴, uma vez que as pinturas em questão, como num filme, não

⁴ Cf. BAZIN, André – *Qu'est-ce que le cinéma?* 14^e éd. Paris: Éditions du CERF, 2002, p. 188.

mostram senão uma parte da realidade, sugerindo que alguma coisa está escondida no universo, sempre em vias de acontecer, na pura contemplação, nas palavras que não são ditas, na tensão antes da explosão. Inversamente, a construção plástica/pictórica de *Don't come knocking*, o enquadramento, a vivacidade e saturação do colorido, o tratamento da luz, fazem-no funcionar como uma pintura. E, por conseguinte, nesta situação estamos confrontados com a inversão da teoria de Bazin: o movimento para dentro (centrípeto) no cinema e o movimento para fora (centrífugo) na pintura.

Em conclusão, partimos do pressuposto que pensa o cinema como arte da visão, do espaço, da imagem, não obstante assumamos, claro, a compreensão do cinema também como arte do tempo, de sucessão e expectativa de imagens que constroem uma narrativa. Mas foi sobre a imagem e a sua plasticidade que se reflectiu, através da sua ligação à pintura de duas formas: ao nível da confluência de determinados movimentos artísticos comuns a ambos; no ponto de contacto entre o imaginário e a expressão plástica de um pintor que assumidamente influencia a realização de uma obra cinematográfica.



Sunday
Edward Hopper, 1926



Early Sunday morning
Edward Hopper, 1930



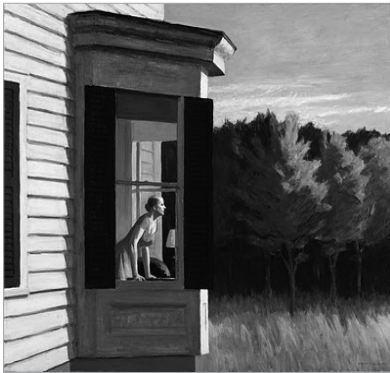
Fotogramas de *Don't come knocking*
Wim Wenders, 2005. Ruas de Butte, Montana



The city
Edward Hopper, 1927



Fotograma de *Don't come knocking*
Wim Wenders, 2005. Rua de Butte, Montana



Cape Cod morning
Edward Hopper, 1950



Fotograma de *Don't come knocking*
Wim Wenders, 2005. Elko, Nevada

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Bernardo Pinto de – *O plano de imagem: espaço da representação e lugar do espectador*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1996.

AUMONT, Jacques – *A imagem*. 8.ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2004.

– *El ojo interminable: cine y pintura*. Barcelona: Paidós, 1997.

– *Matière d'images*. Paris: Images Modernes, 2005.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel – *L'analyse des films*. 2.ª ed. Paris: Nathan, 2004.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel [et al.] – *A estética do filme*. 2.ª ed. São Paulo: Papirus Editora, 2002.

- BARTHES, Roland – *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BATAILLE, Georges – *Manet*. Murcia: Institut Valencià d'Art Modern, 2003.
- BAYER, Raymond – *História da estética*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- BAZIN, André – *Qu'est-ce que le cinéma?* 14^e éd. Paris: Éditions du CERF, 2002.
- BEHR, Shulamith – *Expressionismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- BELLOUR, Raymond – *Le corps du cinema: hypnoses, emotions, animalités*. Paris: P.O.L., 2009.
- BERGER, John - *Modos de ver*. Lisboa: Edições 70, 1996.
- BONFAND, Alain – *L'art abstrait*. 2e éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1995.
- CALABRESE, Omar – *A linguagem da arte*. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- CALVESI, Domenico – *Marinetti e il futurismo*. Milano: Edizioni di Luca, 1994.
- CHALUMEAU, Jean-Luc – *As teorias da arte: filosofia, crítica e história da arte de Platão aos nossos dias*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- CHATEAU, Dominique – *Le cinema comme langage*. Paris: Éditions AISS-IASPA, 1986.
- CHILDS, Peter – *Modernism*. London: Routledge, 2000.
- CHIPP, Herschel B. [Colab. Peter Selz e Joshua C. Taylor] – *Teorias da arte moderna*. 2.^a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- DACHY, Marc – *Dada: the revolt of art*. London: Thames & Hudson, 2006.
- DEBRAY, Régis – *Vie et mort de l'image. Une histoire du regard en Occident*. Paris: Éditions Gallimard, 1992.
- DENVIR, Bernard (ed.) – *The impressionists at the first hand*. New York: Thames & Hudson, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, Georges – *Images malgré tout*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2003.
- DUBE, Wolf-Dieter – *The expressionists*. New York: Thames & Hudson, 2001.
- EISENMAN, Stephen F. – The intransigent artist or how the impressionists got their name. In FRASCINA, Francis; HARRIS, Jonathan (ed.) – *Art in modern culture: an anthology of critical texts*. London: Phaidon Press, 1992, p. 189-198.
- EYSTEINSSON, Astradur – *The concept of modernism*. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- FOSTER, Hal – “The “primitive” unconscious of modern art”. In FRASCINA, Francis; HARRIS, Jonathan (ed.) – *Art in modern culture: an anthology of critical texts*. London: Phaidon Press, 1992. p. 199-209.
- FOSTER, Hal [et al.] – *Vision and visuality*. Seattle: Bay Press, 1988.
- FOSTER, Hal; KRAUSS, Rosalind; BOIS, Yve-Alain; BUCHLOH, Benjamin – *Art since 1900: modernism, antimodernism, postmodernism*. New York: Thames & Hudson, 2004.
- FRANCASTEL, Pierre - *A imagem, a visão e a imaginação: objecto fílmico e objecto plástico*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- HESS, Walter – *Documentos para a compreensão da pintura moderna*. Lisboa: Livros do Brasil, 2001.
- HUESO, Angel Luis – *El cine y el siglo XX*. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.
- HUMPHREYS, Richard – *Futurismo*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- JOLY, Martine - *A imagem e a sua interpretação*. Lisboa: Edições 70, 2003.
- LISTA, Giovanni; LEMOINE, Serge; NAKOV, Andrei – *Les avant-gardes*. Paris: Fernand Hazan, 1984-1987. 4 vols.
- MICHELI, Mario de - *As vanguardas artísticas do século XX*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

- MOHOLY-NAGY, László – *Peinture, photographie, film et autres écrits sur la photographie*. Paris: Éditions Jacqueline Chambon, 2008.
- NOGUEIRA, Isabel – “*Don’t come knocking: a América de Edward Hopper e de Wim Wenders ou do pintor cineasta e o do cineasta pintor*”. *Argumento*. Viseu: Cineclube de Viseu. N.º 129 (Set. - Nov. 2008) p. 9-12.
- “O quadro como espaço fundado no poder do olhar”. *Argumento*. Viseu: Cineclube de Viseu. N.º 120 (Dez. 2005) p. 10-11.
- OSBORNE, Harold – *Estética e teoria da arte*. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.
- PERNIOLA, Mario - *A estética do século XX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- READ, Herbert – *A filosofia da arte moderna*. Lisboa: Editora Ulisseia, s/d. [1.ª ed.: 1952].
- RICHTER, Hans – *Dada: art and anti-art*. New York: Thames & Hudson, 2004.
- ROHMER, Éric (Maurice Schérer) – “Le cinema, art de l’espace”. *La Revue du Cinéma*. Paris. N.º 14 (juin 1948) p. 3-13.
- ZOLA, Émile – *Écrits sur l’art*. Paris: Gallimard, 2003.

Descolonização Portuguesa
Estado da Arte, Problemáticas e Fontes

Fernando Tavares Pimenta

Fernando Tavares Pimenta, Bolseiro de pós-doutoramento da FCT. Doutor em História pelo Instituto Universitário Europeu de Florença. Investigador do CEIS20. E-mail: fernandopimenta_2000@yahoo.com

Este artigo coloca em perspectiva o processo de descolonização portuguesa na qualidade de problema historiográfico. Um problema de significativo interesse científico e de importância crucial para a compreensão da história recente portuguesa, mas ainda pouco abordado pela historiografia. A nossa é portanto uma abordagem fundamentalmente teórica que visa traçar o estado da arte, indicar fontes, levantar novas questões e apontar caminhos para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre o processo de dissolução do Império Colonial Português em África.

Estado da arte

O fim dos impérios coloniais foi um dos acontecimentos mais relevantes da história mundial do século XX. Por isso, o fenómeno da descolonização na sua globalidade tem merecido a atenção de alguns renomados historiadores europeus e norte-americanos, tais como Henri Grimal¹, R. F. Holland², Wm. Roger Louis³ e David Birmingham⁴, sendo que os dois últimos trabalharam a questão fundamentalmente para o espaço africano. Charles-Robert Ageron, para além de ter co-dirigido um importante volume sobre o período da descolonização⁵, é autor de um estudo muito significativo sobre o processo de dissolução do Império Colonial Francês⁶. O caso francês foi também analisado numa obra de largo respiro por Guy Perville⁷. A história da descolonização britânica foi igualmente motivo de um conjunto lato de estudos, dos quais salientamos pela sua abrangência o trabalho de W. David McIntyre⁸ e o quarto volume da *Oxford History of the British Empire*, dedicado ao século XX, dirigido por Wm. Roger Louis e Judith M. Brown⁹.

No caso português, não obstante a indiscutível relevância histórica do tema, a produção científica sobre a descolonização é ainda relativamente escassa e de pouca profundidade analítica, situação que contrasta com a relativa abundância de literatura não científica sobre a matéria. De facto, nos anos imediatos à descolonização houve um “surto” de publicações sobre o fim do Império¹⁰. Mas muitas destas publicações

¹ GRIMAL, Henri – *La décolonisation de 1919 à nos jours*. [S.l.]: Éditions Complexe, 1984.

² HOLLAND, R. F. – *European Decolonization, 1918-1981. An Introductory Survey*. Basingstoke: Macmillan Publishers, 1985.

³ LOUIS, Wm. Roger; GIFFORD, Prosser (Ed.) – *Decolonization and African Independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven; London: Yale University Press, 1988.

⁴ BIRMINGHAM, David – *The Decolonization of Africa*. Atenas: Ohio University Press, 1995.

⁵ AGERON, Charles-Robert; MICHEL, M. (Ed.) – *L'ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995.

⁶ AGERON, Charles-Robert – *La décolonisation française*. Paris: Armand Colin, 1991.

⁷ PERVILLE, Guy – *De l'Empire Français à la décolonisation*. Paris: Hachette, 1994.

⁸ MCLINTYRE, W. David – *British Decolonization, 1946-1997: When, Why and How did the British Empire Fall*. Basingstoke: Macmillan, 1998.

⁹ LOUIS, Wm. Roger; BROWN, Judith (Ed.) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century*. Vol. 4. Oxford: Oxford University Press, 1999.

¹⁰ Veja-se por exemplo: SANTOS, António Almeida – *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa, 1975; DUGOS, Carlos – *Descolonização portuguesa. O malogro de dois planos*. Queluz: Edições

estavam intimamente ligadas à esfera política, na medida em que procuravam justificar determinadas actuações, legitimar certos grupos políticos ou construir mitos, como por exemplo o da “descolonização exemplar” ou da conspiração nacional e internacional contra Portugal. Havia assim uma acentuada promiscuidade entre a produção literária e a esfera política, no sentido em que a história era usada de forma mais ou menos “descarada” para confirmar versões muito discutíveis dos acontecimentos. Por outras palavras, a história era um instrumento político de poder, o que significa que não foi feita uma “descolonização” dos estudos sobre o colonialismo português.

Posteriormente, surgiu uma literatura de carácter memorialístico – rapidamente elevada ao estatuto de “história semi-oficial” –, constituída por livros de memórias, testemunhos pessoais e colectâneas documentais publicados por militares, políticos e administradores portugueses e africanos envolvidos no processo de descolonização¹¹. Estas “narrativas históricas” constituem fontes preciosas para a reconstrução do processo histórico, mas não podem substituir uma produção científica – assente em bases de investigação rigorosa – sobre a descolonização. Paralelamente, estas obras veiculam versões altamente personalizadas – e obviamente politizadas – da história da descolonização, na medida em que os seus autores foram agentes dessa mesma história. Agentes que não têm formação historiográfica, pelo que não existe o distanciamento científico entre a história-realidade e a história-conhecimento. Por isso, a sua utilização pelo historiador implica a realização duma acurada crítica das fontes para evitar as “armadilhas” da memória e da política. Como tal, o historiador terá de saber pô-las em perspectiva, para poder analisá-las. Claramente os maiores responsáveis por esta confusão entre memorialismo e história são os próprios historiadores que se obstinam a não tratar este tema central da história recente de Portugal e das suas antigas colónias em África. As razões dessa obstinação não são de todo claras, mas talvez estejam relacionadas com o facto que a descolonização seja um assunto ainda muito delicado do ponto de vista político¹².

Neste contexto, raros foram os académicos que se debruçaram sobre a descolonização portuguesa. Pioneiro nesta área foi o literato angolano Mário António Fernandes

Acrópole, 1975; JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976; AGUIAR, Luiz – *Livro Negro da Descolonização*. Venda Nova: Intervenção, 1977; PEREIRA, Sá – *Angola em chamas*. Queluz: Litoral, 1977; OLIVEIRA, Bernardino G. – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978; MACHADO, Mello – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Litoral, [s.d.].

¹¹ CARVALHO, Otelio Saraiva de – *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa, 1991; CORREIA, Pedro Pezarat – *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*. Lisboa: Inquérito, 1991; CARDOSO, General Silva – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001; RIBEIRO, General Gonçalves – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002; SANTOS, António Almeida – *Quase memórias*. Vol. 1: *Do colonialismo e da descolonização*. Vol. 2: *Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras; Notícias, 2006.

¹² Sobre a relação por vezes confusa entre memorialismo e história remetemos para as nossas considerações em: PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006. Em termos internacionais um bom estudo nesta área é representado por: TADDIA, Irma – *La Memoria dell'Impero. Autobiografie d'Africa Orientale*. Bari: Piero Lacaita Editore, 1988.

de Oliveira¹³, que coordenou uma primeira obra colectiva sobre o tema. Contudo, não houve da parte dos autores o necessário distanciamento científico em relação à “história-realidade”, pelo que o trabalho apresenta variadas limitações do ponto de vista metodológico. Franz-Wilhelm Heimer¹⁴ foi outro dos pioneiros neste campo, ainda que a sua análise se tenha circunscrito ao caso angolano. Além disso, Heimer estudou a descolonização de Angola numa perspectiva sociológica e com base quase exclusivamente em fontes jornalísticas, de modo que o seu livro dá uma visão muito parcelar do processo de dissolução do Império Colonial Português. Embora não estudando directamente o processo de descolonização, Alfredo Margarido¹⁵ lançou algumas boas pistas de reflexão sobre o assunto, defendendo a tese de que não houve uma autêntica descolonização, mas simplesmente a vitória das guerrilhas independentistas sobre o poder colonial português. Para Margarido, descolonização significa que foram os colonizadores portugueses que “libertaram” as populações africanas dominadas, descolonizando-as. Ao invés, na opinião desse académico português, a prática política do processo de dissolução do Império Colonial obedeceu a uma lógica completamente diferente, no sentido em que não teriam sido os portugueses que descolonizaram, mas os africanos que ganharam a guerra de independência. Esta visão da história da guerra colonial e da descolonização é compartilhada por alguns académicos africanos, nomeadamente pelo moçambicano Aquino de Bragança¹⁶.

No entanto, a tese de Alfredo Margarido não é sustentada por uma análise factual do processo de descolonização, na medida em que não há uma demonstração da validade dessa hipótese. Na verdade, os factos apontam precisamente para o contrário, pelo menos no caso angolano. Em Angola as guerrilhas independentistas estavam muito longe de derrotar as forças portuguesas em 1974. Assim, se politicamente a guerra colonial estava perdida desde o início para Portugal, do ponto de vista militar o exército português conseguiu neutralizar *de facto* as guerrilhas nacionalistas, empurrando-as para as fronteiras Norte e Leste de Angola. No início de 1974, Portugal dominava praticamente todo o território angolano¹⁷. Isto significa que o processo político da descolonização não foi tão linear como deu a entender Alfredo Margarido, não existindo uma relação directa de causa e efeito entre a situação militar no terreno e a descolonização de Angola.

¹³ OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Coord.) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo*. 2 vols. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.

¹⁴ HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização de Angola, 1974-1976*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

¹⁵ MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980. Veja-se em especial as páginas 7 e 8 da Introdução.

¹⁶ Veja-se a este respeito o capítulo de Aquino de Bragança em: LOUIS, Wm. Roger; GIFFORD, Prosser (Ed.) – *Decolonization and African Independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven; London: Yale University Press, 1988.

¹⁷ CANN, John P. – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997.

No segundo lustro da década de 1990, no âmbito de um renovado interesse internacional pela história colonial portuguesa, surgiram as primeiras sínteses históricas sobre a descolonização portuguesa pela mão de dois académicos estrangeiros, Norrie Macqueen¹⁸ e Josep Sánchez Cervelló¹⁹. As suas obras constituem sínteses muito significativas do ponto de vista didáctico, mas revelam um pendor demasiado descritivo e pouco problematizador dos factos históricos. Isto é, ambos os autores procederam apenas a uma análise descritiva da passagem de poderes nas colónias portuguesas. De qualquer maneira, a publicação destas obras contribuiu para dar um novo impulso à investigação sobre a descolonização. Aliás, já em 1996 tinha sido publicada uma primeira abordagem ao tema por parte de César de Oliveira²⁰. Em 1999 deu à estampa o quinto volume da *História da Expansão Portuguesa*, denominado *Último Império e Recentramento, 1930-1998*, obra dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri²¹. Bastante significativos do ponto de vista teórico foram os capítulos sobre a guerra colonial e o fim do Império Colonial da autoria de António Costa Pinto²². Capítulos que serviram de base para a elaboração, pelo mesmo historiador, de dois livros de síntese – mas de maior espessura analítica – sobre a matéria²³.

Mas estes livros, tal como a maioria da bibliografia existente sobre o assunto, continuam a ser deficitários em termos de investigação empírica nas bibliotecas e nos arquivos. Isto é, falta toda uma análise das fontes primárias; uma análise sistemática que deve estar na base de qualquer tentativa de reconstrução histórica do processo de descolonização. Um trabalho de sapa que ainda não foi feito por nenhum historiador, talvez porque só muito recentemente essas fontes tenham sido disponibilizadas pelos arquivos portugueses e estrangeiros. Uma das poucas excepções é representada pelo livro de Witney Schneidman²⁴ sobre a intervenção americana na descolonização portuguesa, que para o efeito consultou alguma documentação dos arquivos americanos. E, para o caso angolano, tentámos já em parte preencher essa lacuna com uma análise da documentação diplomática britânica do *Foreign and Commonwealth Office*, produzida

¹⁸ MACQUEEN, Norrie – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997 [versão portuguesa *A descolonização da África Portuguesa*. Lisboa: Inquérito, 1998].

¹⁹ SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep – *El último imperio occidental: la descolonización portuguesa, 1974-1975*. Mérida: UNED; Centro Regional de Extremadura, 1998. (Cuadernos de Estudios Luso-Espanóles; n.º 2).

²⁰ OLIVEIRA, César de – *Portugal dos quatro cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

²¹ CHAUDURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa*. 5 vols. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.

²² PINTO, António Costa – “Portugal e a resistência à descolonização”; “A guerra colonial e o fim do Império português”. In CHAUDURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. Vol. 5, p. 51-102.

²³ PINTO, António Costa – *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001; PINTO, António Costa; LLOYD-JONES, Stewart – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.

²⁴ SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.

pela Embaixada Britânica em Lisboa e pelo Consulado Geral Britânico em Luanda durante o ano de 1974²⁵. Mais recentemente, publicámos um livro que analisa sob a óptica colonial a história política portuguesa de 1890 a 1975. Portugal é aqui entendido não como um Estado nacional, mas sim como um Estado-Império, cujo desaparecimento constituiu uma ruptura política, económica e social sem precedentes na história contemporânea portuguesa, só comparável à independência do Brasil em 1822. Dedicámos um capítulo à descolonização, dando especial enfoque à correlação entre o processo revolucionário na metrópole e os processos políticos de independência das colónias africanas²⁶.

Problemáticas

Feitas estas considerações sobre o estado da arte, importa problematizar em termos historiográficos o fenómeno político da descolonização portuguesa. O nosso objectivo é tão só o de delinear algumas linhas de investigação e o de levantar questões que possam contribuir para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre a matéria. Um conhecimento assente em bases científicas e que não seja um mero somatório das narrativas e das memórias de políticos e de militares que estiveram envolvidos no processo de descolonização.

Desde logo, é necessário estudar a descolonização portuguesa no contexto político da queda do Estado Novo, da revolução de 25 de Abril e do processo de transição para a democracia em Portugal (1974-1976). Diversas são as questões que se podem colocar. Nos próximos parágrafos levantamos algumas que, na nossa perspectiva, são fundamentais para a compreensão do fenómeno da descolonização.

Em primeiro lugar é indispensável perceber porque razão não foi possível encontrar uma solução para o problema da descolonização no quadro político do Estado Novo. Esta questão tem sido muito pouco estudada, pois, por norma, a historiografia tem-se limitado a afirmar e a repetir a posição oficial do regime, que recusou formalmente a independência das suas colónias africanas. Trata-se de uma situação que revela as limitações da historiografia sobre o colonialismo português, nomeadamente uma certa superficialidade analítica e uma fraca capacidade de indagação, na medida em que se accontenta com as explicações fornecidas pela própria ditadura e não procura ir mais além no seu trabalho de exame histórico. Ora, não obstante a sua posição oficial, a verdade é que existiram da parte de alguns sectores do regime – em especial de Marcelo Caetano – certas tentativas no sentido de preparar as independências de Angola e de Moçambique. Julgamos que este ponto é extremamente significativo e que merece da parte da historiografia um tratamento mais aprofundado. Isto porque,

²⁵ PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.

²⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2010. Veja-se em especial o Capítulo 5 “A Guerra Colonial e o consulado de Marcelo Caetano, 1961-1974”, p. 99-128, e o Capítulo 6 “O 25 de Abril e o fim do Império (1974-1975)”, p. 129-154.

em última análise, foi a incapacidade da ditadura em encontrar uma solução política para o problema da descolonização que conduziu ao fracasso a tentativa marcelista de transição para um regime mais “liberal” e, como tal, à queda do próprio Estado Novo. Claramente, as nossas considerações não pretendem ser mais do que um estímulo para um futuro trabalho de investigação sobre o assunto. Vejamos.

Uma análise atenta do pensamento e da acção colonial de Marcelo Caetano revela com alguma clareza que o objectivo final da sua política de autonomia para as colónias era a independência de Angola e de Moçambique²⁷. Isto mesmo foi denunciado pela ala integracionista da ditadura, que desde o início compreendeu todo o alcance das medidas aplicadas – ou pelo menos esboçadas – por Marcelo Caetano na qualidade de Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974)²⁸. Marcelo Caetano projectava a independência das duas maiores colónias portuguesas, que deveriam ser dois novos “Brasis” em África. Mas estas “projectadas” independências inseriam-se numa lógica de “independência branca”, que remetia os estratos superiores das populações negras e mestiças para uma posição de subordinação relativamente à minoria branca. Na ideia de Marcelo Caetano, as classes intermédias negras e mestiças deveriam tão só auxiliar a elite branca na administração dos respectivos países depois da independência, no contexto duma Comunidade Lusíada, transportando para o plano da independência a lógica colonial de que os nativos africanos deviam ser meros auxiliares da colonização portuguesa²⁹.

Esta forma de independência remetia directamente para o paradigma político representado pelas independências americanas dos séculos XVIII e XIX. No Novo Mundo foram os colonos brancos e os seus descendentes que assumiram o controlo da administração política das antigas colónias britânicas, espanholas e portuguesa (Brasil), de modo que as independências foram alcançadas sem uma autêntica descolonização. Isto é, foram os colonizadores europeus – e não as populações colonizadas – que fizeram essas independências, com ou sem o beneplácito das metrópoles europeias. Um processo que teve como primeiro protagonista os Estados Unidos da América³⁰.

²⁷ CAETANO, Marcelo – *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo, 1971; CAETANO, Marcelo – *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Bertrand, 1971; CAETANO, Marcelo – *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: [s.n.], 1973; CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974; CAETANO, Marcelo – *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1976. São também de grande interesse os ensaios anteriores: CAETANO, Marcelo – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951; CAETANO, Marcelo – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.

²⁸ AMORIM, Fernando Pacheco do – *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*. Coimbra: Ed. do Autor, 1971.

²⁹ PIMENTA, Fernando Tavares – “Angola. Uma nova Lusitânia?”. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.) - *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 63-66. Veja-se também MARQUES, Silvino Silvério – *Marcelo Caetano, Angola e o 25 de Abril*. Mem Martins: Inquérito, 1995.

³⁰ LEROY-BEAULIEU, Paul – *De La Colonisation Chez Les Peuples Modernes*. 2 vol. 5.ª Ed. Paris: Guillaumin, 1902; CROSBY, Alfred W. – *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986; ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. 9.ª Ed. London; New York: Verso, 1999.

Tal como muitos outros teóricos do colonialismo europeu, Marcelo Caetano concebia a colonização branca da África Austral como uma continuação do povoamento europeu na América e na Oceânia (Austrália e Nova Zelândia). Por isso, julgava que as colónias de povoamento europeu no continente africano dariam origem a Estados autónomos ou mesmo independentes sob a hegemonia dos colonos³¹. A África do Sul e a Rodésia do Sul eram exemplos palpáveis dessa continuidade histórica e política³². Moçambique e, sobretudo, Angola seguiriam os exemplos destes países, embora com diferenças muito significativas no campo da política racial, dado que nas colónias portuguesas se aceitava a integração política dos estratos superiores das populações mestiça e negra na administração dos novos países³³.

Mas porque razão falhou então o projecto de independência branca gizado por Marcelo Caetano? O primeiro motivo está relacionado com a cronologia desse mesmo projecto. O plano caetanista estava desajustado no tempo e vinha, pelo menos, com meio século de atraso. O paradigma americano fora hegemónico até 1914, mas entrara em crise logo a seguir à 1.ª Guerra Mundial e tornara-se inaceitável do ponto de vista internacional após 1945. A Organização das Nações Unidas (ONU)³⁴, os Estados Unidos da América, a União Soviética e os países africanos só reconheciam legitimidade às independências assentes na fórmula política do “governo maioritário” (*majority rule*), o que no caso africano significava entregar as rédeas do poder aos representantes da maioria negra. O segundo motivo, que está directamente relacionado com o primeiro, prende-se com a existência de guerrilhas independentistas nas colónias portuguesas que reivindicavam o monopólio da representação política das maiorias africanas e, nessa qualidade, reclamavam o poder, não aceitando governos de minoria branca. Por último, há que considerar a existência de uma forte oposição interna por parte dos integracionistas do regime à política colonial de Marcelo Caetano. Os integracionistas eram favoráveis à total integração administrativa entre as colónias e a metrópole, pelo que rejeitavam qualquer forma de autonomia colonial e muito menos a independência. Os integracionistas constituíam uma parte muito substancial do núcleo duro do Estado Novo e continuaram a ter muito poder dentro da ditadura mesmo depois do afastamento de Salazar. Como tal, os integracionistas minaram a tentativa marcelista de resolução do problema colonial e de transição da ditadura para um regime mais liberal, determinando a paralisação do processo político na metrópole e nas colónias³⁵. Mas a intransigência desses sectores acabou por comprometer a própria sobrevivência política da ditadura,

³¹ CAETANO, Marcelo – *Ob. Cit.*, 1973, p. 36 e 107; CAETANO, Marcelo – *Ob. Cit.*, 1974, p. 34-35; CAETANO, Marcelo – *Ob. Cit.*, 1976, p. 11-13 e 19.

³² MILLER, J. D. B. – *Britain and the Old Dominions*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1966; RHOODIE, Eschel – *The Third Africa*. Cape Town: 1968; GANN, L. H.; DUIGNAN, Peter (Ed.) – *Colonialism in Africa 1870-1960. The History and Politics of Colonialism 1914-1960*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

³³ PIMENTA, Fernando Tavares – *Ob. Cit.*, 2008, p. 307-337.

³⁴ MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.

³⁵ TOMAZ, Américo – *Últimas Décadas de Portugal*. Lisboa: Fernando Pereira, 1983.

na medida em que a aposta cega na defesa militar da integridade do Império Colonial constituiu um autêntico suicídio político para o Estado Novo. Num certo sentido foi como se o centro (metrópole) tivesse sido politicamente asfixiado por uma periferia (colónias) demasiado grande – em termos políticos internacionais – para poder continuar a ser administrada segundo as regras do colonialismo clássico³⁶.

Neste contexto, o golpe militar de 25 de Abril de 1974 resultou da necessidade sentida por uma parte do exército português de encontrar uma solução para a questão colonial fora do quadro político do Estado Novo. De facto, o 25 de Abril de 1974 foi fundamentalmente o resultado duma crise política colonial. A revolução surgiu com o objectivo de resolver politicamente o problema da descolonização, visto que a tentativa marcelista de preparar as “independências brancas” tinha sido bloqueada pelos meios mais conservadores da ditadura. Claramente, a centralidade da questão colonial na política portuguesa durante o processo revolucionário implicou a existência de uma profunda interdependência política entre a transição metropolitana e a descolonização africana. Uma situação que podemos dizer *sui generis* no panorama europeu, na medida em que a descolonização portuguesa foi o único caso de dissolução de um Império colonial que aconteceu contemporaneamente a um processo revolucionário na metrópole. Por outras palavras, o fim do Império Colonial Português aconteceu numa fase de mudança de regime político na metrópole, isto é, durante o *intermezzo* revolucionário que mediou o derrube da ditadura e o estabelecimento da democracia em Portugal. Ora, esta situação não tem paralelo em nenhuma outra transição da chamada “terceira vaga”³⁷ de democratização na Europa e na América Latina.

No que diz respeito ao binómio revolução/descolonização, várias são as linhas de análise que merecem ser aprofundadas e outros tantos os problemas que devem ser considerados. O 25 de Abril criou as condições políticas para a realização da descolonização das colónias africanas. Este ponto ficou mais ou menos claro desde o início do processo revolucionário na metrópole. O que ficou por esclarecer foi o tipo de descolonização que os portugueses iriam tentar realizar em África. Este problema dominou a vida política na metrópole, condicionando largamente a transição portuguesa para a democracia. Neste âmbito, é necessário distinguir no seio do poder revolucionário duas linhas político-militares opostas e que defendiam soluções diferentes para o problema da descolonização. Uma era representada pelo projecto de federalismo colonial do General Spínola, que entroncava em parte na ideia marcelista da Comunidade Lusíada e que se inspirava no modelo da *Communauté Française* do General De Gaulle³⁸. A outra linha – dominante no Movimento das Forças Armadas, MFA – era representada pelos meios políticos e militares à esquerda

³⁶ PIMENTA, Fernando Tavares – “La Rivoluzione Portoghese e le Decolonizzazioni Africane (1974-1975)”. *Storia e Futuro. Rivista di Storia e Storiografia*. N.º 16 (2008); WAALS, W. – *Portugal's War in Angola 1961-1974*. Rivonia: Ashanti, 1993.

³⁷ MAXWELL, Kenneth – *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

³⁸ SPÍNOLA, António de – *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia, 1974. Cf. SMITH, Tony – “A Comparative Study of French and British Decolonization”. *Comparative Studies in Society and History*. Vol. 20, N.º 1 (Jan. 1978) p. 70-102.

de Spínola, que defendiam uma resolução rápida do problema colonial mediante a entrega do poder nas colónias exclusivamente às guerrilhas nacionalistas. Esta linha triunfou na metrópole após o 28 de Setembro de 1974, mas não conseguiu organizar um processo coerente e consequente de descolonização, em especial em Angola, que caiu na guerra civil em 1975³⁹.

Paralelamente, temos um conhecimento muito escasso sobre os movimentos e os partidos políticos que apareceram nas colónias logo a seguir ao 25 de Abril de 1974. Rotulados de “partidos fantoches”, estes grupos políticos e as suas bases sociais ainda não mereceram um estudo sistemático por parte da historiografia. De resto, pouco se sabe sobre a vida política nas colónias nos meses cruciais que mediaram o derrube da ditadura (25 de Abril de 1974) e a tomada do poder pelas guerrilhas na sequência da assinatura dos diversos acordos de independência. No caso moçambicano, essa pesquisa é fundamental para compreender o contexto, as causas e os contornos da rebelião de Lourenço Marques, de 7 de Setembro de 1974, bem como os sucessivos episódios de violência política que levaram à fuga para fora do país de dezenas de milhares de pessoas⁴⁰.

No caso angolano, a questão central que se coloca é o do fracasso total do processo de descolonização delineado na cimeira do Alvor em 15 de Janeiro de 1975. Com efeito, durante o ano de 1975, ainda sob a soberania portuguesa, Angola caiu no caos económico, social e político provocado pelo início violento da guerra civil entre as três guerrilhas nacionalistas (FNLA, MPLA e UNITA), cada uma das quais auxiliada logística e militarmente por potências estrangeiras (USA, URSS, Cuba, Zaire e África do Sul). Portugal assistiu, praticamente impassível, ao início da guerra e à invasão do território angolano por forças estrangeiras (zairenses, sul africanas e cubanas, para além de um grande número de mercenários), num momento em que a colónia ainda estava sob a sua alçada. A posição portuguesa permanece quase um “mistério”, pois está por explicar a fraca capacidade de reacção de Lisboa ao deflagrar do conflito. Compreende-se mal também o porquê de certas opções políticas tomadas pelas autoridades portuguesas, nomeadamente a política de “neutralidade activa” a favor do MPLA, a evacuação a todo o custo da população branca e a decisão contraditória de suspender o acordo de independência, mas – não obstante isso – manter a data de independência em 11 de Novembro de 1975. Tudo questões que merecem uma resposta, que só pode ser obtida com uma pesquisa arquivística. Do lado angolano, seria importante perceber a dimensão exacta das ligações da guerra civil à “Guerra Fria” entre Estados Unidos da América e União Soviética. Aqui há que averiguar se foram as grandes potências que exportaram o conflito internacional para Angola ou se, pelo contrário, foram os próprios angolanos que importaram a Guerra Fria como forma de conseguir apoios internacionais para derrotar os respectivos oponentes internos⁴¹.

³⁹ SPÍNOLA, António de – *País sem rumo*. Lisboa: Scire, 1978.

⁴⁰ OLIVEIRA, Bernardino G. – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978.

⁴¹ SPIKES, Daniel – *Angola and the Politics of Intervention*. Jefferson/London: McFarlan&Company, 1993; GLEIJESES, Piero – *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill London: University of Northern Carolina Press, 2002; SCHNEIDMAN, Witney W. – *Ob. Cit.*, 2005.

Outra questão muito negligenciada pela historiografia portuguesa é a do comportamento político das minorias brancas durante a descolonização. Aqui é imperioso indagar as razões da exclusão política dos brancos dos processos de independência de Angola e de Moçambique, bem como as causas do seu êxodo para a metrópole em 1975⁴². Êxodo esse que afectou mais de meio milhão de pessoas, das quais cerca de trezentas mil provenientes de Angola⁴³. Um fenómeno que só teve um paralelo de algum modo semelhante na Argélia em 1962. Contudo, esta questão tem de ser colocada no quadro político mais lato das independências das chamadas colónias de povoamento europeu (*settler colonies*) em África⁴⁴. Isto porque as independências das chamadas *settler colonies* constituíram casos especialmente complexos e delicados e de tardia descolonização. Na maior parte desses territórios a descolonização foi precedida por guerras de independência, também denominadas de “libertação” pelos guerrilheiros africanos. Nos casos da Argélia, Moçambique e Angola, as independências resultaram nos êxodos das respectivas populações brancas, mas o mesmo não aconteceu na África do Sul e na Namíbia. Na Rodésia do Sul, o êxodo só se delineou alguns anos depois da transferência de poderes para a maioria negra (1980) e é um assunto que marca ainda hoje a agenda política desse país, com consequências políticas internacionais ao nível das relações diplomáticas entre a União Europeia e a África⁴⁵. Por isso, o estudo do êxodo das comunidades brancas de Angola e de Moçambique pode de algum modo contribuir para uma percepção mais exacta do fim do colonialismo europeu na África Austral. Mas isto só pode ser feito se a descolonização portuguesa for estudada numa perspectiva internacional e com o recurso a uma metodologia de carácter comparativo.

Fontes

Relativamente às fontes, a historiografia tem de dar prioridade ao estudo das fontes primárias, não esquecendo porém a consulta da imprensa colonial e a recolha de testemunhos orais. Em termos arquivísticos, são de destacar pela sua importância os Arquivos António Oliveira Salazar, Marcelo Caetano, PIDE/DGS e Conselho da Revolução, todos guardados no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo. Outros arquivos de grande relevância são o Arquivo Histórico Ultramarino, o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Arquivo da Fundação Mário Soares e o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Relativamente ainda à documentação portuguesa, seria de grande interesse que as entidades competentes disponibilizassem para consulta o arquivo da Comissão Nacional de Descolonização

⁴² FERREIRA, A. Rita – “Moçambique post-25 de Abril. Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”. In *Moçambique: cultura e história de um país*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1988.

⁴³ RIBEIRO, Orlando – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1978.

⁴⁴ ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan (Ed.) – *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York; London: Routledge, 2005.

⁴⁵ PERVILLE, Guy – “Décolonisation «à l’algérienne» et «à la rhodésienne» en Afrique du Nord et en Afrique Australe”. In AGERON, Charles Robert; MICHEL, M. (Ed.) - *L’ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995. p. 26-37.

(CND), instituída por Spínola em Agosto de 1974. Em termos internacionais, é de salientar a relevância do *Public Record Office* (Londres), em especial dos arquivos do *Colonial Office*, *Foreign Office* e *Foreign and Commonwealth Office*. Isto porque o Reino Unido exerceu sempre uma certa influência sobre a política portuguesa, quer em termos metropolitanos, quer em termos coloniais. Mesmo quando não intervinha directamente no processo político português, a diplomacia britânica era uma observadora atenta de tudo o que se passava em Portugal e nas suas colónias africanas, onde os britânicos tinham significativos interesses económicos. Assume especial relevo a análise da documentação diplomática produzida pela Embaixada Britânica em Lisboa e pelos respectivos consulados em Luanda e Lourenço Marques no período final da ditadura e durante a revolução de 1974/1975. Tratam-se de muitas dezenas de processos arquivísticos que formam um núcleo muito consistente de documentação, quase toda ainda por analisar, pelo menos no que diz respeito ao período de 1974-1975. Paralelamente, a leitura da imprensa colonial também assume um significado especial porque contém um manancial de informação muito significativo, ainda que pouco conhecido do público académico. Entre as fontes periódicas sublinhamos as colecções dos jornais *A Província de Angola* (Luanda), *Jornal de Benguela* (Benguela) e *Notícias* (Lourenço Marques), que podem ser consultadas na Biblioteca Nacional de Lisboa ou na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Em termos bibliográficos, é de destacar a existência de fundos especializados nas bibliotecas da Sociedade de Geografia de Lisboa, do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, do Centro Amílcar Cabral em Bolonha e da *School of Oriental and African Studies* em Londres. A este respeito, apresentamos seguidamente – e a título conclusivo – uma lista bibliográfica sobre a descolonização. Não é uma bibliografia exaustiva, nem pretende sê-la. Mas é um instrumento bibliográfico útil para uma primeira aproximação ao tema.

Bibliografia

- Associação 25 de Abril – *Seminário 25 de Abril. Dez anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
- AGERON, Charles-Robert – *La décolonisation française*. Paris: Armand Colin, 1991.
- AGERON, Charles-Robert; MICHEL, M. (Ed.) – *L'ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995.
- AGUIAR, Luiz – *Livro Negro da Descolonização*. Venda Nova: Intervenção, 1977.
- ALEXANDRE, Valentim (Coord.) – *O Império Africano séculos XIX e XX*. Lisboa: Edições Colibri - Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, 2000.
- AMORIM, Fernando Pacheco do – *Três caminhos da política ultramarina*. Coimbra: Ed. do Autor, 1962.
- AMORIM, Fernando Pacheco do – *Unidade ameaçada: o problema ultramarino*. Coimbra: F. Amorim, 1963.
- AMORIM, Fernando Pacheco do – *Na hora da verdade: colonialismo e neo-colonialismo na proposta de lei de revisão constitucional*. Coimbra: Ed. do Autor, 1971.
- ANDERSON, Benedict – *Imagined Communities*. 9.ª Ed. London; New York: Verso, 1999.

- BIRMINGHAM, David – *The Decolonization of Africa*. Atenas: Ohio University Press, 1995.
- BRITO, José Maria Brandão de (Coord.) – *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999.
- CAETANO, Marcelo – *Tradições, princípios e métodos da colonização portuguesa*. Lisboa: AGU, 1951.
- CAETANO, Marcelo – *Os nativos na economia africana*. Coimbra: Coimbra Editora, 1954.
- CAETANO, Marcelo – *Mandato indeclinável*. Lisboa: Verbo, 1970.
- CAETANO, Marcelo – *Renovação na continuidade*. Lisboa: Verbo, 1971.
- CAETANO, Marcelo – *Ensaio pouco políticos*. Lisboa: Verbo, 1971.
- CAETANO, Marcelo – *Portugal e a internacionalização dos problemas africanos*. Lisboa: Bertrand, 1971.
- CAETANO, Marcelo – *Razões da presença de Portugal no Ultramar*. Lisboa: [s. n.], 1973.
- CAETANO, Marcelo – *Depoimento*. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- CAETANO, Marcelo – *O 25 de Abril e o Ultramar. Três entrevistas e alguns documentos*. Lisboa; São Paulo: Verbo, 1976.
- CAETANO, Marcelo – *Minhas memórias de Salazar*. Lisboa: Verbo, 1977.
- CANN, John P. – *Counterinsurgency in Africa. The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press, 1997.
- CARDOSO, General Silva – *Angola: anatomia de uma tragédia*. Lisboa: Oficina do Livro, 2001.
- CARVALHO, Otelio Saraiva de – *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa, 1991.
- CERVELLÓ, Josep Sánchez – *El último impero occidental: la descolonización portuguesa (1974-1975)*. Mérida: UNED, 1998.
- CHAUDURI, Kirti; BETENCOURTH, Francisco (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa. Último Império e Recentramento, 1930-1998*. Vol. V. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.
- CORREIA, Pedro Pizarat – *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*. Lisboa: Inquérito, 1991.
- CROSBY, Alfred W. – *Ecological Imperialism: the Biological Expansion of Europe, 900-1900*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- CUNHA, Joaquim M. da Silva – *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*. Coimbra: Atlântida Editora, 1977.
- DUGOS, Carlos – *Descolonização portuguesa. O malogro de dois planos*. Queluz: Edições Acrópole, 1975.
- ELKINS, Caroline; PEDERSEN, Susan (Ed.) – *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York; London: Routledge, 2005.
- GANN, L.H.; DUIGNAN, Peter (Ed.) – *Colonialism in Africa 1870-1960. The History and Politics of Colonialism 1914-1960*. Vol. 2. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- GLEIJESES, Piero – *Conflicting Missions. Havana, Washington and Africa, 1959-1976*. Chapel Hill London: University of Northern Carolina Press, 2002.
- GRIMAL, Henri – *La décolonisation de 1919 à nos jours*. [S.l.]: Éditions Complexe, 1984.
- GUERRA, Fernando Meireles – *Descolonização. O Império Colonial Português em África*. Lisboa: Universitária Editora, 1996.
- HAROUN, A. – *Algérie 1962. La grande dérive*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- HEIMER, Franz-Wilhelm – *O processo de descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980.

- HOLLAND, R. F. – *European Decolonization, 1918-1981. An Introductory Survey*. Basingstoke: Macmillan Publishers, 1985.
- ISAACMAN, A. – *Mozambique from colonialism to revolution*. Harare: Zimbabwe Publishing House, 1985.
- JARDIM, Jorge – *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção, 1976.
- LEROY-BEAULIEU, Paul – *De La Colonisation Chez Les Peuples Modernes*. 2 vol. 5.^a Ed. Paris: Guillaumin, 1902.
- LOUIS, Wm. Roger; GIFFORD, Prosser (Ed.) – *Decolonization and African independence: the Transfers of Power, 1960-1980*. New Haven; London: Yale University Press, 1988.
- LOUIS, Wm. Roger; BROWN, Judith M. (Ed.) – *The Oxford History of the British Empire. The Twentieth Century*. Vol. 4. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- MACHADO, Mello – *Aviltados e traídos (resposta a Costa Gomes)*. Queluz: Literal, [s.d.].
- MAGALHÃES, José Calvet de – *Portugal e as Nações Unidas. A Questão Colonial (1955-1974)*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1996.
- MARQUES, Silvino Silvério – *Marcelo Caetano, Angola e o 25 de Abril*. Mem Martins: Inquérito, 1995.
- MARGARIDO, Alfredo – *Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Regra do Jogo, 1980.
- MAXWELL, Kenneth – *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MCLINTYRE, W. David – *British Decolonization, 1946-1997: When, Why and How did the British Empire fall*. Basingstoke: Macmillan, 1998.
- MCQUEEN, Norrie – *The Decolonization of Portuguese Africa. Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London: Longman, 1997.
- MILLER, J. D. B. – *Britain and the Old Dominions*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1966.
- OLIVEIRA, Bernardino G. – *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico, 1978.
- OLIVEIRA, César – *Portugal, dos quatros cantos do mundo à Europa: a descolonização 1974-1976, ensaio e documentos*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996.
- OLIVEIRA, Mário António Fernandes de (Coord.) – *A descolonização portuguesa: aproximação de um estudo*. 2 vol. Lisboa: Instituto Democracia e Liberdade, 1979-1982.
- PÉLISSIER, René – *Le naufrage des caravelles: études sur la fin de l'empire portugais (1961-1975)*. Orgeval: Éditions Péliissier, 1979.
- PEREIRA, Sá – *Angola em chamas*. Queluz: Literal, 1977.
- PERVILLÉ, Guy – *De l'Empire Français à la décolonisation*. Paris: Hachette, 1994.
- PERVILLÉ, Guy – “Décolonisation «à l’algérienne» et «à la rhodésienne» en Afrique du Nord et en Afrique Australe”. In AGERON, Charles Robert; MICHEL, M. (Ed.) - *L'ère des décolonisations*. Paris: Éditions Karthala, 1995. p. 26-37.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola no percurso de um nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Edições Afrontamento, 2008.
- PIMENTA, Fernando Tavares – “Angola. Uma nova Lusitânia?”. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.) - *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. p. 59-74.

- PIMENTA, Fernando Tavares – “La Rivoluzione Portoghese e le Decolonizzazioni Africane (1974-1975)”. *Storia e Futuro. Rivista di Storia e Storiografia*. N.º 16 (2008).
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- PINTO, António Costa – “Portugal e a resistência à descolonização”; “A guerra colonial e o fim do Império português”. CHAUDURI, Kirti; BETHENCOURT, Francisco (Dir.) - *História da Expansão Portuguesa*. Navarra: Círculo de Leitores, 1999. Vol. 5, p. 51-102.
- PINTO, António Costa – *O fim do império português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.
- PINTO, António Costa; LLOYD-JONES, S. (Ed.) – *The Last Empire. Thirty Years of Portuguese Decolonization*. Bristol: Intellect, 2003.
- RHOODIE, Eschel – *The Third Africa*. Cape Town: 1968.
- RIBEIRO, General Gonçalves – *A vertigem da descolonização. Da agonia do êxodo à cidadania plena*. Lisboa: Inquérito, 2002.
- RIBEIRO, Orlando – *A colonização de Angola e o seu fracasso*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1978.
- RITA-FERREIRA, A. – “Moçambique post-25 de Abril. Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática”. In *Moçambique: cultura e história de um país*. Coimbra: Instituto de Antropologia, 1988.
- ROSAS, Fernando (Coord.) – *Portugal e a transição para a democracia (1974-1976)*. Lisboa: Colibri, 1998.
- SANTOS, António Almeida – *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa, 1975.
- SANTOS, António Almeida – *Quase memórias*. Vol. 1: *Do colonialismo e da descolonização*. Vol. 2: *Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras; Notícias, 2006.
- SCHMITTER, Philippe C. – *Portugal: do autoritarismo à democracia*. Lisboa: ICS, 1999.
- SCHNEIDMAN, Witney W. – *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna, 2005.
- SOUTO, Amélia Neves de – *Caetano e o ocaso do Império. Administração e guerra colonial em Moçambique durante o marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento, 2007.
- SPIKES, Daniel – *Angola and the Politics of Intervention*. Jefferson; London: Mcfarlan & Company, 1993.
- SPÍNOLA, António de – *Portugal e o futuro: análise da conjuntura nacional*. [Lisboa]: Arcádia, 1974.
- SPÍNOLA, António de – *Ao serviço de Portugal*. Lisboa: Ática, 1976.
- SPÍNOLA, António de – *País sem rumo*. Lisboa: Scire, 1978.
- TADDIA, Irma – *La Memoria dell'Impero. Autobiografie d'África Orientale*. Bari: Piero Lacaita Editore, 1988.
- TOMAZ, Américo – *Últimas Décadas de Portugal*. Lisboa: Fernando Pereira, 1983.
- TORGAL, Luís Reis; ANDRADE, Luís Oliveira (Coord.) – *Estudos do século XX: Colonialismo, anticolonialismo e identidades nacionais*. N.º 3 (2003).
- TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares (Coord.) – *Comunidades Imaginadas. Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- WAALS, W. – *Portugal's War in Angola 1961-1974*. Rivonia: Ashanti, 1993.

A construção da *identidade* do território
a partir dos monumentos
O lugar do contemporâneo

Luís Miguel Correia

Luís Miguel Correia, Mestre em Engenharia Civil, especialidade Ciências de Construção, pelo Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Coimbra. Assistente no Departamento de Arquitectura da FCTUC. Colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). E-mail: lcorreia@darq.uc.pt

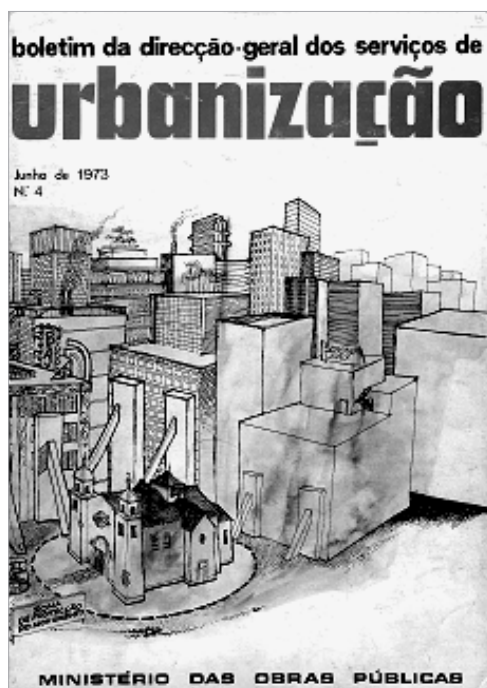


Fig.1. Capa do *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*¹

No entanto, a expressão urbanística do regime de protecção destes bens mantém os pressupostos que já constavam na lei de 1985, isto é, o estabelecimento de zonas de protecção automáticas ou de zonas especiais de protecção reportadas ao património edificado. É dessa forma que os elementos de composição da morfologia urbana são considerados na política cultural urbana, isto é, como meio de integração e contextualização dos bens culturais imóveis classificados e não como um bem cultural *per se*. Neste sentido, é mantida a lógica de subordinação do urbanismo ao património edificado.²

A capa (Fig.1) do *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização* e os curtos parágrafos retirados do artigo de Adelino Gonçalves podem, em certa medida,

¹ MOP/DGSU – *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*. Lisboa: DGSU. N.º 4 (1973). Esta imagem encontra o seu contexto no artigo de FONSECA, Álvaro – “Protecção dos Edifícios e Sítios Municipais”. p. 7-18. Trata-se da reedição do texto publicado, em 1947, no mesmo *Boletim da Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização*. Volume N.º 1 (1947). p. 53-75.

² GONÇALVES, Adelino – “Áreas urbanas para (re)habilitar as relações entre cidade e património?”. In CEDOUA/FDUC – *O Novo Regime de Reabilitação Urbana*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 9789724042879. p. 86. O «regime de protecção» a que se refere o autor é o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro de 2009, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

constituir uma súmula das interroga es que, ainda hoje, se colocam sobre a rela o que o património construído classificado estabelece com a organiza o e gestão do território em Portugal, em particular considerando as chamadas *zonas de protec o*³ e *zonas especiais de protec o*⁴ como instrumentos decisivos nessa administra o. Perante estas «circunstâncias»,   com interesse e pertinência, face   sua actualidade, que devemos investigar e contestar o *lugar do contemporâneo*⁵, ou seja, que papel desempenham as recentes disposi es na «organiza o do espaço»⁶, na rela o entre o *objecto* patrimonial e o seu *contexto*. Num âmbito mais alargado, *a constru o da identidade do território a partir dos monumentos*.

Retomando a imagem, podemos-nos questionar se a *delimita o*, perfeita e rigorosa – 50 metros, a contar dos limites exteriores do imóvel –, que circunda a igreja   uma medida de *salvaguarda* da *antiga constru o* ou se, pelo contrário, enforma em si mesma um intencional *constrangimento* ao *crescimento urbano*, provocando o seu isolamento. Esta interpela o pode, em nossa considera o, resumir o debate que suscita a rela o entre os, vulgo *monumentos nacionais*, e o seu *contexto*, pelo menos desde oitocentos em Portugal⁷, num primeiro instante, aquando da identifica o e da classifica o das constru es do *passado* que melhor identificassem os valores históricos *nacionais* e,

³ Desde 1932, todos os imóveis classificados dispõem automaticamente de uma *zona de protec o* de 50 metros, contados a partir dos seus limites exteriores.

⁴ Na mesma data, prevê-se que todos os imóveis classificados podem dispor de uma *zona especial de protec o*, integrando, ou não, uma área vedada   constru o, cuja delimita o será encontrada de acordo com as características do *lugar*. A denomina o de *zona especial de protec o* foi adoptada, explicitamente, a partir da Lei n.  13/85, de 6 de Julho de 1985, na qual a anterior área vedada   constru o   substituída pela designa o *zona non aedificandi*.

⁵ Cf. FIGUEIRA, Jorge – “Ser contemporâneo no Colégio das Artes”. *Rua Larga*. Coimbra: Universidade de Coimbra. ISSN 1645-765x. N.  31 (2011). p. 59-63. Jorge Figueira (p.59), citando AGAMBEN, Giorgio – *Nudez*. Lisboa: Relógio D’ gua, 2010. ISBN 9789896411664 – esclarece-nos o sentido do *lugar do contemporâneo*: «Aquele que pertence deveras ao seu tempo, que   deveras contemporâneo   alguém que não coincide perfeitamente com ele nem se adapta às suas exigências e   por isso, neste sentido, inactual; mas, precisamente por isso, precisamente através do seu distanciamento e do seu anacronismo,   capaz de perceber e captar o seu tempo melhor do que os outros».

⁶ Cf. TÁVORA, Fernando – *Da Organiza o do Espaço*. Porto: FAUP, 1996. ISBN 972-9483-22-1. (ed. original: 1962). Considera-se este texto relevante porque o conjunto de problemas considerados   época se encontram a ser debatidos actualmente. Em particular, quando Fernando Távora (p. 20) admite «dois tipos de participa o na organiza o do espaço; uma [...] horizontal, que se realiza entre homens da mesma época, uma outra [...] vertical que se realiza entre homens de diferentes épocas». Daí o sentido da expressão adoptada de Fernando Távora: «organiza o do espaço». De igual modo, Fernando Távora (p. 22) esclarece-nos o significado de «circunstância»: «conjunto de factores que envolvem o homem, que estão   sua volta, e porque ele   o criador de muitos deles, a esses haverá que juntar os que resultam da sua própria existência, do seu próprio ser».

⁷ Entre outros estudos que abordam o tema do património em Portugal podem consultar-se: CUSTÓDIO, Jorge – «Renascença» *artística e práticas de conserva o e restauro arquitectónico em Portugal durante a 1.  República*.  vora: Universidade de  vora, 2008. Tese de Doutoramento; MAIA, Maria Helena – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edi es Colibri; IHA, 2007. ISBN 978-972-772-726-1; NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP Publica es, 2001. ISBN 972-9483-45-0; ROSAS, Lúcia – *Monumentos Pátrios: A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro: 1835-1928*. Porto: Universidade do Porto, 1995.

mais tarde – principalmente, dos anos trinta aos anos sessenta⁸ –, através das extensas campanhas de intervenção da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), já no período do Estado Novo. A estas circunstâncias há que associar os instrumentos legais então constituídos⁹, nos quais se integram as referidas *zonas de protecção* e as *zonas especiais de protecção*, que desenhariam o quadro de *salvaguarda* e/ou de *constrangimento* dos, entretanto, *monumentos nacionais restaurados*¹⁰. De facto, são indissociáveis as obras realizadas e estes meios de controlo que, em conjunto, alteraram, sempre à luz de um discurso político, a *imagem* de cidades, de paisagens... e a nossa própria *identidade*.

Neste sentido, defendemos que, por maioria de razão, a *identidade do território* se define com os *monumentos*, sobretudo a partir do primeiro quartel do século XX, e pela acção da DGEMN, momento de consagração do património arquitectónico em Portugal. Nas palavras de Alexandre Alves Costa transparece este reconhecimento:

Parece pertinente referir como a questão do património arquitectónico só foi verdadeiramente colocada em Portugal com o advento do romantismo, antes de mais pela tomada de consciência da necessidade de reencontrar uma identidade nacional que se achou legível nos chamados Monumentos Pátrios, a que se aliava o estado de ruína de muitos edifícios de valor histórico e arquitectónico, por desleixo ou transformações gravosas, na sequência da venda em hasta pública dos bens da Igreja. A incapacidade ou fragilidade do poder político levaram figuras como Garrett ou Herculano a tomarem posições duramente críticas, mas também, propositivas. Assim, se foram elegendo, classificando e restaurando os nossos monumentos considerados mais representativos e se foi desenvolvendo o debate sobre qual o estilo mais verdadeiramente português para o figurino dos nossos futuros edifícios. [...] Todos dizemos, hoje, tendo, embora, visões diferentes do futuro: a Paisagem e as Cidades, a Arquitectura, são valores identitários. Mesmo que construída artificialmente, mesmo que não sendo nossa essência, sabemos que essa identidade foi factor de coesão e até de sobrevivência.¹¹

No prefácio à segunda edição do livro *Em Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*, José Mattoso, Suzanne Daveau e Duarte Belo questionam, de igual modo, a importância dos *monumentos na identidade do território*:

Tese de Doutoramento; TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP Publicações, 2002. ISBN 972-9483-54-X.

⁸ Cf. NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder...*

⁹ Em concreto, podem-se enunciar o Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, o Decreto n.º 21875, de 18 de Novembro de 1932, e o Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de Maio de 1936.

¹⁰ Sobre este termo, «restaurar», no contexto dos discursos e das intervenções operadas ao tempo do Estado Novo, pode-se consultar CORREIA, Luís Miguel – “Restauro versus conservação: castelos em Portugal no Estado Novo. Breve nota sobre o papel da DGEMN”. *Estudos do Século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. ISSN 1645-3530. N.º 9 (2009). p. 45-63.

¹¹ ALVES COSTA, Alexandre – “Nós somos da Póvoa do Varzim”. *Jornal dos Arquitectos*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos. ISSN 0870-1504. N.º 237 (2009). p. 90-91.

Em termos de «identidade», porém, nada é simples. Vamos abandonar o nosso território? Vamos esquecer a *terra*? É nela que nos apoiamos, dela que nos alimentamos, ela que configura o nosso espaço, ela que condiciona as nossas comunicações físicas. Nela moraram os nossos antepassados. Marcados pelo território, transmitiram-nos as estruturas sociais com que nos organizamos, as técnicas agrícolas que em parte a dominam, e tudo o mais que foi moldando as nossas comunidades até hoje. O território é o elemento permanente da identidade. Por isso acentuámos a presença da *terra* e procurámos, por meio da fotografia de paisagens e monumentos, representar os sinais de permanência ou de longa duração.¹²

Esta imagem acaba por estar representada na recente exposição¹³ *100 Anos de Património, Memória e Identidade*, realizada no âmbito das comemorações do *Centenário da República em Portugal*, e na qual se encontrava expresso que ao património estão associados dois aspectos fundamentais:

a MEMÓRIA, sem a qual não seria concebível o nosso presente e uma perspectiva de futuro; e a IDENTIDADE, que nos permite reconhecermo-nos e reencontrarmo-nos nas nossas particularidades e nas nossas diferenças, num mundo gradualmente mais globalizado e uniformizado.¹⁴

Mas será que existe, com o novo «regime de protecção»¹⁵, uma ruptura com o anterior paradigma – dos anos trinta do século XX – que se construiu a partir da «subordinação do urbanismo ao património edificado»¹⁶? No preâmbulo do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro de 2009, podemos ler:

No que respeita ao regime da zona especial de protecção dá-se resposta à principal crítica que se relaciona com as limitações instituídas pela servidão administrativa dos imóveis classificados e que não permitem atender às especificidades de cada caso concreto. A partir de agora as zonas especiais de protecção têm a extensão e impõem as restrições adequadas à protecção e valorização do imóvel classificado, permitindo, através da respectiva modulação, que os interessados saibam, com maior celeridade e segurança jurídica, quais as operações urbanísticas que aí podem realizar.¹⁷

¹² MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Em Portugal. O Sabor da Terra. Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Rio Tinto: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2010. ISBN 978-989-644-099-2. p. 6. (ed. original: 1998). Segundo os autores, a primeira publicação veio juntar-se a um crescente número de obras sobre o tema da «identidade nacional».

¹³ A exposição teve lugar no Palácio da Nacional Ajuda entre 24 de Setembro e 21 de Dezembro de 2010.

¹⁴ Cf. IGESPAR – *100 Anos de Património, Memória e Identidade*. Lisboa: IGESPAR, 2010. ISBN 978-989-8052-20-9.

¹⁵ GONÇALVES, Adelino – *Áreas urbanas para (re)habilitar...*, p. 86.

¹⁶ GONÇALVES, Adelino – *Áreas urbanas para (re)habilitar...*, p. 86.

¹⁷ *Decreto-Lei n.º 309/2009*, p. 7976.

No domínio urbanístico, definem-se antecipadamente e através de zonamentos, dentro da zona de protecção, as restrições, designadamente, respeitantes à volumetria, morfologia, alinhamentos e cêrceas, o que tem um papel relevante no âmbito da renovação urbana e limita a discricionariedade da intervenção da administração central na apreciação das operações urbanísticas.¹⁸

E, de um outro modo, como é que os *monumentos* e as *zonas de protecção* e as *zonas especiais de protecção* concorrem, na verdade, para a *identidade* do país? No mesmo decreto-lei, e no seu primeiro parágrafo, podemos encontrar este desígnio:

É tarefa fundamental do Estado proteger e valorizar o património cultural como instrumento primordial de realização da dignidade da pessoa humana, objecto de direitos fundamentais, meio ao serviço da democratização da cultura e esteio da independência e identidade nacionais.¹⁹

Será com o intuito de contestar estas incertezas que se tem estruturado a nossa investigação²⁰. Em síntese, por um lado, deseja-se confrontar o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro de 2009, com a antiga legislação que regulamenta estes procedimentos de delimitação e, por outro, reler, com o recurso a alguns casos-estudo²¹, como se processou «uma política centrada no objecto arquitectónico [...] proteccionista e segregadora»²², na qual se integram as *zonas de protecção* e as *zonas especiais de protecção*, especialmente as últimas. Para esta análise, estabelece-se, em certos momentos, a correspondência com algumas *cartas e convenções internacionais* de referência. Como consequência, pretende-se clarificar em que medida a implementação das *zonas de protecção* e das *zonas especiais de protecção* no território continental português é resultado de um critério alargado da noção de património ou, se pelo contrário, teve origem em factores circunstanciais centrados apenas no *monumento*, enquanto objecto singular.

¹⁸ Decreto-Lei n.º 309/2009, p. 7976.

¹⁹ Decreto-Lei n.º 309/2009, p. 7975.

²⁰ Este artigo surge em continuidade com: CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal. Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. Coimbra: IUC, 2010. ISBN 978-989-26-0022-2; MARADO, Catarina; CORREIA, Luís Miguel – “The setting of architectural heritage in Portugal”. In AMOËDA, Rogério; LIRA, Sérgio; PINHEIRO, Cristina – *Heritage 2010: Heritage and Sustainable Development*. Barcelos: Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável, 2010. ISBN 978-989-95671-3-9. p. 1015-1022; MARADO, Catarina; CORREIA, Luís Miguel – “O contexto do património arquitectónico: Um projecto de investigação”. *Spatial and Organizational Dynamics*. Faro: Universidade do Algarve; Centro de Investigação sobre Espaço e Organizações. ISSN 1647-3183. N.º 2 (2009). p. 83-91.

²¹ Estes casos-estudo têm como suporte os *Boletins da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* e o arquivo da DGEMN, que actualmente se encontra designado por *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*, sob a tutela do *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana*.

²² GONÇALVES, Adelino – Áreas urbanas para (re)habilitar..., p. 84.

Neste contexto, publicou-se recentemente um estudo²³ que teve como pressuposto uma análise e uma reflexão sobre o conjunto das *zonas especiais de protecção* estabelecidas em Portugal entre os anos de 1945 e 1985²⁴. Este espaço cronológico tem a sua justificação porque a ele corresponde o primeiro diploma que institui uma *zona especial de protecção*²⁵ em Portugal (1945) e a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985, conhecida pela *Lei do Património Cultural Português*²⁶, considerada por alguns como «o primeiro «código» do património cultural português»²⁷.

Da análise do conjunto das 232²⁸ *zonas especiais de protecção* constituídas entre 1945 e 1985, concluiu-se que ao longo do espaço temporal em estudo sempre existiu uma preocupação territorial, no entanto afirmada nos *monumentos* a cujo *contexto* era atribuído um desígnio cenográfico e desafogado que permitisse a contemplação desejada do objecto classificado. O mesmo objectivo é retratado nas áreas de protecção que englobam um ou mais *monumentos*. Da consulta às *memórias* que acompanharam as propostas de delimitação das *zonas especiais de protecção*, constatou-se, no espaço de tempo estudado, uma unidade e uma integridade dos critérios enunciados antes que justificam a circunscrição das respectivas áreas. Cronologicamente²⁹, verificou-se uma implementação maciça de delimitações até finais dos anos sessenta, período a que correspondem as vastas campanhas de intervenção, sob a égide da DGEMN, diminuindo consideravelmente a partir desta década. Deste conjunto de dados confirmou-se que as intervenções realizadas e estas medidas de salvaguarda, que

²³ Cf. MARADO, Catarina; CORREIA, Luís Miguel - *The setting of architectural heritage in Portugal*.

²⁴ Esta pesquisa teve como suporte o inventário de SILVA PASSOS, José Manuel – *Zonas Especiais de Protecção*. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1989. ISBN 972-95064-3-4.

²⁵ Em Portugal, a primeira *zona especial de protecção* foi atribuída ao Castelo de Sesimbra - *Diário do Governo*, II Série, n.º 236, de 9 de Outubro de 1945. A mesma seria revista em 1960 - *Diário do Governo*, II Série, n.º 223 de 23 de Setembro de 1960. Como referimos antes, a denominação *zona especial de protecção* só chegaria com a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985. Por razões que se pretendem com uma necessidade de simplificação dos termos, a partir deste instante vamos denominar estas «zonas de protecção» por «zonas especiais de protecção».

²⁶ À Lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985, estão subjacentes as conclusões do *Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu*, realizado em Amesterdão, entre 21 e 25 de Outubro de 1975, no qual foi proclamada a *Carta Europeia do Património Arquitectónico* de 26 de Setembro de 1975. Com esta lei foi constituído o Instituto do Património Cultural cujo quadro de atribuições e competências são estabelecidas com esta nova orgânica. Cf. IPPAR – *Cartas e Convenções Internacionais*. Lisboa: IPPAR, 1996. ISBN 972-8087-21-7; IPPAR – *Critérios. Classificação de Bens Imóveis*. Lisboa: IPPAR, 1996. ISBN 972-8087-25-X.

²⁷ IPPAR – *Cartas e Convenções...*, p. 16.

²⁸ Estas 232 *zonas especiais de protecção* correspondem a 308 imóveis classificados, 227 *Monumentos Nacionais* (MN) e 81 *Imóveis de Interesse Público* (IIP). Considerando a divisão administrativa de Portugal continental pelos distritos (18, no total), temos a seguinte distribuição geográfica: *Aveiro*, 5 ZEP's (4 MN, 1 IIP); *Beja*, 6 ZEP's (6 MN, 1 IIP); *Braga*, 19 ZEP's (23 MN, 8 IIP); *Bragança*, 4 ZEP's (4 MN, 4 IIP); *Castelo Branco*, 2 ZEP's (3 MN); *Coimbra*, 14 ZEP's (19 MN, 1 IIP); *Évora*, 21 ZEP's (22 MN, 1 IIP); *Faro*, 10 ZEP's (13 MN, 5 IIP); *Guarda*, 9 ZEP's (9 MN, 6 IIP); *Leiria*, 13 ZEP's (13 MN, 3 IIP); *Lisboa*, 26 ZEP's (22 MN, 11 IIP); *Portalegre*, 11 ZEP's (11 MN, 1 IIP); *Porto*, 26 ZEP's (18 MN, 10 IIP); *Santarém*, 29 ZEP's (26 MN, 11 IIP); *Setúbal*, 14 ZEP's (10 MN, 6 IIP); *Viana do Castelo*, 8 ZEP's (13 MN, 5 IIP); *Vila Real*, 5 ZEP's (3 MN, 2 IIP); *Viseu*, 10 ZEP's (8 MN, 5 IIP).

²⁹ Entre 1945-1964, foram criadas 189 *zonas especiais de protecção* e as restantes 43 até 1985.

incluem zonas *non aedificandi*³⁰, não podem ser analisadas de forma autónoma. Estas duas «circunstâncias» tinham, em simultâneo, o desígnio de perpetuar no tempo um *passado heróico* e um *presente triunfante*, que hoje representam «os sinais de permanência ou de longa duração»³¹.

Deste modo, podemos afirmar que os *monumentos* e as respectivas áreas de protecção – *zonas de protecção* e as *zonas especiais de protecção* – concorrem, na verdade, para a *identidade* do país descrita por Alexandre Alves Costa e José Mattoso, entre outros.

Assim, e em face dos «recentes diplomas»³², que não só reformulam as precedentes demarcações como, também, instituem novas *zonas especiais de protecção*, faz todo o sentido questionar o *lugar do contemporâneo* na «organização do espaço» e de que forma se perspectiva o papel dos *monumentos*.

Na continuidade desta investigação de âmbito geral, pretende-se com este artigo compreender como se formou o princípio de dependência e submissão do *contexto* aos *monumentos* em Portugal, necessariamente com recurso a alguns casos-estudo, quais sejam as intervenções realizadas ou os regimes de salvaguarda estabelecidos. Igualmente, pretende-se de forma sucinta enquadrar estas circunstâncias em âmbito internacional. O período de estudo centrará a sua atenção entre o ano de 1929, momento da formação da DGEMN³³, e meados dos anos quarenta do mesmo século, período correspondente às campanhas de intervenção do regime, designadamente em consequência directa da dupla *Comemoração dos Centenários e da Independência de Portugal* (1940) e da exposição evocativa dos *15 Anos das Obras Públicas* (1932-1947).

Embora se encontrem previstas desde 1932, sob legislação específica, a primeira *zona especial de protecção* instituída em Portugal só aconteceria em 1945 com o Castelo de Sesimbra. Em resultado da pesquisa realizada a diferentes processos constantes nos arquivos do *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico* (SIPA), podemos enunciar alguns factores que, em nossa consideração, contribuiriam indubitavelmente para o atraso na implementação desta medida de salvaguarda: 1. inexistência de levantamentos topográficos; 2. processos lentos e difíceis de expropriação de terrenos e construções; 3. necessidade de conclusão das intervenções nos *monumentos*; 4. articulação destes com os *Planos de Melhoramentos Urbanos e Rurais*³⁴ e com os *Planos Gerais de Urbanização*³⁵, desenhados a partir de 1932 e 1934.

³⁰ Das 232 *zonas especiais de protecção* 145 integram zonas *non aedificandi* (120 até 1964 e 25 no período complementar).

³¹ MATTOSO, José; DAVEAU, Suzanne; BELO, Duarte – *Em Portugal. O Sabor da Terra...* p. 6.

³² Cf. IGESPAR – *Diplomas Recentes*. [Consult. 7 de Março de 2011]. Disponível em WWW <URL: <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/classificacaodopatrimonio/diplomasrecentes/>>.

³³ Cf. Decreto n.º 16791, de 30 de Abril de 1929.

³⁴ Cf. Decreto n.º 21697, de 30 de Setembro de 1932.

³⁵ Cf. Decreto n.º 24802, de 21 de Dezembro de 1934; SOUSA LÓBO, Margarida – *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP Publicações, 1995. ISBN 972-9483-14-0. Da consulta de alguns processos, constatou-se que os *planos de urbanização* estavam dependentes da DGEMN e da forma como se processavam as obras e os projectos para a definição das áreas de protecção. Mafra ou Braga, por razões contrárias, podem ser casos paradigmáticos desta *submissão* e, porque não, *constrangimento*.



Fig. 2. Entrada da exposição *100 Anos de Património, Memória e Identidade*, Novembro de 2010

O arco temporal que se aborda neste estudo (1929-1945) acha-se integrado num dos cinco espaços cronológicos da já mencionada exposição (Fig. 2) *100 Anos de Património, Memória e Identidade*, retratando-o como «Os Monumentos da Nação: Restaurar, Restaurar, Restaurar... (1932-1964)»³⁶. Trata-se de uma clara alusão à citação de Oliveira Salazar: «restauração material, restauração moral, restauração nacional»³⁷, identificando com justeza o momento à altura vivido.

Se as datas de 1929 e 1945 têm uma justificação própria, as referências aos anos de 1932 e de 1964 encontram, também elas, o seu fundamento em dois momentos perfeitamente circunscritos. Se 1932 se revela importante no contexto nacional, 1964 determinará uma alteração profunda dos paradigmas em âmbito internacional, a popular *Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauo de Monumentos e Sítios (1964)*³⁸.

³⁶ Cf. IGESPAR – *100 Anos de Património...* A exposição foi dividida em cinco espaços: 1. *Os Fundamentos*; 2. *A República e a «criação» do Património (1910-1932)*; 3. *Os Monumentos da Nação: Restaurar, Restaurar, Restaurar... (1932-1964)*; 4. *Depois da Carta de Veneza (1964-1980)*; 5. *Sociedade, Cidadania e Modernização das Políticas do Património (1980-2010) – Os Institutos do Património Cultural e os seus desafios*.

³⁷ SALAZAR, António Oliveira – *Discursos*. Coimbra: Coimbra Editora, 1935-1937. p. 147. Esta citação foi retirada do texto *Era de Restauração Era de Engrandecimento* (Vol. 2).

³⁸ A *Carta de Veneza* surge na sequência do *II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, realizado em Veneza entre 25 e 31 de Maio de 1964. Entre as suas resoluções destacam-se, em relação à *Carta de Atenas*, o alargamento da noção de *monumento histórico*, para além das consagradas criações arquitectónicas isoladas, aos *sítios* e a recomendação, explícita, para que a conservação de um *monumento* implique a manutenção do *contexto*.

Em 1932 surgiram em Portugal renovadas disposições legais – os decretos n.º 20985, de 7 de Março de 1932, e n.º 21875, de 18 de Novembro de 1932 – que, em conjunto, clarificariam as competências das instituições que tutelavam os *monumentos nacionais*³⁹, empreendendo uma reforma diligente nos processos e instrumentos de gestão, classificação e intervenção.

Destes decretos, entre outros aspectos, revela-se, num sinal claro e objectivo daqueles que eram os propósitos ideológicos do regime em exercício, a forma como se entendia o *monumento* e a sua vocação, a sua integração e a sua relação com o cenário envolvente, fosse em contexto urbano ou rural, adoptando-se para o efeito um conjunto de regras cautelares de salvaguarda do património classificado, no sentido mais lato do termo. De igual modo, pretenderam-se instruir projectos e intervenções de vários procedimentos legais que se revelassem imprescindíveis às operações nestes objectos arquitectónicos, nomeadamente a possibilidade da limpeza em seu redor, que ocorrerá de forma generalizada, mas não análoga, em grande parte das obras realizadas.

Revelava-se uma efectiva consciência legal e política o facto de um *monumento*, ou qualquer edifício, ser resultado dos seus valores intrínsecos, mas também da sua envolvente: o dito *contexto do lugar*. Esta situação vai ser determinante na definição dos critérios e mesmo dos limites para as intervenções, abarcando de forma simultânea conceitos de «renovação» e de «expropriação-destruição», ou seja, «a conservação dos monumentos e a destruição do tecido envolvente», como refere Miguel Tomé⁴⁰. O contrário também se revelará verdadeiro, o que confirma, na nossa perspectiva, que não houve uma vulgarização dos comportamentos, mas antes se estabeleceu um quadro que se desejava comum e que em certo sentido determinaria os limites das intervenções, no qual participavam em igualdade de circunstâncias o objecto e a sua envolvente.

Com o Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, fica preconizada, além da subordinação dos terrenos e construções em redor dos *monumentos* numa área de 50 metros, a possibilidade de expropriar construções que por algum motivo desvirtuassem ou atentassem contra a conservação e leitura do *monumento*. Condições estas já decorrentes, nomeadamente, da Lei n.º 1700, de 18 de Dezembro 1924⁴¹, o que

³⁹ Com o Decreto n.º 20985, de 7 de Março de 1932, fica prevista de forma explícita, para além da categoria de «monumento nacional», a de «imóvel de interesse público». No entanto, como é relatado num *relatório acerca da classificação de monumentos nacionais* – AHME, Junta Nacional da Educação, 1.ª Subsecção da 6.ª Secção, processo n.º 40 do livro A-4, 1941 – da autoria de Porfírio Pardal Monteiro: «A fundamental diferença entre o texto do artigo 54º da lei n.º 1700 e o artigo 30º do decreto n.º 20985 [...] consiste, no primeiro caso, em se fazer referencia a imóveis que ofereçam algum interesse sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico, e, no segundo, se fazer referencia a imóveis que ofereçam considerável interesse público, mas, em ambos os casos, quando se trata de imóveis que não mereçam a classificação de monumento nacional». Citação retirada de TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*, p. 278.

⁴⁰ TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*, p. 98.

⁴¹ Na *Lei n.º 1700* (p.701), podem-se ler estas considerações nos art.º 49.º (ponto 2) e 50.º, respeitantes à *Secção I – Dos monumentos nacionais*: «O Governo poderá também expropriar, nos termos deste artigo, quaisquer construções ou instalações que prejudiquem a boa conservação dos monumentos, ofendam ou desvirtuem o seu característico, dentro da zona de protecção fixada para cada um dos imóveis classificados» e «Os terrenos e edificios do Estado, de corporações ou pertencentes a particulares que distem menos de 50 metros de qualquer imóvel classificado como monumento nacional não podem ser alienados sem

comprova a continuidade em muitos dos princípios e procedimentos que atravessam momentos políticos distintos. Esta conjuntura torna-se mais evidente quando no preâmbulo do próprio decreto não se regista qualquer tom de censura em relação à legislação precedente da 1.ª República, embora no caso específico se sublinhe que se obtiveram melhores resultados em relação ao «desenvolvimento da cultura estética em geral do que à excelência do complexo sistema administrativo então criado»⁴². A diferença entre este regime e os anteriores, em nossa opinião, residirá na dinâmica que o sistema administrativo, entretanto criado, centralizado e *a priori* ideologicamente condicionado por via de um conjunto de medidas legais, vai empreender em torno da prática em projecto e em obra, sobre o património cultural em Portugal.

Com o Decreto n.º 21875, de 18 de Novembro de 1932, é evidenciada a consciência atribuída a uma predeterminação de tendência monumental focalizada no *monumento*, da qual fazia parte a sua envolvente, como se pode registar no seu parágrafo de abertura:

O valor e beleza arquitectónica de um grande edifício ou de um monumento artístico não provém somente da harmonia das suas proporções, da elegância das suas linhas, do arrojo da sua concepção, da riqueza ou bom gosto dos seus materiais; resultam ainda, e por vezes muitíssimo, do ambiente em que o edifício vive, da moldura em que o enquadra o conjunto de edificações que o cercam.⁴³

Na sequência deste juízo, formulam-se com maior acuidade as *zonas de protecção*. Se nos anteriores documentos se previa, aquando da classificação como «monumento nacional», a protecção de 50 metros em seu redor, a partir deste momento prevêem-se áreas mais alargadas que podem incluir uma «área vedada à construção», não obedecendo a critérios de delimitação gerais. Com este diploma, como já se referiu, dispunha-se das vulgarmente designadas «zonas de protecção» e das «zonas especiais de protecção».

Neste decreto reforça-se ainda o princípio da expropriação, instrumento decisivo para as intervenções que se avizinhavam, como se pode entender no seu art.º 7.º:

Fica o Ministro das Obras Públicas e Comunicações autorizado a ordenar a suspensão e a promover a expropriação, nos termos das leis e regulamentos em vigor sobre expropriações por utilidade pública, das construções iniciadas ou concluídas à data da publicação deste decreto, nas áreas vedadas à construção dentro das zonas de protecção, nos casos especiais de grande e urgente interesse público reconhecido pelo Conselho de Ministros.⁴⁴

parecer favorável do Conselho Superior de Belas Artes». Esta lei seria regulamentada somente através do Decreto n.º 11445, de 13 de Fevereiro de 1926. No Decreto n.º 1, de 29 de Maio de 1911, já se encontram implícitas algumas destas preocupações.

⁴² Decreto n.º 20985, p. 338.

⁴³ Decreto n.º 21875, p. 2237.

⁴⁴ Decreto n.º 21875, p. 2238.

Com estas medidas, ficaria evidente que aos *monumentos* caberia uma representação central aos quais o «ambiente» se deveria domesticar. Para tal, contribui decisivamente o modo como é determinado o regime de expropriações. Com esta possibilidade abriu-se, de forma subentendida, um desejável isolamento dos *monumentos* cujas *zonas de protecção* e áreas vedadas à construção permitiriam, no futuro, cristalizar. Igualmente, impedia-se que qualquer *constrangimento urbano* ou *paisagístico* pudesse colocar em causa as *obras a realizar* ou o *monumento a proteger*.

Nesta conjuntura, com o Decreto-Lei n.º 28468, de 15 de Fevereiro de 1938, e no âmbito da protecção legal a seres vivos existentes nas «zonas de protecção dos monumentos nacionais», tais como manchas de arvoredo, jardins de interesse artístico ou histórico e, inclusive, espécies vegetais pontuais, vai prever-se e recomendar-se uma cuidadosa conservação em função do correspondente porte, idade ou raridade. A consciência da moldura decorativa dos *monumentos nacionais* e da paisagem circundante estava, também ela, vertida neste diploma. No mesmo decreto, abre-se a possibilidade do corte e do derrube de árvores em jardins, parques, matas ou manchas de arvoredo existentes em «zonas de protecção dos monumentos nacionais», edifícios de interesse público ou edifícios do Estado de reconhecido valor arquitectónico⁴⁵. Deste modo, revela-se, através de outro documento, uma outra via que permitirá de forma legal contribuir para operações de *saneamento estético*, com o intuito de eliminar todos os elementos construídos (no caso, vivos) que se opusessem à revelação do objecto monumental e, em simultâneo, salvaguardar espécies que segundo determinados parâmetros de selecção contribuíssem para a composição do quadro pretendido. Se por um lado se reforçava uma vontade de conservação, por outro ficava claro o desejo de isolamento físico e simbólico dos *monumentos nacionais* como produtos simultaneamente de domínio e de exposição. Como antes referimos, na mesma obra podiam coexistir posturas *conservacionistas* e *devastadoras-restauradoras* que fossem de carácter objectual ou de âmbito alargado à condição de envolvimento.

Pode-se igualmente concluir que alguns dos procedimentos fundados em 1932 teriam como propósito a centralização das decisões, que o Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de Maio de 1936, acabaria, por fim, de determinar categoricamente. Nas palavras de Domingos Bucho: «A promiscuidade entre a propaganda política, a História e as intervenções nos monumentos estava consagrada em lei!»⁴⁶.

Se inicialmente, na maioria das vezes sob proposta da DGEMN, a fixação das zonas de protecção especial eram da competência do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, com parecer do Conselho Superior das Obras Públicas e do Conselho Superior das Belas Artes, a partir de 1936 esta responsabilidade caberia à Junta Nacional da Educação através da 1.ª Subsecção da 6.ª Secção:

⁴⁵ Mediante autorização prévia da Direcção Geral da Fazenda Pública e ouvidas as indicações de ordem técnica da DGEMN, entre outras. Ainda havia que juntar o parecer da 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação.

⁴⁶ BUCHO, Domingos – *Herança Cultural e Práticas do Restauro Arquitectónico em Portugal durante o Estado Novo: Intervenção nas Fortificações do Distrito de Portalegre*. Évora: Universidade de Évora, 2000. Tese de Doutoramento. p. 150.

Definir o perímetro de protecção estética dos imóveis classificados como monumentos nacionais ou de interesse público, até pela tradição ou pela beleza natural bem como propor, orientar, e fiscalizar os respectivos trabalhos de reintegração, restauro, conservação ou valorização.⁴⁷

A par destas transformações, em Portugal, nos princípios do Estado Novo, já se encontrava difundida a ideia do valor patrimonial alargado à dimensão cultural da paisagem, em particular por via das recomendações descritas nas conclusões gerais da conferência realizada em 1931 em Atenas⁴⁸, que deu origem à *Carta de Atenas*. Como se adverte, no seu ponto III, especial incidência deve ser votada à envolvente dos *monumentos*:

La conférence recommande de respecter, dans la construction des édifices le caractère et la physionomie des villes, surtout dans le voisinage des monuments anciens dont l'entourage doit être l'objet de soins particuliers. Même certains ensembles, certaines perspectives particulièrement pittoresques doivent être préservés. Il y a lieu aussi d'étudier les plantations et ornements végétales convenant à certains monuments ou ensembles de monuments pour leur conserver leur caractère ancien. Elle recommande surtout la suppression de toute publicité, de toute présence abusive de poteaux ou fils télégraphiques, de toute industrie bruyante, même des hautes cheminées, dans le voisinage des monuments d'art ou d'histoire.⁴⁹

Como se refere em anterior publicação⁵⁰, esta disposição evidencia ainda uma inquietação centrada no *monumento*. A envolvente deveria ser objecto de cuidados particulares, chamando-se, na *carta*, a atenção não só para os conjuntos e as perspectivas singularmente pitorescas que se deveriam salvaguardar mas, também, para as plantas e ornamentações vegetais que pudessem conservar o carácter antigo dos *monumentos*. Contudo, convém salientar que, em abstracto, este documento já constitui um prenúncio da «conservação integrada»⁵¹ e o «fim da era dos monumentos nacionais»⁵², como refere Jorge Custódio. A este facto não é alheia a contribuição da escola italiana representada por Camillo Boito e Gustavo Giovannoni.

⁴⁷ Decreto n.º 26611, p. 541.

⁴⁸ A *Carta de Atenas para o Restauro dos Monumentos Históricos* foi adoptada aquando do I Congresso Internacional dos Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado entre 21 e 30 de Outubro de 1931. Dos registos desta conferência não faz parte nenhum representante de Portugal, nomeadamente das suas deliberações finais e das comunicações apresentadas. Cf. AAVV – *La Conservation des Monuments d'Art et d'Histoire*. Paris: Office International des Musées, 1933.

⁴⁹ CHOAY, Françoise – *La Conférence d'Athènes: Sur la Conservation Artistique et Histoire des Monuments* (1931). Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 2002. ISBN 2-910735-67-2. p. 104.

⁵⁰ Cf. MARADO, Catarina; CORREIA, Luís Miguel – *The setting of architectural...*

⁵¹ A denominação «conservação integrada» foi adoptada na *Carta Europeia do Património Arquitectónico* de 1975. Procurou estabelecer vínculos com o planeamento urbanístico e o ordenamento do território. CHOAY, Françoise – *As questões do património. Antologia para um combate*. Lisboa: Edições 70, 2011. ISBN 978-972-44-1624-3; IPPAR – *Cartas e Convenções...*

⁵² CUSTÓDIO, Jorge – “Sociedade das Nações, Portugal e Carta de Atenas (1931)”. In IGESPAR – *100 Anos de Património, Memória e Identidade*. Lisboa: IGESPAR, 2010. ISBN 978-989-8052-20-9. p. 134.

Os sete pontos que constam da *Carta de Atenas* foram introduzidos nas disposições legais de vários países. Em Portugal, tiveram reflexo, como adverte Jorge Custódio, nas concepções dos responsáveis técnicos, na prática das intervenções – com a introdução de novos materiais (betão armado) e, na nossa perspectiva, com o processo de *anastilose* –, no papel da educação no respeito pelos *monumentos* e na própria legislação. Comparando algumas das recomendações da *Carta de Atenas* com os decretos produzidos em 1932, comprova-se que certas questões debatidas em Atenas estão presentes nos diplomas legislativos portugueses:

[...] no que respeita à administração das leis pelos Estados-Membros, encontram-se espelhadas na redacção do Decreto-Lei n.º 20.925 [leia-se: n.º 20.985], de 7 de Março de 1932, em especial a base doutrinária que informava o conteúdo legal das servidões administrativas (Artigo 45.º). Também a valorização dos monumentos e zonas de protecção entraram na legislação portuguesa (Decreto-Lei, n.º 21.875, de 18 de Novembro de 1932), o que de algum modo significa que a circulação de informação se fez entre a Sociedade das Nações e o Estado português.⁵³

Mesmo a apreensão com as espécies e cobertos vegetais que rodeiam os *monumentos* está ponderada, como vimos antes, no Decreto-Lei n.º 28468, de 15 de Fevereiro de 1938.

Contudo, a interpretação do teor da *Carta de Atenas*, e o que nela se encontrava implícito em relação ao *contexto* dos *monumentos*, deparou-se com outra realidade em Portugal. Como indica Jorge Custódio, neste período e nos anos seguintes, encontravam-se no auge a valorização dos *monumentos nacionais* e as práticas do «restauro», em sua consideração, contrárias às resoluções de Atenas:

Contra o princípio do diagnóstico e da terapêutica, a política patrimonial nacional exige restaurar, restaurar, restaurar... [...] No património implantava-se a ditadura do «poder do espírito» (António Ferro) nivelando-o pela ideologia.⁵⁴

Se em parte se considera precisa esta análise, assinaladamente a unicidade e universalidade do discurso sob o espectro da ideologia do regime, por outro lado, como descrevemos em anteriores trabalhos⁵⁵, demonstra-se que na prática as intervenções cometidas não obedecem escrupulosamente a uma doutrina imutável. A composição imagética pretendida para os *monumentos* poderia ser anunciada e, porventura, concretizada com o mesmo denominador comum, dominadores e idílicos no território. Porém, os resultados das obras cometidas demonstram que os meios e os critérios adoptados, nomeadamente na «conservação» de vários castelos, foram distintos das

⁵³ CUSTÓDIO, Jorge – *Sociedade das Nações...*, p. 134. Apesar de não ter estado nenhum representante português na conferência, as conclusões da *Carta de Atenas* foram publicadas nas páginas da revista *A Arquitectura Portuguesa* ainda no ano de 1931. Cf. *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa. Ano XXIV, 2.ª série, n.º 11 (1931). p. 87-88; *A Arquitectura Portuguesa*. Lisboa. Ano XXIV, 2.ª série, n.º 12 (1931). p. 95-96.

⁵⁴ CUSTÓDIO, Jorge – *Sociedade das Nações...*, p. 135.

⁵⁵ Cf. CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal...*; CORREIA, Luís Miguel – *Restauro versus conservação...*

práticas de «restauro» da maioria das estruturas religiosas⁵⁶. Assim, ao contrário do exposto por Jorge Custódio, que assegura que

[...] em Portugal caminhava-se para a valorização das doutrinas e o módulo das orientações técnicas oficiais de restauro, que H. Gomes da Silva fez aprovar no I Congresso da União Nacional (Outubro de 1934), em vez de se dar o primado à conservação e ao modo experimental de intervenção aplicado a cada caso único,⁵⁷

considera-se que tal não poderá ser generalizado a todas as obras realizadas, bem como aos seus responsáveis. Basta recordar que o próprio Henrique Gomes da Silva reconhece a dualidade de preceitos, tanto no referido documento⁵⁸ como também, em 1941, no texto publicado no *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* dedicado à Igreja Matriz da Atalaia: «Um critério único não é possível impor-se na reintegração de todos os Monumentos»⁵⁹.

No Decreto n.º 26957, de 28 Agosto de 1936, relativo às *Missões Estéticas de Férias* (M.E.F.) – realização a cargo da Academia Nacional de Belas-Artes – pode-se encontrar uma síntese das reflexões antes expostas, em concreto a universalidade do discurso sobre o protagonismo que os *monumentos* deveriam perseguir na *educação nacional*:

No momento em que Portugal, havendo reagido nos domínios financeiro, económico, político e até social, procura mobilizar a energia espiritual da Nação, para a consolidação da obra realizada e para a defesa dos seus destinos históricos, não podia esquecer-se o valor educativo da Arte. Por isso, se o Estado Novo tem dispensado, de há muito, carinhoso cuidado à conservação do património estético da Nação, vai este agora ser utilizado como instrumento de defesa da Arte contra doentias concepções do que seja a originalidade e contra a desnacionalizadora infiltração de exóticas teorias que a um materialismo geométrico, frio e incharacterístico, sacrifica o realismo plástico, humano e português. [...] Pelo presente decreto pretende-se dotar a formação dos artistas e estudantes portugueses de artes plásticas com o conhecimento do património estético da Nação, nos seus valores naturais e monumentais, de que são ricas as nossas províncias, ao mesmo tempo que se contribuirá para a realização do respectivo cadastro, inventário e classificação.⁶⁰

⁵⁶ Cf. TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...* Mesmo no caso das estruturas religiosas, Miguel Tomé defende que, apesar de algumas semelhanças metodológicas, existiu na prática também uma diferença de procedimentos. Este autor, tomando como exemplo ilustrativo as igrejas «gémeas», de estilo românico, de Travanca e de Rates, revela que se na primeira se identificou a impossibilidade de restabelecer uma abside primitiva, aceitando-se a modificação moderna, pelo contrário, na segunda foi possível, face aos vestígios descobertos – resultando daí a segurança da veracidade da operação – reconstituir a capela-mor.

⁵⁷ CUSTÓDIO, Jorge – *Sociedade das Nações...*, p. 135.

⁵⁸ Cf. SILVA, Henrique Gomes da – “O Boletim dos Monumentos Nacionais. Monumentos Nacionais – Orientação Técnica a seguir no seu Restauro”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja de Leça do Bailio*. Lisboa: DGEMN. N.º 1 (1935). p. 5-20.

⁵⁹ SILVA, Henrique Gomes da – “A Reintegração dos Monumentos”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. A Igreja Matriz da Atalaia*. Lisboa: DGEMN. N.º 24 (1941). p. V.

⁶⁰ *Decreto-Lei n.º 26957*, p. 1039.

E, conjuntamente, na «organização do espaço»

As M.E.F. realizar-se-ão nos meses de Agosto e Setembro de cada ano e tomarão por centro de irradiação, sempre que possível, um histórico castelo ou monumento nacional.⁶¹

Embora a importância do *contexto*, num pressuposto mais ou menos amplo, esteja quase sempre implícita no conteúdo das propostas e obras realizadas durante as primeiras décadas desta direcção política, o *monumento* foi essencialmente entendido como o «ornamento primário e insubstituível da suave paisagem que o enquadra»⁶², sujeitando a sua fronteira a um quadro de valores históricos e simbólicos que ele, objecto do *passado* e do *presente*, enquadrava e transmitia.

Esta ideia sobre o papel central dos *monumentos* relativamente ao seu *contexto* também se encontra expressa na área de investigação dos historiadores de arte. Na prossecução dos intentos de Joaquim de Vasconcelos⁶³, Reynaldo dos Santos⁶⁴ referiria a propósito deste assunto, em particular em relação à arquitectura românica, que esta se integra de tal forma nos ambientes paisagísticos que a envolvem, que dir-se-ia concebida à escala das suas grandezas. Porém, na sua perspectiva, só a arquitectura podia exprimir através das suas formas, da sua essência e do espírito que lhes estão associados, a expressão de um sentimento colectivo.

Os *monumentos* existem referenciados a teias rurais e urbanas onde concretizam a sua dimensão social e cultural, podendo *ab initio* definir a estrutura do espaço envolvente ou, ao invés, serem por este condicionados e nele integrados. Nesta dicotomia poderá residir uma diferença substancial de objectivos na aproximação do projecto ao local, ou seja, do objecto arquitectónico à sua envolvente – o *contexto do lugar*.

Numa sucinta observação, verifica-se, contudo, que as motivações que se encontraram na retaguarda das disposições legais que se adoptaram não são aquelas que enformam uma intenção abrangente que ultrapasse directamente os limites espaciais do *monumento* mas, pelo contrário, são o resultado de uma ambição oposta, encarando-os de forma isolada e sujeitando-lhes neste caso, sempre que necessário e conveniente, o *contexto*. Ao arripio do que defende Gustavo Giovannoni e do que preconizam, de forma implícita⁶⁵, as conclusões de Atenas, bem como da *Carta del Restauro* de 1932, apresentada em Itália e da qual aquele também foi o principal redactor, a envolvente dos *monumentos* raramente seria considerada como reservatório territorial do objecto cujo valor patrimonial detém uma *identidade* própria e consequente, cúmplice de uma prática de salvaguarda conjunta.

⁶¹ Decreto-Lei n.º 26957, p. 1039.

⁶² MOP/DGEMN – “Igreja de S. Pedro de Ferreira”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. N.º 7 (1937). p. 19.

⁶³ Cf. VASCONCELOS, Joaquim de – *Arte Românica em Portugal*. Porto: Ed. Marques de Abreu, 1918.

⁶⁴ Cf. SANTOS, Reynaldo dos – O Espírito e a Essência da Arte em Portugal. *Conferências de Arte*. Lisboa: Sá da Costa. 2.ª Série, N.º I (1943).

⁶⁵ Cf. CHOAY, Françoise – *As questões do património...*

Para Gustavo Giovannoni, os *monumentos* inserem-se na matriz urbana e ambiental que os envolve e integra, considerando deste modo imprudente qualquer intervenção que pretenda o seu isolamento físico, eliminando para tanto elementos que se oponham à sua limpeza visual. De facto, para este autor italiano o carácter de um *monumento* é não só intrínseco mas também extrínseco, sendo que a condição externa constituiu o ambiente que por vezes se estendeu ao conjunto urbanístico de uma rua, de uma praça, de um bairro. As condições ambientais têm tal valor que desvirtuar a visualidade de um *monumento* pode equivaler à sua destruição, por completo. Em suma, defende a relação do objecto com o seu *contexto*, enunciando uma concepção de ambiente num âmbito mais alargado à condição urbana, estendendo assim o conceito de *monumento* ao conjunto histórico, igualmente portador de valores artísticos. Esta concepção conduziu-o a uma reflexão sobre problemas relacionados com os núcleos urbanos históricos. Opondo-se às operações higienistas, com o recurso aos *sventramenti* criou a sua teoria assente no *diradamento*, que consistia numa política de salvação dos centros históricos que se encontravam em condições de insalubridade e ruína. Em síntese, condenava as demolições maciças, substituindo-as por um processo de *clareamientos*, com intervenções localizadas, selectivas, através das quais se conseguiam novos espaços que cumpriam funcionalidades modernas, salubres e, em simultâneo, se salvava um grande número de ruas e casas, conseguindo deste modo conservar os denominados centros históricos «en condiciones próximas a las originales, porque el viejo hábitat tenía su orden, su lógica, su higiene, su decoro»⁶⁶.

Determinados por apetências políticas, sociais, culturais e turísticas, os *monumentos nacionales* iriam assumir-se como motores da reestruturação do respectivo *contexto* e não como meros componentes de um projecto de âmbito e escala mais alargados.

Dominados por uma vontade inflexível de reconstituição de reservas de expressão tradicional e de memórias colectivas, em que o sentido urbano ou rural de uma igreja ou de um castelo é «inferido da forma como domina a paisagem e da vontade de nela se instituir como um signo»⁶⁷, os *monumentos* são sobretudo considerados uma referência onde se concretizam um desejo e uma exaltação de valores de índole nacionalista e tradicionalista, aos quais o *lugar* se deveria adaptar ou, em última análise, como na generalidade viria a acontecer, acomodar. Perante o quadro existente, o problema reduzir-se-ia à forma como os objectos arquitectónicos concretizavam a sua dimensão patrimonial no valor cultural da paisagem, urbana ou rural, não influenciados por esta, antes caracterizando-a, revertendo não raras vezes em intervenções de ruptura e de grande escala determinadas por fins *rememorativos* e *museificantes*, essencialmente pedagógicos.

⁶⁶ Citação retirada de RIVERA BLANCO, Javier – “Restauración arquitectónica desde los orígenes hasta nuestros días. Conceptos, Teoría e Historia”. In FERNÁNDEZ ALBA, Antonio [et al.] – *Teoría e Historia de la Restauración. Master en Restauración y Rehabilitación del Patrimonio*. Madrid: Editorial Munilla-Lería, 1997. ISBN 84-89150-15-X. p. 144.

⁶⁷ TOMÉ, Miguel – *Património e Restaura...*, p. 87.

Perante um quadro natural de comunhão entre objecto arquitectónico e *contexto*, fosse este de matriz rural ou urbana, alguns imóveis, designadamente algumas estruturas militares e religiosas, constituíram, pela sua presença territorial dominante, um meio directo desta forma de exercício. Na verdade, a envolvente deveria ser compreendida como uma ampliação formal e funcional destas estruturas. Na realidade, o que se veio a revelar foi uma preponderância de intervenções de pequena ou grande dimensão no objecto arquitectónico, critério que estava dependente do estado *a priori*, implementadas mercê de preceitos excepcionais, cuja óptica pretendia tornar monumentais os símbolos da nova ordem social e cultural. Com tal finalidade, as obras acentuaram a artificialidade do objecto e da correspondente localização, traçando de novo a envolvente, enquanto protecção territorial e zona de conveniência mútua, adoptando de preferência três maneiras de agir: 1. reestruturando o guarnecimento arborescente em função de cenários seleccionados; 2. procedendo à demolição de edificações consideradas espúrias ao local; 3. criação de eixos visuais ou caminhos viários de deleite visual.

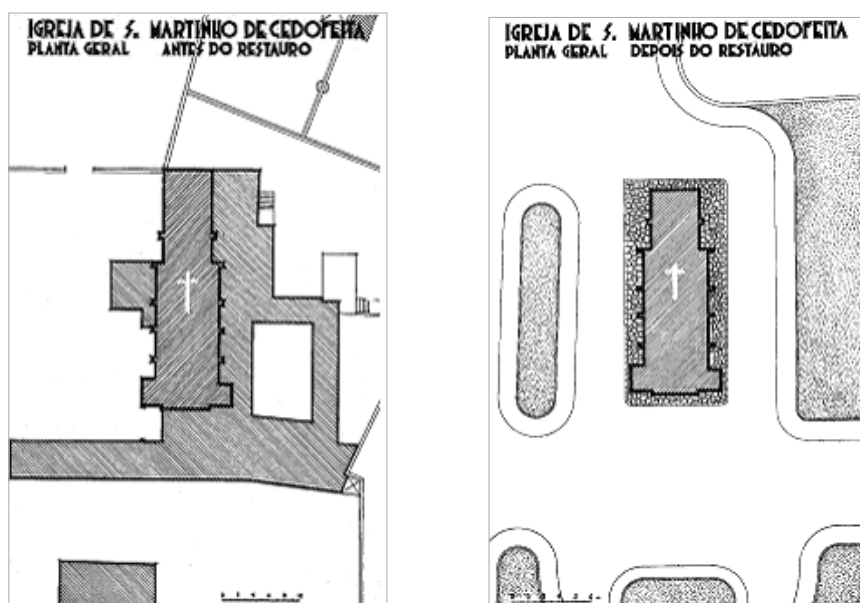


Fig. 3 e Fig. 4. Planta geral da Igreja de S. Martinho de Cedofeita, antes e depois das obras⁶⁸

⁶⁸ MOP/DGEMN – “Igreja de S. Martinho de Cedofeita”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. N.º 2 (1935). *fig. 1* (SIPA DES: 0010344 ©IHRU) e *fig. 2* (SIPA DES: 0010340 ©IHRU).

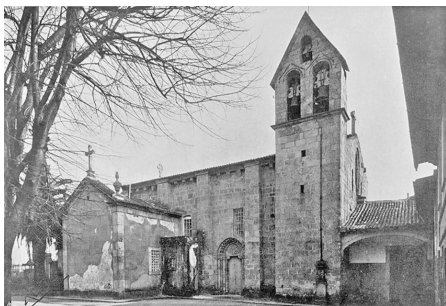


Fig. 5 e Fig. 6. Vista da Igreja de S. Martinho de Cedofeita, antes e depois das obras⁶⁹

Num breve exame aos *Boletins da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*⁷⁰ pode-se comprovar esta tendência ao longo dos 129 números editados. Somente a partir de meados dos anos sessenta, talvez sob a influência da *Carta de Veneza* (1964), se começa a verificar, em alguns casos, uma outra consciência⁷¹. Porém, não terão o mesmo significado no conjunto dos *boletins* publicados porque dos anos setenta em diante apenas são divulgados cinco números.

Como se indicou antes, a orientação até aos anos sessenta não será esta, mas ao invés, o *lugar* à condição do *monumento*. Como comprova o texto de Henrique Gomes da Silva no *boletim* (n.º 1) publicado em Setembro de 1935, dedicado à Igreja de Leça do Bailio, referindo-se à Igreja de S. Martinho de Cedofeita (Fig. 3 a Fig. 6) no Porto:

Antes do início do restauro estava a Igreja circundada por um amontoado pobre de dependências em péssimo estado de conservação, ameaçando ruína próxima e portanto a sua desapareição completa. Foi a obra iniciada desafrontando a Igreja dos acrescentos [...] A mesma orientação foi seguida com tantos outros monumentos [...] Sé de Silves, o Castelo de Óbidos, a Igreja de S.^{ta} Clara de Santarém, a Sé de Coimbra, as Igrejas de

⁶⁹ MOP/DGEMN – *Igreja de S. Martinho...* fig. 11 (SIPA FOTO: 0672201 ©IHRU) e fig. 12 (SIPA FOTO: 0055696 ©IHRU).

⁷⁰ Cf. MOP/DGEMN – *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. 1935-1990.

⁷¹ Uma das transformações significativas ocorre na própria designação das obras. Com o número dedicado à Igreja do Tabuado – cf. MOP/DGEMN – “Igreja do Tabuado. Marco dos Canaveses”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. N.º 125 (1972) – o capítulo dedicado às intervenções deixa de ser intitulado «A restauração» e passa a ser denominado por «Trabalhos efectuados». No mesmo número (p. 19) refere-se, com algum reconhecimento crítico, que nas intervenções incidiram «pequenos pormenores de ajustamento, que visavam restitui-la [a igreja] à dignidade e harmonia que outrora possuiu, embora sem a preocupação de efectuar qualquer tarefa de restauração integral».

S.^{ta} Clara-a-Vélha de Coimbra, Lourosa, Leça do Bailio, S.^{ta} Clara de Vila do Conde, Cete, Paço de Sousa, Travanca, Ferreira, Roriz, Bravâis, o Castelo de Guimarães, as Igrejas de Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, S. Frutuoso em Braga, Matriz de Caminha e outras mais.⁷²

No mesmo *boletim*, a respeito das obras de «restauração» realizadas na Igreja de Leça do Bailio, pergunta-se:

¿Que cumpria fazer? Em primeiro lugar, acudir aos telhados, onde o risco de um desastre se agravava de dia para dia. Depois, promovendo a independência total do monumento por meio da expropriação [...].⁷³

De facto, o que se verifica ao longo dos vários números dos *boletins* é uma prática centrada no isolamento do *monumento*, construída com o recurso à demolição, não só das dependências a ele encostadas, como também à sua desobstrução num contexto mais alargado, neste caso, a partir das medidas de expropriação previstas na legislação. Em geral, recentram-se igrejas em praças, monumentalizam-se castelos na paisagem, orientam-se perspectivas... que mais tarde seriam objecto de *zona especial de protecção*.



Fig. 7. Vista das Murallas de Lagos, *antes* das obras⁷⁴

⁷² SILVA, Henrique Gomes da – *O Boletim dos Monumentos Nacionais...*, p. 17-18.

⁷³ MOP/DGEMN – “Igreja de Leça do Bailio”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. Nº 1 (1935). p. 35.

⁷⁴ MOP/DGEMN – “Murallas de Lagos”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. Nº 104 (1961). *fig. 15* (SIPA FOTO: 0173646 ©IHRU).

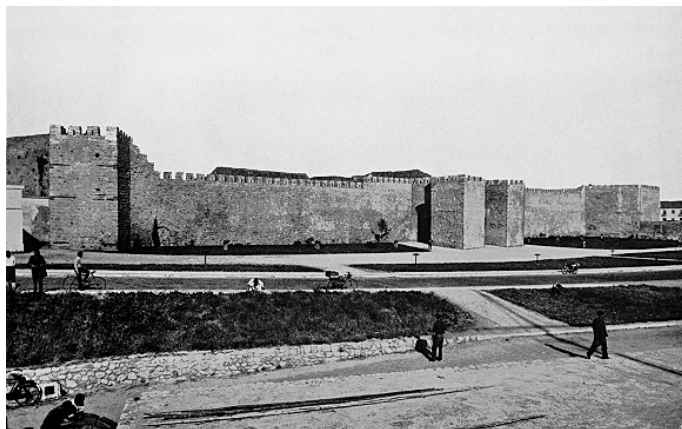


Fig. 8. Vista das Murallas de Lagos, *depois* das obras⁷⁵

Respigando *boletins* mais tardios, verificam-se ainda semelhantes propósitos. Se na Igreja de Leça do Bailio e na Igreja da Cedofeita a extensão das obras é circunscrita a áreas de «reduzidas» dimensões, este critério pode desempenhar um papel de transformação profunda quando o *monumento* tem outra escala ou os objectivos da intervenção têm outros desígnios. As estruturas militares são um desses exemplos⁷⁶. Neste âmbito vejam-se as operações realizadas nas Murallas de D. Fernando no Porto⁷⁷, nas Murallas de Lagos (Fig. 7 e Fig. 8)⁷⁸ ou na Praça Forte de Valença⁷⁹.

Nos *boletins* relativos às Murallas de Lagos e à Praça Forte de Valença, de 1961 e 1964, respectivamente, reitera-se de forma evidente e objectiva a política adoptada nas «obras de restauro»:

Apesar da indiferença dos homens, conseguiram resistir até aos nossos dias grandes extensões da muralha que defendeu a cidade de Lagos. No intuito de as recuperar e valorizar [...] foram empreendidos importantes trabalhos de libertação e consolidação daqueles sectores que beneficiaram do profundo arranjo urbanístico que a cidade sofreu. Com efeito a abertura da ampla avenida marginal de penetração veio criar novas perspectivas do aglomerado que valorizaram extraordinariamente esses troços da velha fortificação.⁸⁰

⁷⁵ MOP/DGEMN – *Muralhas de Lagos*. fig. 16 (SIPA FOTO: 0173939 ©IHRU).

⁷⁶ Cf. CORREIA, Luís Miguel – *Castelos em Portugal...*

⁷⁷ Cf. MOP/DGEMN – *Muralhas de D. Fernando*. Porto. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. N.º 5 (1936).

⁷⁸ Cf. MOP/DGEMN – *Muralhas de Lagos*.

⁷⁹ Cf. MOP/DGEMN – *Praça Forte de Valença*. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. N.º 115 (1964).

⁸⁰ MOP/DGEMN – *Muralhas de Lagos*, p. 23.

A Praça Forte de Valença constitui um interessante exemplar de uma Vila fortificada, praça de guerra fronteiriça. Por isso entendeu a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que era necessário proceder a vastas obras de restauro, limpando-a de tudo aquilo que se acrescentara em prejuízo da sua verdadeira feição monumental.⁸¹

Estas condições programáticas e simbólicas vão ser, também elas, determinantes no contexto da política de fomento de infra-estruturas e obras públicas. Em resultado da sua escala e presença no território, os *monumentos* seriam uma das faces visíveis desta pretensão de *intervenção urbana*, apenas centrada no objecto arquitectónico e revestida de contornos essencialmente monumentais e cenográficos, a que o Decreto n.º 21697 de 30 de Setembro de 1932 e as verbas que por via dele foram disponibilizadas vieram dar um impulso decisivo, confirmando as pretensões do regime em evidenciar uma acção eficaz, restauradora e renovadora, sinónimo de *progresso* e, de algum modo, de respeito pela *tradição*. Este diploma, respeitante aos «melhoramentos urbanos», denota as primeiras preocupações com os «planos de urbanismo»⁸². Porém, tais planos não iam além de estudos de natureza limitada e superficial, que tinham por fundamento

[...] as obras de interesse local e vantagem colectiva a executar fora dos grandes centros, compreendendo a realização de planos de urbanismo, a construção, transformação e reparação de [...] e monumentos nacionais,⁸³

abdicando de qualquer projecto global de ordenamento do espaço urbano.

Na verdade, esta disposição iria ter considerável impacto na acção interventiva sobre os *monumentos nacionais* à escala do País, porque permitia, de acordo com a criação do Comissariado do Desemprego⁸⁴, a utilização de verbas do Fundo do Desemprego.

Como refere Margarida Acciaiuoli⁸⁵, na sequência do Decreto n.º 21697 de 30 de Setembro de 1932, os «planos de regularização e embelezamento» que se seguiram e ocorreram no sentido de «embelezar» os *monumentos*, por necessidade de desafogo, por regulação do trânsito, etc., não encontraram na sua consideração argumentos que os justificassem. Reitera-se uma vontade de salvaguarda do *passado* e, em simultâneo, afirmam-se os valores da acção do *presente*, que em muito viriam a marcar a paisagem que castelos, igrejas ou outros imóveis de reconhecido interesse nacional entretinham.

Compunha-se um cenário idílico, pretensamente universal, onde sobremaneira alguns *monumentos* surgiriam como *novos*, «abrindo-se na sua «pureza original» a supostos usos em primeira mão»⁸⁶. Nesta confusão entre passado e presente traduzia-se (in)capacidade de reconstrução metafórica do património.

⁸¹ MOP/DGEMN – *Praça Forte de Valença*, p. 27.

⁸² Cf. Decreto n.º 21697, de 30 de Setembro de 1932.

⁸³ *Decreto n.º 21697*, p. 1973.

⁸⁴ Cf. Decreto n.º 21699, de 19 de Setembro de 1932.

⁸⁵ Cf. ACCIAIUOLI, Margarida – *Exposições do Estado Novo: 1934-1940*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998. ISBN 972-24-1043-1.

⁸⁶ ACCIAIUOLI, Margarida – *Exposições do Estado Novo...*, p. 14.

Entre outros, a DGEMN foi um dos organismos preparados para proporcionar emprego sob a forma de projectos subsidiados, contribuindo para o fomento geral das obras públicas. Assim aconteceu, em particular, no período decorrente entre a Guerra Civil Espanhola e a 2ª Guerra Mundial, o qual, para além de coincidir com um tempo de taxa de desemprego alta, foi uma época em que as comparticipações para obras em *monumentos* foram igualmente elevadas, sobretudo devido às numerosas intervenções realizadas por ocasião das *Comemorações Centenárias* de 1940.

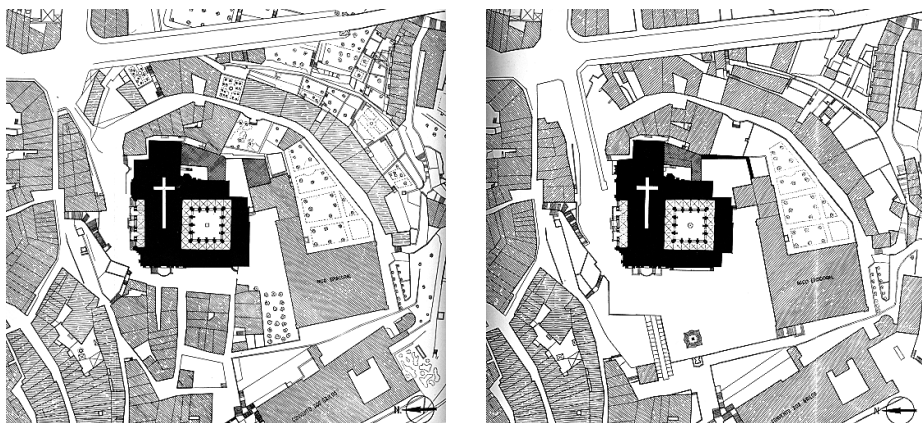


Fig. 9 e Fig. 10. Planta geral da Sé Catedral do Porto, antes e depois das obras⁸⁷

Neste período assiste-se a algumas intervenções em ambiente urbano com contornos mais alargados. A pretexto do plano para a dupla *Comemoração dos Centenários e da Independência de Portugal*, em 1940, são realizadas operações nos cinco locais considerados divisas da lusitanidade: Guimarães (berço da nacionalidade), Porto (núcleo de formação) (Fig.9 e Fig.10), Braga (capital religiosa), Lisboa (capital do império), Vila Viçosa (restauração da independência). Em nossa opinião, também as intervenções realizadas na Alta de Coimbra, a partir dos anos quarenta, atestam uma prova da ambiguidade e conveniência de procedimentos.

Se em qualquer dos casos as intervenções foram impregnadas de significação política e ideológica, verificamos contudo que as transformações, em maior ou menor escala, efectuadas em Guimarães, Porto, Braga, Lisboa e Vila Viçosa, se conformaram numa visão monumental orientada para os edifícios históricos, em detrimento dos espaços urbanos envolventes. Corroborando as palavras de Miguel Tomé:

⁸⁷ MOP/DGEMN – “Sé Catedral do Porto”. *Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa: DGEMN. N.º 40-43 (1945-1946). *fig. 1 e fig. 2* (SIPA DES: 0042259 ©IHRU).

[...] Se, em Braga, a intervenção se limitou à abertura de uma praça ladeando a Sé, no Porto, em Guimarães e em Lisboa, partindo da analogia permitida pela situação topográfica, foram projectadas três «acrópoles sagradas», espaços com forte presença na paisagem urbana envolvente, produto de intensos esforços demolidores. Em Vila Viçosa, a reestruturação estendeu-se a toda a povoação e teve como núcleos compositivos o Castelo, o Paço Ducal e o Centro Cívico da Vila. [...] O reconhecimento da especificidade da qualidade e valor das situações urbanas reconhecia-se nas distintas soluções projectuais, pelas opções formais e conceptuais e pelas escalas de acção: o «Parque-necrópole» de Guimarães, a «Acrópole» portuense, a «Praça» de Braga, o «Monumento» em Lisboa, o «Aglomerado urbano» em Vila Viçosa.⁸⁸

Pelo contrário, em Coimbra vigorou uma visão oposta, pese embora a escala das intervenções ter estado próxima dos critérios e preceitos adoptados nalgumas das obras operadas nos locais antes referenciados, designadamente a expropriação e a consequente demolição. Neste caso particular, Nuno Rosmaninho alerta:

Havia na área da Cidade Universitária monumentos classificados e outros que, naquela época, mereciam a atenção patriótica do País. No entanto, enquanto os políticos e os jornais enalteciam as apaixonadas reintegrações de castelos e, em geral, a intensa actividade restauradora, em Coimbra assistiu-se ao arrasamento da base de uma torre de menagem do castelo de Martim de Freitas, da Igreja de S. Pedro, de um arco do aqueduto quinhentista, de quatro colégios e de vestígios arqueológicos pré-pombalinos [mas,] [...] nesta circunstância, conveio mais ao regime afirmar a sua capacidade empreendedora do que invocar as glórias passadas. [...] Estas determinações subjugarão totalmente o arquitecto dos Monumentos Nacionais, Baltazar de Castro, que se atreveu a emitir um parecer segundo o qual a base da torre medieval «não tinha interesse histórico e [...] podia ser demolida sem prejuízo para o Património Histórico e Arqueológico do País».⁸⁹

Mesmo em Coimbra, como adverte Nuno Rosmaninho, não deixa de imperar uma dignificação monumental em redor dos *monumentos nacionais*, como foi o caso da área envolvente da Sé Nova que implicou a demolição de várias construções para a implantação de uma praça e a libertação de perspectivas abertas e magníficas.

Em comum, estes seis exemplos, a coberto da égide da DGEMN, demonstram que a ideologia instrumentalizava de forma decisiva e implacável a política patrimonial, definindo-lhe sobretudo os limites de intervenção, e que os critérios e os conteúdos muito dificilmente podem ser generalizados a todas as intervenções por razões as mais diversas, dentre as quais a preponderância, ou não, do objecto erudito sobre o tecido urbano, ou vice-versa, embora o primeiro juízo se encontre disseminado no território.

⁸⁸ TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*, p. 93 e p. 98.

⁸⁹ ROSMANINHO, Nuno – *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. ISBN 972-8704-55-0. p. 312.

Em simultâneo com o processo de obras, assiste-se à classificação em série de vários imóveis como *monumentos nacionais* ou *imóveis de interesse público*. Em fase posterior a diversas intervenções, a partir de 1945, são decretadas as primeiras *zonas especiais de protecção*, algumas delas com *áreas vedadas à construção*. Esta circunstância traduziria não só a vontade de *crystalizar* no espaço a qualidade material de um dado objecto, simbolizador de acontecimentos históricos e tradições seculares, que as normais *zonas de protecção* não asseguravam, mas também a possibilidade de propiciar uma oportunidade, a «ficção patrimonial»⁹⁰, de *congelar*, alargada ao contexto envolvente, a representatividade das intervenções realizadas ou que se anteviam realizar no futuro.

Como propósito final, o que se pretendia era confirmar que os valores do passado e do presente têm conotações similares e, daí, que as intervenções nos *monumentos nacionais* estivessem associadas à conservação de um passado heróico que importava restaurar como forma de legitimar a acção gloriosa dos seus heróis. Nas palavras de António Ferro,

[...] queremos um aproveitamento dinâmico da tradição – que chame o País às suas responsabilidades históricas, lhe recorde o orgulho legítimo de antigas glórias [...]. Mas isto de tal maneira que terá de operar-se uma transposição indispensável. O nosso passado não deve «pensar demais no nosso presente» [...]. Trata-se dum recurso permanente às fontes de energia nacional e dum viril propósito de continuar a tarefa. A Tradição não é mais que do que a soma dos progressos realizados; e o Progresso não outra coisa senão a acumulação de novas tradições.⁹¹

Esta orientação centrada na submissão do *contexto* ao objecto arquitectónico, que resultaria na maioria das situações no seu isolamento físico, encontraria forte oposição nos próprios quadros técnicos da DGEMN, nomeadamente por influência de Raul Lino, que de algum modo defendia os preceitos enunciados por Gustavo Giovannoni. A sua posição fica clara num parecer de 1949 – em que, entre outros assuntos, aborda o castelo de Leiria – onde esclarece:

A convicção de que os monumentos têm de existir independentes de quaisquer elementos paisagísticos, desacompanhados de construções acessórias, desguarnecidas de natural ornamentação vegetativa [...] é uma convenção que depauperava esses mesmos monumentos arquitectónicos no que eles têm de mais sugestivo para o nosso espírito e de mais encantador para a nossa sensibilidade visual. Um castelo arruinado não tem que ser posto em tabuleiro raso, apresentado com preparação de laboratório à luz crua e desobstruída de uma sala de dissecções. Não falando já de artistas pintores, qualquer fotógrafo de nível acima da mediocridade estima o interesse que uma boa árvore acrescentava ao motivo principal do seu quadro. [...] Apece-nos ver em contacto com

⁹⁰ Cf. GUILLAUME, Marc – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras, 2003. ISBN 972-610-704-0.

⁹¹ FERRO, António – *Decálogo do Estado Novo*. Lisboa: SPN, 1934. p. 8 e p. 10.

a ruína uma vegetação bem rústica que lembre os tempos rudes em que se desenrolaram as vicissitudes que maior honra e fama teriam dado ao nobre monumento.⁹²

Mau grado esta posição de Raul Lino, bem como de outros autores⁹³, as intervenções iriam reduzir-se a um «problema de cosmética ou de cenografia urbana», rivalizando, em certo sentido, com a «consagração da percepção emotiva e esteticizante da paisagem [...] de oitocentos, momento em que [...] passou a vincular-se ao culto romântico das ruínas»⁹⁴. Para Miguel Tomé, a formulação centrada no objecto arquitectónico teve a sua origem no século XIX. Nesta época, transformaram-se os *monumentos* em modelos plásticos, cuja representação deveria ser perfeita, liberta de todos os elementos considerados parasitários, que de alguma forma contrariassem o carácter tridimensional e a leitura visual dos seus planos.

Nas palavras de Reinhard Baumeister, «los edificios antiguos deben conservarse, pero aislados y restaurados».⁹⁵

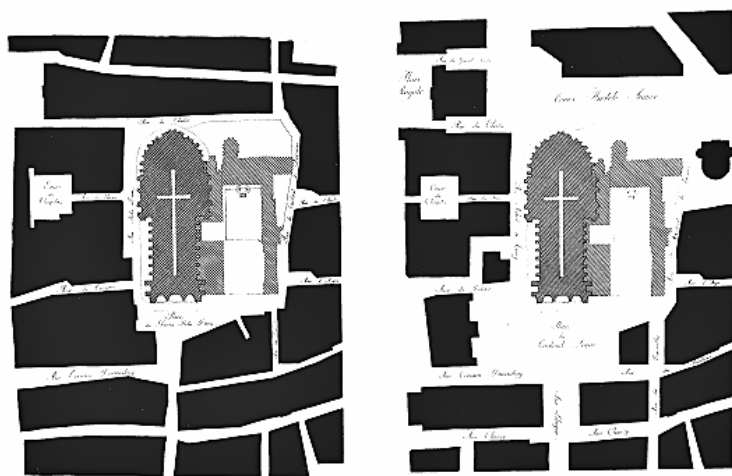


Fig. 11. «Plans des abords de Notre-Dame de Reims, avant et après dégagement»⁹⁶

⁹² Parecer retirado de NETO, Maria João – *Memória, Propaganda e Poder...* p. 332 (Documento 4).

⁹³ Cf. IGESPAR – *100 Anos de Património...*

⁹⁴ TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*, p. 99.

⁹⁵ Citação retirada de GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2008. ISBN 978-84-376-1721-3. p. 352. Corresponde ao texto original de BAUMEISTER, Reinhard – *Stadt-Erweiterungen in technischer, baupolizeilicher und wirtschaftlicher Beziehung*. Berlin: Erns und Korn, 1876.

⁹⁶ MOREUX, Jean-Charles – “Les places de cathédrales et leurs abords”. *L'Architecture Française*. Paris: Imprimerie L. Danel. N.º 21-22 (1942). p. 42.

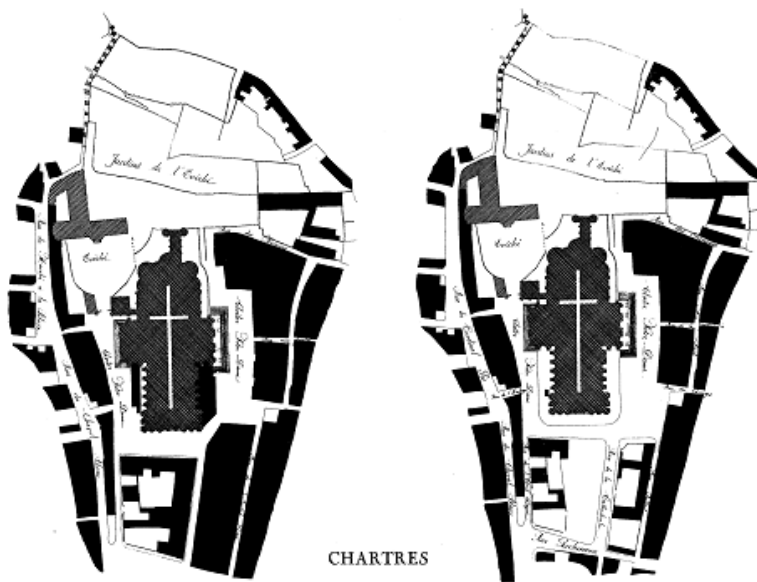


Fig. 12. «Plans des abords de Notre-Dame de Chartres, avant et après dégagement»⁹⁷

Neste domínio podemos recordar, como exemplos exteriores a Portugal, e à luz dos princípios artísticos de Eugène Viollet-le-Duc, as intervenções realizadas em áreas vizinhas de várias catedrais em França, como Reims (Fig. 11), Chartres (Fig. 12) ou Paris, que levaram à destruição de largos quarteirões e ao isolamento das respectivas estruturas religiosas. Estas acções concluíam-se, por norma, com o recurso à demarcação de praças e à abertura de ruas, preferencialmente a eixo das referidas estruturas para deleite visual. Porém, como alude Ignacio González-Varas⁹⁸, referindo-se a Paris, ao mesmo tempo que Eugène Viollet-le-Duc «restaurava» a Catedral de Notre Dame, símbolo da Idade Média parisiense, Georges-Eugène Haussmann vai demolindo o velho núcleo urbano medieval. Esta ideia reflecte-se num conjunto vasto de episódios dispersos na Europa⁹⁹ que, na generalidade, condensa no objecto singular, o *monumento conservado e restaurado*, com destaque para as catedrais, a história das cidades. Em síntese, assiste-se a numerosas campanhas de demolições nos centros históricos das

⁹⁷ MOREUX, Jean-Charles – *Les places de cathédrales...*, p. 26.

⁹⁸ Cf. GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de Bienes Culturales...*

⁹⁹ Ignacio González-Varas refere os casos do Duomo de Milão ou, em Espanha, as catedrais de León, Burgos ou Oviedo. Sobre este tema podem ver-se os trabalhos de: JAKOVLJEVIC, Nada; CULOT, Maurice – *Places et Monuments*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984. ISBN 2-87009-211-3; RIVERA BLANCO, Javier (coord.) – *Simposio Internacional: «La Europa de las catedrales. Conservación y gestión»*. Valladolid: Fundación del Patrimonio Histórico de Castilla y León, 2008. ISBN 978-84-935867-3-7.

idades tradicionais, nas quais participam, de forma similar e convenientemente, os *monumentos* e os seus *lugares*. O *monumento*, objecto de *memória*, passa a integrar-se num contexto *moderno*, visualmente descoberto, monumental e *higiénico*.

Neste âmbito, a revista *L'Architecture Française* publica em Julho-Agosto de 1942 (N.º 21-22) um artigo de Jean-Charles Moreux¹⁰⁰, intitulado *Les places de cathédrales et leurs abords*, onde é divulgado um estudo sobre as catedrais em França¹⁰¹, encomendado pelo *Commissariat à la Reconstruction Immobilière*, que aqui interessa observar por duas razões distintas.

Se por um lado, constitui uma simbólica amostra de algumas intervenções operadas em França em redor de várias catedrais, sobretudo durante o séc. XIX, que encontram em outros locais da Europa o semelhante, por outro, denota uma renovada consciência relativamente a uma prática demolidora sem «respeito» pelo *património urbano*, que privilegia a centralidade do *monumento*.

Os casos apresentados revelam as profundas alterações introduzidas nos tecidos urbanos, em particular através da demarcação de praças nas imediações das catedrais e a abertura de grandes eixos visuais – regularmente, a centro das catedrais – que tinham como desígnio o seu isolamento e a sua *monumentalização*. Numa outra perspectiva, os limites das intervenções dependiam do estado do existente. Quanto mais desafogada e *monumentalizada* estivesse a estrutura menos seriam as medidas de libertação. Ao invés, verificam-se obras de maior dimensão.

Num momento tão intenso na Europa, em plena II Guerra Mundial, este documento é do maior interesse em França¹⁰², como nos restantes países europeus.

Neste sentido, Jean-Charles Moreux pretende com esta exposição denunciar que

Il n'est pas seulement à déplorer les dégagements des cathédrales, mais il existe aussi l'affligeant spectacle des constructions récentes, sans charme et sans esprit, dressées, sans liens organiques avec celles du passé, sur les places-parvis,¹⁰³

alertando para a necessidade nas suas conclusões que

¹⁰⁰ Cf. MOREUX, Jean-Charles – *Les places de cathédrales...* Dada a sua relevância actual, este texto foi recentemente publicado em CENTRE DES MONUMENTS NATIONAUX – “La cathédrale dans la ville”. *Monumental*. Paris: Éditions du Patrimoine. ISSN 1168-4534. N.º Semestriel 1 (2009).

¹⁰¹ Apresentam-se as catedrais de Aix-en-Provence, Albi, Amiens, Auch, Bayeux, Bayonne, Bourges, Cahors, Chalons-sur-Marne, Chartres, Coutances, Dijon, Laon, Le Mans, Meaux, Mende, Paris, Montpellier, Poitiers, Reims, Rouen, Sées, Soissons e Toulouse.

¹⁰² Francis Chassel recorda que Jean-Charles Moreux participou activamente, através da revista *L'Architecture Française*, no debate sobre os *monumentos históricos*, entre outros, no âmbito da discussão sobre a instituição de uma área de protecção em redor dos mesmos. Em 1943, seria instituído um perímetro de protecção aos *monumentos históricos* de 500 metros. Cf. CHASSEL, Francis – “«Les places de cathédrales et leurs abords». Une réflexion de Jean-Charles Moreux sur les formes urbaines”. *Monumental*. Paris: Éditions du Patrimoine. ISSN 1168-4534. N.º Semestriel 1 (2009). p. 30-31.

¹⁰³ Cf. MOREUX, Jean-Charles – *Les places de cathédrales...*, p. 12.

Enfin, nous dirons que l'aménagement des places, de leurs abords et de leurs rues exige tout la sagesse, toute la science, toute la sensibilité, toutes «*les précautions passionnées*» de l'architecte contemporain et que l'art urbaine ne retrouvera sa vigueur, sa rigueur et son efficacité que s'il est pratiqué «in nature» comme le voulaient les logiciens du Moyen âge.¹⁰⁴

Na linha de John Ruskin, Camillo Sitte ou de Gustavo Giovannoni e das conclusões decorrentes da *Carta de Atenas*, Louis Hautecoeur, à época Secrétaire d'État à l'Éducation Nationale, tal como Jean-Charles Moreux, afirma categoricamente no prefácio deste artigo que

A l'urbaniste qui trace le plan régulateur d'une ville ancienne, il est donc impossible de fixer des règles générales; chaque cas doit être étudié en particulier, mais il est des principes qui s'imposent à lui et que nous avons essayé d'indiquer: lois du cadre, du point de vue, des proportions de la masse. Isoler un édifice, comme l'ont fait les disciples d'Hausmann, sans se soucier de ces principes, c'est à la fois violer l'histoire, la volonté des architectes médiévaux et l'esthétique.¹⁰⁵

Em síntese, Jean-Charles Moreux e Louis Hautecoeur reivindicam:

L'amplitude du parvis doit être dans un rapport nettement subordonné à la hauteur de la façade de la cathédrale, les «dégagements» doivent être prohibés, les perspectives, surtout frontales, doivent être évitées, l'accroche avec le tissu bâti existant doit être respecté quand elle existe encore.¹⁰⁶

Contudo, este discurso já se encontra patente no próprio Eugène Viollet-le-Duc quando confrontado com um novo projecto para a catedral de Amiens¹⁰⁷, de Herbault e Daullé, em 1871 (Fig. 13). Neste projecto, Herbault e Daullé propõem uma praça central e uma rua de 15 metros de largura a eixo da catedral. Numa carta enviada ao arquitecto da diocese Massenot, de Paris, em 6 de Outubro de 1871, contesta:

... bien que je considère la rue d'axe de la cathédrale comme un projet dont l'exécution serait souhaitable, je préférerais une disposition qui, tout en dégagant la façade, présenterait sous meilleurs aspects. Un plan m'évitera de plus longs développements. A la rue d'axe, je préférerais l'alignement des deux rues Henri-Quatre et basse Notre-Dame, ainsi que je l'ai tracé en ligne pointillée.¹⁰⁸

¹⁰⁴ Cf. MOREUX, Jean-Charles – *Les places de cathédrales...*, p. 12.

¹⁰⁵ Cf. HAUTECOEUR, Louis – “Sur le dégagement des cathédrales”. *L'Architecture Française*. Paris: Imprimerie L. Danel. N.º 21-22 (1942). p. 2-3.

¹⁰⁶ CHASSEL, Francis – «Les places de cathédrales et leurs abords»..., p. 31.

¹⁰⁷ Cf. MOREUX, Jean-Charles – *Les places de cathédrales...*; JAKOVLJEVIC, Nada; CULOT, Maurice – *Places et Monuments*.

¹⁰⁸ JAKOVLJEVIC, Nada e CULOT, Maurice – *Places et Monuments*, p. 66.



Fig. 13. «J. HERBAULT – 1871. Projet d'une place élargie devant la cathédrale avec un square et une rue centrale de douze mètres de large»¹⁰⁹

Se apreciarmos o que passava em Espanha, na transição de oitocentos para novecentos, descobriremos já a mesma similitude de preocupações. Por um lado, os defensores dos postulados de Eugène Viollet-le-Duc, a «escola restauradora», e, por outro, os seus críticos, a «escola conservadora»¹¹⁰. Como esclarece Alfonso Cosme Muñoz¹¹¹, a «escola restauradora» constitui o núcleo mais tradicionalista da teoria e da prática de intervenção arquitectónica durante o primeiro terço do século XX, mantendo uma continuidade com os princípios de oitocentos. Esta «escola» será predominante até à proclamação da República, em particular na prática da intervenção que se encontrava sob o predomínio da administração central. Vicente Lampérez y Romea personifica esta corrente.

Quanto à «escola conservadora», apoiada na doutrina de Camillo Boito¹¹², era personificada na região da Catalunha por Leopoldo Torres Balbás, Jeroni Martorell e Joseph Puig i Cadafalch. Tal como Jean-Charles Moreux e Louis Hautecoeur, Leopoldo Torres Balbás insurgiu-se, em 1919, contra o isolamento das catedrais, que

¹⁰⁹ JAKOVLJEVIC, Nada; CULOT, Maurice – *Places et Monuments*, p. 65.

¹¹⁰ Entre as várias publicações que abordam esta temática podem consultar-se: GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio – *Conservación de Bienes Culturales...*; ORDIERES DÍEZ, Isabel – *Historia de la Restauración Monumental en España (1835-1936)*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1995. ISBN 84-8181-102-5; MUÑOZ COSME, Alfonso – *La Conservación del Patrimonio Arquitectónico Español*. Madrid: Ministerio de Cultura, 1989. ISBN 84-7483-592-5.

¹¹¹ Cf. MUÑOZ COSME, Alfonso – *La Conservación del Patrimonio...*

¹¹² Cf. BOITO, Camillo – *Conservar ou Restaurar: Les Dilemmes du Patrimoine*. Besançon: Les Éditions de l'Imprimeur, 2000. ISBN 2-910735-45-1.

à época constituía a prática corrente em Espanha. No texto *El aislamiento de nuestras catedrales*¹¹³, cita Montalembert, lembrando que quando separamos uma catedral do seu ambiente secular, isolando-a, convertemo-la num *monumento* distinto:

No se debe hacer el vacío alrededor de nuestras catedrales, con lo que se ahogarán las magníficas dimensiones que recibieron de sus autores. No se hicieron para el desierto, como las Pirámides de Egipto, sino para dominar un amontonamiento de casas y de estrechas calles en nuestras antiguas ciudades.¹¹⁴

De igual modo, relembra o trabalho de Camillo Sitte¹¹⁵ sobre as 255 igrejas de Roma, das quais a maioria se encontrava adossada a outras construções. Também em Espanha, no começo do século XX, já existia a consciência da importância do *contexto* dos *monumentos* como património em si mesmo, não submisso ao objecto – o *património urbano*. Mas como o próprio Leopoldo Torres Balbás refere:

Hace unos cincuenta años llevo desdichada y radicalmente a la práctica en las francesas de Nuestra Señora de Paris, Albi y Orleans, y en las alemanas de Colonia y Ulm, entre otras muchas. Desechada, en general, en esas naciones, se ha refugiado actualmente en esta punta extrema da Europa, que es nuestro país, y ha conseguido aislar, casi completo, los magníficos templos góticos de Burgos y León.¹¹⁶

Desta curta análise ao contexto internacional, em concreto de algumas passagens pelo caso francês e espanhol, podemos constatar que aquando da reunião de Atenas já se encontra largamente difundida a necessidade de compreender o *contexto* dos *monumentos*¹¹⁷, a «arquitectura menor», como parte de uma salvaguarda conjunta,

A lógica do conceito do «património urbano», forjado e teorizado por Giovannoni a partir de 1913, postula a solidariedade do monumento de arte e de história e do seu contexto construído, o primeiro encontra-se, assim, integrado na via contemporânea e na prática de ordenamento territorial,¹¹⁸

face à política de isolamento dos *monumentos* de raiz oitocentista.

¹¹³ Cf. TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Sobre monumentos y otros escritos*. Madrid: Colegio Oficial de Arquitectos de Madrid, 1996. ISBN 84-7740-085-7.

¹¹⁴ Cf. TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Sobre monumentos...*, p. 37.

¹¹⁵ Cf. COLLINS, Christiane; COLLINS, George – *Camillo Sitte. Construcción de ciudades según principios artísticos*. Barcelona: GG, 1980. ISBN 84-252-0983-8. O texto original corresponde a SITTE, Camillo – *Der Städtebau nach seinen künstlerischen Grundsätzen*. Wien: Verlag von Carl Graeser, 1889.

¹¹⁶ Cf. TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Sobre monumentos...*, p. 37.

¹¹⁷ Cf. TORRES BALBÁS, Leopoldo – *Sobre monumentos...* No mesmo texto de Leopoldo Torres Balbás encontra-se expressa esta certeza.

¹¹⁸ CHOAY, Françoise – *As questões do património...*, p. 204.

Em Portugal, Miguel Tomé¹¹⁹ refere que não eram usuais as intervenções de grande dimensão para a redefinição do espaço público em redor dos *monumentos* mas sempre menciona que as propostas para o Mosteiro da Batalha, formuladas em 1854 por Luís Mouzinho de Albuquerque, o desafrontamento da Igreja de S. Pedro de Rates, em 1905, e vários projectos para a área envolvente da Sé do Porto constituíram projectos com alguma amplitude.

Por outro lado, em sentido inverso ao enfoque no objecto arquitectónico erudito que envolvia alguma área em seu redor, assistia-se a intervenções sobre o tecido urbano que raramente tinham em conta o seu valor patrimonial de conjunto, ao qual estava associado um carácter histórico e cultural próprio, testemunho de atributos morfológicos, funcionais e simbólicos. De facto, o cuidado concedido aos *monumentos*, entendidos na sua relativa indefinição territorial não foi em Portugal considerado extensível ao tecido urbano durante o século XIX, o mesmo acontecendo durante a ditadura, mau grado contribuições pontuais de alguns autores, como Étienne de Gröer ou Marques da Silva¹²⁰.

A consagração dos conjuntos sucedeu à do objecto arquitectónico, em definitivo com a *Carta de Veneza* em 1964. Em Portugal, só com a Lei n.º 13/85, de 6 de Julho de 1985, é que se vê consagrada em diploma esta perspectiva.

Conquanto existam diversos exemplos onde uma única *zona especial de protecção*, compreendendo ou não zonas *non aedificandi*, engloba um ou mais *monumentos*, estas por sua vez não reflectem uma noção alargada de património¹²¹, como veio a suceder a partir de 1964 e de 1985 em Portugal. Mas, em conjunto, com as restantes áreas de protecção e as obras realizadas contribuem, pelas razões expostas neste estudo, decisivamente para uma *identidade do território* perfeitamente circunscrita a um determinado período político, o Estado Novo, e a uma reunião de procedimentos e instrumentos de *salvaguarda* e de *constrangimento*.

¹¹⁹ Cf. TOMÉ, Miguel – *Património e Restauro...*

¹²⁰ Cf. SOUSA LÔBO, Margarida – *Planos de Urbanização...*; TOMÉ, Miguel - *Património e Restauro...*

¹²¹ Esta tese encontra justificação nos próprios decretos n.º 20985, de 7 de Março de 1932, e n.º 21875, de 18 de Novembro de 1932, que apenas prevêm as *zonas de protecção* de edifícios públicos, embora reconhecendo que os *monumentos* resultam do «ambiente onde se inserem».

Pensar a História da Europa
Reflexões sobre a construção europeia
de um destino comum

Isabel Baltazar

Isabel Baltazar, Doutora em História e Teoria das Ideias, Especialidade de História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Bolseira de Pós-doutoramento da FCT. Investigadora do CEIS20.
E-mail: ibaltazar@fctsh.unl.pt

No caminho ascendente,
Puxada, pendurada no braço das suas irmãs mais velhas
Que a levam pela mão,
A pequena esperança
Avança...
E a meio... parece deixar-se levar,
Na realidade é ela que leva as outras,
Que as arrasta,
Que faz andar o mundo.
É ela, esta pequenita, que tudo arrasta
Tudo morreria de cansaço,
Esta enorme aventura,
Como, após uma ceifa ardente,
A lenta descida de um entardecer de Verão
Se não fosse a minha pequena esperança...

Romain Rolland, *Péguy*

Fazer a História da Europa

Fazer a História da Europa Contemporânea, muito particularmente, a da Europa Unida, levanta tantos problemas quanto desafios. Realidade sentida, sobretudo, quando a Europa se encontra numa encruzilhada. E esta Europa, apesar de jovem, quando comparada com a velha Europa que lhe deu vida, tem (sobre) vivido de problemas que a acordam para as suas raízes bem fundadas pela sua História, e para uma realidade europeia “inventada” que continuamente sente as suas limitações. É nesses momentos que procura encontrar uma solução recorrendo sempre ao passado. Como diz Eduardo Lourenço, “Só temos o passado à nossa disposição. É com ele que imaginamos o futuro”¹. E acrescenta que “o pensamento de um Futuro ou, mais modestamente, a imaginação dele, pois só assim nos é dado o que não existe nem existirá jamais, é função dos *passados*, nenhum idêntico, a partir de cuja morte ou metamorfose antecipamos ou inventamos a figura específica do Futuro”². Haverá futuros? A resposta é afirmativa: “Haverá futuros. Já os há, pois, a títulos diversos, o cálculo, a esperança, o sonho, a utopia, que são a sua substância já incorporada no nosso presente, coabitam connosco e guiam todos os nossos passos e pensamentos... É difícil chamar Futuro ao porvir de quem não teve realmente passado”³. A Europa tem esse passado. A civilização europeia é formada pelo conjunto de todos os tempos passados. É preciso levar para o Futuro o passado, essa memória universal, a partir da qual nascerá o futuro. Mas a marcha para o futuro só é possível para quem teve passado.

¹ LOURENÇO, Eduardo - *Nós como futuro*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1998. p. 7.

² Idem, *Ibidem*. p. 9.

³ Idem, *Ibidem*. p. 9-10.

Escrever a História da Europa: entre o tempo/realidade e o tempo/escrita

Tão difícil como escrever a História da Europa é a própria escrita de qualquer História. Como lembra José Mattoso, “a História por mais expressiva que seja, por mais ligada ao fascínio do que o passado hoje permanece, a História não é a realidade. A escrita não é senão um conjunto de palavras evocadoras de sons que pretendem lançar uma ponte entre o sujeito e a realidade”⁴. A História da Europa sofre o mesmo problema: que realidade conseguimos transmitir dessa Europa? Apenas somos mediadores da realidade, ou seja, as palavras que usamos para tentar transmitir essa realidade. Ou, como acrescenta Mattoso, “como sons mediadores que pretendem ser, convidam a descobrir a realidade. Não podem tentar encerrá-la nem dominá-la”⁵. Os nossos discursos sobre o passado são já filtrados pelo tempo. O tempo passado entre a realidade e a escrita da História: as palavras “não podem tentar encerrá-la nem dominá-la. Tendo colocado em cena um aspecto do real, havendo tentado subtraí-lo à acção destruidora do tempo que tudo sepulta no passado, os discursos têm, depois, de se apagarem, para deixarem ver, na revelação directa a *espantosa realidade das coisas*”⁶. Somos mediadores da realidade. As palavras precisam de silêncio para a escutar.

O que é a Europa?

Esse passado, é também, ele tão enigmático quanto a própria Europa, desde quando a mitologia grega a define como filha do rei da Fenícia, o actual Líbano. É conduzida até Creta por Zeus, metamorfoseado em touro. A expressão *Europa* aparece pela primeira vez num texto de Hesíodo (século VIII a.C.), sem, no entanto, se compreender as razões de atribuição deste nome ao velho continente. A Europa sempre teve significações diferentes ao longo da História. Do ponto de vista geográfico, a Europa define-se pelas suas fronteiras, fronteiras estas que foram evoluindo à medida que se ia descobrindo este continente. A Europa aparece como uma península da Eurásia: vista da Ásia, a Europa aparece como uma península ocidental do antigo continente, a Eurásia. Fica situada de Oeste a Este e estende-se do Atlântico aos Urais. De Norte a Sul, abrange as regiões entre o cabo norte e Creta. A inclusão da própria Rússia na Europa vem confundir, ainda mais, os limites da Europa nos Urais. Mas não são só as fronteiras orientais que são imprecisas, em que a Europa se funde nas estepes e florestas da Sibéria que chegam até à Mongólia, à China e ao Oceano Pacífico. Toda a sua aparência é cheia de relatividade e a sua visibilidade inconstante.

Desde a sua origem mitológica, na Grécia da Antiguidade Clássica, a história da Europa atravessou o tempo com sucessivas mudanças, provocadas desde logo com a divisão entre o Império Romano do Ocidente e o Império do Oriente, no século IV da era cristã (392) provocando a primeira ruptura na unidade europeia. A posterior queda de Roma no século V (476), e a consequente desintegração do Ocidente, vai

⁴ MATTOSO, José - *A escrita da História. Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 30.

⁵ Idem, *Ibidem*.

⁶ Idem, *Ibidem*.

acentuar a divisão do mundo antigo. A unidade da Europa Ocidental da Idade Média terá ainda uma outra ruptura com a revolução religiosa no Crescente Fértil que dará origem à conquista Árabe – Muçulmana de parte da Ásia e África do Império Romano e a uma migração da Europa para Ocidente. Neste contexto, o Cristianismo teve um profundo papel aglutinador e civilizador. A Europa era sobretudo uma expressão geográfica, substituída essencialmente por Cristandade e Ocidente. É no Renascimento que a expressão Europa vai recuperando o seu sentido original, embora tenha sofrido uma metamorfose geográfica. A recuperação da cultura clássica greco-romana foi fundamental para a emergência de uma consciência europeia aliada ao Ocidente cristão. É, também, o momento do nascimento de um espírito europeu, que, contrasta com o asiático, ou, africano, que a expansão vai proporcionar. Saliente-se, ainda, o laicismo dos séculos XVII e XVIII, época em que a Cristandade Ocidental entrou em colapso, levando à divisão entre Católicos e Protestantes. É o princípio da separação entre poder religioso e poder político que será consumado no Iluminismo.

A Europa passa a designar uma Civilização Ocidental que contrasta com o Oriente, sendo definida no século XIX, como um continente euro-asiático. Após a II Guerra Mundial, ficam bem determinadas duas Europas – a Ocidental e a de Leste. A Europa do Atlântico aos Urais, designaria a Europa das Pátrias, ou seja, o mundo livre do Ocidente. Só na década de oitenta surgiria a ideia da “Casa Comum Europeia” para incluir a influência da ex-URSS no espaço europeu. O fim da Guerra Fria mostra a necessidade de pensar a Europa fora da anterior dicotomia Europa Ocidental/Europa Oriental, motivada pela desagregação da ex-União Soviética.

A União Europeia vai sofrer o maior alargamento da sua história, mostrando a sua evolução política e, também, cada vez mais, os seus limites geográficos, culturais e civilizacionais. Estaremos finalmente a caminho da Pan-Europa proposta pelo conde austríaco Ricard Coudenhove-Kalergi e à via multiculturalista⁷? Ou terá razão a tese occidentalocêntrica de Samuel P. Huntington⁸? A Europa será toda a Europa ou o Ocidente Europeu?

A evolução da Europa está dependente das relações internacionais, ou seja, da estratégia geo-política que vai sendo estabelecida *inter nationes*, o que mostra a fragilidade da sua história. Fazer a História Contemporânea da Europa pressupõe um entendimento da sua complexidade e, por isso, da conjugação de visões diferentes. Na actualidade, coexistem os que acreditam nas virtualidades da Pan – Europa, ou seja, numa Europa integradora de toda a Europa, e outros, para quem a cultura europeia é sinónimo de cultura ocidental. Esta Europa é a Europa dos valores europeus, da liberdade, da democracia, da economia de mercado, da justiça e da tolerância.

Quo vadis Europa? A Europa do século XXI é uma Europa em constante mutação, uma Europa que levanta problemas a quem tiver uma única visão para a Europa. Esta Europa provoca o debate sobre temas e problemas da História Contemporânea.

⁷ Veja-se COUDENHOVE-KALERGI, Richard – *PanEuropa*. Madrid: M. Aguilar Editor, 1928.

⁸ Veja-se HUNTINGTON, Samuel P. - *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva, 1999.

Nesta discussão, historiadores, pensadores e políticos, podem sustentar posições aparentemente inconciliáveis. É este o Desafio da Europa do século XXI.

As metamorfoses da Europa

Edgar Morin pensa a essência da Europa a partir da sua origem e posterior evolução. A Europa sofre uma metamorfose como um ser vivo. É comparada com a transformação da lagarta em borboleta. O primeiro ser fecha-se na crisálida e dará origem a um ser totalmente novo. Também a Europa se vai modificando em várias “Europas” sem, no entanto, se reconhecer o seu princípio original:

Na origem da Europa não há um princípio fundador original. O princípio grego e o princípio latino vêm da sua periferia e são-lhe anteriores; o princípio cristão vem da Ásia e só desabrochará na Europa nos fins do seu primeiro milénário. Todos estes princípios terão de ser agitados, sacudidos, misturados, na barafunda dos povos invadidos, invasores, latinizados, germanizados, eslavizados, antes mesmo de se associarem e de se oporem.

Se procurarmos a essência da Europa, mais não encontraremos do que um “espírito europeu” evanescente a assepsizado. Acreditar desvendar o seu autêntico atributo é ocultar um atributo contrário, não menos europeu. Deste modo, se a Europa é o direito, é também a força; se é a espiritualidade, é também a materialidade; se é a moderação, é também a *ubris*, a desmesura; se é a razão é também o mito, incluído no seio da ideia de razão.

A Europa é uma noção incerta, nascida da barafunda, com fronteiras indefinidas, de geometria variável, sofrendo deslizos, rupturas, metamorfoses. Trata-se, por conseguinte, de interrogar a ideia de Europa justamente naquilo que ela tem de incerto, de turvo, de contraditório, para tentar extrair daí a identidade complexa.⁹

Contrariamente à borboleta, a Europa não se sabe como nascerá nem o que nascerá dela; são as incertezas da história que vão assinalando o seu percurso. Mas como na lagarta, é preciso a destruição de uma realidade -Europa, para nascer outra. Muitas vezes, são destruições totais, como nas grandes guerras, para nascer de novo. Esta Europa nunca conclui o seu ciclo: parece eternamente na crisálida. Sobretudo o seu destino político.

A Europa: entre a Unidade e a Fragmentação

A Europa é, também, um conceito político, que foi evoluindo na História, com períodos de maior unidade e outros de maior fragmentação. Entre a unidade e a fragmentação estava uma ideia de Europa e/ou uma ideia para a Europa, atitude que, aliás, permanece plena de actualidade, entre os que idealizam uma Europa mais unida e os que preferem uma maior fragmentação. Mas a unidade da Europa é uma realidade

⁹ MORIN, Edgar - *Pensar a Europa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988. p. 33.

indiscutível, como afirma Ortega Y Gasset em 1930: “A unidade da Europa não é uma fantasia. É a própria realidade. E o que se tornou fantástico foi precisamente a tese oposta: a ilusão de que a França, a Alemanha, a Itália ou a Espanha são realidades substantivas, independentes”¹⁰. E acrescenta: “Foi o realismo histórico que me levou a reconhecer que a unidade da Europa como sociedade não é um *ideal*, mas um *facto* – e bem antigo. A partir daqui, a probabilidade de um Estado europeu impõe-se mecanicamente”¹¹.

Para Lucien Febvre, a Europa é um Estado de sonho. Diz o historiador:

Não chamo Europa a uma formação política definida, reconhecida, organizada, ditada de instituições fixas e permanentes, que assume, se se quiser, a forma de Estado ou super-Estado, formação com que os Europeus, ou pelo menos certos europeus, podem muito bem ter sonhado por vezes, mas que nunca passou de um Estado de sonho, a qual, por conseguinte, devemos perguntar se está votada a tornar-se realidade ou condenada a permanecer como sonho; chamo Europa simplesmente a uma unidade histórica, uma unidade que se construiu em data fixa, uma unidade recente, uma unidade histórica que aparece na história, sabemos exactamente quando, uma vez que a Europa, neste sentido, a Europa tal como a definiremos, tal como a estudamos, é uma criação da Idade Média; uma unidade histórica que, como todas as outras unidades históricas, se faz de diversidades, de pedaços, de restos arrancados a unidades históricas anteriores.

Essa Europa, esta Europa que é a sede de um mundo, como costumamos dizer, o mundo europeu (isto é, um ordenamento: *mundus* em latim, *Kosmos* em grego, duas palavras que têm o sentido primitivo de bem arrumado, de bom ordenamento, de boa disposição), esta Europa que agrupa um conjunto de países, de sociedades, de civilizações com as populações que habitam esses países, compõem estas sociedades, são portadoras destas civilizações, esta Europa não se define por estritos limites geográficos, de certo modo de fora, com grande reforço de mares, e montanhas, de rios e lagos, define-se de dentro pelas suas próprias manifestações, pelas grandes correntes que não cessam de atravessar e desde há muito tempo: correntes políticas, correntes económicas, correntes intelectuais, científicas, artísticas, correntes espirituais e religiosas.¹²

Eduardo Lourenço considera que “Se a *Europa* alguma vez existiu foi no tempo do Império Romano. Existiu, depois, como entidade política e teológica, a chamada Cristandade e com as primeiras distensões surgiram dois lados:”¹³. O Oriente ortodoxo e o Ocidente romano. E são essas duas visões a que se acrescentou depois o Norte e o Sul da Europa”¹⁴. No entanto, para além da genuína falta de unidade europeia, o pragmatismo político tem funcionado, sobretudo em momentos de crise:

¹⁰ ORTEGA Y GASSET, José - *A Rebelião das Massas*. Lisboa: Relógio D'Água, [s.d.]. p. 15.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

¹² FEBVRE, Lucien - *A Europa. Génesis de uma Civilização*. Lisboa: Editorial Teorema, 1999. p. 25-26.

¹³ LOURENÇO, Eduardo - “A Europa nunca existiu: só com o Império Romano”. *Jornal de Notícias* (10 de Dezembro de 2008) p. 9.

¹⁴ Idem, *Ibidem*.

“paradoxalmente esta crise económica foi o primeiro sinal positivo nesta fase em que se marca passo. A Europa em resposta a uma crise que nos vem de fora, da América, surpreendentemente reagiu com uma certa coerência e com uma certa organicidade. E isso é um sinal que me parece dos melhores dos últimos anos¹⁵. Apesar destas reacções provocadas pelos acontecimentos, a História da União Europeia tem mostrado que **“em termos políticos não há cabeça para a Europa porque não há União Europeia nesse sentido”**¹⁶.

Mas, afinal, **“O que é a Europa? Nada”**¹⁷. A perplexidade da resposta de Eduardo Lourenço revela a essência do problema europeu: a sua falta de identidade. Curiosamente, essa falta de identidade é resolvida quando nos encontramos fora da Europa. Diz o ensaísta:

Eu sou muito europeu, como todos nós. Todos o somos, mais do que sabemos, mas só quando nos encontramos diante, ou no meio, de uma cultura que não seja europeia. Essa não – identidade, essa identidade virtual, feita apenas de negações, é um privilégio, extraordinário, uma promessa de futuro. Significa que outros povos poderão partilhar a nossa não – identidade: todos aqueles que não acreditam na afirmação egoísta de si próprios, que é o vírus da História.

A não – identidade é fantástica. É um lugar de abertura. Por isso não invejo tanto os povos que não sabem que o são. Não sabemos o que somos e essa é a verdadeira identidade do homem, já o dizia Sócrates. A essência do cristianismo não contraria isso: o ser supremo não é físico nem tangível. Mas se Deus não é físico nem tangível, mas um espaço de liberdade infinita não pode servir de pretexto para exercer violência contra os outros.¹⁸

Perante a evidência de que somos europeus, sobretudo sentida se fora da Europa, ou quando ameaçada a nossa “casa comum europeia”, a História da Europa vai-se fazendo entre projectos idealizados e realizações concretizadas, sobretudo, pela necessidade de responder aos acontecimentos que exigem, acima de tudo, salvaguardar a paz, e de encontrar um “espírito europeu” na História passada, capaz de fundamentar o presente e o futuro europeu. Assim como, se visualiza facilmente o continente europeu se visto da Ásia ou da América, também a história da Europa tem mostrado uma unidade interna sempre que ameaçada do exterior. Eduardo Lourenço lembra isso mesmo, embora com limitações, que mostram a ausência de uma voz única que represente a Europa perante o mundo:

A Europa não pode dar uma resposta eficaz aos problemas imediatos do mundo, porque, ainda que julgue ser tal, não é a recriação do Império Romano. A Europa está

¹⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁶ Idem, *Ibidem*, negritos nossos.

¹⁷ LOURENÇO, Eduardo - “O que é a Europa? Nada”. *Courrier Internacional*. Nº 75. p. 14, negritos nossos.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

sempre a visitar Roma. Foi esse o paradigma que nenhuma nação conseguiu imitar. E é a matriz da União Europeia, no entanto, os melhores filmes de romanos continuam a fazer-se em Hollywood, o que demonstra que a Europa não acredita na ameaça do Islão. Fomos a milícia de Cristo na Contra – reforma, sonhámos que éramos os Quixotes do mundo quando fomos ao Oriente e à América, inventámos a nação. Agora não somos mais do que um conjunto de nações insatisfeitas e contraditórias, herdeiras de um passado selvagem e violento, forjado numa guerra civil permanente, O que é a Europa? Nada.¹⁹

Para Eduardo Lourenço “nenhum Tratado resolve os problemas da Europa, pode ajudar mas não soluciona. E agora, com esta crise, estamos num compasso de espera”. Este pensador defende que, “o problema não radica no Tratado de Lisboa, mas sim aquando dos primeiros chumbos, da França e da Holanda. Com isso, outros países europeus começaram a meditar e acharam que também não podiam ser tão entusiastas. O mau momento foi o Tratado de Nice, as coisas não correram bem. Só que as pessoas esquecem-se que as tradições nacionais são muito fortes”²⁰. As fragilidades políticas europeias são tão fortes quanto são as suas indefinições geográficas, o que torna a sua História difícil de escrever num sentido de unidade.

A Fragilidade Europeia

Seria um dos seus pais fundadores, Jean Monnet a reconhecer a fragilidade desta Europa: “A Europa jamais existiu. Não é a adição de soberanias reunidas em conselhos que cria uma entidade. É preciso criar verdadeiramente a Europa, é preciso que esta se manifeste face a si própria e face à opinião americana e que ganhe confiança no seu próprio futuro”²¹. Ele próprio conta nas suas *Memórias*²² as dificuldades sentidas para construir a Europa, uma “Europa à procura de si mesma”²³:

O tempo passava e a minha tentativa de criar um núcleo comunitário em torno do qual a Europa se organizaria acabava de fracassar com a única grande potência do velho mundo então em condições de assumir uma responsabilidade política dessa dimensão. Se puséssemos de parte a Alemanha...só a Itália e os países do Benelux associados entre si economicamente poderiam de forma válida enveredar connosco por uma forma de união. Mas as tentativas feitas nesse sentido não tinham consistência e só me interessei por elas de forma longínqua.²⁴

¹⁹ Idem, *Ibidem*.

²⁰ Idem, *Ibidem*.

²¹ Carta de Jean Monnet ao presidente do conselho G. Bidault, 28 de Abril de 1950.

²² MONNET, Jean – *Memórias*. Lisboa: Ulisseia, 2004.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 269-291.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 287.

Apesar das dificuldades, a Europa procurava encontrar um futuro, que passava por encontrar um interesse comum entre os Estados:

“Quando consideramos este período, que correspondia à metade do século, chama-nos a atenção a extraordinária efervescência intelectual que havia em torno do ideal europeu. Se relemos os manifestos dos partidos e dos movimentos militantes, as declarações dos dirigentes políticos e os artigos na imprensa – o *Economist* e o *Times* de Londres publicavam editoriais admiráveis dignos do *Federalist* de Jay, Hamilton e Madison –, temos o sentimento de que uma corrente de pensamento tão rica como essa só poderia levar à realização da mais ampla unidade europeia”²⁵.

As *Memórias* de Jean Monnet descrevem um tempo em que o ideal europeu é o motor para a futura integração europeia, mas, que muito ficaria, ainda, por realizar, entre projectos e realizações. Ou seja, os anos imediatamente pós-guerra fixariam o ritmo da futura comunidade:

E é verdade que o vocabulário e a dialéctica comunitárias de hoje em dia já estavam fixados na época, mas isso não tinha nada a ver com a acção. Em 1946, em Zurique, Churchill apelava no sentido da criação urgente dos Estados Unidos da Europa – mas tinha em mente o Conselho da Europa. Em 1929, em Genebra, Briand preconizara uma *ligação federal* entre os povos da Europa – mas tinha especificado que os direitos soberanos dos Estados não seriam com isso afectados. Não obstante, a opinião estava convencida de que as fórmulas mágicas tinham sido pronunciadas e não compreendia que a realidade resistisse de forma tão obstinada.²⁶

O realismo da acção comunitária contrastava com o ideal europeu. No entanto, era esse ideal que servia de inspiração ao pragmatismo político. As lições da História recente da Europa ensinavam que era necessário encontrar um meio termo entre projectos demasiado arrojados para a época e o imobilismo. Essas lições já vinham da paz falhada de 1919. Era preciso aprender com os erros: “Que fazer? A paz só pode assentar na igualdade... Falhámos a paz em 1919 porque lhe introduzimos discriminação e espírito de superioridade. Estamos a recomençar os mesmos erros”²⁷.

Este aviso de Jean Monnet a Robert Schuman era, também, uma lição para todos os europeístas, do seu tempo e do futuro, de que a Europa teria mesmo de seguir pelo método dos “pequenos passos”. Esses pequenos passos levariam a um aprofundamento político, mas muito cauteloso, como lembra Jean Monnet: “Não me admirava então ouvir Robert Schuman declarar: *Devemos ter em vista transferências de soberania, sem dúvida, mas não é para amanhã*. Respondia assim a Adenauer, que oferecia à Europa a soberania que o seu país ainda não tinha recuperado. Pouco me importavam se tais

²⁵ Idem, *Ibidem*, negritos nossos.

²⁶ Idem, *Ibidem*.

²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 289.

atitudes eram sinceras ou não, não se traduziam em nenhuma acção concreta”²⁸. Tanto a Alemanha como a França pareciam retomar as bases económicas, sociais, estratégicas e culturais do Império de Carlos Magno. Cauteloso, Jean Monnet não faz a apologia do sonho de uma Europa carolíngia, total e imediatamente integrada. Preferia agir devagar mas em segurança. A Declaração Schuman de 9 de Maio ia nesse sentido, como observa Jean Monnet: “A paz mundial não poderá ser salvaguarda sem esforços criadores à medida dos perigos que a ameaçam. O contributo que uma Europa organizada e viva pode dar à civilização é indispensável à manutenção de relações pacíficas”²⁹. Em tantas versões do documento referido, esta introdução subsistirá sem alterações. A Europa deveria ser organizada numa base federal, mesmo que alcançada inicialmente, apenas, na vertente económica. Os objectivos e o método da Comunidade Europeia estavam lançados. Agora só seria necessário avançar: “A França agiu e as consequências da sua acção podem ser imensas. Esperamos que o sejam. A França agiu essencialmente pela paz. Para que a paz possa verdadeiramente ter a sua oportunidade, é preciso, primeiro, que haja uma Europa”³⁰.

Era esta a História da Europa que agora iniciava a sua marcha. Uma marcha imparável até à actualidade. Com avanços e recuos, a história não é em linha recta e os sonhos futuros revelam-se, muitas vezes, impossíveis de realizar no presente. São os problemas que vão surgindo que fazem a história, que exigem um caminho, um método. Os problemas da Europa funcionam como motor desta mesma Europa. Mesmo as hesitações, como a de Inglaterra nesta Europa, marcariam o seu estado de espírito neste percurso europeu.

A construção da Europa tinha de partir de vontades concretas, e avançar mesmo contra todas as vozes discordantes. Era o sábio conselho de Monnet: “Tratemos de ser bem sucedidos naquilo que estamos a fazer, e não nos deixemos determinar pela opinião que os outros têm de nós nem por aquilo que quereriam que fizéssemos”³¹. Os outros viriam ter connosco perante uma vontade firme. O próprio Eisenhower declarava:

A Europa não podia atingir dimensões à altura das capacidades e da inteligência dos seus habitantes enquanto estiver fragmentada. As fronteiras constituem um obstáculo ao interesse comum e à divisão do trabalho, impedem a circulação de mercadorias, favorecem a desconfiança, mantêm posições adquiridas. Ora os homens que vivem num presente medíocre não podem assegurar a sua própria segurança. Só realizando a sua unidade numa federação é que a Europa obterá essa verdadeira segurança, ao mesmo tempo que levará por diante o seu contributo para os progressos da civilização ocidental.³²

Esse progresso seria no sentido da confederação, de uma unidade política sustentada por uma união económica. Como dizia Monnet, “Então as próprias realidades permitirão

²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 291.

²⁹ Idem, *Ibidem*, p. 300.

³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 308.

³¹ Idem, *Ibidem*, p. 359.

³² Idem, *Ibidem*, p. 362-363.

o surgimento da união política que é o objectivo da nossa Comunidade, isto é, o estabelecimento dos Estados Unidos da Europa”³³. Tudo na vida, como na História, tem um momento certo: a Europa política seria criada a partir da Europa-Realidade. Essa realidade era composta por problemas económicos nacionais que passam a ser considerados problemas comuns através do método “federador” da Europa em construção. Uma Europa imparável, como estava convencido o visionário Jean Monnet:

Também nós vamos em direcção à nossa finalidade, os Estados Unidos da Europa, numa corrida sem regresso.

Mas o tempo passa e a Europa está a marcar passo no caminho por onde já avançou profundamente... Não podemos deter-nos quando à volta de nós o mundo inteiro está em movimento. Será que fiz compreender suficientemente que a Comunidade que criámos não é um fim em si mesma? A Comunidade é um processo de transformação que dá continuação àquele de onde resultaram as nossas formas de vida nacionais ao longo de uma fase anterior da história. Tal como no passado, as nossas províncias, hoje os nossos povos têm de aprender a viver conjuntamente, com regras e instituições comuns livremente aceites, se é que pretendem atingir as dimensões necessárias ao seu progresso e conservar o controlo do seu destino. As nações soberanas do passado já não são o quadro onde os problemas do presente podem resolver-se. E a própria Comunidade não é mais do que uma etapa em direcção a formas de organização do mundo de amanhã.³⁴

Uma lição para aprender, um desafio para o século XXI, o de saber continuar a História da Europa, seja ou não, ainda, pela realização dos almejados “Estados Unidos da Europa”. Mostrará o curso da História que Jean Monnet tinha razão?

Identidade e Diversidade Europeia

As discussões sobre a identidade europeia estão longe de chegar ao fim. Também enigmático continua o espírito europeu, sobretudo, sentido, ou melhor, parecendo ausente à medida que vão acontecendo os sucessivos alargamentos. Não estão em causa os limites físicos do continente, ou seja, aquela Europa que vai do Atlântico aos Urais. O que está em causa é a identidade europeia, que não pertence à geografia física mas à geografia humana. Aqueles atributos que caracterizam os europeus, seja em que continente se encontrem. Outro grande problema da História da Europa Contemporânea. Entre Portugal, França ou Alemanha já existiam diferenças consideráveis, aumentadas com as entradas de países como a Eslovénia, a Estónia ou Lituânia, ou, mais recentemente, da Bulgária ou Roménia. Como esboçar uma identidade europeia composta de tantas identidades? A este propósito José Mattoso também se interroga: “Existirão critérios objectivos suficientes para podermos falar de um espírito europeu, ou melhor, de uma identidade europeia? Que permitam, uma vez definidos, averiguar se um determinado

³³ Idem, *Ibidem*, p. 435.

³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 530.

país ou nação se reconhece ou não nessa identidade?”³⁵. A resposta do historiador é clara: “A meu ver, os homens associam-se a partir de certas crenças ou princípios que lhes servem habitualmente de referência e que são constantemente pressupostos por toda a gente”³⁶. Estas crenças e princípios vão na linha das ideias-tipo de Max Weber, e para José Mattoso são identificados, no caso europeu, pela referência cristã, por uma concepção do mundo, pela racionalidade e encarnação e pela própria perversão do sistema que lhe serve de fundamento.

Nesta linha identitária está Edgar Morin, ao falar de uma consciência europeia, que se pode articular com uma consciência planetária. Diz o autor:

Deste modo a consciência europeia que se desenha em mim não me faz de nenhuma maneira rejeitar a consciência planetária. Nesta, aquela se provincializa. Esta minha consciência europeia não é filha da prosperidade europeia e ela não aposta em primeiro lugar no progresso da economia europeia no mundo. Ela vem-me daquilo a que Patocka chama a *miséria da queda, do ponto de vista último desta situação em que somos alvejados pela obscuridade*. Ela requer que se pense a Europa e se considere a sua *comunidade de destino* antes de encarar uma comunidade de desígnio.³⁷

Neste sentido, existirá uma identidade europeia, provocada por esse “destino comum”, onde é possível vislumbrar essa Europa. Mas, Edgar Morin, admite que é difícil olhar a Europa a partir da Europa:

“É difícil discernir a Europa a partir da Europa. É provável que, a partir dos Estados Unidos, o continente seja visto como uma espécie de enorme Disneyland, cheio de igrejas, palácios, solares, acrópoles, velhas aldeias, restaurantes gastronómicos, boinas bascas, chapéus tirolezes, holandeses com tamancos, sertakis, valsas de Viena.”³⁸.

Estas coisas europeias, estes ares europeus, vistos pelos não-europeus, ainda não coincidem com a identidade europeia vista ao espelho do europeu. A Europa europeizou o mundo e acaba por mundializar esse europeísmo. Em si mesma, a identidade europeia é diversidade, é pluralidade, é uma perdida unidade.

Numa outra visão, Hans-Georg Gadamer propõe uma reflexão sobre a *Herança e Futuro da Europa*³⁹ num artigo onde salienta precisamente a “Diversidade da Europa” nessa herança: “Aprender a deter-nos perante o Outro como Outro, em face da natureza e das culturas orgânicas dos povos e dos Estados, e a experienciar o Outro e os Outros como os outros de nós mesmos, para conseguirmos uma participação recíproca”⁴⁰.

³⁵ MATTOSO, José - “Portugal e a Europa”. *Op. cit.*, p. 130.

³⁶ Idem, *Ibidem*.

³⁷ MORIN, Edgar - *Pensar a Europa*. p. 26.

³⁸ Idem, *Ibidem*.

³⁹ GADAMER, Hans - George – *Herança e Futuro da Europa*. Lisboa: Edições 70, 2009.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*, p. 28.

Neste perspectiva não há uma identidade, mas várias identidades. Gadamer fala como testemunha de uma história de guerras: “Com os meus oitenta e cinco anos, sou um dos filhos mais velhos do século”⁴¹. Um século marcado por duas guerras mundiais:

Estou muito longe de idealizar a história que precedeu as catástrofes das duas guerras mundiais. Em todo o caso, por sua causa produziu-se uma mudança tão colossal que não diz respeito apenas à posição da Europa no mundo e, com isso, a todas as expectativas de uma juventude que tanto então como agora procura o seu difícil caminho num panorama mundial incerto. A época de duas guerras mundiais deu dimensões globais a todas as coisas. Em política já não se trata do equilíbrio de forças na Europa, esse princípio fundamental de todas as actividades de política externa que todos compreendiam. Desde essa altura, trata-se de um equilíbrio global, da questão da coexistência de enormes concentrações de poder.⁴²

A nova situação da Europa levou a essa globalização, em que já não há um continente identitário: “Já não nos encontramos em nossa casa, no nosso pequeno, segmentado, rico e diverso continente. Estamos implicados em acontecimentos, ameaçam-nos acontecimentos, que não se limitam à nossa pequena pátria”⁴³. O mundo é mesmo essa “aldeia global”, em que todos têm que viver uns com os outros. Mais uma vez, a grande lição da História é a de que todos temos de aprender a viver uns com os outros. Como diz Gadamer:

Viver com o outro, viver como o Outro do Outro, eis a tarefa fundamental, que se impõe tanto à escala grande como à mais pequena. Assim como aprendemos a viver Um com o Outro quando crescemos e entramos na vida... assim também o mesmo se passa com as grandes formações da humanidade, com os povos e os Estados. Nisto a Europa tem a vantagem especial de ter podido e devido aprender mais do que outros países a viver com os outros quando os outros são diferentes.⁴⁴

É neste discurso da apologia da diversidade, que aparece, também, a pluralidade das línguas europeias. Estas diferenças não afastam: levam-nos a (com) viver com os outros. Daí a defesa de uma unidade europeia no sentido político, e de uma diversidade cultural, também linguística: “Não creio em absoluto na meta de uma língua única, nem para a Europa, nem para a humanidade”⁴⁵. Finalmente, eis o máximo a que podemos aspirar e chegar: ser com os outros.

Toda a História da Europa é a de um constante recomeço, um verdadeiro renascimento. Virá o novo tempo europeu ou outra noite no continente? Lucas Pires acreditava que, “seja como for, a Europa ocupa de novo o centro e a vanguarda da

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 7.

⁴² Idem *Ibidem*, p. 9.

⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 10.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁴⁵ Idem, *Ibidem*.

história, desta vez, porém, com mais espírito de competição do que de domínio – no hemisfério norte – e de mais solidariedade do que tutoria – no hemisfério sul”⁴⁶. Mas o mais importante, é mesmo que a Europa se encontre consigo própria e com o mundo: “A Europa, seria de novo, pelo menos, o continente do centro”⁴⁷. Por fim, “este renascimento passará, como outros passados, por um reconhecimento da sua identidade física, histórica e cultural. Caminhar-se-à assim dos aspectos mais reais para os mais ideais da identidade europeia: da geografia, através da história até à sua cultura”⁴⁸. Afinal, na história da Europa, desta Europa, “o capítulo das dissemelhanças é tão importante como o das semelhanças”⁴⁹.

O projecto europeu

Apesar das dificuldades de escrever uma História da Europa, que mostre uma unidade intrínseca no projecto europeu, o ideal que tem movido a construção europeia continua a ter sentido. Os sessenta anos de construção europeia têm mostrado que o método dos pequenos passos tem resultado, apesar dos momentos de impasse provocados, precisamente, por tentar ultrapassar a dimensão económica que tem servido de motor à história desta comunidade de integração europeia. As dificuldades maiores têm surgido sempre que se pensa no aprofundamento político da união, muito particularmente sensível quando se pronuncia o termo de Constituição. A Constituição Europeia teria final mais feliz em Lisboa, parecendo que um Tratado prosseguia o curso normal da sua história.

A Europa como projecto esboçado no início da Construção Europeia em 1950, e a sua efectiva realização na actualidade, mostra a distância entre o ideal europeu e a realidade. A Europa como projecto político continua a ser um ideal, de alguns europeístas convictos. É a força ou fragilidade de uma integração que se tem revelado, sobretudo, económica. No entanto, o percurso europeu tem mostrado ir muito para além da actuação económica que marcaria a inicial Comunidade Económica Europeia (CEE), a própria Comunidade Europeia (CE), e chegaria à actual União Europeia. Desde o seu início que se ouviram frases que traçariam o seu destino: “We must built a Kind of United States of Europe”. Os ecos de Winston Churchill continuam a ser escutados pelos europeus, mais ou menos europeístas, mas a Europa política continua numa encruzilhada. Alguns atrevem-se a propor apurados que preferem seguir as pegadas de Robert Schuman e ouvir as suas palavras: “L’Europe ne se fera pás d’un coup, ni dans une construction d’ensemble”. A Europa dos pequenos passos está em marcha, muito longe da meta, sonhada por alguns, dos *Estados Unidos da Europa*. Será a Europa esse objecto político não identificado anunciado e reflectido por Jacques Delors?

No entanto, muitas iniciativas europeias continuam a mostrar que os ideais europeístas dos anos vinte do século XX continuam à espera da sua realização. Não se

⁴⁶ PIRES, Francisco Lucas – *Europa*. Lisboa: Difusão Cultural, 1993. p. 15.

⁴⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*.

⁴⁹ FEBVRE, Lucien - *Op. cit.*, p. 27.

vislumbram ainda os “Estados Unidos da Europa”, mas, a história recente da União Europeia mostra a consciência de aprofundar o projecto europeu.

A História da Europa apesar de ter uma longa história, continua a fazer-se na actualidade, num processo de construção europeia complexo mas imparável.

Uma Europa da Cultura?

Os *Encontros para a Cultura na Europa*, em Paris, pretenderam afirmar a dimensão cultural da Europa, na sequência da *Conferência de Berlim* do ano anterior, intitulada precisamente *Dar uma alma à Europa*. Foi o reconhecimento de que na hierarquia dos valores, a cultura está acima da economia, e, se esta é uma necessidade da vida, são os valores culturais que sustentam a verdadeira vida. Essa já tinha sido a conclusão dos subscritores do *Apelo de Florença*, convencidos que depois da unidade económica e monetária, tinha chegado a hora do pensamento europeu se pronunciar. Para construir uma Europa politicamente unida, antes de mais, era necessária a difusão de um forte pensamento sobre a Europa.

Terá sido a hora dos políticos darem a voz aos intelectuais? É bom lembrar que foram os políticos que assumiram a necessidade cultural da Europa, propondo naquela *Conferência de Berlim* a elaboração de uma “Carta da Cultura”, em apêndice à própria constituição. Depois de Berlim, a ideia não morreu, com a assinatura de uma *Declaração a Favor de uma Carta de Intenções para a Europa e a Cultura*. Os seus signatários são unânimes em reconhecer que a “cultura está na origem da Europa onde vivemos”, e “comprometem-se a fazer da cultura uma prioridade da construção europeia”. Ainda que não saindo do domínio das intenções, é um bom princípio, ou, pelo menos o reconhecimento de que o processo de integração europeia, para chegar à maturidade, precisa da cultura como chave da sua identidade. Essa cultura não pode, apenas, ser herdada, precisando de ser continuada. É nela que se fundamenta o espírito europeu que não pode morrer, sob pena do fim da própria Europa. Sem as dimensões não materiais, essenciais à vida, a Europa seria um corpo morto, o continente decadente. Em suma, a alma da Europa é a sua cultura, um espírito animado por uma alma, um corpo pensante.

Para além de desesperadamente se procurar uma unidade na diversidade cultural europeia, tão presente em Fernando Pessoa, é o reconhecimento da cultura como elemento fundamental para definir a própria identidade europeia. Sob o lema “Unidos na Diversidade”, a Europa parece ter encontrado a âncora para a sua unidade. A expressão dessa unidade encontra-se na actual *Declaração de Berlim* que recorda os êxitos da UE, os seus valores e os desafios que se apresentam. Mais uma vez, a constatação de que não pode haver construção europeia sem uma Ideia de Europa. No seu preâmbulo, ficou registado o reconhecimento de que “A Europa foi durante séculos uma ideia, uma esperança de entendimento. A esperança tornou-se realidade. A unificação europeia trouxe-nos paz e bem-estar”. A história do passado foi aprendida para a união europeia futura: “A Europa é o nosso futuro comum”. A *Declaração de Berlim*, assinada a propósito das comemorações dos cinquenta anos de construção europeia, é um sinal do esforço apreciável dos responsáveis pela continuidade da Europa, e da sua intenção em aprofundarem a dimensão cultural da comunidade. Ontem como hoje, edificada

sob doze estrelas em círculo que simbolizam os princípios da unidade, solidariedade e harmonia entre os povos da Europa. É a constatação de que uma verdadeira unidade europeia tem fundamentos espirituais.

A História, como lembra Jacques Le Goff, mostra que em toda a Europa, da Escandinávia à Grécia e a Portugal, existem traços fundamentais de uma mesma cultura e de uma Europa política, que os “eurocepticistas” preferem ignorar em nome de uma Europa económica. Sem dúvida de que esta economia comum europeia é importante para criar um peso comparável com os Estados Unidos e a China. No entanto, a Europa Unida não pode ser suportada tão só por razões materialistas, sob pena do resultado final ser pouco mais do que uma grande zona económica, que pode ser tão rápida a construir quanto a sua destruição. Os verdadeiros europeus olham para bem mais longe. Aliás, o lema “unida na diversidade”, não será o mesmo que Jacques Le Goff aspira quando faz a apologia de “Por uma Europa cultural”?⁵⁰

Passaram mais de cinquenta anos após a assinatura dos Tratados de Roma, realizada a 25 de Março de 1957, comemorados sob o slogan “Juntos desde 1957”, apelando à ideia de que, também juntos faremos a Europa. Um bom momento para fazer o balanço do passado e para a União Europeia acreditar no futuro. O passado mostra que a História da Europa é uma História de sucesso, de paz alcançada, liberdade, democracia, unidade do continente e até prosperidade material. Mas foi um passado vivido por seis personagens, agora é necessário encontrar uma nova história. O presente tem sido de reflexão, quase uma pausa, para a Europa se (re)pensar a si própria, motivada pelo aparente impasse da Constituição Europeia. A reflexão não deve ser estéril e, pelo menos, servir para o amadurecimento europeu, para a consciência da necessidade de uma verdadeira união/unidade europeia para juntos construirmos a Europa.

Mais recentemente, refira-se a proposta da ministra da Educação alemã, Annette Schavan, em pretender criar um Livro Europeu de História para os alunos dos 27 Estados membros da União Europeia⁵¹. Refira-se o livro já existente, um manual franco-alemão em que França e Alemanha contam juntas a história do pós-guerra⁵². Este livro avisa na introdução não pretender ser uma história franco-alemã mas um manual franco-alemão de história. O seu objectivo não é contar a história da França e da Alemanha, mas de partir de um ponto de vista assumido sobre as preocupações sociais, culturais, económicas e políticas do eixo Paris-Berlim⁵³.

Esta obra pretende servir de modelo a um projecto mais alargado, cujos objectivos pretendem ser os de ensinar a História da Europa e de relançar os seus valores comuns. Para os estudantes, uma possibilidade de conhecerem o passado, o presente e idealizar

⁵⁰ GOFF, Jacques Le - “Por uma Europa Cultural”. *Jornal de Letras* (25 de Abril de 2007) p. 9.

⁵¹ Veja-se “E se toda a Europa lesse o mesmo livro de História?”. *Diário de Notícias* (8 de Março de 2007) p. 2.

⁵² “França e Alemanha contam juntas a história do pós-guerra”. *Diário de Notícias* (8 de Março de 2007) p. 3.

⁵³ Refira-se que esta obra intitulada *A Europa e o Mundo desde 1945*, está em vigor desde 2006/2007 para os alunos dos três últimos anos dos liceus de França e da Alemanha. Curiosamente, foi adoptado em Portugal no Liceu Francês e na Escola Alemã.

um futuro europeu, além de contribuir para construir uma verdadeira cidadania europeia. Podemos pensar em reescrever a História? Será que uma mesma história pode ser contada em vinte e sete versões que o mesmo manual pretende evitar? Esta História Comum Europeia aproximará os seus países? São, sem dúvida, problemas da história contemporânea.

Reflexões Finais

Continuamos a interrogar o destino europeu. A velha Europa continua a olhar o seu enigmático futuro. Não se contentando com o seu passado, continua a sonhar com o seu regresso ao papel hegemónico no mundo, ou, em ser uma espécie de super-Europa que alimenta o imaginário europeu. Muitas vezes à beira do abismo, a Europa continua a sua marcha, encontrando “in-extremis” a solução possível para a vida de um projecto de integração. Muitos momentos mostram a desintegração de um projecto mais ambicioso. A Europa da civilização e da cultura estão longe dos calculismos dos políticos europeus. O sonho europeu está por realizar. Muito longe da sua realização, parece até que a Europa seguiu em sentido contrário a essa Europa cultural. A Europa económica é mais fácil de concretizar e tem mostrado a sua história de sucesso, fugindo da loucura da Europa – Ideia que, parece, um passado sem futuro: uma Europa sem forças para sonhar ou (re)lembrar esse Império Romano que está longe de alcançar.

A Europa precisa de voltar a existir, de nascer da utopia por realizar. O olhar da Europa sobre si é o momento de existir e assumir sobre si o seu destino. Uma Europa que deixe de ser cega. Uma Europa que abra os olhos e reconheça que não tem um número de telefone, para um telefonema de Kissinger a partir da América. Uma Europa que seja um actor de primeiro plano na história e política mundial. Finalmente, uma Europa que regresse à sua vocação universalizante e civilizadora.

Como dizia Marc Nouschi, “A legitimidade da Europa surgirá fortalecida, se for capaz de abandonar o jargão que a caracteriza para adoptar uma linguagem clara e definir estratégias tão mobilizadoras como as do passado”⁵⁴. É preciso recuperar o passado para construir o futuro, num presente em que “A Europa vive, pois, um momento delicado e crucial. Ou se torna numa União e concretiza, assim, os sonhos mais ambiciosos dos *pais fundadores*, ou fracassa e não resulta senão no quadro de um mercado comum melhorado e ameaçado de diluição num sistema – mundo”⁵⁵. Na mesma linha, Guy Verhofstadt defende uma maior integração da Europa, para poder ser verdadeiramente um actor mundial. Diz o primeiro-ministro belga que “a unificação europeia já foi, em tempos, o projecto mais promissor que existia. Hoje, a União Europeia encontra-se politicamente dividida e economicamente debilitada. Em momentos-chave como durante a guerra do Iraque, a União não consegue falar

⁵⁴ NOUSHI, Marc - *Em busca da Europa. Construção Europeia e Legitimidade Nacional*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. p. 261.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*.

em unísono”⁵⁶. Que papel poderá desempenhar ainda a Europa? A resposta é clara: “Se a Europa quiser um actor mundial, terá de passar um processo de integração mais forte. Só uns Estados Unidos da Europa enérgicos poderão fazer face ao desafio e ir ao encontro das expectativas dos cidadãos”⁵⁷. Este Manifesto para uma Nova Europa pretende que a Europa saia da encruzilhada onde se encontra há muito tempo. Contra os que pensam que há Europa a mais, este político defende que há Europa a menos e, por isso, é necessário fazer mais Europa, em que a ideia inspiradora será a dos Estados Unidos da Europa, única saída para o velho continente, um projecto político global para os Estados da Zona Euro – os pioneiros –, e uma confederação de Estados ou organização de Estados Europeus, para os outros.

Sobre a Europa, muito se tem escrito sobre o que foi, o que é ou o que virá a ser. Uns lamentam o seu declínio, a decadência da Europa, o crepúsculo da civilização Europeia⁵⁸. Outros chegaram até a redigir-lhe a certidão de óbito⁵⁹. Não faltam, também, os que olham para o seu futuro⁶⁰. Ortega y Gasset aproveitou a lição da História para acreditar na realidade e possibilidade da Europa. Em plena Berlim arruinada proclama: “as nações europeias chegaram a um instante em que só podem salvar-se se logram superar-se a si mesmas como nações, quer dizer, se se consegue fazer vigente nelas a opinião de que a nacionalidade como forma mais perfeita de vida colectiva é um anacronismo, carece de fertilidade para o futuro; é, em suma historicamente impossível”⁶¹. Daí as repetidas lições do pensador sobre a Ideia de Europa, numa época de crise mundial, para mostrar que a História é mestra da vida, e a Europa o seu substrato histórico. Também Oswaldo Spengler na sua obra *Decadência do Ocidente*, lembra como tudo nasce, cresce e morre.

A História da Europa não terminou e, portanto, não podemos concluir o seu fim. Só conhecemos o seu passado, um passado vivido no século XX como “monstruoso, o mais monstruoso, sem dúvida, de uma longa História de violência, sem ter resolvido os problemas do século XIX”⁶². A unidade da Europa não sendo ainda uma realidade alcançada, só pode ser esboçada como futuro. Não podemos escrever o fim da História. O presente mostra que o projecto europeu está muito para além do fim inicial de salvaguardar a paz. A construção europeia continua a mostrar a possibilidade de um futuro europeu. Ainda não estamos perto da federação europeia, ou, como lembra Edgar Morin, “O desígnio de uma federação ainda não é um desígnio comum. Mas o destino comum está em gestação desde 1945. Embora ele não seja ainda visível à maior

⁵⁶ VERHOFSTADT, Guy - *Os Estados Unidos da Europa*. Lisboa: Manifesto para uma Nova Europa, Gradiva, 2004. p. 8.

⁵⁷ Idem, *Ibidem*.

⁵⁸ Cfr. REYNOLD, Gonzague de - *L'Europe tragique*. Paris: Éditions Spes, 1935. p. 398-401.

⁵⁹ FRANK, Waldo - *Redescobrimento de América. Los últimos días da Europa*. Madrid: Revista de Occidente, 1930.

⁶⁰ ORTEGA Y GASSET, José - “De Europa Meditatio Quaedam”. In *Meditación de Europa*. Madrid: Revista de Occidente, 1966.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 46.

⁶² SOULIER, Gérard - *A Europa. História, Civilização, Instituições*. Lisboa: Editora Piaget, 1997.

parte dos Europeus, ele impõe-se-lhes, apesar de todas as diferenças ou desigualdades de situações e de problemas”⁶³.

A Europa está em crise como, de resto, o mundo inteiro: “Tudo está em crise na crise planetária, feita da conjugação de uma miríade de crises, económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, morais, intelectuais. A nebulosa espiral da humanidade desfaz-se no próprio momento em que procura ascender ao ser”⁶⁴. E num rasgo visionário, Edgar Morin anuncia uma Europa “ferida de morte”, mas tranquila. Não podem ser mais pertinentes e actuais as suas palavras:

A bomba encontra-se sobre ela, mas a Europa está tranquila; ela está no centro do perigo, mas encontra-se fora da história. A Europa está na periferia da idade de ferro planetária, mas não pode sair-se sozinha. À sua volta, o mundo encontra-se agónico. A palavra *agonia* significa luta angustiante, conflito interno. Todo o nascimento, como toda a morte, é agónico. Encontramo-nos na agonia de um mundo que não consegue nascer porque nos encontramos na agonia de um mundo que não consegue morrer. Não sabemos qual das duas será finalmente, a agonia da morte ou a agonia da nascença. Nós já não temos futuro visível.

O mundo encontra-se na noite e no nevoeiro, os quais cobrem também a Europa. Já o dissemos: não sabemos se a meia Europa subjugada se libertará, se a meia Europa livre será subjugada, se a Europa será finalmente marginalizada, vassalizada, helvetizada, helenizada, atomizada. Antes de fazer planos e rataplães precisamos de inscrever a incerteza no nosso pensamento, ligar risco e sorte no nosso espírito, fazer a aposta da Vida perante o Nada.

Nesta incerteza, temos pelo menos a certeza de que uma nova metamorfose da Europa começou.⁶⁵

Qual é o problema da Europa? É um problema à escala planetária: ⁶⁶ “Pois por onde a planetarização progride pela hegemonia e pela homogeneização, por aí regride. Assim, tendo-se transformado tecnicamente efectiva, ela não se efectua para a humanidade dividida e dilacerada em nações, impérios, raças e religiões”.

O futuro é incerto e parece longínquo: “Eis- nos longe da *luta final*, do *fim da história*, do cumprimento da civilização, como o esperávamos há trinta anos. Encontramo-nos, pelo contrário, numa nova luta inicial”⁶⁷. Não conseguimos responder aos desafios do século e parecemos recuar na história: “Não no momento da realização do espírito humano, mas ainda na sua pré-história. Nós não conseguimos ainda responder ao desafio da complexidade do real; estamos ainda na era bárbara das ideias”⁶⁸.

⁶³ MORIN, Edgar - *Pensar a Europa. Op. cit.*, p. 133.

⁶⁴ Idem, *Ibidem*, p. 155.

⁶⁵ MORIN, Edgar - *Pensar a Europa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1988. p. 167-168.

⁶⁶ Idem, *Ibidem*.

⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

⁶⁸ Idem, *Ibidem*.

A Europa contemporânea precisa da História para compreender o seu passado e ter a consciência do seu destino. A História é uma dimensão fundamental para a reflexão sobre a Europa. Continua a fazer sentido a interrogação de Lucien Febvre sobre o grande problema da Europa: “A Europa, uma noção ultrapassada? – ou uma necessidade vital para o progresso do mundo? Devemos sonhar com a Europa – ou poupar-nos a esta noção ultrapassada?”⁶⁹ Ou, como dizia Francisco Lucas Pires, “A Europa é hoje, antes de tudo, o nosso problema mais real”⁷⁰. Tudo é indeterminado, como em qualquer aventura, ou, como pensava Lucas Pires, “sem a ilusão de fixar um fim a uma aventura que sempre foi no essencial a da própria liberdade e permanente reinvenção da história”⁷¹. Afinal, “é neste contexto incerto e louco que deve edificar-se a Europa. Ainda que tenha a sua própria comunidade de destino, ela não pode escapar ao destino comum da humanidade”⁷². O problema da Europa continua, mas, “eis-nos chegados ao termo da nossa viagem! Eis-nos chegado à grande questão: Europa... Europa..., palavra fetiche, palavra remédio, palavra de salvação. Realizemos a Europa. Criemos a República Europeia”⁷³.

⁶⁹ FEBVRE, Lucien - *A Europa. Gênese de uma Civilização*. Lisboa: Teorema Editora, 2001.

⁷⁰ PIRES, Francisco Lucas – Prefácio. In MELLO, Manuel José Homem de - *Portugal, a Europa e o Futuro*. Lisboa: Editorial Notícias, 1990.

⁷¹ PIRES, Francisco Lucas – *Europa. Op. cit.*, p. 15.

⁷² MORIN, Edgar - *Pensar a Europa. Op. cit.*, p. 155.

⁷³ FEBVRE, Lucien - *Op. cit.*, p. 307.

As ditaduras na história política contemporânea
Contributos para um debate

Miguel Dias Santos

Miguel Dias Santos, Doutor em História Contemporânea pela Faculdade de letras da Universidade de Coimbra. Investigador do CEIS 20. E-mail: miguelantoniosantos@sapo.pt

1. As ditaduras e a historiografia

Num artigo intitulado “A Escrita (vária) da I República Portuguesa”, Armando Malheiro da Silva lançou um olhar prospectivo sobre a historiografia da I república, apresentado como «balanço» da produção até então desenvolvida¹. Entre as diferentes perspectivas historiográficas, identificou uma corrente que procurou explicar o advento do fascismo através da “caracterização dialéctica das estruturas económicas e sociais”. A essa corrente vinculou historiadores e sociólogos como Manuel Vilaverde Cabral, Fernando Medeiros, António José Telo e Fernando Rosas², que apresentavam o período cronológico de 1890-1926 como unidade político-ideológica e cultural.

Na substância da tese interpretativa desta corrente, Manuel Vilaverde Cabral defendeu que as transformações do capitalismo teriam aprofundado a crise do sistema político, de que resultou a crise do Estado e o aumento dos conflitos entre a burguesia e o operariado³. A crise de 1890 teria operado a viragem estrutural dessa crise sistémica do capitalismo, gerando “novos componentes político-ideológicas”, como o nacionalismo e as “tendências autoritárias”, produzidas sob influência do cesarismo de Oliveira Martins⁴. Mais tarde, desenvolveu a sua tese num artigo sobre Basílio Teles e o nacionalismo republicano, defendendo que a elite intelectual portuguesa se tornou, entre 1870 e 1920, “portadora de uma ideologia cada vez mais coerentemente nacionalista e autoritária”⁵. A Grande Guerra teria criado as condições políticas e sociais para a gestação de concepções autoritárias, como o sidonismo, precursoras do fascismo em Portugal e na Europa⁶.

No mesmo sentido, Fernando Rosas considera que a crise da monarquia constitucional, iniciada no contexto do ultimato inglês, se traduziu numa crise geral do liberalismo e menos na procura de uma alternativa para a forma do estado. A república falharia também a sua alternativa democratizante criando as condições para uma consequente evolução do sistema político para a Ditadura Militar e o Estado Novo. Fernando Rosas reforçou as conclusões de Manuel Vilaverde Cabral segundo as quais o franquismo e o sidonismo não deviam confundir-se com movimentos ultramontanos e tradicionalistas, antes prefiguravam o autoritarismo moderno, e que a dinâmica dessas “duas direitas” “informa a génese e a natureza do regime salazarista”⁷.

¹ *Ler História*. Lisboa: ISCTE. N.º 38 (2000) p. 197-254.

² *Ibidem*, p. 222.

³ *Leia-se Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Sociais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

⁴ *Ibidem*, p. 21-22.

⁵ Idem – “Basílio Teles: o nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo”. *Prelo, Revista da Imprensa Nacional - Casa da Moeda*. Lisboa: Imprensa nacional. N.º 5 (1987) p. 19-33.

⁶ Idem – “A grande guerra e o sidonismo (esboço interpretativo)”. *Análise Social*. Lisboa: ICS. Vol. XV, N.º 58 (1979 – 2.º) p. 373-392; “A segunda república portuguesa numa perspectiva histórica”. *Análise Social*. Vol. XIX, 75 (1983 – 1.º) p. 127-142.

⁷ ROSAS, Fernando – “A crise do liberalismo e as origens do autoritarismo moderno e do Estado Novo em Portugal”. *Penélope*. Lisboa: Edições Cosmos. N.º 2 (Fevereiro de 1989) p. 97-114.

No contexto deste quadro interpretativo, aqui esboçado de forma muito fruste, há três momentos históricos que têm concitado o interesse da historiografia política, porque supostamente constituem a sua validação empírica. As ditaduras de João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais constituem portanto referenciais analíticos da tese que apregoa que a crise do liberalismo monárquico e da sua extensão republicana se limitou a antecipar um novo tipo de poder, a ditadura fascista. João Franco e Sidónio Pais, mais do que Pimenta de Castro, seriam assim precursores de Oliveira Salazar, porquanto e o seu exercício do poder, a ideologia dominante e as forças sociais em ascensão conduziram em Portugal à formação do Estado Novo.

No caso de João Franco, o próprio Manuel Vilaverde Cabral tinha já apontado a emergência de algumas características típicas da “tradição autoritária”, como a capacidade de mobilização popular e o populismo do ditador, num contexto nacionalista ligado à elite burguesa da província⁸. A tese teve os seus seguidores em Fernando Rosas e sobretudo José Miguel Sardica, autor do livro *A Dupla Face do Franquismo. Na Crise da Monarquia Portuguesa*. No livro, Sardica centra a sua análise nas categorias de liderança carismática, populismo moderno e mobilização de massas – o *mass politics* – para de certa forma comparar Franco com Sidónio e Salazar⁹. A deriva autoritária do franquismo, a sua acção política e a ideologia emergente sob o signo nacionalista constituíam o espectro sombrio das ditaduras do século XX, facto que se adivinhava na defesa da intervenção autoritária do Estado, no nacionalismo económico de fundo proteccionista e na concentração e organização do aparelho repressivo¹⁰.

No caso de Sidónio Pais, Manuel Vilaverde Cabral caracterizou o sidonismo como a “primeira ditadura europeia moderna”¹¹, definição que seria depois consagrada na análise de outros historiadores, como João Medina¹², António José Telo¹³, António Costa Pinto¹⁴ e, em parte, Filipe Ribeiro de Meneses¹⁵. Todos assumiram que Sidónio Pais foi um precursor do salazarismo ou, em última análise, que a ditadura de Sidónio serviu de inspiração ao movimento fascista português¹⁶. No livro *O presidente-rei Sidónio Pais*, João Medina desenvolveu a sua tese descrevendo o sidonismo como “regime protofascista”,

⁸ CABRAL, Manuel Vilaverde – “A segunda república portuguesa numa perspectiva histórica”. *Análise Social*: Lisboa. Vol. XIX, 75 (1983 – 1.º) p. 136-137.

⁹ SARDICA, José Miguel - *A Dupla Face do Franquismo. Na Crise da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Edições Cosmos, 1994. p. 74-76.

¹⁰ *Ibidem*, p. 77-80; ROSAS, Fernando - *Art. cit.*

¹¹ CABRAL, Manuel Vilaverde – “A segunda república...”, p. 137-138.

¹² MEDINA, João - *O “Presidente-Rei” Sidónio Pais*. Lisboa: Livros Horizonte, 2007.

¹³ TELO, António José - *O Sidonismo e o Movimento Operário Português*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, 1977.

¹⁴ PINTO, António Costa – “A Queda da Primeira república Portuguesa: uma interpretação”. In BAIÓIA, Manuel (ed.) - *Elites e Poder. A crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*. Lisboa: Edições Colibri; Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedade da Universidade de Évora, 2004. p. 176 e ss.

¹⁵ MENESES, Filipe Ribeiro de - *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

¹⁶ PINTO, António Costa - *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914-1945*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 55.

argumentando que o presidencialismo arvorado mais não foi do que um processo para escamotear uma realidade que “era ditatorial, Sidónio era ditador, a natureza do seu regime foi de executivo autoritário indiscutivelmente ditatorialista nos processos de actuação e nos actos de governo [...] embora o conceito de ditadura não fosse assumido por quem o punha em prática”¹⁷.

O sidonismo, como em parte o franquismo, teriam antecedido, ainda que de forma embrionária, alguns dos elementos político-ideológicos e culturais do fascismo europeu, e do próprio salazarismo, nomeadamente a ideologia nacionalista, o partido único, a liderança carismática, a representação corporativa, o individualismo, o antiparlamentarismo e o sistema repressivo.

Entretanto, surgiram na historiografia mais recente perspectivas revisionistas. Rui Ramos, autor de uma biografia sobre João Franco, analisou o franquismo à luz de processos reformistas da época e de um processo de recomposição político-partidária com o beneplácito de D. Carlos. A “ditadura administrativa”, resultado de um expediente habitual na *praxis* política do liberalismo monárquico, foi aqui enquadrada, sem grande convicção, é certo, na tipologia das ditaduras de “comissário”, teorizadas por Carl Schmitt¹⁸, e imposta para “restaurar a ordem constitucional” e contornar a “obstrução parlamentar”¹⁹.

Quanto ao sidonismo, coube a Armando Malheiro da Silva questionar as já clássicas interpretações como resultado de um “sub-reptício e subjectivo juízo de valor. Um juízo pejorativo e contrário à intencionalidade histórica (isto é, produzida, vivida, bem ou mal não importa, no seu próprio tempo) dos principais protagonistas da situação política em foco”²⁰. Malheiro da Silva, para além de uma importante revisão do conceito de carisma, que não se detém apenas na personalidade mobilizadora mas também na natureza e motivações dos seguidores²¹, distingue no *dezembrismo* dois períodos: o período ditatorial, que terminou com as eleições de 28 de Abril, e o período constitucional, até à sua morte a 14 de Dezembro. Afirma ainda este historiador que a *república nova*, apesar das dificuldades de institucionalização, procurou a legitimação popular para o seu projecto presidencialista²².

Se bem entendemos o seu significado, as leituras de Rui Ramos e Malheiro da Silva deslocam o eixo analítico dos dois fenómenos político-ideológicos, procedendo a um exame crítico das teses referidas e das fontes utilizadas. É que muitos dos juízos feitos sobre Franco e Sidónio Pais foram produzidos já sobre a influência das novas correntes fascistas e autoritárias. Na verdade, só hoje se começa a questionar a natureza de tais fenómenos ditatoriais, vistos geralmente como genéticos da Ditadura Militar

¹⁷ MEDINA, João - *O “Presidente-Rei”...*, p. 81.

¹⁸ Teorização em SCHMITT, Carl - *La Dictadura*. Madrid: Revista de Occidente, 1968.

¹⁹ RAMOS, Rui - *João Franco e o Fracasso do reformismo Liberal (1884-1908)*. Lisboa: ICS, 2001. p. 153-154.

²⁰ SILVA, Armando Malheiro da - *Sidonismo e o Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2003. Vol. 1, p. 34.

²¹ *Ibidem*, p. 26.

²² *Ibidem*, p. 34.

e depois o Estado Novo, mas que, afinal, também podem ser entendidos como meros exercícios inconstitucionais, ou “extraconstitucionais”, do poder²³.

Este artigo pretende ser um exercício hermenêutico em torno da evolução do conceito de ditadura, apreendido através da evolução histórica, utilizando essencialmente fontes parlamentares, normativas (as constituições) e jurídicas. Defendemos que é possível compreender estes fenómenos político-ideológicos à luz dos problemas colocados pela adequação das instituições liberais (monárquicas e republicanas) às crescentes exigências do alargamento da cidadania e da representação democrática. Isto é, consideramos que as ditaduras do século XIX e XX (até 1926) possuem uma matriz ideológica e uma natureza que as distinguem das ditaduras fascistas, empenhadas em edificar uma nova ordem política e ideológica e em romper definitivamente com a tradição liberal e democrática.

As ditaduras também têm história

A concepção moderna de ditadura, muito influenciada pelas experiências ditatoriais do século XX, também designadas regimes totalitários, classifica o poder exercido pelos ditadores modernos evidenciando a “concentração e o carácter absoluto do poder”²⁴. Mas se neste elemento central de classificação existe coincidência entre a ditadura romana e as ditaduras modernas, persiste uma diferença substancial: a ditadura romana era autorizada pelas regras institucionais enquanto as ditaduras modernas são inconstitucionais e subvertem a ordem política existente²⁵. Na sua síntese sobre o fenómeno ditatorial, Mário Stoppino elencou três características essenciais das ditaduras modernas: a concentração e o carácter ilimitado do poder; as condições políticas ambientais e a precariedade das regras de sucessão no poder²⁶.

A tipologia estabelecida pela generalidade dos especialistas da filosofia política anula, assim de imediato, a atribuição da categoria de ditadura moderna (nós diríamos contemporânea) às situações políticas de João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais. Só com evidente exagero poderíamos aceitar que o seu exercício do poder configurasse a “concentração e o carácter ilimitado do poder” ou que, na linguagem dos especialistas, configurasse um novo regime ou sistema político²⁷. Significa portanto

²³ Cf. TORGAL, Luís Reis – *António José de Almeida e a República*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2004. p. 130-131; Idem – “A República como ‘Ética’ e como ‘Regime’ o caso de António José de Almeida”. In *Onde a monarquia acaba e a república começa Ericeira, 5 de Outubro de 1910*. Ericeira: Mar de Letras, 2010. p. 11-15.

²⁴ STOPPINO, Mário – “Ditadura”. In BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco – *Dicionário de Política*. 11.ª ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília. Vol. 1, p. 368.

²⁵ *Ibidem*; CATROGA, Fernando – “Republicanismos”. *Biblos*. Coimbra: Faculdade de Letras, n. s. VIII (2010) p. 21.

²⁶ STOPPINO, Mário – *ob. cit.*, p. 373. O autor sintetiza o pensamento de outros especialistas, como Norberto Bobbio, Maurice Duverger, F. Neumann e Carl Schmitt, entre outros.

²⁷ Luís Salgado de Matos caracteriza as ditaduras como “regime político em que o elemento permanente da instituição Estado se impõe ao flutuante; o elemento permanente – o rei, os funcionários, os ‘políticos’ – substitui-se ao flutuante, formado pelos cidadãos, na tomada de decisões relativas ao conjunto da própria

que se torna imperiosa a definição conceptual de ditadura, classificação não apenas teórica, mas considerando a sua relação com as realidades empíricas, e a sua evolução ao longo da história. Com efeito, será que a expressão *ditadura*, usada com frequência pelas fontes e pelos políticos, é uma simples palavra ou um conceito histórico que pode ser útil à compreensão dos fenómenos político-ideológicos? Apesar de não haver tradição na historiografia portuguesa, a história conceptual surge em alguns países como central na interpretação historiográfica, considerando que os conceitos possuem uma história e são essenciais para compreender a realidade das relações humanas e do contexto histórico de que fazem parte. Giuseppe Duso considera que as mudanças no processo histórico produzem transformações nos conceitos que os especialistas não podem desprezar. No campo da filosofia política, torna-se visível que os conceitos se redefinem através dos novos sistemas de relações. Assim, conceitos como *Democracia*, *Política*, *Governo*, *Revolução*, *Ditadura* e tantos outros sofreram mutações importantes com a emergência da modernidade, após as revoluções liberais. Exemplo flagrante dessas transformações conceptuais encontra-se no conceito de *poder*, que substituiu a fórmula clássica de *governo*. O poder é visto como capacidade de determinar a conduta de outros homens e de garantir a disponibilidade de outros para obedecer. Sem essa disponibilidade, o poder transforma-se em força coerciva²⁸.

É assim no contexto das alterações nos sistemas jurídico-políticos, marcados pela soberania nacional e pela construção da cidadania, que a noção de *poder* ganha centralidade e com ela o necessário equilíbrio dos poderes. Ao deixar de depender de uma pessoa em particular, os liberais passaram a obedecer a um corpo colectivo, sede abstracta onde residia o poder. A obediência ao soberano resultava do facto de este representar a vontade do corpo colectivo. A constituição consagrava esse pacto entre o soberano e os cidadãos²⁹ e por isso estabelecia os limites do exercício do poder, sendo este aliás o seu desiderato essencial³⁰. É neste contexto que devemos situar a problematização das ditaduras modernas, vistas como ameaças ao equilíbrio dos poderes e da representação política.

A questão do equilíbrio dos poderes foi central nos debates parlamentares que decorreram nas cortes constituintes, reunidas a partir de Janeiro de 1821, sob a presidência de Manuel Fernandes Tomás. A expressão “ditadura” surge aqui como equivalente a “déspota” e aplicava-se indistintamente ao poder executivo como ao poder legislativo³¹. Influenciados pela constituição de Cádiz, de 1812, os constituintes

instituição Estado e às relações dentro do “triângulo institucional”. O “triângulo institucional” inclui, além do Estado, a Igreja e as Forças Armadas”.

²⁸ Cf. CHIGNOLA, Sandro; DUSO, Giuseppe - *Historia de Los Conceptos y Filosofia Política*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009. p. 160-242.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Cf. ARAÚJO, António de; BRITO, Miguel Nogueira de – “Para a história da fiscalização da constitucionalidade em Portugal”. Comentário acórdão de 23 de Julho de 1907 Supremo Tribunal de Justiça. [Consult. 10 de Janeiro de 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/n5AAMNB.pdf>.

³¹ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 23-02-1821, p. 144.

recusaram ao rei o direito de veto. Uma das principais preocupações dos deputados foi garantir a criação de mecanismos que garantissem a divisão dos poderes e impedissem o regresso a fórmulas despóticas ou absolutistas. A expressão “ditadura” surge pela primeira vez em torno de uma questão que será central na análise histórico-conceitual das ditaduras e do próprio debate político-constitucional: o *estado de necessidade*.

O *estado de necessidade* deu origem à magistratura romana do ditador. Como se sabe, o ditador recebia o poder do senado em situação de crise interna ou ameaça externa e durante seis meses concentrava todos os poderes do estado. Sendo um órgão extraordinário, a ditadura tinha limites bem definidos quanto aos fins, duração e aos meios de que dispunha, mas os seus poderes eram abrangentes, dentro dos limites estabelecidos na lei: comandava o exército, exercia poder sobre os cônsules, os seus decretos tinham valor de lei e aplicava a justiça, num contexto em que os direitos e garantias dos cidadãos romanos estavam provisoriamente suspensos³². Não se estranhe que a história da ditadura romana predominasse nos debates da constituinte vintista. Era essa a concepção a dominante, aliás, entre a opinião, como se comprova pela consulta de dicionários da época. Com efeito, a generalidade dos dicionários, incluindo o famoso dicionário de António Moraes, privilegiava sempre a utilização do substantivo “ditador”, referindo-se ao “magistrado” romano que excepcionalmente concentrava todos os poderes soberanos³³. Não havia então referências a outro tipo de ditaduras.

A convenção e depois o consulado francês seriam também invocados na constituinte para evitar os perigos da prorrogação do mandato dos deputados, ameaça ditatorial que voltaria a pairar em torno da discussão sobre o número de membros que deviam constituir o conselho de estado³⁴. Os deputados vislumbravam em todos os mecanismos de poder a ameaça ditatorial, mas o *estado de necessidade* tornou-se central em todos os debates, porque colocava o problema real da ameaça ao estado. Borges Carneiro propôs então que o parlamento, por maioria de dois terços, pudesse suspender os artigos da constituição relativos à divisão de poderes perante a ameaça externa ou guerra civil. Para os juristas, a questão, que viria a consagrar-se na Carta Constitucional, colocava em ruptura o princípio dos direitos individuais e o princípio da salvação pública. Os vintistas, muito zelosos das liberdades e garantias, recusaram então a proposta porque abria as portas ao poder tirânico³⁵.

³² STOPPINO Mário - *Art. cit.*, p. 368.

³³ SILVA, António de Moraes - *Diccionario da Língua Portuguesa: recopilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*. Tomo 1. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813; *Novo Diccionario da Língua Portuguesa: composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, e Acrescentado de vários vocábulos extrahidos dos classicos Antigos, e dos Modernos de melhor nota, que se achão universalmente recebidos*, Lisboa: Typographia Rollandiana, 1806; COUTO, António Maria do - *Diccionario da Maior Parte dos Termos Homonymos e Equívocos da Língua portugueza*. Lisboa: Typographia de António Soze da Rocha, 1842.

³⁴ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 24-09-1821, p. 2385-2386; sessão de 19-12-1921. p. 3466.

³⁵ *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 12-04-1822, p. 776-777. A questão incluía a nomeação dos generais que a história recente da revolução francesa mostrava perigosa para o equilíbrio de poderes, na medida em que os generais franceses, e em especial Napoleão, se

A primeira ditadura da moderna história de Portugal surgiu com o governo de D. Pedro, que, depois de renunciar ao trono do Brasil, partiu para a Europa, onde, em 1831, se autoproclamou regente. O governo que D. Pedro chefou “ditatorialmente” até ao verão de 1834, data em que foi eleito um novo parlamento, foi visto pela generalidade dos políticos com simpatia, na medida em que foi responsável por um importante conjunto de reformas que visavam transformar a sociedade portuguesa³⁶. Antecipando a teorização dos especialistas, os políticos coevos classificaram a sua ditadura de “ditadura revolucionária”, dotada de um poder constituinte que lhe permitia legislar no sentido de reformar as estruturas económicas e sociais e adaptar a realidade portuguesa ao liberalismo.

Passos Manuel, também ele ditador reformista, viria a justificar a sua ditadura estabelecendo a diferença entre a tirania de D. Miguel e a ditadura de D. Pedro. Mas se a deste foi a do “guerreiro” reformista, necessariamente violenta para “destruir” e reconstruir, a dele, Passos Manuel “foi d’outro género; – mas foi necessária – indispensável para plantar o Sistema Representativo, e para o Triunfo da Revolução”³⁷. A invocação da ditadura para aprofundamento da representação democrática e do sufrágio universal, apesar de paradoxal, foi praticada por outros ditadores, como João Franco ou Sidónio Pais. No caso de Sidónio Pais, é sabido – e também desvalorizado ou desenquadrado – que alterou a constituição através de um decreto revolucionário, para, em obediência ao “princípio do sufrágio universal”, impor ao país a eleição directa do presidente da república³⁸.

Os debates parlamentares conduzidos no período de vigência das constituintes de 1837/38, na sequência da revolução setembrista de 1836, constituem campo fértil para a compreensão dos mecanismos de funcionamento do poder e da sua relação com as questões da soberania e representação e a salvaguarda dos direitos individuais. A legislação de D. Pedro, como depois a de Passos Manuel, foi legitimada pela classe política como resultado de um estado de necessidade, “esta lei suprema dos estados”³⁹. No primeiro caso, a guerra civil, o conflito entre a tradição absolutista do poder «tirânico» e a modernidade liberal; no segundo, a agitação permanente, a suposta ameaça de guerra civil, resultado das tensões político-partidárias entre cartistas e vintistas, entre conservadores e radicais. A ditadura de Passos Manuel, exercida entre 10 de Setembro, quando um decreto ditatorial repôs em vigor a constituição de 1822, e 18 de Janeiro de 1837, data estabelecida como limite pelos constituintes, reivindicava a legitimidade do princípio revolucionário⁴⁰. A classificação de “ditadura revolucionária”, que um

empenharam em invadir outros países. *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 23-11-1821, p. 3203.

³⁶ DCD, sessões de 13-03-1835 e 14-01-1836.

³⁷ *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 21-01-1837.

³⁸ *Diário do Governo*, decreto n.º 3977, de 30-03-1918.

³⁹ *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 07-04-1837, p. 222.

⁴⁰ “Não fomos mandados pela Providencia! Somos filhos da revolução, e a revolução pode destruir, trono, altar, leis, e Constituição. O povo fazendo uma revolução, e encarregando-nos a sua defesa, deu-nos o direito de nos armarmos de um poder discricionário, e de quantos meios lícitos houvesse para fazermos

deputado rotulou de primeira “ditadura moderna”⁴¹, encontrava eco na revolução francesa e, antecipando a caracterização de Carl Schmitt e outros teóricos, assumiu poderes soberanos, isto é, não tinha limites constitucionais e exerceu funções constituintes⁴². A ditadura revolucionária, isto é, saída de uma revolução ou golpe de estado, teve outros episódios, como a ditadura do governo provisório, entre 1910 e 1911, e a ditadura de Sidónio Pais, entre 1917 e 11 de Maio de 1918. Ambas assumiram poderes soberanos e constituintes, procurando transformar e edificar uma nova ordem ou sistema político. Sidónio Pais, no discurso de abertura do congresso, a 22 de Julho de 1918, explicava que a revolução se fizera, não para uma simples reforma política, mas para “ideais mais altos” que ele conotava com o presidencialismo⁴³.

A opinião dividia-se sobre a ditadura e facilmente se compreende que o *estado de necessidade* invocado pelos setembristas não encontrasse unanimidade entre a classe política da época, que cuidava que nos “governos representativos não é necessária a extremidade de meio tão extremo”⁴⁴ e que “este nome ditadura não convém ao país, em que há governo representativo”⁴⁵. Deputados mais progressistas expressavam a mais viva “antipatia com ditaduras”, como foi o caso de José Estêvão, para além de muitos publicistas⁴⁶. E se uns centravam o seu optimismo na bondade das leis e na qualidade das reformas legislativas⁴⁷, outros censuravam o exercício do poder fora da legalidade constitucional e sublinhavam a ameaça à divisão dos poderes e ao princípio representativo⁴⁸.

O juízo positivo que a legislação das primeiras ditaduras colheu entre a classe política que as apoiava introduziu um elemento perverso para o sistema constitucional: a convicção assumida por muitos estadistas de que só em ditadura ou ao arrepió do parlamento era possível proceder a reformas legislativas estruturantes. Foi o caso de Passos Manuel, muito crítico da inoperância parlamentar⁴⁹, e depois Costa Cabral, que procurou “reformular ditatorialmente este país até o acostumar assim à liberdade”,

triumfar e brilhar a causa do povo, e um poder legislativo”. *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 08-04-1837, p. 236.

⁴¹ *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 07-04-1837, p. 222.

⁴² STOPPINO Mário – *Art. cit.*, p. 370.

⁴³ *Diário do Congresso da República*, sessão de 22 de Julho de 1918, p. 4-5.

⁴⁴ *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 10-04-1837, p. 263.

⁴⁵ *Ibidem*, sessão de 07-04-1837, p. 230.

⁴⁶ *Ibidem*, sessão de 29-01-1839, p. 127; *O Ecco, Jornal Crítico, Litterario, e Politico*, n.º 75, 18-04-1836, p. 1282.

⁴⁷ *Revista Contemporânea de Portugal e Brazil*. Lisboa: Typ. da Sociedade Typografica Franco-portuguesa. Vol. 2 (Abril de 1860) p. 562; Conselho Superior de Instrução Publica – Relatórios. *O Instituto*. Vol. 2 (1853).

⁴⁸ *Revista Estrangeira*. Porto: Typographia Commercial Portuense. 2.º ano, vol. 1 (1883) p. 86-87; *Revista Litteraria, Periódico de Litteratura, Philosophia, Viagens, Sciencias e bellas-Artes*. Porto: Typ. Commercial Portuense. T. 4. (1839) p. 124 e 405-406.

⁴⁹ Passos Manuel ironizava com o facto de o congresso constituinte de 1821 gastar “dois anos para fazer uma constituição, o que um homem entendido fazia em dois dias; Constituição que durou coisa de seis meses”. *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 8-04-1837, p. 236.

isto é, segundo Oliveira Marques, procurou governar com o mínimo de oposição para modernizar Portugal⁵⁰.

O princípio fez escola durante o período da regeneração e mais tarde regressou nos governos de Hintze Ribeiro (ditadura de 1894-95) e João Franco (1907-1908), para quem os excessos parlamentares, impedindo a aprovação de legislação inadiável, obrigavam o poder moderador a encerrar as câmaras legislativas e a transferir o poder legislativo para o governo. Em 1894, as cortes foram encerradas por decreto de 28 de Novembro (estiveram encerradas até Janeiro de 1896) com a justificação de que a instabilidade parlamentar – a “desordem impeditiva” – evitava a aprovação de reformas inadiáveis para o interesse público⁵¹. João franco, em 1907, acusava igualmente a desordem do parlamento de abrigar interesses de facção que estimulavam o “movimento de indisciplina e revolta que lavrava na classe mais facilmente sugestível da sociedade portuguesa”⁵². A obstrução parlamentar convidava à ditadura.

A crítica ao parlamentarismo e, nos antípodas, a sublimação reformista das ditaduras teve grandes teorizadores no final da monarquia. Oliveira Martins fez a sua apologia sincera, propondo a ditadura do rei apoiado num conjunto de homens capazes⁵³. Basílio Teles, por sua vez, assumiria durante o franquismo ser um “partidário irreductível das ditaduras” e essa herança histórica sobre a inocuidade reformista dos parlamentos foi assim assumida: “em qualquer das formas de governo representativo, ainda independentemente de perigos exteriores e graves alterações da ordem interna, a ditadura pode ser o meio único, ou, entretanto, o mais eficaz e rápido de implantar reformas de incontestável alcance colectivo”. Apesar dos pontos comuns, Martins e Teles prescreviam ditaduras com nuances distintas: para Oliveira Martins, o ditador era o rei e o poder exercia-se de cima para baixo; para Basílio Teles, o ditador era um qualquer líder, reunindo as necessárias qualidades, e o poder discricionário procurava todavia inspiração nas reivindicações do povo: “noutros termos, pode ser o mais expedito e seguro modo de satisfazer, a tempo e com fidelidade, justamente as indicações da opinião”⁵⁴. E não foi esta afinal a posição assumida pelo governo provisório da república, produzindo em ditadura revolucionária o edifício jurídico-normativo que enfermou todo o projecto modernizador do novo regime, deixando para a assembleia constituinte a sua legitimação *à posteriori*?⁵⁵

Mas o *estado de necessidade* ou “emergência”, que já os tratadistas clássicos, como Maquiavel, preconizavam⁵⁶, e que as cortes constituintes tinham receado como ameaça

⁵⁰ MARQUES, A. H. Oliveira – “Portugal e a Instauração do liberalismo”. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2002. Vol. IX, p. 603.

⁵¹ Decreto do Governo, n.º 272, de 29-11-1894.

⁵² Decreto do governo, n.º 1, de 11-05-1907.

⁵³ MATOS, Sérgio Campos – “A ideia de ditadura no círculo dos vencidos da vida”. *Clio, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras. p. 73-91.

⁵⁴ *As ditaduras. O regime revolucionário*. Prefácio de Vital Moreira e Estudo Introdutório de Fernando Catroga. Coimbra: Atlântida, 1975. p. 14.

⁵⁵ DCD, sessão de 21-06-1911, p. 10.

⁵⁶ Cf. MATOS, Luís Salgado de – *Art. cit.*

à legalidade, servirá de justificação ao longo de todo o período constitucional para os governos legislarem ao arpejo do parlamento ou para reivindicarem uma ditadura. No ano de 1844, e para fazer face à crescente oposição revolucionária, de que resultou a revolta de Torres Novas, o governo de Costa Cabral obteve do parlamento poderes “extraordinários e discricionários” para combater a ameaça⁵⁷. Legislação criada ao abrigo dessa autorização especial permitiu a Costa Cabral suspender os direitos e garantias dos cidadãos, incluindo a publicação da imprensa⁵⁸, encerrar as cortes durante 20 dias⁵⁹, demitir os oficiais envolvidos na conjura e proceder ao arresto dos bens⁶⁰. Um decreto de 11 de Março determinava que os revoltosos e os fornecedores de armamento e dinheiro seriam “imediatamente transportados às Possessões do Ultramar e ali posto em custódia em alguns dos seus presídios”⁶¹.

Se referimos com mais pormenor esta conjuntura é porque ela será relevante para muitos políticos e constitucionalistas, que viam na suspensão das garantias individuais prevista no n.º 34 do art.º 145 a única ditadura admitida pela Carta (na constituição de 1838 era o art.º 32), justificando-a aliás com o exemplo da ditadura romana, vista como órgão excepcional previsto na norma⁶². Como se sabe, este artigo permitia que o governo, em caso de rebelião ou invasão de inimigos, pudesse legislar invocando a necessidade de prover à “salvação pública”. Marnoco e Sousa, porém, viria a defender em 1910 que, estando prevista na constituição, a outorga provisória do poder legislativo ao governo não configurava uma ditadura, era legal, procurando assim repudiar aqueles que defendiam o “estado de necessidade”⁶³.

A agitação permanente e as transformações político-sociais associadas à instauração do liberalismo explicam o recurso constante à ditadura. Mas em que consistia afinal a ditadura liberal? Como enquadrar na norma jurídica a legislação produzida devido à usurpação do poder e por isso inconstitucional? Aparentemente, a questão não suscitou dúvidas jurídico-constitucionais na câmara dos deputados de 1834/36, que considerou todas as leis da ditadura de D. Pedro válidas, sem discussão ou fórmulas constitucionais. Coube à assembleia constituinte de 1837 instituir os mecanismos político-constitucionais que garantissem a constitucionalidade das leis⁶⁴.

⁵⁷ Cf. RIBEIRO, Maria Manuela Tavares – “A restauração da Carta Constitucional e a Revolta de 1844”. In *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI. N.º 7. (1985) p. 215; *Diário do Governo*, Lei n.º 33, de 7-02-1844; Câmara dos Deputados, sessão de 17-10-1844.

⁵⁸ *Diário do Governo*, Lei n.º 33, de 7-02-1844. Um decreto de 14 de Fevereiro prorrogou o prazo até 31 de Março.

⁵⁹ *Diário do Governo*, Decreto n.º 34, de 8-02-1844.

⁶⁰ *Diário do Governo*, Decretos de 9-02-1844 e de 15-02-1844.

⁶¹ *Diário do Governo*, Decreto n.º 60, de 11-03-1844.

⁶² SOUSA, Pinto Basílio Alberto de – *Direito Público Constitucional* [manuscrito de 1839-40?]. Coimbra, Instituto Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 1976. p. 51.

⁶³ *Direito Político. Poderes do Estado, Sua organização segundo a sciencia politicae o direito constitucional portuguezs*. Coimbra: França Amado Editor, 1910. p. 759-760.

⁶⁴ *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 01-04-1837.

Parece evidente, a partir dos debates parlamentares, que a concepção de ditadura se revelava na usurpação de poderes operada pelo poder executivo, invadindo as atribuições do poder legislativo. A discussão de 1837 colocou pela primeira vez a questão da natureza dessa legislação, aceitando a sua definição de decreto com “força de lei” que só depois da ratificação parlamentar seria consagrado pela normatividade⁶⁵. A comissão encarregada de elaborar o relatório sobre a ditadura setembrista propôs a ratificação de toda a legislação através de um procedimento importado de Inglaterra, conhecido como *Bill de Indemnidade*.

A expressão tinha sido utilizada pela primeira vez na câmara anterior, em 1835, mas sem o necessário conteúdo constitucional, referindo-se a uma desresponsabilização individual que Passos Manuel pretendeu fazer a um ministro, a quem acusava de cometer uma ilegalidade⁶⁶, e nesta acepção mais estrita foi utilizado até 1839⁶⁷.

Só em 1839 se discutiram as formalidades associadas ao *Bill de Indemnidade*, quando o chefe do governo, Sá da Bandeira, assumiu que o seu governo tinha violado a constituição em matéria fiscal, direito exclusivo do poder legislativo⁶⁸. O presidente do conselho de ministros veio à câmara dar explicações, afirmando então: “Não tendo havido precedentes que tornem necessário que o Governo venha pedir por escrito um Bill de ‘indemnidade’, por isso a este respeito ele não pôde fazer outra coisa mais do que tem feito”⁶⁹. A câmara exigiu então a definição de uma fórmula institucional para aplicar em “semelhantes circunstâncias”. Passos Manuel prescrevia que se aditasse à acta a declaração da câmara sobre a ratificação dos decretos ditatoriais em termos propostos pelo deputado F. Magalhães: “Proponho que na Acta de hoje se declare que a Câmara releva ao Governo a infracção do §. 12.º do Artigo 37.º da Constituição”⁷⁰. As cortes passaram por esta fórmula constitucional a ratificar os decretos ditatoriais através de uma lei que formalmente lhes conferia legalidade e legitimidade, inserindo a expressão “continuarão em vigor enquanto não forem alteradas pelas cortes”⁷¹. Só em Janeiro de 1843, já depois de restaurada a Carta, surgiria um relatório do governo de Costa Cabral a solicitar formalmente às cortes a concessão do *bill de indemnidade* por reconhecer ter “ultrapassado os limites de suas atribuições”. A comissão que analisou o pedido apresentaria depois um projecto de lei que conferia “força de lei” aos decretos do executivo⁷².

O *bill de Indemnidade* passaria a ser uma fórmula institucionalizada e muito utilizada durante todo o período constitucional, incluindo a república, facilitando

⁶⁵ *Ibidem*, sessões de 01 e 07-04-1837.

⁶⁶ DCD, sessão de 17-03-1835, p. 604.

⁶⁷ DCD, sessão de 06-02-1835, p. 604; DCD, sessão de 16-01-1836, p. 98.

⁶⁸ O n.º 12 do art.º 37.º da Constituição Política de 1838 determina que “compete às cortes votar anualmente os impostos, e fixar a receita e despesa do Estado”.

⁶⁹ DCD, sessão de 23-02-1839, p. 390.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 391-392.

⁷¹ Veja-se, por exemplo, *Diário do Governo*, Carta de lei de 27-04-1837; *Diário do Governo*, Lei de 14-02-1896.

⁷² DCD, sessão de 17-01-1843, p. 114.

a violação do princípio constitucional do equilíbrio dos poderes. Na sessão de 19 de Junho de 1911, o Congresso da república concedeu o *Bill de Indeminidade* ao governo provisório, o mesmo acontecendo depois da ditadura de sidónio Pais, que na abertura do Congresso afirmou que a “obra ditatorial vai seu submetida ao vosso esclarecido critério”⁷³. Durante a república, e considerado a hostilidade profunda a todas as violações do poder executivo, consagradas na constituição, que estabelecia a responsabilidade política, civil e criminal dos ministros (art.º 51), o *bill de indemnidade* assumiria de novo a desresponsabilização pessoal dos ministros⁷⁴.

Da análise dos fundamentos históricos e jurídico-constitucionais das ditaduras liberais, parece evidente que o período conturbado da instauração do liberalismo em Portugal, marcado por tensões e intensos conflitos político-ideológicos e por lutas de facção, criou as condições para a institucionalização das ditaduras, ou mais comumente, para as violações correntes da separação do poder. Ao longo do século XIX, foi corrente esse abuso. Ao longo dos anos, o debate parlamentar foi revelando a extensão do fenómeno ditatorial: na primeira fase da implantação do liberalismo, houve ditadura em 1832, 1836/37, 1844, 1846 e 1847⁷⁵. Já depois da revolução de Saldanha, com que se iniciou o período da regeneração, e considerando ainda fontes parlamentares, houve ditaduras em 1852, 1868, 1870, 1881, 1884 e 1886, e muitas outras usurpações de funções legislativas⁷⁶. A ditadura de 1890, praticada por António Serpa Pimentel, na sequência do ultimato inglês, provocou uma discussão acerba e inflamada sobre as ditaduras, que prognosticava o futuro. É que se as ditaduras do primeiro período liberal contavam com a indulgência de muitos deputados, pois teriam marcado “uma época notável da nossa crónica política”, as ditaduras do período regenerador, pelo contrário, decorrendo em período de tranquilidade pública, eram contrárias ao sistema constitucional e por isso concitavam a execração parlamentar⁷⁷.

A usurpação constante da função legislativa tornou-se uma banalidade política, até aqui admitida e legitimada pela generalidade da classe política⁷⁸. O ano de 1890 marca um momento de ruptura com a perspectiva por vezes acrítica e indulgente da classe política. É que a atmosfera política andava inebriada de uma fragrância revolucionária, acoçada pelo instintivo assomo nacionalista pós-ultimato. E se uns reivindicavam o aprofundamento da cidadania e a própria mudança de regime, a instituição monárquica, governando em sentido contrário, aplanava o caminho para as ditaduras de fim de século. Com efeito, a partir da ditadura de 1890 tornou-se habitual o poder moderador conceder a dissolução das cortes aos novos executivos que, governando em ditadura, preparavam as eleições e a conquista da maioria nas cortes seguintes. A ditadura de António Serpa, produzida em ambiente de crise política profunda, marcada também

⁷³ *Diário do Congresso da República*, sessão de 22-07-1918, p. 5.

⁷⁴ Vide, entre outros, *DCD*, sessão de 6-01-1913, p. 17; sessão de 2-08-1918.

⁷⁵ *Ibidem*, sessão de 25-06-1852, p. 327 e ss.

⁷⁶ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 4-07-1890, p. 468.

⁷⁷ *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 4-07-1890, p. 468.

⁷⁸ *DCD*, sessão de 21-03-1885, p. 842; *Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, sessão de 4-07-1890, p. 471.

pela repressão de manifestantes e limites à liberdade de expressão, traçou o perfil das ditaduras da fase final da monarquia.

Foi também o baptismo de D. Carlos no recurso a um expediente constitucional que traduzia, afinal, o uso dos poderes que a Carta concedia ao poder moderador, árbitro do sistema constitucional monárquico. Mas a ditadura de António Serpa, produzida em ambiente colectivo de frenesim patriótico, devidamente explorado pelo Partido republicano, provocou um coro de protestos nos dois lados da câmara, que em apóstrofes inflamadas execraram a ditadura como um ataque à liberdade em Portugal⁷⁹.

A história das ditaduras deste período, em especial aquelas que envolvem o partido regenerador, sob a liderança de Hintze Ribeiro e João franco, está praticamente feita⁸⁰. Ela tem sido interpretada como confirmando a crescente predisposição ditatorial de João Franco, ao mesmo tempo resultando da influência da elite conhecida como “vencidos da vida” junto de D. Carlos, permissivo aos defensores das teses de engrandecimento do poder régio. Uma análise profética dessa influência tinha sido produzida em 1890, no rescaldo da discussão da ditadura, por Augusto Fuschini. Muito crítico da ditadura, afirmou então na câmara dos deputados: “Sr. presidente, na minha opinião este espírito conservador (conservador não, reaccionário) que se manifesta em volta dos tronos, é mais perigoso para eles de que a propaganda republicana. A existência d’esse grupo, ou conselho áulico, tem sido e será, em toda a parte, para as coroas constitucionais um verdadeiro perigo”⁸¹.

A evolução do conceito de ditadura teria então que confrontar-se, por um lado, com as crescentes exigências de progresso e democratização dos sistemas políticos, vindas do partido republicano mas também da ala mais liberal da monarquia. Fuschini defendia então que o espírito geral era favorável à “evolução democrática e liberal da sociedade portuguesa”. Sérgio Campos Matos descreveu a pluralidade de significados atribuídos à ditadura e registou as alterações que se teriam dado na classificação do conceito a partir de 1890-1892. Antes deste período, as ditaduras correspondiam à usurpação das funções legislativas pelo poder executivo e depois desta conjuntura conturbada e difícil referiam-se, segundo a Enciclopédia de Maximiliano de Lemos, ao “Poder ou autoridade absoluta”⁸².

⁷⁹ DCD, sessão de 27-05-1890, p. 420. Muitos destes discursos foram então publicados: SÁ, António José de Barros e – *Discursos pronunciados na Câmara dos Dignos Pares do Reino contra a ditadura exercida pelo governo em Fevereiro e Março de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890; SOUSA, António Baptista de – *A ditadura de 1890: discurso proferido na Camara dos Senhores Deputados na discussão do bill de indemnidade...* Lisboa: Imprensa Nacional, 1890; RODRIGUES, José Júlio – *Dictadura regeneradora de Fevereiro, Março e Abril de 1890: discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 6 de Junho de 1890 contra o respectivo bill de indemnidade*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890; PALHA, Fernando Pereira – *A ditadura de 1890 e a dissolução da Câmara Municipal de Lisboa: discurso proferido na Câmara dos Senhores Deputados na sessão de 27 de Maio de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.

⁸⁰ RAMOS, RUI – *História de Portugal*. [s.l.]: Círculo de Leitores: 1994. Vol. VI: *A Segunda Fundação*. p. 201-267; HOMEM, Amadeu Carvalho – *Da Monarquia à República*. Viseu: Palimage. p. 125-134.

⁸¹ DCD, sessão de 3-65-1890, p. 483.

⁸² *Art. cit.*, p. 76.

O ambiente político posterior à crise do ultimato estimulou a opinião pública, as críticas ao regime e à coroa, responsabilizada pela crise e pelo sentimento de decadência, justificam a radicalização da retórica política. Nos anos seguintes, as transformações sociais, o surgimento de novos quadros políticos a exigirem espaço dentro dos partidos e avessos aos tradicionais compromissos provocaram perturbações no seio do sistema rotativo, fruto das dissidências⁸³. A cultura política emergente nos meios mais progressistas não tolerava por isso a usurpação de poder e avaliava as ditaduras como “despotismo” e “poder absoluto”, termos que, diz a literatura, por vezes se confundem erradamente com a ditadura⁸⁴. José Dias Ferreira afirmaria na câmara dos deputados, em resposta à ditadura de Hintze Ribeiro, que “em todo o caso prefiro uma assembleia violenta ou tempestuosa à falta absoluta de assembleias políticas. A supressão, ainda temporária, da representação nacional importa o regresso ao sistema absoluto, e eu não quero por forma nenhuma ressuscitado o despotismo no meu país”⁸⁵.

Se as fontes parlamentares permitiram acompanhar a institucionalização das ditaduras liberais, importa agora compreender esse mecanismo de exercício de poder no quadro normativo do constitucionalismo português e das fontes jurídicas. Os juristas tiveram um papel central na instauração do liberalismo e a faculdade de direito de Coimbra assumiu especial protagonismo na “legitimação e fundamentação” do projecto constitucional⁸⁶. A abordagem dos fenómenos político-ideológicos e institucionais a partir da perspectiva dos juristas poderá contribuir para o surgimento de leituras inovadoras, como aconteceu recentemente com a república, no livro de Luís Bigotte Chorão⁸⁷.

Nas lições *Direito Público Constitucional* (1840?), de Basílio Alberto de Sousa Pinto, professor de direito em Coimbra, torna-se evidente a preocupação que a ameaça do poder arbitrário teve nos debates constituintes de 1837. Para Basílio Pinto, a suspensão das “garantias individuais por acto do poder legislativo”, em caso de rebelião ou invasão de inimigo (art.º 32 da constituição de 38), abria as portas à “tirania” e ao “despotismo”⁸⁸. A Carta Constitucional, com o Acto Adicional de 1852, manteve esta medida de excepção no art.º 145 porque, segundo Lopes Praça, o “apelo à segurança do Estado tem por si uma larga tradição”⁸⁹, como se vira aliás nos debates das cortes constituintes de 1821. Esse poder “discricionário” que o poder executivo arrogava em

⁸³ LOPES, Fernando Farelo – “Partidos e representação política no período liberal em Portugal”. In CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de – *Res publica* 1820-1926. Lisboa: Assembleia da República, 2010. p. 264.

⁸⁴ STOPPINO, Mário - *Art. cit.*, p. 369-372.

⁸⁵ DCD, apêndice à sessão de 28-01-1896, p. 116-B.

⁸⁶ FERREIRA, Fátima Moura – “Os juristas e a representação política”. In CATROGA, Fernando; ALMEIDA, Pedro Tavares de – *ob. cit.*, p. 264.

⁸⁷ *Política e Justiça na I República*. Lisboa: Letra Livre, 2010. Vol. 1: 1910-1915.

⁸⁸ *Ob. cit.*, p. 52.

⁸⁹ PRAÇA, José Joaquim Lopes – *Direito Constitucional Português. Estudos Sobre a Carta Constitucional de 1826 e o Acto Adicional de 1852 (1.ª Parte)*. Coimbra: Imprensa Litteraria, 1878. p. 148.

situações “excepcionais”, limitado no tempo e objectivos, denominava-se, segundo, Manuel Emídio Garcia, ditadura⁹⁰.

Como facilmente se depreende, o tipo de poder “discrecionário” até então considerado nos textos jurídicos, e que alguns juristas classificavam – não era o caso de Marnoco e Sousa – como “ditadura”, estava afinal previsto na norma fundamental do país. Não foi esta, porém, a “ditadura” predominante, porque o art.º 145 raramente era invocado. Na constituição de 1911 foi substituído pelo “estado de sítio”, com suspensão parcial ou total das garantias, atribuição do congresso da república mas que podia ser exercido pelo governo quando aquele órgão não estivesse reunido. O congresso devia reunir no espaço de trinta dias para ser informado das medidas excepcionais aprovadas pelo governo (art.º 16). Em 1918, por exemplo, o governo de Sidónio Pais foi obrigado a declarar o estado de sítio, a 13 de Outubro, para lidar com a ameaça revolucionária dos republicanos radicais, que se manifestou em Coimbra e Évora.

A proliferação de ditaduras e os progressos da ciência jurídica, estudando numa perspectiva comparativa os jurisconsultos italianos, franceses e alemães, explica a importância que passará a revestir a questão do equilíbrio e separação dos poderes e dos direitos individuais. A regulação dos poderes entre si, mas especialmente entre os poderes legislativo e executivo com o judicial explica o interesse crescente pelo fenómeno da usurpação de poderes e competências, impondo uma actualização científica e conceptual. Se durante décadas a literatura jurídica praticamente ignorara as ditaduras – apenas discutidas no contexto da suspensão de garantias – a partir do final do século todos os textos incluíam reflexões pormenorizadas ou capítulos dedicados ao assunto. A generalidade dos juristas previa a existência de ditaduras, que José Alberto Reis definiu assim: “O governo, invocando circunstâncias de urgência que não permitem as delongas do processo parlamentar, assume o exercício da função legislativa, comprometendo-se a submeter as suas medidas à ratificação das cortes. Essa usurpação do poder legislativo tem o nome de ditadura; e chamam-se ditatoriais os decretos promulgados em tais circunstâncias”⁹¹.

Alberto dos Reis, como aliás Marnoco e Sousa e Afonso Costa, demonstrou que a usurpação dos poderes legislativos era prática admitida noutros países liberais, como a Itália, França (decretos-lei) e Alemanha (chamados ordenanças de necessidade). Em Portugal aceitava-se genericamente a existência de “ditaduras comuns” e “ditaduras extremas”. As primeiras resultavam da função legislativa “ordinária” e as segundas de matéria constituinte⁹².

Em Portugal, o período final da monarquia assistiu à proliferação dos dois tipos de ditadura, mas as ditaduras extremas, pelo forte impacto na opinião pública, geraram um

⁹⁰ *Curso de Sciencia e Direito Politico*. Coimbra: Faculdade de Direito, 1885. p. 35-37.

⁹¹ REIS, José Alberto dos – *Organização Judicial. Lições feitas ao 4.º anno jurídico de 1908 a 1909*. Coimbra: Imprensa Académica, 1909. p. 36; SOUSA, Marnoco e - *Direito Politico. Poderes do Estado*. Coimbra: França e Amado, 1910. p. 745.

⁹² *Ibidem*, p. 40; COSTA, Afonso – *Lições de Organização Judiciaria*. Coimbra: Typografia França Amado, 1899. p. 63; Marnoco e Sousa (*ob. cit.*, p. 746-54) afirma que a constituição alemã prevê as ditaduras comuns, a Inglaterra tolera-as e as restantes constituições, incluindo a carta constitucional, considera-as ilegítimas.

fenómeno crescente de animosidade social. Referimo-nos às ditaduras de 1894-1895, de 1901 e de 1907-1908, sob a responsabilidade de Hintze Ribeiro (as duas primeiras) e João Franco. Os procedimentos institucionais eram já habituais: o rei, por proposta do governo, que alegava a obstrução do parlamento, começava por adiar ou dissolver as cortes, competência que lhe estava atribuída pelo art.º 74 da Carta, e o governo aproveitava o interregno parlamentar para legislar sobre matéria constitucional. Em 1894-95, o governo ditatorial promulgou um novo código administrativo, cobrou novos impostos, alterou a legislação eleitoral, fez uma nova divisão administrativa e judicial e, mais grave, fez uma revisão da carta constitucional, o 3.º Acto Adicional.

Entre as principais alterações à Carta, para além da supressão dos pares eleitos, encontra-se uma alteração ao art.º 74. Este estabelecia que o rei exercia as competências do poder moderador, “prorrogando, ou adiando as Cortes Gerais, e dissolvendo a Câmara dos Deputados, nos casos, em que o exigir a salvação do Estado, convocando imediatamente, outra, que a substitua”. O decreto de 25 de Setembro de 1895 produziu uma alteração nem sempre valorizada mas que banalizava o poder discricionário do monarca: “3.º Prorrogando ou adiando as cortes e, nos termos do n.º 4 do art.º 74 da carta constitucional, dissolvendo a câmara dos deputados e convocando outra que a substitua”. A queda da expressão “salvação do Estado” facilitava a dissolução das cortes, já não em resultado de um verdadeiro “estado de necessidade”, mas das contingências políticas criadas pelos interesses particulares dos chefes rotativos. Esta reforma, que acendrava o descrédito dos partidos dinásticos e do parlamentarismo, seria depois confirmada pela lei de 3 de Abril de 1896, isto é, pelo próprio poder legislativo.

A terminar, diga-se que a banalização das ditaduras estimulou, por outras vias, o debate sobre as relações entre o poder executivo e o poder judicial. Durante anos, os tribunais sentiram-se obrigados a aplicar os decretos ditatoriais, fundamentando a sua posição no direito consuetudinário e na própria Carta Constitucional, que atribuía aos poderes moderador e legislativo a fiscalização da constitucionalidade das leis⁹³. Os juízes consideravam que a ratificação posterior das cortes, através do *Bill de Indemnidade* e seguindo a fórmula “continuam em vigor”, impedia o poder judicial de declarar a inconstitucionalidade das leis⁹⁴. Esta posição seria assumida por vários tribunais e pelo Supremo Tribunal de Justiça, em 1890 e 1907⁹⁵. O acórdão de 1907, favorável á ditadura, gerou polémicas inflamadas porque seria interpretado como prova do poder arbitrário de João Franco⁹⁶. Na verdade, o crescente recurso aos tribunais mostra que alguma classe política, em especial republicana, via no poder judicial a única barreira possível para deter o poder discricionário do poder executivo. Vários juízes, como Francisco José de Medeiros, defendiam que os tribunais deviam,

⁹³ MEDEIROS, Francisco José de - *Sentenças (Direito e Processo Civil)*. Coimbra, Lisboa: M. Gomes, 1904. p. 7-14; OSÓRIO, Pinto - *No Campo da Justiça*. Porto: Imprensa Comercial, 1914. p. 235 e ss.

⁹⁴ REIS, José Alberto dos - *ob. cit.*, p. 41; COSTA, Afonso - *ob. cit.*, p. 65, nota 2.

⁹⁵ REIS, José Alberto dos - *ob. cit.*, p. 45 e ss.

⁹⁶ Foi publicado pelo juiz relator, que descreveu o leque vasto de ditaduras que contou a monarquia constitucional. Leia-se *No Campo da Justiça...*, p. 235 e ss.

contrariando a doutrina do costume, recusar a legislação que decorresse da usurpação das funções legislativas⁹⁷.

A imprensa republicana passou mesmo a dar visibilidade ao assunto através da opinião de advogados que exprimiam a revolta dos cidadãos: “Mas agora que muitos decretos ditatoriais ferem profundamente a lei e os cidadãos, e que estes clamam por justiça perante o poder judicial, tem este de apreciar e julgar os processos de execução d’esses actos em face da lei”⁹⁸. O mesmo viria a acontecer durante a ditadura de Pimenta de Castro, quando os tribunais foram forçados a analisar a constitucionalidade dos decretos que tinham adiado as eleições para 6 de Junho. A questão dividiu a magistratura, mas vários juizes defenderam que os tribunais deviam considerar os decretos nulos, fundamento que seria consagrado por Magalhães Colaço, que defendeu em ensaio académico a legitimidade do poder judicial para apreciar a constitucionalidade das leis, nos termos do art.º 63 da constituição⁹⁹.

De tudo o que fica exposto, parece resultar que as ditaduras liberais constituíram um mecanismo constante de exercício de poder ou, em última análise, configuraram o predomínio do poder executivo sobre os demais poderes. Mas se as ditaduras reflectiam o equilíbrio instável entre os poderes instituídos na lei fundamental, a verdade é que a teoria constitucional predominante na Carta era favorável ao poder executivo. O jurista José Tavares, professor na Faculdade de Direito, considerava que o poder moderador e o poder executivo constituíam um só, o “poder governativo”. O poder moderador fora uma criação de Benjamim Constant, que viu nele o poder “neutro” necessário ao equilíbrio dos três poderes¹⁰⁰. Esta posição, defendida por José Tavares, reflectia o entendimento de muitos políticos que consideravam um bom governo aquele que, “orientado pelo critério pessoal de um núcleo de homens honestos, independentes e dedicados inteira e exclusivamente à causa pública, é ainda a melhor forma de preparar e caminhar a sociedade portuguesa para um estado de civilização e prosperidade que a habilite a governar-se pelo critério genuinamente representativo”¹⁰¹.

Esta concepção elitista¹⁰², mais do que os pressupostos autoritaristas, reflecte a incapacidade da Carta para gerir com equidade os poderes e revelava a impossibilidade do monarca para representar os interesses da nação, que devia representar. As ditaduras da monarquia constitucional mostravam que o regime perdia legitimidade, o que

⁹⁷ *Sentenças...*, p. 7-14.

⁹⁸ Para o advogado Francisco Sousa Gama, os decretos ditatoriais “podem ser tolerados enquanto os prejudicados não vierem opor-se legalmente. Opondo-se, os tribunais têm de fazer justiça obstando a que se pratiquem execuções de impostos ilegais, e injustos; é obstar a que se cometam invasões”. *O Defensor do Povo*. Coimbra. Ano 1, n.º 14 (16-06-1895).

⁹⁹ Cf. CHORÃO, Luís Bigotte – *ob. cit.*, p. 439-445; COLLAÇO, João Maria Tello de Magalhães – *Ensaio sobre a Inconstitucionalidade das Leis no Direito Português*. Coimbra: França e Arménio Editores, 1915.

¹⁰⁰ TAVARES, José – *Poder Governamental no Direito Constitucional Português*. Coimbra: Imprensa Académica, 1909. p. 7.

¹⁰¹ *Ibidem*, p. 103.

¹⁰² Sobre o predomínio das concepções elitistas no movimento monárquico, leia-se o nosso trabalho *A Contra-revolução na I República 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

explica a dimensão da oposição à ditadura de João Franco, mais do que o seu suposto autoritarismo ou a sua repressão, que o partido regenerador-liberal, e o próprio ditador, justificavam com o estado de necessidade, isto é, a ameaça subversiva dos republicanos e do anarco-sindicalismo.

O eco da “tirania” franquista, glosada durante anos, e do engrandecimento do poder régio serviu de lição aos republicanos na discussão entre parlamentarismo e presidencialismo¹⁰³. Os parlamentaristas suspeitavam com particular veemência que o presidencialismo, num país sem cultura de cidadania, conduzia à ditadura: “O regime presidencialista é o caminho mais direito para a ditadura e para a tirania. O regime presidencialista está absolutamente ao acaso de circunstâncias especiais de raça ou da fortuna especial do homem”¹⁰⁴. Na verdade, os republicanos acusavam há muito a Carta de constituir uma “fraude”, devido ao domínio do poder moderador e à consequente subalternização do legislativo, e empenhavam-se agora em “resgatar” a soberania nacional¹⁰⁵. A constituição de 1911 foi concebida para evitar a concentração ou usurpação de poderes. O presidente da república, eleito pelo congresso para um mandato (não podia ser reeleito imediatamente), ficou sem direito de veto e de dissolução. Apesar dos mecanismos institucionais favoráveis ao poder legislativo, de tal forma acentuados que muitas vezes se acusou o parlamento de ditadura parlamentar, a república não evitou as ditaduras. Primeiro a ditadura de Pimenta de Castro, que usurpou o poder legislativo e encerrou o congresso republicano, empenhado em conciliar a nação através de uma bizzaria eleitoral¹⁰⁶.

Sidónio Pais, que exerceu o poder por via revolucionária, alterou a constituição por decreto, ficou à espera que a nova assembleia assumisse poder constituinte para discutir uma constituição presidencialista¹⁰⁷. E seguindo os mecanismos parlamentares herdados da tradição liberal, também ele solicitou o *bill de indemnidade*, tendo sido nomeadas doze comissões para proceder ao “exame da obra do governo, que carece de sanção parlamentar”¹⁰⁸. Entre 1919 e 1926, antes da revolução de 28 de Maio, com que se inaugurou a ditadura militar, o poder executivo usurpou sistematicamente o poder legislativo, quer abusando das autorizações legislativas, quer avocando sistematicamente a competência legislativa do parlamento¹⁰⁹, que, no dizer fero de um deputado, passava a servir de “esfregão de cozinha”¹¹⁰.

¹⁰³ CATROGA, Fernando – *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1991. p. 301; ALVES, Jorge Fernandes - “A lei das leis. Notas sobre o contexto de produção da constituição de 1911”. *História. Revista da Faculdade de Letras*. Porto. III Série, vol. 7. p. 177.

¹⁰⁴ DCD, sessão de 07-07-1911, p. 17.

¹⁰⁵ ALVES, Jorge Fernandes – *Art. cit.* p. 171.

¹⁰⁶ Leia-se CHORÃO, Luís Bigotte – *ob. cit.*, p. 422-486.

¹⁰⁷ DCD, sessão de 6-08-1918, p. 9. Por proposta de Egas Moniz, a «assembleia constituinte» adiou os trabalhos para 4 de Novembro, para que uma comissão pudesse preparar um projecto constitucional.

¹⁰⁸ DCD, sessão de 31-07-1918, p. 17.

¹⁰⁹ DCD, sessões de 14-01-1926 e 11-05-1926.

¹¹⁰ DCD, sessão de 11-05-1926, p. 5.

As principais ditaduras aqui consideradas revelam as dificuldades de adequação do sistema político e dos seus mecanismos de representação às crescentes exigências da soberania impostas pela opinião pública progressista. Estes fenómenos político-ideológicos, contestados por essa opinião pública mais radical, possuem efectivamente outra semelhança, ou coerência, que se evidencia na forma violenta como terminaram. João Franco foi alvo de uma tentativa de assassinato, que acabaria por atingir, afinal, o verdadeiro detentor do poder, D. Carlos; Pimenta de Castro foi apeado do governo por uma das mais violentas revoluções da primeira república e Sidónio Pais foi igualmente assassinado.

Para uma perspectiva da historiografia da cultura (1916-1958)

Joaquim de Carvalho: metodologia e epistemologia (I) *

Paulo Archer de Carvalho

* *Dedico este trabalho (I e II) a Fernando Catroga.*

Inicial estudo do plano da trilogia que totaliza o I triénio do projecto de investigação, área da História da Cultura no Século XX - FCT - CEIS20 -, sob supervisão da doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, prof.^a catedrática da FLUC e coordenadora do CEIS20, «Para uma perspectiva da historiografia da cultura em Portugal. 1916-1958. O contributo historiográfico e epistemológico de Joaquim de Carvalho», em função do qual se delinearam verbetes para o projectado *Dicionário dos Historiadores* e *Wikipédia* (http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_de_Carvalho, a 6 e 10 de Dezembro de 2010). Entre parêntesis, abreviando, remete-se para CARVALHO, Joaquim de - *Obra Completa*. VIII + I vols. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, d. v. (1978-1997): (VII) ISBN: 972-31-0569-3; (VIII) ISBN: 972-31-0715-5; e (IX) ISBN: 972-31-0716-3. Escrito e pensado antes do acordo ortográfico, vai o artigo em português «arcaico». A II parte será publicada na *Revista de História das Ideias* (2011). No final da investigação publica-se a quota bibliográfica completa que esteirou a investigação e os estudos.

Paulo Archer de Carvalho, Investigador do CEIS 20. Bolsheiro de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. E-mail: pauloarcher33@yahoo.com.br

O caso de Joaquim de Carvalho justificaria uma investigação sistemática com a respectiva metódica de inquérito e valoração, escreveu Barahona Fernandes¹. “Amanhã quem quiser estudar a cultura portuguesa tem de passar necessariamente por Joaquim de Carvalho”, respondia um filho, fonte fidedigna² na pista analítica para o guião crítico da obra há muito exigida pela história da historiografia³. Incansável no tributo à memória paterna, Joaquim Montezuma não se encarregou da tarefa, nem o poderia fazer com autenticidade. O *pathos* inibiria o juízo crítico: a hermenêutica carece do *efeito de distanciação*. O historiador interioriza *não-ser-o-outro*, pois, mesmo na endopatia, a outridade surge-lhe como o modo ôntico da participação, em analogia com a distância crítica exigível ao sujeito epistemológico, na lição de Joaquim de Carvalho (1892-1958): busca do rigor, análise objectivante, solidez documental, virtude interpretativa.

É hoje consensual reconhecer a tarefa dianoética de Carvalho, pioneiro no campo da historiografia da cultura e, em particular, na história das ideias, pois “dominou, como ninguém no nosso século”, escrevia Pina Martins em 1983, “a história da cultura portuguesa, da Idade Média até ao século XX” (in CARVALHO, OC, IV, XI)⁴, tomando a Modernidade no tema nuclear da extensa curiosidade científica e cultural. “Agiganta-se no campo da produção universitária” desse século, anotou Miguel Baptista Pereira, ao propor-se achar “a linguagem histórica que falamos” e “traços ainda ocultos da história cultural portuguesa”⁵. Cabral de Moncada, com Paulo Merêa, admirador e amigo, saltando fronteiras políticas e ideológicas que os marcavam, nele viu “o maior historiador da cultura portuguesa na sua expressão histórico-filosófica e filosófico-literária” do século XX⁶. Um historiador da filosofia, apenas encontrava similitude, no contexto castelhano, na obra oitocentista de Menéndez y Pelayo⁷; posto que o *castizismo* deste não se confunda com a genealogia cosmopolita e liberal.

Contudo, com excepções (F. Catroga⁸), não se tem relevado o modo como a sua historiografia decorre de ampla perspectiva epistemológica (da história, literatura, filosofia, das ciências exactas e experimentais) e de uma visão «metafísica» (Barahona

¹ FERNANDES, Joaquim de Carvalho Barahona – Pessoa e Atitude Espiritual. In *Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho*. Figueira da Foz, 1959[-1963]. p. 896.

² CARVALHO, Joaquim Montezuma de – [Proémio] *Miscelânea*, *ibidem*, p. 4.

³ MENDES, J. M. Amado – “A Renovação da historiografia portuguesa”. In TORGAL, L. Reis; MENDES, J. M. Amado; CATROGA, F. - *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. [s. l.]: Círculo de Leitores, 1996. ISBN 972-42-1384-6. p. 90-102.

⁴ MARTINS, Vitoriano Pina – “Joaquim de Carvalho, historiador da cultura portuguesa”.

⁵ PEREIRA, Miguel Batista – *Biblos*. LVI (1980) p. 7-8

⁶ MONCADA, Luís Cabral de – *Para a História da Filosofia em Portugal no século XX. Apontamento*. Coimbra. Separata do *Boletim da Faculdade de Direito*. Vol. XXXVI (1960) p. 9.

⁷ GUY, Alain, – “Joaquim de Carvalho, historien de la philosophie et maître de sagesse”. In *Miscelânea*, *op. cit.*, 1960, p. 346.

⁸ CATROGA, Fernando – “Joaquim de Carvalho e a História”. *Homenagem ao Doutor Joaquim de Carvalho*. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. 42.º (1994) p. 9-16.

Fernandes⁹, P. Martins, A. Coxito¹⁰), articulada nas sínteses culturais, acume do acesso analítico, que gizou. Entra no caso a obra do estudioso brasileiro J. Maurício de Carvalho (2001), *História da Filosofia e Tradições Culturais*¹¹, que, se tem o mérito (embora reduza o esforço europeísta e cosmopolita em discursos *nacionalizadores* da filosofia) de correlacionar a história da filosofia e a visão filosófica e mundividencial do Figueirense, não averiguou enlances epistémicos, patentes nos passos metodológicos, nos quais a sua investigação assentava.

Partindo das gramáticas que, no alvor do século XX, hegemonizavam o ensino e a ideologia universitária no paradigma positivista (Comte, Littré), evolucionista (H. Spencer) e transformista (Lamarck, Darwin) cujo traslado e o inferente analógico, de matiz monista, o cientismo objectivou na pretensa metaexplicação do mundo – deu-se conta das ilusões sistémicas a que induziam, convicção mediadora, depois mediada pela *Seara Nova* de Sérgio e Proença e pelo discípulo e interlocutor universitário, Sílvio Lima. Do racionalismo neokantiano da escolas alemãs (Windelband, H. Cohen, P. Natorp, E. Cassirer, H. Rickert, W. Dilthey) e da chamada escola do criticismo francês (É. Boutroux, Ch. Renouvier, A. Fouillée, L. Brunschvicg), Carvalho avaliza, na releitura de Kant, as fontes espinosiana e hegeliana do idealismo objectivo (despida a «parte vergonhosa» do sistema, que Harald Höffding denunciara): os textos e investigações indiciam a ruptura de paradigma, não *por* e *para* impugnar a legitimidade da historiografia da cultura – porventura, até ao final da década de 30, demasiado centrada nos quadros «institucionais» –, mas para arguir o modo tradicional mesmo como se entendia e os seus conteúdos e conclusões exclusiva ou abusivamente bipolarizados pela tensão dos discursos literários/filosóficos, na apostasia qualitativa dos saberes científico-naturais e não depreciando o veio erudito (bibliologia, heurística, biografia, diplomática, filologia) como sabedoria avulsa. Projecto redutor que argui, avocando a lição documental de Ch. V. Langlois e Ch. Seignobos que, ao chamar à colação a herança remota do *wie es eigentlich gewesen* rankiano e da erudição do século XIX, postulava contudo a metodologia da história como *ciência de raciocínios*¹² ao admitir a capital regra epistémica do *conhecimento mediado e mediato*¹³.

⁹ FERNANDES, Barahona – “Joaquim de Carvalho. Pessoa e Atitude Espiritual”. In *Miscelânea. Op. cit.*, p. 889-915.

¹⁰ COXITO, Amândio – “Joaquim de Carvalho: antipositivismo e metafísica”. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 42.º (1994) p. 17-27.

¹¹ CARVALHO, José Maurício de – *História da Filosofia e Tradições Culturais. Um diálogo com Joaquim de Carvalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Filosofia; n.º 127). ISBN: 85-7430-223-6.

¹² Referimo-nos a *Introduction aux études historiques* (1897), depois sintetizado in SEIGNOBOS, Ch. – *La Méthode Historique appliquée aux sciences sociales*. Paris: Félix Alcan, 1901, em particular, p. 6-42. Como se sabe, esta metodologia assentava na chamada escola historiográfica alemã que, após a época da erudição e da «história historizante» (à semelhança dos grandes *Monumenta historicae* românticos e nacionais, destinados a alicerçarem empiricamente a história dos estados-nação), tivera a sua *Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*, fundada pelo barão von Stein, e nas obras de L. Ranke ou de Mommsen se explicitara o objectivismo, cuja conclusões, de DROYSEN, J.-G. – *Grundriss der Historik* (1867) e de BERHEIM, E. – *Lehrbuch des Historischen Methode und der Geschichtsphilosophie* (1889) em parte seriam também recebidas por A. D. Xénopol, in *Théorie de l'Histoire* (1911).

¹³ Cf. CATROGA, F. – *Os passos do homem como restolho do tempo. Memória e fim do fim da história*. Coimbra: Almedina, 2009. ISBN 978-972-40-3857-5. p. 77.

Como corolário desta atitude, ao delinear como *methodus sciendi* o fundamento crítico da investigação da cultura na trama interdisciplinar, visava a autonomia *macrodisciplinar* desta área («nosológica», *eidética*, na gramática husserliana), a qual só a tarefa historiográfica, o verdadeiro princípio mobilizador do programa, poderia conduzir, em estreito colóquio com a filosofia. Assim, não abstraiu do *diálogo homeótrofo* que a história da cultura reivindicava com as diversas e parcelares histórias *disciplinares* da filosofia, das ciências, da literatura, ou das representações simbólico-religiosas e com os movimentos ideológicos e políticos mais representativos, sem a eles se subsumir, contrariando o postulado historicista dominante que, ou refechava as ciências sociais em catálogo estanque, de comunicação difícil entre si – e incomunicável com as *ciências duras*, experimentais e físico-matemáticas – ou, ao invés, nas versões convergentes cientista e materialista, divulgadas mormente pelo discurso sociologista, no campo das ciências sociais procedia à dilação determinista da *physis*, tradução mecânica e acrítica de uma evolução universal ônticamente extrapolada.

Ora, não haveria história da cultura «fora» da história das representações, no sentido mais amplo; nem, assim, o carácter fragmentário de cada uma das *categorias* ou figurações teóricas (filosofia, literatura, ciências naturais) se objectivaria sem originar operação historiográfica de alcance mais vasto, de cariz compreensivo ou hermenêutico, reflexão na qual se centrava o “equilíbrio modelar de sereno historiador da cultura”¹⁴ e a partir da qual movia o *reentendimento do entendimento*, na lição de G. Bachelard (1938), operação na qual a epistemologia se cifra. Esse programa, na sua perspectiva, só seria exequível tomando como base a historiografia e o seu método, legitimando um projecto confederador (na intrínseca objectivação da temporalidade e transitoriedade) dos saberes, e campo mobilizador da investigação, exigindo a conclusão que na obra poliédrica de J. de Carvalho o historiador sobreleva o filósofo; o investigador empírico, o espírito especulativo; e a via do «saber sapiencial» o mero tentame indutivo, quando desprovido do rigor analítico das fontes, textos e contextos. Mas não significa que despreze a nascente inquiridora da filosofia, antes promovendo o debate e comentário nos diversos níveis em que a analisa numa perspectiva historiográfica, de fundo compreensivista e crítico. Dada a exigência do programa, e os resultados ao longo de quatro décadas, os pares mais esclarecidos nele reconheciam «o sábio», dentro e fora daquela universidade, de António Sérgio a Cabral de Moncada, de Barahona Fernandes a Joseph Moreau, de Américo Castro a Alain Guy, ou “uma espécie de frade da Ordem do Espírito, que tinha por cela o Universo”, na invocação de J. Cortesão¹⁵. Ora, com Hegel apreendera que a *operação historiográfica* (no idioma de P. Ricoeur, sobre M. de Certeau, em *L’Histoire, la mémoire, l’oubli*) incidindo na filosofia, não concita apenas a vigilância cognitiva de autores e obras, num *sorites* mais ou menos desirmanado ou compacto de historiais e individuações: é já *operação* filosófica, releitura inquiridora e nesse plano criativa, ao abrir campos exploratórios ou inéditas perspectivas analíticas.

¹⁴ MARTINS, V. Pina – “Joaquim de Carvalho, historiador da cultura portuguesa”. In CARVALHO, Joaquim de - *Obra Completa*. Vol. IV (1983) p. XII.

¹⁵ CORTESÃO, Jaime – “Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea, op. cit.*, p. 198-99.

Porém, sem procurar declarada *vis* epistemológica específica e original, para cuja teorização não buscou termo sintetizador, Carvalho não deixou de indicar caminhos e esquisar reflexões. Em parte, essa a maior virtude (pois não fechou a investigação num *numerus clausus* de possibilidades); e, porventura, a paradoxal limitação do seu trabalho historiográfico, indiciando pistas às quais faltaram conclusões sistematizadoras: se reconhecia o meritório esforço neokantiano, mormente de Marburgo, que, ao inaugurar a moderna epistemologia (*Wissenschaftslehre*, vertido em inglês *epistemology*), refutava o panlogismo e a extensão analógica da *taxis* científico-natural para o campo noético, não escavou a teoria dessa via metódica, aberta já por Dilthey, Cohen, Natorp, Cassirer, ao desimpedirem a gnosiologia das explicações do cientismo e ao aclararem as aporias do conhecimento (*Erkenntnisproblem*) nos diversos campos das Ciências e da Filosofia, tomando-as à luz dum conceito totalizador – *Weltanschauung*¹⁶, «visão do mundo», estrutura *coerente e consistente* que as diversas representações filosóficas, artísticas, científicas, na sua caoticidade fragmentária, quer na ortodoxia disciplinar, não permitiriam. Tal opção confirmaria o abandono de qualquer epistemologia essencialista.

Aspecto relevante, porquanto Carvalho vive em pleno *século da epistemologia* (E. Mach, É. Meyerson, B. Russell, L. Brunschvicg, G. Bachelard, G. Canguilhem, K. Popper, J. Piaget, A. Koyré, Cavaillès, L. Althusser, Kuhn, Foucault, Suppe), correlata da explosão do saber científico, desde meados do século XIX – da qual evolucionismo e Teorias da relatividade (1905; 16) são os marcos – e dos debates intensos, das teorias do conhecimento às da ciência, do materialismo monista ao positivismo lógico, do marxismo e estruturalismo ao regresso a Kant. A atenção crescente das ciências sociais (mormente sociológicas e filosóficas) pelos enunciados científicos e a historicidade dos seus fundamentos, conceitos e conclusões, prolonga o debate sobre *verdade, progresso científico*, reabrindo a aporia filosófica do passado e devir humano e estimula, na pergunta, a historiografia. Ruía a visão cumulativa e mecânica do progresso.

Mas ao intuir as grandes *cosmovisões* não teorizou Carvalho o acesso a um quadro conceptual e sistematizador. Quer dizer: a episteme não encontrou um *corpus* teórico para se desenvolver; antes matiza textos e indagações, enquadra os objectos da atarefa analítica. Se, melhor hoje se aclara, em Léon Brunschvicg leu a lição do carácter infinitamente criativo do pensamento conceptual, não discutiu «formas do pensamento matemático», «pensamento puro», formalismo lógico ou álgebra formal. As questões nucleares mostram o conflito epistémico entre as bipartições, herdeiras das antinomias kantianas – sujeito / objecto, real / racional, empírico / sensorial e os quadros racionais da sua interpretação, categorias «metafísico-especulativas» para aceder à *constituição* do saber. Sendo possível traçar no programa convergências e divergências com a epistemologia coeva, como G. Bachelard¹⁷ e J. Piaget¹⁸, autónomo *corpus* teórico não

¹⁶ Cf. DILTHEY, Wilhelm – *Teoria das concepções do mundo*. Lisboa: Edições 70, 1992. ISBN 972-44-0854-X. p. 54-62.

¹⁷ *Le Nouvel esprit scientifique*, 1934; *La Formation de l'esprit scientifique, Contribution a une psychanalyse de la connaissance objective*, 1938; *La Terre et les Réveries de la volonté: essai sur l'imagination des forces*, 1948, *Le rationalisme appliqué*, 1949.

¹⁸ PIAGET, Jean – *L'Épistémologie génétique*. Paris: PUF, 1970. Sobre Piaget: VIAIS, Elizabeth Roque – *A homologia entre a perspectiva epistemológica de Piaget e de Kuhn*. Coimbra, 2003. Tese de mestrado da FPCEUC, pol.; BATTRO, A. M. - *Dictionnaire d'épistémologie scientifique*. Paris: PUF, 1966.

terá similar desenvolvimento. Fértil praxilogia nos utensílios teóricos, a obra é menos rica na teórica, na criação dos instrumentos, na linha de certo empirismo metódico, não de uma filosofia empirista.

Joaquim de Carvalho, a formação de um «moderno»

Siga-se o «eu empírico», instância psicológica constitutiva do ser (e do saber), como o próprio J. de Carvalho propõe nos estudos. Herdeiro e legatário, pela formação, de dúplice tradição religiosa, é o *raisonner* que o guia à antropologia moderna, *tempo axial* (K. Jaspers) da imanência e da autonomia. O primeiro nível formativo corresponde ao assumido fundo das raízes talmúdicas e hebraicas: a velha árvore familiar dos Carvalho, cravada na Figueira da Foz, é de modestos boticários nabantinos (de Cem Soldos), ao longo de séculos vividos à sombra da ordem templária, ungidos em forte religiosidade¹⁹. Um olhar atento ao processo formativo, alargado no aprendizado liceal, aclara a dúplice encruzilhada entre tradição e modernidade, catolicismo e judaísmo, mediada por forte discurso racional²⁰. Em parte, a situação hermenêutica esclarece-se: sobre este fundo da educação religiosa melhor se lê o problema da *duplicidade espiritual* (a aporia de uma *história da consciência* na diacronia da conversão marrana) que o historiador trouxe à obra, em particular, na analítica da cultura portuguesa que, exercício e utensílio de uma *filosofia do protesto*, denunciou em todos aqueles que biograficamente o viveram como drama intelectual. Daí que o aforismo de Espinosa, *amicorum omnia, praecipue spiritualia, debere esse communia*, a comum busca da fonte da concórdia intelectual, deva ser trasladado no primado da razão contra a unilateralidade das explicações científicas ou simbólico-religiosas, “pois o homem que apenas explica cientificamente é uma determinação limitada da natureza humana, assim como o é o homem que apenas se move no reino dos valores estéticos, éticos ou religiosos” (OC, V, 314). Comentador bem informado, até por laços de camaradagem intelectual e amizade, Barahona Fernandes, lê justamente os trabalhos de Carvalho sobre o *Benedictus*, após séculos de maldição (cf. OC, V, 33), sobredeterminados pela tentativa de explicação racional e rigorosa de todas as manifestações da existência, mesmo por “certo anelo

¹⁹ “A voz da tribo dispersa repercutiu em Joaquim de Carvalho, um carvalho entre outros mais de floresta de carvalhos e cristãos-novos que El-Rei Dom Manuel I começou a semear em Portugal a torto e a direito ao proclamar a expulsão dos judeus (1496)”, escreve um filho. “A ascendência paterna, nesse berço tomarense de Cem Soldos era de raiz judaica. A da mãe, de Pereira do Campo, pelos aspectos somáticos e psíquicos, igualmente da tribo de Israel. Como principal atributo da ascendência paterna, uma profunda e visceral religiosidade” – CARVALHO, Joaquim Montezuma de – “Das relações entre Joaquim de Carvalho e Espinosa” Posfácio a Bento de Espinosa, CARVALHO, Joaquim de (intro. e ed. de 1950) – *Ética*. Lisboa: Relógio d’Água, 1992. p. 484. E prossegue, sobre a educação religiosa: “Fui descobrindo que os nossos antepassados (Jacinto de Carvalho, avô de meu pai; Joaquim José de Carvalho, seu bisavô, etc.) oficiavam como testemunhas nos próprios registos, sinal evidente de acolitarem os respectivos padres nas suas funções eclesiásticas. A tia Júlia, irmã solteira de meu avô paterno, foi professora de instrução primária (...) deixou fama de pessoa extremamente bondosa e unvida no amor a Deus: Foi com a tia Júlia que o menino Joaquim de Carvalho, meu pai, aprendeu a ler e a escrever” (*ib.*, p. 485).

²⁰ Cf. CARVALHO, P. Archer de – “A escola nova que Joaquim de Carvalho frequentou: o *Collegio Lyceu Figueirense* (1902-1911)”. *Litorais. Revista de estudos figueirenses*. Associação Joaquim de Carvalho. N.º 9, XI (2008) p. 7-31.

por uma religião metafísica”: “Para o nosso historiador, a intuição fundamental de Spinoza é o ponto de partida de todo o filosofar – o Universo da Razão oposto à representação aristotélico-escolástica do Mundo. Uma sorte de panteísmo – nas suas palavras – ao mesmo tempo teoria do ser, do saber e do proceder”²¹. A esse racional *Deus sive natura* chamou Carvalho, com Antero, o panteísmo da razão, pois só no modo finito da Deidade, o homem, se podem comunicar o inteligível imanente e nele se dá o apelo à decifração da *natura naturata* e da *natura naturans*: o espinosiano Deus “não é só o ser essente donde tudo promana, mas também a razão inteligível, em virtude da qual todas as coisas se deduzem da essência ou natureza divina” (OC, II, 231).

O contacto com fontes filosóficas, literárias e científicas, mormente portuguesas, da cultura judaica da diáspora aclara a tensão entre as antagonísticas ídoles religiosas: a cabalística pedra filosofal dos *boticários*, messianismo de um deus intangível mas próximo, a «utopia do Tu absoluto» vizinho de um povo «prisioneiro da esperança»²², que o levará a indagar a concepção intelectual da Deidade no Judaísmo como «religião adogmática» (OC, V, 36); e a oposta tradição dogmática da ortodoxia Católica, para a qual o Deus-Pessoa se deificou na sua humanidade. A vida, as origens portuguesas e a obra do judeu Baruch Spinoza, a *libertas philosophandi* e a filosofia da liberdade, na qual assume na herética do *Maledictus* a luta pela liberdade, inspiram-lhe a mais esclarecida exposição na literatura crítica em português, aberta em *Uriel da Costa* (1926) e *Oróbio de Castro e o espinosismo* (1935: 1936: 1940) e certificada no excelente prefácio a *Ética* (1950). É sobre Judeus, em especial a cultura *sefardita*, que escreve dos melhores textos, com seguro domínio de fontes e no risco controlado de detectar a “repercussão na cultura ocidental da mentalidade cerrada da *Talmud Torah*” (cf. OC, III, 115): Leão Hebreu e a filosofia neoplatónica, Abraham Zacuto, Isaac Abravanel, Uriel da Costa (correlacionado de igual modo, pela oposição, com o espinosismo), ou nos longos comentários a Pedro Nunes, tentando libertar estes intelectuais, da “vaga de anonimato que cobriu Israel nos primeiros tempos da diáspora ibérica” (OC, II, 41), denunciando a «alma de Israel *sephardim*, dilacerada pela iníqua conversão oficial” (OC, V, 33), num registo emocional mais forte, seguindo C. Gebhardt: “É a luta contra a cesura da consciência (.) luta formidável, ora viscosamente hipócrita, ora valorosamente indómita, mas sempre trágica e que torna pelo menos compreensível o vitupério com que Israel recorda e recordará o *Venturoso* da história pátria, como o Tito dos tempos modernos” (OC, V, 34). Também o repto chegará a Jacob de Castro Sarmiento, Ribeiro Sanches, atando prováveis origens cristãs-novas de Francisco Sanches no *significante* da obra de filosofia e epistemologia das ciências. A gravitação em torno de textos de filósofos, cosmógrafos e físicos hebreus é indesmentível. Como já se anotou, parte do seu trabalho intelectual replicará ao quesito, que o leva a indagar a arte de navegar “comunicando-a com os astros”²³ e articulando-a (sem subordinar)

²¹ FERNANDES, Barahona – “Joaquim de Carvalho. Pessoa e Atitude Espiritual”. In *Miscelânea, op. cit.*, p. 904.

²² Vide, RAMOS, José Augusto M. – “A Rota das Utopias no judaísmo: perplexidades decorrentes e sentidos decorrentes”. *Revista Portuguesa de História*. ISSN 0870-4147.T. XL (2008/2009) p. 71-96.

²³ RIBEIRO, Orlando – *Biblos*. LVI (1980) p. 4.

ao pensamento epocal, cujos signos decifra na gramática da temporalidade a partir de Dilthey e Rickert.

O relevante papel, nas décadas de 1920-30, na Societas Spinoziana (fundada em 1897 por Brunschvicg), de Haia, no “círculo restrito de historiadores do espinozismo, de Israel e da mentalidade europeia do século XVII” (cf. *OC*, V, 37), como secretário eleito desta organização internacional de filosofia²⁴ e a cooperação na *Revista de Estudos Hebraicos*, dirigida por Moses Amzalak e editada pelo Instituto de Estudos Hebraicos de Portugal, em conjuntura ainda favorável ao seguimento dos estudos das minorias²⁵, não desmentem afinidades filosóficas e até teosóficas com o expulso do templo (o *Herem*) e o seu destino na comunidade sefardita de Amsterdam, ou a solidariedade manifesta com o desterro do *Povo de Deus*, remetido para *ghetos* tardomedievais, trazendo “no vestuário a degradante e preventiva estrela” (*OC*, III, 116) e o repúdio das práticas sociais e intelectuais da intolerância dogmática que feriam a paz civil almejada no *Tratado Teológico-Político*, a primeira explicitação crítica e histórica das religiões (*OC*, IV, 579). Na obra de Espinosa – também autopsicobiográfica – lê o modo como teologia e política “são ramificações de um único problema, o da liberdade de pensamento”, conquanto a *libertas philosophandi* seja “igualmente compatível com a lei divina e a lei civil, a paz de consciência e a paz do Estado”²⁶. O pacto resolutivo, negociado, do antagonismo doxístico é a via proposta. Com fidelidade, um discípulo lia no apólogo da tolerância a vizinhança de um Deus “concebido como Espinosa o concebeu”, na dúvida genesíaca de Antero, no “martírio de Pascoas”²⁷.

A dúvida resiste na obra, tangível quando comenta e se aproxima, não apenas do imanentismo idealista da dialéctica proudhoniana de Antero, ou do panteísmo pagão de Pascoas, mas a Espinosa, a Leibniz. Dir-se-á acesso não tão explícito e agitado como no platonismo (do *Symposium*) e plotinismo de Sílvio Lima no fecho do *Amor Místico*, ou quando indaga o voo saudoso do *pássaro ferido* na sua teoria da saudade

²⁴ Pela primeira vez participa em 1917. Edita no *Chronicon Spinozanum* importante material como «Espinosa perante a consciência portuguesa contemporânea» (Haia, vol. V, 1927) em cujo congresso de 1927 (23-25 de fevereiro) apresentou a tese, debatida com Durmin-Borkowsky, C. Gebhardt e A. Ravá, e ao qual esteve em risco de não participar dado o fracasso dos levantamentos revolucionários no início do mês e a dificuldade de obter visto em Portugal. Em sequência, a 26, a convite pessoal do professor judeofrancês Brunschvicg, o filósofo que mais o marca nesta época, Carvalho participa na sessão em honra de Espinosa na Sociedade Francesa de Filosofia. Também em 1932 se desloca a Haia para outra jornada da Societas Spinoziana.- cf. *A Universidade de Coimbra no século XX. Actas da Faculdade de Letras*. Coimbra: AUC, 1991. Vol. II, p. 71-77; CARVALHO, P. Archer de – *Silvio Lima um místico da razão crítica. Da incondicionalidade do Amor Intellectualis*. Pol. Coimbra: FLUC, 2009. p. 136-137.

²⁵ No século XVIII a Academia das Ciências editou *Memórias da literatura sagrada dos judeus portugueses* (Lisboa, 1792-93, III vol.s) de António Ribeiro dos Santos. De meados do século XIX os estudos hebraicos ganham terreno na cultura europeia com Meyer Kaiserling (1867) ou E. Renan (1887-1893) – entre nós, Salomão Saragga, Mendes dos Remédios (1895), Carolina Michaëllis, depois Lúcio de Azevedo, Barros e Basto, Silva Carvalho, Joaquim e Matilde Bensaúde ou Moses Bensabat Amzalak.

²⁶ CARVALHO, Joaquim de – “Algumas ideias capitais do Tratado Teológico-Político”. *Seara Nova*. N.º 461 (19-XII-1935) p. 69; *OC*, II, p. 45.

²⁷ *Apud* MALPIQUE, Cruz – “Perfil intelectual e moral do Prof. Joaquim de Carvalho”. In *Miscelânea*. *Op. cit.*, p. 115.

(que é uma teoria do tempo não absorta do agostianismo); mas é a dúvida cartesiana a mediação racional de todo o saber, cultivando-a como uma espécie em vias de extinção do *agnosticismo filosófico*, autêntica *condição metodológica* da averiguação histórica.

O *nihil scitur*, o *nada sei* do divino (mas tento, anseio saber, não desprezo os que crêem, nem indiferentes me são as crenças) é a indeterminada teologia da qual, sem a enunciar, não se desembarçou. E daí decorre a diversidade de interpretações dos que o lêem, ingenuamente na nossa perspectiva, como «católico liberal», ou espírito com um fundo protestante, tangencial a Lamennais ou a Herculano, mas também a Jonh Mill (não aqui ao Locke intolerante face aos não-protestantes, «papistas» ou ateus), ou, com mais acerto, como um «deísta» do irrealizado, de um anterior Deus incógnito e nada criador, senão no imanente Amor espinosiano *ad intellectum* e à *libertas* do pensamento e da existência – como exigência da Natura mesma onde o homem se dá como *natureza* e onticamente se funda, sobre o império animal da necessidade, construindo o próprio e único, ontológico, reino da liberdade, o da *Justitia mater* de Quental, e o da kantiana dignidade. Em suma, ao objectivar o sintagma de Pascal, só *o pensamento é a nossa dignidade*, num quadro que não excluía o acatamento magistral de um academismo porventura formal, leu na Filosofia o modo intelectual do ser pensante e da hominização do mundo, sem desprezar o contributo prático e teórico doutras modalidades do pensamento criador. Daí se nortear pela busca da *sagesse rationelle* espinosiana, no domínio do entendimento das afeições, tentado discernir para compreender²⁸.

Admirador, estudioso, da ciência moderna das coisas, reservava à filosofia a indecisa palavra. Compreende-se. Sobre o fundo kantiano do *céu estrelado sobre as nossas cabeças* e da *religiosidade metafísica*, conquanto mais atenta à *positividade* e à *empíria* dos saberes exactos, identifica na Modernidade o «desocultamento do mundo», em convergência com o *desencantamento* enunciado por Max Weber, *i. e.*, invocando o “esforço filosófico-científico que libertou a consideração objectiva da Natureza do véu de potências ocultas e maravilhosas” (*OC*, II, 564). No sentido a que por vezes chamou a *desdivinização*, o camponês transplantado na urbe, o *filósofo pobretana*, como repetia, foi filho heteróclito de várias centúrias e topografias, do século da democracia ateniense e da filosofia, ao século e ao mar do Humanismo, do *Aufklärung* ao «século da ciência»: o empenho em metodizar o processo secularizador da cultura, apreensível na história das ciências (“a mais jovem das disciplinas históricas”, *OC*, II, 12) e, noutra vertente, o inacabado excuro por uma *História da Pedagogia*, responde ao quesito. De comum, a busca da racionalidade ou, melhor, a refutação da irracionalidade do mundo.

Mas não responde de um modo acríptico e num plano atemporal, diga-se assim. Saber *o que o saber é?*, o seu valor, que não é enunciação de um núcleo semântico imóvel, mas o reconhecimento dos limites tópicos e diacrónicos, sintetiza a interrogação fundamental da inquirição. Escreverá à beira da morte: “Quando rapaz o ideal foi a investigação da verdade, e não a exposição da verdade achada. Investigá-la era tudo; daí o carácter não afirmativo da pesquisa”²⁹. Não só o jovem aluno; ao longo da

²⁸ Cf. MOREAU, Joseph, - *Spinoza et le spinozisme*. Paris: PUF, 1991. p. 73-76.

²⁹ *Apud* CARVALHO, Joaquim Montezuma de – “Joaquim de Carvalho e a miséria da Universidade”. *Mar Alto*. N.º 405 (22-V-1974) p. 4.

vida o professor reforçou o axioma. A exposição clara, concisa, dos pressupostos de cada «problemática», termo que, na síntese de Bachelard, é sema do encadeamento analítico e do «processo discursivo de instrução»³⁰, estatui a primeira regra de ouro. A sua literatura filosófica e historiográfica é cingida pelo rigor conceptual, pela busca da terminologia científica ou específica, a segunda regra de ouro cartesiana que o filósofo francês por vezes não pôde satisfazer, sobretudo sobre a actividade emocional da *psyché, i. e.*, como se o *cogito* não objectivasse a sua própria microhistória, não só no plano da historicidade mas de uma autobiografia.

A relativização dos saberes abstractos e universais em função da singular concretude psicológica, seria decisivamente aclarada nas diversas mediações, fenomenológica de Husserl, poética de Antero e Pascoaes, psicológica de Sílvio Lima, contestando a Sérgio a inflexibilidade racionalista, inabilitada para atender ao «conhecimento emocional»³¹. Se no trilho de Fichte a *filosofia que se professa depende do homem que se é*, na subjectividade residiria o escaninho mais árduo do acesso à «compenetração do ser espiritual de outrem» (*OC*, II,436). Só quem deonticamente se autoprovesse (no rigor da preparação ética e científica, na desapaixonada indagação dos possíveis), se poderia lançar à historiografia das ideias, superando usuais sintaxes do ter e haver das contas-partidas escatológicas, ou do ajuste de contas num «julgamento histórico» (ou metahistórico) que, em rigor, não pode ter lugar fora das consciências.

E também o veio liberal e democrático, no pensamento da *pólis*, não é alheio a esta apreensão da subjectividade e relatividade do conhecimento. No sentido de W. Jaeger, autor que introduz e comenta entre nós, a *paideia*, «formação integral» do ser, alumia os seus escritos, mesmo se a opção pelo enunciado «integral» é ambígua e deu azo noutros a derivas e desvarios. Posto que para Carvalho, no Oikos, na Ágora ou em Academos, livre é o que atende ao *cuidado do outro*, pois estipula as regras do *syzên*, do «viver em comum». Muito novo assume o republicanismo independente e o livre pensamento. Na sequência da revolução de 5 de Outubro publica num jornal figueirense a profissão de fé republicana; ao longo da I República mantém-se inabalável defensor do *bem comum* – o *kromenon* socrático, cujo fundo *autocrático* (no sentido autenticado por Kant) a *politeia* platónica expressava em ilusória projecção – que a representação da República anela: envolve-se no movimento das Universidade Populares e assume como «Guyau» a filiação maçónica (1912-1924), autor cuja ética alegação o discípulo S. Lima sonda na tese de licenciatura (1927) sob a directa influência do mestre; será activo companheiro da *Seara Nova*; dirige um jornal de resistência à ditadura, *Diário Liberal*, com Azevedo Gomes e Hernâni Cidade, depois aniquilado pelo Estado Novo a pretexto do processo judicial aparentemente movido pelo antigo jornal republicano *O Século*, mas que se cifrou num expediente ditatorial para *se pôr a dizer*, comprovou-se, que os directores do *DL* poderiam ir estrear o novo campo de concentração do Tarrafal.³² Ameaça pesada para quem propunha uma espécie de pacto intelectual para a *res publica*.

³⁰ BACHELARD, Gaston – *Le rationalisme appliqué*. PUF, 1949. III, p. 56.

³¹ Biblioteca Nacional, *Espólio António Sérgio*, N 70, Cx. 2, carta de Joaquim de Carvalho não catalogada de 16-X-1952; Cf. ARCHER, P. - *Sílvio Lima, um místico da razão crítica*. *Op. cit.*, p. 534 n 338.

³² Cf. ARCHER, P. - *Sílvio Lima, um místico da razão crítica*. *Op. cit.*, p. 417 n 114.

Tanto bastou. E embora não seja aqui o lugar para analisar o carácter resolutivo e a configuração psicológica de Carvalho, a liquidação da Imprensa da Universidade em 24 de Agosto de 1934 (três anos após ter sido afastado da direcção da Biblioteca Geral: “até me dão a honra de ser cozeiro dos melhores anos da minha vida” escreve a João de Barros, *OC*, VIII, 134-35), seria o aviso da repressão sistemática, político-policial, à obra e ao intelectual republicano, cerrando o fórum onde se discutia com amplidão filosófica e controversa *doxa* autores e problemas, como de todos os lados se certifica, de António Sérgio e Raul Proença a Hipólito Raposo, de Eugénio de Castro e Alfredo Pimenta a Aurélio Quintanilha. Insistente, porém, na sua episteme é o veio «libertário» (no sentido de Ph. Pettit), *respublicano* – com intrínsecas limitações do republicanismo histórico, mormente na questão colonial ou na recusa de concessão à tese *frentista* de inspiração comunista³³, correlato da refutação da «proletarização geral»³⁴ –, no anelo libertador da pátria cívica como *bem comum*, objecto político da inteira *virtu* do cidadão e do intelectual, único plano no qual, de acordo com a lição clássica, cidadãos podem aceder à *distinção* na esfera pública³⁵. Entende-se por que assina o apólogo nietzschiano da filosofia: *o ofício do filósofo é ser protestante* (*OC*, VI, 264) e exprime «o paradoxo político», a genuína «paixão do saber» mas não a «paixão do poder» – na posterior sinopse de Ricoeur³⁶ –, o intelectual para quem o platónico «governo dos filósofos» seria *praga maior que a dos gafanhotos*. Dada a invulgar e poliédrica dimensão do seu trabalho, seria razão suficiente, na lógica repressiva da ditadura, para uma vigilância *ad hominem*, no lance em que o corporativismo impossibilitava a sociedade portuguesa de livres formulações culturais, filosóficas e científicas, pela fundamental ausência dos pressupostos sociais da escola pública, da generalização do livro e da repressão mental, «tradicional» e dogmática, à alforria individual e, nisso mesmo, à liberdade pública.

Idealismo, racionalismo e Modernidade

Com acerto, tem sido anotado o essencial da formação universitária e filosófica, de cariz neokantiano, de Carvalho³⁷, que assim a indica: “Durante o curso, a meditação assídua de Kant, o convencimento de que a atitude criticista é a atitude verdadeiramente filosófica, sugeriram-me o anelo de haurir na Universidade de Marburg novas razões

³³ *Vd.* a replica póstuma; *cf.* FERREIRA, Alberto – “Joaquim de Carvalho e a cultura portuguesa”. *Vértice*. N.º 211-212 (1961).

³⁴ Em 33 responde a Jaime Lopes Dias, sobre a questão agrária: “a riqueza verdadeira [do país] e a sua força e estabilidade residem na independência e no amor ao agro do camponês. (...) [caso contrário] marcharemos para a proletarização geral, e com ela estes horrores da Alemanha e da Rússia, que são políticas explicáveis apenas pela miséria geral”. AZEVEDO, J. P. Lopes de (ed.), – *Roteiro da exposição: homenagem ao Professor Doutor Joaquim de Carvalho*. Figueira da Foz: C. A. C. Municipal, 1976. p. 20.

³⁵ *Cf.* ARENDT, Hannah – *A condição humana* [1958]. Lisboa: Relógio d’Água, 2001. ISBN 972-708-637-3. p. 63.

³⁶ RICOEUR, Paul – *Histoire et Vérité*. Paris: Seuil, 1955. p. 117 e ss.

³⁷ ALMEIDA, Vieira de, 1958; SANTOS, Mariana Machado, 1959; MOREAU, Joseph, 1959; GUY, Alain, 1960; FERNANDES, Barahona, 1963; LIMA, Sílvio, 1974; CATROGA, Fernando, 1994; COXITO, Amândio, 1994; CARVALHO, J. Maurício de, 2001; REAL, M., 2008.

ao meu incipiente kantismo, seguindo os cursos de Cohen e Natorp e inteirando-me *sur place* do renovador movimento neo-kantiano” (OC, VII, 4-6). E se a guerra de 1914-18 não lhe permite concretizar o plano, e participar nos *Kantstudien*, com inerentes dificuldades de atravessar os campos de batalha e de se instalar em casa do «inimigo», será Weimar, após 1919, a referência cívica e intelectual da nova *Kulturkampf*.

Germanismo, sem dúvida inspirado por Carolina Michaëllis que nunca confundirá com germanofilia. A formação terá de ser cruzada com a forte influência racionalista do idealismo objectivo. Na dissensão criadora que parece escavar a história da filosofia, Carvalho cedo iniciado no estudo e reflexão do platonismo e do aristotelismo que a Modernidade reclama (*Leão Hebreu, filósofo* e *António de Gouveia e o Aristotelismo da Renascença*, respectivamente de 1918 e 1916), fixará daí a posterior admiração pela “severa exigência racional” aristotélica, na formulação de uma concepção do mundo, “perceptível e pensável, sem o recurso a mitos e alegorias”, em conexão com os desfechos dos saberes da ciência coetânea, pelo desenrolar da linguagem lógica exposta no *Organon* que em grande parte é ainda a matriz formal do vocabulário filosófico contemporâneo, pela visão da Ciência como “teoria das relações recíprocas”.

Contudo, o rígido cariz racional do aristotelismo é a sua intrínseca debilidade. O conceito de ciência trazia a concepção total do universo “sem progresso nem retrocesso, onde não há lugar para a emergência do novo ou para uma evolução criadora”, escreve em 1950, “e cuja estrutura fixista e hierárquica obriga a que ela seja admitida ou repudiada em bloco”. Daí, em parte, se aclarar o destino histórico do aristotelismo associado à solidez de um corpo de doutrinas coerente e a “correlativa oposição a todas as inovações”, processo que, ao suscitar uma bipolarização intelectual, desencadearia a demolição das ciências da natureza veiculadas pelo Estagirita, a partir de Copérnico, Galileu, Newton ou Lavoisier, quando Descartes, Hobbes e Kant derruírem a teorização ontológica e explicativa do filósofo da *Metafísica*, conquanto a reflexão acrónica e atópica dos seus escritos lógicos seja por Carvalho validada “pela problematidade da atitude mental e potencial pedagógico da flexibilidade, de explicação e de sistematização que encerram” (cf. OC, II, 377-81). Acresce, e aqui o historiador sobreleva o analista, que pouco se entenderia a história das ideias medievais e a “evolução da nossa cultura ocidental” sem o recurso à filosofia aristotélica. Menos se apreenderia a união de facto com as provas conciliatórias de Boécio e o casamento de conveniência com o pensamento teológico cristão. Crente num pensamento secularizador, moderno como os Modernos que estuda e elogia, a *Metafísica* de Aristóteles e a sua Lógica formal e Ontológica, *teoria do ser e da razão de ser*, Carvalho acentua antes a posição de um Verney e a sua ligação à *physis*, o “conhecer as coisas como são” (OC, II, 324). Tal posição não excluía que no plano teórico ao abraçar a construção eidética e platónica do Saber que o kantismo explora, visse na filosofia “infecundo” pensamento ou mero formalismo lógico-escolástico do *Organon*, mas *ars inveniendi* movida pelo “imperioso desejo de descobrir alguma coisa de novo” (OC, I, 11). Neste sentido consolidou uma obra que é entre nós pode-se afirmar, uma *biografia da razão*.

Comentando, em 1925, as leituras filosóficas de Camões, esclarece o vínculo platónico à eidética: “É talvez pedir o impossível: mas poderá alguém esclarecer a filosofia de Platão? Cada século, a bem dizer, conheceu a sua interpretação do platonismo e os sistemas sobre a autenticidade e cronologia dos diálogos do «divino» sucedem-se

numa certeza cada vez maior dos erros dos antepassados e numa dúvida cada vez mais radicada dos juízos dos vindouros. E no entanto o Platonismo há-de atrair, numa eterna e sempre moça sedução, a inteligência humana” (OC, I, 300). Percebe-se este autêntico apólogo da filosofia, de fundo metafísico. A teoria platónica das Ideias “significa hoje e significará sempre o que significava no tempo de Aristóteles, ou seja, o primeiro esforço da razão no sentido de arrancar a Ciência à empiria do mundo das sensações para lhe edificar a teoria sobre o estável e necessário de fundamentos não-empíricos” (OC, II, 419). É a concepção teorética da filosofia que o platonismo traz que permite superar o dado empírico através de uma «inteligência activa», demiúrgica, tentativa de organizar sentidos. Mas esse trabalho não se cifra num intelectualismo: tem de atender à «empiria do mundo» e integrá-la numa coerência explicativa.

Na interpretação da origem do Cosmo – um universo «conservador», newtoniano ainda e kantiano, atido à “exactidão das leis da Física e da Mecânica Celeste” (OC, II, 431), pois a lição da física quântica e das teorias da relatividade geral e restrita não lograram triunfar, como *significado*, na sua obra, ao contrário da obra de Sílvio Lima –, Carvalho não afasta a leitura do *Timeu* e a teoria do caos, na qual incide a tarefa do demiurgo, organizando a *com-fusão* e mobilidade da matéria, teoria de um Mundo temporalmente originado, mas cuja informe matéria prima preexistia *ab aeterno*. Esteirando-se em Renan (*Averroès et l’averroïsme*, 1866) e Duhem, para Carvalho o neoplatonismo árabe confirmara esta interpretação; tese que passou, por via dos comentários de Averrois a Aristóteles, para o «averroísmo latino», “abominado e discutido com vigor por cristãos e judeus, não lhe faltando no próprio Islão opositores como os *mutakallimûn*”. Ou seja, a incorruptibilidade da matéria ou “este conceito de matéria primeira, eterna, substrato lógico do devir e ideia-limite da máxima indeterminação, não podia deixar de encontrar por parte dos apologistas da criação *ex nihilo* o mais categórico repúdio” e engendrou, apesar da perseguição teológica cristã de que foi alvo, “duma forma mais ou menos inconsciente e subterrânea as tendências libertinas e racionalistas da Idade Média e da Renascença” (OC, I, 308-309). Longe de abjurar a existência de Deus (como detractores postmedievais o acusavam), Carvalho reconhece que Averrois, com Algazel e Avicena, negava a contingência do Mundo e a plena liberdade do acto criador, vendo a matéria coeterna na Deidade, conclusão que os escolásticos (Tomás de Aquino, Alberto Magno, Egidio Romano) condenaram como *proposição abominável*, seguidos por todos aqueles, com Raimundo Lulo, que a consideram «erro reprovável» que nulificava o *Génesis*.

Ora, para a genealogia racionalista de Carvalho o platonismo continha hipóteses metafísicas que bem se ajustavam à sua ipseidade. Por isso admirava a “incomparável Academia Platónica de Florença, sem estatutos, nem *fauteils*” que, em torno de Marsílio Ficino, reviveu no *Symposion* o apólogo do amor no qual os «irmãos de Platão» robusteciam, por via literária e filosófica, uma “religiosidade platónica” que Camões entende e que tem na cultura peninsular funda recepção em Tullia de Aragona, Miguel de Cervantes e Spinoza (OC, I, 324-25). Evidencia assim o modo como o poeta opõe memória (a aristotélica *anima*, «tábua rasa» empírica) à reminiscência, «voo», «pátria divina», a «saudade do céu» platónica, que, no *Fédon*, explicita a anterioridade e prioridade do conhecimento do mundo das ideias (*noesis*) sobre a fenomenologia da sua apreensão (dianoética). A interpretação, na via de Schleiermacher, permitia a Carvalho abstrair

do sentido ontológico, identificando alma ou a imperecível *psychê* – reminiscência da imperecibilidade do *noos*, tomando por base a inteligível sociabilidade dos saberes – e a própria teoria das Ideias platónica, como «conhecimento» (OC, II, 210).

Ou seja: autenticava que seria mesmo em precisa *função da epistemologia*, que “Platão verteu na reminiscência o problema que Kant mais tarde explicitaria genialmente na *Crítica da Razão Pura* com a pergunta acerca da possibilidade dos juízos sintéticos *a priori*” (ib., 209). Problema que estrutura e formula os *principia* fundamentais do saber científico físico-matemático (juízos extensivos, universais e necessários) e sua gradual generalização e que inabilitam qualquer consideração da metafísica como ciência, invalidada para conhecer o em si das coisas mas não para partir em busca do incondicionado, galgando a experiência. Ora, a denúncia kantiana da «ilusão» da psicologia racional, pois o *Ich denke* que julga não pode metafisicamente julgar de si mesmo, entrara em crise com a psicologia experimental e descritiva (e a *psicologia da profundidade* trazendo o inconsciente à superfície), gerada no fisiologismo clínico e na «psicologia científica» no final do século XIX (E. H. Weber, W. Wundt, Th. Ribot, Charcot), postergando ou tentando eliminar o ineísmo e as questões metafísicas e transcendentais (que tanto ataram exposições, por exemplo, de A. Sérgio). Não será atendida a «falha racionalista» que as filosofias do inconsciente (Schopenhauer, E. Hartmann) examinam e a psicanálise freudiana expõe – com o conceito de *Id* – por um lado, e, depois, a psicologia e medicina genéticas, e, hoje, as biociências, ao tentarem revolver o quadro do desenvolvimento complexo da memória identitária ou da informação genética – o DNA – gerada ou reunida num «tempo» sem temporalidade, diga-se, num ser onde não vive ainda o *Esse*. Nesta via, o problema não teria solução, pois o racionalismo apesar da *variabilidade* exposta nas *Lebensformen* de E. Spranger, contém inegável postulado gnosiológico (e lógico) para quem pensa a ciência à luz da linguagem universal e objectiva (*saber de todos*), “verificável ou demonstrável”, e a filosofia como a reactualização subjectivante de um *saber de si* (não *sobre si*, pois não é cósmico solipsismo), «ciência sem objecto», forma da consciência *in se* justamente indissociável da ipseidade de quem a enuncia (cf. OC, II, 371).

Mas a pergunta fulcral, no contexto filosófico europeu do século XX, *até que ponto pode haver manchas de irracionalidade na razão?* não será respondida, em parte, porque não foi claramente formulada, pois Carvalho, na senda da *Geistphilosophie*, não explorou os estudos psicológicos e declaradamente minimizou ou ignorou o impacto da psicanálise; em parte, porque tal interrogação fazia perigar ou fragmentar a «unidade racional» do *cogito*, sobre o qual o neokantismo assentava, colocando, nesse ponto, novas e irresolúveis aporias à sua teoria do conhecimento.

Apenas concedendo ao factor emocional no processo formativo da *ratio*, na pluralidade de *Denkenformen*, é uma *filosofia da consciência* que Carvalho persegue, reverso da autorrevelação de um «território recentíssimo» (cf. OC, VI, 267) à escala cósmica e mesmo antropológica, que urgia explorar. Não era outra a lição do chamado criticismo francês, que, após Renouvier e Fouillée seria prosseguida por A. Lalande, É. Meyerson, É. Halévy, Xavier Léon, expressa desde 1893 no movimento que funda e consolida a *Révue de Méthaphisique et Morale*, lição da qual Brunschvicg, o seu mais saliente representante, fizera a súpula em *Le Progrès de la conscience dans la Philosophie occidentale* (1927). O *prévio problema praxiológico*, diga-se deste modo, do idealismo

racionalista, basicamente formulado *antem* 1914, é que a irracionalidade do século XX com o seu posterior e inimaginável cortejo de horrores, parecia minimizar os esforços dos que assumiam a racionalidade como último bastião contra o triunfo do inumano, aquilo a que por todos os lados, *post* 1933-1949, se chamou a *destruição* ou o *eclipse* da razão (Einstein, Luckács, Horkheimer, Adorno, Aron). Noutra perspectiva, mesmo leituras redutoras, seguramente oriundas da franja do neokantismo alemão, não resolveram o «complexo de superioridade» que a *Kulturkampf* transportava, motivo pelo qual, na órbita dos discursos ordeirista e formalista, do *culto da obediência*, por exemplo, da historiografia de Treitschke (impulso «prussiano» ao pangermanismo que os bismarckianos avocam), se premiria o *irracionalismo da vontade* como «exigência» ou «presentificação» do espírito. Em função categorial do Juízo e do seu rigor formal, olvidava-se a *razão* como fundamento de julgar: e a liberdade como o fundo original e originário da razão. Ora, para decidir da dificuldade, como se verá no seguimento do estudo, só o debate entre positivismo e antipositivismo poderia trazer esclarecimentos.

História e Historiografia em Júlio Dantas

Júlio Joaquim Rodrigues da Silva

Júlio Joaquim Rodrigues da Silva, Doutor em História e Teoria das Ideias, especialidade de História das Ideias Políticas pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado na mesma Faculdade. E-mail: jrodriguessilva@sapo.pt

Uma visão romântica da História?

(...) – Então onde é que existe o passado, se é que existe?

– Nos registos. Está escrito.

– Nos registos. E ...

– Na memória. Na memória dos homens.

– Na memória. Muito bem. Nós, o partido, controlamos todos os registos e todas as memórias. Nesse caso somos senhores do passado, não é verdade?¹

Nesta célebre passagem do livro *1984*, o torturador de serviço do *Big Brother*, O'Brien, explica à sua vítima, o dissidente Winston Smith, o que é a verdade. Ou seja, a verdade assenta essencialmente na memória colectiva que, por sua vez, se fundamenta nos registos escritos. A manipulação do passado passa necessariamente por uma constante reconstrução da história, ou melhor dizendo, de uma memória histórica capaz de moldar a memória colectiva. Assim sendo, a instrumentalização do passado, ao serviço de uma ideologia e de um regime totalitário, é um dos temas centrais desta obra de George Orwell (1903-1950) escrita em 1949. Antigo militante trotskista e combatente republicano da Guerra Civil espanhola, o autor encontra-se nos antípodas do posicionamento político de Júlio Dantas nos primórdios do Estado Novo. Todavia, os dois escritores têm algo em comum, na maneira como encaram os problemas colocados pela preservação da história e da memória colectiva de um povo².

Só é possível explicar este aparente paradoxo se nos situarmos no contexto histórico das Comemorações Centenárias de 1940. Neste ano, Júlio Dantas (1876-1962) desempenhou um papel fulcral na organização deste evento, patrocinado pelo Estado Novo, sob a égide de Oliveira Salazar e do Secretariado Nacional da Propaganda (S.P.N.) de António Ferro³. As funções desempenhadas, como Presidente da Comissão Executiva e de Presidente do Congresso do Mundo Português, levaram-no a realizar uma reflexão sobre a história e a historiografia. Os discursos, então proferidos, testemunham as suas posições nestas áreas do conhecimento do passado e permitem clarificar as suas concepções historiográficas, aparentemente não coincidentes com o que nos é dado a conhecer da sua produção ficcional. A constatação desta realidade pode ser feita através da leitura de uma das suas obras mais emblemáticas: a “Marcha Triunfal”⁴.

¹ Cfr. ORWELL, George – *1984*. Lisboa: Editores Associados, 1973. p. 252.

² Sobre as questões relacionadas com a relação entre história e memória consultar CATROGA, Fernando – *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001. p. 13-35 e CATROGA, Fernando – *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 11-54.

³ Sobre esta questão consultar CATROGA, Fernando – “Ritualizações da História”. In TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando – *História da História em Portugal Séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 579-601. Ver também ANDRADE, Luís Miguel Oliveira – *História e Memória. A Restauração de 1640: Do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2001. p. 183-265.

⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *Marcha Triunfal. Narrativas da Epopeia Militar Portuguesa do Século XII ao Século XX*. Porto: Lello & Irmão, 1954.

Neste livro assistimos à epopeia do povo português que decorre em sucessivos quadros históricos entre o século XII e o século XX. A sua concepção da história nacional é aqui marcada pela acção fulgurante e central das grandes figuras de militares e estadistas capazes de determinar, de forma positiva, a evolução de um povo. No entanto, é perceptível o facto destes indivíduos excepcionais serem ao mesmo tempo encarnações vivas do povo português. Nesta abordagem estão presentes os elementos de uma visão romântica e romanceada da história do século XIX com origem em Almeida Garrett e Alexandre Herculano. Ao mesmo tempo podem-se detectar as marcas características de uma concepção tardia e finissecular da história muito influenciada pelas obras de Oliveira Martins.

A concepção historiográfica dominante, neste texto, assenta na ideia de um progressivo amadurecimento da consciência nacional. Trata-se de um processo espiritual contínuo, iniciado com o primeiro rei de Portugal e atingindo o apogeu com a campanha colonial do general Pereira d'Eça em Angola, durante a Primeira Guerra Mundial (1915-1917). Esta visão da história essencialmente literária não deixa de influenciar os discursos e os elogios de personalidades destacadas da vida política e cultural portuguesa. Compreende-se que uma certa memória nacional seja incapaz de diferenciar a sua actividade de romancista e de historiador. Confusão compreensível se considerarmos o papel relevante, senão mesmo hegemónico, que no campo da cultura desempenhou nos anos 20 e 30 do século XX⁵. A persistência da imagem, saída do célebre “Manifesto Anti-Dantas”, de Almeida Negreiros de 1916 atesta, de modo indirecto, o papel dominante no campo literário da época⁶. O texto traduzia a revolta da vanguarda modernista, contra o *establishment* cultural da época, com o qual durante muito tempo foi identificado Júlio Dantas. Testemunho deste facto é Marcelo Caetano que, nos anos 40, ainda considerava esta imagem pelos menos parcialmente correcta⁷.

A Comissão Executiva dos Centenários

No entanto, só poderemos esclarecer esta questão se nos debruçarmos primeiro sobre o seu papel nas Comemorações no Duplo Centenário de 1940. Desempenhou as funções de membro da Comissão Nacional dos Centenários, de Presidente da Comissão Executiva dos Centenários e do Congresso do Mundo Português e director da *Revista dos Centenários* (1939-1940). As ligações ao governo, presidido por Oliveira Salazar, e ao Secretariado da Propaganda Nacional (S.P.N.) de António Ferro, são evidentes e atestam a sua adesão ao Estado Novo desde os anos 30⁸. A *Revista dos Centenários* de

⁵ Cfr. FRANÇA, José Augusto – *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de factos sócio-culturais*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. p. 126-130. Ver sobre a relação entre história e literatura: TORRALBA, Luís Reis – “História, divulgação e ficção”. In TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernandes – *História da História em Portugal séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 491-545.

⁶ Cfr. RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. 6, p. 646-647.

⁷ CAETANO, Marcelo – *Minhas Memórias de Salazar*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985. p. 124-125.

⁸ Sobre a política de captação dos intelectuais por António Ferro consultar Ó, Jorge Ramos do – *Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a “Política do Espírito” 1939-1949. Ideologia, instituições, agentes e práticas*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999. p. 17-196. Para uma compreensão parcial das relações de parte

que é director desde o seu primeiro número em Janeiro de 1939 torna-se a expressão mais clara deste compromisso com o regime⁹. A Comissão Executiva dos Centenários, desdobramento da Comissão Nacional que se mantinha como órgão consultivo, destinava-se a dotá-la de uma estrutura mais flexível e eficaz¹⁰.

Na mensagem radiofónica de Novembro de 1938 define a sua concepção da história nacional e da utilidade das comemorações nacionais¹¹. A ideia central é a da continuidade nacional que transcende o tempo através do “dinamismo contínuo da história”. Este processo de revelação da nação a si própria realiza-se através da “ projecção das linhas de força do passado ao presente” e exprime-se através da acção das individualidades nacionais e do povo, considerado o “herói supremo da nacionalidade”. O Duplo Centenário de 1940 não se reduz “a um acto político de interesse nacional” derivado do papel de Portugal na história da civilização, é também “um acto cultural de expressão ecuménica”. As comemorações associam, os congressos de cariz internacional e as “manifestações do espírito” de carácter mais erudito, à festa popular. Assegura-se assim a integração do “heróico povo português” o que não deixará de influenciar as manifestações específicas do Congresso do Mundo Português. Estas concepções têm continuidade no plano das Comemorações, apresentado em Julho de 1939, constituído por três elementos fundamentais: a Exposição do Mundo Português, o Congresso do Mundo Português e o Cortejo do Mundo Português. Cada um destes elementos desempenha um papel específico no conjunto das Comemorações do Duplo Centenário de 1940, representando uma ligação muito específica entre a herança do passado e o dinamismo do presente. A investigação histórica, patente no Congresso do Mundo Português, faz a mediação entre elas, legitimando de um ponto de vista científico as comemorações no seu conjunto:

da intelectualidade nacional com a oposição ver MADEIRA, João – *Os Engenheiros de Almas. O Partido Comunista e os Intelectuais (dos anos trinta a inícios de sessenta)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996. p. 31-242. Sobre a Historiografia durante o Estado Novo consultar: TORGAL, Luís Reis – “A história em tempo de ditadura”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernandes – *História da História em Portugal Séc. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 241-275.

⁹ “A «comissão Executiva», a que tenho a honra de presidir, possui, a partir de hoje, o seu órgão: a «Revista dos Centenários».

Integrada no quadro de serviços da nossa secção de Propaganda, em que brilhantemente superintende o sr. António Ferro, na sua dupla qualidade de secretário geral da Comissão e de director do Secretariado da Propaganda Nacional, a «Revista dos Centenários» será o instrumento de informação de que nos serviremos para dar a conhecer ao País o estado dos nossos trabalhos, a marcha das nossas iniciativas e a contribuição do nosso esforço para a realização do alto pensamento de Sua Ex.º o Presidente do Conselho.”, DANTAS, Júlio – “A «Revista dos Centenários»”. DANTAS, Júlio – *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 1, Ano I (31 de Janeiro de 1939) p. 1-2.

¹⁰ Cfr. Redacção, “Legislação-portarias da Presidência do Conselho”. *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 1, Ano I (31 de Janeiro de 1939) p. 25-29.

¹¹ Cfr. DANTAS, Júlio – “Alocução aos portugueses”. DANTAS, Júlio – *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 1, Ano I (31 de Janeiro de 1939) p. 15-18.

(...) Como tive a oportunidade de dizer há cerca de dois meses, o segundo período ou período imperial das comemorações é dominado por três grandes peças centrais, em volta das quais se agrupam todas as outras: Exposição do Mundo Português; Congresso do Mundo Português; Cortejo do Mundo Português. A Exposição, cujo modelo ainda há pouco admirámos, constitui a síntese plástica de oitocentos anos de vida de um povo cuja acção se projectou no Mundo. O Cortejo representa a Nação em marcha, préstimo refulgente de armas, de cruces, de pálios, de coches, os estandartes, em que desfilarão os séculos e os heróis, e em que Portugal se verá passar a si próprio. O Congresso, enfim, revestido da dignidade augusta da História, é o texto magnífico que a Exposição ilustra por imagens fixas e o Cortejo por imagens móveis. (...) ¹².

A história torna-se um meio privilegiado para o conhecimento da Nação portuguesa mas induzindo uma lógica na qual o estudo do passado se subordina às necessidades do presente. Podemos assim detectar um “presentismo” historiográfico nesta concepção do Congresso do Mundo Português e, por extensão, das Comemorações do Duplo Centenário de 1940. Contudo, a história nacional tem uma necessária “repercussão internacional” pelo “interesse ecuménico de certos temas” o que introduz a questão da compatibilidade entre a História de Portugal, a História Universal e a História Regional.

A História de Portugal, a História Universal e a História Regional

A questão é transversal aos discursos de Júlio Dantas do ano de 1940, começando pelo “Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias” de 2 de Junho desse ano ¹³. O problema da datação precisa do “nascimento” de Portugal obriga-o a uma primeira reflexão sobre a importância da história e da memória nacionais, partindo de uma citação de Paul Valéry: “Felizes os povos que não têm história” ¹⁴. Júlio Dantas contrapõe ao cepticismo pacifista do escritor o papel positivo da história nacional enquanto preservação de uma memória colectiva. A identidade entre a história e a

¹² “(...) Nele se estudará a Nação Portuguesa nas suas origens, na sua formação, na sua actividade, nas suas instituições, nas suas crises de crescimento e no esplendor da sua expansão imperial. Para ele me permito chamar a atenção dos historiadores portugueses e de todos os investigadores e estudiosos que se têm consagrado à história da Nação, pedindo-lhes que concorram com os seus trabalhos e com as suas luzes a este Congresso, sem dúvida, pela opulência da organização, pela vastidão da doutrina, pela variedade das questões, e, até, pela repercussão internacional que lhes assegura o interesse ecuménico de certos temas, um dos actos culturais mais notáveis que, em todos os tempos, se têm realizado no País. (...)”, DANTAS, Júlio – “O Congresso do Mundo Português”. DANTAS, Júlio – *Revista dos Centenários*. Lisboa: Edição da Comissão Nacional dos Centenários, Secção de Propaganda e recepção. N.º 7, Ano I (31 de Julho de 1939) p. 12.

¹³ Cfr. DANTAS, Júlio – “Discurso Inaugural das Comemorações Centenárias. Pronunciado na Assembleia Nacional, em sessão solene, na noite de 2 de Junho de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 159-171.

¹⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p.168. Sobre a afirmação de Paul Valéry sobre a história consultar VALÉRY, Paul – *Mauvaises Pensées et Autres*. 10ª éd. Paris: Gallimard, 1942. p. 213. Paul Valéry (1871-1945) foi um escritor simbolista francês, membro e presidente do *Committee of Letters and Arts of the League des Nations* nos anos 30 do século XX. Grande impulsor da S.D.N. foi membro da Academia Francesa e da Academia das Ciências de Lisboa.

vida permite-lhe defender a construção de uma consciência nacional que não é uma simples recordação nostálgica do passado. Na verdade, a história, ou melhor dizendo a memória histórica está ao serviço do presente e, hipoteticamente, do futuro que se advinha. A relevância dada à História de Portugal não implica qualquer tipo de exclusivismo nacional, ou a recusa de integrar uma visão mais global inserindo-a na História Universal. O orador não considera ser possível isolar a primeira da segunda pelos serviços prestados por Portugal à Humanidade e à Civilização. Além disso, a importância das nações estrangeiras na evolução do país ao longo dos séculos não pode ser menosprezada e, portanto, não existe uma separação total entre as duas¹⁵

Segue-se uma descrição sintética do papel representado por todas as nações europeias na construção da Pátria portuguesa ao longo dos séculos, começando com o elogio da Santa Sé, seguindo-se-lhe a França devido ao facto dos reis da primeira dinastia serem de ascendência gaulesa. O momento fundacional de Portugal, na Idade Média, completa-se com a valorização da acção dos cruzados representando todas as nações europeias na definição do território nacional. De forma semelhante salienta-se a Espanha que partilhou a epopeia dos Descobrimentos nos séculos XV e XVI, ou os arqueiros e homens de armas da Inglaterra, no século XIV, auxiliando em Aljubarrota “a liberdade da Nação”. A Itália, através de Génova, Veneza e Nápoles, é elogiada pelo contributo para o desenvolvimento da ciência náutica. A Alemanha, a França e a Itália por nos terem transmitido os valores do Renascimento principalmente no campo artístico e universitário¹⁶. Contudo, o mais importante para Júlio Dantas consiste na comunhão medieval destas nações no seio de uma comunidade cristã medieval, verdadeira antecessora da Sociedade das Nações¹⁷. A recusa do isolamento nacional estende-se aos países novos que surgiram depois de Portugal, com destaque para a América Latina e em especial para o Brasil. Portugal e os portugueses têm uma ligação profunda devido à história comum que partilham e se perpetua na memória colectiva dos dois países¹⁸.

A História Universal não faz obliterar a história nacional, mas constituiu-se como um seu prolongamento onde a importância sai reforçada a nível global e mundial. Seja como for, a História de Portugal é a verdadeira musa inspiradora do Congresso e sempre presente, mesmo se de forma simbólica ou fantasmagórica¹⁹. Esta ideia encontra-se igualmente nas abordagens da História Regional nomeadamente no caso do Algarve. Júlio Dantas deslocou-se a Faro para inaugurar um monumento comemorativo da data em que se completou a unidade geográfica e política da Nação portuguesa; ou seja, o fim da Reconquista em território nacional em 1249, inserindo-se este acto no

¹⁵ “Não durámos; vivemos. Durante pelo menos um século de imperialismo dionísio e faustoso, prestámos alguns serviços à Humanidade e à Civilização. Mas nenhuma nação é apenas produto do seu próprio esforço. Se alguma coisa lhe deve o Mundo, também Portugal reconhece que, para ser o que foi e o que é, muito deveu, desde o berço da Monarquia, ao concurso das nações estrangeiras.” DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 169.

¹⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 168.

¹⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 169-170.

¹⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 170-171.

¹⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 171.

processo mais vasto das celebrações de 1940²⁰. A especificidade regional não deixa de sobressair nas suas palavras ao relembrar, seguindo o poeta simbolista Georges Rodenbach (1855-1898), a importância da fidelidade sentimental à pequena pátria provincial. Algo que o toca, como filho da terra, que não esqueceu as suas origens e traz o Algarve no coração²¹. A sua presença em Faro não se reduz apenas a uma viagem sentimental, mas ao desempenho de um acto institucional no âmbito das suas funções de Presidente da Comissão Executiva – a comemoração já referida da unidade do território português e da cristianização de Faro, elevada a cidade por D. João III, em 1540 e, ao mesmo tempo da valorização de outro marco fundamental da História de Portugal que começa em Sagres com o Infante D. Henrique: a expansão ultramarina²². Nesta perspectiva, o Algarve e os algarvios inserem-se nesta epopeia nacional pela acção dos seus habitantes que desfizeram a “lenda do Mar Tenebroso”, dobraram o Cabo da Boa Esperança e foram “os precursores da grande revolução geográfica” do fim século XV. Assim sendo, faz todo o sentido salientar a comunhão dos vivos com os mortos na partilha de um mesmo legado histórico. De igual modo, os heróis da reconquista e da expansão ultramarina, os cavaleiros e os navegadores, fundem-se no seio de uma epopeia comum²³.

A presença silenciosa das sombras dos antepassados ilustres dos algarvios (e dos portugueses) é uma referência tipicamente romântica que não implica só a celebração e a perpetuação das memórias do passado. O seu discurso sobre a História traduz uma outra dimensão, mais próxima do positivismo, bem visível na importância que dá ao culto da história na formação da “consciência colectiva” de um povo. A comemoração constante do passado garante a continuidade histórica da nação e torna possível a construção do futuro. Os povos incapazes de recordar estão condenados a desaparecer pois, ao quebrarem o laço afectivo entre os mortos e os vivos, perdem a sua “personalidade”, ou seja, a identidade própria que os torna únicos e lhes confere a energia necessária para se projectarem no futuro.²⁴

Esta perspectiva está igualmente presente no discurso que realiza na abertura do Congresso do Mundo Português de que era presidente a 1 de Julho de 1940. Sintomaticamente começa com a citação da nota oficiosa do presidente do Conselho, de 26 de Maio de 1938. Os objectivos do Congresso do Mundo Português implicam aliar o estudo da história nacional, a defesa da colonização portuguesa e a projecção internacional do país²⁵. O aspecto universal, ou melhor dizendo ecuménico da História

²⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – “A Conquista do Algarve e a Unidade Territorial da Nação. Discurso proferido na cidade de Faro, em 14 de Junho de 1940, no acto de inauguração do monumento comemorativo da data em que se completou a unidade geográfica e política da Nação portuguesa”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 179.

²¹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 179-180.

²² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 183-184.

²³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 185.

²⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 185.

²⁵ Cfr. DANTAS, Júlio – “Discurso Inaugural do Congresso do Mundo Português. Pronunciado na Sala da Assembleia Nacional, na noite de 1 de Julho de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 187-188.

de Portugal está assim presente desde o início e corresponde a uma orientação específica de Oliveira Salazar. Tratava-se de legitimar, mais do que uma visão específica da história da nação, a defesa de um património colonial internacionalmente ameaçado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O orador valoriza o legado da história nacional, não só pelos serviços prestados por Portugal à Humanidade, mas também por ser um capítulo essencial da “história da Civilização”²⁶. Nesta perspectiva, não pretende defender uma investigação apaixonada e parcial da História de Portugal, mas sim uma abordagem centrada no “estudo objectivo dos factos”, no “esclarecimento dos problemas” e na “melhor definição das causas e das leis”²⁷. A sua preocupação é situar a investigação realizada por portugueses, brasileiros e estrangeiros dentro da concepção da História-Ciência.²⁸

A História-Ciência e a História Intuicionista

A defesa intransigente da história-ciência vai conduzi-lo a uma análise das diversas correntes historiográficas do século XIX e das primeiras décadas do século XX. O ponto de partida centra-se na crítica às correntes de pensamento que põem em causa a utilidade da história e às que a consideram um perigo para a paz mundial²⁹. Esta preocupação leva-o a uma reflexão sobre o que é a História, que tenta definir de forma objectiva, tendo como prioridade o “facto” e a “verdade” no conhecimento do passado:

Qualquer que seja a definição do conceito de história, e por grandes que se apresentem as divergências entre os historiadores, os filósofos e os sociólogos acerca da natureza, do objectivo, do conteúdo e dos métodos desta ciência, não pode contestar-se que o seu elemento fundamental é o «facto» – na tríplice expressão contingente, necessária e lógica –, e que, não só na investigação dos factos históricos, mas nas consequentes operações de síntese erudita e de síntese científica (dedução das leis), o historiador aspira, acima de tudo, ao conhecimento da verdade sobre os acontecimentos do passado humano.³⁰

Esta concepção pode identificar-se, até certo ponto, com uma visão positivista de Auguste Comte ou de Léon Bourdeau, pelo menos na referência à “dedução das

²⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 190-191.

²⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 191.

²⁸ “Da colaboração de portugueses, de brasileiros e de estrangeiros sobre materiais da nossa história, vão resultar decerto novas perspectivas, novas interpretações, pontos de vista novos; para nós, porventura, a consciência ainda mais perfeita da nossa acção civilizadora; para os estranhos – faço votos por que assim seja – o conhecimento mais íntimo do nosso passado histórico; para a História, como ciência, um passo mais naquele caminho luminoso a que Bernheim chamou «esplendor tranquilo da verdade»”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 191. Consultar também BERNHEIM, Ernest – *Introducción al Estudio de la Historia*. Traducción de la 3.ª edición alemana por Pascual Galindo Romeo. Con uno Apéndice bibliográfico por Rafael Martínez. Barcelona; Madrid; Buenos Aires; Rio de Janeiro: Editorial Labor, S.A., 1937. p. 7-16 e p. 47-58.

²⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 192.

³⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 193.

leis”³¹. Contudo, a recusa de ultrapassar a dimensão específica do “facto” singular no conhecimento do passado afasta-o de uma perspectiva filosófica ou sociológica da história³². Júlio Dantas parece ter sido influenciado pela Escola Metódica francesa, e pelos trabalhos de Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos³³. Isto não impede a eventual influência dos herdeiros de Leopold Ranke, como Ernest Bernheim ou Johann Gustav Droysen, cujo manuais os inspiraram³⁴. Não se pode excluir o possível contributo da *Revue de synthèse historique* de Henri Berr, embora não haja nenhuma referência explícita³⁵. O essencial joga-se aqui na recusa de uma visão artística ou literária da História tal como seria defendida, no primeiro caso por Benedetto Croce e, no segundo, por Thomas Carlyle³⁶. A apologia da história-ciência mantém-se mesmo se se reconhecerem as dificuldades de alcançar a verdade absoluta devido a factores diversos, como o posicionamento do observador, a sensibilidade e as paixões. O reconhecimento das limitações do investigador não o levam a remeter-se para uma visão céptica ou pessimista da história. Nesta perspectiva, o recurso ao método histórico compaginável com as concepções da Escola Metódica permitem-lhe alcançar uma verdade relativa³⁷. A fé absoluta na capacidade do historiador em alcançar a verdade

³¹ Cfr. BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé – *Les écoles historiques*. Paris: Éditions Seuil, 1983. p. 68-72 e p. 161-168.

³² Esta constatação não implica um desconhecimento por parte do orador da importância da sociologia. Aliás, não deixa de citar Émile Durkheim um pouco mais adiante neste texto embora tratando-se de um autor de raiz positivista. Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195.

³³ Cfr. BOURDÉ, Guy; Martin, Hervé – *ob. cit.*, p. 137-170. Consultar igualmente CATROGA, Fernando – *Os Passos do Homem como Restolho do Tempo. Memória e Fim do Fim da História*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 57-79. Ver também MENDES, José Amado – “As influências historiográficas: os casos alemão e francês (as escolas «positivista» e «metódica»)”. In TORRALBA, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernandes – *História da História em Portugal séc.s XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. p. 206-209.

³⁴ Cfr. LANGLOIS, CH-V.; SEIGNOBOS, Ch. – *Introduction aux Études Historiques*. 4^ª ed. Paris: Librairie Hachette, 1897, p. XI-XV.

³⁵ Cfr. REVEL, Jacques; “BERR, Henri”; GOFF, Jacques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.) – *La Nouvelle Histoire*. Paris: C.E.P.L., 1978. p. 78-79.

³⁶ “Estabelecer ou restabelecer a verdade desses factos: eis o objectivo essencial da história, que não é uma arte (Benedetto Croce), nem um género literário (Carlyle), mas uma ciência. Bem sei que nada existe de absoluto, nem sequer a verdade, e que acerca do mesmo facto – até quando passado no nosso tempo – se produzem tantas versões, ou sejam tantas «verdades», quantos são os observadores, não só porque os aspectos mudam conforme a posição em que esses observadores se colocam, mas porque cada um possui a sua sensibilidade, a sua visão especial, e, sobretudo, porque as paixões são inevitavelmente deformadoras dos acontecimentos.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 193. Sobre as concepções da história de Benedetto Croce ver: WHITE, Hayden – *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1990. p. 375-425. Consultar igualmente CROCE, Benedetto – *Teoria e Storia della Storiografia*. Bari: Gius. Laterza & Figli, 1917. Sobre as concepções da história de Thomas Carlyle consultar LEFEBVRE, Georges – *O Nascimento da Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa editora, 1981. p. 282-287. Ver também CARLYLE, Thomas – *Past and Present*. London; Glasgow: Collin’s Clear, 1939 e do mesmo autor : *On Heroes, Hero-Worship and the Heroic in History*. Cambridge: At the University Press, 1924.

³⁷ “Mas, por isso mesmo, ao historiador compete, pelos meios de que dispõe, pesquisar a exactidão dos factos até ao ponto que ela pode ser cientificamente verificada, acompanhando de provas as suas afirmações,

dos factos e o conhecimento do passado baseia-se em boa parte na comprovação documental ou heurística. A valorização dos acervos documentais não resulta só da sua identificação com a Escola Metódica, mas é também o produto da actividade de Júlio Dantas à frente dos Arquivos Nacionais na Primeira República³⁸.

Assim sendo, compreende-se a sua rejeição das correntes defensoras de uma “História Intuicionista” onde predominariam as concepções estéticas e subjectivas; categoria em que inclui autores tão diversos como o filósofo francês Henri Bergson³⁹, o historiador Johann Gustav Droysen⁴⁰ e os historiadores e arquivistas Julius Kaerst e Johann Adolph Goldfriederich todos alemães⁴¹. O principal visado pelas suas críticas é Julius Kaerst por recusar a concepção de Charles-Victor Langlois do historiador como «erudito-repórter» em prol de uma evocação do passado através da «intuição viva»⁴². Contudo, o orador não assume um posição intransigente face às concepções historiográficas destes autores pois reconhece que não recusam, em última instância, a busca da “verdade” histórica. Embora seja certo que recorrem à “percepção estética” para preencherem, de forma ficcional, “as lacunas da documentação”. A verdade no conhecimento do passado continua a ser o seu objectivo e, nesse sentido, a “história intuicionista” não deixa de ser história pois permanece “desinteressada”, ou seja, recusa

apresentando todas as dúvidas que lhe suscite a heurística dos documentos, não desprezando pormenores que ulteriores interpretações possam utilizar, e – acima de tudo – não se desviando do espírito de rigorosa objectividade que deve presidir a todas as operações da história. Exactamente porque a determinação da verdade é difícil, ela deve constituir a preocupação absorvente e desinteressada do historiador.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 193-194.

³⁸ Cfr. IRIA, Alberto – “Júlio Dantas e a Historiografia”. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1977. Classe de Letras, T. XVIII, p. 275-278.

³⁹ O filósofo espiritualista Henri Bergson (1859-1941) teve uma grande divulgação em Portugal nas primeiras décadas do século XX. sobretudo devido à sua teorização da intuição que foi entendida no sentido de uma desvalorização da ciência no processo do conhecimento. Influenciou a intelectualidade lusa da Primeira República (1910-1926) e particularmente a *Renascença Portuguesa*. Um dos membros deste movimento escreveu mesmo um livro sobre a filosofia bergsonina: COIMBRA, Leonardo – *A Filosofia de Henri Bergson*. [Porto]: Renascença Portuguesa, 1932. Consultar sobre esta questão RAMOS, Rui – “A Segunda Fundação (1890-1926)”. In MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. Vol. 6, p. 529-536.

⁴⁰ Johann Gustav Droysen (1808-1884) foi um historiador alemão da escola prussiana herdeira do método erudito de Leopold Ranke sendo um dos criadores da hermenêutica histórica alemã do século XIX. Valorizou uma abordagem contrária ao “objectivismo” de Leopold Ranke e em prol da “interpretação” como um princípio da hermenêutica. Consultar sobre este autor: WHITE, Hayden – *The Content of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1990. p. 83-103 e também MUHLACK, Ulrich; DROYSEN Johann Gustav – “«Historik» et Herméneutique”. In LAKS, André; NESCHKE-HENTSCHKE, Ada (ed.) – *La Naissance du Paradigme Herméneutique: Schleiermacher, Humboldt, Boeckh, Droysen*. Lille: Presses Universitaires, 1991. p. 358-380.

⁴¹ Julius Kaerst (1857-1930) era um idealista e um helenista alemão autor da “Geschichte des Hellenismus” (História do Helenismo de 1927) e discípulo do filósofo idealista e prémio Nobel Rudolf Eucken (1846-1926). Johann Adolph Goldfriederich (1870-1945) arquivista alemão, especializado no estudo do comércio dos livros e autor de obras sobre este tema.

⁴² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 194.

colocar-se ao serviço de um ideal, ou causa política, assumindo, dentro da tradição da Escola Metódica, a neutralidade política⁴³.

Nacionalistas e Internacionalistas

As preocupações de Júlio Dantas não se limitam a esta reflexão sobre as concepções da história tal como foram formuladas pelos historiadores do século XIX e inícios do século XX. Centra-se também na emergência mais recente (nos últimos 30 ou 40 anos) de novas tendências que considera serem um desvirtuamento político da história. A recusa de uma história “engagé” começa pela crítica dos que a consideram inútil para a vida – os “pragmatistas” – e daqueles que a veem como um perigo para as relações pacíficas entre os povos⁴⁴. Nesta perspectiva ataca, sem os nomear Friedrich Nietzsche e Paul Valéry, um identificável com o nacionalismo da época e o outro com o pacifismo incondicional da S.D.N.⁴⁵. Contudo, o seu alvo principal é a concepção prática, pragmática, utilitária, pedagógica e política, da história, onde predomina uma visão “presentista” no conhecimento do passado. Nesta categoria agrupa mais uma vez um conjunto eclético de pensadores, como o historiador italiano Pasquale Villari (1827-1917), o sindicalista revolucionário Georges Sorel (1847-1922) e o filósofo francês Frédéric Rauh (1861-1909)⁴⁶. O orador não excluiu o valor pedagógico e educativo da história na preservação do “património étnico e histórico” nacional. Não hesita, aliás, em recorrer à concepção da “memória colectiva e espontânea dos povos”, do sociólogo Émile Durkheim (1858-1917), para justificar a defesa de um patriotismo moderado⁴⁷. Algo essencial no momento em que se realizam as Comemorações Centenárias de que

⁴³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 194.

⁴⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 192. Consultar também Bernheim, Ernest, *Introducción al Estudio de la Historia*, Barcelona, Madrid, Buenos Aires, Rio de Janeiro, Editorial Labor, S.A., 1937. Traducción de la 3ª edición alemana por Pascual Galindo Romeo. Con uno Apéndice bibliográfico por Rafael Martínez, p. 17-18.

⁴⁵ Cfr. Dantas, Júlio – *ob. cit.*, p. 192.

⁴⁶ “Nos últimos trinta ou quarenta anos, porém temos assistido à formação de novas correntes que, tornando a história interessada e tendenciosa, procuram desviá-la da sua função. Quero referir-me à história prática, pragmática, pedagógica e política. Dentro destas concepções, o historiador, no propósito de «ligar o passado ao presente» (Villari), de «tornar a história praticamente útil» (Sorel), de «converter o momento actual em centro de perspectiva da história», (Rauh), afasta-se dos princípios científicos que devem reger esta forma de conhecimento, e realiza, conscientemente, obra de deturpação.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195. Pasquale Villari historiador italiano preocupado nos seus livros em contribuir para a formação do carácter moral político do seu país. Ver a este propósito VILLARI, Pasquale – *Les Invasions Barbariche in Italia di...* 4.ª ed. Milano: Ulricho Hoepli, Editore Librario della Real Casa, 1928. p. IX-XIV. Georges Sorel defensor da acção directa e ad utilização da violência pela classe operária para alcançar o poder. Consultar também CHARZAT, Michel – *Georges Sorel e a Revolução do Século XX*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1977. Frédéric Rauh filósofo francês defensor da possibilidade de existência uma moral positiva e científica entre a sociologia e metafísica dos costumes e conhecido *dreyfusard*. Consultar também DEREGIBULUS, Arturo – *Frédéric Rauh: Esperienza e moralità*. Torino: Giappichelli, 1976.

⁴⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195. David Émile Durkheim sociólogo de formação positivista foi um dos fundadores da sociologia moderna e abordou este tema na *Divisão Social do Trabalho* (1893) e nas *Regras do Método Sociológico* (1895). Consultar sobre esta questão GIDDENS, Anthony – *Capitalismo e*

é, sem dúvida um dos principais artífices. A relativa tolerância, face a esta função da história-memória, não inclui “subordinar o conhecimento do passado às necessidades práticas do presente”. Ou seja, o “presentismo” historiográfico é liminarmente recusado por Júlio Dantas e, portanto, não pode ser considerado uma vertente específica da sua concepção da história. Aliás, os seus ataques a Friederich Nietzsche e aos seus seguidores pela contestação da história-ciência, e a instrumentalização do conhecimento do passado, são disso um claro testemunho⁴⁸.

O problema central continua a ser a manipulação da história, devido às necessidades políticas do presente, o que vai destruir completamente a história-ciência. Nestas circunstâncias, compreende-se que regresse de novo à crítica ao “internacionalismo pacifista” e ao nacionalismo exacerbado tendo como ponto de partida o “internacionalismo pacifista”, por propugnar uma história didáctica que desvirtua o objectivo fundamental do conhecimento do passado – a obtenção da verdade. O orador identifica-o com os esforços da S.D.N. para expurgar os manuais escolares de todos os elementos que pudessem suscitar o ódio entre as nações e em prol de um «desarmamento moral» dos povos⁴⁹. O facto essencial para Júlio Dantas continua a ser a falta de cientificidade desta “história pedagógica”, tornada numa «história pacifista», com o risco de alterar radicalmente a própria ideia de história, ao substituir os acontecimentos políticos e religiosos nacionais pelos grandes movimentos e tendências transnacionais na ordem política, económica e cultural. Ao procurar anular as especificidades nacionais confunde o objecto da história com o da sociologia⁵⁰

Observações compreensíveis, mas um tanto extraordinárias, para quem uns anos antes em 1933 participou no quadro da S.D.N. ao lado de escritores como Paul Valéry, Augustin Calvet e Garcia Morente, numa conferência internacional sobre o futuro da cultura. Proferiu então uma conferência intitulada o “Espírito Europeu”, onde defendia uma aproximação pacífica entre todas as nações da Europa e o papel dos intelectuais

Moderna Teoria Social. Uma análise das obras de Marx, Durkheim e Max Weber. Lisboa: Editorial Presença, 1976. p. 123-200.

⁴⁸ “Mas as correntes utilitárias a que me refiro, provenientes, em grande parte, da filosofia nietzschiana (para Nietzsche a história-ciência não existe), vão mais longe: procuram colocar a história ao serviço de determinadas ideias, de determinados sistemas e de determinada orientação política, isto é, subordinar o conhecimento do passado às necessidades práticas do presente, na medida em que essa deformação pragmática convenha aos mitos e às místicas político-sociais contemporâneas. Em tais condições, naturalmente, a história deixa de ser ciência; a história já não é história.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 195-196. Sobre a problemática “presentista” nesta época na perspectiva de Benedetto Croce consultar SHAFF, Adam – *História e Verdade*. Lisboa: Editorial Estampa, 1974. p. 99-108. Sobre a aparente recusa de Friederich Nietzsche da história como ciência consultar: NIETZSHE, Friederich – *Considerações intempestivas*. Tradução de Lemos de Azevedo. Lisboa: Editorial Presença-Livraria Martins Fontes, 1976. p. 101-205. Para uma perspectiva moderna que contesta esta ideia préconcebida das suas concepções historiográficas ver BROBJER, Thomas H. – “Nietzsche’s Relation to Historical Methods and Nineteenth-Century German Historiography”. *History and Theory. Studies in the Philosophy of History*. Middletown: Wesleyan University. Vol. 46, N.º 2 (May 2007) p. 155-179.

⁴⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 196. Consultar sobre o desarmamento moral e os movimentos pacifistas ligados à S.D.N.: LUCHAISE, Julien – *Le Désarmement Moral*. Paris: Librairie Valois, 1932.

⁵⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 196-197.

nesse processo⁵¹. É possível que se trate de um realinhamento episódico com uma certa visão do Estado Novo das relações internacionais. Com efeito, Júlio Dantas nos anos 50 regressou ou retomou as suas perspectivas pacifistas, fazendo inclusive o elogio apaixonado de Thomas Mann e do seu dramático apelo na Conferência de Nice em 1935 em prol dos valores espirituais⁵².

Seja com for, o internacionalismo pacifista sendo considerado a ameaça mais importante e mais radical ao primado da história-ciência não é a única. Na sua perspectiva, os nacionalismos são também um perigo para a objectividade histórica, quer se trate da opinião do filósofo francês Frédéric Rauh, quer da de dois filósofos alemães: Friederich Nietzsche e Rudolph Christoph Eucken (1846-1926). Júlio Dantas considera negativa a visão da história que instrumentaliza o conhecimento do passado em função das necessidades políticas do presente. Este “presentismo” nacionalista é passível de fortes críticas pelo desvirtuamento ideológico da verdade histórica em nome da exaltação do “orgulho pátrio”, do “direito à existência” das nações, ou ainda como força dinâmica capaz de mobilizar “os povos para altos destinos”. As concessões ao patriotismo/nacionalismo são óbvias ao considerá-la mais respeitável por preservar a unidade e prestígio das nações. Apesar disso, não pode também aceitar a confusão entre o domínio político e moral do patriotismo e o domínio científico da história⁵³.

A Justiça da História

O objectivo imediato deste discurso é a identificação com uma história científica, erudita e metódica, na qual a “análise erudita” e a “síntese histórica” estão sempre presentes. A afirmação da imparcialidade científica deste congresso permite credibilizar as investigações realizadas por portugueses e estrangeiros e assegurar, ao mesmo tempo, a sua projecção internacional⁵⁴. Todavia, a neutralidade científica não parece ser o

⁵¹ Cfr. DANTAS, Júlio – “O Espírito Europeu. Discurso proferido no dia 16 de Outubro de 1933, no Palais Royal, na solenidade inaugural da Conferência Internacional de Paris, em que se versou o problema da unidade moral da Europa.”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. Consultar também VALÉRY, Paul; CALVET, Augustin; DANTAS, Júlio; MORENTE, Garcia – *L’Avenir de la Culture*. Paris: Edição da Sociedade das Nações, 1933.

⁵² “(...) Engano. Nunca, como hoje, foi tão necessário restaurar os grandes valores do espírito, que Thomas Mann, no seu dramático apelo de Conferência de Nice (1935), considerou indispensáveis à permanência da dignidade humana. (...)”, DANTAS, Júlio – “António de Macedo Papança”, [Discurso proferido na sessão solene comemorativa do centenário do nascimento do Poeta, realizada na grande sala da Academia das Ciências, de Lisboa, em 9 de Maio de 1953 sobre a presidência do Prof. Caeiro da Mata]. In DANTAS, Júlio – *Tribuna, Discursos sobre os Homens, as Ideias e os Acontecimentos*. Lisboa: Bertrand, 1960. p. 106.

⁵³ “Entretanto, os nacionalismos exacerbados manifestavam-se em sentido contrário, enunciando o princípio de que a história nacional deve servir antes de tudo a nação, exaltar o orgulho pátrio, constituir a armadura moral indispensável aos povos que proclamam no Mundo o direito à existência. A «história-ciência lança sobre as nações a sombra da Morte», afirmou Frederico Rauh; a verdadeira história, activa, eloquente, condutora, patética, é aquela que converte o passado em estímulo do presente, e que, pelo seu poder dinâmico («dionisíaco», disse Nietzsche; «activista», disse Eucken), arrasta os povos para altos destinos.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 197.

⁵⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 198.

objectivo final de Júlio Dantas e do Congresso do Mundo Português. A investigação histórica serve para fazer justiça a Portugal num momento extremamente difícil para a “civilização ocidental”, com a qual se identifica e para a qual contribuiu no passado⁵⁵. A confiança na sobrevivência dos “valores morais da civilização ocidental”, no momento em que decorre a Segunda Guerra Mundial, reside na “grande Metrópole universal do Espírito”. Estabelece, assim, continuidade com as suas concepções dos anos 30 do “Espírito Europeu” e a associação fraternal dos intelectuais europeus⁵⁶. A parte final deste discurso revela uma concepção plenamente positivista no seu apelo à “fraternidade humana”, ao sentimento da piedade e da justiça”, ao “culto da verdade eterna” e da “ciência imortal”. Identifica-se com o humanismo espiritualista e o cientismo dominante na sua formação e na sua vida como médico, militar e homem de letras. Contudo, a reivindicação da “justiça da história” para Portugal tem de ser justificada através de uma reflexão sobre o passado da nação portuguesa, vista numa relação dinâmica e complementar com outras nações.

Neste sentido, é importante analisar os três discursos que abordaram a amizade ibérica entre Portugal e Espanha, a fraternidade luso-brasileira e o papel destacado de diplomatas e de juristas na Restauração de 1640. No discurso proferido a 30 de Outubro de 1940 está preocupado em fazer a ponte entre o passado e o presente peninsulares, em torno de um tema capaz de unir numa mesma amizade Portugal e a Espanha: a defesa da Espanha cristã. Nesta perspectiva era importante relembrar o espírito de cruzada do passado medieval comum, (reactivado ainda recentemente pela guerra civil espanhola e a participação dos “viriatos”) através das batalhas decisivas do passado. Com efeito, Navas de Tolosa (1212) e Salado (1340) foram vitórias partilhadas contra os estados islâmicos peninsulares e do Norte de África⁵⁷. Na verdade, o objectivo fundamental de Júlio Dantas consiste em estabelecer uma relação de solidariedade assente na identidade civilizacional da “Latinidade ibérica” embora afirmando a total independência das duas nações. Evitava-se assim ferir as susceptibilidades espanholas, relembrando a guerra da Restauração e, ao mesmo tempo, marcavam-se as distâncias face a qualquer tentativa hegemónica de Franco num momento crítico da Segunda Guerra Mundial. Compreende-se o apelo à ligação entre os dois povos, forjada na História que se torna uma lição a reter por todos no presente, para além das afinidades da raça, da religião e da língua⁵⁸. Afirmações aparentemente em total contradição

⁵⁵ “A história, sendo uma ciência, é também uma justiça, essa justiça tem de exercer-se com a serena dignidade de todas as magistraturas. Quis o destino que nos encontrássemos reunidos na hora dramática em que se joga o futuro do velho Continente. Curvando-me, com profundo respeito, perante tudo quanto esta hora representa de sacrifício e de dor para a humanidade, não posso deixar de acentuar que a realização de um Congresso desta natureza nas circunstâncias presentes constitui uma acto de serenidade, de confiança, de acrisolada fé no universo de valores morais da civilização ocidental, cujo fulgor, sejam quais forem as vicissitudes da história, jamais se apagará no Mundo.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 198-199.

⁵⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 199.

⁵⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – “O Esforço Português na Defesa da Espanha Cristã. Discurso pronunciado no Templo de Diana, de Évora, em 30 de Outubro de 1940, no acto internacional comemorativo da batalha do Salado”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 202-203.

⁵⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 203-204.

com a recusa de um “presentismo” histórico de carácter ideológico e/ou político. A amizade peninsular revela-se indissociável dos “afectos” partilhados entre os dois povos, das “memórias vivas” e da história na qual “palpita uma só alma”. Assim sendo, comemorar a batalha do Salado é defender a “civilização peninsular, latina e cristã” que partilhou com Portugal a “missão de dilatar a fé” e de “tornar maior o Mundo” nos Descobrimentos⁵⁹.

As relações luso-brasileiras assumem também um papel destacado no Congresso do Mundo Português, onde lhes é reservado o Congresso Luso-Brasileiro de História. Pronuncia então o discurso inaugural de 11 de Novembro de 1940 que se inicia sintomaticamente com a referência a José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos fundadores luso-brasileiros da Academia das Ciências e patriarca da independência do Brasil⁶⁰. Afirma-se a continuidade entre o acordo linguístico luso-brasileiro (assinado dez anos antes) e a investigação no campo da história comum aos dois países⁶¹. A participação, tão desejada, dos historiadores não pode ser assegurada oficialmente devido às hostilidades da Segunda Guerra Mundial, mas de facto, por razões de política interna que levaram o governo de Getúlio Vargas a dificultar a vinda a Portugal de alguns desses elementos⁶². A aproximação política e cultural ao Brasil é um processo que o Estado Novo herdou da Primeira República, mas que levou a cabo e consolidou nos anos 40 e 50. Na conjuntura da Segunda Guerra Mundial o Brasil era uma carta essencial, não só na segurança do Atlântico Sul e das colónias portuguesas, mas igualmente na “negociação”, ou aproximação aos Estados Unidos. Seja como for, dentro da estratégia geral da política externa portuguesa, o Brasil de Getúlio Vargas, onde existia uma das maiores colónias portuguesas, pesava de forma decisiva para o regime. Assim sendo, é compreensível o esforço para obter um entendimento entre investigadores portugueses e brasileiros, em torno dos grandes temas da história comum, mas salvaguardando sempre a “objectividade”, ou seja, a história-ciência⁶³. Procura-se construir um consenso mínimo entre a historiografia dos dois países e aproveitar em conjunto os recursos das bibliotecas e dos arquivos disponíveis de ambos os lados do Atlântico. Na prática implicava valorizar o acervo documental português e torná-lo uma fonte indispensável para o conhecimento do passado colonial do Brasil. O acordo das principais instituições culturais do Brasil, ou seja, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Academia Brasileira de Letras foi fundamental em todo este processo⁶⁴.

⁵⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 206-207.

⁶⁰ “Inaugura-se hoje, solenemente, nesta Academia de que José Bonifácio de Andrada e Silva – patriarca da independência do Brasil – foi um dos insígnos ornamentos, o Congresso luso-brasileiro de história, integrado no sistema de congressos do Mundo Português, a que presido.”, DANTAS, Júlio – “Discurso inaugural do Congresso Luso-Brasileiro de História. Pronunciado na Sala da Assembleia Nacional, na noite de 11 de Novembro de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 209.

⁶¹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 209-210.

⁶² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 210-211.

⁶³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 212.

⁶⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 212.

A colaboração entre as instituições e os historiadores dos dois lados do Atlântico não implica uma uniformidade absoluta de pontos de vista. A “consciência colectiva de cada povo” produz perspectivas diferentes que revelam as fragilidades da história pedagógica e pragmática de cada país. A única alternativa credível consistia em utilizar os métodos de investigação, baseados na pesquisa documental, para se chegar às “operações de síntese” e às “interpretações convergentes”.⁶⁵ A harmonização de pontos de vista é um desejo, ou um sonho que não se acredita poder materializar em tão pouco tempo. O objectivo do Congresso do Mundo Português é, ao mesmo tempo, mais modesto e mais ambicioso. Mais modesto porque pretende apenas estabelecer um programa, definir um método, tomar uma posição que possa servir de modelo para um relacionamento futuro. Mais ambicioso porque pretende propiciar o convívio dos intelectuais portugueses e brasileiros para esclarecer factos controversos, mas sobretudo para fortalecer a “amizade actual” e o entendimento futuro dos dois povos. Atitude que reflecte uma preocupação política evidente que contradiz a aparente crítica anteriormente feita à história pedagógica e pragmática⁶⁶.

A utilidade prática da história numa perspectiva “presentista” leva-o a pôr em causa as concepções do historiador romeno A. D. Xenopol (1847-1920), em defesa da história como «ciência do mundo sucessivo». Na verdade, valoriza, paradoxalmente e de novo, os “sentimentos colectivos tradicionais” o que, além de o colocar na senda de Émile Durkheim, parece ser uma concessão óbvia às concepções nacionalistas de Friederich Nietzsche e Rudolph Christoph Eucken que tanto criticou⁶⁷. O fundamental continua a jogar-se na busca de um consenso com os investigadores brasileiros em torno da história comum. A posição portuguesa é “de puro desinteresse nacional” e assente na recusa da exaltação “unilateral e exclusivista” de carácter nacionalista. Na verdade, a objectividade fundamentada por “fontes históricas irrecusáveis” é o único caminho que as autoridades promotoras do Congresso desejam seguir. Os portugueses não têm qualquer problema em dar prioridade às “glórias do Brasil” sobre as nacionais. A análise científica passa à frente de qualquer orgulho patriótico e, portanto, não teme admitir os eventuais erros que não podem de forma alguma manchar uma “obra demasiado grande no Mundo”⁶⁸. Estes factos não o impedem de defender um certo relativismo histórico na apreciação dos factos do passado, a meio caminho entre uma “generosa benevolência” e uma “excessiva severidade”. Considera ser incorrecto projectar sobre o passado as ideias do presente, imbuídas de uma mentalidade contemporânea e totalmente diferentes das da época. Este procedimento distorceria a realidade histórica, tornando

⁶⁵ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 212-213.

⁶⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 213-214.

⁶⁷ “Embora a história seja uma ciência – a «ciência do mundo sucessivo», na expressão de Xenopol –, temos de reconhecer o seu valor prático na vida das nações, e ninguém ignora que os grandes movimentos de aproximação dos povos se devem menos à consideração dos interesses imediatos de ordem económica e política, do que às imperiosas linhas de força dos sentimentos colectivos tradicionais, que se geram no caos confuso e fecundo da História.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 214. Consultar sobre este autor ZUB, Al; FRIEDMANN, Manole – *L’Historiographie roumaine à l’Âge de la Synthèse*. Bucarest: Ed. Stiintifica si Enciclopedia, 1983.

⁶⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 214.

impossível a sua adequada interpretação e, conseqüentemente, impedindo o triunfo da “justiça da História”. Ou seja, numa linha intermédia entre “a benevolência e a severidade” existiria espaço para um reconhecimento dos aspectos positivos da história nacional, sem pôr em causa a objectividade histórica⁶⁹

A preocupação fundamental continua a ser a obtenção de um veredicto favorável sobre a colonização portuguesa, naquilo que poderíamos considerar ser o “Tribunal da História”. A argumentação a favor da causa nacional tinha um fundamento decisivo na existência do Brasil que não se desagregou como a antiga América espanhola⁷⁰. A aliança luso-brasileira justifica plenamente o esforço de cooperação entre as duas nações em nome de uma investigação histórica científica. Contudo, reafirma contraditoriamente a prioridade do presente sobre o passado, com a ajuda das afirmações “presentistas” do filósofo Frederico Rauh⁷¹. A ideia de uma continuidade histórica assenta, não só na concepção da perenidade das nações, mas igualmente numa visão que remonta a Auguste Comte. A Humanidade constitui uma entidade transcendental formada pelos vivos e mortos estreitamente unidos, solidários, que se perpetua no tempo e no espaço. Esta ideia está presente na identificação de portugueses e de brasileiros nascidos da mesma “Raça ardente” e possuindo a “mesma fé”. O reviver comum do passado permitirá também operar uma “síntese da formação social, da evolução política” e da “estrutura económica brasileira”⁷². O final do discurso conclui com um apelo ao Brasil “povo amigo e pátria imortal” mas sobretudo à ligação entre ciência e política. Relação anteriormente negada mas agora implicitamente aceite juntamente com a evocação do passado e a construção do futuro⁷³.

A perspectiva histórica dominante na visão do passado nacional estará também presente no discurso pronunciado na Academia das Ciências a 28 de Novembro de 1940 e intitulada “Os Diplomatas e os Jurisconsultos da Restauração”. Neste texto destinado a apresentar as conferências de Rui Ulrich e de Cunha Gonçalves sobre o tema, estabelece de novo, uma estreita relação entre o passado e o presente. O elemento dinâmico desta continuidade histórica está na relação entre a intelectualidade da Restauração e a intelectualidade contemporânea⁷⁴. O reconhecimento da sua importância permite-lhe fazer o elogio dos “homens necessários” “nas horas de crise”, numa clara referência à ideia do homem providencial e às dificuldades produzidas pela Segunda

⁶⁹ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 214-215.

⁷⁰ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 215.

⁷¹ “Neste período de isenção e de desinteresse colaboraremos. Ao declarar inaugurado o Congresso luso-brasileiro de história, faço votos pelo êxito dos trabalhos que vão iniciar-se, de incontestável valor para a História como ciência, de transcendentem consequências no que respeita às relações políticas das duas Nações irmãs. O centro de perspectiva da História – disse-o, com perfeita lucidez, Frederico Rauh – não está no passado que se extingue, mas no presente que perpetuamente recomeça.”, DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 216.

⁷² Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 216.

⁷³ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 216-217.

⁷⁴ Cfr. DANTAS, Júlio – “Os Diplomatas e os Jurisconsultos da Restauração. Discurso pronunciado na Sala Nobre da Academia das Ciências, em sessão solene, na noite de 28 de Novembro de 1940”. In DANTAS, Júlio – *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 219-220.

Guerra Mundial⁷⁵. O elogio dos diplomatas e juristas foi facilitado pelo suporte teórico do direito internacional público nascente que com Hugo Grotius se impunha progressivamente a todos os países. Estava-se nos antípodas da situação presente onde a “diplomacia de cristal de Genebra” falhara completamente demonstrando ser demasiado “transparente” e “frágil” para ser eficaz⁷⁶. Júlio Dantas teme pela diplomacia e pelo direito, na época contemporânea, devido às incertezas dos resultados da Segunda Guerra Mundial, ao referir-se às “novas concepções da política internacional”, ou ao risco do direito regredir para “formas institucionais primitivas”. O receio da degradação do direito e o colapso da ordem internacional ameaça os povos como, no passado, a queda do direito romano com a ruína de Roma mostrou ter um efeito desastroso para a humanidade. Assim sendo, o recurso ao passado é essencial, como inspiração face às dificuldades do presente⁷⁷.

Esta ideia repete-se de outra forma no Discurso de Encerramento das Comemorações, no dia 2 de Dezembro de 1940. O orador começa exactamente por fazer uma referência clara à “herança de oito séculos de tradições”, à “consciência do passado” e à “história da Civilização”⁷⁸. A actividade das Comemorações Centenárias pode também explicar-se pela necessidade de garantir o direito à vida de Portugal. Júlio Dantas salienta este facto associando-o ao momento quase mágico em que se iniciou a exposição, sob a égide do homem providencial, ou seja, de Oliveira Salazar⁷⁹. Consequentemente, refere o elogio à colaboração das nações amigas, apesar da guerra, com especial destaque para a Espanha e o Brasil⁸⁰. Neste processo se insere de novo o tema do julgamento da história, embora reconheça que não passou tempo suficiente capaz de garantir um distanciamento que permita avaliar a importância deste esforço civilizacional⁸¹. Assim sendo, o juízo definitivo fica a cargo das gerações futuras que realizarão os próximos centenários⁸². A ideia da justiça da história é um tema ao qual regressará anos mais tarde, em 1949, no IV Congresso de História Nacional do Brasil ao citar o historiador francês; o marquês de Vogué. Mais uma vez corrigirá esta afirmação com o recurso à concepção da história-ciência à maneira de Ernest Bernheim⁸³. Júlio Dantas está

⁷⁵ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 221.

⁷⁶ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 224-225.

⁷⁷ Cfr. DANTAS, Júlio – *ob. cit.*, p. 224-225.

⁷⁸ Cfr. DANTAS, Júlio – “Discurso de Encerramento das Comemorações. Pronunciada na sala da Assembleia Nacional, em sessão solene, no dia de 2 de Dezembro de 1940. In *Discursos*. Lisboa: Bertrand, 1942. p. 228-229.

⁷⁹ Cfr. DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 231.

⁸⁰ Cfr. DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 233.

⁸¹ Cfr. DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 233-234.

⁸² “Ao acolher-se à sombra, a que regressam, um só voto formulam, um só pensamento os acompanha: quando a cinza da morte cobrir as gerações, e mais um século tiver passado sobre esta hora, – que os portugueses do ano 2004, homens do nono centenário, cumpram o seu dever como nós o cumprimos e amem a sua terra como nós a amámos !”, DANTAS, Júlio, *ob. cit.*, p. 234.

⁸³ “*L’histoire est une science; mais elle est aussi une justice*” – disse o marquês de Vogué. A história pragmática, pedagógica e política comete com frequência erros de apreciação e de valor, que passam de

ciente da continuidade entre o actual Congresso e o anterior Congresso do Mundo Português em 1940, nesta questão da “justiça da história”⁸⁴. Finaliza o seu discurso ao valorizar a relevância da “lição da História na vida dos povos” e defendendo a estreita relação entre “a alma do Passado” e a “a alma do Futuro”⁸⁵. O ciclo iniciado aproximadamente dez anos antes encerrava-se, permanecendo a contradição entre a defesa da história-ciência e a cedência aos imperativos políticos do Estado Novo no campo historiográfico⁸⁶.

textos para textos, de gerações para gerações, e que é preciso corrigir uma dia pelo exame sereno e objectivo dos fatos, não apenas em homenagem aquilo a que Bernheim chamou o “esplendor da verdade”, mas como preito à justiça, que não se nega aos vivos e que, com maior razão, se não deve negar aos mortos. Um Congresso de história tem, ao mesmo tempo, a opulência de um claustro universitário e a majestade de um tribunal supremo. Não se limita a criar ciência; julga os homens e os povos; revê sentenças iníquas, retifica juízos errados.”, A.A.V.V. – *Anais [do] IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952. p. 47. Melchior, marquês de Vogüé, (1829-1916) historiador francês responsável por diversas escavações na Palestina e na Síria e membro da Academia das Inscrições e da Academia Francesa.

⁸⁴ A.A.V.V. – *Anais [do] IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952. p. 47-48. Sobre este Congresso e a participação portuguesa consultar: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal – “Echoes of the ‘politics of the spirit’ at the Brazilian Historical and Geographical Institute: Salazar’s representatives at the 4th National History Congress”. FONSECA, Luís Adão da; ALMEIDA, T. Onésimo; PINTO, António Costa; CARDOSO, José Luís, CUNHA, Mafalda Soares da (eds.) – *e-JPH*. Porto: Univeristy of Porto; Providence: Brown University. Vol. 4, N.º 2 (Winter 2006) p. 1-17.

⁸⁵ “Vai realizar-se o IV Congresso de História Nacional. O meu país acompanha, com simpatia e com interesse, os trabalhos que hoje tão auspiciosamente começam. Todos nós sabemos quanto vale a lição da História na vida dos povos. “É preciso que a alma do Futuro entenda a do Passado”, – disse um dos maiores estadistas brasileiros do nosso tempo. É sobre a alma do Passado – alma heróica e deslumbrante – que vão abrir-se as pesadas portas que a separam da Vida. Glória aos homens que fizeram a história do Brasil! Glória aos historiadores, – que a eternizaram!”, A.A.V.V. – *Anais [do] IV Congresso de História Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1950-1952. p. 51.

⁸⁶ O “presentismo” do fascismo italiano nomeadamente de Giovanni Gentile (1875-1944) era conhecido em Portugal e possivelmente influenciou outros elementos do Estado Novo. No entanto, Júlio Dantas não parece ter sido sensível a esta abordagem historiográfica embora pontualmente se encontrem no período do Duplo Centenário paralelismos motivados pelos aspectos mais propagandísticos das Comemorações. Sobre esta questão consultar FOGU, Caludio – “Actualism and The Fascist Historic Imaginary”. *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. Middletown: Wesleyan University. Vol. 42, N.º 2 (May 2003) p. 96-221 e PETERS, Rik – “Actes de Présence: Presence in Fascist Political Culture”. *History and Theory Studies in the Philosophy of History*. Middletown: Wesleyan University. Vol. 45, N.º 3 (October 2006) p. 362-374.

A Grande Aliança de Ana Castro Osório
um projeto político-pedagógico fracassado

Angela de Castro Gomes

Angela de Castro Gomes, Investigadora Sênior e Professora titular do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Professora Titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: Angela.Gomes@fgv.br

Em 1940, quando Portugal se preparava para as comemorações do Duplo Centenário do Mundo Português,¹ Oliveira Salazar dirigiu um apelo ao governo do Brasil – então chefiado por Getúlio Vargas e em pleno Estado Novo –, para que o ajudasse a fazer as honras da casa, pois não poderia ser um convidado como os demais países. O Brasil atendeu ao pedido, edificando um pavilhão e mandando uma comitiva, no intuito de demonstrar o “culto” às tradições históricas que uniam, tão longa e fortemente, os dois países. No ano seguinte, é a vez dos portugueses viajarem ao outro lado do Atlântico, enviando uma embaixada extraordinária, chefiada pelo escritor Júlio Dantas, antigo presidente da Comissão dos centenários e então presidente da Academia de Ciências. Faziam parte dessa comitiva, destacados nomes da política do Estado Novo português, entre as quais o Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa, Marcelo Caetano. Nesse mesmo momento – agosto de 1941 – está no Rio de Janeiro, a convite de Vargas, Antônio Ferro, que dirigia o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), criado em 1933, com objetivos muito semelhantes aos do Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro, o DIP, sob a direção de Lourival Fontes, existente desde 1939, e que possuía antecessores.²

A visita teve inúmeros eventos, mas seu ponto alto foi a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, firmado entre o DIP e o SPN, em 4 de setembro de 1941, sugestivamente às vésperas da comemoração do Dia da Independência no Brasil. Por este acordo seriam criados uma revista, *Atlântico*, e um Boletim mensal (1944-46), ficando estabelecido que se faria entre os dois países: trocas de emissões de rádio, de documentários cinematográficos e de informações, além da publicação de livros e da realização estudos, com destaque sobre o folclore luso-brasileiro. Inúmeros intelectuais portugueses e brasileiros se envolveram nesse amplo e diversificado conjunto de iniciativas, que selava um antigo desejo de aproximação entre Brasil e Portugal, por meio de políticas no âmbito da cultura, um imenso e reconhecido capital simbólico a ser explorado com sólidas possibilidades de sucesso e duração. Nesse caso, o maior nome de intelectual referido é Gilberto Freyre, cujo pensamento estava sendo muito divulgado não só no Brasil, como também em Portugal, pois centrado no elogio à grandeza das raças e culturas mestiças, traduzidas na idéia de luso-tropicalismo.

Não é o caso de se retomar aqui a montagem e os desdobramentos desse acordo, nem de mencionar as importantes figuras do mundo político e intelectual que dele participaram, estimulados por projetos otimistas e nacionalistas, sintetizados no epíteto Estado Novo, presente nos dois países. O que nos interessa é apontar que foi nos anos 1940 que Portugal e Brasil realizaram um tipo de política pública na área da cultura, já idealizada e tentada anteriormente por diversos intelectuais e de diferentes maneiras, sem grande sucesso, justamente por não contar com o apoio do Estado.

¹ A grande Exposição do Duplo Centenário do Mundo Português destinou-se a comemorar a fundação do Estado Português em 1140 e a Restauração da Independência em 1640. Ela foi preparada antes da Segunda Guerra Mundial e, devido ao conflito, não conseguiu o êxito desejado. Mesmo assim, ficou aberta durante seis meses (de junho a novembro), recebendo cerca de três milhões de visitantes, muitos deles estrangeiros em trânsito.

² Sobre o assunto, entre outras referências, ver PAULO, Heloisa - *Estado Novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994. Cap. V.

Assim, se a cultura luso-brasileira, especialmente a língua comum, de há muito era vista pelos intelectuais como uma ponte e um recurso de poder para Portugal e Brasil, os governos desses países só se mobilizaram a esse respeito em meados do século XX.

Mas essa idéia vinha de longe, de bem de longe. Segundo Sérgio de Campos Matos,³ por exemplo, existira um projeto dos republicanos portugueses, que tinha ganho força após o Ultimatum inglês de 1890, elaborado como uma alternativa à dominação anglo-saxônica. Seu objetivo era organizar uma confederação de povos latinos, abrangendo os estados da América do Sul, muito em particular o Brasil. Portanto, na última década do século XIX, pode-se aventar que projetos desse tipo estivessem no “horizonte de possibilidades” de políticos e intelectuais, freqüentando a propaganda republicana e sendo divulgada em jornais como *A República*.

Uma referência interessante, na medida em que a personagem central deste artigo, a escritora, editora e militante feminista, Ana de Castro Osório, era também uma republicana, tendo participado do Congresso do Partido Republicano Português de 1909. Ou seja, embora não se possa comprovar, é bem possível supor que tenha tido contato com tais idéias que, provavelmente, faziam parte do clima político da época, povoando as relações sistemáticas entre intelectuais brasileiros e portugueses. Contudo, o caso de Ana de Castro Osório é particular, na medida em que ela se engajaria nessa causa, que vai nomear de “a minha propaganda” de aproximação entre Portugal e Brasil ou, simplesmente, “a grande aliança”. Colaboram para tanto sua própria trajetória como escritora/editora, além das demais causas a que se dedica ao longo de sua vida. E elas foram muitas e diferenciadas, embora tenham mantido como constantes os ideais nacionalistas e pedagógicos, elegendo como públicos alvo as crianças e as mulheres de língua portuguesa estivessem em Portugal, no Brasil e, com menor ênfase, na África.

Ana de Castro Osório (1872-1935) é uma intelectual razoavelmente reconhecida e estudada em Portugal, sobretudo no contexto das comemorações do Centenário da República, causa que ela ajudou a propagar e com a qual colaborou em projetos importantes, como o do divórcio. Seu percurso como republicana, que não é tão invulgar, inicia-se com um grande engajamento, desdobrando-se para uma crescente desilusão e até alguma simpatia com o regime que vai sucedê-la. Os trabalhos a ela dedicados, concentram-se mais no campo da literatura, no qual teve presença marcante, e, na história, privilegiam sua atuação como líder feminista. No caso desta pesquisa, o interesse maior é com sua face de autora e editora de manuais escolares e livros infantis que circularam em Portugal e também no Brasil.

Apesar desse fato, ela é praticamente uma desconhecida no Brasil, onde viveu entre 1911 e 1914, tendo alguns de seus livros participado da formação da infância de muitos brasileiros, em especial durante os anos 1910, quando é bem sucedida em

³ MATOS, Sérgio de Campos - “Representações da crise finisecular em Portugal”. In *HOMEM*, Amadeu C.; SILVA, Armando Malheiro; ISAÍÁ, Artur César (coords.) - *A República no Brasil e em Portugal: 1889-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

suas tentativas de divulgação de idéias. Sua proposta de aproximação entre os dois países, na época duas repúblicas, passava predominantemente pela competência literária e pedagógica que possuía, sendo claramente uma ação no campo político-cultural. Dessa forma, tais esforços nos ajudam a entender, sob um ângulo bem específico, as possibilidades e obstáculos que povoavam as relações luso-brasileiras durante os anos 1910/20, já que Ana será uma das figuras portuguesas presentes às festas do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

Ana de Castro Osório nasceu em família culta e de posses. Seu pai era jurista, mas foi principalmente um homem que apoiou as atividades intelectuais da filha, estimulando-a não apenas a cultivar seus dons literários, como igualmente lhe dando apoio financeiro, quando ela, além de escrever, decidiu editar e distribuir seus próprios livros. Nos estudos biográficos sobre a autora,⁴ não muito abundantes, registra-se sempre que, em 1897, ela montou uma editora: a “Livraria Editora Para Crianças”, em Setúbal, destinada a publicar a coleção de livros de literatura infantil que vinha produzindo, sob o título, “Para Crianças”. A coleção, uma iniciativa pioneira no campo da literatura infantil, reunia histórias maravilhosas e contos da tradição portuguesa. Um feito que merece observação, uma vez que aponta para o fato de ela estar envolvida diretamente, mesmo que com todas as limitações que se possa reconhecer aos procedimentos da época, em um trabalho de recolha de contos da tradição oral popular portuguesa, além de realizar uma “adaptação” de alguns deles e de traduzir outros, pertencentes ao folclore de diversos países, mas circulando em toda a Europa.⁵

O trabalho com o folclore, em fim do século XIX e início do XX, era reconhecido como um tipo de conhecimento fundado em procedimentos científicos, advindos da etnografia, que consistia em recolher, para salvaguardar, os costumes de um povo, fossem eles festas, lendas, práticas alimentares, musicais, de vestuários, contos, etc. Portanto, tratava-se de um antigo conjunto de saberes populares, que era transmitido basicamente pela oralidade e repetição, de geração a geração, permanecendo “vivo” no imaginário das populações “simples”, principalmente as rurais. Esse projeto, que se organiza em movimento e mobiliza intelectuais internacionalmente, tem como objetivo “salvar” o patrimônio cultural “popular”, entendido como algo singular, típico e tradicional de certos grupos sociais nacionais. Este imenso “tesouro” se encontrava ameaçado de “perda” pelo avanço da urbanização e da industrialização. Tendo eclodido em vários

⁴ Entre outros: ESTEVES, João - “Ana de Castro Osório”. In NÓVOA, António - *Dicionário de Educadores Portugueses*. Lisboa: Editora Asa, 2003. p. 1019-1026; ESTEVES, João - “A coleção Castro Osório: Ana de Castro Osório (1872-1935)”. *Leituras, Revista da Biblioteca Nacional*. N.º 1 (outono, 1997) e MEDEIROS, Fátima Ribeiro de - *Do fruto à raiz: uma introdução às histórias maravilhosas da tradição popular portuguesa recolhidas e recontadas por Ana de Castro Osório*. Setúbal: Gailivro, 2003. Ver também “Ana de Castro Osório: faleceu ontem...”. *O Século* (24 de março de 1935) p. 2.

⁵ O livro, já citado, de Fátima R. Medeiros, estuda justamente o trabalho da autora com esses contos “tradicionais”, destacando como muitos deles têm raízes em outros modelos literários, como é o caso das chamadas histórias maravilhosas. Dessa forma, quando escreve, Ana de Castro Osório se “apropria” de contos da tradição oral portuguesa, de contos de outras tradições nacionais e de narrativa de origens literárias de outra natureza, recontando-os e renovando-os e, em o fazendo, construindo uma literatura infanto-juvenil portuguesa, que marcaria gerações de leitores. Eu estarei me utilizando muito deste valioso livro e agradeço a autora ter-me facilitado o acesso a ele, com grande gentileza.

países europeus no século XIX, o movimento folclorista vinculava-se ao pensamento conservador, exprimindo uma reação aos excessos desnacionalizadores do universalismo iluminista ou cientificista. O importante, no caso, é deixar claro que o trabalho literário e editorial de Ana de Castro Osório se insere nesse contexto mais amplo, que faz a conexão entre a figura do intelectual folclorista – como alguém voltado para um passado imemorial e popular de uma nação – e a figura de intelectual educador: aquele que encarna uma missão civilizadora, por meio da instrução, acreditando na possibilidade de realizá-la, nomeadamente, através da alfabetização e do ensino primário, secundados pela melhoria dos manuais escolares e dos livros em geral.

“Para Crianças”, coleção e editora, queria ser tudo isso e ainda mais, uma vez que esse projeto se articulava ao de criação de uma “verdadeira” literatura infantil portuguesa. Por isso, ou seja, pela explícita dimensão política de seu empreendimento, Ana edita seus livros às suas custas e aos milhares, e os distribui gratuitamente nas escolas e instituições, em uma explícita ação de propaganda e divulgação de idéias. Eles eram fascículos pequenos, escritos em linguagem clara e simples e com apresentação gráfica bem cuidada, onde se destacava o trabalho de ilustradores competentes, entre os quais o maior de todos é Leal Câmara.

Não é, portanto, de espantar que ela combinasse essa escrita com a de numerosos artigos de jornais, então lugares fundamentais de sociabilidade política e intelectual. Um desses jornais merece atenção especial (o que não se fará aqui), pois se articulava diretamente às suas atividades editoriais, chamando-se *Jornal dos Pequeninos* e circulando em 1907 e 1908. Não é igualmente surpreendente seu engajamento nas lutas pela República e o interesse que despertou entre os republicanos, uma vez que o tema da educação e das tradições populares tinha preeminência na pauta política de então, tendo expoentes como Teófilo Braga e João de Barros, por exemplo. Ana se casa em 1898 com um desses republicanos, Paulino Gomes de Oliveira, jornalista e escritor, que se envolveria no levante revolucionário de janeiro de 1908, tendo que sair de Portugal e se exilar no Brasil, que então conhece e para onde voltaria depois de proclamada a República, em 1911, como Cônsul na cidade de São Paulo.

O trabalho que Ana de Castro Osório realiza como autora e editora de uma literatura infantil portuguesa, que conscientemente desejava criar e divulgar, desde a última década do XIX, é imenso, e vem sendo cada vez mais reconhecido pela produção dos campos da literatura e da história cultural, em Portugal. Nossa proposta é restrita, e consiste em pensá-lo em algumas frentes fundamentais, articulando-o a um projeto republicano ampliado, que se queria democrático e nacionalista. Tal projeto, a nosso ver, assumiu, em um determinado momento específico, a meta de articular os dois lados do Atlântico, entendendo-a como uma estratégia fundamental para seu sucesso. Isso porque, como estamos encaminhando, seu fundamento devia ser a língua e as tradições comuns, propagadas por meio dos modernos métodos pedagógicos da época. Nesse sentido, importa assinalar que o investimento de Ana foi tanto intelectual e político, como financeiro, abarcando, ao mesmo tempo, um projeto pessoal e familiar que buscava ganhos materiais e simbólicos, por meio de uma ação de defesa de princípios de coloração nacionalista e educativa, voltada para as crianças e as mães/mulheres. Quer dizer, a abordagem assumida, nesta reflexão, não contrapõe a realização de interesses

individuais, inclusive materiais, a ideais e valores políticos coletivos; ao contrário, ela deseja articulá-los por meio de um exemplo bem paradigmático.

A coleção “Para Crianças” concentrou grande parte dos esforços dessa intelectual, particularmente nas décadas de 1890 e 1900, bastando lembrar que foram lançados nada menos, nada mais que 18 volumes, pela “Livraria Editora Para Crianças”, sediada em Setúbal, onde Ana morava. Nesse caso, merece destaque, o lançamento, em 1903, do volume, *Contos tradicionais portugueses*, coletânea organizada inteiramente a partir de histórias da tradição oral de Portugal e voltada ao público infantil.⁶ Mas as atividades literárias de Ana não se esgotaram nessa grande iniciativa, nem tampouco sua ação como editora, o que nos interessa de perto. Isso porque, depois de retornar viúva para Portugal, pois seu marido morre em 1914, ela vem para Lisboa, onde funda a Lusitânia Editora Limitada, também situada no local de sua moradia: na Rua do Arco do Limoeiro, n. 17, 1º. Essa casa editorial vai atuar principalmente durante os anos 1920, iniciando sua contribuição com o livro de poesias, *Clepsidra*, de seu amigo Camilo Pessanha.

Porém, é preciso observar que, ainda antes de partir para o Brasil e já casada, ela aprofundara sua militância republicana e feminista, aliando-a à escrita de folhetos para adultos, dirigidos preferencialmente às mulheres e mães, de que são exemplos, *As mães devem amamentar seus filhos* (1903) e *Às mulheres portuguesas* (1905). Nessa primeira década do século XX, no que se refere à literatura infantil, ela também escreve livros que não integram sua coleção, do qual o melhor exemplo é *A minha Pátria*, escrito em 1904, e aprovado como prêmio escolar em concurso do Ministério do Reino, o que se constitui em um autêntico acontecimento biográfico, quando examinamos sua trajetória pessoal e profissional. Aliás, ter livros aprovados como prêmios escolares e/ ou adotados para uso nas escolas, era o desejo de muitos literatos que se dedicavam a essa especialidade de escrita em Portugal, no Brasil e em outros países, já que os Estados nacionais, fossem monarquias ou repúblicas, sabiam bem da importância desses textos na formação dos cidadãos e, portanto, de sua estrita fiscalização. *A minha Pátria* seria publicado em 1906, tornando-se muito comentado e elogiado, principalmente por seu primeiro capítulo, “O jardim de Jorge”, considerado uma belíssima lição de patriotismo. A educação moral e cívica dos estudantes, mobilizando os sentimentos de amor à terra e ao povo, dependendo das habilidades políticas e qualidades estilísticas do escritor, podia e, no caso, agradou quer a monarquistas, quer a republicanos, pois o livro terá longa carreira.

Nessa primeira década do século XX, Ana de Castro Osório desenvolveu muitos esforços para se afirmar e viver das letras, ocupando-se em propagar sua produção e em conseguir bons contratos. É o que se vê em uma carta que escreve ao marido, em março de 1904, quando, em companhia do pai, fazia contatos e negócios em Lisboa. Mesmo que Paulino pudesse se zangar, como ela desconfiava, escreve: “não posso ver-te metido num negócio [de mobília], demais a mais não é coisa que enriqueça”,

⁶ Na coleção “Para Crianças” os volumes 3, 4, 8, 12, 13 e 14 são *Contos tradicionais portugueses*; os volumes 2, 6 e 7 são *Contos maravilhosos* e os demais volumes têm títulos específicos como *Os animais* (vol. 10) e *As boas crianças* (vol. 9).

desviando-te “de um trabalho mais intelectual”. Diz-se animada, registrando que, provavelmente devido ao livro *A minha Pátria*, “agora todos me conhecem nas livrarias e fazem uma festa enorme”, o que lhe dá satisfação e esperanças.⁷ Esperanças fundadas, pois em outro concurso de prêmios escolares, realizado em 1908, seu livro, *A boa mãe*, seria também aprovado, reforçando a presença de seu nome nesse circuito seletivo de autores que publicavam e viam seus livros serem vendidos e lidos por um grande público infantil, com apoio governamental.

Paralelamente, ela se inseria em outra rede de sociabilidade poderosa e politicamente ativa: a Maçonaria. Em 1907 é iniciada na seção feminina da Loja Humanidade, vindo posteriormente a se tornar sua presidente. A ligação com a Maçonaria permaneceria durante o tempo em que passou no Brasil, já que quando retornou, fundou, em 1915, uma loja feminina, a Carolina Ângelo, da qual é Venerável com o nome Leonor da Fonseca Pimentel. É evidente a triangulação e harmonização que Ana procurava estabelecer entre suas várias áreas de inserção político-cultural (como republicana, maçon e escritora), todas referidas a uma atuação pedagógica que tinha a mulher e a criança como preocupação e alvos prioritários, sem deixar de integrar um discurso mais abrangente, dirigido ao “povo português”, que ela considerava carente de educação e de atenção dos regimes, em geral, dirigidos por elites insensíveis às suas reais necessidades.

É, por conseguinte, como uma escritora premiada em concursos, com vários livros publicados e com uma editora razoavelmente lucrativa, mas muito produtiva, além de uma militante republicana, feminista e maçon, que Ana, em 1908, assiste à fuga de seu marido para o Brasil, ficando em Portugal com os dois filhos do casal. Esse fato não interrompeu suas atividades literárias, escrevendo então *A educação cívica da mulher*, primeira publicação do Grupo Português de Estudos Feministas, e *Uma lição de História*. Este último livro é estratégico para a reflexão que fazemos, pois ele seria impresso pela Livraria Editora Para Crianças, em 1909, com uma chamada especial na folha de rosto, logo abaixo do título: “Aprovado para leitura e prêmios escolares pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais”. Na página imediatamente a seguir, transcreve-se o parecer desse Conselho, de forma a dar mais legitimidade ao volume. O parecer diz:

O Conselho Superior de Instrução Pública, reunido em sessão, atendendo a que o livro intitulado *Uma lição de História*, de Ana de Castro Osório, oferece à infância leitura suave, instrutiva e útil – resolve aprová-lo.

Sala das Sessões do Conselho Superior de Instrução Pública do Estado de Minas Gerais, 10 de outubro de 1908. Ana Guilhermina Cândida de Carvalho, Aurélio Pires R. Joviano e Magalhães Pinto.

Ana de Castro Osório nunca tinha ido ao Brasil, e pesquisando sua correspondência, que é vastíssima e seria objeto para um trabalho de fôlego, não encontramos cartas sobre o assunto, nesse momento específico. Entretanto, é possível especular que elas

⁷ Espólio da família Castro Osório, Biblioteca Nacional de Portugal, daqui para a frente apenas ESP N12. Neste caso, Carta rascunho de Ana de Castro Osório ao marido, ESP N12-1, BN de Portugal.

possam ter existido. O que fica patente é que a fuga de seu marido para o Brasil, pode ter relação com a aprovação desse livro, caso contrário, os originais de *Uma lição de História* dificilmente chegariam às mãos da Comissão em Minas Gerais, que os aprova, mas não os publica. A primeira edição, na verdade, foi impressa em Portugal, na editora de Ana,⁸ e não sabemos se o livro, de fato, chegou a circular nas escolas de Minas, sobretudo se considerarmos o evento que imediatamente se segue em Portugal, isto é, a proclamação da República em 5 de outubro de 1910. De qualquer forma, o que se deseja destacar aqui é o fato de, no alvorecer da República portuguesa, Ana de Castro Osório ser uma escritora que conseguira ter livros aprovados em Portugal, ainda sob a Monarquia, e no Brasil republicano, em um dos estados de maior peso populacional e político da federação.⁹ Ela atravessara o Atlântico em grande estilo, pois, do mesmo modo que em Portugal, no Brasil, ter livros aprovados pelas secretarias ou diretorias responsáveis pela Instrução Pública, não era coisa nada fácil, exigindo competência intelectual, mas igualmente relacionamento político.

A minha Pátria e *Uma lição de História* são livros que podem ser classificados como manuais cívico-patrióticos, um tipo de literatura muito valorizada e utilizada nas escolas de vários países. O patriotismo era, no vocabulário pedagógico e político da época, a palavra/sentimento que fazia com que a História se aproximasse da educação cívica, mas com sua especificidade, que era a de trabalhar “através do tempo”. A educação cívica não se confundia com a disciplina da História, ultrapassando-a, já que estava presente no ensino de todas as disciplinas. A Pátria não era nem o Estado, nem propriamente a nação e suas leis em sua dimensão político-administrativa. A Pátria era conceituada como uma comunidade afetiva, como uma entidade suprema e sagrada, objeto do respeito e amor dos cidadãos, sobretudo dos cidadãos republicanos. A História com objetivos patrióticos era uma estratégia valiosa para a criação desse novo culto, dessa religião civil de inspiração liberal-iluminista, mas que igualmente era compartilhada pelos que abraçavam ideais cientificistas, com destaque, positivistas.

A minha Pátria é exemplar de uma literatura histórica cívico-patriótica, destinada aos leitores portugueses, embora, evidentemente, pudesse ser lido por crianças de outros países, como o foi, na medida em que também teria sido aprovado para uso nas escolas de Minas Gerais e São Paulo, segundo Teresa Simões, em prefácio a uma recente edição do livro.¹⁰ Ele se tornaria um clássico desse gênero em Portugal, ganhando muitas reedições ao longo do tempo, desde a Monarquia e ao longo da República. Pode, assim, ser considerado um livro emblemático do pensamento de Ana, em várias facetas, na medida em que nele se destaca a presença feminina (a mãe), uma narrativa da história de Portugal que foge ao modelo “tradicional” e tão criticado pela mera

⁸ Encontramos, em um sebo, uma primeira edição do volume, com a qual trabalhamos aqui.

⁹ Ainda gostaríamos de verificar, na documentação do Conselho de Instrução em Minas Gerais, se há algum processo relativo à aprovação desse e de outros livros em 1908. Do mesmo modo, uma pesquisa mais cuidadosa nas cartas da autora poderia revelar alguma informação suplementar. Contudo, no momento, isso não nos foi permitido.

¹⁰ OSÓRIO, Ana de Castro - *A minha Pátria*. Prefácio de Teresa Simões Sintra. Colares Editora, [s.d.].

enumeração de nomes e datas, e ainda toda uma valorização das tradições populares (como as rendas de bilros e outras), além da exaltação da natureza.

Se em *A minha Pátria* a autora cria uma estratégia discursiva, segundo difundido modelo da Condessa de Ségur,¹¹ em que é a figura materna que conduz a narrativa aos filhos e aos leitores, no caso de *Uma lição de História* essa figura é uma experiente preceptora, desafiada a dar aulas a uma menina rica, prepotente e inocente, que acredita não precisar aprender nada, por já saber tudo que importa. O livro é uma grande metáfora, composto como uma história maravilhosa, passada em um reino imaginário que, mal governado, apesar de suas muitas riquezas acaba empobrecido pela preguiça e ignorância de seus habitantes. O conteúdo moral é evidente, e a história explora o gosto infantil pelo maravilhoso, sendo um elogio à inteligência e ao trabalho, que devem “presidir o governo dos povos”, instruídos pela História. Interessantemente, ao lado da mestra habilidosa, uma outra personagem feminina ganha a narrativa: é a História. Velha, persistente e sábia, é apresentada como alguém que era odiada pela população do reino “por dizer sempre a verdade”, tendo que viver escondida, com “seus documentos”. Estes eram um verdadeiro tesouro que devia ser guardado, preservado e, principalmente, “ensinado”. Ou seja, e encurtando o conto, a criança que é a personagem que ouve a história da professora (dentro e fora do livro), depara-se com uma menina imaginária, personagem que se chama Inteligência. É ela a heroína do conto, que aprende com a mestra História o valor do trabalho e da sabedoria, enquanto a menina rica aprende com a professora essa história sobre a História, que ensina o valor político pragmático do conhecimento sobre o passado.

A digressão pelo livro de 1909 tem o objetivo de esclarecer, ainda que muito brevemente, as concepções de Ana de Castro Osório sobre a História e seu vínculo e lugar estratégico no empreendimento de uma educação cívico-patriótica de cunho republicano; quer dizer, fundada no mérito advindo do trabalho e do estudo, que devia ser oferecido a todos. Nada nesse livro remete a um espaço geográfico concreto, e a narrativa é composta conforme as histórias de fadas, com lições claras, que a própria menina-aluna vai apreender, para que os leitores não fiquem com quaisquer dúvidas. Uma estratégia literária agradável e adequada a uma ampla divulgação, o que, sem dúvida, deve facilitar sua adoção nas Minas Gerais de 1908, saídas do trauma do falecimento de seu governador, João Pinheiro, em 1906. Ele foi um político que, em vida e principalmente depois de morto, teve grande reconhecimento no estado e além dele, como um inovador, dedicado a implantar projetos renovadores em campos considerados fundamentais no Brasil de início do século XX, como a economia agrícola e pastoril, que para ele devia se modernizar e diversificar; e a educação, que precisava ganhar escolas de formação de professoras e de ensino agrícola e profissional, além de crescer em número e ter bons livros.

A virada do século XIX para o XX, com a proclamação da República no Brasil, é de alterações no campo educacional também no estado de São Paulo, onde se construía,

¹¹ A forte influência da Condessa de Ségur é assinalada por Teresa Simões e por Fátima R. de Medeiros, op. cit., ocorrendo também na literatura infanto-juvenil brasileira, o que evidencia sua circulação e formas de apropriação da escrita dessa autora francesa.

como símbolo das intenções civilizadoras dos novos tempos, um monumental edifício para abrigar uma Escola Normal e suas classes anexas, na Praça da República da capital. São Paulo, sendo o estado mais rico da federação, devido aos lucros advindos dos impostos com a exportação do café, era também uma liderança no campo da educação, sendo observado como exemplo por vários outros estados, também interessados em renovar o ensino e criar escolas públicas primárias, chamadas Grupos Escolares, segundo modelos pedagógicos modernos: escolas laicas, com ensino seriado, co-educação, professoras formadas, além de bons livros e métodos adequados à psicologia infantil.

São Paulo e Minas Gerais eram os dois mais importantes estados do Brasil em início dos anos 1910, quando o país alcançou um momento de relativa estabilidade econômica e política, o que a Exposição em Comemoração a Abertura dos Portos, realizada no bairro da Urca, no Rio de Janeiro, em 1908, procurou demonstrar aos brasileiros, ao mundo e a Portugal, em especial. Contudo, a vinda do rei D. Carlos, toda articulada, não pôde se efetuar devido a seu assassinato por carbonários republicanos, em fevereiro de 1908. O regicídio, segundo a imprensa portuguesa da época, provocou espanto, mas não comoção. Sinal dos tempos de desagregação do regime monárquico e ponto de inflexão na trajetória da propaganda republicana em Portugal. Pouco mais de dois anos depois, em 5 de outubro de 1910, e com a incrível presença do presidente do Brasil, Hermes da Fonseca, em visita oficial ao regime monárquico, a República seria proclamada. Houve luta nas ruas, e o Brasil teve que empreender um cuidadoso trabalho diplomático, para que o reconhecimento do novo regime não trouxesse problemas a Hermes da Fonseca. Mas os republicanos portugueses saudaram a feliz coincidência do nascimento da República portuguesa ter sido assistido pelo representante da República irmã e mais velha. Muitos e diversos foram os republicanos a festejar, e Ana de Castro Osório foi das poucas mulheres participantes e referenciadas no episódio, como atestam e relembram as Comemorações do Centenário da República de 2011.

Nesse novo contexto, em 1911, Paulino de Oliveira foi nomeado Cônsul de Portugal em São Paulo e Ana chega com a família ao Brasil. Antes de partir, deixa a marca de sua contribuição em textos e ações sobre dois pontos fundamentais da luta republicana feminista: a lei do divórcio e as demandas pelo direito de voto restrito à mulher, que não passaria.

A partir de sua chegada a São Paulo, procuraremos seguir seus movimentos na tessitura de uma rede de sociabilidade, tendo como hipótese que teria sido a partir deste momento que ela amadurece e investe realmente em seu projeto, chamado anos depois, de “a grande aliança”. Suas bases cívico-patrióticas – a lusofonia e a educação feminina e infantil –, estarão sendo experimentadas e consolidadas desde então. Durante os anos em que morou na cidade de São Paulo, o que ocorreu até o falecimento de seu marido, em 1914, ela viajou para outros estados, usou a correspondência como suporte e vínculo para relações intelectuais e financeiras, mantendo sua “Livraria Editora Para Crianças”, em Portugal. É o que se depreende pelas datas de algumas publicações, como *Teatro Infantil*, que escreve em parceria com o marido, e é de 1913, e *Para as Crianças - Contos maravilhosos*, de 1914, em segunda edição.

Como se apontou, Ana já possuía contatos no Brasil mesmo antes de sua chegada. É exatamente o que se procurará acompanhar tendo como fonte sua correspondência ativa e passiva, depositada na Biblioteca Nacional de Portugal. Um primeiro indício é a carta do “patrício” Avelino Fernandes, de 26 de maio de 1912, em resposta à missiva anterior de Ana, consultando-o sobre sua possível ida ao Congresso de Educação, que se realizaria em Belo Horizonte, no mesmo ano.¹² A resposta é animadora, considerando Avelino que ela devia comparecer, em companhia do marido, apresentando seus trabalhos por meio de conferências, “cujos assuntos interessem o governo e os professores públicos do Estado”. Inclusive, já teriam aderido ao Congresso não só pessoas de Minas, como “estranhas ao Estado, com as quais V. Exa. travará relações (...) para futuros negócios.” As orientações continuam, não só porque o remetente informa que já lhe havia mandado o último regulamento referente ao ensino mineiro, como porque lhe traça o perfil do Secretário do Interior: “um apaixonado pelas coisas econômicas escolares” e pelo “assunto de agricultura, criações pastoris etc”, que ela, prevenida, poderia explorar em suas falas. Por conseguinte, a carta é claríssima quanto à oportunidade que o Congresso oferecia, quer no se refere à divulgação de ideias, quer no que envolvesse a realização de contatos políticos visando “negócios”, como os que envolvessem a produção de livros escolares para a rede de ensino mineira e mesmo de outros estados, na medida em tais congressos eram momentos de encontro de especial valor de autoridades do campo da educação. Por fim, o “patrício” informa que já providenciara para que o convite fosse todo especial, saindo da Diretoria de Instrução e conclui a carta: “Não há dúvida que a honra é recíproca – sendo como são estrangeiros no país –, há, na realidade, grande destaque no convite à V. Exa. É minha opinião.” Se Ana foi ao Congresso e, no caso, qual foi o teor de sua ou suas conferências, ainda não sabemos, ficando a promessa de pesquisa sobre o assunto.

Mas ainda nos mantendo no circuito mineiro e nos esforços de Ana para ver seus livros adotados nas escolas, é esclarecedora a carta de Abílio Machado, de 31 de outubro de 1913, dando conta dos formosos livros que recebeu e dos elogiosos comentários que publicou sobre eles no jornal *Minas Gerais*. A prática de se enviar “presentes de papel” era comum entre os intelectuais e Ana a praticava de há muito. Os livros então enviados foram: *Teatro infantil*, gênero que, para o remetente, era raro e, por isso, muito útil; e *Lendo e aprendendo*, considerado por ele “inteiramente de acordo com o programa de Joviano, para a ministração eficaz e proveitosa de lições de coisas.”¹³ Com a carta, Abílio envia também uma revista com alguns versos, que deseja que Ana leia, verificando o “quanto vão adentrando, aqui em Minas, as artes gráficas.” Por fim, ele lamenta a doença de Paulino e se despede com amizade e admiração.

Assim, ficamos sabendo que o marido de Ana já se encontrava doente nessa ocasião, e que ela permanecia tecendo sua rede de contatos, cujo resultado mais alentado era, sem dúvida, a publicação de *Lendo e aprendendo*. Isso porque, sua primeira edição é justamente de 1913, tendo sido feita em São Paulo, pela “Empresa de Propaganda

¹² Espólio da família Castro Osório, ESP N12-61, Biblioteca Nacional de Portugal.

¹³ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 133, Biblioteca Nacional de Portugal. O Joviano citado é Aurélio R. Pires Joviano, um dos nomes que assina a aprovação de *Uma lição de História*, em 1908.

Literária Luso-Brasileira”. A razão para esse fato, certamente está anunciada na folha de rosto do próprio livro, como de praxe e logo abaixo do título: “Livro ilustrado para leitura. Aprovado para Escolas Primárias do Estado de S. Paulo”.¹⁴

Mais uma vez, não conseguimos rastrear os procedimentos que conduziram à aprovação desse livro, bem como de um outro grande sucesso do mesmo tipo. Na segunda folha de rosto da quarta edição de *Os nossos amigos*, de 1922, aprovado como livro de leitura para a 3ª classe da Escola Primária em Portugal, fica-se sabendo que ele se constituía em parte da obra *A boa mãe* – escolhida em concurso de 1908 quando de sua 1ª edição. Contudo, somos igualmente informados que sua segunda e terceira edições tinham sido aprovadas e adotadas nas escolas de São Paulo e Minas Gerais “para leituras correntes e lições de coisas”, mas sem referências a datas.¹⁵ A quarta edição, de 1922, tinha o selo da “Lusitânia Editora Limitada”, criada por Ana após o seu retorno do Brasil, quando vai morar com os pais e os filhos em Lisboa. Mesmo não se podendo datar com segurança os anos das duas edições de *Os nossos amigos*, nem saber se elas foram feitas no Brasil ou em Portugal, pois para isso seria necessário localizar os livros, o que ainda não foi feito, é possível aventar a hipótese de que as publicações tenham ocorrido enquanto Ana morava no Brasil, logo, entre 1912 e 1914.

Dessa forma, é evidente e impressionante, a rapidez e eficiência com que essa mulher se insere nos circuitos políticos e culturais brasileiros, mesmo se considerarmos que era esposa de um cônsul e alguém que tinha outras redes de apoio, como é o caso da Maçonaria, cujo valor é difícil de ser avaliado no Brasil, daquele momento. Isso porque, ela tem, entre 1908 e 1914, três livros aprovados por Conselhos de Instrução de dois estados: Minas Gerais (*Uma lição de História* e *Os nossos amigos*) e São Paulo (*Lendo e aprendendo* e *Os nossos amigos*). Nesse curto período de tempo, o ano de 1913, anterior à morte de Paulino e ao início da Primeira Guerra, parece ter sido o de maior movimentação da autora, que, em setembro, está recebendo carta do Rio de Janeiro, do amigo Thirstão Magalhães, aguardando o envio do livro *Lendo e aprendendo* para registrá-lo na Biblioteca Nacional e, de posse de uma procuração oficial de Ana, encaminhar junto à Diretoria de Instrução Municipal, sua adoção nas escolas públicas, tal qual ocorrera em São Paulo.¹⁶

É interessante então especular quais seriam os fatores que, naquele exato contexto, contribuía para os sucessos de Ana e quais eram os que a prejudicavam em seus intentos. Tais intentos podem ser brevemente sintetizados no desejo de se tornar uma autora conhecida e de grande circulação no Brasil, na medida em que não só pleiteava a aprovação oficial de seus livros de leitura para uso nas escolas públicas, como o fazia

¹⁴ Estou trabalhando com uma edição da Biblioteca Nacional de Portugal. O escritório da editora ficava situado na Rua S. Bento, 21 - 2º, não se tendo mais dados desse empreendimento, nem se sabendo se ele se ligava à colônia portuguesa em S. Paulo.

¹⁵ Estamos trabalhando com a quarta edição de *Nossos amigos*. Lisboa: Lusitânia Editora Lda., 1922, pertencente à Biblioteca Nacional de Portugal.

¹⁶ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 135, Biblioteca Nacional de Portugal. Nesse momento, o responsável pela Diretoria de Instrução da capital federal era Ramiz Galvão, historiador e professor do Colégio Pedro II, que havia sido preceptor dos filhos da Princesa Isabel, antes do banimento ocorrido após a proclamação da República em novembro de 1889.

nos três maiores mercados culturais então existentes: o Distrito Federal e os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Como fator facilitador, queremos apontar a carência de livros escolares em geral, e, em particular, de livros que se orientassem por uma moderna pedagogia, além de possuírem qualidades literárias e gráficas. No caso dos livros de Ana, que eram bem ilustrados e cuidados, o destaque era para o fato de se adequarem ao ensino pelo método intuitivo, chamado mais correntemente de “lições de coisas”. Essas “lições de coisas” eram procedimentos que buscavam concretizar o ensino, tornando-o prático e próximo à realidade experimentada pela infância e à sua psicologia, muito diversa da dos adultos. Segundo esse método, o ensino devia estimular a curiosidade dos alunos, partindo de experiências das crianças, fossem elas vinculadas a locais que conheciam ou ao tempo em que viviam. Por isso, o método se organizava segundo “círculos concêntricos”, expandindo-se do mais próximo/local para o mais distante/nacional, o que em termos de trabalho com o tempo (e a História), admitia o método regressivo: partir de alguma coisa/fato do presente para recuar para passados mais distantes. Dessa forma, não só na História e Geografia, mas em todas as disciplinas, o ensino deveria ser “ativo”, o que significava estimular a observação dos alunos, sua curiosidade e imaginação, fazendo visitas e excursões; organizando museus e exposições, levando para a sala de aula materiais variados etc.

Não poderia ser objetivo deste texto, examinar a forma e o conteúdo dos livros referidos, porém vale ressaltar a presença da natureza, através de jardins, árvores e animais, dialogando com harmonia e em ambiente familiar – geralmente com a figura materna em destaque –, com as conquistas técnicas da civilização; tudo isso sempre envolto em forte conteúdo moral e cívico-patriótico. Os livros não faziam menções à religião, sendo narrativas que combinavam o elogio à natureza e a crença no poder da ciência. Eram textos modernos, que adotavam os valores de uma República laica como a brasileira e a portuguesa, nas quais diretrizes liberais e cientificistas se combinavam, apostando-se, ao menos na retórica política, na educação como condição de progresso dos povos.

Entretanto, se a autora tinha a favor de si seu talento literário e suas conexões políticas, também encontrou dificuldades no Brasil, tanto dentro da própria colônia portuguesa, como entre alguns intelectuais da educação. É Thristão Magalhães, um dos correspondentes de Ana, que, em carta já citada de 1913, nos dá algumas pistas sobre o clima vigente, após o 5 de outubro de 1910. Segundo ele,

aportam no Rio de Janeiro, umas aves de arribação com o fito de falar mal incondicionalmente na República Portuguesa, dando curso a mentiras de todo jeito. Esses especuladores, recebidos pela imprensa serviçal (...) com rufos e toques, ajuntaram-se aos obtusos que cá vivem adorando a ‘carcomida monarquia’, que o rei considerava sem monarquistas. Por essas e outras, os Zes Veríssimos se atrevem a publicar sandices sobre assuntos de que não entendem...¹⁷

¹⁷ Idem.

Não poderia ficar mais claro o ambiente tenso, que devia ser majoritário entre a colônia portuguesa, onde as crenças monarquistas eram alimentadas pela chegada de exilados, que evidentemente criticavam duramente o novo regime. Por isso, o remetente previne Ana que faria esforços para conseguir a aprovação de seu livro, a despeito da “lusofobia” reinante, que era expressa pelos “Zés Veríssimos de minha terra.” Neste caso, ele se referia ao intelectual José Veríssimo, crítico literário de grande prestígio, que andava atacando a política portuguesa nas páginas de *O Imparcial*, de um lado, para agradar a seu patrão, e de outro, pelo que Magalhães considera “a natural aversão que o mestiço, no Brasil, mantém contra o português de quem não pôde receber a clara pigmentação...”.

Veríssimo era um republicano histórico e um dos nomes mais consagrados da imprensa e da intelectualidade do período. Ele escrevera um importante livro, *A educação nacional*, que teve duas edições: a primeira, de 1890, e a segunda, mais conhecida, de 1906.¹⁸ Nesse volume, pioneiro e influente, fizera um autêntico diagnóstico da instrução pública no Brasil, considerando-a praticamente vazia de elementos nacionais, porque dominada ou pelo “classicismo português” ou por textos cujos conteúdos nada diziam de “nossa terra”. Portanto, para ele, uma nova literatura infantil deveria ser produzida no país, não apenas em linguagem acessível às crianças, como principalmente em linguagem “brasileira”, abandonando-se as traduções dos clássicos europeus, inclusive os portugueses. Esses novos livros “nacionalizados”, como escrevia, deveriam conter páginas de prosadores e poetas brasileiros, contemplando os grandes viajantes e os que escreveram a “nossa história”, para que se pudesse efetivamente conhecer o solo, o clima, as produções, as leis, as instituições e as lutas dos brasileiros. A situação lhe parecia tão grave no início do século XX que, para ele, a República devia negar aprovação aos compêndios já existentes, como maneira de estimular e mesmo forçar a feitura de novos, que fossem melhores e mais adequados. No estudo da geografia e da história pátrias, a que dedicava um cuidado muito especial, o que havia era “ininteligente” e carente de cultura cívica.

Dessa forma, verificamos que havia razões mais profundas na “lusofobia” de Veríssimo, que postulava que uma literatura escolar nacional precisava, não só ser feita por autores nacionais, como falar de coisas nacionais, devendo o país se libertar da dependência cultural que mantinha, com destaque a de Portugal. Nesse projeto ele seria acompanhado por outros intelectuais, no decorrer das décadas seguintes. Dois exemplos são preciosos para caracterizar o aprofundamento desse projeto nacionalista brasileiro que passava pela língua e pela literatura, e que claramente ia de encontro à “grande aliança” proposta por Ana de Castro Osório, desde início do século. Um deles é Viriato Corrêa, jornalista, escritor, autor de literatura infantil (inclusive de manuais escolares) e teatrólogo que, durante os anos 1910 e 1920, escreveu inúmeras peças,

¹⁸ VERÍSSIMO, José - *A educação nacional*. 2.^a ed. Rio de Janeiro; São Paulo; Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1906. 206p. É com um dos três exemplares dessa edição existentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que estarei trabalhando. O livro ganharia, recentemente, uma terceira edição da Mercado Aberto Editora, Porto Alegre, 1985, Série Perspectivas, 14. Sobre esse livro, ver o capítulo III do livro GOMES, Angela de Castro - *A República, a história e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

tendo estreado em 1915, com *Sertaneja*. Ele era identificado como um inovador da linguagem teatral, tendo integrado um grupo de novos comediógrafos que se propunha a criar uma dramaturgia voltada a assuntos brasileiros. Em 1921, por exemplo, promoveu o chamado movimento Trianon, ao lado de Oduvaldo Viana, Abigail Maia e Nicola Viggiani, criando a Companhia de Comédias Brasileiras, reconhecida pela montagem de um teatro “verdadeiramente nacional”.

O outro é João Ribeiro, filólogo, historiador e também autor de manuais escolares que, no mesmo ano de 1921, lançou um livro, intitulado *A língua nacional*, publicado pela “Editora Revista do Brasil”, do grande inovador do mercado do livro e da literatura infantil no Brasil, Monteiro Lobato.¹⁹ João Ribeiro, nesse livro, defendia que a língua era um trunfo fantástico a unir o povo brasileiro; uma riqueza cultural enorme e estratégica, que devia ser protegida. Entendia, por tal razão, que tal língua não devia “pagar tributos” a Portugal, considerando incrível que “nossa independência ainda conserve essa algeima”, sustentada por certos puristas. A língua falada e escrita no Brasil era a portuguesa (ele não fala de uma língua brasileira), mas não era mais a mesma dos portugueses, sendo fundamental reconhecer esse autêntico acontecimento cultural. A língua portuguesa, no Brasil, tinha fatos e expressões característicos, tinha toda uma semântica, que marcavam sua diferenciação e diziam da terra, das gentes, das idéias e dos sentimentos nacionais. Os brasileiros, portanto, precisavam “ter consciência que já possuíam os fundamentos de uma evolução própria, nova e independente” na língua, maior expressão de cultura nacional. E deviam lutar por ela.

Como se vê, o fim dos anos 1910 e início dos 1920 assinalam mudanças no panorama político-cultural do Brasil, demarcando tempos de nacionalismos e inovações artísticas e editoriais, dessa feita, muito menos numa chave de lusofobia, como no início do século, e muito mais na de experimentações e criações “verdadeiramente nacionais”, na literatura, pintura, escultura, no mercado de livros etc. Ana de Castro Osório, em Portugal desde o início da Primeira Guerra Mundial, talvez não pudesse se aperceber dessa nova dinâmica, e insistisse, com alguma razão, no encaminhamento de seu projeto luso-brasileiro pelos livros e pela educação das crianças e mulheres. Mais uma vez sua correspondência é preciosa, pois é o mesmo amigo Thristão Magalhães, que lhe escreve do Rio, em dezembro de 1919, informando que seus livros da Coleção Para Crianças faziam sucesso entre os “petizes” e os professores, que os usavam para prêmios escolares pela “singeleza dos contos, a modicidade dos preços de venda e o bom trabalho de impressão e encadernação.”²⁰ E, julgando que a autora tinha como “ganhar dinheiro” nesse filão, sugere algumas temáticas que considera fecundas para a propaganda luso-brasileira, embora com uma cuidadosa observação: “Não estou a dar-lhe capítulos de trabalho; ofereço-lhe somente a espécie de escrito de que V. Exa., levando-o a efeito, dará a verdadeira orientação.”

Os escritos sugeridos são vários e muito sugestivos, traduzindo uma espécie de linha editorial dedicada ao público infantil brasileiro, com claras intenções de aproximar os

¹⁹ RIBEIRO, João - *A língua nacional*. São Paulo: Ed. Revista do Brasil, 1921. O exemplar consultado pertence à Biblioteca Nacional do Brasil.

²⁰ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-135, Biblioteca Nacional de Portugal.

dois países, destruindo preconceitos e construindo alianças. Entre os títulos possíveis Magalhães enumera:

“A jornada de Cabral” (gênero *Minha Pátria*, que tratará de apagar a versão do acaso na descoberta do Brasil); os “deputados brasileiros em Lisboa” (conterá considerações sobre o valor intelectual dos homens que, saídos do Rio, se salientaram nas cortes de Lisboa), “Um português brasileiro” (apreciações sobre José Clemente [Pereira], que aproveitarão à demonstrativa de que o português não prejudica o Brasil); “As duas Repúblicas” (num espírito em que se acentue como o 15 de novembro entusiasmou aos republicanos de Portugal e o 5 de outubro repercutiu magnificamente no Brasil, despertando o máximo necessário estreitamento das relações luso-brasileiras); “Raça esforçada” (a vida laboriosa do português no Brasil, o único emigrante que entra no território para aí formar família, expandir a raça (...)); “Um herói português no Paraguai” (a vitória de Barroso no Riachuelo) etc.²¹

Uma consulta à produção da autora mostra que ela não seguiu as sugestões do amigo, mas não porque se afastasse da ideia de elaborar livros destinados às crianças brasileiras. Esse é justamente o caso de um de seus títulos, preparado nos primeiros anos da década de 1920: *Viagens aventurosas de Felício e Felizarda ao Brasil*, Lusitânia, 1923. Um livro, elaborado com a ajuda de correspondentes, que lhe remetiam fotos e postais do Brasil, como os enviados de Curitiba por Antônio Souza Mello.²² Esse livro foi, sem dúvida, uma grande aposta da autora, que o elaborou segundo o modelo clássico dos chamados livros de formação, de que *Através do Brasil*, de Olavo Bilac e Manoel Bonfim, é a maior referência na literatura infantil brasileira do período. Precisamente em 1920, ela estaria inscrevendo todo um conjunto de livros escolares seriados ao concurso aberto pela Direção Geral de Instrução de Portugal, oportunidade que, segundo ela, aguardava por 10 anos: *O livrinho encantador*, *Os nossos amigos*, *Lendo e aprendendo* e *Viagem aventurosa de Felício e Felizarda*.²³ No memorial que apresenta os livros, a autora explica que “se não constrói uma sociedade nem se reforma uma Pátria se as crianças não forem, desde os primeiros anos, dirigidas para um alto fim de grandeza (...)”. Um dos erros na monarquia constitucional, o que mais a abalou e fez cair “foi a falta de compreensão de sua missão educativa”. Nos últimos anos do velho regime, houve alterações positivas na instrução, criando-se um entusiasmo pela escola, que a República, entretanto, não soube manter. Ao contrário, retroagiu-se, não se estimulando a feitura de livros modernos e continuando-se a utilizar, nas escolas, aqueles mal preparados “que vinham da antiquada instrução monárquica”. Algo que o concurso de 1920 vinha sanar e para o que ela desejava colaborar. Aliás, como colaborou, pois teve vários de seus títulos aprovados e reeditados.

Portanto, em Portugal ela vivia um bom momento e, no que se refere ao Brasil, preparava-se para a realização de uma viagem, por ocasião das comemorações do

²¹ Idem.

²² Espólio da família Castro Osório, ESP N12-136, Biblioteca Nacional de Portugal.

²³ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-14, Biblioteca Nacional de Portugal.

Centenário da Independência, em 1922, que entendia ser ocasião ímpar para a propaganda de suas idéias de “comunhão intelectual” entre dois povos irmãos. Ela vai então realizar uma série de conferências em diversas cidades – Rio de Janeiro; São Paulo; Curitiba, no estado do Paraná; Pelotas, Porto Alegre e Santa Maria no estado do Rio Grande do Sul –, cujas temáticas são a mulher, a maternidade, o urbanismo, o heroísmo dos portugueses e, a questão central, a grande aliança entre Brasil e Portugal, título de sua fala em São Paulo, em 8 de maio de 1923. Todo esse material foi reunido e publicado em livro, *A grande aliança*, Lisboa, Lusitânia, 1924. Trata-se de volume alentado, evidenciando o esforço dos deslocamentos e o cuidado da fala de Ana, cujo público acabou sendo, preferencialmente, os portugueses da colônia, bem mais do que o de brasileiros. O acolhimento foi bem variável, como a correspondência do período mostra, já que, em São Paulo, onde morara, a Câmara de Comércio negou-se a patrociná-la, alegando não se interessar por “ vaidades e ambições femininas”, enquanto ela retrucava estar fazendo suas conferências gratuitamente e sem caráter oficial, não tendo interesse em quaisquer tipos de ganho. Enfim, o que nos importa aqui, é registrar que houve problemas nessa segunda e última estada no Brasil e que os ecos de *A grande aliança* foram, em termos de custos e benefícios, muito pequenos.²⁴

O projeto de fazer da literatura brasileira e portuguesa uma só, fundamentando o ideal de engrandecimento da “raça” pela língua e pela cultura comuns, como ela anuncia em suas conferências, estava, na verdade, na contramão do que vinha acontecendo no Brasil. É o que ela logo depois descobriria, ao se dirigir ao editor Monteiro Lobato, em abril de 1925 e dele obter uma resposta categórica, em maio do mesmo ano.²⁵ A assimetria do tom das duas cartas é espantosa, mesmo que consideremos as estratégias de escrita de que se valem intelectuais, quando se trata da proposição de negócios na área da edição.

Ana dirige-se a Lobato cerimoniosamente para tratar de “assuntos que nos interessam”. Informa-o que a sua casa editora “vai entrar numa nova fase de progresso”, ficando sob a direção de seu filho, João de Castro. O objetivo da carta é promover uma ligação entre as editoras de cada um, que se dedicam especialmente “ao serviço da literatura infantil”, mas que vendem também todos os gêneros. Pergunta então a Lobato se deseja ser o editor de um livro que tem pronto e se passa quase todo no Brasil, cujo título é *Mundo novo*.²⁶ Também pergunta se ele tem interesse em adquirir o direito de publicação dos livros da coleção “Viagens aventurosas de Felício e Felizarda”, da qual o segundo volume é sobre o Brasil. A seguir, indica que tem em estoque alguns exemplares dos livros, muito conhecidos no Brasil, *Lendo e aprendendo* e *Uma lição de História*, e se Lobato gostaria de recebê-los para venda. Por fim, “toma a liberdade” de enviar um volume de *A grande aliança*, para que ele o conheça, e conclui a carta “esperando que V. Exa. me diga se lhe convém e as condições em que o deseja.”

²⁴ Espólio da família Castro Osório, ESP N12-15, Biblioteca Nacional de Portugal.

²⁵ Espólio da família Castro Osório, ESP N12- 132 e 131, respectivamente, Biblioteca Nacional de Portugal.

²⁶ O romance epistolar *Mundo novo* é publicado em 1927, pela Companhia Portuguesa Editora e Tipográfica, do Porto.

A resposta de Lobato é um autêntico balde de água fria, com toda a delicadeza, como é natural. Primeiro, anuncia que a editora encontra-se, naquele momento, fora do mercado, “ocupada em imprimir obras já em domínio público, dramalhões (...) únicas coisas que o Brasil lê.” Assim, informa que não está examinando “nenhum negócio verdadeiramente editorial” e, por tal razão, não pode fazer nada do que Ana propõe, sendo que alguns negócios estão inteiramente descartados, pois a editora “não mantém nenhuma livraria para venda direta ao público.” Porém, isso não é o pior. A questão é que Lobato lhe explica que “visto que a ridícula reforma ortográfica que a República inventou é visceralmente repelida pelo nosso público”, não edita, nem imprime livros portugueses. Quanto à venda de livros brasileiros em Portugal, “é coisa que nem se sonha, não só por causa do câmbio, como porque a mentalidade dos dois países cada vez mais se antagoniza, e um não entende o outro.” Informa que sua casa editorial, com mais de 500 edições de sua propriedade, nunca vendeu um só livro em Portugal, “e nem procura fazê-lo, pois é tempo perdido.” A seu ver, toda a tentativa de um e outro lado seria um desastre completo. E finaliza como se escrevesse um epitáfio para “a grande aliança”: “Tenho, por isso, a impressão que o Brasil e Portugal caminham em direções contrárias e nunca mais se entenderão. (...) E disponha deste seu cordial admirador, Monteiro Lobato.”

Como sabemos, Monteiro Lobato foi premonitório em alguns assuntos, como é o caso da existência de petróleo no Brasil, mas, nesse caso e felizmente, ele se enganou redondamente.

Império, colonialismo e pós-colonialismo

os jardins da memória e as melancolias
da crítica histórica contemporânea*

Victor Barros

* Trabalho realizado com o apoio da bolsa de investigação da Fundação Calouste Gulbenkian. Especial agradecimento também aos meus pais e aos meus irmãos, pelas condições e pelos estímulos que muito contribuíram e facilitaram a escrita deste texto.

Victor Barros, Bolseiro de doutoramento da Fundação Calouste Gulbenkian. Mestre em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Colaborador do CEIS20. E-mail: v-barros@hotmail.com

C'est sur le chemin de la critique historique que la mémoire rencontre le sens de la justice. Que serait une mémoire heureuse qui ne serait pas aussi une mémoire équitable?

Paul Ricoeur

Império: a compatibilização do poder com o imaginário geográfico

Império. Entidade política. Materialidade geográfica, mas também construção imaginária. Logo, o geográfico e o imaginário subsistem por força das relações de poder que configuram as diferentes modalidades que põem o império em evidência através de determinados regimes de verdade. Por isso, não há império sem poder e não há poder que não ambicione instaurar-se de forma imperial no sentido de validar a sua persistência expansiva no tempo e no espaço. Fenómeno histórico e heterogêneo, porém, a noção de império conserva no seu interior a carga semântica que a etimologia latina *imperium* lhe reserva: autoridade. Supremacia. Uma supremacia que reclama obediência e submissão, na medida em que a força é exercida a partir da mitificação da ideia de um centro que funciona como ponto nodal e autoridade simbólica, que anexa e submete ao seu poder vários outros espaços dispersos ou contíguos. Sendo assim, o inquérito impõe-se. O que é um império? Afirmitivamente: uma entidade política. Ou melhor, impérios: grandes unidades políticas tendencialmente expansionistas ou portadoras de uma memória de poder estendido sobre vários espaços (dispersos ou contíguos), mantendo políticas de distinções e hierarquias à medida que incorporam novas populações¹. A anexação de populações ou de espaços geográficos é complementada pelo processo de reificação de estratégias de poder que garantem a supremacia do centro imperial. Toda a relação com as partes submetidas é articulada a partir da fundação e da montagem de uma hierarquia que representa esse mesmo centro como modelo de esplendor. Logo, não se pode admitir a noção de império sem se conceber as relações de poder que configuram as redes a partir das quais são demarcadas as diferenciações entre o centro e as periferias submetidas. Várias são as modalidades de administração política, de governar os impérios, e, ao mesmo tempo, múltiplas as formas de governar e gerir diferentes regiões e espaços de um mesmo império, de forma a poder manter populações heterogêneas sob a autoridade de uma única entidade política. Por isso, a invenção da ideia de periferia acaba por garantir, em rigor, a própria posição hegemônica da noção de centro: mesmo quando se tratava de uma centralidade exclusivamente

¹ BURBANK, J.; COOPER, F. – *Empires in World History: Power and the Politics of Difference*. Princeton: Princeton University Press, 2010. ISBN 978-0-691-12708-8. p. 8. Veja-se ainda: PERETZ, Pauline – “Permanence des empires. L’actualité de la souveraineté «feuilletée»”. *La Vie des idées* [Em linha]. (9 de Novembro de 2010). [Consult. 1 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.laviedesidees.fr/Permanence-des-empires.html>>. ISSN 2105-3030.

imaginária, mediada pelas várias estratégias simbólicas, por exemplo, das comemorações políticas, que possibilitavam, em certa medida, a imaginação da ideia de um centro dado como ordenador e produtor de sentido. O império não se estabelece também pela via do imaginário? Pela epifania celebrativa que sacraliza a grandeza do centro?

Os impérios não são entidades estáticas, unidades estanques. Por isso devem ser problematizados dentro de uma historicidade dinâmica, complexa, relacional que, em certa medida, contribuiu para as suas emergências, mas também para as suas transformações e os seus desaparecimentos. “Cada concepção de império constitui, eminentemente, um produto da sua época. E na sua composição encontraremos forçosamente espelhado o género de relação da potência hegemónica com o universo submetido”². Daqui resulta então a necessidade de considerarmos teoricamente a noção de heterogeneidade dos espaços-tempos do império. Ao mesmo tempo que, diferentes tempos e espaços estimulam e incitam filiações e lealdades políticas próprias, de acordo com as épocas, com as ideologias que embalsamam as estratégias simbólicas de representação e disseminação da ideia e da memória de império. Aliás, não assentará a concepção de império sobre uma memória? Principalmente sobre uma memória de expansão? Em rigor, é precisamente do trabalho ou do jogo de compatibilização entre as redes e as relações de poder estabelecidas no interior da geografia imperial, como da construção da ideia e da memória de império, que a este último se instala no imaginário das populações e dos sujeitos que ele implica e incorpora.

Todo o império é portador de uma violência. Real ou simbólica, a violência é sempre constitutiva do sistema de construção imperial. Tanto pela via da força física, material, manifesta nos processos de conquistas e disputas de poder pela definição ou alargamento da fronteira ou incorporação de novos espaços, como também pela significação simbólica de sacralização da ideia de um centro que se impõe como centro hegemónico. Por exemplo, as campanhas coloniais portuguesas em África dão conta das violências constitutivas, por vezes, “desproporcionais” e “injustificados” do processo de construção imperial³. Porém, as violências das campanhas de ocupação colonial, mesmo quando disfarçadas pelas narrativas glorificantes, não passavam de suplemento descritivo e legitimador da heroicidade honorífica do colonizador perante a suposta selvajaria indomável e feroz do indígena que ele defrontou e venceu. Mesmo quando uma certa dimensão da violência das campanhas coloniais era subsumida ou incorporada como fonte heurística dos motivos celebrativos da memória do império, toda a representação era posta ao serviço da versão constitutiva de uma história nacionalista da potência imperial. A violência das campanhas de ocupação colonial dava lugar ao processo de sacralização honorífica da imagem e da figura carismática do herói colonial.

² LUÍS, Alexandre A. da C. – *Na Rota do Império Português (Da formação da Nacionalidade ao Apogeu Imperial Manuelino)*. Coimbra: Faculdade de Letras, 2008. p. 29. Dissertação de Doutoramento – policopiada.

³ PÉLISSIER, René – *Les Campagnes coloniales du Portugal 1844-1941*. Paris: Pygmalion, 2004. ISBN 2-85704-936.6. p. 312.

Mitos imperiais e imaginários coloniais na constituição dos jardins da memória

Não há imaginário imperial sem representação memorial. Logo, a cartografia dos espaços coloniais está para a constituição do imaginário imperial, assim como a memória de expansão está para a representação simbólica do império. Várias são as modalidades e as estratégias dos actores coloniais no sentido de dar a ver o império como unidade, mesmo quando, na verdade, as colónias não passavam de um manto disperso de espaços e de realidades heterogêneas, sem nenhuma ligação umas com as outras, a começar, precisamente, pela ausência de continuidade unificadora do território. Porém, a ambição unificadora, pelo menos ao nível do imaginário, não escondia as pretensões de representar cartograficamente o império, cobrindo homogeneamente todas as colónias de uma única cor – *homogeneização icónica* –, cujo exemplo paradigmático ficou eternizado na representação imagética do célebre mapa cor-de-rosa. Ao impor-se como uma espécie de sentido orientador, a ideia de império tende a unificar, sem deixar no entanto de fracturar, de dividir, de hierarquizar. Apesar de não ser mais do que um manto disperso de espaços e de realidades diferentes sem nenhuma similaridade umas com as outras, a ambição unificadora da noção de império tributa e mobiliza um conjunto de dispositivos que garantiam os sentidos da sua unificação como entidade suprema de compatibilização do local, do regional (periféricos) com o centro hegemónico. Dispositivos susceptíveis de garantir diferentes níveis e escalas de identificação dos sujeitos imperiais e coloniais, e de conjugar as suas fidelidades à colónia com a obediência ao império. É nesta esteira que o império deve ser pensado como uma construção (jurídica, administrativa), mas também como espaço geográfico, económico e cultural. E mais: como ponto de referência e de identificação colectiva.

Que estratégias estimulava a conjugação da fidelidade dos sujeitos à colónia com a obediência ao império? Que jogos discursivos davam o império como ponto de referência e de identificação colectiva? Afirmativamente: a mobilização de práticas políticas simbólicas. De entre elas, as celebrações da memória do império. Mesmo quando ele se instaurava como uma rede de políticas administrativas, económicas, políticas e culturais, era sobretudo por via de estratégias simbólicas que a ideia de império ambicionava instalar no imaginário dos sujeitos e das populações que o seu domínio abarcava. Exemplo paradigmático desta prática pode ser encontrado na forma como o Estado Novo (1933-1974) instaurou a mística imperial e consubstanciou a sacralização do império português em África. A força da mística e o sentido sacral atribuído ao império como destino nacional e força identitária e histórica da nação portuguesa foi de tal forma mobilizada por aquele regime que o século XX português pode ser considerado, sem margens para dúvidas, como o século do império. Daí não ser de estranhar que esta sacralidade se tenha instalado no imaginário metropolitano e colonial, de tal forma que o regime, desde a sua institucionalização oficial em 1933 até a sua derrocada em 1974, viveu, lutou, sacrificou e, por fim, morreu pelo império. O Estado Novo assumia-se não somente como herdeiro de um legado considerado sagrado, mas também como depositário de uma missão histórica nacional e nacionalista que tinha no império o âmago da realização do destino de Portugal como nação, e da sua eternização no tempo e na história.

Realidade cada vez mais eminente ao longo do século XX, o império português em África instala-se por consequência também da instalação da ideia colonial que, na segunda metade do século XIX, instaura a retórica do colonialismo como missão civilizadora. Uma retórica que também trespassava quase todo o pensamento colonialista eurocêntrico e ocidental da segunda metade do século XIX. Um colonialismo que se aspirava moderno, articulado nos seus princípios, nos seus fundamentos e nas justificações teleológicas e pseudo-científicas das suas realizações. Estava-se então perante o processo de afirmação colonial europeia, mas também da conjugação do romantismo nacionalista novecentista com as teleologias de história prognosticadoras da realização dos destinos da nação e da raça, através da expansão colonial. Por isso, o colonialismo europeu novecentista acompanhou a emergência dos estados-nação europeus, serviu os seus interesses e foi solidário com as suas ambições⁴.

Concebido como herança sagrada, os discursos do Estado Novo sobre o império serviram sempre de justificação de uma teleologia de história que via no colonialismo em África a razão de ser e de reproduzir Portugal em todas as latitudes do seu império. Portugal era postado nas retóricas propagandísticas do regime como nação colonial e, sobretudo, como nação que, por via do colonialismo, cumpria os destinos finalísticos de realização da sua essência orgânica nacional e da missão de trazer o indígena à civilização. Consequentemente, a prática colonial albergava a missão sacrificial de salvação das raças inferiores, a quem a profecia racialista prognosticadora do destino finalístico das raças anunciava o desaparecimento, caso não fossem resgatadas e salvas do obscurantismo primitivo e selvagem que inundava a condição ontológica das mesmas. Daí, mais do que um projecto nacional, o colonialismo afirmava-se como um messianismo de fundo finalístico e nacionalista: o colonialismo como missão histórica e nacional, mas sobretudo como acção sacrificial de redenção e resgate do indígena. Instrumento importante de mobilização e de construção do imaginário nacional português, o império abrigava todas as reivindicações da vocação colonial e civilizadora de Portugal. A começar pela reivindicação de uma memória de descoberta que outorgava o direito de ocupação, de conquista e, consequentemente, de defesa e manutenção do próprio império como “entidade natural/organicista”, como “ser ontológico, como realidade transtemporal inerente à essência orgânica da Nação, como imperativo da raça”⁵. Logo, mais do que a instalação da ideia de império no

⁴ Veja-se entre outros: JERÓNIMO, Miguel B. – *Livros Brancos, Almas Negras: A “Missão Civilizadora” do colonialismo português (c.1870-1930)*. 1ª ed. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010. ISBN 978-972-671-256-5; RENAUT, Alain – *Un Humanisme de la Diversité. Essai sur la décolonisation des identités*. Paris: Éditions Flammarion, 2009. ISBN 9782082104975; COSTANTINI, Dino – *Mission civilisatrice. Le rôle de l’histoire coloniale dans la construction de l’identité politique française*. Paris: Éditions La Découverte, 2008. ISBN 978-2707153876; ALEXANDRE, Valentim – *Velho Brasil Novas Áfricas. Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000. ISBN 9789723605204; LUCAS, Maria M. – “A Ideia Colonial em Portugal (1875-1914)”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 14 (1992) p. 297-324; GIRARDET, Raoul – *L’idée coloniale en France – De 1871 à 1962*. Paris: La Table Ronde, 1972. ISBN 2012792502.

⁵ ROSAS, Fernando – “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol.17 (1995) p. 19-32.

imaginário português como dispositivo de consenso nacional, pretendia-se, acima de tudo, a sua disseminação e, conseqüentemente, a sua persistência no tempo e no espaço como referente de identificação colectiva, entre o colonizador e o colonizado.

É nesta esteira que a ideologia colonial do Estado Novo foi posta ao serviço dos pressupostos tendentes a disseminar e instalar a ideia de império nas colónias. Através de várias estratégias simbólicas e dispositivos ordenadores do sentido imperial, que se incluíam as comemorações da memória do império, pretendia-se garantir nas colónias, a concretização da ambição última do colonialismo português, sobretudo ao nível do imaginário: aumentar o amor dos indígenas pela pátria portuguesa e, favorecer iniciativas tendentes a fundar, estabelecer e instaurar entre eles uma mentalidade portuguesa⁶. Realidade que só poderia ser garantida pela via da mobilização de estratégias simbólicas suscitadoras de afectos e de lealdades reclamadas aos indígenas perante a sacralização da ideia e da noção do império nas colónias. É aqui que a recorrência às celebrações políticas da memória do império instaurava os sentidos do colonialismo, colonizando o imaginário dos sujeitos implicados, através da instituição de valores e de dogmas que legitimavam o próprio sistema colonial. Em nome do império, tudo o que se celebrava nas colónias era posto ao serviço da sublimação da imagem da metrópole. Aliás, tal como ficou declarado em 1933, o regime ambicionava propagandar o prestígio da metrópole e fazer com que ela aparecesse aureolada de história aos olhos daqueles que nunca a pisaram⁷. Significa então que as estratégias de instauração do amor do indígena pela pátria portuguesa tinham que passar pelo culto da memória, do passado e da história da metrópole colonizadora. E, sobretudo, de uma história que devia ser celebrada. Celebrada publicamente nas colónias. Daí, a história declarada devia instaurar-se também como história e como memória espectaculares, mobilizados como dispositivo congregador e apresentado como quadro imagético de referência colectiva e de construção dos sentidos e das escalas de pertença.

O dispositivo mobilizado para congregar tinha que satisfazer as funcionalidades inerentes às relações de poder em contexto de dominação colonial. Por isso, sub-repticiamente, as comemorações coloniais constituíam-se como dispositivos de dominação por excelência. Dominação no sentido em que a ideologia colonial do Estado Novo fazia dos usos políticos do passado uma das suas estratégias de legitimação da política colonial, de sacralização da ideia de império e, conseqüentemente, de cristalização da imagem do colonizador e da metrópole. Neste sentido, a declaração da memória e da história oficial celebradas publicamente tendia a dar e a representar, perante o colonizado, as peripécias do passado do colonizador e da sua metrópole. Peripécias que eram postadas como essências e sinais legitimadores da suposta superioridade cultural e identitária do primeiro (do colonizador) e da aura histórica e memorial da segunda (a metrópole). Nesta esteira, além de se ludibriar e de se estimular os sentidos que reclamavam lealdades aos indígenas e a identificação dos mesmos com a metrópole

⁶ *Carta Orgânica do Império Colonial Português*. Decreto-lei n.º 23:228, de 15 de Novembro, 1933.

⁷ MONTEIRO, Armindo – “A Actual Organização Administrativa Colonial e os Fins da Colonização Portuguesa”. *Boletim Geral das Colónias*. Lisboa: Agência Geral das Colónias. N.º 100, Ano IX (Outubro, 1933) p. 3-30.

colonizadora e com os sentidos do império, o passado e a memória metropolitana celebrada nas colónias não deixavam espaços para o reconhecimento celebrativo do passado dos colonizados. Significa que a exclusividade da celebração da história e da memória da metrópole nas colónias acabava, em rigor, por gerir o próprio silêncio do passado e da memória das sociedades colonizadas. Um passado então considerado sem história: uma espécie de estádio petrificado na nuvem dos tempos e, conseqüentemente, sem espaço nem razão para celebração pública. Porém, quando referido, somente servia para os intentos de folclorização do indígena, de inferiorização da sua história e da sua memória. Ou ainda para confrontá-lo e remetê-lo para a ideia de um tempo primitivo sem aura nem glória.

Império como ponto de referência e de identificação colectiva. Automaticamente, nas colónias, o que se impunha como memória colectiva oficial digna de celebração pública aspirava traduzir precisamente as premonições ideológicas do colonialismo estado-novista relativas ao império. Daí que as significações colectivas postadas pelas celebrações coloniais girassem à volta dos modelos, dos referentes simbólicos e memoriais que a metrópole se encarregava de disseminar pelo mundo colonial, através das várias comemorações, todas elas dedicadas a glorificar Portugal, os seus colonos, os seus mitos e o regime do Estado Novo. Exemplos bem elucidativos desta asserção podem ser diagnosticados nos registos temáticos das comemorações do aniversário do 28 de Maio (revolução nacional), da rememoração do aniversário natalício de Salazar e da sua entrada no governo, das festas centenárias da fundação e da restauração, das comemorações henriquinas, das do 10 de Junho, das do centenário de Mouzinho ou da descoberta de Cabo Verde ou da Guiné, etc. Motivos celebrativos que, em rigor, remetiam sempre para a centralidade de Portugal como entidade única de toda a historicidade memorial em nome do qual se comemorava. Narrativas míticas que sacralizavam o passado da fundação, dos reis, das navegações, dos descobrimentos, das suas figuras e mitos, do mundo português, dos soldados e exploradores coloniais, dos centenários, do Estado Novo e de Salazar. Alimentavam o presente dos vários momentos comemorativos que davam forma ao quadro mitológico que sublimava a história do então império colonial português em África. A exaustividade e a exuberância das comemorações reificavam simbolicamente as datas, os factos, as figuras, as personagens e os lugares míticos da topografia legendária do império em cada uma das colónias africanas. Assim, os motivos mnemónicos das comemorações encenadas tinham a sua fonte legítima naquilo que a metrópole determinava como fundamento comemorativo. Logo, tudo era comemorado por referência à metrópole. Mais: mesmo quando os factos ou os intuitos celebrativos eram de natureza local, colonial (referente a uma colónia em particular), eles eram (e deviam ser) interpretados como meros capítulos da metanarrativa identitária da grandeza histórica do Portugal metropolitano e imperial. Por exemplo, nomes como Afonso Henriques, Camões, Infante D. Henrique, Vasco da Gama, Salazar, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, entre outros, povoavam imaginários comemorativos coloniais, juntamente com outras figuras associadas a cada uma das colónias africanas como António Enes e Mouzinho de Albuquerque (Moçambique), Salvador Correia (Angola), Diogo Gomes e Diogo Afonso (Cabo Verde), Honório Barreto (Guiné Bissau), Pêro Escobar e João de Santarém (São Tomé e Príncipe).

Era a grandeza do passado imperial e do presente colonial. A glória da história da metrópole. Logo, a celebridade do colonizador, por oposição à suposta inferioridade cultural e identitária do colonizado. Contudo, se o colono personificava a história da sua metrópole nas colónias, automaticamente a aura celebrada legitimava a própria ideia da sua superioridade perante o colonizado. Assim, as celebrações da memória do império nas colónias constituíam-se como campo de discursos, campo de forças e estratégias de elogios da história. Tudo, tendente a assegurar a suposta aura do colonizador como encarnação da história; e da metrópole como arquétipo do mundo e das coisas. Importa referir que a construção do imaginário imperial constituía o fundo estruturante de toda a dimensão celebradora e exibicionista da história e da memória do império na metrópole⁸. Todavia, se na metrópole as funcionalidades das comemorações trabalhavam na instituição de um imaginário imperial, porém, nas colónias, as suas funcionalidades corroboravam os processos de colonização do imaginário dos indígenas. Colonizar as identidades e colonizar as representações. É sobretudo ao nível do imaginário que a colonização instala os seus dogmas e instaura os regimes de representação e de verdades sobre os sujeitos coloniais.

A gestão do silêncio do passado das sociedades colonizadas atestava precisamente a força representativa da autoridade simbólica da metrópole como centro de verdade e do saber enunciado a partir do ponto de vista eurocêntrico sobre essas sociedades e populações, em nome das quais a metrópole se pronunciava. Enunciados veiculados em nome de um saber proferido e posto ao serviço do poder dominante e instituído. A gestão do silêncio do passado das sociedades colonizadas por parte das autoridades coloniais ficou simultaneamente acompanhada pela elaboração, construção e imposição de récitas históricas enunciadas a partir do ponto de vista da metrópole⁹. Significa que os usos do passado dessas mesmas populações foram postas ao serviço de estratégias de poder, tendentes a um melhor controlo e domínio. O poder detentor da autoridade simbólica instaurava-se automaticamente como poder detentor de um saber. Um saber orientado e produzido em nome do próprio poder exercido.

As celebrações, ao afirmarem os sentidos da grandeza do passado e da memória da metrópole e do colonizador, instauravam sistemas de representações e de imagens associadas às mitificações do império. Binárias eram as formas como, por exemplo, as representações se impunham sempre por contrastes e por confrontação hierárquica, mesmo quando as intencionalidades festivas dos discursos comemorativos aspiravam

⁸ RIBEIRO, M. Manuela Tavares – “O Centenário Henriquino: Imagens e ideologia”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol. 15 (1993) p. 331-378; CATROGA, Fernando – “Ritualizações da História”. In TORGAL, L. R.; MENDES, J. A.; CATROGA, F. – *História da História em Portugal Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. ISBN 9789727590919; JOÃO, Maria Isabel – *Memória e Império: Comemorações em Portugal (1880-1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002. ISBN 972-31-1002-4; SANTOS, Mariana Lagarto – “A Formação da Mentalidade Colonial. Representações do Portugal Ultramarino em Livros e Leitura do Estado Novo”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: IHTI, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Vol.28 (2007) p. 357-390.

⁹ Cf. FOUÉRE, Marie-Aude – “La mémoire au prisme du politique”. *Cahiers d'Études Africaines*. Paris: Editions de l'EHÉSS. ISSN 0008-0055. Vol. L (1), 197 (2010) p. 5-24.

esconder esses binarismos. Por exemplo, as celebrações e os elogios da história da metrópole colonizadora punham em posição de subalternidade e de inferioridade as representações da história, da memória e do mundo de significações dos sujeitos e das sociedades colonizadas. Perante a figura do colonizador considerado como sujeito constitutivo de uma humanidade e de uma ontologia moral de validade pretensamente universal, contrastava o indígena cuja humanidade se imaginava ainda tributar estádios animalescos e primitivos, embora sempre com possibilidades de elevação moral, à medida que reproduzia o mimetismo do colonizador. Pois, “o colonizado ter-se-á tanto evadido da selva quanto tiver feito seus os valores culturais da metrópole”¹⁰. À construção do mito da inferioridade do indígena ficou também associada a constituição da sua raça, também ela construída em simultâneo com a mitificação da cor. Neste caso, o indígena, o colonizado, para além de carregar o fardo do mito genealógico de raça inferior, carregava também o fardo da cor, da negrura. O imaginário sobre a ideia de preto/negro como cor e como raça eternizou-se miticamente como marca biológica e como elemento genealógico constitutivo de uma suposta herança de inferioridade. Do mito de uma inferioridade ainda não totalmente superada pelo imaginário pós-esclavagista e pós-colonial. Tudo consequência do processo constitutivo de colonização das identidades e da construção colonial das representações dos sujeitos. Na mesma linha podemos ainda referir a vários outros essencialismos que, em contextos coloniais, acompanharam a mitificação da imagem dos diferentes sujeitos, desde a concepção de uma racionalidade do colono contrastiva com a irracionalidade do indígena, passando pela ideia de uma religiosidade mística do primeiro, por oposição a uma animista, profana e idólatra do segundo; pela maturidade intelectual daquele em relação à infantilidade do segundo; até à dinâmica activa do colono face à indolência do indígena, etc.

É assim que da mitificação dos referentes que enformavam a memória do império celebrada na metrópole e nas colónias reificavam-se também representações e imagens mitificadas e pretensamente caracterizadoras dos sujeitos e das sociedades implicadas. Significa que, sob o signo da cristalização da imagem cultural e identitária da metrópole e do colonizador, e da constituição das colónias como mundos ainda distantes da evolução racional europeia, resultava também a construção inferior da imagem dos sujeitos constitutivos das sociedades colonizadas. É assim que, os motivos e as temáticas prescritas no calendário das comemorações da memória do império reificavam também, no imaginário colectivo, as representações dos seus próprios sujeitos e dos indivíduos abarcados. Quer isto dizer que se o colonizador poderia reivindicar a sua pertença e a sua inserção directa na genealogia mítica dos pais fundadores do império, os indígenas somente o podiam fazer como figura bastarda da memória celebrada. Não faziam parte da genealogia mítica dos reis de Portugal. Eram figuras perfillhadas pela metanarrativa da história gloriosa da metrópole e que os próprios indígenas deviam assimilar e interiorizar como forma de aproximar do horizonte simbólico e identitário proposto pelo discurso colonial do grupo dominante. E, quando assumiam a adopção pela via das práticas simbólicas, automaticamente, legitimavam o colonialismo e o próprio poder colonial. Assim, os jardins da memória instalam-se no imaginário dos diferentes

¹⁰ FANON, Frantz – *Pele Negra Máscaras Brancas*. 2ª ed. Porto: Paisagem Editora, 1975. p. 32.

indivíduos (do colonizador e do colonizado) como paisagens imagéticas portadoras de representações imaginárias sobre os sujeitos que o colonialismo abarcava. Diferentes modalidades de discursos que caracterizavam as suas representações e que, pretensamente, os representavam como homólogos às características dadas discursivamente. Imagens e representações, binárias e essencialistas sobre os grupos (colonizador e colonizado) e sobre a categorização dos indivíduos pertencentes a cada um dos pólos diferenciados. Da representação como resultado de construção social e das relações de poder em contexto de dominação colonial, instaurou-se a relação entre a caracterização dos indivíduos e dos grupos, e a produção/associação de imagens forjadas como essência constitutiva dos grupos e, automaticamente, dos próprios indivíduos. Significa que o indivíduo era portador da essência representativa do grupo a que pertencia, logo, a sua representação homologava a sua condição ontológica e, inclusive, a do grupo. Neste caso, o colono e o indígena eram dados como diferentes não somente por força da hierarquia binária – chefe/súbdito, superior/inferior – que caracterizava as suas posições de poder, mas também como diferentes por força da concepção ontológica que se imaginava separar e diferenciar a natureza humana, a humanidade de cada um deles.

As representações forjadas pelas récitas postas ao serviço da caracterização desigual e hierárquica do colono e do indígena serviram também para reificar e alojar determinadas características tidas como constitutivas da natureza humana de um determinado grupo. Ou seja: tal como já referimos, o colono incarnava o poder não somente por força da superioridade militar e da cristalização da sua autoridade simbólica, mas também pela suposta superioridade imaginada da sua humanidade. Daí a assunção da tarefa de resgate das raças inferiores e da libertação do indígena da selva primitiva que o mantinha distante da civilização. Significa então que as celebrações da memória do grupo hegemónico animavam também os sinais que pretendiam conferir aura da sua suposta superioridade enquanto grupo dominante. Automaticamente, a cristalização da sua imagem instaurava-se pela associação entre a celebração dos motivos dados e patenteados como sinais legitimadores da sua suposta superioridade, e o fascínio que determinados motivos exerciam na representação essencialista do próprio grupo como detentor das heranças da raça supostamente superior. Naturalizava-se a representação e, por conseguinte, a própria identidade. Logo, a questão impõe-se: a memória e a história celebradas não remetem sempre para a problemática da identidade?¹¹ Depreende-se. Por referência aos motivos celebrados e rememorados, as autoridades coloniais reificavam imagens e representações sobre eles mesmos. Representações que ambicionavam veicular e transportar, em certa medida, a ilusão identitária da relação entre os motivos celebrados (da elevação da imagem do grupo), e os essencialismos que também se imaginava constituir o próprio grupo, por força de determinados elementos constitutivos da sua história e da sua memória celebrada. Motivos esses a partir dos quais se imaginava que a existência do grupo, por si só, corroborava e validava. As representações legitimadas pelo passado permitem não somente o reconhecimento do grupo, mas também a cada

¹¹ Veja-se entre outros: LAVABRE, Marie-Claire – “De la notion de mémoire à la production de mémoires collectives”. In CEFAL, Daniel (Dir.) – *Cultures politiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2001. ISBN 978-2-13-050049-0. p. 233-252.

indivíduo de se constituir enquanto tal, através da história do seu grupo¹². Logo, em benefício da sua imagem, o grupo auto-projectava-se. E fazia-o não só pela celebração da sua história e da sua memória autorizada, mas também pela crença nos essencialismos que se pensavam constituí-lo, e que as celebrações aspiravam confirmar. Portanto, os mitos que aureolavam as figuras e os motivos celebrados em nome do império também povoavam o imaginário dos sujeitos implicados pelas práticas simbólicas das comemorações coloniais. As celebrações projectavam a imagem cultural e identitária do grupo em nome do qual se celebrava, ao mesmo tempo que os indivíduos eram convocados a nutrir as suas representações colectivas e os sentidos de pertença, por referência aos sinais constitutivos da identidade e da caracterização do próprio grupo celebrado. Neste caso, a dignificação dos motivos da memória autorizada e celebrada publicamente nas colónias corroborava também a dignificação da imagem identitária do grupo em nome do qual se celebrava.

A crítica histórica contemporânea: exorcizar mitos coloniais e sepultar melancolias imperiais

A mitificação do império que se queria visível acompanhava também a elaboração sub-reptícia de mitos invisíveis que mascaravam as relações de poder e de dominação colonial. Logo, a análise histórica do colonialismo não poderá dispensar a vigilância teórica, hermenêutica e crítica sobre os contextos que a suposta evidência dos discursos coloniais escondem por detrás das funcionalidades últimas que eles pretendiam alcançar. As enunciações dos discursos coloniais, ao estabelecerem os quadros de uma suposta evidência sobre os sujeitos coloniais e as sociedades colonizadas, reificaram imagens, representações, categorizações sobre os mesmos. Discursos que desafiam cada vez mais a uma abordagem crítica e cuidada sobre os limites dessas mesmas representações. Por exemplo, manter sob vigilância crítica os limites: entre a homologação dos sujeitos e a formulação do mito de uma identidade primordial; entre a concepção e a atribuição de determinados pressupostos culturais como condições apriorísticas da eterna constituição dos sujeitos no tempo; da associação directa (supostamente evidente?) entre a dimensão somática dos sujeitos e a categorização imediata da sua pertença identitária ou cultural; assim como a concepção imaginária das suas propensões automáticas relativamente ao domínio ou à manipulação de determinadas actividades ou códigos culturais; entre a construção e a representação monolítica dos grupos e a necessidade de considerar os espaços-tempos das suas heterogeneidades e das suas diferenças em termos de género ou de classe; entre os contextos históricos e o condicionamento da opção dos actores, das suas posições, escolhas ou alinhamentos, perante opções disponíveis ou possíveis; e, por fim, entre a actuação dos sujeitos e as suas próprias autonomias como actores sociais e sujeitos históricos. Na mesma esteira, determinar os contextos da produção colonial da

¹² VIAUD, Jean – “Mémoire collective, représentations sociales et pratiques sociales”. *Connexions*. Paris: Érés. ISSN 0337-3126. N.º 80 (2003/2) p. 45.

condição (simples ou duplamente) subalterna dos sujeitos¹³. Tudo isso para assegurar que a crítica histórica contemporânea deve actuar sobre a suposta evidência declarada de determinados discursos, problematizando os contextos espaciais e temporais das suas formulações, de forma a decifrar os silêncios subterrâneos que estes mesmos discursos escondem por detrás das funcionalidades políticas e ideológicas que são demandadas a cumprir ou a instaurar. Situar os discursos e decifrar as margens de silêncios e de sombras subjacentes aos objectivos aparentemente destacados que eles declaram.

A identificação dos sistemas discursivos facilita a compreensão do carácter contextual e relacional da sua estruturação, assim como dos sistemas institucionais que emergem e actuam por via dessa mesma estruturação. Ao darmos conta dos discursos coloniais, das suas sombras e das suas margens de silêncios, poderemos facilitar o recenseamento crítico do sistema colonial, das suas instituições, por exemplo, na sua variedade e multiplicidade, de forma a atribuir um carácter histórico a determinados aspectos do real até então não considerados como tal. Ao considerarmos que os sujeitos são constituídos a partir de determinados tipos de discursos que os reificam também a partir de determinadas formas de representação, somos levados a não perder de vista que, independentemente da autonomia das suas capacidades de agir, o enquadramento dos mesmos num sistema de poder e de dominação, como o colonial, faz com que, por exemplo, as suas capacidades de intervenção sejam criadas pelas próprias situações e pelos próprios estatutos que lhes são conferidos dentro do próprio sistema de poder¹⁴. A partir daí, estaremos em condições de reconhecer os efeitos dos discursos coloniais e das suas representações sobre o real e sobre os sujeitos, assim como as demandas cada vez mais exigentes de uma crítica historiográfica a ser posta ao serviço da explicitação das relações (no tempo e no espaço) desses mesmos discursos e representações, com as interpretações dominantes de cada época histórica. Exercício hermenêutico que remete sempre para os sentidos relativos aos usos da ideologia na distorção da realidade e na manipulação, por exemplo da memória histórica¹⁵, assim como nos usos políticos da história e do passado, subsidiários dos contextos de dominação colonial e de legitimação política de uma história sobretudo quando esta última é posta ao serviço da própria ideologia¹⁶.

Analisar criticamente as categorias. Esta constitui um dos grandes desafios para as ciências sociais e humanas. Historicizar os conceitos e as representações. Despi-los dos essencialismos e compreender o quadro das suas genealogias (origem, significações, contextos de utilização, validade cultural, temporal e geográfica, etc.). Por exemplo, categorias como raça, nação, cor, identidade, branco, preto/negro, etc., precisam de ser

¹³ SPIVAK, Gayatri C. – *Les subalternes peuvent-elles parler?*. Paris: Éditions Amsterdam, 2009. ISBN 978-2-915547-28-3. p. 53.

¹⁴ Cf. SCOTT, Joan W. – *Théorie critique de l'histoire. Identités, expériences, politiques*. Paris: Fayard, 2009. ISBN 9872213637846. p. 69, 80 e 115.

¹⁵ Cf. RICOEUR, Paul – “L'idéologie et l'utopie”. Paris: Éditions du Seuil (Points Essais), 1997. ISBN 2-02-083788-9; RICOEUR, Paul – *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Éditions du Seuil (Points Essais), 2000, p. 99-104. ISBN 978-2020563321.

¹⁶ Cf. TORRALBA, L. R. – *História e Ideologia*. Coimbra: Edições Minerva, 1989. ISBN 9789729316128.

descolonizados e destituídos de mitologias, de fantasmas e de fantasias reificadoras de concepções estanques sobre os sujeitos e que, em certa medida, condicionam a actuação dos indivíduos e limita as possibilidades de reconhecimento das diferentes e múltiplas escalas das suas pertenças. Tratando-se de categorias e noções que sempre andaram de mãos dadas com as pretensões expansionistas, imperiais e coloniais europeias, elas requerem cada vez mais uma utilização contextualizada de forma a podermos diagnosticar os seus efeitos perversos (reais e históricos) em termos de formatação do modo como concebemos a geografia imaginária da nossa pertença. O trabalho crítico deve passar pela desnaturalização das representações e das identidades. Se as experiências e os discursos coloniais sempre fizeram crer e parecer como naturais determinadas representações e categorias, porém, não podemos deixar de situá-las nos seus contextos históricos próprios, diagnosticar os quadros da sua operatividade e, sobretudo, os contextos que as mitificaram. Automaticamente, o recenseamento crítico do carácter histórico das mesmas permitirá, em certa medida, esvaziar os sentidos fantasmáticos e o peso mitificador que ainda determinadas categorias e representações detêm na colonização do imaginário social contemporâneo. Consequentemente, elas deixarão de parecer como naturais, como dados, e não susceptíveis de ser questionadas. Por isso, devemos admitir que “la signification des catégories identitaires change, et avec ces changements se modifient les façons de se voir ou de s’imaginer soi-même”¹⁷. Em síntese, mais do que enquadrar e conceber de forma monolítica (engavetar) os indivíduos e as sociedades, devemos ater na complexidade dos seus processos históricos. Ou melhor: na historicidade dos processos que caracterizaram e determinaram os contextos, as redes (e nunca a linearidade) das suas dinâmicas no tempo e no espaço.

Aliás, a linearidade caracterizadora das concepções eurocêntricas de tempo e de história não pode também estar imune à crítica. Se é verdade que a contemporaneidade desafia cada vez mais os sentidos da linearidade do tempo histórico, então não podemos perder de vista a heterogeneidade dos espaços-tempos dos actores e das sociedades, como também os limites complexos, mas também possíveis, da não contemporaneidade dos contemporâneos. A complexidade das dinâmicas sociais e históricas contemporâneas desafiam constantemente a ideia de fixidez, de eterno e do universal: os espaços e os tempos se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e de identidade, de passado e de presente, de interior e de exterior, de inclusão e de exclusão¹⁸. Portanto, ao lugar da celebração de narrativas de pretensões universais e absolutas, deve-se instalar o reconhecimento das múltiplas temporalidades susceptíveis de situar cada récita no espaço/lugar real e simbólico próprio. Por exemplo, o reconhecimento, a atribuição de um lugar e a celebração do particular devolverão os mitos coloniais às temporalidades das suas produções. Ao mesmo tempo, sepultam os anacronismos das suas persistências contemporâneas metamorfoseadas, por exemplo, sob determinados discursos paternalistas, embalsamados de afectos (tal como uma retórica vazia sobre a

¹⁷ SCOTT, Joan W. – *Théorie critique de l’histoire...*, p. 120.

¹⁸ BHABHA, H. K. – *Les Lieux de la Culture. Une Théorie Postcoloniale*. Paris: Payot, 2007. ISBN 978-2-228-90183-3. p. 29-30.

lusofonia¹⁹) e de melancolias. Melancolias que o luto ainda não totalmente realizado do império esperam ver compensado pela instauração do dever de memória, passível de conformar e conciliar o Portugal pós-colonial com a sua memória colonial e imperial.

Em jeito de conclusão

Quando problematizamos a questão da memória colonial, não podemos deixar de considerar os contextos que constantemente desafiam a prática historiográfica contemporânea perante a complexidade da dinâmica social e pós-colonial. Afinal, temos que admitir que uma totalidade histórico-social constitui sempre um campo de relações estruturadas pela articulação heterogénea e descontínua de diversos âmbitos de existência social, cada um deles estruturado com elementos historicamente heterogéneos, descontínuos no tempo e, por vezes, conflituosos²⁰. Significa que devemo-nos ater na complexidade da realidade social contemporânea, sobretudo quando as relações entre a memória colonial/imperial e o dever de memória pós-colonial ainda não se instalaram devidamente por via das práticas políticas susceptíveis de conciliar o tempo contemporâneo pós-colonial com a descontinuidade do tempo e da memória colonial entre o presente do nosso passado e o passado do nosso presente. Memórias e resíduos coloniais que ainda não tiveram o seu verdadeiro lugar de declaração e de celebração, no imaginário e no espaço público português e africano, de forma a possibilitar sentidos comemorativos tendencialmente conciliatórios. Longe de pleitear por uma prática memorial una e utopicamente satisfatória (que nunca existirá porque a memória constitui sempre um campo de disputa pelo poder entre actores interessados), deve-se admitir a pluralidade de memórias colectivas e buscar sentidos comemorativos e simbólicos passíveis de congregar actores e sujeitos diferentes perante memórias suscitadoras de sentidos emocionais e afectivos também eles diferentes. Aliás, *co-memorar* não remete para a ideia de lembrar juntos? Quando lembramos/recordamos juntos exorcizamos os fantasmas, os mitos coloniais e sepultaremos as melancolias de um império que, ao longo de quase todo o século XX, norteou os sentidos identitários de Portugal como estado-nação imperial. Sepultar não significa esquecer, apagar traços, deixar de rememorar. Aqui o sepultar remete para a significação da ideia de atribuir um espaço, de dar um lugar, de situar. Tal como damos um lugar ao morto, então a memória colonial e pós-colonial ainda aspiram por um lugar efectivo, de forma a permitir devidamente a escrita da história contemporânea portuguesa e africana. Escrita: não para auxiliar estratégias de silenciamento, de ausência de lugares e de espaços críticos para a problematização da história colonial, mas sim para o exercício consciente do dever de memória e da produção historiográfica susceptível de exumar o passado do nosso

¹⁹ BARROS, Víctor – “A lusofonia como espellismo dunha casa miticamente común”. *Tempo Exterior. Revista de análise e estudos internacionais*. Galicia: Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional (IGADI). ISSN 1579-6582. N.º 19. Vol. X (I), (Xullo/Decembro, 2009) p. 7-21.

²⁰ QUIJANO, Aníbal – “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. *Journal of World-Systems Research* [Em linha]. VI, Number 2 (Summer/Fall, 2000) p. 354. [Consult. 7 de Março de 2011]. Disponível em WWW <URL: <http://jwsr.ucr.edu>>. ISSN 1076-156X.

presente e sepultar dar lugar ao presente do nosso passado. Em rigor, a crítica não só dará conta da nossa situação pós-colonial, como também contribuirá para ultrapassar alguns mitos e fantasmas que ainda pairam sobre o nosso imaginário contemporâneo.

Em Portugal, é mais do que evidente a “falta de imaginação”²¹ em determinados contextos e, por conseguinte a deficiente instalação da história colonial e dos estudos críticos pós-coloniais no espaço público, por exemplo, do ensino e do debate universitário. Daqui, deriva também o deficiente trabalho de desconstrução e de exorcização dos resíduos coloniais ainda persistentes no imaginário português contemporâneo, o que continua a alimentar e a garantir a força obstinada de alguns mitos ainda não totalmente esvaziados da sua força fantasmática. Significa que, para além de representações literárias ou populares da colonização, deve-se pôr a questão da sua circulação no tempo e no espaço da memória colectiva do passado colonial nas sociedades pós-coloniais²². Porque certas representações dialogam com as do passado colonial numa troca frequente entre os campos que as reificaram, tal como, por vezes, elas se manifestam entre outras no mito da raça. Por exemplo, nalgumas representações associadas à construção discursiva da imagem do *Outro*, portador do estigma, outrora indígena colonizado, mas agora imigrante²³.

Do que vem de ser dito, não podemos deixar de referir ainda quanto à necessidade de uma actuação sempre crítica relativamente à operação historiográfica da história colonial e pós-colonial das ex-colónias. Se por um lado, o contexto pós-independência incitava à escrita de uma história ideológica posta ao serviço, sobretudo, da legitimação política dos recém-constituídos estados-nação, por outro, mais do que nunca, cabe hoje ao historiador africanista (de origem africana, europeia ou outra) abrir as vias à renovação do pensamento e da operação crítica historiográfica: a história não deve instalar-se como um campo de julgamento moral e político das acções dos homens, dos seus objectivos e fins. Ela deve diagnosticar os contextos e dar um carácter explicativo rigoroso aos factos, situando-os dentro da complexidade que os determinaram. Em síntese: *desideologizar* a história, *despartidarizar* a memória colonial e as suas manipulações, e *descolonizar* o imaginário nacional e as identidades. Mas como? Através da desconstrução de concepções essencialistas e do reconhecimento da heterogeneidade das temporalidades enquanto elemento constitutivo da não linearidade do tempo histórico e das sociedades. Então, a magistralidade da história impõe-se pela instauração do pensamento crítico e pela prática do rigor que exuma, dos silêncios coloniais e dos escombros do império, as diferentes temporalidades da memória da

²¹ Cf. TORGAL, L. R. – “As Comunidades Imaginadas. Reflexões metodológicas sobre o estudo dos Nacionalismos Africanos”. In TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.; SOUSA, J. S. (Coord.) – *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN 978-989-8074-57-7. p. 228.

²² SAPIRO, G.; STEINMETZ, G.; DUCOURNAU, C. – “La Production des Représentations Coloniales et Postcoloniales”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Paris: Le Seuil. ISSN 0335-5322. N.º 185 (2010) p. 10.

²³ Veja-se entre outros: JERÓNIMO, M. B.; DOMINGOS, N. – “O «grémio da civilização»: do indígena ao imigrante”. *Le Monde Diplomatique*. (Edição portuguesa). Lisboa: Cooperativa Cultural Outro Modo. N.º 5 (7 de Março, 2007). Disponível em WWW <URL: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article406>>.

colónia e também da *pós-colónia*. Somente a crítica devolve e investe a história da sua função pedagógica e cívica, susceptível de corrigir, complementar e conciliar a história investigada, com a história ensinada e a história comemorada. Mais: é pela via da crítica histórica que a memória reencontra o sentido da justiça²⁴. E, se é verdade que contribuir para a história da África implica um esforço historiográfico e crítico incessante²⁵, também não é menos verdade que devemos admitir a própria crítica, como uma operação que nos coloca sempre numa situação desconfortável²⁶. A sua valência reside precisamente no inquirido e nas interrogações que ela coloca sobre os fundamentos, os valores, as condições de possibilidades e as relações instauradas pela dinâmica e complexidade dos processos históricos. Por isso, a crítica não deve figurar como uma espécie de avaliação negativista que pretende anular, sublimar ou condenar a realidade (por exemplo, do colonialismo). Trata-se de um esforço que visa pôr em dia e destacar as premissas sobre as quais repousam as categorias que organizam ou condicionam a nossa identidade (pessoal, social, nacional), atribuindo-lhes uma história, situando-as no tempo e submetendo-as ao exame²⁷. Portanto, a operação crítica deve auxiliar a própria construção do imaginário político contemporâneo, assim como a projecção do olhar africano e sobre África em direcção a novos tempos²⁸.

²⁴ RICOEUR, Paul – *La mémoire, l'histoire,...*, p. 650.

²⁵ CHRÉTIEN, Jean-Pierre – “Pourquoi l’Afrique, pourquoi l’histoire?”. *Afrique & Histoire*. Paris: Verdier. ISSN 1764-1977. Vol. 1 (2003) p. 10.

²⁶ SCOTT, Joan W. – *Théorie critique de l’histoire...*, p. 62.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ MBEMBE, Achille – *Sortir de la grande nuit. Essai sur l’Afrique décolonisée*. Paris: Éditions La Découverte, 2010. ISBN 978-2-7071-6670-8; MBEMBE, Achille – *De la Postcolonie: Essai sur l’imagination politique dans l’Afrique contemporaine*. 2ª ed. Paris: Karthala, 2000. ISBN 978-2-84586-078-0.

Na procura de novos temas de
História Contemporânea
os *Sokols* ou Falcões Portugueses de Cabo Verde (1936-1939)

Maria Adriana Sousa Carvalho

Maria Adriana Carvalho, Doutora em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação, Universidade de Lisboa. Professora Auxiliar da Universidade de Cabo Verde. Pró-Reitora para a Graduação, Inovações Pedagógicas, Educação a Distância e Assuntos Académicos, Universidade de Cabo Verde. E-mail: adriana.carvalho@docente.unicv.edu.cv

[A cidade de Mindelo] architectada em estilo e influência portuguesa dos sécs. XVIII e XIX, com ruas estreitas, calcetadas à portuguesa, com edifícios e casas de altos pés direitos e onde pontificavam janelas com persianas e varandas pombalinas, a maioria dessas casas continha os chamados sobrados, tão característicos das zonas tropicais em que os Portugueses deixaram as suas marcas. A cidade abrigava uma população, quase cem por cento mestiça, produto de uma miscigenação de quase cinco séculos, reflectindo ainda um tipo de escravatura social de domínio escravocrata. Dividida em pelo menos três classes sociais, na primeira contavam-se os indivíduos (mestiços brancos), ainda descendentes dos antigos senhores, proprietários de terras, abastados comerciantes, alguns médicos, advogados provisionários, alguns professores de instrução primária, altos funcionários e alguns portugueses (chamados *mondrongos*) residentes, e que exerciam actividades no comércio ou no funcionalismo. A colónia estrangeira era constituída mais por Ingleses que, embora levando uma vida social à parte, eram considerados como pertencentes à 1ª classe, à elite. Não obstante a sua distância em relação à sociedade autóctone, deixaram nela os seus traços, tanto nas elites como no povo. Costumes tais como o tomar *whisky com soda* à tardinha e o *gin e tonic* de manhã, antes do almoço, o consumo do sacramental chá da Índia, o uso do *smoking* para festas e bailes importantes, desportos como o *tennis*, o *golf*, o *crickete* talvez a *corrida-a-pau*, a utilização permanente, em época estival, do *short* (calções) ou mesmo no dia-a-dia, a introdução de termos ou mesmo de expressões de língua inglesa no léxico corrente, alguns hábitos alimentares como o café da manhã acompanhado de ovo estrelado ou «quente», com toucinho ou *bacon*, etc. generalizaram-se de tal ordem no sistema culinário sanvincentino que, mesmo, presentemente não podem ser tomados como resíduos, mas como modelos ou padrões enraizados e interiorizados.

(Mesquitela Lima, 1992, p. 31-32)¹

A epígrafe que abre este texto situa-nos na cidade de Mindelo, na província de Cabo Verde nos anos trinta do século XX, onde eclodiu o movimento associativo Os Falcões Portugueses de Cabo Verde ou *Sokols* de Cabo Verde.

Na procura da inteligibilidade da condição histórica e cultural de uma sociedade flagelada pelas estiagens e governação colonial, deparámo-nos com uma organização juvenil modelada no paradigma dos *Sokols* da Checoslováquia² que, insolitamente, vivificou na cidade de Mindelo, no período de 1932 a 1939 e se autodissolveu face ao ónus institucional da Mocidade Portuguesa.

¹ LIMA, Mesquitela – *A poética de Sérgio Frusoni: uma leitura antropológica*, p. 31-32.

² “Miroslav Tyrš, admirador do ideal grego da *kalokagathia* e Jindřich Fügner criaram a União Praguense de Cultura Física (1862) com o objectivo da elevação do nível físico, espiritual e moral da nação checa, educação para um comportamento honesto em favor da democracia, amor à terra natal e veneração para com o legado espiritual nacional. [...] O carácter patriótico e cívico deste movimento maciço tornou-se um espinho nos olhos do poder austríaco, logo que a guerra mundial eclodira [...] e durante a ocupação alemã (1939-1945) os Sokols foram perseguidos como o grande grupo da resistência nacional, sendo a organização oficialmente proibida em 1941.” KLIMA, Jan – *Falcões (Sokols) de Cabo Verde: história e legado*, p. 1.

A imprensa da época desvendou manifestações tangíveis da cultura do carácter promovidas por um movimento de inspiração não lusitana. O tempo existencial vivido foi encenado no romance “Capitão de Mar e Terra”, de Henrique Teixeira de Sousa³ e resguardado na memória da sociedade mindelense. Ao folhearmos o álbum de fotografias de Manuel Nascimento Ramos⁴, “abrimos as palavras e as coisas, descobrimos os enunciados e as visibilidades, a fala e a visão”⁵ dos itinerários dos Falcões de Cabo Verde.

O presente texto pretende resgatar a memória dos *Sokols* na cidade colonial, a partir da narrativa ficcional de Teixeira de Sousa, num confronto crítico com as fontes documentais. Ao tentarmos resgatar a identidade dos jovens *Sokols*, na ilha de S. Vicente, mesclamos o subjectivismo da narrativa ficcional e a objectividade da dimensão histórica, a memória (social e pessoal) reinventada e os factos ocorridos e não imaginados (comprovados pelas fontes). O romancista-personagem intercala a história da cidade de Mindelo com lapsos das histórias de figuras míticas conhecidas dos leitores – os Falcões Portugueses de Cabo Verde.

Origens

Joel Sokol falava com fluência, com ar de chefe, e respeitando a gramática. Estudou no Seminário-Liceu de São Nicolau⁶, embora não tivesse chegado ao fim. Por isso, era tão profundamente católico, nada tendo portanto a ver com a juventude hitleriana a organização que fundara em Cabo Verde, por inspiração, sim, dos Sokols de Praga. O que havia era um pouco de inveja por parte daqueles que, sendo pessoas importantes, nunca conseguiram, nem conseguiriam, empolgar a juventude mindelense como ele, Joel, conseguiu. Era só ver, todas as tardes, a correria de rapazes e raparigas para o quartel dos Sokol. Desde que Joel inventou os Sokols, não mais os botequins e a Praça Nova viram um mancebo nos dias úteis da semana a gastar o seu tempo em grogues ou conversas de asneiras. A partir das cinco da tarde, a mocidade passou a fazer ginástica,

³ Henrique Teixeira de Sousa [1919-2006] foi membro associado nos Falcões Portugueses de Cabo Verde. Licenciado em Medicina pela Universidade de Lisboa e com a especialidade em Medicina Tropical e Sanitária é autor de uma vasta obra literária. Além do romance que analisamos, *Ilhéu de Contenda* (Lisboa-Praia, 1978), *Contra mar e vento – livro de contos* (Lisboa, 1984), *Xaguate* (Lisboa, 1987), *Djunga* (Lisboa, 1990), *Na Ribeira de Deus* (Lisboa, 1992) e *Oh mar das tórbidas vagas* (Lisboa, 2005).

⁴ Manuel Nascimento Ramos e a esposa, Ivone Ramos abriram-nos as portas da sua casa, na cidade de Mindelo e colocaram à nossa disposição o álbum de fotografias dos *Sokols* de Cabo Verde. Manuel Ramos foi membro associado dos Falcões de Cabo Verde e escreveu as memórias da organização no livro *Mindelo d'outrora* (2003).

⁵ DELEUZE, Giles – *Foucault. Os estratos da formação histórica*, p. 87.

⁶ O Seminário Eclesiástico da Diocese de Cabo Verde foi criado por Decreto de 3/9/1866, na ilha de S. Nicolau e extinto por força da Lei n.º 701, de 13/7/1917. Foi Seminário e Liceu, com duas classes dos alunos, “dos que se destinam ao estudo eclesiástico; dos que quiserem estudar no mesmo estabelecimento sem se destinarem à vida eclesiástica” (Decreto, de 3/9/1866, art. 7º). “Formou a «inteligentzia» que vai permitir a «cabo-verdianização» do funcionalismo público de Cabo Verde (dir-se-ia hoje «localização») levando a uma espécie de emancipação administrativa da colónia a nível do pessoal”. OLIVEIRA, João Nobre – *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)*, p. 80.

a marchar, a aprender a ser disciplinada, desenvolta, pura e sã, na parada do quartel dos Sokols no rabo da Salina. O lema era: «*Mens sana in corpore sano.*»⁷

Joel Sokol [Joel da Silveira] é a personagem do romance de Teixeira de Sousa que corresponde à de Júlio Bento de Oliveira⁸, comandante dos Falcões. Júlio Rendall, filiado da organização, recorda-o, bem como as origens do movimento: “Ele tinha um barquito chamado Sereia, sabia inglês e, numa das viagens a Santo Antão, lera um artigo sobre a *Sokol* de Praga, uma associação que estava a contribuir com os seus trabalhos cívicos para o desenvolvimento da Checoslováquia. Funda-se algo do género, em S. Vicente, com meia dúzia de indivíduos. A malta foi aderindo, com gente do liceu e também com trabalhadores da Companhia”⁹. A Associação denominada *Falcões Portugueses* ou *Sokols de Cabo Verde* foi fundada, na cidade de Mindelo, no ano de 1932¹⁰. Henrique Ferreira Lima, na brochura *Relações entre Portugal e a Tchecoslováquia* cita o *Diário de Notícias*, de 30/7/1935, que alude a “uma grande parada dos *sokols* portugueses, em 16 de Julho, em São Vicente de Cabo Verde”¹¹.

Estética da juventude

Noite avançada, no momento em que se dançava uma valsa, entrou o comandante dos *Sokols*. Chegou muito tarde, talvez porque estivesse de serviço no Telegraph. Surgiu reluzente no seu dólman braço cravado de estrelas. Por sobre a pala do boné pousava um falcão de asas abertas. Mochim do Monte fiou com o arco no ar. A juventude perfilou-se em saudação do Sr. Joel. Feitas as continências, soou com vigor o grito de guerra: «Dreizdrau, zdrau, zdau». Imediatamente lhe meteram uma dama entre os braços e ordenaram à orquestra que reencetasse a peça. O Sr. Joel conseguiu deveras abrir as pálpebras das acompanhantes na valsa em que rodopiavam as estrelas, o talabarte e o cinturão, o falcão de bico adunco e asas desfraldadas, rodopio delicado, emparceiramento folgado, discreto, não a colagem indecente dos pezinhos de agora. Aquilo, sim, aquilo é que era dançar como devia ser.¹²

⁷ SOUSA, Henrique Teixeira – *Capitão de mar e terra*, p. 129.

⁸ Júlio Bento de Oliveira frequentou o Seminário-Liceu de S. Nicolau não tendo concluído o curso devido à sua extinção em 1917. Foi funcionário da Western Telegraph Company (1922- 1958) e Presidente da Câmara Municipal de Mindelo (1947-1960). Foi o mentor e comandante dos Falcões Portugueses de Cabo Verde.

⁹ Luís Silva Rendall foi entrevistado por José Vicente Lopes, em 31/5/1995. LOPES, José Vicente – *Cabo Verde: Os bastidores da independência*, p. 92.

¹⁰ Estatutos dos «Falcões Portugueses de Cabo Verde», 23 de Outubro de 1934. *Boletim Oficial da Colónia de Cabo Verde*. Praia: Imprensa Nacional. N.º 52 (29 de Dezembro de 1934).

¹¹ Jan Klíma explica que, em 1932, o Dr. Gomes dos Santos, chefe do Núcleo Educativo da Propaganda Educativa visitou a IX Festa dos Sokols (*Sokolskýslet*) em Praga e que o jornalista Armando de Aguiar descreveu a mesma festa para o *Diário de Notícias*. No mesmo ano esteve em Praga o General Ferreira Martins que informou a revista *Pestrýtýden (Variedades da Semana, 9-6-1932)* sobre as actividades dos Sokols Portugueses (2008, p. 1).

¹² SOUSA, Henrique Teixeira – *Capitão de mar e terra*, p. 103-104.

Os Estatutos da Associação dos Falcões Portugueses de Cabo Verde, de 23/10/1934¹³, comprovam a coreografia do aprumo, da força e disciplina.

Art. 88º. O uniforme pode ser em drill branco ou kaki para 1.º, 2.º e 3.º oficiais e sub-oficiais. Será igual para todos e constituído por:

- 1º - Dolman com gravata preta, calças e sapatos da côr do dolman, boné branco com pala de verniz preto, ou boné bivaque da mesma côr do dolman;
- 2º - Os chefes dos juniores usarão, de ordinário, dolman em kaki, calção azul, com boné marujo à americana, e nos exercícios usarão, obrigatoriamente, uma camisola branca, calção azul escuro e sapatos de lona branca;
- 3º - Os oficiais e sub-oficiais da Secção Náutica usarão, de ordinário, calças de flanela creme, sapatos brancos, casaco azul do tipo «Yactman» e boné com pala de verniz preto;
- 4º - Os chefes e juniores da Secção Náutica usarão, de ordinário, bluzo à maruja com calção azul, e em exercícios da Secção uma camisola especial, mas de modelo aproximado dos outros;

[...]

Art. 90º. Os membros do Conselho da Organização, bem como os oficiais de carreira escolar, terão distintivos especiais além da sua patente a saber:

- a) O 1º Comandante, um círculo dourado envolvendo as estrêlas;
- b) O 2º Comandante, um triângulo dourado envolvendo as estrêlas;
- c) O Ajudante, um ângulo com o vértice virado para cima e estrêlas;
- d) Os oficiais do 7º não dos Liceus, dois traços dourados por baixo das estrêlas;

[...]

§ único. Usarão também um cordão amarelo que passa pela platina do lado direito, indo prender ao apito de comando dentro do bolso do mesmo lado.

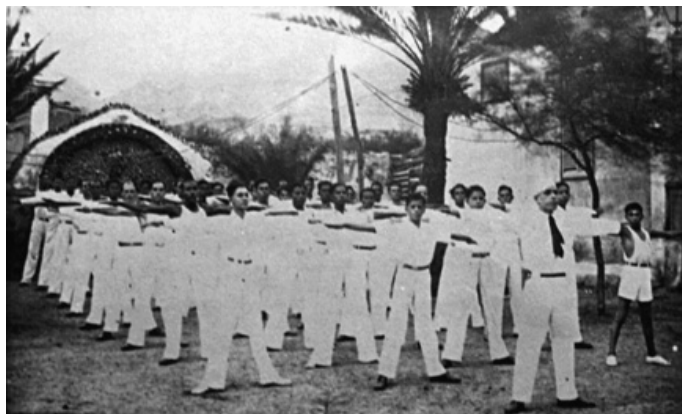
O *Boletim dos Falcões de Cabo Verde* (Jan. 1936) descreve “uma formatura branca de aproximadamente 80 oficiais de calção, camisa e bonet à americana”, que entoavam em coro: “Drel: Zdraus / Zdrau! / Zdrau!Zdrau! E alegres cantemos com ânimo. É o grito dos novos no seu elemento”¹⁴.

Sokolinas

Duas filas de *sokolinas* ladeavam o féretro, impecáveis nos seus uniformes brancos, o estandarte da organização inclinado pesarosamente, a banda cadenciando acordes doridos, passos após passo em direcção à última morada. Ó xente, quem foi que morreu?

¹³ Segundo Luís Rendall, os estatutos da associação foram redigidos por Baltasar Lopes da Silva, professor do Liceu de Mindelo e um dos fundadores do Movimento Claridade. In LOPES, José Vicente – *Cabo Verde: Os bastidores ...*, p. 92.

¹⁴ FIGUEIREDO, Saint’ Aubyn – “Zdrau, zdrau, zdrau (digressão a João d’Évora)”. *Boletim dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*, p. 2.



Exibição dos Cadetes dos *Falcões Portugueses* de Cabo Verde,
Mindelo, 1934¹⁵

Foi aquela rapariga do Canal Gelado que andava fraca de peito. Quem? Tanha? Tanha morreu? Ah, coitada da Tanha! Era tão bonita, tão boazinha! Ali vai um anjo para o Céu. Era uma rapariga inteligente, já estava muito adiantada no liceu. Uah, colegas do liceu não vieram ao enterro dela? Não vieram, como? Não vês aquelas raparigas fardadas de branco? Aquelas são dos Sokols. Ah, pois, Sokols e liceu é quase a mesma coisa. Todos os estudantes são dos Sokols. Mas tem gente que não é do liceu. Tem sim. Tem gente de todas as camadas. É uma disciplina, menina, que nem de quartel! Eu vou meter-me no Sokol. Porque não? Quem sabe se a tua vida não mudava. Olha, lá tem ginástica, tem escola de tudo. É preciso pagar alguma coisa? Não, menina, é tudo de graça. Adé, de graça como? De graça, sim. O Sr. Joel é que sustenta os *Sokols*. Tudo que ganha no Telegraph gasta ali no rabo da Salina. Mas esse Sr. Joel é um homem formidável! Então não é? Imagina que ainda há pessoas que acham o Sr. Joel maluco. Maluco porque traz a mocidade num fogo de entusiasmo, com marchas, tambores, cornetas pelas ruas da Morada? E Sokols não é só isso. É também uma escola de virtudes. Lá a gente tem de ser pontual, verdadeira, camarada. Mas tu és dos Sokols?

Ah, coitada de mim! Menina, conheces a minha vida.¹⁶

A presença de raparigas no movimento associativo é testemunhada pela imprensa coeva. O Conselho da Organização publicou no *Notícias de Cabo Verde* (Ago. 1934), uma nota de agradecimento a todos os pais pela “gentileza de assistirem, aos exercícios

¹⁵ As fotografias apresentadas no artigo pertencem ao acervo pessoal de Manuel Nascimento Ramos e Ivone Ramos, Mindelo.

¹⁶ SOUSA, Henrique Teixeira de - *Capitão...*, p. 88-89.

de suas gentis filhas, às 17 horas, todos os sábados”¹⁷. No mesmo periódico (Fev. 1935), “o distinto poeta e orador eloquente José Lopes, saudou muitas meninas [que] fazem parte da Corporação [...], flores de ternura e esperança a matizar o soberbo quadro das aspirações poéticas desta instituição”¹⁸.



Formação de *sokolinas*, Mindelo, 1934

Itinerários urbanos

Quando os *sokols* saíam à rua todo o mundo era sacudido por um sismo interior. Mancos e aleijados, sabidos e néscios, gatos e cães, viravam possesso, com vibrações que ainda mais acirravam a marcialidade joelina. O roteiro era sempre o mesmo. Partiam da Salina rumo à Rua do Coco. Daqui subiam até ao liceu, virando à esquerda na direcção do Palácio do Governo. Desciam a rua de Lisboa, curvavam à direita, entrando na rua Infante D. Henrique. Os ingleses da Western Telegraph vinham bisbilhotar enquanto os alvos dólmanes se distanciavam para o lado da Praça Nova, que contornavam, metendo-se em seguida na rua de Camões. Desta rua torciam para a rua Machado, em marcha cadenciada, até ao Senhor António Sapateiro, passando pelas traseiras da Câmara Municipal, a caminho da Rua da Moeda. O caudaloso rio vinha finalmente desaguar no ponto de partida., ou seja, no largo da Salina. E assim não seria outro o itinerário nessa manhã radiosa em que os *sokols* mais uma vez provavam a sua força e disciplina, em beleza, bem entendido.¹⁹

¹⁷ *Notícias de Cabo Verde*. N.º 98 (25 Ago. 1934) p. 3.

¹⁸ LOPES, José – *Notícias de Cabo Verde* (15 Fev. 1935) p. 4.

¹⁹ SOUSA, Henrique Teixeira - *Capitão...*, p. 149.

O único jornal da cidade e da colónia, *Notícias de Cabo Verde* (1938), descreve um desfile dos *Sokols*, por ocasião das festas do centenário da cidade de Mindelo: “impecáveis e garbosos na sua marcha e perfeitos nos exercícios exibidos, arrancaram do público palmas vibrantes, sendo no final delirantemente ovacionados quando, num dos exercícios, a assistência se surpreende com a formação da frase «Viva Mindelo», constituída pelos corpos dos simpáticos atletas, irmanados com a terra”²⁰ (1938, Junho 15).



Marcha dos *Falcões Portugueses* de Cabo Verde em frente à
Câmara Municipal de Mindelo, 1938

A municipalidade²¹ saudou a colaboração da associação que concorria para a educação integral da juventude, pois além de almejar “combater a decadência física do povo”, estabelecia “a conveniência da necessidade social da ordem, disciplina e trabalho”²² (art. 2º, Estatutos, 23/10/1934). Manuel Nascimento Ramos (2003) evoca o movimento a que pertenceu, que ensinou “à juventude da nossa terra o civismo,

²⁰ *Notícias de Cabo Verde*. N.º 170 (15 Jun. 1938).

²¹ Os fundos da Associação eram provenientes “do Governo, da Câmara Municipal de S. Vicente, das Câmaras de outras ilhas onde tiverem delegações, das multas recebidas dos membros activos, das receitas de festas promovidas pela Associação e das dádivas dos amigos da mesma” (Art. 5º, Estatutos dos «Falcões Portugueses de Cabo Verde», 23 de Outubro de 1934).

²² Art. 2º, Estatutos dos «Falcões Portugueses de Cabo Verde», 23 de Outubro de 1934.

o cumprimento dos deveres de cidadão para com a terra natal; o respeito pelo seu semelhante, toda a espécie de ginástica e atletismo, desde a barra, argola e trapézio, ao lançamento do dardo, do peso e do disco; ténis, foot-ball, cricket e box; saltos à vara e em altura; corrida de velocidade e de resistência; vela e noções de náutica e de bombeiros; sinais de bandeira, de espelho; manipulação de cordas com destreza e também alfabetização”²³.

Durante a crise provocada pela extinção do Liceu Gil Eanes (26/10/1937)²⁴, os Falcões – muitos eram alunos liceais – tiveram um papel actuante em defesa da casa de educação. Na decorrência da pressão da cidadania, o liceu foi restabelecido em menos de um mês (24/11/1937). A reabertura do prestigiado estabelecimento de ensino foi festejada nas ruas da cidade, “percorridas por grupos de estudantes que davam largas ao seu entusiasmo, agitando a bandeira do Liceu e dos Falcões de Cabo Verde”²⁵.

Ensino activo, racional e completo

Os mastros do *Sol-Nascente* irrompiam garbosos da parada dos *Sokols*. Joel da Silveira cada vez conquistava mais prestígio entre a juventude. Tendo enveredado para cursos práticos de electricidade, serralharia, marinharia, carpintaria, além dum elevado esforço aplicado na alfabetização dos filiados adultos. Joel colocou-se finalmente num plano em que as napoleónicas, hitlericas ou mussolinicas da sua imagem se eclipsavam perante os aspectos positivos da sua liderança.²⁶

Sentava-se sobre a caixa do leme para instruir a turma de vinte alunos, incluído o comandante Joel, que também quis aprender a arte da marinharia.

[...]

Vamos aprender seis nós na lição de hoje (era preciso puxar pelos moços). E amanhã temos de repetir tudo antes de avançarmos nos nós Para começar, reparem, meia volta e cote. Assim, assim. Tu, aí da proa, anda cá. Repara bem, Assim, assim. Tenta agora com as tuas mãos.²⁷

²³ RAMOS, Manuel Nascimento – *Mindelo d’ outrora*, p. 54.

²⁴ O Liceu Infante D. Henrique – único liceu da colónia – foi criado em 1917 na cidade de Mindelo (Lei n.º 107, de 13 de Junho). Foi extinto no ano de 1937 (Decreto n.º 28.114, de 26 de Outubro), tendo sido instituída, em alternativa, a Escola Prática de Agricultura na ilha de Santiago e a Escola Industrial e Comercial na ilha de S. Vicente. Esta medida provocou reacções de desagrado em todo o arquipélago. Foram organizadas manifestações de repúdio nas ruas da cidade de Mindelo com o envolvimento de cidadãos, estudantes, professores, pais e da Câmara Municipal. A pressão cívica resultou, pois em menos de um mês foi restabelecido o liceu (Decreto n.º 28.229, de 24 de Novembro de 1937), com a designação de Liceu Gil Eanes.

²⁵ SILVA, Francisco Lopes da – “História breve da educação em Cabo Verde IV”. *Notícias* (17 Abril) p. 14.

²⁶ SOUSA, Henrique Teixeira – *Capitão...*, p. 381.

²⁷ SOUSA, Henrique Teixeira – *Capitão...*, p. 365-367.



Desportos náuticos praticados pelos *Falcões Portugueses* de Cabo Verde

Com 2.025 filiados²⁸, não sendo uma organização exclusivamente estudantil, a associação propunha-se “divulgar conhecimentos práticos requeridos pelas necessidades da vida, impulsionar o ensino técnico e combater o analfabetismo”²⁹. Em ruptura com a resignação social, face a uma população em “atitude regressiva ou degenerada, atitude fetal e de velhice, de decadência e de subserviência”, o jornal dos *Sokols* contrapunha ao “ensino instrutivo passivo, memorizado e sedentário”, um “ensino activo, racional e completo, onde os exercícios físicos, escolhidos, ordenados, cientificamente aplicados, constituem um meio de aperfeiçoamento do homem, uma actividade escolar que procura e obtém o aumento da sua energia biológica, moral e social”³⁰.

Indiferentes a politiquices

A cultura baseada nos valores da obediência, da vontade e da autoridade inseria-se no espírito da época: “entre las dos guerras mundiales, en Europa, la juventud se convirtió en un verdadero campo de batalla en el que se manifestaba la polarización social.”³¹ Henrique Teixeira de Sousa recriou “a saudação ou continência à romana” evocativa dos signos dos movimentos juvenis de raiz totalitária, considerando-a “um gesto cordial”:

²⁸ RAMOS, Manuel Nascimento – *Mindelo d’ outrora*, p. 54.

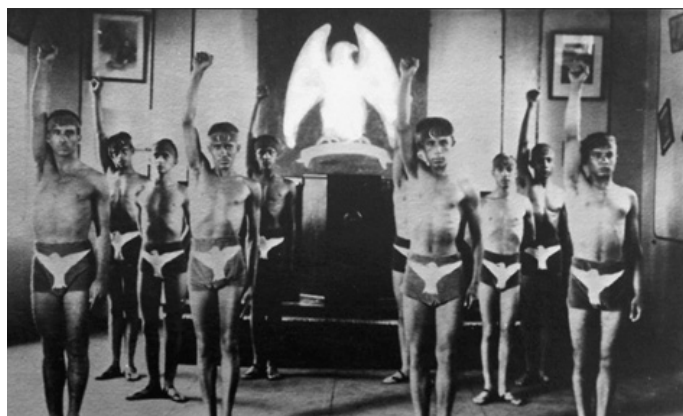
²⁹ Art. 2º, Estatutos dos «Falcões Portugueses de Cabo Verde», 23 de Outubro de 1934.

³⁰ *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*. N.º 2 (Fev. 1936) p. 4.

³¹ DEPAEPE, Marc; SIMON, Frank – “La conquista de la juventud: una cruzada educativa en Flandres durante el período de entreguerras”. *Historia de la educación, revista interuniversitaria*. 18 (1999) p. 301.

A saudação ou a continência era à romana no seu primeiro movimento, à laia de «Ave, Caesar». Em seguida, trazia-se a mão ao encontro do peito, o bordo do indicador encostadinho mesmo ao coração. Não era por conseguinte uma saudação nazi ou fascista, mas cordial («ex corde ad cordem», como também explicou o mestre Lucrecio).³²

O administrador achou bem interromperem a conversa por alguns minutos para visitarem as instalações, tanto mais que ela estava a enveredar para um tom nada simpático. Joel da Silveira tomou a dianteira, começando por mostrar o salão onde havia uma mesa de pingue-pongue ao meio, dois recantos com cadeiras e mesinhas de verga, armários com livros, galhardetes de vasos de guerra visitados, fotografias de paradas e exposições gimnodesportivas e outras actividades. Na parede do fundo, um gigantesco falcão de asas abertas, pintado por Fernando Torres, empoleirava-se sobre uma larga fita onde se lia «Força e Disciplina».³³



Saudação dos *Falcões Portugueses* de Cabo Verde

Um dos oficiais dos *Sokols*, Manuel Nascimento Ramos recorda, no livro *Mindelo d'outrora*, a visita do navio-escola «Jadran» da armada jugoslava a S. Vicente e a recepção no Porto Grande pelos *Sokols* de Cabo Verde com “a saudação à antiga romana e com a mão sobre o peito”³⁴. O texto literário reinventa o desconforto social causado pela ostentação de signos e rituais importados de movimentos juvenis contemporâneos, de ideologia fascista. O silêncio das fontes documentais sobre esta matéria é significativo.

³² SOUSA – *Capitão...*, p. 129-130.

³³ SOUSA – *Capitão...*, p. 352.

³⁴ RAMOS, Manuel Nascimento – *Mindelo...*, p. 55.

No editorial intitulado “Cá estamos”, os Falcões demarcam-se do poder: “Somos indiferentes a politiquices de cada um e só nos interessa tratar de assuntos que redundem em benefício de Cabo Verde, de uma maneira geral”³⁵. Na escrita de um enigmático X, os filiados na organização aspiravam à liberdade, “a mais bela essência da Natureza”:

Liberdade e Vida confundem-se e completam-se. É que não pode haver movimento sem liberdade. [...] Limitar-nos-emos por hoje a registar, entre as inúmeras fórmulas discutidas durante tantos séculos de agitação do problema, aquela que teve talvez o maior eco e influencia. Referimo-nos à que foi fixada, em 1789, pela Assembleia Constituinte Francesa, no artigo 4.º da sua *Declaração dos Direitos do Homem*:

“A liberdade consiste em poder fazer-se tudo o que não seja prejudicial a outrem. Portanto, cada homem pode exercer os seus direitos até os limites que garantem aos outros homens o gozo desses mesmos direitos. Só a Lei determina tais limites”.

Essa fórmula, pela sua proclamação da Liberdade dentro da Ordem, é ainda actualmente a que existe, sob aspectos diversos, no espírito de maior número de Constituições dos Estados e de regras de Direito.

Não é pois ousadia concluir-se que, seja qual fôr o seu credo político, todo aquele que estude, compreenda e pratique essa fórmula poderá considerar-se *um cidadão*, no que essa designação tem de mais elevado e progressivo.³⁶

João Nobre de Oliveira, analisou o jornal dos Falcões e verificou que não se “escrevera uma só vez o nome de Salazar e nem sequer um abrangente “Viva Portugal”. Exaltara-se “Cabo Verde em vez da Mãe-Pátria e, pior ainda, parecia estar ligado a um país estrangeiro onde fora buscar a inspiração, chegando mesmo a receber uma visita da organização congénere”³⁷.

Podiam ser águias

A intervenção cívica dos *Sokols* ganhou visibilidade pública em episódios históricos da vida da cidade de Mindelo. Em 1934, quando um grupo de famintos, comandados por Ambrósio, assaltou os armazéns da Alfândega de Mindelo em busca de milho e de outros produtos³⁸, o governo pediu aos Falcões para acalmarem a população:

³⁵ *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*. N.º 1 (Jan. 1936) p. 1-2.

³⁶ *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*. N.º 1 (Jan. 1936) p. 2.

³⁷ OLIVEIRA, João Nobre de – *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)*, p. 468.

³⁸ A revolução de Ambrósio consistiu numa manifestação da população de Mindelo, no dia 7 de Junho de 1934, que pedia ao governo que tomasse medidas para socorrer a população desempregada, numa época de grave crise alimentícia. A marcha dos manifestantes começou junto à casa de um carpinteiro, Nhô Ambrose [Sr. Ambrósio] e rumou até à Praça da República, aos gritos de «miséria» e «fome». O poema “Capitão Ambrósio” de Gabriel Mariano mitificou o carpinteiro-herói que empunhou a “bandeira / negra bandeira / bandeira negra da fome / em mãos famintas erguidas / guiando os passos guiando / nos olhos livres voando / voando livre e luzindo / inquieta e livre luzindo / luzindo a negra bandeira / clara bandeira da fome”. MARIANO, Gabriel – *Capitão Ambrósio*, p. 3-4.

O comandante Bento de Oliveira leva a questão ao conselho dos primeiros-oficiais, de que eu fazia parte e a resposta foi negativa. Argumentámos que éramos uma associação cívica e por isso não nos íamos envolver em política. Era, no fundo, uma forma de mostrar que tínhamos personalidade própria. Nós não fomos uma juventude amorfa. Lembro-me também de, nessa altura, o Dr. Baltasar [Lopes] ter discursado para a população, na pracinha da Câmara, com a tropa formada. Fez um discurso de tal modo exaltado que o Augusto Miranda – outra grande figura de S. Vicente – teve de intervir imediatamente para deitar água na fervura.³⁹

O excessivo protagonismo de uma organização, inspirada em associações patrióticas e cívicas da Checoslováquia, não era compatível com a ordem estabelecida pelo regime do Estado Novo. Teixeira de Sousa ficcionou a vigilância das autoridades coloniais, premonitória do fim da organização:

[Num desfile de protesto contra a extinção do liceu] Aquele mar de criaturas veio espriar-se no Largo da Salina, frente ao quartel dos Sokols. Veio espriar-se com tanta impetuosidade que o desfile prosseguiu com jeitos de repetir o itinerário percorrido. Então o Sr. Administrador achou que já era marcha a mais, clarinete a mais, rebuliço a mais, e mandou o chefe da Polícia parlamentar com o comandante dos Falcões.

– Só mais uma voltinha – implorou Joel da Silveira alagado em suor.

– Mas só mais uma voltinha, Sr. Joel – comentou o chefe da Polícia.⁴⁰

O *canto do cisne* dos Falcões Portugueses de Cabo Verde acontece quando a Mocidade Portuguesa se instala na colónia. A passagem de testemunho da associação cívica para a Mocidade Portuguesa e a submissão ao poder do governo colonial foi reconstituído por Teixeira de Sousa:

– Ora, Sr. Comandante, aqui o Sr. Administrador já me relatou pormenorizadamente as actividades desta associação. De resto, em Lisboa, isto é, na Mocidade Portuguesa, não ignoramos a vossa existência. Estou incumbido duma importante missão, missão que consiste em fazer os primeiros contactos com as entidades responsáveis directas da educação dos jovens em todas as colónias, com o objectivo de estendermos a Mocidade Portuguesa até estas terras. Ora, aqui, em Cabo Verde, vocês têm já um embrião, que é isto, parece que com filiais ou sucursais noutras ilhas, segundo me informou o Sr. Administrador. Há um começo, um começo, aliás, muito auspicioso, muito prometedo, pelo que vejo. Para encurtar razões, que acha o Sr. Comandante à ideia de transformarmos isto em Mocidade Portuguesa?

Joel de Oliveira acelerou o mexer das pálpebras, entortou a boca num sorriso de estranheza e de embaraço ao mesmo tempo. Alfredo Araújo fez uma carona de meter medo. O Sr. Administrador não pôde esconder a sua curiosidade. Qual seria a resposta de Joel da Silveira?

³⁹ LOPES, José Vicente – *Cabo Verde: Os bastidores ...*, p. 93.

⁴⁰ SOUSA, Henrique Teixeira de – *Capitão ...*, p. 168-169.

Como que por milagre ou por dignidade do cargo, Joel empertigou-se frente ao major e falou:

– Nada temos contra a Mocidade Portuguesa. De resto é uma instituição também benéfica para a juventude. Só que nós aqui nos Falcões não estamos interessados em ser outra coisa que não seja só Falcões.

– Mas podiam ser águias. Então voavam mais alto – replicou o major com expressão irónica.

– As nossas asas bastam para lá chegarmos – disse Joel meio a sério, meio a gracejar.⁴¹

Durante três anos (1936 a 1939), *falcões e águias* coexistiram. Com a presença da Mocidade Portuguesa, no arquipélago (Decreto 29.453, de 17/2/1939), “os membros associados dos Falcões Portugueses de Cabo Verde deveriam “converter-se na Ala nº 2, Afonso de Albuquerque, sob o comando do Capitão Luís Ferreira Pinto, que era também o administrador do concelho de S. Vicente”⁴². A imprensa deu destaque ao acontecimento:

O criador admirável da primitiva instituição [Falcões], precursora da actual [Mocidade], Sr. Júlio Bento de Oliveira, [...] formou, com estrénuos esforços e sacrifícios inúmeros de jovens inteligentes e dedicados, como Adolfo de Oliveira, Malaquias Roberto, Filipe Pinheiro e outros, que, por sua vez e em cooperação com o seu prestimoso comandante, instruíram muitas centenas de rapazes em exercícios diversos de ginástica e mais desporto.

A Ala nº 2 é superiormente comandada pelo capitão de cav. Sr. Luiz Ferreira Pinto, distinto Administrador do Concelho.

Os exercícios desenvolveram-se, recentemente, de maneira intensiva, a fim de termos rapazes da Mocidade, em número de 200, a prestar homenagem a Suas Excias o Presidente da República e o Ministro das Colónias, na sua visita à cidade da Praia.

Há dias, depois de uma bela parada no Largo Almirante Reis, cerca de 800 moços desfilaram garbosamente pelas ruas da cidade do Mindelo, impressionando orgulhosa e enternecedoramente a população.

No dia 21 do corrente, à tarde, no referido Largo, fez-se o ensaio geral dos exercícios que serão exibidos na Capital da Província.

Assistência numerosíssima, em que abundaram senhoras e meninas, com a presença do Sr. Governador de Cabo Verde.

Marchas interessantes, lindos números de ginástica musicada ao som de alguns instrumentos da Banda, homenagem à Pátria, com cantos apropriados.

Surpreendeu agradavelmente a perfeição com que foram executados, atendendo ao curto espaço de tempo dos ensaios.

Mereceram bem os simpáticos executantes os calorosos aplausos com que foram premiados.

Fazemos votos muito sinceros para que honrem Cabo Verde em geral e S. Vicente em especial, perante os ilustres visitantes.⁴³

⁴¹ SOUSA, Henrique Teixeira de – *Capitão...*, p. 351.

⁴² OLIVEIRA, João Nobre de – *A imprensa...*, p. 469.

⁴³ *Notícias de Cabo Verde*. N.º 186 (23 Jun. 1939) p. 2.

No ano de 1939, a Mocidade Portuguesa apropria-se do legado dos Falcões Portugueses de Cabo Verde e institucionaliza-o. O movimento que sonhou com o ideal grego da *kalokagathia* extinguiu-se. Os princípios da educação integral foram incorporados na retórica da Mocidade Portuguesa, instrumento do Estado Novo para a regeneração física e moral da juventude que devia assegurar a coesão da Pátria Imperial.

Tentou-se, neste artigo, divulgar um tema da História Contemporânea que deve ser estudado numa perspectiva nova, que dissolva os limites clássicos dos jogos do poder colonial e coloque na agenda da investigação uma abordagem comparativa no quadro das relações internacionais Europa (não apenas Portugal) – África, nos anos trinta do século XX.

Bibliografia e Fontes

- Boletim dos Falcões Portugueses de Cabo Verde*. N.º 1 (Jan. 1936) p. 1-3.
- DELEUZE, Gilles – *Foucault. Os estratos ou formações históricas*. Lisboa: Editorial Veja, 1987.
- DEPAEPE, Marc; SIMON, Frank – “La conquista de la juventud: una cruzada educativa en Flandres durante el período de entreguerras”. *Historia de la educación, revista interuniversitaria*. Salamanca: Ediciones Universitarias. N.º 18 (1999) p. 301-320.
- “Estatutos dos «Falcões Portugueses de Cabo Verde». 23 Out. de 1934”. *Boletim Oficial da Província de Cabo Verde*. N.º 52 (29 Dez. 1934) p. 368-354.
- FIGUEIREDO, St. Aubyn – “Zdrau, zdrau, zdrau (digressão a João d’Évora)”. *Boletim dos Falcões de Cabo Verde*. N.º 1 (Janeiro 1936) p. 3.
- KLÍMA, Jan – *Os Falcões (Sokols) de Cabo Verde: História e legado*. 2008. (Documento manuscrito inédito cedido pelo autor).LIMA, Henrique de Campos Ferreira – *Relações entre Portugal e a Tchecoslováquia*. Vila Nova de Famalicão: Tip. “Minerva”, de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1936.
- LIMA, Mesquitela – *A poética de Sérgio Frusoni: uma leitura antropológica*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa; Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco, 1992. ISBN 972-566-177-X.
- LOPES, José – “Falcões”. *Notícias de Cabo Verde*. N.º 110 (15 Fev. 1935) p. 4.
- LOPES, José Vicente – *Cabo Verde: Os bastidores da independência*. 2ª ed. Praia: Spleen Edições, 2002.
- MARIANO, Gabriel – *Capitão Ambrósio*. Lisboa: Edição da Casa de Cabo Verde, [s.d.]
- Notícias de Cabo Verde: quinzenário regionalista independente*. S. Vicente: S.T.P. N.º 98 (25 Ago. 1934) p. 3.
- Notícias de Cabo Verde: quinzenário regionalista independente*. S. Vicente: S.T.P. N.º 170 (15 Jun. 1938).
- Notícias de Cabo Verde: quinzenário regionalista independente*. S. Vicente: S.T.P. N.º 186 (23 Jun. 1939) p. 2.
- OLIVEIRA, João Nobre de – *A imprensa cabo-verdiana (1820-1975)*. Macau: Fundação Macau, 1998. ISBN 972-658-017-X.
- RAMOS, Manuel Nascimento – *Mindelo d’outrora*. 2ª ed. Mindelo: Edição do Autor, 2003.
- SILVA, Francisco Lopes da – “História breve da educação em Cabo Verde IV”. *Notícias* (17 Abril 1992) p. 14.
- SOUSA, Henrique Teixeira de – *Capitão de mar e terra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1984.

História e memória
o caso das “aparições” de Água de Pau em 1918

Carmen Ponte

Carmen Ponte, Bolseira de pós-doutoramento em História da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Doutora em Lettres et Langues, Langues Vivantes-portugais e em Línguas e Literaturas Românicas, Cultura portuguesa pela Universidade de Poitiers e Universidade dos Açores. Investigadora do CEIS20. E-mail: carmengoujon@neuf.fr

Introdução

Entre Junho e Julho de 1918, verificou-se, na freguesia de Água de Pau da ilha de São Miguel, Açores, um singular fenómeno que muitos dos seus habitantes e parte da imprensa local denominaram de “aparições” de Nossa Senhora. Estas supostas “aparições” vêm no seguimento das que se verificaram em Fátima entre 13 de Maio e 13 de Outubro de 1917¹ e noutras localidades portuguesas. É neste contexto que nos propomos apresentar o caso das “aparições” de Água de Pau, em 1918, procurando analisar a partir da confrontação de fontes escritas e orais o processo cronológico e histórico das “aparições” e a edificação da ermida, que, ainda que “oficialmente” o não fosse, constituiu, sem dúvida, uma espécie de homenagem ao evento. Nesta perspectiva, pretende-se, pois, reconstruir a história das “aparições” de Água de Pau a partir, por um lado, da documentação escrita e por outro, da oralidade mnemónica como fonte alternativa de reconstrução do passado deste acontecimento local ainda preservado na memória da comunidade paense. Para além da investigação na imprensa da época e nos documentos oficiais da Igreja, abordaremos, sobretudo, a “construção” da memória do acontecimento nas décadas seguintes, bem patente, por exemplo, na imprensa. Visto tratar-se de um tema do século XX, e partindo do princípio que a memória colectiva, como elo de interpretação do passado, é a voz e a imagem do acontecido, faremos uso de técnicas pertencentes ao universo metodológico da história oral como instrumento para o estudo deste facto de religiosidade popular de Água de Pau. Nesta perspectiva, a recolha de testemunhas orais (habitantes de Água de Pau) permitirá fornecer uma ideia aproximada do que ainda resta de significativo deste “acontecimento” na memória colectiva e também do significado que se atribui à Ermida sob a invocação de Nossa Senhora do Monte, construída treze anos após as “aparições”.

As “aparições” de Água de Pau em 1918: reconstrução dos eventos

Entre Junho e Julho de 1918, correu a notícia de que, na freguesia de Água de Pau, (concelho da Lagoa, ilha de São Miguel, Açores), teriam acontecido fenómenos sobrenaturais logo identificados como “aparições” marianas.

A primeira “aparicação” tem como testemunhas e protagonistas duas crianças: Maria Joana Soares Tavares do Canto, principal interveniente das “aparições” e do “milagre do Sol”, uma vez que era a única que afirmava dialogar com Nossa Senhora, e Maria Sofia, também conhecida por Sofia Paulino, ambas com 8 anos de idade. Maria Joana, filha de Teófilo Tavares do Canto e de Isolina Adelaide Soares – família de elevada posição social da freguesia de Água de Pau – nasceu a 21 de Agosto de 1910. Maria Sofia, que nasceu na América do Norte, era filha de pais de origem irlandesa que lá haviam morrido e foi adoptada por um casal sem filhos que se fixou em Água de Pau. Maria Sofia desempenhou neste processo das “aparições” de Água de Pau um papel secundário em relação a Maria Joana do Canto.

¹ Luís Filipe Torgal desenvolveu um minucioso trabalho de investigação histórica sobre as «aparições» de Fátima e que foi um ponto de apoio importante para esta minha investigação. Cf. TORRAL, Luís Filipe - *As «aparições de Fátima». Imagens e representações (1917-39)*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2002. 241 p. ISBN 972-759-544-8.

Com base na recolha de informações e artigos sobre o assunto, a primeira “aparição” ocorreu a 18 de Junho de 1918². O único jornal que fornece esta data é o *Diário dos Açores*. Segundo o testemunho de Maria do Carmo do Canto, prima da “vidente” Maria Joana do Canto, esta primeira “aparição” de Nossa Senhora deu-se no quintal da casa do avô de Maria Joana, quando esta estava a brincar com Maria Sofia. A segunda “aparição” verificou-se no mesmo local, momento em que Nossa Senhora teria pedido às crianças para subirem ao monte chamado Pico da Figueira, como nos conta Maria do Carmo do Canto³:

A Joana e a Sofia tinham 8 anos, elas estavam a brincar as duas no quintal do Santiago e começaram a chorar muito. A avó disse: O que foi, o que é que aconteceu? Ela respondeu : Ai avó a gente viu ali em cima. Nossa Senhora só falava com Maria Joana. A gente viu uma Senhora ali em cima.

Quando ela mais a Sofia viram Nossa Senhora disseram aos pais: A gente viu uma senhora muito linda, muito linda. Os pais disseram: Vocês não digam nada a ninguém. Os avós e os pais ficaram muito aterrorizados e disseram que elas não tinham visto nada. No dia imediato, as pequenas estavam a brincar e tornaram a ver Nossa Senhora. Ela disse para elas irem ali acima, (ao Pico) todos os dias, não é na parte onde está construída a ermida, mas é mais adiante, onde é mais estreito, até tinha uma cruz, mas as pessoas tiraram.

Analisando o texto *Fenómenos, Lendas e Monte Santo*, da autoria de Gil Moniz Jerónimo, um dos poucos investigadores que se debruçou sobre o assunto, na primeira “aparição” “... duas crianças que brincavam descuidadas numa casa solarenga da zona da Ermida de Santiago, de Água de Pau, viram um clarão no fundo do quintal, isto na direcção do ‘Pico do Concelho’, também conhecido por ‘Pico da Figueira’, do qual surgiu uma imagem de um homem chagado, de cuja fronte brotava sangue (...). Deixava transparecer a imagem de Cristo crucificado, segundo depois julgamento feito.”⁴ Segundo o mesmo autor, na segunda visão apareceu Nossa Senhora às duas crianças: “Olhando furtivamente, de vez em quando para o pico lá ao fundo, na mesma direcção da primeira visão, a Joana notou que uma senhora vestida de branco envolta num clarão que seus olhos aceitaram, a chamava para o monte. Também a Sofia, por ter sido alertada, viu igualmente a misteriosa senhora.”⁵ Relativamente a esta primeira visão, o jornal *A Ilha* apenas salienta que “a pequenina Maria Joana filha duma nobre família tivera a primeira visão, quando andava no Monte com uma

² Cf. AVLIS, J. – «Água de Pau. De como principiaram as aparições de Nossa Senhora em 1918, e de como ocorreram as aparições do milagre do Sol ao Papa Pio XII, cognominado o Papa de Fátima». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 97, N.º 26210 (08 de Setembro de 1966) p. 1.

³ Aquando de uma conversa realizada em 2002, em Água de Pau, com a senhora Maria do Carmo do Canto (1925-2010), residente em Água de Pau.

⁴ JERÓNIMO, Gil Moniz - «Fenómenos, Lendas e Monte Santo». *Açores, Mistério Insondável*. 1ª ed. Ponta Delgada: EGA, 2002. p. 93.

⁵ JERÓNIMO, Gil Moniz - «Fenómenos ...», p. 93.

criança de origem plebeia.”⁶ Um outro jornal, o *Diário dos Açores*, relata com mais pormenor esta primeira “aparição”:

... estava a Maria Joana a brincar no quintal do seu avô paterno, em Santiago desta Vila (...), com uma sua amiguinha de escola e sua vizinha, a Sofia Paulino (...). Em dada altura da brincadeira, viram as crianças ao fundo do quintal uma grande claridade, sobre uma japoneira⁷ e no meio dessa claridade uma Senhora, muito formosa, que lhes falou. As crianças, que não tinham mais que oito anos, ao princípio amedrontaram-se e fugiram, mas continuando a Senhora a chamá-las com muito bom modo voltam-se as meninas, por fim, acercando-se, então, da Senhora e esperando que Ela lhes falasse. Disse-lhes a Senhora que continuassem a ser boas e obedientes aos seus pais e a todos os seus superiores e que continuassem a rezar, pedindo a Nosso Senhor para que acabasse com a guerra. Recomendou-lhes também que dissessem aquilo mesmo a todo o povo da freguesia ...⁸

A partir destas quatro versões, verificam-se duas principais contradições: trata-se do local onde ocorreu a primeira “aparição” e da imagem que as crianças julgam ter visto. Se Maria do Carmo do Canto e o jornal *Diário dos Açores* afirmam que a primeira visão aconteceu no quintal do avô paterno de Maria Joana, o jornal *A Ilha* refere que esta ocorreu no próprio monte, o Pico da Figueira. A versão dada por Gil Moniz Jerónimo faz transparecer que as duas primeiras “aparições” têm a sua origem neste mesmo Pico. Além disso, é de salientar que segundo este mesmo autor, as crianças teriam visto, pela primeira vez, Cristo e não Nossa Senhora, que só surgiria a partir da segunda “aparição”.

De acordo com os relatos de Maria do Carmo, as duas crianças subiam ao monte todos os dias, para rezarem, como recomendado por Nossa Senhora. A Senhora também havia informado que dentro em breve se daria um milagre. O mesmo é mencionado pelo *Diário dos Açores*:

... e para isso recomendou-lhes mais ainda que fossem para o alto do monte, sobranceiro à Vila, em lugar que lhes havia de indicar, quando lá chegassem, prometendo que daí a dezoito dias havia de haver um sinal no céu ou na terra para que toda a gente se convencesse de que era verdade tudo quanto havia dito. Isto passou-se a 18 de Junho de 1918 e logo no dia imediato, depois da escola, as crianças foram para o alto do monte como a Senhora recomendara. Ao chegarem ao cimo do monte, a senhora apareceu-lhes, no meio duma grande claridade e no outro extremo do monte, quase a meio da encosta, voltada para a Caloura. As crianças foram até junto dessa claridade, só por elas vista, e aí se ajoelharam a rezar por longo tempo, ficando a Maria Joana mesmo quase em êxtase.⁹

⁶ «28 anos depois ... E o milagre deu-se...» *A Ilha*. Ponta Delgada. Ano VIII, N.º 757 (5 de Outubro de 1946) p. 3.

⁷ Japoneira é um arbusto de popularmente chamadas “rosas do Japão”, ou seja, camélias.

⁸ AVLIS, J. - «Água de Pau. De como principiaram...», p. 1.

⁹ AVLIS, J. - «Água de Pau. De como principiaram ...», p. 1, 3.

Na segunda “aparição” (19/06/1918), Nossa Senhora comunicara-lhes que no espaço de 18 dias se daria um acontecimento, na terra ou no céu que credibilizasse os acontecimentos e pediu-lhes para que anunciassem esta revelação à população. Segundo o testemunho de Maria do Carmo, as mensagens transmitidas durante as “aparições” apelavam à oração para acabar com a guerra¹⁰, à alteração do nome do Pico onde se sucederam as supostas “aparições”, que por vontade da “entidade celeste” deveria chamar-se Monte Santo, à construção de uma ermida no lugar onde ocorriam estas “aparições”, isto é, no Pico da Figueira. Para além disso, a “Senhora muito linda” teria comunicado a Maria Joana que a levaria para o céu quando completasse os 18 anos¹¹. Segundo o mesmo testemunho, as duas “videntes” terão sido censuradas e desencorajadas pelos pais, o mesmo não acontecendo com a tia-avó de Maria Joana, que, pelo contrário, acreditou nas duas crianças, incentivando-as a cumprirem os pedidos e mensagens transmitidas durante as “aparições”:

Mais prudentes e para não serem desmentidas, como o haviam sido antes, as duas meninas contaram mais este acontecimento à tia-avó da Joana, já sua confidente. Esta, embora soubesse que a encosta do monte não possuía acesso e era muito íngreme e parcialmente coberto por silvado, aconselhou-as a irem ao monte rezar, ao encontro da senhora que as havia chamado. Mas não só as incentivou a cumprirem aquilo que sentiam, como também ela, muito devota senhora, dali avante procurou acompanhar as duas crianças que iam orar ao pico.¹²

É a partir das visitas quotidianas das duas “videntes” ao “Monte Santo”, acompanhadas pela tia-avó de Maria Joana que os habitantes de Água de Pau começaram a aderir e a afluir ao citado Monte, como afirma Gil Moniz Jerónimo: “Porque já acompanhadas na subida e na descida por muita gente de Água de Pau, então os pais aceitaram aquela misteriosa atracção.” A revelação de que a 5 de Julho iria ter lugar um acontecimento proporcionou, sem dúvida, o aumento de curiosos e de crentes a concorrerem ao Monte Santo.

O Milagre do Sol e a mediatização do fenómeno

No dia 5 de Julho de 1918, um ano depois das “aparições” em Fátima, o fenómeno do Sol, tal como em Fátima, reproduziu-se em Água de Pau, no então já apelidado de Monte Santo. Segundo o testemunho oral de Maria do Carmo, “houve 12 mil pessoas no Monte Santo a presenciarem as “aparições”, até veio gente de Santa Maria (...).

¹⁰ A este propósito o *Diário dos Açores* relata: “Disse-lhes Nossa senhora que (...) continuassem a rezar, pedindo a Nosso Senhor para que acabasse com a guerra. Recomendou-lhes também que dissessem aquilo mesmo a todo o povo da freguesia...” AVLIS, J. - «Água de Pau. De como principiaram...», p. 1.

¹¹ Cf. AVLIS, J. - «Água de Pau deseja preparar o caminho de acesso à ermida de Nossa senhora do Monte, para poder entrar na excursão das três ermidas». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 97, N.º 26194 (20 de Agosto de 1966) p. 3.

¹² JERÓNIMO, Gil Moniz – «Fenómenos ...», p. 94.

O Sol começou a girar, a girar e as pessoas gritaram todas dizendo meu Deus, nós vamos morrer hoje. Depois o Sol parou de girar e de ter claridade e apareceu a Sagrada Família, os Anjos, muitas coisas e a ermida do Monte Santo.”

É a partir deste evento que a imprensa local começa a aproximar-se e a relatar os factos milagrosos. No entanto e apesar de o jornal *O Autónómico* ter recebido notícias sobre as anteriores “aparições”, deslocando um redactor ao local para recolha de informações, afirma que nada recolheu de seguro e de credível para publicação dos acontecimentos:

Havendo aqui chegado com insistência várias notícias acerca de factos maravilhosos, ocorridos no pico fronteiro, freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, de Água de Pau, resolvemos, como aliás muita e muito boa gente, de perto e de longe, ir também até lá com uns amigos e, depois de vermos e ouvirmos alguma coisa, colhendo mesmo informações da protagonista, não concluímos, francamente, nada de seguro que pudéssemos comunicar aos nossos leitores.

Julgamos pois mais prudente ficar de reserva até que fale, se falar, quem é competente em tais casos.¹³

Contrariando a visão céptica que tinha apresentado no seu número de 29 de Junho, o jornal *O Autónómico* é o que relata mais extensamente este acontecimento de 5 de Julho, com um artigo do editor e director do jornal, António Rodrigues Carroça e uma carta de um residente em Água de Pau, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de Medeiros. António Rodrigues Carroça, testemunha ocular do acontecimento de 5 de Julho, descreve o “milagre do Sol” ocorrido às 6 horas da tarde que extasiou a “vidente” Maria Joana:

Basta de reserva e silêncio!...

De mais a mais, pedem-me com insistência que eu narre o que observei e ouvi sexta-feira, 5 do corrente, no pico de Água de Pau, aonde fui pela segunda vez naquele dia, inesperadamente, atraído pelos casos maravilhosos que se contavam e também pela concorrência de pessoas, de ambos os sexos, de todas as classes, que pressurosamente para lá corriam desde o amanhecer.

Vou, pois, com toda a verdade e sinceridade, como me cumpre nesta ocasião melindrosa, esforçar-me por satisfazer à expectativa dos que estão à espera das minhas impressões.

Entrei no pico às 4 e 20 minutos da tarde. (...) Para cima das 10:000 pessoas, com certeza, de vários pontos da ilha, povoavam a parte escavada e se estendiam ainda pelas encostas (...) aguardam ansiosas a vinda da menina vidente, que então saía já de casa, cortejada pelos seus, extremosos pais e muito povo.

Quatro e meia, ou pouco mais, assoma a ditosa criança à entrada do pico.

(...) a menina é conduzida ao colo de um homem até ao lado sul do pico, (...) aonde foi fazer oração a Nossa Senhora. (...) Comecei então a andar, com grande dificuldade,

¹³ «Em Água de Pau». *O Autónómico*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 947 (29 de Junho de 1918) p. 2.

de um lado para o outro, no intuito de ouvir o que diziam, (...) notando nas pessoas que ali estavam, muita impaciência e descrença em tudo o que até então se ouvira dizer. (...) Faltavam, porém, uns minutos para as 6 horas, e eis que ela apareceu, subindo o pico e dizendo a algumas pessoas que a seguiam, que ia aparecer uma coisa no Sol ! Não ouvi isto ; simplesmente vi o tal homem pegar nela ao colo, mal chegou ao cimo do pico. (...)

E, procurando fitar o astro do dia, os seus raios luminosos, dando em cheio nos meus olhos, quase me cegaram. Esmorecido então e caindo em mim, tudo aquilo me pareceu um logro.

Tentei ainda olhar de novo para aquele astro e ... a mesma coisa!... (...) Foi então que, vendo um facto extraordinário, que me pareceu sobrenatural, caí em terra de joelhos ante tão grande maravilha (...) O Sol havia se despido do seu grande brilho para melhor o fitarmos. Parecia um espelho, quase na perfeição, deixando-me ver no seu centro coisas semelhantes a figuras que a minha vista infelizmente não pôde distinguir, mas que milhares de pessoas, que estavam em volta de mim, diziam a uma voz, com grande satisfação e assombro, serem de Nossa Senhora, de Nosso Senhor, de anjos e de uma igreja ! (...)

Em seguida, uma nuvem correu por sobre o sol que para logo se apresentou do mesmo modo e outra vez com figuras, depois de por alguns segundos dar um movimento como uma roda de fogo preso. Tão excepcional fenómeno repetiu-se pelo espaço de um quarto de hora, aproximadamente, com ligeiras interrupções.

E enquanto isto se passava, a feliz vidente parecia desmaiada ao colo do homem, muito perto de mim.

Espectáculo igual nunca os meus olhos viram e como que jamais verão!...¹⁴

No momento crucial do milagre, este homem crente¹⁵ confessa que o Sol ficou menos brilhante, movimentando-se em redor de si próprio como uma roda de fogo preso. Apesar de ter notado no centro do Sol “coisas semelhantes a figuras”, não conseguiu distingui-las, tratando-se para muitos da imagem de Nossa Senhora, Nosso Senhor, anjos e uma igreja.

A carta da autoria de Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de Medeiros, intitulada *O acontecimento de 5 de Julho em Água de Pau* e publicada neste mesmo jornal de 13 de Julho de 1918, a que se refere António Rodrigues Carroça, descreve o mesmo fenómeno visto por ele e por outras testemunhas oculares:

... Fixando com constância o Sol, viu este bailar, perder o seu brilho natural (...) ficar cor de lilás desvanecido e logo após isto, ele rodear-se de uma auréola prateada brilhante e dentro do disco solar, que então se assemelhava a um colossal espelho, aparecer na sua base um quadro que tinha analogia com a conhecida “Ceia de Cristo” (...) No entanto

¹⁴ CARROÇA, António Rodrigues - «Um facto extraordinário». *O Autônómico*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 949 (13 de Julho de 1918) p. 2.

¹⁵ O jornal *O Autônómico* afirma-se como jornal católico. É um dos mais acérrimos jornais açorianos no combate à I República.

houve também uma grande quantidade de gente que viu distintamente Nossa Senhora com o menino ao colo ...¹⁶

É de salientar que nenhum outro jornal local se pronunciou sobre os factos milagrosos de 5 de Julho. Só um mês depois do sucedido aparece um artigo no jornal *Ecos do Norte* sobre o acontecimento. Este artigo de crítica às “aparições”, publicado a 31 de Agosto de 1918, foi o único de combate a este fenómeno de Água de Pau e que merece ser aqui transcrito:

Está o nosso país em maré de aparições. (...) Achamos aparições demais; (...) Porque quando uma menina via a Nossa Senhora no célebre pico de Água de Pau, outros a viam no Sol, e quando uns a viam a pé, outros a viam montada numa burra, e até não faltou quem ao mesmo tempo contemplasse no rei dos astros a ceia apostólica ; enfim uma fita cinematográfica de uma ligeireza e simultâneo efeito, que só por si constitui um prodígio difícil de explicar. (...) O já célebre milagre de Água de Pau porém parece não ter outro, senão a mudança do nome de um pico e a canonização de uma menina. Diligencia-se levar até ao fim uma paródia, que já conta episódios ridículos demais. (...)

Há contudo quem se obstine em afirmar que se deu um milagre em Água de Pau. Não seremos nós que sustentaremos discussão para o negar. Futilidades não se discutem. De mais a mais sabemos de sobejo até onde chegam a fé e devoção dos devotos milagreiros, que sobrepõem ao testemunho infalível da Igreja na sua doutrina, o de umas crianças, a quem por força querem decorar com o título de santas. Fiquem-se por lá com essa santidade doméstica para seu uso ; (...)

Fique pois bem assente: o milagre de Água de Pau é apenas um pergaminho de propriedade e uso particular, pelo qual o público não dá coisa nenhuma. Não chegou mesmo a ser um logro, foi apenas uma comédia. Os ensaios feitos até agora com a *menina* para fazer dela uma taumaturga não deram o menor resultado.¹⁷

O autor deste artigo identifica os acontecimentos milagrosos de Água de Pau, como uma comédia, uma ilusão vivida pela própria protagonista, “uma paródia, que já conta episódios ridículos demais”, salientando que factos desses “não deveria ter outro registo na imprensa, que não fosse o de uma inteira reprovação”. Não tomando a sério o milagre do Sol, ele afirma que o único objectivo deste acontecimento consiste na mudança do nome de um pico e na canonização da protagonista.

¹⁶ MEDEIROS, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de – «O acontecimento de 5 de Julho em Água de Pau». *O Autônômico*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 949 (13 de Julho de 1918) p. 2.

¹⁷ MENDONÇA, Padre António F. de – «Aparições». *Ecos do Norte*. Ribeira Grande. Ano III, N.º 951 (31 de Agosto de 1918) p. 1. Em resposta a esta crítica, o articulista Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares escreveu dois artigos no jornal *O Autônômico*. Cf. MEDEIROS, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de – «O acontecimento de 5 de Julho em Água de Pau». *O Autônômico*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 951 (27 de Julho de 1918) p. 1-2; MEDEIROS, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de – «Voltando a campo». *O Autônômico*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 955 (24 de Agosto de 1918) p. 2.

Saliente-se que o autor do artigo é o padre António F. de Mendonça, o único articulista que critica estes acontecimentos na imprensa açoriana de 1918. No entanto, este é o único membro da hierarquia eclesiástica que se pronunciou abertamente sobre o acontecimento, pois no jornal *O Autónómico*, de 13 de Julho de 1918, Leopoldo Brèe d'Almeida Tavares de Medeiros, referindo-se à opinião do Clero, refere que este manteve prudência e reserva face aos factos:

Vem também aqui a propósito falar do Red.º Vigário João Moniz de Melo, actual administrador do Concelho da Lagoa, o qual durante o período dos tão decantados 18 dias, foi sensatíssimo, não tendo já mais deixado transpirar a sua opinião, muito embora tivesse sido insistentemente consultado sobre o assunto. S. Ex.ª achou porém que como autoridade eclesiástica e civil o seu papel era o de uma incondicional reserva...¹⁸

A este propósito, é de referir, igualmente, que, para além de *O Autónómico*, nenhum outro jornal católico (por exemplo, *A Crença*) comentou o assunto, o que leva a crer que havia por parte da maioria do clero e da Diocese de Angra uma certa prudência e silêncio sobre o acontecimento em questão.

No entanto e possivelmente devido à mediatização dos factos, à importância dada pela população aos sucessivos acontecimentos, como também ao facto de se estar num regime republicano de matriz anti-clerical, Gil Moniz Jerónimo refere que as autoridades policiais de Ponta Delgada se deslocaram a casa dos pais da “vidente” Maria Joana “a fim de averiguar aquilo que havia acontecido. Porém, verificando esta que se não tratava de qualquer tipo de burla espiritual de extorsão mental, porque era bastante evidente o grau de riqueza material e social dos pais da criança, a mesma não demorou a sua estadia na Vila de Água de Pau, ficando, por isso, encerrado este caso de investigação civil...”¹⁹

A partir desta última “aparição”, os jornais da época parecem ter dado pouco relevo ao prosseguimento dos fenómenos, pois, pela investigação a que procedemos, pudemos concluir, para os nove anos que se situam entre 1919 e 1927, pela inexistência de qualquer artigo ou notícia em relação a estes eventos. É a partir do falecimento da “vidente” Maria Joana do Canto, em 1928, que o tema das “aparições” e o projecto da edificação da ermida começam a adquirir relevo e polémica na imprensa local.

À volta da construção de uma ermida: génese e polémica

É apenas em 1928, 1929 e mais tarde em 1966 que o fenómeno das “aparições” reaparece novamente nos jornais micalenses, pois como vimos, de 1919 a 1928 o acontecimento do milagre deixara de merecer atenção:

¹⁸ MEDEIROS, Leopoldo Brèe d'Almeida Tavares de - «O acontecimento de 5 de Julho...», p. 2. Este excerto, assim como uma grande parte do artigo de Leopoldo é transcrito no artigo intitulado “Água de Pau deseja preparar o caminho de acesso à ermida de Nossa senhora do Monte, para poder entrar na excursão das três ermidas” do jornal *Diário dos Açores*. Cf. AVLIS, J. - «Água de Pau deseja preparar...», p. 1, 3.

¹⁹ JERÓNIMO, Gil Moniz - «Fenómenos...», p. 104.

Mas foram rolando os anos; (...) Esfriados os fervores, quem ouvira até há pouco uma só palavra ou lera uma linha sobre picos e ermidas ou ermidas sobre picos? Era, repetimos, um plano morto ... Todavia – curiosa ironia, muito singular! – foi a morte que veio insuflar novos alentos de vida, que veio ressuscitar o plano, a antiga aspiração ... Foi a morte que, fechando à luz deste mundo os olhos da pretendida vidente, deu ensejo a que, numa tão maquiavélica exibição de sentimentalismos e credulidade calculista, uma pena de Água de Pau viesse à imprensa desta cidade agitar de novo a lembrança das pretendidas aparições.²⁰

O falecimento da “vidente” Maria Joana do Canto a 6 de Outubro de 1928²¹ veio reavivar o plano de construção de uma ermida - sob a invocação de Nossa Senhora do Monte - em memória dos fenómenos ocorridos em 1918 no Pico de Água de Pau. O facto de a “vidente” ter falecido aos 18 anos como previsto pela suposta “Senhora muito linda” irá, sem dúvida, conferir, retroactivamente, uma certa credibilidade aos factos e desencadear um aumento do número de devotos que se deslocavam ao local das “aparições”. Saliente-se, todavia, que os jornais de 1918 que relatam o milagre do Sol de 5 de Julho nunca mencionaram este tipo de declarações ou previsões, que apenas foram expostas e narradas nos jornais locais após a morte de Maria Joana. Trata-se de uma simples coincidência ou como diz J. Costa de uma “tão maquiavélica exibição de sentimentalismos e credulidade calculista”? Este é um assunto que, de facto, levantou uma certa polémica. Com efeito, é sobretudo em 1928²² e 1929 que os factos de 1918 e o projecto de construção da ermida vão ser criticados pelos jornais micalenses. Um correspondente anónimo do *Correio dos Açores* redige um artigo, publicado a 14 de Junho de 1929, intitulado “A volta de uma ermida”, em que se informa que a construção da ermida foi autorizada pelo poder eclesiástico, sendo o lançamento da primeira pedra previsto para dia 16 de Julho daquele ano. Além disso, associa o caso de Água de Pau a uma história de “histerismo”.²³ Em resposta a este artigo, o jornal *O Autónomico*, que em 1918 havia relatado e defendido o milagre (relato feito pelo próprio director do jornal, António Rodrigues Carroça que presenciou o acontecimento),

²⁰ COSTA, J. – «Um pouco tarde... A propósito da ermida no Pico de Água de Pau». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2633 (22 de Junho de 1929) p. 1.

²¹ Segundo o jornal *Diário dos Açores*, Maria Joana foi vítima de uma febre tifóide. Cf. – «Falecimentos». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. N.º 10928 (8 de Outubro de 1928) p. 2.

²² O número 11 do mês de Novembro de 1928 da Revista *Os Açores* dedica uma página inteiramente consagrada à memória da “vidente”, recordando as visões da falecida jovem e o projecto da ermida. Cf. VIEIRA, António I. – «Morreu a vidente de Água de Pau». *Os Açores. Revista Ilustrada*. Ponta Delgada. Ano II/2ª série, N.º 11 (Novembro de 1928) p. 30.

²³ “A clínica psiquiátrica, segundo dizem, é banal, não tem importância de maior; não há estudante dos últimos anos de medicina, que não saiba que as pitiacas, as histéricas, tem uma natural inclinação para a menomania, para alucinações místicas, visões de Nossa Senhora, etc (...) Mas a criança era de tanta tenra idade... Estaria no caso de Teresa? Não sabemos nem discutimos, apenas relatamos. (...) O que é facto é estar já autorizada pelo poder eclesiástico a construção de uma ermida no alto dessa montanha estando os trabalhos de terraplanagem bastante adiantados. (...) Sabemos que no próximo domingo, 16 do corrente, será lançada a primeira pedra com todo o cerimonial litúrgico (...)” – «Água de Pau. À volta de uma ermida». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2621 (14 de Junho de 1929) p. 2.

critica o texto do correspondente anónimo, defendendo que “O Prelado deu a licença pedida, como daria para a construção de qualquer outra ermida. Não o esclareceram sobre factos precedentes, nem lhe manifestaram os propósitos dos promotores da obra. Não chamem, pois, a Igreja, em abono de milagres que nunca se propôs estudar e muito menos apoiar.”²⁴ A consulta ao *Boletim Eclesiástico dos Açores* e à imprensa da época demonstra, sem quaisquer margem para dúvidas, que a Igreja diocesana não deu qualquer relevo às “aparições” e que o próprio clero, como atrás se referiu, não procurou, de qualquer modo, credibilizar o “fenómeno”.

A 16 de Junho de 1929, o *Correio dos Açores* publica uma declaração redigida pela comissão construtora da ermida, afirmando que nada havia de comum entre a projectada ermida e os factos ocorridos naquele Pico em Julho de 1918:

A Comissão que dirige as obras desta ermida, receando que tudo se tenha dito ou escrito, que não seja da autoria de nenhum dos seus membros, fosse dar lugar a interpretação de molde a desvirtuar a boa intenção, que a levou a tomar tal empreendimento pede-nos que tornemos público que tal obra não é feita com o intento de consagrar ou perpetuar factos passados há cerca de dez anos no Pico, hoje mais conhecido de Monte Santo, daquela freguesia, mas tão somente levantar naquele Monte, em lugar bastante afastado do que foi teatro de referidos factos, um pequeno monumento à Virgem.²⁵

Antes de prosseguir, torna-se importante falar um pouco da comissão que dirigiu este projecto. Floriano Victor Borges, Agente Técnico de Engenharia e natural daquela freguesia era o presidente da comissão construtora do projecto. Parente da família da “vidente” e aderente ao fenómeno das “aparições”, ele próprio afirmou ter tido a visão da futura ermida.²⁶ Um outro residente de Água de Pau, Leopoldo Brêe d’Almeida Tavares de Medeiros, que escreveu, no jornal *O Autónimo*, vários artigos de defesa e adesão às “aparições”, é também uma das testemunhas que teriam presenciado o acontecimento de 5 de Julho de 1918, relatando no mesmo jornal que “ainda ali esper[ava] ver uma branca ermidinha a constatar o facto ...”²⁷. Segundo J. Costa, no seu artigo intitulado “A célebre ermida. Quatro desastres distintos numa declaração ... não verdadeira”²⁸, Leopoldo Tavares de Medeiros desempenhava o cargo de tesoureiro da comissão e fora destituído das funções na sequência da polémica sobre a relação existente entre a construção da ermida e as “aparições”. Na sua perspectiva, teria sido

²⁴ «Fora do tempo». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano 91, N.º 1412 (22 de Junho de 1929) p. 2.

²⁵ «Nova ermida em Água de Pau». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2623 (16 de Junho de 1929) p. 2. Cf. Idem - «Nova ermida em Água de Pau». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 5, N.º 11124 (15 de Junho de 1929) p. 3.

²⁶ Esta afirmação foi recolhida aquando da nossa conversa com a Senhora Maria do Carmo. Cf. igualmente JERÓNIMO, Gil Moniz - «Fenómenos ...», p. 125.

²⁷ MEDEIROS, Leopoldo Brêe d’Almeida Tavares de - «O acontecimento de 5 de Julho em Água de Pau». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 951 (27 de Julho de 1918) p. 2.

²⁸ COSTA, J. - «A célebre ermida. Quatro desastres distintos numa declaração ... não verdadeira». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2637 5 de Julho de 1929, p. 2.

esta a razão principal da destituição do tesoureiro, na medida em que fora o primeiro a ambicionar a edificação da ermida para eternizar o milagre de 1918, facto que a própria comissão tentava desmentir afirmando que a construção da ermida nada tinha de comum com as “aparições”. Para além disso, tudo indica que a comissão já teria alguns anos de existência, visto que, e segundo J. da Costa, o pauense Leopoldo de Medeiros “... foi, por muito tempo, membro da comissão construtora ...”²⁹ É provável que a comissão se tenha organizado logo após as “aparições” de 1918. Entretanto e como as autoridades eclesiásticas nunca apoiaram o projecto, e por conseguinte não concediam a autorização para a edificação da ermida³⁰, esta só teve lugar apenas onze anos depois dos factos ocorridos.

De facto, os artigos de 22 de Junho e de 5 de Julho de 1929 publicados no jornal *Correio dos Açores* criticam abertamente a supracitada declaração da comissão construtora da ermida, negando a relação da construção deste pequeno templo com as “aparições” de 1918. O articulista, para além de qualificar as “aparições” de “deplorável comédia”, considera esta declaração de “tardia, infeliz e contraproducente”, visto que a construção da ermida estava automaticamente ligada às “aparições” e consequentemente à “vidente” Maria Joana do Canto: “a ideia da erecção de uma ermida no Alto do Pico de Água de Pau teve como origem única a série de factos anormais, bem lamentáveis, que se desenrolaram naquele lugar em 1918.”³¹ Segundo este articulista, foi o artigo de 14 de Junho do *Correio dos Açores*, intitulado “A volta de uma ermida”, desaprovando o fenómeno sobrenatural, que levou a comissão construtora declarar, nas colunas do *Diário dos Açores* e do *Correio dos Açores*, que nada havia de comum entre a construção da ermida e as “aparições”. A desaprovação, da parte do clero, contribuiu certamente para a publicação desta declaração, pois o próprio clero teria enviado ao Governador do bispado uma declaração de oposição à construção da ermida em memória das “aparições”:

Porque a correspondência de Água de Pau veio a lume depois da declaração de guerra que o ilustrado clero micaelense, representado por cerca de vinte dos seus mais considerados elementos (...) representaram colectivamente ao muito digno Governador do Bispado, contra o projecto da edificação da ermida, destinada a comemorar as falsas aparições e a atrair, com fim de exploração, os devotos crentes numa detestável mentira (...). Depois do protesto e da representação elucidativa dirigida ao digno Governador do Bispado, é que veio a declaração ... (...) E o digno Governador do Bispado, o ilustre Sr. Dr. José Bernardo de Almada revogou a licença que arditosamente lhe tinham extorquido.³²

²⁹ COSTA, J. – «A célebre ermida...», p. 1

³⁰ Esta ermida com o nome de Nossa Senhora do Monte foi mandada edificar pelos pais da “vidente” - Teófilo Tavares do Canto e sua esposa, D. Isolina Adelaide Soares - que financiaram totalmente a construção da mesma.

³¹ COSTA, J. – «Um pouco tarde...», p. 1.

³² COSTA, J. – «Um pouco tarde...», p. 1.

Ao protesto do Clero, juntou-se a recusa, por parte das autoridades eclesiásticas, da autorização para a edificação da ermida, razão pela qual a comissão se sentiu na obrigação de negar a relação da construção da capela com as “aparições”, argumentando que a construção da ermida iria ser feita “em lugar bastante afastado do que foi teatro de referidos factos”, isto é no local completamente oposto ao das “aparições”. No entanto, trata-se de um argumento sem fundamento, visto que “... o lugar destinado à futura ermida é o único ponto sólido daquele pico, o único que pode suportar um edifício, porque o lugar das aparições ... é uma elevação de cascalho (...) que nem com supremos esforços de engenharia pode suportar uma parede!”³³ Apesar de toda esta polémica, a comissão construtora conseguiu alcançar do Governador do Bispado a licença canónica para a construção da ermida, tendo sido esta inaugurada a 29 de Setembro de 1931³⁴, seguida de uma procissão e de uma missa realizada pelo vigário de Água de Pau.³⁵

A imagem do acontecido na memória colectiva

O pico de Água de Pau foi o palco privilegiado das “aparições” atrás relatadas e o lugar ideal para a edificação da ermida de Nossa Senhora do Monte, pois é impossível passar por esta localidade sem se ver este pequeno templo. Se, segundo Halbwachs³⁶, toda a memória colectiva assenta num quadro espacial, sendo o espaço uma realidade durável porque é fácil penetrar no passado através dele, o lugar onde se encontra a ermida de Nossa Senhora do Monte pode ser considerado como uma reconstrução e uma representação dos factos passados mantendo-os sempre vivos no presente. Neste contexto, trata-se de um lugar que num determinado momento específico – 1918 – se transforma num lugar simbólico pelos fenómenos ocorridos – “aparições” marianas – fixando a história deste acontecimento pela “materialização do local” através da construção da ermida. Será, pois, este pequeno mas bem visível edifício a transmitir um sentido de continuidade com os acontecimentos ocorridos no passado. A ermida constitui então, no presente, a imagem materializada, a referência por excelência, dos factos ocorridos em 1918. Nesta relação da memória com o lugar, com o espaço, torna-se importante perscrutar o que ainda resta de significativo deste “acontecimento”

³³ COSTA, J. – «A célebre ermida...», p. 2. A própria prima da “vidente”, Maria do Carmo do Canto, afirmou igualmente a impossibilidade de construção da ermida no local onde ocorreram as aparições.

³⁴ A partir da investigação a que procedemos nos documentos oficiais da igreja paroquial de Nossa Senhora dos Anjos de Água de Pau, verificámos que a ermida de Nossa Senhora do Monte foi doada no dia 10 de Setembro de 1931, pela comissão construtora, à Corporação encarregada do Culto Católico da paróquia de Nossa Senhora dos Anjos.

³⁵ COSTA, J. – «A célebre ermida...», p. 2. Cf. igualmente AVLIS, J. - «Água de Pau deseja preparar...», p. 3. Este artigo refere igualmente que após a obtenção da licença concedida pela diocese, foi lançada a primeira pedra no dia 16 de Julho de 1929 seguida da benção e missa campal no dito lugar.

³⁶ HALBWACHS, Maurice - *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel, 1997. p. 104-105. «c'est l'image seule de l'espace qui, en raison de sa stabilité, nous donne l'illusion de ne point changer à travers le temps et de retrouver le passé dans le présent ; mais c'est bien ainsi qu'on peut définir la mémoire ; et l'espace seul est assez stable pour pouvoir durer sans vieillir ni perdre aucune de ses parties.»

na memória colectiva e também indagar do significado que a comunidade local atribui à Ermida sob a invocação de Nossa Senhora do Monte, construída treze anos após as “aparições”. Assim, e a partir das significações que os entrevistados³⁷ desta localidade de Água de Pau exprimiram sobre o fenómeno de 1918, concluímos que a história das “aparições” ocorridas no Monte se encontra ainda bem presente na memória colectiva. Contudo, foram os mais idosos que relataram o fenómeno de 1918 com mais pormenor contrariamente aos mais jovens, que têm conhecimento do acontecimento, mas de forma mais vaga. Apesar disso, poucos são os que ainda se lembram do nome da “vidente”, pois durante as várias conversas com os entrevistados verificámos que utilizavam o substantivo “pequena”, “menina” ou então citavam a “filha do senhor Teófilo” quando se referiam a Maria Joana do Canto. Para a maioria dos informantes, todas as “aparições” ocorreram no cognominado “Monte Santo”. Contudo, o chamado “milagre do Sol”, de 5 de Julho de 1918, é sobretudo lembrado e contado pelos mais idosos. Constatámos também que os entrevistados com mais idade mencionaram que as “aparições” ocorreram no local oposto à ermida, enquanto que para os restantes as “aparições” aconteceram no local onde foi construído o pequeno templo. Relativamente à ermida, alguns residentes mencionaram que a “vidente” teria pedido aos pais a sua construção. Apenas um entrevistado referiu que a Igreja nunca acreditara neste fenómeno e que o facto de a família provir de um estrato social e financeiro elevado contribuiu consideravelmente para que a construção da ermida fosse autorizada pelas autoridades eclesíásticas. No que diz respeito à credibilidade do fenómeno, a maior parte dos entrevistados acredita nos acontecimentos ocorridos no “Monte Santo”, considerando-os verídicos, contrariamente às opiniões formadas pelos mais jovens que não acreditam no fenómeno, argumentando que Maria Joana do Canto sofria de transtorno mental (esquizofrenia). Na análise das entrevistas, ficou evidente que a protagonista Maria Sofia, raramente é referida pelos entrevistados, sendo Maria Joana do Canto a principal, e por vezes a única, interveniente no acontecido.

Relativamente ao significado que atribui à Ermida de Nossa Senhora do Monte, a população abordada demonstrou-se convicta de que a construção da ermida se encontra automaticamente ligada aos acontecimentos de 1918. Para os entrevistados a ermida é a imagem-recordação e a representação dos factos passados na memória colectiva.

Conclusão

O fenómeno das “aparições” de Água de Pau, contrariamente ao que aconteceu em Fátima, viveram apenas alguns minutos efémeros do jornalismo açoriano. Luís Filipe Torgal ao estudar o processo das “aparições” de Fátima, faz uma análise comparativa entre Fátima e Lourdes, evidenciando as afinidades existentes entre elas.³⁸ Ao compararmos a sua análise com o caso das “aparições” de Água de Pau, verificamos que

³⁷ Foram entrevistados 50 residentes de Água de Pau, de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 18 e os 85 anos. Nestas entrevistas, sob a forma de conversação, demos preferência às pessoas de mais idade, por ser mais fácil encontrar nessas pessoas as informações da tradição popular passada.

³⁸ Cf. TORGAL, Luís Filipe - *As «aparições de Fátima» ...*, p. 119-123.

existem aspectos que se aproximam significativamente dos acontecimentos de Fátima. De facto, as principais protagonistas eram crianças do sexo feminino; Maria Joana do Canto, tal como Lúcia, era a única que dialogava com Nossa Senhora; a aparência do espectro durante as “aparições” era a de uma “Senhora muito linda”; as mensagens transmitidas por esta “Senhora” eram sobretudo o apelo à oração para a paz em Portugal, o pedido da construção de um templo mariano no local das “aparições” e a promessa de fazer um milagre de forma a credibilizar os eventos; a descrição do “milagre do Sol” assemelha-se ao “bailado do Sol” ocorrido em Fátima. Mas há também um aspecto que difere significativamente de Fátima: o estrato social da principal “vidente”, que, como se referiu, em Água de Pau provinha de uma família abastada.

Os jornais *O Autónomico*, *Diário dos Açores* e *A Ilha* foram os que, de um certo modo, reconheceram o fenómeno, relatando e divulgando o evento do “milagre do Sol” de 5 de Julho de 1918 e a construção da ermida, enquanto nos jornais *Ecos do Norte* e *Correio dos Açores*, os artigos publicados procuravam desacreditar o “fenómeno”, condenando vivamente as tentativas de aproveitamento da credulidade popular para transformar o suposto acontecimento sobrenatural em “aparição” mariana. As autoridades eclesíásticas revelaram, face ao fenómeno das “aparições” de Água de Pau uma grande prudência e nunca se pronunciaram publicamente sobre o assunto, sendo certo, porém, que foi da pena de um padre que partiu o primeiro artigo fortemente crítico da publicidade que estava a ser conferida ao assunto.

O conteúdo dos raros textos que encontramos sobre o tema em questão é lacónico e até mesmo enigmático: os factos narrados pelos diferentes autores diferem e até por vezes são contraditórios, sobretudo no que diz respeito às primeiras “aparições”. Para além disso, é de salientar que as mensagens e previsões transmitidas pela “Senhora muito linda” só são relatadas e divulgadas pela imprensa aquando da morte de Maria Joana do Canto e da edificação do local sagrado.

Entre 1919 e 1927, o evento de Água de Pau deixou de ser assunto de destaque para a imprensa e durante este período de nove anos parece mesmo ter caído no esquecimento. Mas em 1928, o falecimento da “vidente” Maria Joana do Canto relançou o assunto das “aparições” e sobretudo serviu de pretexto e motivação para a realização do projecto da construção do local sagrado e do seu culto. Os familiares de Maria Joana do Canto empenharam-se na missão de comprar a parte do terreno onde ia ser construída a ermida de Nossa Senhora do Monte, sendo eles os principais impulsionadores e quem, financeiramente, mais contribuiu para a edificação da ermida. Apesar de as autoridades eclesíásticas não se terem pronunciado sobre as “aparições” e do Clero ter protestado e reprovado o projecto da edificação da ermida destinada a comemorar as “aparições”³⁹, a licença canónica para a sua construção será concedida pelo Governador do Bispado em 1929. Embora a própria comissão construtora tenha negado a relação da construção da ermida com as “aparições”, facto

³⁹ Infelizmente, dadas as condições em que se encontra o arquivo da Diocese, não nos foi possível consultar o documento que teria sido redigido por cerca de duas dezenas de membros do clero a chamar a atenção ao Governador do bispado sobre o logro em que a Igreja podia cair se conferisse qualquer credibilidade aos acontecimentos, autorizando a construção da ermida.

que se justifica pelos protestos e oposições do clero e das autoridades eclesiásticas, tudo indica que este projecto de santidade do monte e de edificação de uma ermida como forma de eternizar os factos assenta sobretudo numa “construção dos pais” de Maria Joana do Canto. O desgosto da morte da única filha, aos 18 anos, terá, certamente, contribuído para acelerar o processo de construção da ermida, que passaria também a constituir uma espécie de homenagem póstuma à jovem, se bem que tanto na ermida do Monte como no jazigo de Maria Joana do Canto não há nenhuma dedicatória ou lápide em memória da “vidente” ou do fenómeno de 1918. No entanto e de acordo com a investigação e análise das entrevistas, o fenómeno de 1918, num contexto de transmissão oral, ainda se encontra presente no imaginário popular e na memória do povo pauense, pois trata-se de um acontecimento que foi aceite pela população que o recebeu, reconheceu-o e prolongou-o ao longo das gerações. O local apelidado de “Monte Santo” e assim conhecido por todos os residentes passou a ter um sentido primordial na história do fenómeno e a ermida constitui o monumento simbólico que permite recordar e evocar a presença do acontecimento, mantendo-o sempre vivo e presente na memória colectiva.

Bibliografia

- AVLIS, J. - «Água de Pau deseja preparar o caminho de acesso à ermida de Nossa senhora do Monte, para poder entrar na excursão das três ermidas». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 97, N.º 26194 (20 de Agosto de 1966) p. 1-3.
- AVLIS, J. - «Água de Pau. Ainda o caminho que deve conduzir ao santuário de Nossa Senhora, no cimo do Monte, e a estátua do Sagrado Coração de Maria». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 97, N.º 26207 (5 de Setembro de 1966) p. 1.
- AVLIS, J. - «Água de Pau. De como principiaram as aparições de Nossa Senhora em 1918, e de como ocorreram as aparições do milagre do Sol ao Papa Pio XII, cognominado o Papa de Fátima». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 97, N.º 26210 (08 de Setembro de 1966) p. 1.
- CARROÇA, António Rodrigues - «Um facto extraordinário». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 949 (13 de Julho de 1918) p. 2.
- COSTA, J. - «Um pouco tarde... A propósito da ermida no Pico de Água de Pau». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2633 (22 de Junho de 1929) p. 1.
- COSTA, J. - «A célebre ermida. Quatro desastres distintos numa declaração... não verdadeira». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2637 (5 de Julho de 1929) p. 1-2.
- HALBWACHS, Maurice - *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel, 1997. 295 p. ISBN 2-226-09320-6.
- JERÓNIMO, Gil Moniz - «Fenómenos, Lendas e Monte Santo». *Açores, Mistério Insondável*. 1ª ed. Ponta Delgada: EGA, 2002. p. 93-129.
- MEDEIROS, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de - «O acontecimento de 5 de Julho em Água de Pau». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 949 (13 de Julho de 1918) p. 2.
- MEDEIROS, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de - «O acontecimento de 5 de Julho em Água de Pau». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 951 (27 de Julho de 1918) p. 1-2.
- MEDEIROS, Leopoldo Brèe d’Almeida Tavares de - «Voltando a campo». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 955 (24 de Agosto de 1918) p. 2.

- MENDONÇA, Padre António F. de – «Aparições». *Ecos do Norte*. Ribeira Grande. Ano III, N.º 951 (31 de Agosto de 1918) p. 1.
- «Em Água de Pau». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano XX, N.º 947 (29 de Junho de 1918) p. 2.
- «Falecimentos». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 53, N.º 10928 (8 de Outubro de 1928) p. 2.
- «Água de Pau. À volta de uma ermida». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2621 (14 de Junho de 1929) p. 2.
- «Nova ermida em Água de Pau». *Diário dos Açores*. Ponta Delgada. Ano 5, N.º 11124 (15 de Junho de 1929) p. 3.
- «Nova ermida em Água de Pau». *Correio dos Açores*. Ponta Delgada. Ano X, N.º 2623 (16 de Junho de 1929) p. 2.
- «Fora do tempo». *O Autónimo*. Vila Franca do Campo. Ano 91, N.º 1412 (22 de Junho de 1929) p. 2.
- «28 anos depois ... E o milagre deu-se...» *A Ilha*. Ponta Delgada. Ano VIII, N.º 757 (5 de Outubro de 1946) p. 3.
- TORGAL, Luís Filipe - *As «aparições de Fátima». Imagens e representações (1917-39)*. 1.ª ed. Lisboa: Temas e Debates, 2002. 241 p. ISBN 972-759-544-8.
- VIEIRA, António I. – «Morreu a vidente de Água de Pau». *Os Açores. Revista Ilustrada*. Ponta Delgada. Ano II/2ª série, N.º 11 (Novembro de 1928) p. 30.

Anexos



- I. O Pico de Água de Pau antes da construção da ermida - Fonte: VIEIRA, António I. «Morreu a vidente de Água de Pau». *Os Açores. Revista Ilustrada*. Ponta Delgada. Ano II/2.ª série, N.º 11 (Novembro de 1928) p. 30.



2. O Pico de Água de Pau com a ermida de Nossa Senhora do Monte.
(Foto de Carmen Ponte)



3. Ermida de Nossa Senhora do Monte construída em 1931.
(Foto de Carmen Ponte)

Prisiones políticas
identidades femeninas y vida cotidiana

Ángel Rodríguez Gallardo
Maria Victoria Martins Rodríguez

Ángel Rodríguez Gallardo, Doutor em Filologia pela Universidade de Santiago de Compostela, Professor titular da Universidade de Vigo, investigador do CEIS20.
E-mail: anrogall@ci.uc.pt

María Victoria Martins Rodríguez, Professora na Universidade de Vigo. Colaboradora do CEIS20. E-mail: vikimaro@uvigo.es

Historiografía peninsular sobre el universo penitenciario femenino

Durante los años de las dictaduras peninsulares ya se publicaron algunos trabajos que sirvieron como referente de denuncia de la situación de las mujeres en las cárceles. El trabajo de Helen Ward sobre las mujeres portuguesas en prisión publicado en 1964 por el Comité Británico para la Amnistía en Portugal constituyó la primera contribución externa en el mundo occidental sobre las condiciones carcelarias en un país como Portugal que vivía bajo una dictadura¹. Sin embargo, ha habido que esperar a la finalización de las dictaduras para que las supervivientes del horror carcelario transformasen en documento escrito u oral sus experiencias en el universo penitenciario totalitario salazarista o franquista, o para que se realizasen los primeros estudios serios sobre el universo penitenciario femenino. En el caso portugués contamos con algunos recuentos de testimonios en los años inmediatos al fin de la dictadura o en años posteriores² y también con testimonios incluidos en trabajos más generales³. También en el caso español, han sido las propias presas las que se han preocupado de cedernos parte del legado vital e histórico de su paso por las prisiones franquistas a través de sus relatos autobiográficos⁴. Pero en los últimos años, en la historiografía española se ha producido una explosión de trabajos monográficos o específicos sobre las cárceles

¹ WARD, Helen – *Portugal: Women in Prison*. Nottingham: British Committee for Portuguese Amnesty, 1964. Para el caso español ya en periodo democrático: SUÁREZ, Ángel; Equipo 36 – *Libro blanco sobre las cárceles franquistas (1936-1976)*. París: Ruedo Ibérico, 1976.

² PAULA, Aida – *Como a certeza de quem quer vencer*. Lisboa: Edições Sociais. (Col. Episódios da Resistência Antifascista contados por quantos a viveram; nº 4) 1074; NOBRE DE MELO, Rose Nery – *Mulheres portuguesas na Resistência*. Lisboa: Seara Nova, 1975; COMISSÃO DO LIVRO NEGRO SOBRE O REGIME FASCISTA DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – *Presos políticos no Regime Fascista*. Vol. II (1936-1939), III (1940-1945), IV (1946-1948), V (1949-1951), VI (1952-1960). 1982-1988; ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMUNISTAS – *Subsídios para a História das Lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o regime fascista (1926-1974)*. Lisboa: Edições «Avante!», 1994; CRUZEIRO, Maria Manuela – *Maria Eugénia Varela Gomes. Contra ventos e marés*. Porto: Campo das Letras, 2003; RODRIGUES, Aurora – *Gente comum. Uma história na PIDE*. Castro Verde – Alentejo: 100LUZ, 2011.

³ GODINHO, Paula Cristina Antunes – *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Departamento de Antropologia, 1998. Dissertação de doutoramento em Antropologia, especialidade Etnologia; GORJÃO, Vanda – *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição feminina no Estado Novo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002; RIBEIRO, Maria da Conceição – *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*. Lisboa: Estampa, 2000; PIMENTEL, Irene Flunser – *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007; João MADEIRA (coord.) – *Vítimas de Salazar. Estado Novo e Violência política*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007; ROSAS, Fernando [et al.] – *Tribunais políticos. Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*. Lisboa: Temas e Debates, 2009; CARDINA, Miguel – “Política, Punição e Silenciamento nas oposições radicais ao Estado Novo”. *O Cabo dos Trabalhos: Revista Electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC*. N.º 4 (2010). Disponível em WWW <URL: <http://cabodotrabalhos/ces.uc.pt/n4/ensaios.php>>.

⁴ Ver un recuento en ROMERA CASTILLO, Juan – “La memoria histórica de algunas mujeres antifranquistas”. *Anales*. 21 (2009) p. 175-188. Disponível em WWW <URL: http://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/11523/1/ALE_21_09.pdf>.

de mujeres⁵. Con todo, el análisis sobre la represión de género durante el franquismo es reciente y existe un cierto retraso con respecto a otras latitudes. La invisibilidad femenina introducida y desarrollada durante el Estado Novo y el franquismo, que relegó a las mujeres de la vida pública, permanece aún en ciertos ámbitos y el ámbito académico no se le queda atrás. Ello explica en parte la excesiva masculinización del relato histórico y de la interpretación sobre los acontecimientos ocurridos durante el franquismo. A este hecho hay que añadir la carencia de documentación sobre los establecimientos carcelarios. En el caso español, el estado del patrimonio documental español es “absolutamente caótico”. Generalmente, la documentación se encuentra dispersa, desaparecida, en mal estado y con difícil acceso. Muchas otras investigadoras han manifestado su preocupación por el estado y la conservación de la documentación penitenciaria, que, sin lugar a dudas, ha conducido a la desaparición de un significativo volumen de información en relación a las condiciones penitenciarias en las que sobrevivieron las mujeres reclusas – y, en no pocos casos, sus hijos o hijas nacidas dentro de prisión – durante el franquismo⁶.

Recintos penitenciarios de mujeres

Frente a lo que ocurrió en el caso español – caracterizado por un sistema penitenciario femenino diversificado en prisiones centrales, provinciales, habilitadas y de partido –, durante el Estado Novo las presas portuguesas siempre estuvieron prácticamente en un solo recinto: el Forte de Caxias (1936-7/1974), tanto para cumplir su prisión preventiva, como para hacerlo con su condena o con las medidas de seguridad. No obstante, varias de ellas pasaron por otros centros de detención provisionales y por las Sedes de la PVDE-PIDE/DGS de Lisboa, Coimbra y Porto. Estas cárceles se crearon en la década de los años 30 bajo el control de la PVDE, aunque en 1945 le fueron devueltas las competencias prisionales al Ministerio de Justicia. Varias de esas cárceles se convirtieron en prisiones propias de la policía política, que se completaron con una red de sucursales establecidas en las principales ciudades del país.

Las prisiones asumían funciones de reclusión, de incomunicabilidad durante el periodo de instrucción y de concentración de reclusas durante el periodo de interrogatorio. Para esto último, la proximidad a Lisboa – como en los casos de la

⁵ ROMEU ALFARO, Fernanda – *El silencio roto. Mujeres contra el franquismo*. Oviedo: Gráficas Summa, 1994; BARRANQUERO, E.; EIROA, M.; NAVARRO, P. – *Mujer, cárcel, franquismo. La prisión provincial de Málaga (1937-1945)*. Málaga: Edición de las autoras, 1994; VINYES, Ricard – “Nada os pertenece... Las presas de Barcelona, 1939-1945”. *Historia Social*. 39 (2001) p. 49-67; VINYES, Ricard – *Irredentas. Las presas políticas y sus hijos en las cárceles franquistas*. Madrid: Temas de Hoy, 2002; VINYES, Ricard – *El daño y la memoria. Las prisiones de María Salvo*. Barcelona: Plaza & Janés, 2004; HERNÁNDEZ HOLGADO, Fernando – *Mujeres encarceladas. La prisión de Ventas: de la República al franquismo, 1931-1941*. Madrid: Marcial Pons, 2003; CABRERO BLANCO, Claudia – *Mujeres contra el franquismo (Asturias 1937-1952). Vida cotidiana, represión y resistencia*. Oviedo: KRKediciones, 2006.

⁶ MOLINERO, Carme – “El acceso a los archivos y la investigación histórica”. *Ayer*. 81 (2011) p. 285-297; ESPINOSA MAESTRE, Francisco – *Informe sobre la represión franquista. Estado de la cuestión, informe que se ha hecho a petición de la dirección jurídica dentro de las Diligencias Previas 399/2006-E que se siguen en el Juzgado Central de Instrucción n.º 5*.

Cadeia do Aljube o de la de Caxias –, transformaba a los centros penitenciarios en espacios de centralización por la posibilidad de trasladar rápidamente a las detenidas a la sede de la policía política en la capital lisboeta. Con el hacinamiento de la población reclusa y con la falta de depósitos suficientes, a partir de 1936 se construyeron nuevos establecimientos prisionales, o, como en el caso español, se habilitaron diversos espacios para alojar a la ingente población reclusa.

Con las mujeres sospechosas de «crímenes políticos», reclusas mayoritariamente en el Forte de Caxias, se empleó sobre todo la fórmula de encarcelamiento por tiempo indeterminado, bajo el mecanismo de proceder con ellas a «averiguaciones». Se las detenía y, en muchos casos, los tribunales no instruían causa alguna⁷. Encarceladas en el Forte de Caxias de modo preventivo, con carácter de vigilancia y de castigo, aguardaban a que interviniese el tribunal. Las presas afrontaban su detención, en muchos casos, dominadas por la perplejidad. Clarisse Casaco Tacão, una trabajadora del campo, presa en Caxias en 1950 por haber pedido aumento de salario, recordaba “que los policías querían que contásemos cosas pero no sabíamos nada”, de modo que “cuando veían que la gente no sabía nada, que solo habíamos pedido aumento de sueldo, nos mandaban fuera, a los cuatro meses”.

Desde el 24 de enero de 1935, el Reducto Sur del Forte do Caxias pasó a estar bajo el control del Ministerio de Justicia como alojamiento del excedente de presos de las prisiones civiles. Después, el Reducto Norte, desde el 19 de mayo de 1938, fue entregado a la PVDE, de modo que será ya usado para encarcelar a presos políticos bajo el control de esa policía, especialmente aquellos que se encontraban en la fase de instrucción judicial y para recluir a las presas políticas que tenían que cumplir sus penas.

El Forte de Caxias tenía dos tipos de alojamientos: las salas, distribuidas por los dos pisos del edificio principal, y las casamatas, en la parte de atrás, completamente enterradas en el suelo. Los denominados «segredos» servían para mantener a las presas incomunicadas o castigadas durante meses. Se situaban en un corredor oscuro y subterráneo, sin ventanas ni portillas, privados de luz natural y de aire. En 1955 se le colocaron rejas en las puertas de las casamatas y en algunas se hicieron pequeñas celdas donde la PIDE pasó a recluir a las presas incomunicadas. Aquellos agujeros, «segredos» y casamatas resultaban inhabitables, porque estaban debajo de la tierra, les entraba el agua, y no tenían ventilación ni iluminación. En ciertos lugares, el agua subía un palmo, por lo que las presas tenían que dormir sobre tablas con un poco de paja encima⁸.

Con el tiempo se hicieron algunas mejoras en Caxias: unos cubículos dentro de cada sala, con cuarto de baño y ducha. Estas obras redujeron la superficie de las salas. Tenían capacidad para cinco personas, pero habitualmente estaban diez, que allí debían comer, trabajar y moverse. Las visitas se realizaban en dos filas de pequeños

⁷ A muchas mujeres españolas se las encerraba para presionarlas y que confesasen el paradero de sus familiares huidos a partir del golpe militar de 1936. Eran retenidas en calidad de presas gubernativas.

⁸ Un caso similar en MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, María Victoria; RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel – “Mujeres sobre tablas”. In GÁLVEZ BIESCA, Sergio; HERNÁNDEZ HOLGADO, Fernando – *Presas de Franco*. Madrid: Fundación de Investigaciones Marxistas; Centro de Ediciones de la Diputación de Málaga, 2007. p. 63-65.

compartimentos separados por un pasillo por donde caminaba constantemente un guardia. De un lado, se situaban las visitas; del otro, las reclusas. Solamente podían verse a través de pequeñas ventanas cubiertas de mica, abiertas frente a frente en los dos compartimentos. A la distancia a la que permanecían, apenas podían contemplarse y para escucharse tenían que alzar la voz o gritar. Cuando varias presas mantenían visitas a la vez, la confusión transformaba en ininteligibles las conversaciones. El guardia interrumpía las visitas bajo cualquier pretexto⁹.

Las visitas eran diarias por espacio de media hora o tres cuartos de hora. Pero el establecimiento estaba lejos, de modo que la hora de las visitas – habitualmente a las diez de la mañana – no era el más adecuado para cualquier persona que anduviese a vueltas con su vida. No siempre se podía asistir a las presas. Más difícil les resultaba a las mujeres que tenían hijos en el exterior. Los directores no permitían que los recibieran en el patio y solo a regañadientes dejaban usar el atrio durante diez minutos, que a cualquier indisciplina era una concesión eliminada. En ciertos casos, los hijos de las presas padecían procesos transitorios de stress cuando visitaban a sus madres, que optaban por evitarles asistir a la cárcel durante un tiempo significativo, a veces de un año¹⁰.

El Forte de Caxias fue el último de los establecimientos prisionales bajo el control de la PVDE (y después de la PIDE y de la DGS) en entrar en funcionamiento en el territorio continental. Comenzó a llegar población reclusa ya en 1936, convirtiéndose en la segunda prisión política de la zona de Lisboa. Dada su proximidad a la capital, donde está la sede de la policía política, se utilizó, en gran medida, para la detención de presas con procesos en vías de organización, para presas preventivas e incluso para las que no tenían instrucción formada. Fue también sistemáticamente usada para la ejecución de medidas de seguridad en las prisiones mientras se cumplía pena.

Durante la fase de instrucción, las detenidas eran transportadas de Caxias para ser interrogadas en la sede de la PVDE-PIDE, aunque en algunos casos fueron interrogadas en la prisión, sobre todo desde 1971, que lo eran en el Reducto Sur. Este presentaba mejores condiciones que el Norte, adonde se habían transferido los Servicios de Investigación de la DGS.

Estatuto social de las mujeres opositoras

Durante el Estado Novo y durante el franquismo, la represión se ajustó al origen social de las prisioneras, de modo que se puede hablar de un condicionante clasista con las opositoras. A las mujeres pertenecientes a las elites se les favoreció en el interior de las prisiones – aunque no se libraron de las torturas como las del sueño o de la estatua¹¹–, frente a las palizas y al trato brutal que recibieron las mujeres obreras y campesinas, o sus propias familias cuando las visitaban¹². La presa portuguesa

⁹ DIAS COELHO, José – *A Resistência em Portugal*. Lisboa: Edições «Avante!», 2006. p. 147-148.

¹⁰ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 186-187.

¹¹ PIMENTEL, Irene Flunser – “A Tortura”. In MADEIRA, João (coord.) – *Vítimas de Salazar...*

¹² GORJÃO – *Mulheres em Tempos Sombrios*, p. 237-238. Diferencias de trato por la clase social en el caso español en GINARD, David – *Matilde Landa. De la Institución Libre de Enseñanza a las prisiones franquistas*. Barcelona: Flor del viento Ediciones, 2005.

Maria Eugénia Varela Gomes recuerda esa situación: en las cárceles había un cierto reparto en varias categorías, en función de la procedencia de la presa¹³. Las mujeres de clase baja y las comunistas recibían peor trato, aunque en los últimos años del régimen salazarista se produjo cierta igualación, al menos en apariencia. Una campesina de Montemor-o-Novo, Maria Lourença Cabecinha, sufrió la discriminación por parte de la dirección de la prisión de Caxias por ser de origen campesina, por no tener estudios ni personas importantes en la familia. A ellas les era más difícil la asistencia moral y material. Además, solo podían acceder a libros de instrucción primaria y algunas novelas sencillas. Cuando había mujeres más formadas o estudiantes en la misma sala, estas podían acceder a mejores libros¹⁴.

Entre el 28 de mayo de 1926 y el 24 de abril de 1974 el número de presas políticas portuguesas según los datos procedentes de la *Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista*, de Pimentel¹⁵ y de elaboraciones propias son los siguientes:

PERIODO	NÚMERO DE MUJERES DETENIDAS	PORCENTAJE SOBRE EL TOTAL DE DETENIDOS
1932-1935	29	1%
1936-1939	213	2,6%
1940-1945	205	5,1%
1946-1948	46	3,3%
1949-1951	61	3,9%
1952-1960	181	7%
1961-1974	575	8%

Las primeras mujeres detenidas durante los primeros años de dictadura (1929-1932) lo fueron por motivos políticos y por tener relaciones con militantes políticos clandestinos. Es un perfil de detenida que se repetirá durante los primeros años de la dictadura franquista. El periodo entre febrero y agosto de 1932 fue el más relevante con ocho detenciones¹⁶. Entre 1933 y 1945, fueron objeto de la acción policial o judicial 238 mujeres, la mayoría de ellas amas de casa, consideradas como “criminales políticas”¹⁷.

Los periodos que median entre 1936 y 1945 son los más dramáticos en términos de prisiones, con mayor represión y con más arbitrariedad por parte de la policía política durante los 48 años del régimen fascista. El conflicto bélico español afectó al número de reclusas y sus consecuencias se ven también en los años posteriores, aunque porcentualmente el mayor número de detenidas se produce durante los años cincuenta.

¹³ CRUZEIRO – *Maria Eugénia Varela Gomes*, p. 215.

¹⁴ NOBRE DE MELO, *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 243.

¹⁵ PIMENTEL – *A História da PIDE*, p. 418-420.

¹⁶ ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES COMUNISTAS – *Subsídios para a História das lutas e Movimentos de Mulheres em Portugal sob o regime fascista (1926-1974)*. Lisboa: Edições “Avante”, 1994. p. 16-17.

¹⁷ ROSAS [et al.] – *Tribunais políticos*, p. 47.

También en 1962, entre los meses de abril y mayo, se produjeron detenciones en masa¹⁸, sobre todo con los años de la Guerra Colonial y durante la crisis estudiantil. En general, se puede afirmar que las prisiones aumentan cuanto más numerosos fuesen los años de crisis del Estado Novo. Esto explica que en el periodo del «marcelismo» y de la DGS, entre 1968 y 1974, hubo una significativa moderación de la represión policial.

En la mayoría de los casos, las mujeres eran detenidas por motivos políticos o para “averiguaciones”. No obstante, varias campesinas de Alpiarca fueron detenidas en 1950 por haber pedido aumento de sueldo¹⁹. En otros casos, habían protegido a un refugiado y participado en la revolución del 1 de enero de 1962²⁰. Isaura Conceição da Silva, una enfermera de Portimão, fue detenida en 1953 por “defender el derecho de matrimonio de las enfermeras y por la resolución del problema del divorcio”. La médica Aboim Inglês fue detenida después de testificar en el tribunal a favor de una presa²¹.

Pese a la existencia de una tipificación en la cualificación de crímenes políticos fijada por la nueva legislación²², los motivos que provocaron el ingreso de mujeres en prisión resultaron muy diversificados. Podríamos agrupar los motivos en siete categorías principales²³:

- a) Participación en movimientos revolucionarios.
- b) Propaganda subversiva.
- c) Pertenencia a organizaciones partidarias prohibidas.
- d) Faltas de respeto a la autoridad y al gobierno.
- e) Uso y posesión de armas y explosivos prohibidos.
- f) Huelgas: paralizaciones, manifestaciones, disturbios, motines, etc.
- g) Robos de explosivos y material de guerra, u otros organizados durante tumultos.

Las presas permanecían en prisión antes del juicio durante un periodo que oscilaba entre los 100 y los 400 días, es decir, entre un trimestre y un año. Posteriormente al juicio (a los que solo fueron un 15%), muchas de ellas eran absueltas o puestas en libertad. Las que eran condenadas sufrían penas correccionales entre tres meses y dos años. A partir de los dos años, la sentencia se consideraba de prisión mayor.

La mayoría de las mujeres detenidas procedían de Lisboa y Porto, del Alentejo, del Algarve y los alrededores y la margen sur del Tajo (especialmente Setúbal). La zona alentejana siempre mantuvo una significativa implantación del Partido Comunista Portugués. En la zona del Algarve, había muchas mujeres asalariadas en el sector agrícola, donde el comunismo estaba significativamente arraigado. La presencia de muchas mujeres establecidas en urbes como Lisboa o Porto demuestra la capacidad de

¹⁸ CRUZEIRO – *Maria Eugénia Varela Gomes*, p. 233.

¹⁹ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 111.

²⁰ CRUZEIRO – *Maria Eugénia Varela Gomes*, p. 203 y 240.

²¹ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 128-129.

²² Decreto Lei nº 23 203, de 6 de Novembro de 1933.

²³ ROSAS [et al.] – *Tribunais políticos*, p. 51.

socialización y politización de ambas ciudades, convertidas en objetivo de la política represiva del régimen. Las revueltas sociales ocurridas en todos el país provocaron detenciones de varias mujeres procedentes de Madeira, quienes en 1936 ingresaron en prisión relacionadas con la “revolta do leite” producida en aquellos territorios, que sin una dimensión política significativa, no dejó de tener interés para los tribunales militares, quienes enviaron a las responsables de la revuelta al continente, con el fin de “extirpar el mal de raíz”, sobre todo teniendo en cuenta que en aquella isla se habían producido años antes las revueltas “reviralhistas” de abril de 1931 que hicieron peligrar el futuro de la Dictadura²⁴. Otros conflictos laborales y sociales, como huelgas en el sector textil (en Bombarda, 1934) o manifestaciones y tumultos a consecuencia de la falta de género o de los bajos salarios, que se sucedieron por todo el país (en São João de Madeira, Espinho, Vila Nova de Gaia), con especial incidencia durante los años 1943 y 1944, provocaron detenciones similares de las mujeres más significadas. En las zonas interiores fronterizas del país se produjeron muchas detenciones por emigración ilegal, en muchos casos relacionados con súbditas españolas.

Mayoritariamente las mujeres reclusas eran amas de casa, que en algunos casos no sabían cómo reaccionar al proceso de detención, interrogatorio y prisión. Ese es el perfil socioprofesional también en el caso de las mujeres presas en las cárceles españolas. En los datos de que disponemos, la única profesión marcada por el género femenino, de modo que se puede asignar sin ninguna duda posible a las mujeres reclusas, es la ama de casa, que como se puede comprobar en los datos presentados resultaban mayoritarias en el número final de mujeres detenidas:

PERIODO	NÚMERO DE MUJERES	AMAS DE CASA
1936-1939	213	160
1940-1945	205	111
1946-1948	46	26
1949-1951	61	32
1952-1960	181	88

Aunque carecemos de datos en relación a la edad de las mujeres, sí poseemos datos generales en relación a toda la población reclusa, de modo que pueden servir de tendencia de análisis global. Predomina la población reclusa entre los 18 y los 47 años, por lo que hemos de inferir que esa era la tendencia también en el caso de las mujeres.

En lo referente al estado civil de las reclusas, parecen predominar ligeramente las casadas. Ello se explica porque en muchos casos eran militantes leales a sus maridos, con los que habitualmente colaboraban en trabajos clandestinos, con los que en muchos casos compartían experiencias vitales en la clandestinidad y con los que conllevaban los peligros del acoso policial, de las repentinas separaciones y de los intentos de mantener una vida normal familiar.

²⁴ *Idem*, p. 47, nota 1.

Esfera política y familiar

Algunas presas soportaron las penosas condiciones de las cárceles junto con sus hijos. Una costurera de Vila Franca de Xira, Casimira da Conceição Silva, que había entrado en el Partido Comunista en 1942 y que con el tiempo se encargó de la impresión de *Avante!*, fue detenida en 1949 mientras estaba embarazada y fue ingresada en el Forte do Caxias. Las presiones de otra presa médica consiguieron que aquella fuese doce días antes del parto a la Maternidad, que finalmente se convirtieron en más de un mes. La tuvieron que someter a una cesárea a causa de la vida sedentaria dentro de la cárcel. El hijo creció en una celda compartida con otra reclusa durante dos años. En este periodo, el niño padeció de falta de asistencia médica, carencia de sol y de paseos, y tuvo que sufrir las mismas normas carcelarias que su madre. Además, las visitas familiares al pequeño estaban sumamente restringidas²⁵. Algunas presas que convivían en la cárcel con sus hijos soportaron dificultades y problemas para alimentarlos adecuadamente. No se conseguía fácilmente leche para ellos, ni alimentación adecuada para los primeros años de vida. En ciertos casos, estas carencias servían para chantajear a las presas, a las que se ofrecía mejores condiciones para sus hijos en el caso de que colaborasen con la policía. Las presas desarrollaron mecanismos personales para evitar que los hijos que permanecían en la prisión con ellas no sufriesen las arbitrariedades propias del sistema penitenciario²⁶.

Las mujeres emplearon mecanismos personales para luchar contra la violencia y la coerción carcelaria. Algunas confraternizaron con los médicos internos o externos para que les certificasen un embarazo, de modo que pudiesen retrasar la aplicación de sus condenas de muerte. La presa gallega Josefa García Segret recibió como condena la pena capital, pero el indulto le llegó cuando fingió un embarazo en la cárcel pontevedresa de Tui gracias a la ayuda de un médico tudense. Un caso similar fue el de la antigua alcaldesa de A Cañiza, María Gómez, cuya ejecución fue inicialmente aplazada por embarazo, salvando finalmente su vida. En muchos casos, se convirtió en un modo de ganar tiempo, ante la incertidumbre del resultado bélico. En otros casos, estos mecanismos personales de defensa y de supervivencia en la cárcel no valían de nada ante lo dramático de las realidades personales. A Isabel Ríos le bautizaron el hijo mientras ella estaba presa y nada pudo hacer al respecto²⁷. A otras presas que tenían hijos dentro de la prisión, se los robaban poco después de nacer. Los entregaban a falangistas o directamente los hacían desaparecer²⁸. Las presas que pudieron mantener a sus hijos lo hicieron con tremendas dificultades, porque la comida no llegaba nunca para los dos. En la cárcel ourensana de Verín, había una especie de “madrina benefactora”, Julia Tresguerras Diéguez, que iba a la cárcel a ayudar a las reclusas con hijos, les paseaba los hijos para que tomasen el sol, pero también se encargaba de sacarlos para bautizarlos

²⁵ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 60-62.

²⁶ PIMENTEL – *História da PIDE*, p. 372-373.

²⁷ RÍOS – *Testimonio de la guerra civil*, p. 109 y 120.

²⁸ VINYES, Ricard [et al.] – *Los niños perdidos del franquismo*. Barcelona: Plaza & Janés, 2002.

sin consentimiento de sus madres. En realidad, era un miembro activo de la Juventud Católica, que colaboraban activamente en el proceso de conversión religiosa.

Cuando las mujeres procesadas salían de las cárceles para enfrentarse a sus consejos de guerra, se convertían en un espectáculo para la población. Al salir de la cárcel de Tui, García Segret se expuso a las miradas de sus vecinos y de los asesinos de su marido²⁹. Las presas aguantaban las provocaciones de las falangistas y de las vigilantes. A Enriqueta Iglesias le comunicaron la muerte de su marido mientras estaba recluida en la cárcel de Verín e intentaba que su hija de dos meses – que había nacido a principios de 1937 – sobreviviese a las penosas condiciones del encarcelamiento. Las mujeres presas padecían la tensión de vivir sin sus hijos. Se preocupaban por su paradero, porque las autoridades fueron considerando que resultaba más barato dar de mamar a los niños en la inclusa que entregarle leche a sus madres. Muchos de esos niños, hijos de presas republicanas, entregados a los hospicios murieron bajo condiciones de vida infrahumanas. Además, algunas presas vivieron en las cárceles dominadas por una violenta soledad, ya que nunca contaban con visitas y dependían de la solidaridad de las demás presas para sentir el calor simbólico de los envíos y de las noticias externas³⁰.

Las presas vivieron los procesos de reeducación controlados por las autoridades penitenciarias y la Iglesia. En la cárcel coruñesa de Betanzos, el cura asustaba a las mujeres presas con el apocalipsis del infierno y de los pecados, y les exigía una declaración de fe para concederles el certificado de libertad condicional. El proselitismo religioso en las cárceles de mujeres actuaba de modo impetuoso. Se ejecutaba una suerte de purificación con ellas, porque las presas “extremistas” estaban alejadas de Dios y de la sociedad. Si ese proceso de coacción religiosa no funcionaba con las presas adultas, se aplicaba sin piedad con sus hijas. Se espoleaba a las organizaciones femeninas como las Juventudes Católicas para que colaborasen en ese proceso. Se presionaba para que los hijos fuesen bautizados, cuya representación se convertía en proceso público aireado por los medios de comunicación. Si se conseguía acabar con la resistencia de las presas, de modo que estas aceptaban las arbitrariedades religiosas impuestas en la cárcel, como la confesión, esta se hacía también pública. Los espectáculos religiosos en el interior de las cárceles se transformaban en espectáculos también públicos. La primera celebración de una misa en la cárcel de Verín en 1937, después de seis años sin celebrar, se convertía en una manifestación del poder provincial, con la presencia de las autoridades militares, civiles y religiosas. Frente a ese despliegue de poder, los 23 reclusos de la cárcel penaban simbólicamente con la expresión de un fervor religioso que contrastaba con la violencia física que padecían en el interior de la prisión. La mayoría de las reclusas participaban atónitas y perplejas a ese ejercicio de cinismo e hipocresía retórica y ahuyentaban el hambre – aunque solo fuese por una vez – con una mejora en las viandas habituales del presidio. Los actos acababan con un ejercicio máximo de coacción ante el poder arbitrario que representaban los militares. Las presas habían de mostrarse, en todo momento, arrepentidas y patrióticas ante ellos.

²⁹ GARCÍA SEGRET – *Abajo las dictaduras*, p. 238.

³⁰ RÍOS – *Testimonio de la guerra civil*, p. 137 y 139.

Detención y experiencias personales

Con las mujeres sospechosas de «crímenes políticos», recluidas mayoritariamente en el Forte de Caxias, se empleó sobre todo la fórmula de encarcelamiento por tiempo indeterminado, bajo el mecanismo de proceder con ellas a «averiguaciones». Se las detenía y, en muchos casos, los tribunales no instruían causa alguna. Encarceladas en el Forte de Caxias de modo preventivo, con carácter de vigilancia y de castigo, aguardaban a que interviniese el tribunal. Las presas afrontaban su detención, en muchos casos, dominadas por la perplejidad. Clarisse Casaco Tacão, una trabajadora del campo, presa en Caxias en 1950 por haber pedido aumento de salario, recordaba “que los policías querían que contásemos cosas pero no sabíamos nada”, de modo que “cuando veían que la gente no sabía nada, que solo habíamos pedido aumento de sueldo, nos mandaban fuera, a los cuatro meses”. Antes de salir, tenían que encalar toda la prisión y después pagar una fianza de 130 contos, que normalmente no tenían y que habían de solicitar prestado³¹.

Las detenciones se producían a horas intempestivas, sin orden de captura alguna y con un uso de la violencia proporcional a la resistencia de la detenida. Después, se enviaban a una prisión de la policía política en forma de presa preventiva, hasta que se construía el proceso para llevarla a juicio. Se empleó siempre la tortura física y psicológica con las detenidas, tal vez menos en los años 30 y 40, pero en ningún caso fue excepcional en este periodo. Se simultaneaba la tortura del sueño y la de la «estatua» con palizas y largos periodos de incomunicación en celdas especiales o en las «casamatas» del Forte do Caxias, en las que las presas se hacinaban con el agua hasta los tobillos: “Cuando íbamos para el recreo, veíamos gotas de sangre por el suelo”, recuerda la antigua presa María Eugénia Varela Gomes³². Con posterioridad, las palizas y las torturas se mantuvieron y se incrementaron.

Durante la tortura del sueño, se mantenía a la presa varios días y varias noches, incluso una semana entera – o más de una –, sin dormir. Bajo este régimen, las presas entraban en una apatía general, padecían alucinaciones visuales y auditivas y aflojaban sus convicciones³³. Desde 1945, este medio de interrogatorio era el preferido de la PIDE y, sobre todo, a partir de 1959 el más utilizado con las mujeres. La dirigente del Partido Comunista Portugués, Fernanda Paiva Tomás, aguantó 80 horas sin dormir en su primer interrogatorio y 94 en el segundo. Muchas otras mujeres soportaban habitualmente sesiones de cuatro o cinco días sin dormir. En general, algunos testimonios coinciden en que la violencia contra las presas se recrudeció a partir de 1962, cuando se produjeron muchas detenciones de mujeres procedentes de Couço³⁴, y, sobre todo, a partir de 1971, durante los últimos años del régimen³⁵.

³¹ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 112-113.

³² CRUZEIRO, Maria Eugénia Varela Gomes – *Contra ventos e marés*, p. 234.

³³ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 153.

³⁴ GODINHO – *Memórias da Resistência Rural no Sul*, p. 400-401.

³⁵ PIMENTEL – “A tortura”. In MADEIRA, João (coord.) – *op. cit.*, p. 114-127.

La tortura de la «estatua» obligaba a la presa a mantener los brazos abiertos elevados a la altura de los hombros – en la posición de «Cristo» – con la cabeza levantada hacia un punto de luz o con el cuerpo girado hacia una pared. Cuando la presa se dejaba caer, los policías la golpeaban por todo el cuerpo, la sacudían contra la pared o le aporreaban la cabeza. La «estatua» fue poco a poco abandonada ante la cada vez mayor resistencia que mostraban las presas, pero sobre todo porque las agotaba rápidamente y les provocaba lesiones físicas rápidas y perceptibles ante los golpes de los policías. De ello, se acuerda Sofía Ferreira, quien sufrió derrames de sangre en el ojo izquierdo y perturbaciones auditivas a consecuencia de los golpes recibidos³⁶. Se prefirió impedirles dormir a base de producir ruidos molestos o de repetirles continuamente las mismas preguntas – el denominado «interrogatorio seguido» –, de modo que bajo esta modalidad de tortura podían aguantar más tiempo.

En otros casos, a las presas se les colocaba en la cabeza un casco con dos lámparas, una blanca y otra roja, en dirección a los ojos³⁷. En estas sesiones de tortura, participaban todos los agentes, incluso a veces también los administrativos. Las sesiones se agrupaban en ciclos o turnos de cuatro horas. Antes o durante el interrogatorio, las visitas del médico de la PIDE/DGS aseguraban a los torturadores que la presa estaba en condiciones de salud para continuar con la sesión. En muchos casos, los policías combinaban gestos de amabilidad (saludarlas, reconveniones a conversar por las buenas, ofrecerles comida y bebida, hablar de la familia, etc.) con fases de violencia media o máxima. La PIDE perfeccionó sus métodos de tortura a partir del final de los años 50, sobre todo en contacto con los servicios secretos y policías de otros países, especialmente los norteamericanos. Algunas de las nuevas técnicas incorporadas se ajustaban a la personalidad de la presa, con medidas adecuadas para debilitarla, para impedir que durmiese regularmente o para modificarle el horario y el régimen de las comidas de modo irregular. Esa insistente inestabilidad las confundía y anulaba su voluntad de resistencia. Para privarlas de estímulos sensoriales, se las sometía a aislamientos prolongados, de modo que tras ellos, con estímulos calculados, el interrogador podía vencer su resistencia presentándose como una «figura paternal»³⁸. La posguerra mundial reducirá tanto la permanencia de las presas en las prisiones políticas como el número de juicios políticos en los Tribunales Plenarios, especialmente en la fase marcelista del régimen (1968-1974), aunque siempre con picos de aumento durante el periodo de crisis del régimen tras la II Guerra Mundial (1947-1949) y durante el periodo que va desde las elecciones de 1958 hasta el intento de golpe de estado de Humberto Delgado en 1962³⁹.

Al ser detenidas, las presas pasaban por la sede de la PVDE-PIDE de Lisboa para formalidades de identificación. Después eran enviadas al Reducto Norte de Caxias.

³⁶ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 50-56.

³⁷ *Idem*, p. 201-211; PIMENTEL – “A Tortura”. In MADEIRA, João (coord.) – *op. cit.*, p. 106 y 108.

³⁸ PIMENTEL – “A tortura”. In MADEIRA, João (coord.) – *op. cit.*, p. 107 y 110.

³⁹ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 176 y 215.

Cuando entraban en la cárceles, las presas eran desvestidas y registradas⁴⁰. Se les retiraban todos los objetos personales susceptibles de provocar un suicidio o de permitirles ubicarse en el tiempo. Nunca podían celebrar visitas antes de los interrogatorios, ni acceder a libros, papel o artículos de escritura⁴¹. Se las recluía en salas con otras reclusas, también incomunicadas, mínimo durante un mes. Allí esperaban su interrogatorio.

Esas salas estaban terriblemente sucias, por lo que las presas solían presentar ya sus primeras quejas en ese momento. Estas salas de incomunicación ocupaban un piso entero de la cárcel. Era además el piso también de los servicios clínicos – el Forte de Caxias contaba con un hospital –, por eso a cualquier hora del día o de la noche llegaban presas venidas de los interrogatorios, que gritaban por haber sido torturadas, otras que pedían asistencia médica, otras que padecían ataques de nervios o de asma, o que habían intentando suicidarse. “En el primer momento, tuve un ataque de claustrofobia, corrí hasta las rejas de la ventana y las sacudí con fuerza. Después me dirigí a la puerta que también sacudí, pero conseguí controlarme”, recuerda la presa Maria Eugénia Varela Gomes, cuando fue detenida por primera vez en 1962 por verse envuelta en el llamado golpe de Beja⁴². Durante la noche, venían a buscar a las presas para los interrogatorios. Acostumbraban a producirse altercados, combinados con los gritos de las detenidas que habían padecido malos tratos y con los ruidos de otras presas incomunicadas que golpeaban en las puertas de sus celdas porque no sabían lo que ocurría. Los guardias respondían siempre con amenazas y castigos⁴³.

Antes del interrogatorio en la sede de la PIDE, las presas permanecían aisladas en una sala con una silla, un armario y la presencia permanente de un policía. Continuamente, los policías abrían la puerta para observar a la detenida, de este modo se tensaba intencionadamente la impaciencia de la presa al trasladarle el mensaje de que el interrogatorio podía demorarse o incluso no ejecutarse nunca. En esa situación de espera prolongada se podían mantener durante varios días, incluso semanas. En esas condiciones, el silencio de la incomunicación trastornaba la mente de la presa, que se dejaba atrapar por fantasmas, locuras transitorias, confusiones cronológicas y un vacío existencial que le hacía desear imperiosamente el contacto humano. Este aislamiento y tal desorientación fomentaban la pérdida de la resistencia de la presa ante sus interrogadores.

En esa tensa espera, las presas sufrían insultos, amenazas de muerte, palizas, malos tratos, incomunicaciones y aislamientos que podían alargarse de dos a seis meses, registros policiales en las celdas, prohibiciones para recibir a sus abogados o a sus familias, y otros castigos tales como no disfrutar del recreo. Isaura Conceição da Silva, una enfermera presa en Caxias en 1953, fue golpeada, arrastrada por el suelo

⁴⁰ Sobre el registro y la obligación de desnudarse por parte de las presas a su entrada de la cárcel contemplada por estas como una humillación, cf. RODRIGUES – *Gente comum*, p. 86. Sobre la tortura con connotaciones sexuales, cf. GORJÃO – *Mulheres em Tempos Sombrios*, p. 242; PIMENTEL – *A História da PIDE*, p. 377-379.

⁴¹ PIMENTEL – “A Tortura”. In MADEIRA, João (coord.) – *op. cit.*, p. 107.

⁴² CRUZEIRO – *Maria Eugénia Varela Gomes*, p. 203.

⁴³ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 243.

y castigada en la celda disciplinar por no querer entregar sus papeles de defensa del proceso judicial⁴⁴. Maria Conceição Rodrigues de Matos padeció alucinaciones durante su interrogatorio a consecuencia del descontrol nervioso que sufrió cuando se desreguló su periodo menstrual por los golpes y la presión psicológica que tuvo que aguantar de sus interrogadores e interrogadoras⁴⁵.

En realidad, la PVDE-PIDE disponía de seis meses para realizar el interrogatorio después de la prisión y durante ese periodo podía pasar cualquier cosa. El abogado de la enfermera Isaura Conceição da Silva fue atacado dentro de la prisión de Caxias y arrastrado por el suelo, además de ser apresado durante un mes⁴⁶. Maria José Lopes da Silva fue interrogada en 1966 durante cinco horas seguidas: “Al día siguiente, después de haber sufrido las cinco horas de interrogatorio con estatua, fui golpeada, en ropa interior, por los policías. Me golpearon con un palo lleno de puntas y me arrancaron la carne desde la cintura hasta las rodillas [...] Los policías se turnaban para golpearme. Cuando uno me pegaba, los otros me agarraban para que no me cayese y para así poder golpearme mejor. Cuando acabaron, caí en medio del suelo y, cuando me levantaron para conducirme otra vez a Caxias, sin querer dejé un poco de orina”⁴⁷. Las presas consideradas reincidentes por la policía sufrían interrogatorios aun más violentos. Como la PIDE consideraba que no desistían de sus ideas, pensaba que el único remedio era inutilizarlas a través de palizas y golpes. La costurera comunista Mariana Albina Janeiro quedó imposibilitada para moverse sola de casa después de haber salido de la cárcel y de haber padecido varios interrogatorios dentro de ella. Tuvo que operarse de los oídos a consecuencia de los golpes recibidos, perdió el sentido del equilibrio por las palizas sufridas y se vio en la obligación de usar permanentemente unas gafas gruesas para paliar los efectos que le había dejado que sus interrogadores le quemasen los ojos con fósforos para que confesase la organización del Comité Central de Partido Comunista Portugués. Tal situación le impidió incorporarse de nuevo a la lucha política clandestina. La PIDE, conociendo el estado en que la había dejado, dejó de importunarla con más detenciones⁴⁸. Una investigación realizada por el psiquiatra Afonso de Albuquerque después del fin del régimen dictatorial señalaba que las consecuencias más inmediatas que padecían una muestra de 50 antiguas personas detenidas por la PIDE eran alucinaciones y delirio (76%), pérdidas de conocimiento (15%), edemas en los miembros inferiores (10%) y tentativas de suicidio (6%). A medio y largo plazo se observaron otros efectos: faltas de memoria (16%), depresión (16%), insomnios (8%), psicosis esquizofrénicas (8%), y ansiedad, cefaleas, tartamudez y dificultades sexuales, entre otras (30%)⁴⁹.

⁴⁴ *Idem*, p. 129.

⁴⁵ *Idem*, p. 261 e ss.

⁴⁶ *Idem*, p. 129.

⁴⁷ *Idem*, p. 154-155.

⁴⁸ *Idem*, p. 252.

⁴⁹ Una descripción detallada de las consecuencias de las torturas sufridas en la cárcel en RODRIGUES – *Gente comum*, p. 116-117.

Las presas sufrían alucinaciones a consecuencia de la soledad que tenían que soportar en las celdas, a veces durante meses⁵⁰. Una enfermera de Portimão, Isaura Conceição da Silva, resistió un aislamiento de un año entero, acompañada de una colonia de ratones, que le provocaban un miedo pavoroso. Una vez que fue condenada a dos años de prisión mayor, comenzó a adelgazar a consecuencia de la depresión que le había provocado el aislamiento⁵¹. En muchas declaraciones públicas, las autoridades portuguesas tildaban a las presas de «maniacas», de «delincuentes o criminales incorregibles» y de «reincidentes». La PIDE hacía lo posible por airear sin pruebas ese «carácter peligroso», aludiendo a la obstinada «tendencia opositora» de estas mujeres. En general, muchas presas arrastraron problemas nerviosos dentro y, posteriormente, ya fuera de la prisión⁵², que se concretaban en migrañas, fatigas cerebrales, dolores agudos, insomnios permanentes, deficiencias vitamínicas, anemia, problemas ginecológicos y otros síntomas parecidos. En 1966, después de varias detenciones, diversos periodos carcelarios y algunos meses por celdas de aislamiento, Maria José Lopes da Silva intentó suicidarse, sin lograrlo, engullendo cloro procedente de la limpieza de los baños⁵³. Sí lo consiguió, en cambio, Albina Fernandes, quien había estado muchos años en la clandestinidad y siete recluida en Caxias. Los durísimos interrogatorios sufridos y las demoras para conseguir la liberación de su marido, también preso, la condujeron a tomar la decisión de acabar con su vida⁵⁴.

La prisión adoptó un sistema de castigo que combinaba diversas modalidades. Una primera modalidad de cárcel preventiva aplicada para la población en general. Una segunda modalidad de carácter correctivo y regenerativo para las opositoras políticas no comunistas, con controles específicos y penas de prisión correccional. Finalmente, una tercera modalidad, de neutralización, que retiraba a las dirigentes y militantes de los partidos subversivos – sobre todo, las comunistas – de los espacios públicos a sabiendas de su «peligrosidad» y de las cuales, en general, no se esperaba regeneración alguna. Era a estas a las que se aplicaba tanto prisión mayor como medidas de seguridad con la opción de serles prorrogadas, ya que en Portugal no existía prisión a cadena perpetua⁵⁵.

La anormalidad es, indudablemente, la característica de la realidad penitenciaria femenina durante la larga dictadura portuguesa del siglo XX (1926-1974). A ella nos hemos aproximado a lo largo de esta contribución, con una ligera visión comparada con la historiografía penitenciaria española. La singularidad del régimen jurídico portugués caracterizado por un sistema preventivo y correccional, la violencia física

⁵⁰ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 98.

⁵¹ *Idem*, p. 127-129.

⁵² Trastornos similares en presas españolas durante el franquismo, cf. RODRÍGUEZ GALLARDO, Ángel – *Letras armadas. As vidas de Enriqueta Otero Blanco*. Lugo: Fundación Dez de Marzo; Concello de Lugo, 2005. p. 180 y ss.

⁵³ WARD – *Women in prison...*

⁵⁴ NOBRE DE MELO – *Mulheres portuguesas na Resistência*, p. 217.

⁵⁵ PIMENTEL – *História da PIDE*, p. 416-417.

y simbólica usada contra las mujeres y el carácter combativo y organizativo de estas en el interior de la prisión son las bases empleadas para el análisis y la interpretación de esa realidad, profundamente desconocida en el Estado español. Hemos apuntado algunas pautas sobre la condición socioprofesional de esas mujeres, una circunstancia que marcaba su experiencia carcelaria, desde el mismo momento de entrada en la prisión. Dentro de este escenario penitenciario, las mujeres fueron víctimas de una violencia inusitada promovida por la policía política, que era la máxima responsable de la prisión. Porque es impensable comprender el fenómeno penitenciario europeo de los regímenes dictatoriales occidentales del siglo XX sin este uso extremo de la violencia, sin las complejas manifestaciones de coacción, intimidación y terror promovidas por los represores y sufridas por las víctimas. Posiblemente, lo más revelador del caso portugués es la capacidad que han tenido las víctimas de haber verbalizado esas experiencias, de modo que han quedado incorporadas al patrimonio histórico colectivo, algo que no siempre ha ocurrido, al menos en las mismas proporciones, en otros lugares.

O evolucionismo no século XX
traços gerais e perspectivas historiográficas

Pedro Ricardo Fonseca
Ana Leonor Pereira
João Rui Pita

Pedro Ricardo Fonseca, Bolseiro de doutoramento da FCT. Colaborador do CEIS20.
E-mail: pedrorgfonseca@gmail.com

Ana Leonor Pereira, Doutorada pela FLUC. Professora na mesma Faculdade. Investigadora do CEIS20. E-mail: aleop@ci.uc.pt

João Rui Pita, Doutorado pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra. Associado e agregado na mesma Faculdade. Coordenador e Investigador do Grupo de Investigação de História e Sociologia da Ciência do CEIS20. E-mail: jrpita@ci.uc.pt

O presente trabalho tem como objecto de estudo a história do evolucionismo no século XX. Tratando-se de um tema extremamente vasto sob o ponto de vista historiográfico, um tratamento global do mesmo exigiria uma análise de fundo que, por motivos óbvios, não está ao alcance do presente trabalho. Deste modo, o nosso escopo limita-se à análise de duas das principais perspectivas historiográficas que surgiram e se consolidaram no século XX. No final, apresenta-se uma metodologia de investigação que tem vindo a adquirir uma projecção considerável nas últimas décadas. Com efeito, o presente trabalho encontra-se estruturado sobre dois eixos fundamentais. Primeiro, abordam-se as referidas perspectivas historiográficas, caracterizando-se sucintamente alguns dos pontos de divergência fundamentais dos dois autores que melhor as representam. Segundo, procede-se a uma breve reflexão sobre o recurso ao método comparativo no estudo dos inúmeros trabalhos já efectuados (ou ainda em curso) sobre a recepção e a história do darwinismo em diferentes contextos nacionais. Com a finalidade de garantir um melhor entendimento dos conteúdos a abordar, dedicamos as primeiras páginas deste trabalho a um breve esboço histórico, no qual se apresentam alguns dos momentos mais marcantes da história do evolucionismo ao longo do século XX.

1. Breve resumo da história do evolucionismo no século XX: da “redescoberta” das leis de Mendel ao debate em torno da sociobiologia

No limiar do século XIX, a evolução enquanto “facto” e a partilha de uma ancestralidade comum por parte de todos os seres vivos eram, de um modo geral, unanimemente aceites pela comunidade científica internacional. No entanto, os naturalistas finisseculares estavam longe de alcançar um consenso semelhante em relação aos mecanismos evolutivos. Neo-darwinistas, neo-lamarckistas, saltacionistas e partidários da ortogénese, entre outros, reclamavam um estatuto de proeminência, ou mesmo de exclusividade, para o mecanismo evolutivo que, respectivamente, defendiam¹. O diferendo seria resolvido a favor da selecção natural, na sequência de dois acontecimentos memoráveis para a ciência moderna. Primeiro, em 1900, a “redescoberta” das leis de Mendel abriu caminho ao nascimento de uma nova disciplina que adoptaria como objectos de estudo primordiais a hereditariedade e a variação: a genética. As investigações levadas a cabo no âmbito desta disciplina tiveram um papel decisivo na resolução do referido diferendo, ao desacreditarem todos os mecanismos evolutivos para além da selecção natural². Um desfecho algo surpreendente, se tivermos em conta as preferências saltacionistas da maioria dos primeiros geneticistas. Mas,

¹ Sobre este período da história do evolucionismo, Vide, por exemplo: BOWLER, Peter J. – *The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades around 1900*. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1983. XI, 291 p. ISBN 0-8018-2932-1; GAYON, Jean – *Darwin et l'après Darwin: Une histoire de l'hypothèse de sélection naturelle*. Paris: Editions Kimé, 1992. 453 p.: il. ISBN 2908212145.

² Sobre o nascimento da genética e a sua influência sobre o evolucionismo, Vide, por exemplo: OLBY, Robert – *Origins of Mendelism*. With an introduction by C. D. Darlington. London: Constable, 1966. 204 p. il.; BOWLER, Peter J. – *The Mendelian Revolution: The Emergence of Hereditarian Concepts in Modern Science and Society*. London: Athlone Press, 1989. VIII, 207 p. ISBN 0-485-11375-9.

como sublinha Peter J. Bowler (n. 1944), “Once the geneticists’ initial enthusiasm for saltationism had waned, natural selection became the only plausible mechanism of evolution”³. Segundo, ao longo da primeira década do século XX, registaram-se avanços significativos ao nível do estudo da radioactividade, que se revelaram decisivos para a resolução de um outro debate científico que trespassou de Oitocentos: o debate sobre a idade da Terra. Este debate revestia, por seu turno, uma importância capital para a discussão em torno dos mecanismos evolutivos. Em suma, os novos conhecimentos sobre a radioactividade permitiram revitalizar a ideia de uma Terra muito mais antiga do que as estimativas (até então dominantes) do físico britânico William Thomson, Lord Kelvin (1824-1907), autorizavam. Esta alteração - convencionalmente simbolizada pela comunicação proferida pelo estudioso da radioactividade Nelson Ernest Rutherford (1871-1937) na Royal Institution (Londres), em 1904, a que o próprio Lord Kelvin assistiu⁴ - reforçou a credibilidade da selecção natural⁵, que, doravante, voltava a dispor da vasta espessura temporal necessária a que a especiação pudesse ocorrer de uma forma predominantemente gradual, uma das ideias-chave da teorização biológica de Charles Darwin (1809-1882).

A posterior conciliação entre a Teoria da Selecção Natural e a Genética Mendeliana, processo iniciado pela genética das populações nas primeiras décadas do século XX, tornou-se na pedra basilar do novo consenso teórico sobre a evolução que começou a ser delineado na década de 1930: a Síntese Moderna. Fruto das contribuições de diferentes disciplinas biológicas, a Síntese Moderna passou a funcionar como um elo de unificação entre as mesmas⁶. Após a sua consolidação enquanto modelo teórico dominante no seio da biologia evolucionista, na década de 1950, os seus principais “arquitectos” e apoiantes esforçar-se-iam por garantir a sua prevalência sobre todas as abordagens evolucionistas alternativas⁷. Com efeito, as concepções evolutivas que

³ BOWLER, Peter J. – *Evolution: the history of an idea*. 25th Anniversary Edition, With a New Preface. 3rd edition, completely revised and expanded. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 2009. XXVII, 464 p. il. ISBN 978-0-520-26128-0. p. 272.

⁴ Para um relato deste episódio na primeira pessoa por parte de Nelson Ernest Rutherford, Vide: “1st Baron Rutherford of Nelson Ernest Rutherford (30 Aug 1871 – 19 Oct 1937)”. [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível em WWW. < URL: http://www.todayinsci.com/R/Rutherford_Ernest/RutherfordErnest-Quotations.htm.

⁵ Sobre o debate em torno da Idade da Terra e a sua influência sobre o evolucionismo, Vide, por exemplo: BURCHFIELD, Joe – “Darwin and the Dilemma of Geological Time”. *Isis*. Chicago: Chicago University Press. ISSN 0021-1753. N.º 64 (1974) p. 301-321.; Idem – *Lord Kelvin and the Age of the Earth*. With a new afterword. Chicago; London: University of Chicago Press, 1990. 267 p. ISBN 0-226-08043-9; BADASH, Lawrence – “The Age-of-the-Earth Debate”. *Scientific American*. New York: Scientific American, Inc. ISSN 0036-8733. N.º 261 (1989) p. 90-96.

⁶ Sobre a história da Síntese Moderna, Vide, por exemplo: MAYR, E.; PROVINCE, W. B. (eds.) – *The Evolutionary Synthesis: Perspectives on the Unification of Biology*. With a new Preface by Ernst Mayr. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998. XVII, 487 p. ISBN 0-674-27226-9.

⁷ Para uma perspectiva crítica sobre este assunto, Vide: GOULD, Stephen Jay – “The hardening of the modern synthesis”. In GRENE, Marjorie (ed.) – *Dimensions of Darwinism: Themes and Counterthemes in Twentieth Century Evolutionary Theory*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1986. ISBN 0-521-31021-0. p. 71-93.

não se coadunassem com os princípios fundamentais da Síntese Moderna⁸, e os seus respectivos proponentes, passaram a ser sistematicamente criticados e, ocasionalmente, mesmo ridicularizados⁹. Na década de 1970, uma ambiciosa tentativa de alargar a Síntese Moderna às ciências sociais e às humanidades despoletou uma intensa discussão que se prolongou pelo novo milénio: o debate em torno da sociobiologia. Este debate pluridisciplinar, mediático e de dimensão internacional, iniciou-se em 1975, com a reacção enérgica à publicação da obra *Sociobiology: The New Synthesis*¹⁰ da autoria do biólogo evolucionista norte-americano Edward O. Wilson (n. 1929). Nesta obra, o celebrado entomólogo anunciou o nascimento de uma “nova disciplina”, a sociobiologia, que, doravante, se ocuparia do estudo do comportamento social dos animais (incluindo os seres humanos) mediante a ênfase da componente genética do mesmo – daí a necessidade de se proceder à “biologização” das ciências sociais e das humanidades¹¹. No âmbito deste debate, acabariam por ganhar uma certa projecção os participantes que apontavam críticas à própria Síntese Moderna, nomeadamente à sua intransigência em relação a outros mecanismos evolutivos para além da selecção natural¹².

Conquanto limitado a uma caracterização sucinta de alguns acontecimentos-chave, este esboço histórico evidencia a centralidade ocupada pela teorização biológica e pela figura histórica de Charles Darwin na história do evolucionismo. Embora a ideia de evolução lhe fosse anterior, coube a Charles Darwin a proeza de convencer a grande maioria dos naturalistas da sua veracidade. Para tal, reuniu um vasto e diversificado conjunto de provas que expôs de forma persuasiva em *A Origem das Espécies...* (1859). Na mesma obra, que recentemente celebrou o seu 150º aniversário, o naturalista inglês avançou com a ideia da partilha de uma ancestralidade comum por parte de todos os seres vivos e propôs a selecção natural como o principal (mas não o único) mecanismo evolutivo. Embora não tenha sido imediatamente aceite, a selecção natural seria vindicada algumas décadas após a morte de Charles Darwin. Com uma capacidade criativa muito

⁸ São três os princípios fundamentais da Síntese Moderna: (1) a rejeição da hereditariedade dos caracteres adquiridos; (2) o gradualismo do processo evolutivo; e (3) o papel central da selecção natural. Para uma análise mais pormenorizada destes princípios, Vide, por exemplo: MAYR, Ernst – “The Study of Evolution, Historically Viewed”. In GOULDEN, Clyde E. (ed.) – *Changing Scenes in Natural Sciences, 1776-1976*. Pennsylvania: Academy of Natural Sciences of Philadelphia, 1977. – Special Publication, 12. p. 39-58.

⁹ O caso do geneticista Richard Goldschmidt (1878-1958) é paradigmático. A sua defesa de uma perspectiva evolucionista de pendor saltacionista num momento em que a Síntese Moderna consolidara a sua posição dominante no âmbito da biologia evolucionista tornou-o, nas palavras do paleontólogo Stephen Jay Gould (1941-2002) no “whipping-boy” da Síntese Moderna. Significativamente, Stephen Jay Gould, ele próprio um incansável crítico do “dogmatismo” da Síntese Moderna, ergueu, por diversas ocasiões, a sua voz em defesa de Richard Goldschmidt e da sua perspectiva evolucionista. Vide, por exemplo: GOULD, Stephen Jay – *The structure of evolutionary theory*. Cambridge, Mass.; London: The Belknap Press of Harvard University Press, (sixth printing) 2002. XII, 1392 p. il. ISBN 0-674-00613-5. p. 68.

¹⁰ WILSON, Edward O. – *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, Mass.; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1975. IX, 697 p. il. ISBN 0-674-81621-8.

¹¹ Sobre o debate em torno da sociobiologia, Vide, por exemplo: SEGERSTRÅLE, Ullica – *Defenders of the truth: the battle for science in the sociobiology debate and beyond*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000. IX, 493 p. ISBN 0-198-50505-1.

¹² Sobre este assunto, Vide, por exemplo: GOULD, Stephen Jay – *The hardening ...*, p. 71-93.

mais limitada do que aquela que o naturalista inglês originalmente lhe outorgara¹³, a selecção natural conciliou-se com a Genética Mendeliana e veio a assumir-se como uma das pedras basilares da Síntese Moderna. Por outro lado, e independentemente de concordarem ou não com a sua teorização biológica, a grande maioria dos naturalistas sempre demonstrou um sentimento de respeito e de admiração pela figura histórica de Charles Darwin. O naturalista inglês ocupa um lugar de referência, sem par e sem precedentes, no âmbito da biologia evolucionista. Como sublinha o historiador da ciência Jean Gayon (n. 1949): “Physicists currently working in the domains of relativity or quantum theory may refer sometimes to Einstein or Bohr; but their debates are not massively structured by this reference as evolutionary theory has been and remains structured by reference to Darwin”¹⁴. A centralidade ocupada pela teorização biológica e a figura histórica de Charles Darwin na história do evolucionismo ao longo do século XX encaminha-nos para a segunda parte do presente trabalho. Essa centralidade constitui precisamente um dos pontos de divergência fundamentais entre as duas perspectivas historiográficas que iremos analisar.

2. Perspectivas historiográficas de Ernst Mayr e Peter J. Bowler

A historiografia do evolucionismo tem sido marcada, nas últimas décadas, pela coexistência de duas perspectivas historiográficas distintas. No centro desta divergência está, sobretudo, a importância atribuída à teorização biológica de Charles Darwin na história do evolucionismo desde o ano fundamental de 1859 até ao estabelecimento da Síntese Moderna nas décadas de 1930 e 1940. Embora exista um consenso alargado quanto ao contributo decisivo do naturalista inglês para a aceitação do evolucionismo e da ideia da descendência comum de todos os seres vivos, nem todos os historiadores estão de acordo quanto à dimensão e ao alcance da revolução científica protagonizada por Charles Darwin em 1859. É correcto falarmos de uma revolução científica quando as ideias-chave que estiveram na sua origem só foram aceites, na sua totalidade e de forma consensual, muitas décadas depois? O que hoje conhecemos como o “darwinismo moderno” resultou de apenas uma só revolução – a “revolução darwiniana” – ou da sua complementação por uma revolução subsequente – a “revolução mendeliana”? A divergência entre as duas perspectivas acentua-se quando entramos no diferendo

¹³ Além de assegurar a eliminação das variações menos vantajosas (papel “destrutivo”), Charles Darwin defendia que a selecção natural concorria igualmente para o surgimento de variações vantajosas (papel “criativo”). No momento da consolidação da Síntese Moderna, a componente criativa do mecanismo darwiniano surgia bastante condicionada. Na obra que dedicou à apresentação da Síntese Moderna, o biólogo evolucionista Julian Huxley (1887-1975) dava conta dessa reformulação: “(...) the statement that selection is a destructive agency is not true, if it is meant to imply that it is *merely* destructive (...). Neither mutation nor selection alone is creative of anything important in evolution; but the two in conjunction are creative” [ênfase do autor]. HUXLEY, Julian – *Evolution: The Modern Synthesis*. New York; London: Harper & Brothers, 1942. 645 p. p. 28.

¹⁴ GAYON, Jean – From Darwin to today in evolutionary biology. In: HODGE, J.; RADICK, G. (eds.) – *The Cambridge Companion to Darwin*. New York: Cambridge University Press, 2003. 486 p. (Cambridge Companions to Philosophy series). ISBN 0-521-77730-5. p. 240-264, p. 240.

em torno dos mecanismos evolutivos. A maioria dos autores concorda que a selecção natural enfrentou uma forte concorrência no final do século XIX e inícios do século XX, e que chegou, inclusive, a ser ofuscada por mecanismos alternativos que, na época, gozavam de maior credibilidade e popularidade. Neste domínio, o ponto nevrálgico repousa na importância histórica a atribuir a essas alternativas, i. e. na relevância do seu estudo no âmbito de uma história geral do evolucionismo. Em que medida é que estudos desta natureza podem beneficiar a história geral do evolucionismo? Ernst Mayr (1904-2005) e Peter J. Bowler, dois dos mais conceituados historiadores ao nível da história do evolucionismo, possuem respostas diferentes para estas e outras questões. Estes dois autores constituem precisamente os melhores representantes das duas perspectivas historiográficas que nos propusemos abordar.

Nos seus trabalhos sobre a história do evolucionismo, Ernst Mayr promoveu uma historiografia assente na centralidade da teorização biológica de Charles Darwin. Neste ponto particular, podemos perceber a sua produção historiográfica como um prolongamento da historiografia tradicional sobre o darwinismo, para a qual muito contribuiu a “Indústria Darwin”¹⁵. Para Ernst Mayr, Charles Darwin protagonizou uma revolução científica e ideativa com a publicação de *A Origem das Espécies...* (1859). Quanto aos mecanismos evolutivos, o conceituado ornitólogo não dispensa um tratamento pormenorizado às alternativas à selecção natural. Peter J. Bowler, por seu turno, tem vindo a publicar trabalhos historiográficos que relativizam a centralidade da teorização biológica de Charles Darwin no percurso histórico do evolucionismo. Nesta linha historiográfica, encontramos trabalhos de autores como Michael Bartholomew¹⁶, Jon Hodge¹⁷, Jim Secord¹⁸, e Adrian Desmond¹⁹. Para Peter J. Bowler, o impacto imediato da “revolução darwiniana”, quer na esfera científica, quer no campo das ideias, foi muito mais limitado do que tradicionalmente tem sido postulado. No que diz respeito ao diferendo em torno dos mecanismos evolutivos, o historiador da ciência realizou e incentivou o estudo detalhado das alternativas à selecção natural.

¹⁵ A expressão “Indústria Darwin” foi cunhada por Timothy Lenoir para caracterizar a publicação intensiva de trabalhos académicos sobre Charles Darwin. Vide: LENOIR, Timothy – Essay Review: The Darwin Industry. *Journal of the History of Biology*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press. ISSN 0022-5010. Vol. 20, N° 1 (1986) pp. 115-130. Entre alguns dos mais influentes trabalhos ao nível da historiografia tradicional sobre o darwinismo encontram-se os seguintes: EISELY, Loren – *Darwin's Century: Evolution and the Men Who Discovered It*. New York: Doubleday, 1958. XVII + 378 p.; DE BEER, Gavin – *Charles Darwin*. London: Nelson, 1963. XI + 390 p.

¹⁶ Vide: BARTHOLOMEW, Michael – Huxley's Defence of Darwinism. *Annals of Science*. London: Taylor and Francis Group. ISSN 0003-3790. Vol. 32 (1975) p. 525-535.

¹⁷ Vide: HODGE, M. J. S. – The Universal Gestation of Nature: Chambers' *Vestiges* and *Explanations*. *Journal of the History of Biology*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press. ISSN 0022-5010. Vol. 5, N° 1 (1972) p. 127-152.

¹⁸ Vide: SECORD, James A. – *Victorian sensation: the extraordinary publication, reception, and secret authorship of Vestiges of the natural history of creation*. Chicago: Chicago University Press, 2000. XIX + 624 p.: il. ISBN 0-226-74410-8.

¹⁹ Vide: DESMOND, Adrian – *The Politics of Evolution: Morphology, Medicine and Reform in Radical London*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. X + 503 p.: il. ISBN 0-226-14346-5.

Como se explica a divergência entre estas perspectivas historiográficas? A obtenção de uma resposta para esta questão passa, em primeiro lugar, pela comparação da formação e carreira profissionais dos dois autores. Ernst Mayr foi um dos biólogos evolucionistas mais influentes do século passado, tendo sido, inclusive, um dos “arquitectos” da Síntese Moderna. Concomitantemente à sua actividade de biólogo, Ernst Mayr também se dedicou à história da sua área científica. Peter J. Bowler, por seu turno, é um historiador que se interessou pela dimensão histórica de temas relacionados com o evolucionismo. A sua carreira no âmbito da história da biologia evolucionista foi construída com a publicação de trabalhos que desafiaram muitos dos postulados estabelecidos pela historiografia tradicional. Não deixa de ser relevante a existência de uma linha de semelhança entre alguns dos debates que decorriam no âmbito da biologia evolucionista nos finais do século XX e certos temas históricos abordados por Peter J. Bowler, tanto mais que o próprio historiador da ciência fez questão de assinalar esse elo: “In some cases, the modern debates almost seem to repeat those that took place around 1900”²⁰. Após esta incursão pela formação e carreira profissionais dos dois autores sob análise, importa agora analisar de forma mais pormenorizada as duas perspectivas, para depois nos debruçarmos sobre os seus principais pontos de divergência.

A abordagem de Ernst Mayr privilegia a exploração da dimensão histórica de temas relevantes para a biologia moderna – factor que explica, em grande medida, a centralidade que confere à teorização biológica de Charles Darwin: “A study of past controversies is particularly illuminating when the arguments and opposing viewpoints are analyzed in terms of our present knowlegde”²¹. Com efeito, a selecção dos temas a abordar e a própria análise historiográfica dos mesmos é efectuada à luz dos conhecimentos modernos. Na apresentação do seu livro de referência sobre a história do evolucionismo, Ernst Mayr é elucidativo quanto ao tipo de história que pretende produzir: “This volume is not, and this must be stressed, a history of biology, and it is not intended to displace existing histories of biology (...). The emphasis is on the background and the development of the ideas dominating modern biology; in other words, it is a developmental, not a purely descriptive, history. Such a treatment justifies, indeed necessitates, the neglect of certain temporary developments in biology that left no impact on the subsequent history of ideas”²². Não causará surpresa que a história de uma área científica, da autoria de um cientista especializado e conceituado nessa mesma área, manifeste um pendor internalista bem vincado: “Since I am a biologist, I am better qualified to write a history of the problems and concepts of biology than a biographical or sociological history”²³. E, como foi já salientado, Ernst Mayr foi um dos biólogos evolucionistas mais influentes do século XX. Com efeito, ao escrever

²⁰ BOWLER, Peter J. – *The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades around 1900*. Baltimore; London: Johns Hopkins University Press, 1992. XVII, 291 p. ISBN 0-8018-2932-1. p. IX.

²¹ MAYR, Ernst – *The growth of biological thought: diversity, evolution and inheritance*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982. IX, 974 p. ISBN 0-674-36445-7. p. 11.

²² Idem, *ibidem*, p. VII.

²³ Idem, *ibidem*, p. 7.

a história do evolucionismo do século XX, Ernst Mayr estava não só a escrever sobre a sua área de formação e actividade profissional, como também (e inevitavelmente) sobre si próprio.

A abordagem de Peter J. Bowler, por seu turno, não tem como objectivo primordial a análise histórica de temas relevantes para a biologia moderna: “I am not a biologist and have only an outsider’s understanding of the modern concepts. In other words, this book [*The Eclipse of Darwinism ...*] was not written by a scientist trying to discover the path leading toward our present level of knowledge”²⁴. Pelo contrário, Peter J. Bowler centra o seu escopo na análise de teorias evolucionistas que, em virtude da sua natureza não-darwiniana, foram negligenciadas por uma historiografia assente na centralidade da teorização biológica de Charles Darwin. O historiador da ciência não esconde o seu desconforto perante esta realidade: “I have always felt a little uneasy about the relative ease with which attention could be directed towards this one figure [Charles Darwin], in effect at the expense of all the other scientists and thinkers who have contributed to the development of our modern understanding of the development of life on Earth”²⁵. Com efeito, para Peter J. Bowler essa centralidade tem-se revelado nefasta para a nossa compreensão da história do evolucionismo: “(...) the past and present focus on Darwin as an icon of modern science has some unfortunate consequences, arising mainly from the tendency to oversimplify our understanding of the complex process by which his theory was received in its own time and then transformed in the following century”²⁶. Vejamos, agora, de que modo é que os dois autores perspectivam o impacto da “revolução darwiniana” e o diferendo em torno dos mecanismos evolutivos.

Para Ernst Mayr, com a publicação de *A Origem das Espécies...* (1859), Charles Darwin assumiu-se como o protagonista de uma revolução científica sem par na história da ciência e “(...) perhaps the most fundamental of all intellectual revolutions in the history of mankind”²⁷. Na mesma linha, o autor defende que “(...) no biologist has been responsible for more – and more drastic – modifications of the average person’s worldview than Charles Darwin”²⁸. E essas mudanças são, na opinião de Ernst Mayr, de um grande alcance: “Almost every component in modern man’s belief system is somehow affected by Darwinian principles”²⁹. De qualquer modo, o autor sublinha que

²⁴ BOWLER, Peter J. – *The Eclipse of Darwinism ...*, 1983, p. IX.

²⁵ Idem – “Do we need a non-Darwinian industry?”. *Notes & Records of The Royal Society* [Em linha]. Vol. 63 (2009). [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://rsnr.royalsocietypublishing.org/content/63/4/393.full> . ISSN 1743-0178.

²⁶ Idem, *ibidem*.

²⁷ MAYR, Ernst – “The Nature of the Darwinian Revolution”. *Science*. Lancaster, Pa: American Association for the Advancement of Science. ISSN 0036-8075. Vol. 179, N.º 4038 (1972) p. 981-989, p. 981.

²⁸ MAYR, Ernst – “Darwin’s Influence on Modern Thought”. [Artigo baseado na comunicação apresentada no dia 23 de Setembro de 1999 em Estocolmo quando recebeu o Prémio Crafoord da Academia Real das Ciências da Suécia] 1999. [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.biologie.uni-hamburg.de/b-online/e36_2/darwin_influence.htm>.

²⁹ Idem, *ibidem*.

o contributo de Charles Darwin em 1859 não constitui *per se* a “revolução darwiniana”. Para Ernst Mayr, esta revolução científica assentou em dois momentos sucessivos. Primeiro, a acumulação de um grande número de factos e teorias evolucionistas desde os inícios do século XVIII. Segundo, a publicação de *A Origem das Espécies ...* (1859) por Charles Darwin. Como refere o biólogo evolucionista, “Together these two components constitute the Darwinian revolution”³⁰. Mas o processo não se deu por concluído nos anos imediatos à publicação de 1859. Segundo Ernst Mayr: “In a way, the publication of the *Origin* in 1859 was the midpoint of the so-called Darwinian revolution rather than its beginning. Stirrings of evolutionary thinking preceded the *Origin* by more than 100 years (...). The final breakthrough in 1859 was the climax in a long process of erosion, which was not fully completed until 1883 when Weismann rejected the possibility of an inheritance of acquired characteristics”³¹. O protagonismo que Ernst Mayr atribui à publicação de 1859 deve-se, fundamentalmente, ao valor da teorização biológica avançada pelo naturalista inglês: “Darwin added so many new ideas (particularly an acceptable mechanism) that the year 1859 surely deserves the special attention it has received”³². Quanto à aceitação das ideias avançadas por Charles Darwin a ritmos diferenciados, Ernst Mayr considera que essa realidade se deveu, fundamentalmente, a dois motivos. Primeiro, a circunstância de algumas dessas ideias chocarem com as estruturas ideativas dominantes na época: “The main reason why evolutionism, particularly in its Darwinian form, made such slow progress is that it was the replacement of one entire *weltanschauung* by a different one”³³. Segundo, a própria natureza das revoluções científicas: “(...) the Darwinian revolution and quite likely other scientific revolutions consist of the replacement of a considerable number of concepts. This requires a lengthy period of time, since the new concepts will not all be proposed simultaneously”³⁴. Como já foi referido, Ernst Mayr não considerava relevante o estudo detalhado das alternativas à selecção natural. O seu principal objectivo era o de explicar a dimensão histórica de certos temas relevantes da biologia moderna e não o de fornecer uma leitura compreensiva e abrangente sobre a história do evolucionismo. Compreende-se, assim, que o autor coloque o tónico no desfecho do debate em torno dos mecanismos evolutivos e não no debate em si - “Darwin’s theory clearly emerged as the victor during the evolutionary synthesis of the 1940’s”³⁵- e sublinhe a actualidade da teorização biológica de Charles Darwin, “(...) our currently accepted theories are remarkably similar to Darwin’s original proposals”³⁶.

³⁰ Idem – The Nature of the Darwinian ..., p. 987.

³¹ Idem, *ibidem*, p. 988.

³² Idem, *ibidem*, p. 987.

³³ Idem, *ibidem*, p. 988.

³⁴ Idem, *ibidem*, p. 988.

³⁵ Idem – *Darwin’s Influence ...*

³⁶ MAYR, Ernst – “Biology in the Twenty-First Century”. *Bioscience* [em linha] 50 (October 2000). [Artigo baseado na comunicação apresentada no dia 22 de Março de 2000 em Washington por ocasião do 51º Encontro Anual do Instituto Americano de Ciências Biológicas]. [Consult. 14 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.stephenjagould.org/library/mayr_biology21st.html>.

Peter J. Bowler considera que a “revolução darwiniana” não teve um impacto científico e ideativo tão imediato e tão profundo como tradicionalmente lhe tem sido atribuída. Para o historiador da ciência, a sobrevalorização do impacto da “revolução darwiniana” deve-se à extrapolação do contributo de Charles Darwin na conversão generalizada do mundo científico da sua época ao evolucionismo: “By spearheading a highly visible conversion of the scientists to evolutionism, Darwin’s theory and his name thus took on iconic significance that created the impression of a *Darwinian* revolution”³⁷. Mas, segundo Peter J. Bowler, em virtude da sua natureza não-progressista e não-teleológica, a teoria darwiniana “(...) was far too radical to be accepted in the form which Darwin himself intended and in which it was later [século XX] taken up”³⁸. Com efeito, a teoria de Charles Darwin, longe de conservar a sua identidade original, acabou por ser subsumida pela estrutura ideativa dominante da época, “(...) sucked into a wave of enthusiasm for progressionist evolutionism that had already begun to swell long before he published and reached its climax in the later nineteenth century”³⁹. Assim, embora não coloque em causa a importância do contributo de Charles Darwin na história do evolucionismo, o historiador da ciência reserva-lhe um papel mais modesto do que o de protagonista de uma revolução científica: “Darwin acted as a catalyst rather than as a mainstream participant in the development of nineteenth-century evolutionism”⁴⁰. Assim, para Peter J. Bowler, Charles Darwin avançou com uma teorização biológica que incorporava conceitos que viriam a ocupar um lugar central no âmbito do evolucionismo. No entanto, esse processo de incorporação assumiu ritmos variados consoante os conceitos. Se a evolução enquanto “facto” e a ideia da partilha de uma ancestralidade comum foram aceites com relativa celeridade, o mesmo não sucedeu com outras componentes fundamentais da sua teoria, e. g. a selecção natural e a ausência de direcionalidade, que só seriam vindicadas na primeira metade do século XX. Nesta linha, o autor afirmava, em 2005, que ainda se encontrava “(...) prepared to accept the claims of those modern thinkers who maintain that Darwin opened up a Pandora’s box, offering us a vision of nature which radically undermines a host of log-cherished beliefs. I just think it took a couple of generations for those implications to be properly appreciated”⁴¹. E essa devida apreciação só foi possível, segundo Peter J. Bowler, com o complemento de uma revolução científica subsequente, que, por seu turno, tornaria insustentável a mundovisão teleológica e progressista (a “developmental worldview”) até então dominante: a “revolução mendeliana”⁴². Em suma, na perspectiva de Peter

³⁷ BOWLER, Peter J. – “Revisiting the Eclipse of Darwinism”. *Journal of the History of Biology*. Dordrecht; Boston: Kluwer Academic Publishers. ISSN 0022-5010. Vol. 38, N.º 1 (2005) p. 19-32, p. 24.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 22.

³⁹ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁴⁰ Idem – “A Bridge Too Far. A review of Robert J. Richards”. *The Meaning of Evolution: The Morphological Construction and Ideological Reconstruction of Darwin’s Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1992. XV, 205 p. *Biology and Philosophy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. ISSN 0169-3867. Vol. 8, N.º 1 (1993) p. 99-102, p. 102.

⁴¹ Idem – *Revisiting the Eclipse...*, p. 30-31.

⁴² Vide: Idem – *The Mendelian Revolution*

J. Bowler, “Put together, the two episodes [a “revolução darwiniana” e a “revolução mendeliana”] mark a truly revolutionary transition in science and more generally in the way we think about the world”⁴³. Importa sublinhar que a importância histórica da “revolução darwiniana” tem sido alvo de inúmeras interpretações ao longo das últimas décadas. As perspectivas aqui apresentadas, embora influentes, estão longe de esgotar a diversidade de interpretações que o tema tem suscitado⁴⁴.

No seu livro seminal *The Eclipse of Darwinism ...* (1983), Peter J. Bowler notava que, até então, pouca atenção tinha sido dispensada ao estudo de teorias anti-darwinistas: “Apart from books with an obvious axe to grind (...) modern historians have written remarkably little on the anti-Darwinian theories”⁴⁵. Para o historiador da ciência, essa negligência devia-se, em grande medida, à circunstância de a historiografia tradicional privilegiar uma “(...) straight line of development leading from Darwin to the modern genetical theory of natural selection”⁴⁶. Um tipo de abordagem historiográfica que Peter J. Bowler identificava precisamente nos trabalhos de Ernst Mayr, que tratou o evolucionismo anti-darwiniano “(...) very much as a side-branch to the main line of development, something to be admitted, but not worthy of being explored in detail”⁴⁷. Para Peter J. Bowler esta opção não é nem admissível nem benéfica para a história do evolucionismo. Primeiro, atendendo ao grande número de adeptos de teorias evolucionistas não-darwinianas no período considerado, “(...) the whole non-Darwinian episode cannot be dismissed as a mere sideline to the main development of modern evolutionism”⁴⁸. Segundo, o estudo de concepções evolucionistas de diferentes quadrantes afigura-se importante não só para a história do evolucionismo, mas também para a história das ideias e da cultura, uma vez que “(...) the various manifestations of evolutionism, both Darwinism and non-Darwinism, had immense influence on various aspects of late nineteenth century thought”⁴⁹. Quando publicou a obra *The Eclipse of Darwinism ...* (1983) – o primeiro de uma série de livros que perturbariam vários postulados estabelecidos pela historiografia tradicional –, Peter J. Bowler depositava esperanças na capacidade do seu livro abrir novos caminhos de investigação ao nível da história do evolucionismo: “My hope is that the present

⁴³ Idem – *Revisiting the Eclipse...*, p. 22.

⁴⁴ Recordamos que Ana Leonor Pereira dispensou um tratamento pormenorizado a duas interpretações diferenciadas da “revolução darwiniana” por parte de dois conceituados investigadores franceses. Vide: PEREIRA, Ana Leonor – *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social – (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001. 629 p. il. sobretudo p. 58-66.

⁴⁵ BOWLER, Peter J. – *The Eclipse of Darwinism...*, 1983, p. X. O autor aprofundou algumas das ideias apresentadas neste livro numa publicação subsequente. Vide: BOWLER, Peter J. – *The non-Darwinian revolution: reinterpreting a historical myth*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988. X, 238 p. il. ISBN 0-801-83678-6.

⁴⁶ Idem – *Life's splendid drama: evolutionary biology and the reconstruction of life's ancestry, 1860-1940*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1996. XIII, 525 p. il. (Science and Its Conceptual Foundations series). ISBN 0-226-06921-4. p. 2

⁴⁷ Idem – *Revisiting the Eclipse...*, p. 21.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 23.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 30.

account will serve as a guide and stimulus to other historians of science who will explore these topics in the depth they deserve. If my conclusions are not definitive, they will have served their purpose if they help to generate further research on this fascinating topic”⁵⁰. Num artigo de 2005, em que o historiador da ciência faz um balanço da influência do seu livro, a dupla satisfação do autor face aos resultados alcançados é evidente: “I am reasonably confident that much of what I argued has now become taken for granted both by historians of science and by students of nineteenth-century thought and culture”⁵¹ e “(...) a great deal of work by other historians has lent support to the basic framework I put together”⁵². Resumindo, graças aos esforços de Peter J. Bowler e de outros historiadores que se filiam, de um modo geral, na mesma perspectiva historiográfica “(...) everyone is thus aware that we cannot explain the initial enthusiasm for ‘Darwinism’ by invoking the power of arguments that only became widely accepted after the 1930s”⁵³.

3. O método comparativo na história do darwinismo em diferentes contextos nacionais.

Desde o seu impulsionamento no início década de 1970, os estudos sobre a recepção e a história do darwinismo em diferentes contextos nacionais têm-se multiplicado nas últimas décadas⁵⁴. Um dos seus principais impulsionadores, Thomas Glick (n. 1939), ele próprio autor e co-autor de trabalhos sobre a recepção do darwinismo em diferentes países⁵⁵, tem vindo, desde 1974, a coordenar estudos sobre a recepção comparada do darwinismo por todo o mundo⁵⁶. Estas obras colectivas proporcionam aos leitores um contacto com uma multiplicidade de autores, que privilegiam diferentes metodologias de investigação, diferentes modelos de pesquisa e de análise de fontes, mas que partilham o mesmo objectivo: estudar a recepção e a história do darwinismo num

⁵⁰ Idem – *The Eclipse of Darwinism ...*, 1983, p. X.

⁵¹ Idem – *Revisiting the Eclipse ...*, p. 23.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 23.

⁵³ Idem, *ibidem*, p. 24.

⁵⁴ Para um esboço histórico de alguns dos trabalhos já realizados nesta área, Vide: GLICK, Thomas – “The Comparative Reception of Darwinism: A Brief History.” *Science & Education*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. ISSN 1573-1901. Vol. 19, N.º 6-8 (2010) p. 693-703.

⁵⁵ Entre os diversos trabalhos de recepção do darwinismo da sua autoria, Vide, por exemplo: GLICK, Thomas – *Darwin en España*. Intro. y trad. de José M. López Pinero. Barcelona: Ediciones Península, 1982. 122 p. (Col. Libros del Bolsillo; 574). ISBN 84-297-1895-8.; Idem – *Darwin y el darwinismo en el Uruguay y América Latina*. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1989. 136 p.; DOMINGUES, H.; SÁ, M. R.; GLICK, T. – *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 189 p. il. (Coleção Ciência e saúde). ISBN 8575410326.

⁵⁶ Vide: GLICK, Thomas (ed.) – *The Comparative Reception of Darwinism*. Austin: University of Texas Press, 1974. 505 p. (The Dan Daanciger publication series); ENGELS, E.; GLICK, T. (eds.) – *The Reception of Charles Darwin in Europe*. London: Continuum, 2008. 2 vols. 726 p. ISBN 978-0-8264-5833-9. Thomas Glick encontra-se actualmente a ultimar a edição do terceiro volume de *The Reception of Charles Darwin in Europe*, publicação que contará com a colaboração dos autores deste artigo.

certo contexto nacional. Além disso, estes trabalhos disponibilizam igualmente um importante pólo de comparação, à escala global, a todos aqueles que se interessam e se dedicam a este tipo de estudos. É nossa convicção que trabalhos desta natureza poderão dar um importante contributo para a história do evolucionismo, por motivos que se relacionam directamente com alguns dos conteúdos abordados no ponto anterior deste artigo. Se concordarmos com Peter J. Bowler quando este afirma que a história do evolucionismo só tem a lucrar com a realização de trabalhos sobre a dimensão histórica de manifestações evolucionistas não-darwinianas e anti-darwinianas, então os estudos sobre a recepção e a história do darwinismo, já efectuados e ainda em curso, poderão dar um precioso contributo para a execução desse empreendimento. Primeiro, porque reúnem as condições necessárias para se assumirem como excelentes reportórios de fontes: os estudos da recepção e da história do darwinismo num dado país proporcionam ao(s) investigador(es) a oportunidade de contactar com (e referenciar) os trabalhos de autores que apoiaram teorias evolucionistas não-darwinianas. Segundo, porque poderão abrir novos caminhos de investigação: o estudo das perspectivas evolucionistas desses autores, compreensivelmente secundário para um trabalho sobre a recepção do darwinismo num dado contexto nacional, assume toda a relevância quando o objecto de estudo deixa de ser o darwinismo e passa a ser o seu oposto: o evolucionismo não-darwinista. Em 1992, Peter J. Bolwer exprimia a sua satisfação por saber que “Historians have become increasingly conscious of the different ways in which the scientific communities of the various countries responded to new initiatives in biology”⁵⁷. Seria seguramente animador que, num futuro próximo, essas respostas por parte das comunidades científicas de diferentes países se assumissem como os objectos de estudo de novas investigações no âmbito da história da biologia.

Bibliografia

- “1st Baron Rutherford of Nelson Ernest Rutherford (30 Aug 1871 - 19 Oct 1937)”. [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.todayinsci.com/R/Rutherford_Ernest/RutherfordErnest-Quotations.htm>.
- BADASH, Lawrence – “The Age-of-the-Earth Debate”. *Scientific American*. New York: Scientific American, Inc. ISSN 0036-8733. N.º 261 (1989) p. 90-96.
- BARTHOLOMEW, Michael – “Huxley’s Defence of Darwinism”. *Annals of Science*. London: Taylor and Francis Group. ISSN 0003-3790. Vol. 32 (1975) p. 525-535.
- BOWLER, Peter J. – *The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades around 1900*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1983. XI, 291 p. ISBN 0-8018-2932-1.
- *The non-Darwinian revolution: reinterpreting a historical myth*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1988. x, 238 p. il. ISBN 0-801-83678-6.
- *The Mendelian Revolution: The Emergence of Hereditarian Concepts in Modern Science and Society*. London: Athlone Press, 1989. VIII, 207 p. ISBN 0-485-11375-9.

⁵⁷ BOWLER, Peter J. – *The Eclipse of Darwinism...*, 1992. p. XI.

- *The Eclipse of Darwinism: Anti-Darwinian Evolution Theories in the Decades around 1900*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1992. XVII, 291 p. ISBN 0-8018-2932-1.
- “A Bridge Too Far. A review of Robert J. Richards”. *The Meaning of Evolution: The Morphological Construction and Ideological Reconstruction of Darwin’s Theory*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, XV, 205 p. *Biology and Philosophy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. ISSN 0169-3867. Vol. 8, N.º 1 (1993) p. 99-102.
- *Life’s splendid drama: evolutionary biology and the reconstruction of life’s ancestry, 1860-1940*. Chicago; London: University of Chicago Press, 1996. XIII, 525 p. il. (Science and Its Conceptual Foundations series). ISBN 0-226-06921-4.
- “Revisiting the Eclipse of Darwinism”. *Journal of the History of Biology*. Dordrecht and Boston: Kluwer Academic Publishers. ISSN 0022-5010. Vol. 38, N.º 1 (2005) p. 19-32.
- *Evolution: the history of an idea, 25th Anniversary Edition, With a New Preface*. 3rd ed., completely revised and expanded. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2009. XXVII, 464 p. il. ISBN 978-0-520-26128-0.
- “Do we need a non-Darwinian industry?”. *Notes & Records of The Royal Society* [Em linha]. Vol. 63 (2009). [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://rsnr.royalsocietypublishing.org/content/63/4/393>>. full. ISSN 1743-0178.
- BURCHFIELD, Joe — “Darwin and the Dilemma of Geological Time”. *Isis*. Chicago: Chicago University Press. ISSN 0021-1753. N.º 64 (1974) p. 301-321.
- *Lord Kelvin and the Age of the Earth*. With a new afterword. Chicago; London: University of Chicago Press, 1990. 267 p. ISBN 0-226-08043-9.
- DE BEER, Gavin — *Charles Darwin*. London: Nelson, 1963. XI + 390 p.
- DESMOND, Adrian — *The Politics of Evolution: Morphology, Medicine and Reform in Radical London*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. X, 503 p. il. ISBN 0-226-14346-5.
- DOMINGUES, H.; SÁ, M. R.; GLICK, T. — *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. 189 p. il. (Coleção Ciência e saúde). ISBN 8575410326.
- EISELY, Loren — *Darwin’s Century: Evolution and the Men Who Discovered It*. New York: Doubleday, 1958. XVII, 378 p.
- ENGELS, E.; GLICK, T. (eds.) — *The Reception of Charles Darwin in Europe*. London: Continuum, 2008. 2 vols, 726 p. ISBN 978-0-8264-5833-9.
- GAYON, Jean — *Darwin et l’après Darwin: Une histoire de l’hypothèse de sélection naturelle*. Paris: Editions Kimé, 1992. 453 p. il. ISBN 2908212145.
- “From Darwin to today in evolutionary biology”. In HODGE, J.; RADICK, G. (eds.) - *The Cambridge Companion to Darwin*. New York: Cambridge University Press, 2003. 486 p. (Cambridge Companions to Philosophy series). ISBN 0-521-77730-5. p. 240-264.
- GLICK, Thomas (ed.) — *The Comparative Reception of Darwinism*. Austin: University of Texas Press, 1974. 505 p. (The Dan Daanciger publication series).
- *Darwin en España*. Intro. y trad. de José M. López Pinero. Barcelona: Ediciones Península, 1982. 122 p. (Col. Libros del Bolsillo; 574). ISBN 84-297-1895-8.
- *Darwin y el darwinismo en el Uruguay y América Latina*. Montevideo: Universidad de la República, Facultad de Humanidades y Ciencias, 1989. 136 p.
- “The Comparative Reception of Darwinism: A Brief History”. *Science & Education*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. ISSN 1573-1901. Vol. 19, N.º 6-8 (2010) p. 693-703.

- GOULD, Stephen Jay – “The hardening of the modern synthesis”. In GRENE, Marjorie (ed.) – *Dimensions of Darwinism: Themes and Counterthemes in Twentieth Century Evolutionary Theory*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1986. ISBN 0-521-31021-0. p. 71-93.
- *The structure of evolutionary theory*. Cambridge, Mass.; London: The Belknap Press of Harvard University Press, (sixth printing) 2002. XII, 1392 p. il. ISBN 0-674-00613-5.
- HODGE, M. J. S. – “The Universal Gestation of Nature: Chambers” *Vestiges and Explanations*. *Journal of the History of Biology*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press. ISSN 0022-5010. Vol. 5, N.º 1 (1972) p. 127-152.
- HUXLEY, Julian – *Evolution: The Modern Synthesis*. New York; London: Harper & Brothers, 1942. 645 p.
- LENOIR, Timothy – “Essay Review: The Darwin Industry”. *Journal of the History of Biology*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press. ISSN 0022-5010. Vol. 20, N.º 1 (1986) p. 115-130.
- MAYR, Ernst – “The Nature of the Darwinian Revolution”. *Science*. Lancaster: Pa: American Association for the Advancement of Science. ISSN 0036-8075. Vol. 179, N.º 4038 (1972) p. 981-989.
- “The Study of Evolution, Historically Viewed”. In GOULDEN, Clyde E. (ed.) – *Changing Scenes in Natural Sciences, 1776-1976*. Pennsylvania: Academy of Natural Sciences of Philadelphia, 1977. (Special Publication; 12). p. 39-58.
- *The growth of biological thought: diversity, evolution and inheritance*. Cambridge, Mass.: The Belknap Press of Harvard University Press, 1982. IX, 974 p. ISBN 0-674-36445-7.
- “Darwin’s Influence on Modern Thought”. [Artigo baseado na comunicação apresentada no dia 23 de Setembro de 1999 em Estocolmo quando recebeu o Prémio Crafoord da Academia Real das Ciências da Suécia] 1999. [Consult. 13 de Março de 2011]. Disponível em WWW: <URL: http://www.biologie.uni-hamburg.de/b-online/e36_2/darwin_influence.htm>.
- MAYR, E.; PROVINE, W. B. (eds.) – *The Evolutionary Synthesis: Perspectives on the Unification of Biology*. With a new Preface by Ernst Mayr. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1998. XVII, 487 p. ISBN 0-674-27226-9.
- OLBY, Robert – *Origins of Mendelism*. With an introduction by C. D. Darlington. London: Constable, 1966. 204 p. il.
- PEREIRA, Ana Leonor – *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social – (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001. 629 p. il.
- SECORD, James A. – *Victorian sensation: the extraordinary publication, reception, and secret authorship of Vestiges of the natural history of creation*. Chicago: Chicago University Press, 2000. XIX, 624 p. il. ISBN 0-226-74410-8.
- SEGERSTRÅLE, Ullica – *Defenders of the truth: the battle for science in the sociobiology debate and beyond*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2000. IX, 493 p. ISBN 0-198-50505-1.
- WILSON, Edward O. – *Sociobiology: The New Synthesis*. Cambridge, Mass.; London: The Belknap Press of Harvard University Press, 1975. IX, 697 p. il. ISBN 0-674-81621-8.

Biografia, processo e contexto
uma reavistação de Egas Moniz

Manuel Correia

Manuel Correia, Doutor em História da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Investigador do CEIS20. E-mail: mccorreia@sapo.pt

1. Introdução

O género biográfico, apesar da maldição teórica e metodológica sobre ele lançada pela vulgata dos *Annales*, da *longue durée*, das abordagens que privilegiam as estruturas em detrimento do indivíduo, suscitou dicotomias forçadas¹. A biografia, enquadrada por uma historiografia crítica, interdisciplinar e inclusiva, permanece uma fonte de informação e uma metodologia complementar. Mesmo nos casos assaz numerosos em que a biografia se confunde com o elogio exagerado dos *grandes homens* ou com o registo hagiográfico em que a santidade é servida aos penitentes para ilustração e redenção terrena. Os elementos revelados, ainda assim, constituem informação útil, trazendo à luz do dia aspectos com interesse e ângulos de abordagem reveladores do tipo de relações encorajado pelo *establishment* da época.

Com o advento da ciência moderna, vimos somarem-se ao conjunto de histórias individuais exemplares, sínteses de trajectos dos homens de ciência ou, tal como se vulgarizaram, *biografias científicas*². Científicas, porque acerca de cientistas, mas, também, porque confeccionadas de acordo com os protocolos, alegadamente rigorosos de respeito pela documentação, que era suposto delimitar o âmbito da interpretação das matérias em apreço. E apesar do agigantamento das personagens escolhidas em detrimento dos não biografados, como refere Kragh,³ e aconteceu tão desconcertantemente com Moniz

¹ Apesar da verosimilhança do que François Dosse afirma – “Contenue dans une extériorité vis à vis de la pratique historique, la biographie a même connu aux XIX^{ème} et XX^{ème} siècle une longue éclipse”, – DOSSE, François – “Le retour de la biographie après une longue éclipse”. In CAPPOLANI, d’Antoine; ROUSSEAU, Frédéric – *La biographie en Histoire. Jeux et enjeux d’écriture*. Paris: Michel Houdiard Editeur, 2007. ISBN 2-912673-79-8. p. 17, juntemos-lhe, para evitar os perigos de simplificação que as generalizações implicam, esta reflexão de Robert Belot: “(...) l’approche biographique (telle que nous l’entendons aujourd’hui) obéit toujours au désir d’inscrire une histoire particulière dans l’Histoire, et vice versa. Pourtant, son maître, Lucien Febvre, n’était pas hostile à l’approche biographique. Il pensait même que c’est par elle que l’on peut tenter de mieux cerner l’”affreusement compliqué de ce qui touche à l’homme, à ses rêves, à ses idées, à ses passions”. Et d’ajouter: “Mais c’est le vivant qui nous intéresse. C’est la vie dans sa complexité. La vie organique aussi bien que la vie psychologique”. C’est par l’intimité, et donc la singularité, que l’on peut accéder à cette complexité qui est au cœur du travail de l’historien.” BELOT, Robert – “La biographie entre mémoire et histoire, affect et concept”. In *Ob. Cit.*, p. 58.

² Ver, entre outros o caso de César Benjamin – BENJAMIM, César (Ed.) – *Dicionário de Biografias Científicas*. 2007. 3 Vol., 2696 p. ISBN 978-85-85910-92-1, e as considerações de sobre ele fez Felipe Costa nos Cadernos de Saúde Pública COSTA, Felipe A. P. L. – “Dicionário de biografias científicas”. *Cadernos de Saúde Pública*. 2009. Vol. 25, N.º 3. ISSN 0102-311X. p. 704-705. Ver também o caso da “Biografia Científica” do Abade Correia da Serra: SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana – *Cidadão do Mundo. Uma biografia do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006. 185 p. ISBN 972-0-45087-8.

³ Salienta Kragh que “Since the scientific biography is built up around the activities of an individual it can easily veer towards giving a distorted picture of the development of science. Namely by, in the very nature of things, concentrating on the achievements of the scientist whose life story is being told, and thereby possibly glorifying these, while other scientists merely appear as a grey background.” KRAGH, Helge – *An introduction to the historiography of science*. 4th ed. New York: Cambridge University Press, 1994. 237 p. ISBN 0-521-38921-6. p. 168.

e boa parte dos ensaios biográficos acerca dele, houve sempre alguma informação útil que passou, a par dos exageros e das redundâncias.

O certo é que a biografia foi reabilitada enquanto género historiográfico e reconsiderada ao ponto de ser reputada indispensável em muitos casos e circunstâncias. Norbert Elias ilustrou-o com uma biografia de Mozart⁴, e Wright Mills com a sua ideia da necessária conexão da história e da biografia para podermos entender as estruturas sociais⁵.

O reacendimento do interesse pela biografia deve-se por certo a uma inquirição mais concreta das tessituras sociais e culturais e à indispensabilidade de olhar a sociedade e a cultura de acordo com as diferentes escalas (individual e colectiva) e temporizações (curta, média, longa) revelando as convergências e divergências entre indivíduos, instituições, grupos e elites.

De qualquer modo, continua a ser muito difícil, se não impossível, falar do indivíduo sem referência ao meio, ao tempo e às relações que manteve com outras pessoas e instituições. Se retirarmos à história individual a teia de relações em que se moveu, pouco ou nada resta.

2. As últimas duas décadas

Diferentemente do que se passou nos anais internacionais da neurologia, em que Egas Moniz ficou sobretudo associado à Angiografia Cerebral e à controvérsia em torno da psicocirurgia e, mais especificamente, à leucotomia préfrontal e da lobotomia, que lhe valeram o Prémio Nobel da Medicina ou Fisiologia de 1949 (*ex aequo* com o neurofisiologista Walter Rudolf Hess⁶), em Portugal, a dimensão heróica do cientista emérito foi explorada pelo próprio para os fins atinentes à meticulosa construção da notoriedade, pelo Estado Novo, para mostrar a eficácia e o acerto da governação relativamente ao seu alegado apoio às actividades científicas, e pelas instituições, grupos e pessoas da esfera das neurociências, próximos, solidários ou leais ao homem e à sua memória.

No cumprimento das efemérides, antes de mais. Comemorações de datas: nascimento (1874), invenção da Angiografia Cerebral (1927), invenção da Leucotomia Pré-frontal (1935), descerramento do Prémio Nobel (1949) e morte (1955). De um modo geral, a celebração do herói sobrepôs-se quase sempre à discussão dos aspectos controversos da sua história de vida, dos seus desempenhos social e culturalmente mais relevantes, e das polémicas a propósito das suas invenções científicas.

⁴ ELIAS, Norbert – *Mozart. Sociologia de um génio*. 1ª ed. Lisboa: Edições ASA, 1993. 173 p. ISBN 972-41-1268-3.

⁵ MILLS, C. Wright – *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1999. 248 p. ISBN 978 0-19-513373-8. p. 31.

⁶ Walter Rudolf Hess (1881-1973) foi um neurofisiologista suíço, docente e investigador da Universidade de Zurique, que se distinguiu na investigação das funções automáticas do sistema nervoso central e da sua coordenação no diencéfalo.

A iconização heróica expressou-se, desde o tempo de estudante, em Coimbra, onde foi presidente da Tuna Académica, até aos nossos dias, na toponímia, estatuária, numismática, filatelia⁷, nome de escolas, centros de investigação, cooperativas e, claro, novelas, peças de teatro e alguns filmes. Com a celebração do centenário do nascimento, e apesar da ocorrência ter coincidido com os anos turbulentos da revolução de 25 de Abril de 1974, a transição comemorativa foi assegurada, se bem que a atenção da maioria dos portugueses tivesse compreensivelmente polarizada pelas atribuições do *PREC*⁸.

Com raras exceções, o elogio do génio, o louvor do homem excepcional e o deleite face à suma competência científica dominavam os discursos celebrativos.

A bibliografia sobre Egas Moniz, produzida nas últimas duas décadas, apresenta características singulares. Para começar, regista valores marginais entre 1990 e 1998, e entre 2001 e 2010, acusando, em contrapartida, uma produção inusitada, com mais de metade dos textos publicados, nos anos de 1999 e 2000, sendo que este pico coincide com o calendário das comemorações, em 1999, do 50º aniversário da atribuição do Prémio Nobel. Muitas das publicações de 2000, dão acolhimento ainda a esse impulso comemorativo do ano anterior.

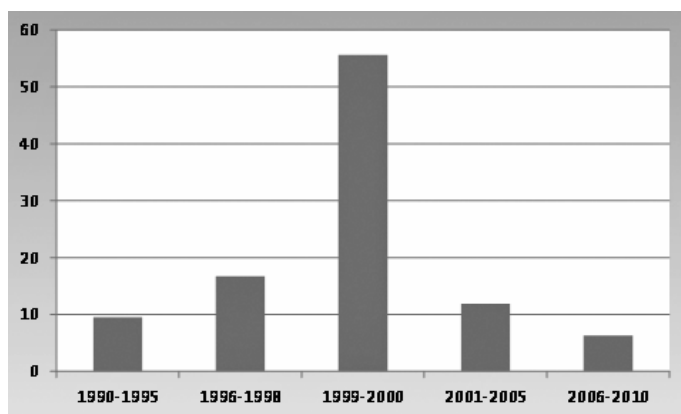


Gráfico 1 - Textos publicados entre 1990 e 2010 acerca de Egas Moniz
Distribuição das ocorrências em percentagem⁹.

⁷ Ver a este propósito PITA, João Rui – “Egas Moniz nos selos portugueses: o homem, o universitário e o cientista”. *Cabúla Filatélica*. 14 (1998) p. 24-27.

⁸ PREC: Acrónimo de Processo Revolucionário Em Curso, muito em uso nos idos de 1975.

⁹ Amostra bibliográfica dos textos mais significativos acerca de Egas Moniz, publicados nas últimas duas décadas (1990-2010). Obtivemos 126 ocorrências que se distribuem temporalmente de acordo com o gráfico. A amostra inclui 19 livros, 40 capítulos em livros, 35 artigos em revistas especializadas, 31 peças jornalísticas e 1 artigo online. Os idiomas são o Português (115), o Inglês (10) e o Francês (1). A lista bibliográfica completa está disponível no Blog Egas Moniz, em <http://egasmoniz.blogspot.com/2011/03/producao-bibliografica-acerca-de-egas.html>.

Confirma-se aparentemente a tese da frágil inscrição de Egas Moniz na cultura portuguesa. A intermitência das suas aparições mais significativas produz-se sob o comando dos dispositivos encenadores de efemérides, precedidas e sucedidas por eclipses duradouros.

Cerca de 40% dos textos constantes da amostra bibliográfica em questão, provêm de um conjunto de sete autores que, no período observado, mais publicou acerca da figura de Egas Moniz e das problemáticas com ele associadas.

António Macieira Coelho, António Valdemar, João Lobo Antunes, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita, (quer em co-autoria, quer autonomamente), Pedro Luzes e Manuel Correia, são os nomes mais recorrentes. Com ponderações diversas, produziram quase metade dos textos incluídos na amostra.

Sem prejuízo da relevância que esta produção reveste na apreciação global do período em análise, saliente-se a importância que nas duas décadas em apreço, outros textos publicados detêm, independentemente da frequência com que os respectivos autores publicaram. E nesse caso, temos o exemplo de Jacques El Hai e da sua biografia de Walter Freeman¹⁰; Jack Pressman e a sua obra acerca da prática da psicocirurgia nos Estados Unidos da América¹¹; Jean-Noël Missa e a sua história da psiquiatria biológica¹²; aos quais se deveria juntar António Damásio, José Morgado Pereira, António Fernando Cascais, António Pedro Pita, e alguns outros que publicaram autonomamente ou assinaram capítulos do livro *Egas Moniz em livre exame*¹³, organizado por Ana Leonor Pereira e João Rui Pita.

Trata-se de contribuições cuja importância sobreleva a vasta produção verificada nestas duas décadas, quer pela riqueza da documentação inédita revelada, quer pela ressystematização e reinterpretção de alguns aspectos até aqui insuficientemente tratados.

Surgem, assim, nestas duas décadas, algumas das mais importantes contribuições para a compreensão do contexto político coincidente com boa parte do trajecto de Egas Moniz – sobretudo com a profusão de publicações acerca do centenário da I República (1910-1926) e do Estado Novo (1926-1974) – e do contexto científico e psiquiátrico – com abordagens mais sistemáticas e inclusivas relativamente ao lugar da psicocirurgia no conjunto das terapêuticas neuropsiquiátricas.

A mudança mais sensível ocorreu no plano cultural, revelando a importância predominante das relações da figura estudada com as instituições, as pessoas e as ideias do seu tempo, enriquecendo as abordagens centradas nas articulações entre indivíduo e contexto, em detrimento do culto tradicionalista e hagiográfico do sábio nobelizado.

¹⁰ EL-HAI, Jack - *The Lobotomist. A maverick mental genius and his tragic quest to rid the world of mental illness*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2005. X p. ISBN 978-0-470-09830-1.

¹¹ PRESSMAN, Jack D. - *Last resort. Psychosurgery and the Limits of Medicine*. New York: Cambridge University Press, 1998. 555 p. ISBN 0-521- 52459-8.

¹² MISSA, Jean-Noël - *Naissance de la psychiatrie biologique*. 1ère éd. Paris: PUF, 2006. 381 p. ISBN 2.13.05514.9.

¹³ PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui - *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva. 2000. 414 p. ISBN 972-8318-96-0.

3. Uma nova biografia de Egas Moniz

Uma das questões prévias que os autores referidos nem sempre abordam é a da Biografia como género historiográfico. Na mais recente biografia de Egas Moniz, João Lobo Antunes¹⁴, ciente da complexidade do género, sublinha, ao escolher o título para o volume, que se trata de *Egas Moniz. Uma Biografia*, (os sublinhados são nossos) fazendo correr em subtexto a recusa de outras opções possíveis (p. ex: *Egas Moniz. Biografia*, ou *Egas Moniz. A biografia*). Esta prevenção, ilustrada nalgumas passagens da obra, implica uma demarcação da factura positivista que emprestava à história um registo único, exaustivo e definitivo. E se bem que não discorra acerca das potencialidades e limites do género, o autor demarca-se, por exemplo, do modelo utilizado por Barahona Fernandes em 1983:

Com excepção do livro de Barahona Fernandes, que fala mais de psiquiatria e dele próprio que do biografado, pois está abundantemente impregnado das ideias do autor sobre as doenças mentais e a interpretação dos resultados da leucotomia, a vida de Egas foi apenas tratada numa fotobiografia, intitulada Retrato de Egas Moniz, da autoria de Ana Leonor Pereira, João Reis Pita¹⁵ e Rosa Maria Rodrigues, para a qual contribuí com um prefácio.

E, logo a seguir, toma as suas distâncias em relação a uma das obras que marcam estas duas décadas de estudos monizianos:

Há ainda, além de um número apreciável de contribuições dispersas, uma colectânea de artigos, aliás muito heterogéneos na qualidade e semeados de erros factuais, intitulada *Egas Moniz em livre exame*.¹⁶

O autor ressalva desta generalização disfórica, em nota de rodapé, Armando Malheiro da Silva, Rosa Maria Rodrigues e António Macieira Coelho. O primeiro pela valia do seu trabalho acerca de Egas Moniz na política; a segunda pela “afectuosa sensibilidade” e o terceiro, pelo “testemunho pessoal” tal como pelas achegas importantes que tem trazido, além da ajuda que lhe prestou na elaboração da biografia agora dada à estampa.

Com uma rápida referência a James Boswell (1740-1795) a ao cromatismo romântico da tradição biográfica inglesa, João Lobo Antunes remata com uma frase que condensa o assumido fascínio que alimenta relativamente ao biografado: “Egas Moniz *quis* tudo e quase sempre o conseguiu.”¹⁷

Esta poética da hiperbolização que domina o tratamento do actor histórico, salientando a perspicácia, o talento e a habilidade que Egas Moniz demonstrou em diversas ocasiões, não impede o biógrafo de ser também impiedoso e directo

¹⁴ ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz. Uma biografia...*, p. 21.

¹⁵ Trata-se de uma lamentável gralha: o nome do autor é João Rui Pita, (e não João Reis Pita ou José Rui Pita) tal como vem grafado noutras passagens do texto, designadamente na bibliografia seleccionada.

¹⁶ ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz...*, *ibidem*.

¹⁷ ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz...*, p. 23.

relativamente às facetas e episódios mais negativos que respiga ao longo do livro. Neste sentido, demarca-se do culto hagiográfico que dominou a toada celebrativa da literatura acerca de Moniz.

Recorrendo a múltiplos apontamentos e testemunhos, traça um retrato do biografado, nele incluindo os modos, a estatura, o número que calçava... enquadrando-o na sociedade da época, enaltece-lhe virtudes, aponta-lhe defeitos, salienta-lhe o narcisismo descomunal, o tacticismo meticuloso, o estilo de vida, a obra literária, mas, sobretudo, as suas duas invenções maiores, que deixaram dois sulcos indeléveis na história das ciências médicas: a Angiografia Cerebral e a Psicocirurgia.

Enquanto trata o homem com um enlevo pontuado, aqui e além, por um julgamento mais severo das suas fraquezas ou caprichos, já nos capítulos que destinou ao legado científico, à génese, desenvolvimento e aplicações da psicocirurgia, João Lobo Antunes muda de tom, enverga as vestes do polemista e endurece o verbo.

Que faria um qualquer biógrafo, que não fosse neurologista ou neurocirurgião, perante a complexidade que a psicocirurgia reveste na história da psiquiatria biológica? Recolheria a documentação, recensaria os tópicos a que as diferentes tendências deram maior ênfase, ciente de que há quase sempre, nas pequenas e nas grandes controvérsias, matéria com interesse nas diversas linhas de argumentação que se confrontam. Tentaria divisar os pontos fortes e as inconsistências mais em evidência, e poria, acima da sua opinião ou inclinação, o dever de divulgar o quadro de interacções em que as terapêuticas em uso na primeira metade do século XX foram caindo, após ascensões rápidas e esperançosas: os abscessos de fixação, os banhos eternos, a malarioterapia, a convulsivoterapia (coma insulínico e cardiazol), cuja adopção foi sempre rodeada de polémicas inflamadas, que mantiveram todo o seu interesse até aos nossos dias.

Um qualquer biógrafo, não especialista na área das neurociências, tomaria as suas precauções e tentaria, tanto quanto possível, fornecer aos seus leitores, tudo o que aproximou prosélitos e afastou dissidentes, na esperança de que, com o rolar dos paradigmas, aquilo que na altura parecia ridículo, pudesse quiçá passar a revestir algum significado; que as especulações do tempo em que se acreditava que a neurogénese era um processo que se extinguia cedo no plano ontogenético pudessem ser reexaminadas à luz dos resultados das investigações divulgadas no final do século XX; e que o tempo em que se colocava o enfoque da dinâmica cerebral nos “fluxos eléctricos” e se consagrava pouca atenção às trocas químicas, aos neuromediadores e aos neurotransmissores, pudesse ser cotejado com os novos conhecimentos obtidos posteriormente. Em suma: desconfiaria do seu próprio julgamento e ouviria com atenção as teses pró e contra, alargando a audição, sempre que possível aos próprios pacientes, aos familiares e amigos, ao pessoal auxiliar, ciente de que esse conjunto heteróclito seria mais útil para uso e memória futura, do que uma qualquer abstracção parcial, guiada por convicções situadas, também importantes, sem dúvida, mas que tendem a dar a foto de um momento e a descurar os meandros do processo.

João Lobo Antunes, na sua biografia de Egas Moniz, fala do biografado com uma lucidez que não é afectada pelo juízo matizado, embora tendencialmente favorável que dele faz. Adianta documentação inédita e revela aspectos até agora desconhecidos da sua vida, mas quando se acerca da psicocirurgia, desloca-se para o que se poderia chamar a extensão discursiva, onde o biógrafo, a pretexto dos propósitos manifestos atinentes ao género literário, enceta uma disputa de carácter autobiográfico.

4. A biografia enquanto território de disputas

As biografias são um pretexto para actualizar a interpretação dada ao lugar imaginário que um habitante do presente ou do passado ocupa na escala dos objectos culturais da actualidade. Não desvalorizamos a importância que as histórias de vida e os trajectos sociais guardam para nos permitir conhecer melhor o mundo e nele nos orientarmos, mas a produção biográfica implica um posicionamento, um programa mais ou menos ambicioso que visa passar em revista a história de um indivíduo, e essa circunstância está pejada de numerosos nós que é necessário ir desfazendo, tomando decisões, seleccionando muito, construindo sínteses literariamente manuseáveis e, com certeza, legíveis.

Neste sentido, o lance biográfico, quer sob a forma de biografias com programas totalizantes, quer com aspirações mais comedidas (associadas a aspectos, problemáticas ou períodos), sem prejuízo do rigor nuclear quanto à sucessão dos biografemas mais consensuais, constitui-se sempre como território de disputa de sentido, e é nessa qualidade – na qualidade de objecto cultural – que circula, gera interesse, motivação de leitura e acrescenta conhecimento acerca dos biografados, dos biógrafos e dos respectivos contextos.

Acresce que, em muitos casos, a história de biógrafos, biografias e biografados suscita um interesse que se prolonga ao longo de séculos, mantendo, nesse acompanhamento das flutuações da recepção, um interesse histórico-social de primeiro plano¹⁸.

É assim que para os lances biográficos parcelares e temáticos – cujo tipo é o mais representado nestas duas últimas décadas analisadas – ou para os ensaios biográficos mais totalizantes – como é o caso do livro mais recente de João Lobo Antunes – o espaço discursivo delimita um território de disputa de sentido, em que os autores assumem o papel de biógrafos para, a pretexto da função, arrumarem a seu jeito as interpretações circulantes, posicionando-se em relação aos temas polémicos e prosseguindo os debates que lhes interessam.

Praticamente, ninguém vem a terreno sem alguns propósitos mais ou menos expressos e é precisamente desse entrecruzado feixe de estratégias díspares e contraditórias que emerge uma interessante e contrastada informação.

Ana Leonor Pereira e João Rui Pita detêm um interesse marcadamente científico na área da História e Sociologia da Ciência, que os motiva à criação de espaços plurais de debate e confronto de ideias, apresentando uma profusa produção de investigações parcelares em torno de Egas Moniz, Júlio de Matos e Miguel Bombarda e António Maria de Sena, entre outros, organizando conferências e colóquios acerca deles, de modo a melhorar o conhecimento desse período da história da psiquiatria. Pautam-se pelo rigor documental e orientam dezenas de teses de Mestrado e de Doutoramento nesta área temática.

¹⁸ François Dosse lembra que “L’après-mort du biographe devient tout aussi signifiante que sa période de vie, par les traces qu’elle laisse et par leurs multiples fluctuations dans la conscience collective sous toutes ses formes d’expression” DOSSE, François – “Le retour de la biographie après une longue éclipse”. In COPPOLONI, d’Antoine; ROUSSEAU, Frédéric – *La biographie...*, p. 17.

António Valdemar produziu a maioria dos textos indexados na nossa amostra bibliográfica sob o estatuto de jornalista do Diário de Notícias. Mostrou-se particularmente interessado na questão de saber se Egas Moniz podia ser ou não considerado um conservador – “conservador na política, revolucionário na ciência”, concluiu num dos seus escritos – e não temos registo de outras peças por ele assinadas posteriormente.

António Macieira Coelho, familiar de Egas Moniz tem uma vasta produção acerca do tio-avô, quer sob a forma de testemunhos da intimidade (memórias de convívio), quer sobre as diversas fases e dimensões do seu trajecto.

Pedro Luzes salienta o pioneirismo de Egas Moniz na Psicanálise, chamando a atenção para o facto de ter sido ele, em Portugal, o primeiro a fazer a recepção universitária da doutrina do “sábio de Viena” e a fazer dela algumas das primeiras aplicações clínicas e literárias.

Manuel Correia interessa-se pelo papel dinâmico das controvérsias – expressas ou implícitas – na história da ciência e, no caso das problemáticas associadas a Egas Moniz, à história da Psicocirurgia e às lacunas mais importantes com que têm sido reproduzidas nos respectivos ensaios biográficos.

João Lobo Antunes, ao cabo de numerosos ensaios biográficos em que produziu reflexão pertinente sobre Egas Moniz e a sua *entourage*, onde pontificavam familiares seus: o pai, João Alfredo Lobo Antunes (1915-2004), foi membro da equipa que Egas Moniz dirigia no Hospital de Santa Marta; o tio-avô, o neurocirurgião Almeida Lima (1903-1983), foi um dos colaboradores mais próximos e importantes (se não o mais importante) do inventor da Angiografia Cerebral e da Leucotomia, tendo desempenhado um papel fundamental na execução e aperfeiçoamento de ambas.

Os interesses destes autores e as questões que suscitaram, pelo menos nestas duas últimas décadas, apresentam alguns pontos em comum: todos consideram a figura de Egas Moniz um exemplo ou um pretexto com extraordinária ancoragem histórica, política, cultural e científica. Seguindo os passos do sábio de Avanca, encontram pretextos múltiplos para estudar as instituições, as ideias e alguns aspectos específicos do exercício de múltiplos poderes, da clínica à ciência e do empresariado à política, passando por outras instâncias mais discretas ou secretas.

Os pontos de divergência decorriam, até não há muito tempo, de entendimentos diferentes acerca da ponderação de dimensões biográficas, de cultura política, científica e ética, e do alcance e particularidades de uma das invenções de Moniz: a leucotomia préfrontal concebida como aplicação da psicocirurgia.

Quanto à ponderação das dimensões biográficas, a glorificação do Nobel contribuiu para que o cientista eclipsasse o político, o empresário, o ensaísta, o duelista, e o psicanalista, papéis sociais cuja centralidade para a compreensão do processo (trajecto de vida) e dos contextos políticos (monarquia constitucional, república, estado novo) os torna indispensáveis. O próprio Egas Moniz se encarregou autobiograficamente de fazer escola a esse respeito, dando quase exclusiva saliência ao biografema do cientista nobelizado. Muitos dos textos recenseados, mesmo nas últimas duas décadas, continuam a laborar nesse afunilamento biográfico. Neste patamar, a discussão girava em torno de temas quase rarefeitos, como o de saber se Moniz ganhara o prémio pela leucotomia,

mas na prática, apesar de o Comité Nobel não o ter expressamente admitido, o tinha ganho graças à angiografia; ou se não teria merecido dois prémios em vez de um; ou, ainda, se não o tinha merecido e lhe deveria ser retirado. Na prática, até 2006¹⁹, esta discussão fazia-se sem apoio documental bastante, na base de informação indirecta ou de meras especulações e palpites, o que relativizava bastante a sua importância no cômputo geral.

No tocante à cultura política, o esforço autobiográfico de Moniz também foi de um empenho particular em diminuir e desvalorizar ao máximo a extensão da sua carreira, a contribuição relevante para a formação de organizações políticas e as altas responsabilidades que assumiu no período sidonista. Os seus biógrafos alternam entre constatações benévolas e relativizações acríticas, evitando leituras conjugadas do pensamento e da prática de Moniz quanto ao seu eugenismo radical, à condição de duelista e aos tacticismos políticos da época, em que se terá de incluir a convivência com soluções musculadas e ditatoriais, por um lado e, por outro, a simpatia com fórmulas corporativistas, ainda que parciais.

As questões de ordem ética são geralmente bloqueadas pelo purismo anti-anacronista. Com raras excepções, a tese prevalente é a de que Moniz, para atingir os objectivos que se propunha, não se podia deter nem impedir-se de prosseguir na via que estava a ser explorada por Fulton e Jacobsen²⁰. É uma tese justificadora da translação súbita, da aceleração da experiência em humanos, que merece um exame mais apurado, não apenas em face do que hoje se pode pensar acerca da experimentação em humanos, mas sobretudo fazendo justiça às vozes críticas que no próprio contexto histórico foram levantando objecções. Essas objecções situam-se no interior do círculo hermenêutico partilhado por Moniz, não devendo ser, por isso, catalogadas como anacrónicas.

Finalmente, a *psicocirurgia*, – de que a primeira aplicação foi a Leucotomia Préfrontal – foi vítima de uma inibição colectiva respaldada no receio de se poder confundir crítica com má-fé, inveja ou desforço; de poder deslustrar a notoriedade de um cientista famoso; de poder diminuir a estatura do herói nacional. De tal modo que a maioria das apreciações dubitativas ou negativas, apesar de disponíveis na forma documental, na sua maioria, foram sistematicamente evitadas até ao final do século XX. Mesmo depois de se ter estabelecido o novo consenso pós-clorpromazina, a questão continuou a revestir um melindre exagerado de tortuosa justificação.

¹⁹ Ver CORREIA, Manuel – *Egas Moniz e o Prémio Nobel*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. 143 p. ISBN 972-8704-95-X.

²⁰ Estes dois autores são amiúde referidos como tendo desencadeado ou precipitado a decisão de Egas Moniz de dar início à experimentação psicocirúrgica em humanos. Joaquín Fuster, entre outros, relata que “It is more than passing historical significance that certain remarks by Jacobsen and his colleagues regarding the placidity of primates after prefrontal lesions (...) led Egas Moniz (...) to introduce prefrontal lobotomy as a form of treatment for certain emotional disorders in the human, however questionable his rationale for doing it may have been.” FUSTER, Joaquín M. – *The prefrontal cortex*. 4th Ed. London: Academic Press; Elsevier, 2008. 410 p. ISBN 978-0-12-373644-4. p. 130.

5. O purismo anti-anacronista

Os entendimentos que hoje temos da tentação anacrónica já nos vão permitindo, apesar de tudo, situarmo-nos em relação ao passado, medindo distâncias e proximidades civilizacionais (vivências, procedimentos, ideias e tabus).

Júlio Machado Vaz²¹, p. ex., chamava a atenção para o vazio sexológico que subsistia nos curricula de Medicina. Nesse aspecto, parece que continuamos próximos dos tabus que Egas Moniz verberou ao apresentar como tema da dissertação de doutoramento *A Vida Sexual – Fisiologia*. Neste aspecto, as diferenças entre o *status quo* universitário do início do século XX e o do presente, não são muito grandes. A linearidade cronológica tradicionalista não ajuda muito a compreender a multiplicidade diferenciada de proximidades e afastamentos que não se compaginam com a cronologia clássica. Neste aspecto, como noutros, o passado parece continuar por dentro do presente, mostrando como somos constringidos a conviver com anacronias.

Este exercício de medição da proximidade ou do afastamento das práticas de ontem e de hoje, mais ou menos contido ou controlado, é o que todos fazemos para nos podermos situar temporalmente, para nos podermos comparar com os antepassados e para ajuizar se estamos na mesma, pior ou melhor do que eles. Os termos deste tipo de raciocínio são evidentemente discutíveis. A inexorabilidade e compulsividade de o fazermos é todavia um ponto assente.

É claro que estas relativizações dos cânones cronológicos encontram algumas balizas mais sólidas na odisseia tecnológica. Ninguém dá crédito a uma história do século XVI que se apresente um avião a jacto a levantar voo; tal como careceria de verosimilhança um relato jornalístico da Noite Sangrenta em que o Dente d'Ouro falasse por telemóvel com os mandantes dos assassinos.

Aqui chegados, teríamos de dar razão ao purismo anti-anacronista. De facto, não havia aviões no século XVI nem telemóveis em 1921 e, portanto, quaisquer indicações nesse sentido só poderiam ser tomadas à conta de paródias adversas ao *métier* do historiador.

Porém, quando se trata de normas éticas (experimentação em humanos, uso de substâncias como o torotraste, translação acelerada dos chimpanzés para os humanos ou pareceres médico-legais encomendados, não estamos a falar da estereotaxia e da actual representação ortogonal do cérebro. Estamos a aludir a debates humanistas na *longue durée*, que precederam, de muito, a formulação que o Código de Nuremberga veio plasmar mais tarde.

Nestes casos, interessa reter também as discordâncias, prevenções e avisos que os actores históricos que conviveram com Egas Moniz, fizeram.

É claro que se vivia então sob o regime do paternalismo médico e seria muito difícil persuadir uma classe profissional em curso de afirmação a se autolimitar nos seus poderes. Por isso mesmo, as biografias são tão importantes. Registam as diferenças: aqueles que discordaram e explicaram porquê; aqueles que se opuseram mas não conseguiram as alianças necessárias para fazer triunfar os seus pontos de vista.

²¹ Ver VAZ, Júlio Machado – “Prefácio”. In *A Vida Sexual. Fisiologia e Patologia*. 15ª ed. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1927. 598 p. Edição Facsimilada da Câmara Municipal de Estarreja, 2009. p. 11.

6. O défice de simetria

Vejam agora uma outra tendência que o purismo-antianacronista consegue, no entanto, compatibilizar com a rigidez da sua severidade.

Há uma série de autores representados na amostra bibliográfica que apresentámos nos capítulos precedentes, que pretendem atribuir ao legado de Egas Moniz mudanças tecnológicas posteriores, designadamente no domínio do que se continuou a chamar psicocirurgia.

Ora, neste ponto, parece que o purismo anti-anacronista falha o princípio de simetria, já que, em planos equivalentes, não devemos julgar os habitantes do passado com os valores de hoje, também não deveríamos imaginar-lhes o poder de influenciar desenvolvimentos posteriores, que estavam fora dos seus propósitos e que se traduzem em soluções que eles não poderiam sequer conceber. Como vimos, é no plano tecnológico que os atentados contra a cronologia se tornam mais contrastantes.

As Leucotomias Préfrontais planificadas por Moniz eram de execução imprecisa, mutilante e irreversível. As áreas alvo eram atingidas por aproximação, às cegas; tinham por objectivo lesionar feixes neuronais de ligação entre os lobos préfrontais e o tálamo; uma vez executada não havia maneira de repor as condições iniciais.

Quer tudo isto dizer que Egas Moniz e Almeida Lima, não dispo de meios para atingir resultados semelhantes aos de hoje, também não podem ser colocados, sem desvio anacrónico, na senda de procedimentos e tecnologias que obedecem a planificações opostas às deles. A neurocirurgia actual reclama precisão ortogonal e nanométrica, invasividade ínfima, e reversibilidade.

Então, porque razão atribuir-lhe desenvolvimentos técnicos e tecnológicos que nem embrionariamente constavam dos planos gerais e das concepções de Egas Moniz e de Almeida Lima?

A nosso ver, este tipo de atribuições cai na alçada de um anacronismo simétrico, em que, se virarmos ao contrário a seta do tempo, pomos os habitantes do passado a responsabilizarem-se ou a tutelarem obras posteriores que não poderiam sequer imaginar.

Mas esse anacronismo simétrico, deliberado ou não, serve os propósitos inerentes ao culto dos pais fundadores da neurologia e da neurocirurgia, mobilizando-os para o campo daqueles que, para alargar ainda mais o seu raio de influência sobre os assuntos do presente, requerem o reforço de uma aliança com o passado e convocam, para o efeito, uma causalidade simbólica.

Não andam muito longe do que Egas Moniz fez com Santiago Ramón y Cajal, ao biografá-lo sumariamente, colocando-se na linha de influência do novo paradigma neuronal, apesar de, nos momentos azados, nada ter publicado a seu respeito e de as suas crenças acerca da dinâmica cerebral não parecerem incompatíveis com o paradigma que Cajal veio superar.

7. Um partido numeroso mas tímido

No Outono de 1949 – pouco antes de Egas Moniz receber a notícia de que o Prémio Nobel desse ano lhe fora atribuído – o *Jornal do Médico* publicou um apontamento da autoria de Diogo Furtado, baseado na discussão de um relatório apresentado ao 4º Congresso Internacional de Neurologia, que tivera lugar em Paris, no mês anterior.

O enfoque da discussão cai sobre a Lobotomia no tratamento da dor. O relatório em questão levantava objecções a esta modalidade de tratamento, e Furtado revela que partilha esse ponto de vista, advertindo:

*Cette question de la lobotomie a la particularité de ne pas pouvoir subir une critique impartiale: comme devant de tant de problèmes de nôtre époque, on est pour ou on est contre, on prend toujours une position passionnée.
Je dois vous avouer tout de suite que j'appartiens au parti nombreux mais timide, de ceux qui sont contre.*²²

E explica detidamente as suas razões, sustentando que Egas Moniz inventou aquela neurocirurgia como “tentativa operatória para o tratamento de psicoses consideradas incuráveis” e que a ampliação do campo de aplicação (neste caso, ao tratamento da dor) se deve a extrapolações abusivas e exageros de vária ordem.

Furtado não é propriamente alguém que fale de cor acerca da leucotomia. Participou com Moniz e Lima na primeira série de “tentativas operatórias”, reconheceu (tal como o próprio Egas Moniz, na primeira fase) a extrema fragilidade das bases teóricas em que se apoiavam²³ e mesmo, tendo Moniz deixado de exprimir essas preocupações até cerca de 1944²⁴, Furtado guardou, quer quanto à teoria quer quanto aos resultados, uma opinião autónoma, crítica e fundamentada. Em 1948, integrou a equipa organizadora do 1º Congresso Internacional de Psicocirurgia, realizado em Lisboa, participando activamente e intervindo designadamente no painel *Personality changes after lobotomy*.²⁵

Em Julho de 1937, Diogo Furtado ouviu da boca de Sobral-Cid, em Paris, palavras duras acerca da leucotomia prefrontal. O bom amigo de Moniz achou que, independentemente da amizade que o ligava ao inventor da nova neurocirurgia, devia exprimir o seu pensamento acerca da matéria. E fê-lo de modo a não restarem quaisquer dúvidas²⁶. Algumas das suas observações hão-de ter ecoado no pensamento de Furtado ao longo dos anos, pois ainda que se desse o caso de não subscrever por inteiro o conjunto de considerações que Sobral-Cid então avançou, a verdade é que se tornou mais sensível a algumas delas.

²² FURTADO, Diogo – “Réflexions sur la lobotomie”. *Jornal do Médico*. N.º 351, Vol. XIV (1949) p. 398.

²³ Ver artigo em co-autoria com Egas Moniz: MONIZ, Egas; FURTADO, Diogo – *Essais de traitement de la schizophrénie par la leucotomie préfrontale*. Extrait des Annales Médico-Psychologiques (Nº 2. Juillet 1937). Paris: Masson, 1937.

²⁴ Ver, p. ex. o que diz a este respeito na sua Última Lição: “Se me sobrar vida e disposição, ocupar-me-ei ainda com desenvolvimento do aspecto teórico da questão, pois se a operação foi acolhida, por muitos, com interesse, as suas bases não mereceram, entre os próprios psiquiatras organicistas, unanimidade de vistas.” MONIZ, Egas – *Última lição*. Lisboa: Portugália, 1944. p. 25.

²⁵ AAVV – *Psychosurgery. 1st International Conference*. Lisboa: Bertrand (Irmãos, Lda), 1949.

²⁶ Sobral Cid, em reunião da Sociedade Médico Psicológica de Paris, (sessão de 26 de Julho de 1937) após ter ouvido a exposição de Diogo Furtado, da equipa de Egas Moniz, acerca das vantagens e promessas da leucotomia pré-frontal, manifestou-se meridianamente em desacordo, apresentando uma curta comunicação intitulada “La leucotomie pré-frontale” SOBRAL-CID, José de Matos – *Obras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Vol. I, p. 265-269.

Furtado conviveu ainda, no Hospital Júlio de Matos com colegas, enfermeiros e psicólogos que não tinham dos resultados da leucotomia uma opinião abonatória. Cruzou-se numerosas vezes na Casa de Saúde do Telhal com o seu director clínico, Luis Cebola que não via na leucotomia resultados esperançosos.

Afinal, se comparássemos as reservas que Sobral-Cid, Diogo Furtado, Barahona Fernandes, Luís Cebola e *tutti quanti* foram levantando, com as que outros colegas estrangeiros exprimiram, ver-se-ia que não andavam muito longe uns dos outros nas observações que faziam e na insistência (demasiado tímida, por vezes) com que contrariavam a onda de entusiasmo esfusante que parecia empurrar para a experimentação generalizante, e que estava em vias de alargar o seu campo de aplicação alegadamente terapêutico (dor, delinquência, etc.).

Egas Moniz, por volta de 1954, escreveu num dos seus diários íntimos:

Um meu colega, o médico Cebola, também escreveu algures, não só várias asneiras a propósito da leucotomia, mas ainda sobre a distinção que me foi concedida afirmou que eu não tivera o prémio Nobel, mas sim meio prémio. Como se não contasse ou fosse coisa diferente. Ora o prémio, só ou associado, e a distinção; não conta o dinheiro que ainda assim, reduzido a metade, representa soma avultada, para os não ambiciosos de riquezas.²⁷

Moniz encarava com acrimónia as críticas à sua segunda invenção que, afinal, lhe trouxera o Prémio Nobel. Não sabemos até que ponto a sua perspicácia e lucidez, em contraponto com o orgulho na paternidade da invenção, lhe permitiam aperceber-se do fundamento de algumas críticas e reservas quanto à interpretação fantasista dos resultados da leucotomia. Sabemos, apenas, que a magnitude simbólica do prémio transfigurou o debate, fazendo-o passar de mera conversa de boca a orelha, para um obscuro processo de intenções, em que a crítica passou a ser apelidada de má-língua, e os críticos passaram a invejosos ou ignorantes.

No país do espaço público exíguo e anémico, da reverência paralisante e enfatuada, cujos espaços culturais falharam os grandes debates do século XX, a crítica da psicocirurgia foi submersa pelo culto do herói nobelizado.

Ao sabor da leitura dos documentos da época, podemos constatar a vivacidade dos traços, por vezes inscrições autênticas, desse tal partido (tão) numeroso mas, ao mesmo tempo, (tão) tímido.

8. Conclusão: Egas Moniz em livre exame

A mais recente biografia de Egas Moniz, da autoria de João Lobo Antunes, ao comprovar o interesse político, cultural e científico que o actor histórico continua a despertar um elevado interesse, quer nos que o apreciam pela sua personalidade multifacetada e algo desconcertante, quer nos que divisam no seu trajecto os nós de uma rede de relações com rara densidade histórica.

²⁷ MONIZ, Egas – *Apontamento a propósito do prémio Nobel*. Manuscrito fotocopiado, datado de 10/06/1954, arquivo de João Seabra Diniz (cedido por Lina Seabra Diniz e Armado Myre Soares), p. 12-13.

Vem confirmar também, tendo designadamente em vista a bibliografia das últimas duas décadas – especialmente balizada pela obra *Egas Moniz em livre exame* – que os grupos, pessoas e instituições cujas identidades se reforçam com a inclusão de Egas Moniz nos seus círculos de pertença, continuam a garantir, se não estudos aprofundados, pelo menos o *quantum satis* que permite manter à tona dos dias a memória de que existiu, fez coisas interessantes e deu muito que falar.

Por outro lado, enquanto referência incontornável da história da psiquiatria biológica, vencedor do Prémio Nobel, vai ser difícil, a quem quer que pretenda estudar essas matérias e esse período, evitá-lo ou tornear os dispositivos que montou com a cooperação leal ou reverencial dos seus contemporâneos, para ser recordado *in saecula saeculorum*.

A ambição e o optimismo com que interpelou a História²⁸ parecem garantir-lhe longa sobrevivência. A sua interpelação, orientada não para a História, mas para aquelas e aqueles que a estudam e escrevem, faz com que o “arquivo” e a “crítica” que nos endossou continue *em livre exame*.

Bibliografia

- AAVV – *Psychosurgery. 1st International Conference*. Lisboa: Bertrand (Irmãos, Lda), 1949.
- ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz, uma biografia*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2010. 375 p. ISBN 978-989-616-398-3.
- BELOT, Robert – “La biographie entre mémoire et histoire, affect et concept”. In CAPPOLANI, d’Antoine; ROUSSEAU, Frédéric – *La biographie en Histoire. Jeux et enjeux d’écriture*. Paris: Michel Houdiard Editeur, 2007. ISBN 2-912673-79-8.
- BENJAMIM, César (Ed.) – *Dicionário de Biografias Científicas*. 2007. 3 Vol, 2696 p. ISBN: 978-85-85910-92-1.
- CORREIA, Manuel – *Egas Moniz e o Prémio Nobel*. 1ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. 143 p. ISBN 972-8704-95-X.
- DOSSE, François – “Le retour de la biographie après une longue eclipse”. In CAPPOLANI, d’Antoine; ROUSSEAU, Frédéric – *La biographie en Histoire. Jeux et enjeux d’écriture*. Paris: Michel Houdiard Editeur, 2007. ISBN 2-912673-79-8.
- EL-HAI, Jack – *The Lobotomist. A maverick mental genius and his tragic quest to rid the world of mental illness*. New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2005. X p. ISBN 978-0-470-09830-1.
- ELIAS, Norbert – *Mozart. Sociologia de um génio*. 1ª ed. Lisboa: Edições ASA, 1993. 173 p. ISBN 972-41-1268-3.
- FURTADO, Diogo – “Réflexions sur la lobotomie”. *Jornal do Médico*. Nº 351, Vol. XIV (1949).
- FUSTER, Joaquín M. – *The prefrontal cortex*. 4th Ed. London: Academic Press; Elsevier, 2008. 410 p. ISBN 978-0-12-373644-4.
- KRAGH, Helge – *An introduction to the historiography of science*. 4th ed. New York: Cambridge University Press, 1994. 237 p. ISBN 0-521-38921-6.
- MILLS, C. Wright – *The sociological imagination*. New York: Oxford University Press, 1999. 248 p. ISBN 978 0-19-513373-8.

²⁸ “Os homens passam, as conquistas científicas permanecem ou transformam-se. A história, que as arquiva, fará a sua crítica.” MONIZ, Egas – A última lição... p. 37.

- MISSA, Jean-Noël – *Naissance de la psychiatrie biologique*. 1^{ère} éd. Paris: PUF, 2006. 381 p. ISBN 2.13.05514.9.
- MONIZ, Egas; FURTADO, Diogo – *Essais de traitement de la schizophrénie par la leucotomie préfrontale*. Extrait des Annales Médico-Psychologiques. N° 2. (Juillet 1937). Paris: Masson, 1937.
- MONIZ, Egas – *Última lição*. Lisboa: Portugalíia, 1944.
- MONIZ, Egas – *Apontamento a propósito do prémio Nobel*. Manuscrito fotocopiado, datado de 10/06/1954, arquivo de João Seabra Diniz (cedido por Lina Seabra Diniz e Armado Myre Dores).
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva. 2000. 414 p. ISBN 972-8318-96-0.
- PITA, João Rui – “Egas Moniz nos selos portugueses: o homem, o universitário e o cientista”. *Cabúla Filatélica*. 14 (1998).
- PRESSMAN, Jack D. – *Last resort. Psychosurgery and the Limits of Medicine*. New York: Cambridge University Press, 1998. 555 p. ISBN 0-521- 52459-8.
- SIMÕES, Ana; DIOGO, Maria Paula; CARNEIRO, Ana – *Cidadão do Mundo. Uma biografia do Abade Correia da Serra*. Porto: Porto Editora, 2006. 185 p. ISBN 972-0-45087-8.
- SOBRAL-CID, José de Matos – *Obras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983. Vol. I.
- VAZ, Júlio Machado – “Prefácio”. In *A Vida Sexual. Fisiologia e Patologia*. 15^a ed. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1927. 598 p. Edição Facsimilada da Câmara Municipal de Estarreja, 2009.

Vidas exemplares após o Estado Novo

A biografia na historiografia em Portugal depois de 1974 *

Wilton Carlos Lima da Silva

* Esse artigo é resultado de um período de estágio de pesquisa, entre dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, realizado no CEIS20, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, da Universidade de Coimbra, graças ao Programa de Mobilidade Internacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UNESP. Cabe agradecer à supervisão da Profa. Dra. Maria Manuela Tavares Ribeiro e aos Professores Doutores Heloisa Paulo, Ernesto Carneiro Leal, Fernando Martins, Fátima Sá, Magda Avelar Pinheiro, Luis Nuno Rodrigues e Luis Reis Torgal, que de forma generosa concederam entrevistas para esta pesquisa, e ao apoio do CNPq, através da concessão de recursos para o Projeto de Pesquisa “Vida póstuma de um ilustre desconhecido: a construção biográfica de Clóvis Beviláqua (1859-1944)”.

Wilton Silva, Doutor em História pela UNESP. Professor assistente na Universidade Estadual Paulista, UNESP, Campus de Assis. E-mail: wilton@assis.unesp.br

A realidade
Sempre é mais ou menos
Do que nós queremos.
Só nós somos sempre
Iguais a nós próprios.

(Ricardo Reis)

Introdução

“Biografia” é uma forma de narrativa que para o poeta Fernando Pessoa era uma expressão literária de um “drama em gente”, que para o escritor e político inglês Benjamin Disraeli tratava-se de uma leitura fundamental por ler “a vida sem teoria”, ou ainda, para o historiador Marc Ferro, um gênero estigmatizado que foi transformado no “aleijão da História”.

“Drama em gente”, “vida sem teoria” e “aleijão da História” são expressões que prenunciam algumas das complexas relações desse gênero narrativo que é tanto literário como historiográfico, sendo que, em particular, a historiografia é um palco privilegiado para embates sobre as possibilidades e as limitações do “biografismo”, com disputas teóricas e metodológicas intensas em diferentes locais e períodos.¹

Entendemos como “biografismo” as práticas narrativas que envolvem a seleção, descrição e análise de uma trajetória individual a partir de diversos enfoques e metodologias que permitem sua incorporação através do romance histórico, das memórias pessoais (autobiografias e testemunhos), da literatura escolar e das biografias propriamente ditas.²

A produção bibliográfica de biografias históricas, ou seja, produzidas por historiadores, possui um volume relativamente tímido quando comparado com outros biografismos criados em obras que, a partir de metodologias e enfoques semelhantes à produção historiográfica, como o romance histórico, as memórias pessoais, a literatura escolar e as biografias de caráter literário, no sentido estreito do termo, tradicionalmente vinculam-se a uma popularização da história, a busca de um relato extraordinário e a criação de uma pedagogia moral e cívica.

A construção de uma biografia exige o diálogo com as diferentes formas de controle simbólico do tempo e da individualização nas sociedades humanas, na busca de traduzir uma experiência de duração e estruturas imaginativas que relacionam uma vida e suas

¹ Os percursos da biografia no Ocidente, ao longo do tempo, assim como seus impasses e potencialidades na atualidade foram longa e profundamente abordados em DOSSE, François - *El arte de la biografía: entre historia y ficción*. México: Universidad Iberoamericana, 2007. ISBN 9789688596401.

² Luis Viana Filho, importante biógrafo brasileiro, classifica as obras biográficas entre “simples relação cronológica de fatos relativos à alguém”, “trabalhos nos quais, ao par duma (sic) vida, se estuda determinada época”, “trabalhos nos quais à descrição duma (sic) existência se conjugam apreciações críticas sobre a obra do biografado”; e “trabalhos em que a narração da vida constitui o objeto primacial”. (BOAS, Sérgio Vilas - *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. S. Paulo: UNESP, 2008. 264 p. ISBN 9788571398566, p. 21).

relações com a cultura na qual se insere em uma “vida póstuma” quando mortos e vivos dialogam a partir das heranças dos primeiros e das carências dos segundos.

De qualquer forma, a biografia como objeto de estudo permite a discussão sobre os vínculos sociais e históricos que se relacionam com a forma como o personagem teve sua obra e sua trajetória lembrada ou esquecida ao longo do tempo, sua vinculação com diferentes grupos e movimentos, a produção editorial, acadêmica e jornalística, o envolvimento de instituições, da promoção de diferentes eventos e de acontecimentos específicos, além de caracterizá-la como documento, mídia e manifestação política e cultural.

Diversos estudos apontaram e discutiram o biografismo, desde suas origens literárias, seus vínculos com o subconsciente, suas relações com o individualismo, os aspectos formais e literários dessa forma de narrativa, suas ligações com a indústria cultural, entre sentenças seguras sobre seus muitos vícios e poucos méritos.

A biografia como objeto de análise oferece muitas questões a serem discutidas, como os limites da idéia de verdade e de representação, o papel social do mito, as relações entre público e privado, as ligações entre a narrativa e sua época, entre diversas outras.

Em particular nos interessa aqui a produção de biografias históricas em Portugal após o Estado Novo, como forma de perceber mudanças na historiografia local e quais dinâmicas teóricas e metodológicas tal gênero traz para a produção historiográfica local.

A Historiografia Portuguesa após o Estado Novo

Assim como outros processos sociais de lembrança e de esquecimento, como rituais, comemorações e festas cívicas, que povoam a história humana da antiguidade ao mundo contemporâneo, os esforços para a conservação da memória da vida e da obra de homens “extraordinários” se tornaram práticas fundamentais nos diferentes sistemas políticos contemporâneos, como instrumento de construção de identidades coletivas e nacionais.

No caso de Portugal, o Estado Novo, regime político situado entre 1933 e 1974, com os governos de Salazar (1933-1968) e de Marcello Caetano (1968-1974), representou um regime autoritário, nacionalista e corporativista que se utilizou de um aparelho repressivo composto por polícia política e organizações paramilitares, assim como pela prática de censura e propaganda.

Esse regime, que somado ao período da Ditadura Nacional (1926-1933), forma o mais longo período ditatorial da Europa Ocidental no século XX, manteve severo controle sobre as instituições culturais e de ensino lusitanas, empobrecendo a historiografia local por um relativo isolamento frente às inovações metodológicas e teóricas das ciências humanas e sociais.³

³ TORGAL reconhece que na historiografia lusa, durante o salazarismo, existiam “essencialmente dois modelos de interpretação da ‘história pátria’, e complementarmente da história universal: um anterior ao Estado Novo e outro posterior”. (Torgal, Luis Reis - “Ensino da História”. In TORGAL, Luis Reis; MENDES, José M. Amado; CATROGA - Fernando. *História da história...*, p. 448).

O controle do Estado sobre a sociedade (e a Universidade) produziu uma historiografia limitada em termos temáticos, qualitativos e quantitativos, na qual a formação da nacionalidade, a Alta Idade Média, os Descobrimentos e a Restauração eram utilizados como instrumentos nacionalistas e imperialistas, enquanto o liberalismo, a República (1910-1926) e o século XX em geral tornaram-se desprestigiados, desaconselhados ou impedidos como temática.⁴

É possível a identificação na historiografia portuguesa, até meados da década de 70, de uma perspectiva caracterizada como “historicismo neo-metódico”, que com forte teor tradicionalista e nacionalista se recusa às teorizações e se baseia em um empirismo reducionista (apoiado no trinômio causa-fato-consequência), na ênfase no político institucional e uma desconfiança do social.⁵

Mesmo historiadores que adotavam uma postura crítica ao regime mantinham seu foco de análise sobre as questões de nível macroscópico, com ênfase analítica nas estruturas políticas e econômicas dos períodos que analisavam.⁶

⁴ TENGARRINHA, José Manuel - *A Historiografia Portuguesa...*, p. 112. Dois estudos sobre a produção acadêmica nas revistas de história merecem destaque, o de HOMEM (*op. cit.*, p. 350), que observa que levantamentos sobre os conteúdos da Revista Portuguesa de História, criada em 1941, mostra que até 1960 privilegia claramente os temas da Idade Média e Idade Moderna, e predominância de temas da História Política, representavam 80% dos conteúdos, ocorrendo a total exclusão dos séculos XIX e XX, sendo que entre 1960 e o final da década de 70 mantém a primazia da temática medieval (60%), ocupando os tempos modernos um segundo lugar (28%) e os séculos XIX e XX com uma pequena presença (6%), com predominância das temáticas da História Institucional, Política e Jurídica (com 46% dos títulos), de História Econômica e Social (16%) e História Cultural (11%), e o de MENDES, no qual compara os *Annales*, da França, o *The Journal of Economic History*, dos EUA, e a *Revista Portuguesa de História*, entre 1975 e 1990, no que se refere às épocas privilegiadas, que marcam nas duas primeiras um deslocamento da Idade Moderna para a Contemporânea incluindo o século XX) nas duas primeiras, e uma constante ampliação da Idade Moderna na terceira (chegando em 1990, à 50%), e em relação às temáticas, em 1975 a história econômica e social já é a mais presente nas duas primeiras, sendo que na década de 90 a história política adquire a primazia nos *Annales*, enquanto que na revista portuguesa somente em 1990 há o privilégio da história econômica e social (com 50% dos artigos). (MENDES, José M. Amado - “A História Econômica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra / Instituto de História Econômica e Social. ISSN 0870-4147, tomo XXIX, 1994, p. 1-32).

⁵ NUNES, João Paulo Avelãs - *A História Econômica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico, 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. 349 p. ISBN 972-9380-54-6. Embora seja inegável que a realidade social, e assim também a historiografia portuguesa, sempre é multifacetada e plural, por mais que forças homogeneizadoras busquem controlá-la. Em termos de revistas acadêmicas no período do Estado Novo, a Revista do Tempo e da História, do Centro de Estudos Históricos da Universidade de Lisboa, lançada em 1965, afirmava na apresentação de seu primeiro número seu compromisso claramente inspirado nos *Annales*, buscando uma “história das estruturas da sociedade portuguesa (desde as culturais às administrativas, oficiais ou particulares), a demografia histórica e a história das relações internacionais de Portugal”, embora mantivesse o predomínio temático da História Econômica e Social (59% dos artigos) e da História Institucional e Política (24% dos artigos), e em termos temporais, da Idade Média (62% dos artigos) e da Idade Moderna (27% dos artigos). (HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Revistas universitárias de História...*, p. 353-354 e 366).

⁶ Em entrevista na qual foi questionado sobre sua trajetória intelectual o historiador português Fernando Catroga reconhece o preconceito contra a biografia ou os temas nos quais explicações estruturais não

Em termos historiográficos o relativo isolamento intelectual de Portugal durante o Estado Novo, mantido à custa da perseguição aos intelectuais mais críticos ao regime e pelo controle sobre as instituições de ensino e pesquisa, produziu uma impermeabilidade entre os campos da história e das demais ciências sociais e humanas – como a sociologia, a economia e a antropologia, entre outras.⁷

O fim do Estado Novo, por sua vez, significou uma revitalização dos estudos historiográficos ao garantir a liberdade de expressão, a ampliação das universidades e a grande movimentação dos quadros acadêmicos (com numerosas ascensões, quedas, demissões e ingressos nos corpos docentes universitários), assim como uma “febre historiadora” surgida a partir da vida estudantil e acadêmica e a incorporação do estudo e ensino das ciências sociais.

Tais mudanças trouxeram, já nas décadas de 70 e 80, uma ampliação do campo historiográfico, produzindo uma multiplicidade de objetos, métodos e teorias, na qual se destacam a ampliação das perspectivas marxista e dos Annales, em um viés que privilegiava a história econômica, demográfica e social, assim como o estudo das ideologias (a história social das idéias) e das instituições sociais, mantendo a tradição de uma sólida e ampla pesquisa documental.⁸

Esse processo de inovação temática, teórica e metodológica se processou em diferentes searas da historiografia lusitana em trabalhos espalhados em um leque cronológico que se estende do medievo aos dias atuais⁹, sendo que o biografismo se apresenta em alguns momentos como uma das abordagens possíveis.

ocupavam uma obrigatoriedade centralidade: “Como eu vinha de uma formação filosófica, o campo da História que mais me interessou foi o da História Cultural. Este estava sob um olhar suspeito por parte dos que acreditavam haver um paradigma único ou uma via única de acesso à verdade, e para quem o cultural era um mero epifenômeno do infraestrutural. (...) A história política padecia (desse preconceito), bem como a história biográfica e toda aquela que, depois dos anos 70, parece ter ressuscitado sob o lema do ‘regresso’, dignificando temas e perspectivas que tinham sido depreciados, como se fossem a efêmera espuma da onda.” (FERREIRA, Marieta de Moraes - “Entrevista com Fernando Catroga”. *Revista Brasileira de História*. [Em linha] São Paulo: ANPUH. V. 29, n. 58, (Dezembro 2009). [Consult. 14 de abril de 2010]. Disponível em WWW: < URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000200010&lng=en&nrm=iso >. ISSN 0102-0188).

⁷ Em um artigo publicado em 1963, sobre a “História em Portugal”, Frédéric Mauro aponta quatro limitações à historiografia lusitana naquele momento: o desconhecimento da bibliografia estrangeira, um certo exclusivismo em questões nacionais, um desconhecimento absoluto das demais ciências sociais e o cultivo à erudição pela erudição. (MENDES, José M. Amado - *A História Econômica e Social...*, p. 20-21).

⁸ Ainda tendo como referência as revistas acadêmicas, em 1977 tem-se a criação da Revista da História das Idéias, ligada ao Instituto de História e Teoria das Idéias, com o predomínio de uma história cultural e política centrada nos séculos XVIII e nos seguintes, e que tem se organizado em números temáticos, com colaboradores de diversas instituições e países e com produção contínua e volumosa. (HOMEM, Armando Luís de Carvalho - *Revistas universitárias de História...*, p. 357-359).

⁹ Como exemplo dessa mudança, HOMEM (*op. cit.*, p. 351) nos fornece dados sobre a mesma Revista Portuguesa de História, a partir de 1974, na qual a História Moderna (atingindo 50% dos artigos em 1990) e a História Econômica e Social (com mais de 70% dos artigos no mesmo ano), embora tenha perdido uma dimensão mais cosmopolita (ou interna) que desfrutou em anos anteriores, e ainda não tenha optado editorialmente pelo modelo de número temático.

Os estudos medievalísticos, com maior atenção ao final da Idade Média, buscaram a superação do academicismo e eruditismo, ampliação das temáticas e enfoques que privilegiavam a sociedade, a cultura e as mentalidades, assim como o mundo rural e urbano e os movimentos sociais do período.¹⁰

Por sua vez os estudos da História Moderna de Portugal sofreram, logo após o fim do regime, uma considerável diminuição quando o neocolonialismo salazarista é visto como correlato do colonialismo moderno, embora a partir da década de 80 novos temas e perspectivas como a resistência ao domínio filipino e revoltas populares, a produção agrícola e a natureza do Estado, o regionalismo e a diplomacia, a inquisição e o judaísmo, entre outros, são introduzidos ao mesmo tempo em que ocorre um refinamento das temáticas já consolidadas anteriormente.¹¹

Ocorreu também uma grande valorização dos temas da história contemporânea, sendo o período temporal entre os séculos XVIII e XX incorporado aos estudos universitários com maior continuidade e planos de estudos vinculados a institutos, ao mesmo tempo em que “abandonava-se uma certa tendência para as visões globalizantes (que a seu tempo haviam produzido efeito positivo nas renovações interpretativas)”, com “investigações mais circunscritas temporal e tematicamente”.¹²

A temática do liberalismo político lusitano inspirou três linhas de desenvolvimento: “do estudo de algumas de suas maiores figuras”, “do primeiro triênio constitucional nos seus projectos e realizações em diversos domínios menos conhecidos”, e “das finanças públicas na primeira metade do século XIX”.¹³

A segunda metade do século XIX, quando em Portugal estabiliza-se a Monarquia Constitucional, inspira abordagens historiográficas em torno de dois eixos: o desenvolvimento nacional e fatos de natureza sócio-político-ideológicos.¹⁴

O início do século XX, com a Primeira República (1910-1926), foi objeto de inovações historiográficas pela ruptura com o maniqueísmo sobre o período, pela inserção de Portugal no contexto europeu da época, pela ampliação de dimensões analíticas e, finalmente, pela identificação da experiência republicana como episódio de construção do Estado contemporâneo no país.

O Estado Novo (1926-1974) torna-se um tema visível, em que as análises representam o “preenchimento de um vazio”, as quais enfocam o regime em si, sua comparação com outros regimes autoritários do período na Europa, além de personalidades marcantes e acontecimentos relevantes, em que se misturam solidez científica e avanços seguros, paixões vivas e visões parciais, assim como carências metodológicas e revelação de fontes.

A aproximação e afastamento entre as perspectivas políticas, sociais e econômicas manifestam-se em Portugal, segundo MENDES, com três tipos de abordagem: uma história político-militar e diplomática alicerçada no cronológico e factual, outra

¹⁰ TENGARRINHA, José Manuel - *A Historiografia Portuguesa...*, p. 115-121.

¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 123-133.

¹² Idem, *Ibidem*, p. 140.

¹³ Idem, *Ibidem*, p. 147-150.

¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 151-168.

que minimiza a importância do político ao realçar enfoques económicos e sociais, e, finalmente, uma terceira proposta que busca um modelo híbrido entre os legados “tradicionais” (com destaque para o factual, o cronológico, o individual, o estudo de casos) e “novos” (no qual valoriza-se o quantitativo, a interdisciplinariedade e a multiplicidade de fontes).¹⁵

Biografias em Portugal após o Estado Novo.

Os estudos medievalísticos ao privilegiarem enfoques sobre a sociedade, a cultura e as mentalidades, o mundo rural e urbano e os movimentos sociais do período não ofereceram um grande espaço para a produção biográfica, talvez justamente pelo afastamento de estudos de carácter hagiográfico e do eruditismo em voga anteriormente.

Os estudos de História Moderna de Portugal, por sua vez, com a diminuição de trabalhos sobre o neocolonialismo salazarista e a abordagem a partir da década de 80 de temas como a resistência ao domínio filipino e revoltas populares, a produção agrícola e a natureza do Estado, o regionalismo e a diplomacia, a inquisição e o judaísmo, entre outros, permitiram à história política focar algumas de suas “grandes figuras”, como nos trabalhos pioneiros de J. S. da Silva Dias, como *A política cultural de D. João VI* (1969), e *O Erasmismo e a Inquisição em Portugal: o processo de Fr. Valentim da Luz* (1975), que possuem abordagem biográfica, ou as obras de Manuela Mendonça, *D. João II: um percurso humano e político nas origens da modernidade em Portugal* (1991) e *D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha* (1991).

O estudo do período entre o século XVIII e XIX inseriu na agenda académica a temática do liberalismo político lusitano a partir do estudo de algumas de suas maiores figuras, como em trabalhos como os de José Esteves Pereira, *Silvestre Pinheiro Ferreira: o seu pensamento político* (1974) e *O pensamento político em Portugal no século XVIII: António Ribeiro dos Santos* (1983), de Maria Beatriz Nizza da Silva, *Silvestre Pinheiro Ribeiro: Ideologia e Teoria* (1975), de Zília Osório de Castro, *Cultura e Política: Manuel Borges Carneiro e o Vintismo* (1990), de Maria de Fátima Nunes, *O liberalismo português, ideários e ciências: o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)* (1988), de José Henrique Dias, *José Ferreira Borges: política e economia* (1988), e de Benedita Cardoso Câmara, *Do agrarismo ao liberalismo: Francisco Soares Franco: um pensamento crítico* (1989), *Mousinho de Albuquerque um Intelectual na Revolução* (1992) e *Passos Manuel um Patriota e o seu Tempo* (1996), de Magda Pinheiro, entre outros.

A segunda metade do século XIX tem uma produção bibliográfica sobre o período com enfoque biográfico, destacando-se os trabalhos de João Medina como *Eça Político* (1974), *Herculano e a Geração de 70* (1977), *Eça de Queiroz e a Geração de 70* (1980) e *Afonso Lopes Vieira: anarquista* (1980), de Amadeu Carvalho Homem, *A ideia republicana em Portugal: O contributo de Teófilo Braga* (1989), além de *Fontes Pereira de Melo: uma*

¹⁵ MENDES, J. AMADO - “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919. Vol II. p. 73-74.

biografia (1999), e *Eça: vida e obra de José Maria Eça de Queirós* (2001), ambos de Maria Filomena Mónica, e *A Segunda Ascensão e Queda de Costa Cabral (1847-1851)* (2002), de Maria de Fátima Bonifácio, *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal* (2006), de Rui Ramos.

O início do século XX, enquanto tema, com a Primeira República (1910-1926), não só possibilitou inovações historiográficas (a ruptura com o maniqueísmo sobre o período, a inserção de Portugal no contexto europeu da época e a ampliação de dimensões analíticas), mas tem sido abordado de forma privilegiada de pesquisas.

Em relação às biografias do período, destacam-se *Raul Proença – Biografia de Um Intelectual Político Republicano* (2003), de António Reis, *António José de Almeida e a República: Discurso de uma vida ou vida de um discurso* (2004), de autoria de Luís Manuel Soares dos Reis Torgal, de Norberto Ferreira da Cunha, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar* (1997), *Sidónio e Sidonismo* (2006), de Armando Malheiro da Silva, *Um católico militante diante da crise nacional: Manuel Isaias Abúndio da Silva (1874-1914)* (2007), de Antonio Matos Ferreira.

O Estado Novo atualmente não só torna-se um tema visível, mas se torna um dos grandes focos do interesse de pesquisadores, o que é ampliado pela organização e disponibilização de mais arquivos e acervos, em meio às tensões que envolvem fatos relativamente recentes que fomentam disputas e paixões.

Com abordagem biográfica se destaca o trabalho de Ernesto Castro Leal, *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-1932)*, de 1994, *Álvaro Cunhal: Uma Biografia Política* (3 volumes, 1999, 2001 e 2005), de José Pacheco Pereira, *Cunha Leal: Deputado e Ministro da República – Um Notável Rebelde* (2009), de Luis Farinha, *Vitorino Henrique Godinho (1878-1962): pátria e república* (2005), de *Vitorino Magalhães Godinho, Alfredo Pimenta: da praxis libertária à doutrinação nacionalista* (2005), de João Barroso da Fonte, e *Francisco da Costa Gomes* (2006), de Luís Nuno Rodrigues.

Áreas como a história política, a história diplomática e a história econômica foram campo profícuo para essa revalorização das biografias em Portugal, embora o mesmo ocorra em outras áreas como a história da ciência, a história da arte e a história da literatura¹⁶, ao mesmo tempo em que diferentes orientações políticas, teóricas e metodológicas se fizeram presente nesses diversos trabalhos.

Segundo MENDES embora Portugal viva um período de valorização da prática do biografismo as metodologias desse tipo de abordagem ainda carecem de discussão teórica e metodológica na historiografia local, ausência que contribui para um número ainda pequeno de trabalhos e a abordagem restrita à vida de figuras políticas, intelectuais e artísticas.¹⁷

¹⁶ PINHEIRO, Magda - "A biografia em Portugal: uma agenda". *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN1413-8298. N.º 50 (2006) p. 67-80.

¹⁷ MENDES, J. AMADO - "Caminhos e problemas da historiografia portuguesa". In TORRAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919. Vol II, p. 70-72.

(In)Conclusões

Ocorre uma situação contraditória no que se refere à percepção que os historiadores portugueses tem sobre a produção de biografias entre seus pares e a produção bibliográfica dessa produção – é recorrente a referência pelos pesquisadores de uma falta de biografias na produção historiográfica local, apontando tal gênero como uma fragilidade da historiografia local. No entanto, o número de estudos com enfoques biográficos tanto em dissertações de mestrado, teses de doutorados e livros é bastante expressiva.¹⁸

Essa contradição parece refletir algumas características particulares locais: a primeira refere-se ao predomínio da identidade historiográfica dos pesquisadores, pois parece mais vinculada ao período que estudam (século XIX, século XX, Império ou República, p. ex.) ou ao vínculo teórico que ostentam (história das idéias, história política, “nova” história política, história social, história econômica, história cultural, p. ex.) do que às metodologias que utilizam, a segunda, a ausência – em parte decorrente da característica anterior – de reflexões teóricas sobre o biografismo, que se encontra vinculado a um forte empirismo¹⁹, e a terceira, a biografia ainda é um campo de disputa política e busca de legitimação historiográfica, que para muitos historiadores é um entre outros gêneros e abordagens que desenvolvem.

Sobre a questão da periodização e do vínculo teórico cabe mapear a gênese dessas duas perspectivas a partir das dinâmicas intelectuais e institucionais da historiografia lusitana a partir da segunda metade do século XX.

Durante o Estado Novo à medida que certos temas eram esquecidos no estudo da história de Portugal, como o século XIX e o XX, entre outros, a biografia positivista, reflexo de uma erudição torta, foi amplamente utilizada pelo regime como ferramenta de legitimação e de afirmação de suas dimensões nacionalista, imperialista, corporativista e católica.

O fim do regime significa ao mesmo tempo um estigma ao modelo narrativo e uma oportunidade para a historiografia local reorientar suas bases metodológicas em direção à história social e política, afirmando uma crítica ao passado autoritário e a defesa da liberdade intelectual.

Nesse processo essa historiografia dialoga com suas matrizes de formação – o “positivismo” de Alexandre Herculano (1810-1877), o “ensaísmo” de Oliveira Martins (1845-1894), ou “materialismo” de Antônio Sérgio (1883-1968) – ao passo que busca superar as limitações produzidas pelo Estado Novo e incorporar as contribuições

¹⁸ PINHEIRO constata em consulta em três das mais importantes bibliotecas de Lisboa a contabilização de mais de cinquenta biografias publicadas entre 1990 e 2005, em uma amostra bastante heterogênea no que se refere ao aprofundamento, ao apelo mercadológico e ao apoio institucional. (PINHEIRO, Magda - “A biografia em Portugal: uma agenda”. *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN 1413-8298. N.º 50 (2006) p. 67-80).

¹⁹ Não se pode deixar de assinalar o aspecto extremamente documental de tais biografias, e suas ambições totalizantes no que diz respeito às fontes e aos objetivos clássicos dos biógrafos que não são historiadores, como “verdade documental”, “autenticidade” e “abordagem definitiva”, ao mesmo tempo em que reflexões sobre os termos analíticos chaves do biografismo historiográfico, como “narrativa”, “retórica” e “estrutura discursiva” tem presença tímida ou nula.

contemporâneas do marxismo à pós-modernidade, passando pelos Annales e a micro-história, em um processo no qual busca não apenas superar o passado mas também se ressentir do que o novo tem de inovação ou conservação.

Nesse contexto intelectual de renovação se constituíam sólidos grupos de pesquisa, como a de História das Idéias, em Coimbra, a de História Política, em Lisboa, e a história social e econômica que ocupava uma posição hegemônica em diversos grupos, incorporando referenciais dos Annales e do marxismo, o que se manterá por toda a década de 80.

Embora a História Social e Econômica, em consonância com sua abordagem estrutural, descarta-se o papel do indivíduo, a História das Idéias e a História Política permitiam a abordagem do indivíduo através da análise da produção intelectual e da ação político-administrativa de homens ilustres.

Os anos 90, no entanto, assistiram à um poderoso embate entre os defensores da História Social e Econômica e de uma “Nova” História Política, que coloca o biografismo como gênero privilegiado e a narrativa como dimensão fundamental da produção historiográfica, o que cria uma polêmica intelectual entre concepções radicais de uma história nomotética e de uma história idiográfica, na qual o objetivo aparente era o descrédito completo do enfoque oposto.²⁰

Ao mesmo tempo, a institucionalização da História das Idéias e da História Política permite a manutenção de enfoques biográficos dentro de suas especificidades, como já acontecia anteriormente.

Dessa forma, as três matrizes historiográficas que se utilizam de biografias – a História das Idéias, a História Política e a “Nova” História Política – que se propõem teoricamente diferenciadas, embora com períodos abordados em comum - Império, República ou Estado Novo - assim como temáticas próximas (com suas atenções igualmente voltadas para intelectuais e políticos) não permitiram ainda nenhum diálogo completo entre as três e nem um ambiente de reflexão sobre o biografismo em si, eclipsado pelas discussões historiográficas mais panorâmicas, inclusive de acordo com as diversas preocupações intelectuais dos pesquisadores que se dedicam a essas diferentes searas temáticas.

O estigma da biografia cria uma situação paradoxal, na qual diversos historiadores, mesmo em seu processo de formação profissional, se dedicaram a estudos de natureza biográfica, mas poucos entendem esses estudos dessa forma.

²⁰ BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Edições Quetzal, 1999. 368 p. ISBN 9789725643839; BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “O abençoado retorno da velha história”. *Análise Social*. Vol. XXVIII, 122 (1993) 3.º, ISSN 00032573, p. 623-630; BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “Biografia e conhecimento histórico”. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007b. 359 p. ISBN 9789726711964, p. 241- 253.; HESPANHA, António Manuel - “O gênero biográfico em curso”. *História*. ISSN 0870-4538, III Série, Ano XXIV, n.º 41 (Janeiro de 2002) p. 16/17; HESPANHA, António Manuel - “Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica”. In CARDIM, Pedro [et al.] - *A História: entre Memória e Invenção*. Lisboa: CNCDP/Europa-América, 1998. 230 p. ISBN 972-1-04387-7, p. 21-34; e HESPANHA, António Manuel - “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”. *Ler História*. ISSN 1413-8298. N.º 9 (1986) p. 65-84.

As causas desse paradoxo estão na própria concepção de biografia compartilhada por significativa parte dos historiadores, ou seja, que esse gênero deve conter uma “simples relação cronológica de fatos relativos à alguém”, muitas vezes em um leque temporal que envolve a “vida completa” do indivíduo, tanto em termos cronológicos quanto temáticos, e que somente assim se constituiria uma representação legítima do gênero.

Essa simplificação, em que a biografia é destituída de suas possibilidades explicativas para a partir da trajetória de um indivíduo explicar uma época ou a sua obra, por exemplo, e a expectativa irreal de que é possível não só a apreensão total de uma vida e individualidade, mas também a sua narração, são responsáveis por parte do estigma atribuído ao gênero.

Outro aspecto relevante do biografismo português é a hegemonia de uma abordagem “sexista”, classista” e “elitista”²¹, o que convida à reflexão sobre se uma historiografia centrada somente no grande homem e no grande evento não é resultado de uma opção pela dissimulação da pluralidade do presente ou mesmo a construção de um passado mítico, onde assim como nesse presente de diluição de heterogeneidades também não existiam margens e minorias.

Em meio a discussões sobre sua legitimidade, a biografia enquanto relato é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivas, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referenciais atuais.

A reconstrução de uma trajetória individual (quer de outro ou própria), para além do enriquecimento temático, metodológico e teórico que o biografismo representa, significa também a percepção de uma rede de relações a partir da ideia de individualidade, com diferentes temporalidades (o ontem e o hoje), vínculos e pertencimentos que dizem respeito sobre quem escreve, de quem se escreve e para quem se escreve.

Assim, afirmamos que o historiador, a partir de fragmentos de memórias, está construindo novas memórias em diálogos mais ou menos sutis e com resultados de maior ou menor escopo conforme o seu talento, e isso, com toda certeza, oferece uma ampla possibilidade de enriquecimentos e inovações para a historiografia portuguesa contemporânea.

²¹ BONIFÁCIO explicita tais referenciais como desejáveis e inevitáveis: “Pessoalmente, continuo a pensar que a história é sexista, classista e elitista, isto é, que reza principalmente dos homens, dos ricos, dos poderosos e dos letrados; que a guerra e a diplomacia são mais importantes do que o desejo sexual, as relações familiares e as ligações emocionais que afectam o indivíduo; que a dimensão épica da existência humana é o assunto específico da história; e que a narrativa é a sua forma típica.” (BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “A narrativa na ‘época pós-histórica’”. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007. 359 p. ISBN 9789726711964, p. 219-239. Originalmente publicado em *Análise Social*. N.º 150. (1999) p. 229).

Bibliografia

- ARRUDA, José Jobson - *O Trágico 5.º Centenário da Descoberta do Brasil: comemorar, celebrar, refletir*. Bauru: EDUSC, 1999. 48 p. ISBN 8574600024.
- ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel - *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. 190 p. ISBN 8586259888.
- BEBIANO, Rui - “A História como Poética”. In D’ENCARNAÇÃO, José - *As Oficinas da História* [Em linha]. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. 234 p. [Consult. 13/01/2012]. ISBN 972-772-315-2. p. 47-70. Disponível em WWW <URL: <http://ruibebiano.net/docs/hpoetica.pdf> >.
- BOAS, Sérgio Vilas - *Biografismo: reflexões sobre as escritas da vida*. S. Paulo: UNESP, 2008. 264 p. ISBN 9788571398566.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “A narrativa na ‘época pós-histórica’”. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007^a. 359 p. ISBN 9789726711964. p. 219-239. (Originalmente publicado em *Análise Social*. N.º 150 (1999) p. 11-28).
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “Biografia e conhecimento histórico”. In *Estudos de História Contemporânea de Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007^b. 359 p., ISBN 9789726711964. p. 241- 253. (Originalmente apresentada como comunicação oral no IV Seminário Livre do Instituto de História Contemporânea, da Universidade Nova de Lisboa, em 2001).
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - “O abençoado retorno da velha história”. *Análise Social*. ISSN 00032573. Vol. XXVIII, 122 (1993) p. 623-630.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima - *Apologia da história política: estudos sobre o século XIX português*. Lisboa: Edições Quetzal, 1999. 368 p. ISBN 9789725643839.
- BORGES, Vavy Pacheco - “Grandezas e Misérias da Biografia”. In PINSKY, Carla Bassanezi - *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. ISBN 8572442979. p. 203-233.
- BOURDIEU, Pierre - “A Ilusão Biográfica”. In: FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaina - *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. 304 p. ISBN 8522502005. p. 183-191.
- CATROGA, Fernando - *Memória, história e historiografia*. Coimbra: Quarteto Editora, 2001. 72 p. ISBN 9789728717094.
- CHARTIER, Roger - “A história hoje: dúvidas, desafios, propostas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV. ISSN 0103-2186. V. 7, N.º 13 (1994) p. 97-113.
- CHAUSSINAND-NOGARET, Guy - “Biografia”. In BURGUIÈRE, André - *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro, 1993. ISBN 9788531202957. p. 95-97.
- CUNHA, Carlos M. F. - “Silêncio e silenciados da memória das nações”. In MACEDO, Ana Gabriela; KEATING, Maria Eduarda - *O Poder das Narrativas, As Narrativas do Poder. Colóquios de Outono 2005-2006*. Braga: Universidade do Minho; Centro de Estudos Humanísticos, 2007. ISBN 972-8063-36-9. p. 17-24.
- DIGNEFFE, Françoise - “Do individual ao social: a abordagem biográfica”. In ALBARELLO, Luc [et al.] - *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Editora Gradiva, 2005. ISBN 9789726625544. p. 203-245.
- DOSSE, François - *El arte de la biografía: entre historia y ficción*. México: Universidad Iberoamericana, 2007. ISBN 9789688596401.

- FALCON, Francisco – “Historiografia Portuguesa Contemporânea: um ensaio histórico-interpretativo”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, 1988. ISBN 8572442979. N.º 1, p. 79-99.
- FERREIRA, Marieta de Moraes - “A nova ‘velha história’: o retorno da história política”. In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1992. ISBN 8572442979. N.º 10. p. 265-271.
- FERREIRA, Marieta de Moraes – “Entrevista com Fernando Catroga”. *Revista Brasileira de História* [Em linha]. São Paulo: ANPUH. V. 29, N.º 58 (Dezembro 2009). [Consult. 14 de abril de 2010]. Disponível em WWW: < URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882009000200010&lng=en&nrm=iso >. ISSN 0102-0188.
- FIALHO, Maria do Céu Fialho; JIMÉNEZ, Aurélio Pérez; FERREIRA, José Ribeiro - *O Retrato e a Biografia como estratégia de teorização política*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. 287 p. ISBN 972-8704-25-9.
- GEERTZ, Clifford - “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. ISBN 8521613334. p. 13-41.
- HESPAÑA, António Manuel – “A emergência da história”. *Penélope*. ISBN 9789728081621. N.º 5 (1991) p. 9-25.
- HESPAÑA, António Manuel – “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”. *Ler História*. N.º 9 (1986) p. 65-84.
- HESPAÑA, António Manuel – “O género biográfico em curso”. *História*. ISSN 0870-4538. III Série, Ano XXIV, N.º 41 (Janeiro de 2002) p. 16/17.
- HESPAÑA, António Manuel – “Senso comum, memória e imaginação na construção da narrativa historiográfica”. In: CARDIM, Pedro [et al.] - *A História: entre Memória e Invenção*. Lisboa: CNCDP/Europa-América, 1998. 230 p. ISBN 972-1-04387-7. p. 21-34.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho - “Os Historiadores, esses desconhecidos”. *Revista Portuguesa de História*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de História Económica e Social. ISSN 0870-4147. N.º XXIX (1994) p. 33-53.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho - “Revistas universitárias de História no Portugal do século XX”. *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de História e Teoria das Ideias. ISSN 0870-0958. N.º 18 (1996) p. 339-372.
- LEVILLAIN, Phillippe - “Os protagonistas: da biografia”. In REMOND, René - *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. ISBN 8522504458. p. 141-184.
- MARTINS, Fernando – “Historiografia, biografia e ética”. *Análise Social*. ISSN 00032573, N.º 171 (Jul 2004) p. 391-408.
- MATOS, Sérgio Campos – “Historiografia e memória social (1945-2000): Balanço e perspectivas futuras”. In ARRUDA, José Jobson, FONSECA, Luís - *Brasil-Portugal: História, agenda para o milénio*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. ISBN 8574600474. p. 537-558.
- MENDES, J. AMADO - “Caminhos e problemas da historiografia portuguesa”. In TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando - *História da história em Portugal séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919. Vol II, p. 17-83.
- MENDES, José M. Amado - “A História Económica e Social nos últimos vinte anos: principais tendências e metodologias”. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; Instituto de História Económica e Social. ISSN 0870-4147. Tomo XXIX (1994) p. 1-32.

- NUNES, João Paulo Avelãs - *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. O historicismo neo-metódico: ascensão e queda de um paradigma historiográfico, 1911-1974*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995. 349 p. ISBN 972-9380-54-6.
- PEREIRA, Miriam Halpern - "A História e as Ciências Sociais". *Ler História*. Lisboa: ICSTE. ISSN 1413-8298. N.º 49 (2005) p. 5-29.
- PINHEIRO, Magda - "A biografia em Portugal: uma agenda". *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN 1413-8298. N.º 50 (2006) p. 67-80.
- PINHEIRO, Magda - "Os arquivos familiares e a biografia: dos perigos da abundância". In *Olhares cruzados entre arquivistas e historiadores. Mesas redondas na Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos - Torre do Tombo, 2004. ISBN 972-8107-82-X. p.151-155.
- RÉMOND, René - *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. 464 p. ISBN 8522504458.
- SARAMAGO, José - "História e ficção". *Jornal de Letras, Artes e Ideias*. Lisboa: [s.n.], 1990. p. 7-19.
- STONE, Lawrence - "O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história". *Revista de História*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1991. ISSN 0034-8309. p. 13-37. (Original: "The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History". *Past and Present*. 85 (nov. 1979) p. 3-24).
- TEIXEIRA, Nuno Severiano - "A História Política na Historiografia Contemporânea". *Ler História*. Lisboa: ISCTE. ISSN 1413-8298. N.º 13 (1988) p. 77-102.
- TENGARRINHA, José Manuel - "A Historiografia Portuguesa pós-74". In ARRUDA, José Jobson; TENGARRINHA, José Manuel - *Historiografia Luso-Brasileira Contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999. 190 p. ISBN-10 8586259888. p. 111-189.
- TORGAL, Luís Reis - *História e ideologia*. Coimbra: Livraria Minerva, 1989. 410 p. ISBN 9789729316128.
- TORGAL, Luis Reis - "O Poder da História". In D'ENCARNAÇÃO, José - *As Oficinas da História*. Lisboa: Edições Colibri; Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002. 234 p. ISBN 972-772-315-2. p. 177-185.
- TORGAL, Luís Reis; MENDES, José M. Amado; CATROGA, Fernando - *História da História em Portugal: séculos XIX-XX*. Lisboa: Circulo de Leitores, 1996. 437 p. ISBN 9789727590919.

In Memoriam

Professor Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011)

Luís Reis Torgal e Joaquim Romero Magalhães

Luís Reis Torgal, Professor Catedrático Aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coordenador do Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX” do CEIS20. E-mail: lrtorgal@netcabo.pt

Joaquim Romero Magalhães, Professor Catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

O Professor Vitorino Magalhães Godinho foi para mim e para minha geração (deveria ser para todas as gerações) uma referência desde os anos sessenta, quando estudava História na Universidade, e ao longo da vida. Apesar de não manifestar tendência especial para a História Económica, a leitura dos seus livros e artigos, com uma outra visão, por exemplo, dos Descobrimientos ou da Restauração (objecto da minha tese de doutoramento) ou mesmo da sociedade contemporânea, tornou-se um hábito imprescindível do meu trabalho de aprendiz de historiador, de professor e investigador e de *homo politicus*. Era (e continua a ser) uma nova reflexão sobre a História, fundamentalmente sobre os Descobrimientos, a que mais se dedicou, temática que era vista oficialmente com o sentido de “história glorificadora” de Portugal. Assim, guardo com carinho e interesse sempre renovado, em encadernação de carneira, a primeira edição da obra imensa *Os Descobrimientos e a economia mundial* (2 vols, Lisboa Arcádia, 1963), o polémico livro *A economia dos Descobrimientos Henriquinos* (Lisboa, Sá da Costa, 1962), impedido de ser publicado na colecção oficial das comemorações do centenário da morte do Infante D. Henrique, *O socialismo e o futuro da Península* (Lisboa, Livros Horizonte, 1969), que recorde ter adquirido em Bissau, quando dramaticamente militava por terras da Guiné, bem como a sua *Revista de História Económica e Social*, iniciada em 1978.

Vitorino Magalhães Godinho deixou-nos em Abril e pouco mais devo acrescentar. Apenas direi que morreu um dos mais importantes historiadores portugueses. O resto deixo para ser comentado por um especialista de História Económica, historiador que conviveu de perto com o Mestre: o meu colega e amigo, desde os tempos de estudante, Joaquim Romero Magalhães, que publicou no *Jornal de Letras*, aquando da morte de Magalhães Godinho, um texto que, na primeira versão, se destinava a apresentar a 2.ª edição de um dos seus primeiros livros, *Documentos sobre a Expansão Quatrocentista Portuguesa* (Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 2011).

A revista *Estudos do Século XX* não poderia deixar de assinalar o falecimento do Professor Magalhães Godinho. Fáz-lo assim através de um expressivo texto de um dos seus discípulos mais queridos.

7 de Junho de 2011

Luís Reis Torgal

Há perto de 70 anos, o jovem professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa Vitorino Magalhães Godinho (1918-2011) entendeu ser necessário proporcionar aos seus estudantes apoios documentais para que pudessem estudar a expansão portuguesa. Queria levá-los a conhecê-la a partir dos testemunhos da época. E se assim pensou, melhor o executou. Desse intento resultaram três volumezinhos, com o desprezioso título de *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*. (Lisboa: Vols. I-II, Editorial Gleba, 1943-1945; Vol. III, Editora Cosmos, 1956). O último já não serviu à finalidade para que o conjunto fora concebido, pois entretanto a Faculdade tinha entendido que esse docente destoava nessa escola. Todavia, esses volumezinhos muito serviram a quantos ao longo dos anos quiseram aprender a sério (e ensinar) alguma coisa de história dos descobrimentos e da expansão portuguesa. Documentos, que por si sós bastam para afastar os principiantes de interpretações e fantasias que ainda hoje alguns se entretêm a divulgar.

Os documentos eram apresentados com rigor erudito, com anotações rigorosas e com uma abertura problemática que deixava para trás todas as minudências que se costumavam ensinar (de que ainda há traços, infelizmente). Sem deixar de usar o que do apuramento factológico interessava, fugia-se às chatíssimas matérias que eram correntes no ensino: “a simples data de uma viagem, prioridade de uma descoberta, virtudes de um dirigente.” Bem ao invés, interessava ao seleccionador e anotador dos documentos apresentar questões e sugerir vias de estudo para elucidar as perguntas que se avançavam: porquê essa arrancada para além-mar, qual o significado de uma actividade que iria transformar o pequeno Reino do ocidente peninsular num império africano (depois asiático e depois ainda atlântico), como esta profunda transformação afectou o conjunto da população portuguesa e marcou o seu devir. E tantas outras questões pertinentes.

A Expansão Quatrocentista Portuguesa, na sua versão de 1944, foi a síntese problemática e explicativa resultante desse trabalho prévio. Apresentava-se num como que segundo painel do díptico de que o primeiro eram os documentos. E as duas obras mantêm-se ligadas. Por isso à reescrita de 2008, teria de seguir-se a republicação dos *Documentos*. A carreira posterior do autor, a partir de 1947 bolseiro e depois investigador em Paris, no Centre National de la Recherche Scientifique, não se compreende sem essa tarefa hermenêutica prévia que soube realizar e, caso raro, apresentar a público. Porque não houve muitos professores que tivessem ousado pôr em letra de forma as fontes de que se iam servindo para preparar as suas lições – e vamos aceitar que iam beber às fontes não se limitando a aurrir as suas doutorices no que outros tinham escrito. Até os havia que não revelavam os autores que lhes serviam o alimento já digerido – embora muitas vezes o gato escondido deixasse o rabo de fora... Adiante.

Vitorino Magalhães Godinho simplesmente estudava, reflectia, trabalhava nos arquivos como poucos fizeram, escrevia uma obra imensa, cujos pródomos se encontram nas notas a estes *Documentos* que em boa hora a Imprensa Nacional / Casa da Moeda decidiu reeditar. Volumes que mereceram alguns retoques, que o autor não conseguia

resistir à tentação de mexer em obras já publicadas. Entendeu ainda – como já havia feito aquando da reapresentação de *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* (Dom Quixote, 2008), dar-nos em breves linhas a história externa das obras: recordar como as autoridades ditatoriais receberam esses trabalhos. E aí vem a carta de Alfredo Pimenta a Salazar, denunciando-o como perigoso adepto de materialismo histórico (em companhia de Sílvio Lima!); o que poderá ter contribuído (ou ter estado na origem?) da manobra que levou Magalhães Godinho a deixar a Faculdade onde se formara. Será que essas perseguições e atentados à cultura recebem dos revisionistas tão em voga a merecida aprovação? Não é impossível.

Mas o que tinham de incómodo os *Documentos sobre a expansão portuguesa*? Vislumbram-se alguns motivos para essa irritação das autoridades: Magalhães Godinho estribava-se nos documentos mas a sua construção historiográfica tinha também alicerces em ideias de António Sérgio, Veiga Simões, Jaime Cortesão e Duarte Leite. E fugia ao que por esses anos apaniguados do regime como Alfredo Pimenta e João do Ameal propagavam como verdades oficiais. História que, essa sim, distorcia os documentos ou preferia as ideias vagas e invencionices patrioteiras à crítica histórica. Sobretudo que usava pretensas motivações político-religiosas para justificar uma imagem do passado que sustentava afinal a ditadura presente.

A reedição dos *Documentos* vem trazer ao ensino da História um contributo assinalável. Por eles podem os professores fazer chegar aos estudantes um conjunto de textos escrupulosamente anotados, segundo a abertura metodológica actual. Podem deitar fora quantas banalidades e frioleiras para aí ainda persistem e se ensinam e proporcionar uma formação séria e sólida pela aprendizagem de dinâmicos processos de ensino: que os estudantes tenham elementos para sustentarem o seu próprio esforço de descobrir. Que se embrenhem na busca da compreensão e da explicação de uma história que é forçosamente ao mesmo tempo geográfica, antropológica, económica, social e cultural. E só assim é possível aprender. O empinanço serve para passar nos exames – e papaguear a opinião do professor pode ser recompensador – em classificações. Mas não dá para aprender.

Foi a última publicação em vida de um texto de Vitorino Magalhães Godinho. Não será o último a surgir dos prelos porque o autor, na sua formidável velhice, foi incansável e deixou materiais apurados e prontos para a imprensa. Que os editores não deixem sair. Entre os livros preparados – e o contrário seria um vazio tremendo para os discípulos e admiradores – a edição refeita de *A crise da história e as suas novas directrizes*, de 1947. Trata-se de obra fundamental para se entender o que foi o magistério de Magalhães Godinho e para se evidenciar porque foi incómodo: cidadão que não vergava, historiador que não cedia a modas nem a tradições. Preferia o esforço interpretativo. Inapreciável lição. E lê-lo, e estudá-lo a mais adequada homenagem ao mais notável dos historiadores portugueses.

Joaquim Romero Magalhães

RECENSÕES CRÍTICAS
E NOTAS DE LEITURA

MARTINS, Estêvão de Rezende (Coord.) - *História Pensada. Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX*. São Paulo: Editora Contexto, 2010. 248p. ISBN 978-85-7244-468.

A presente obra é o resultado de um projecto de investigação que visa compreender os problemas metodológicos inerentes à produção do discurso científico em História. Contando com a participação de vários especialistas brasileiros, que integram um grupo de trabalho (GT) da Associação Nacional da História, este livro tem como principal objectivo despertar a consciência crítica da comunidade académica para o “Renascimento da História como Ciência”.

Como bem se sabe, o renascimento da História organiza-se e estrutura-se na passagem do Iluminismo para o Romantismo e vai-se consolidando ao longo do século XIX nos cenários do positivismo, do historicismo e das escolas metódicas. O mesmo é dizer que a “disciplina da historiografia, no sentido contemporâneo do termo, surgiu na transição do século XIX, mediante um primeiro corpo de regras e normas metodológicas fixado sob influência do positivismo e do historicismo”.

Deve acentuar-se, porém, que a procura, a busca de compreensão da realidade presente conduz-nos inevitavelmente a questionar o passado numa tentativa de compreensão do presente e de “prefiguração do futuro”.

Michelet, numa obra publicada no século XIX, lembra essa realidade nestas palavras: “aquele que quiser atar-se ao presente não compreenderá nunca esse mesmo presente.” A obra em análise insere-se plenamente neste plano epistemológico.

Neste quadro não deixa de ser importante realçar que a relação entre o historiador e o seu tempo é uma das

questões cruciais do debate historiográfico, metodológico e teórico da História.

É inegável que o livro – *História pensada. Teoria e método na Historiografia europeia do século XIX* – visa proporcionar uma leitura do processo de consolidação do pensamento histórico como ciência através da pena de protagonistas fundamentais e cujos textos dificilmente se encontram traduzidos em português. Deste modo, o leitor tem acesso às obras de: Thomas Carlyle, Johann Gustav Droysen, Ernst Bernheim, Wilhelm von Humboldt, Theodor Mommsen, Karl Lamprecht, George Macaulay Trevelyan, Jacob Burckhardt, Leopold von Ranke e Henry Thomas Buckle precedidas de um comentário que é simultaneamente introdução ao autor e explicação do texto.

É ainda de sublinhar que aliada à questão científica a questão didáctica e pedagógica perpassa, aliás, toda a obra, culminando com a organização dos textos escolhidos em três capítulos que correspondem a três eixos temáticos. A saber:

- A História faz sentido
- O Sentido produzido pela História
- A História e os seus campos

O livro conta com uma introdução da autoria de Estêvão de Rezende Martins, sempre problematizador e fértil em oportunos desafios.

Este volume concorre tanto para uma leitura retrospectiva quanto prospectiva da natureza do conhecimento histórico, relevando as questões de problematização e cientificidade do mesmo.

Por outro lado, estas reflexões críticas dos ensaios constituem um útil manancial de visões e abordagens à “maneira aristotélica, da pesquisa e da formação de pesquisadores” sobre uma das problemáticas fulcrais da obra – fornecer

instrumentos para uma avaliação crítica das obras historiográficas bem como das matizes historiográficas contemporâneas.

Com o mesmo rigor e amplo escopo da produção histórica de Estêvão de Rezende Martins, a presente publicação apresenta-se como uma boa base para reflexões mais aprofundadas sobre processos fulcrais da hodiernidade histórica.

Isabel Maria Freitas Valente

Bolseira de Doutoramento da FCT/CEIS20

Membro *Team Europe*

ANTUNES, João Lobo – *Egas Moniz. Uma biografia*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva, 2010. 375 p. ISBN 978-989-616-398-3.

Não é difícil compulsar duas dezenas de textos do autor sobre o biografado sem, no entanto, pretender esgotar tudo o que tem publicado a esse respeito: entrevistas, artigos, capítulos em livros, prefácios e catálogos de exposições *in memoriam*¹.

¹Destacamos: ANTUNES, João Lobo – “As cartas de Egas Moniz para Almeida Lima”. In ANTUNES, João Lobo – *Um modo de ser*. 10ª ed. Lisboa: Gradiva, 1996. ISBN 978-972-662-499-8. p. 173-201; “Egas Moniz homem de letras”. In ANTUNES, João Lobo – *Numa cidade feliz*. Lisboa: Gradiva, 1999. ISBN 978-972-662-704-3. p. 213-223; “Pedro Almeida Lima”. In ANTUNES, João Lobo – *Um modo de ser*. 10ª ed. Lisboa: Gradiva, 1996. p. 139-145; “Psicocirurgia – Uma história”. In ANTUNES, João Lobo – *Numa cidade feliz*. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 225-248; “Egas Moniz – uma palavra sobre o Outro”. In ALVES, M. Valente – *1911-1999. O ensino médico em Lisboa no início do Século. Sete artistas contemporâneos evocam a geração de 1911*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999. Catálogo da Exposição. 431 p.; e “Egas Moniz hoje”. In ANTUNES, João Lobo – *O Eco Silencioso*. Lisboa:

Trata-se, pois, de um especialista que soma à sua condição de neurocientista como Egas Moniz o foi *avant la lettre*, as de médico, político e escritor. De certo modo, o som dos seus passos soa numa sala de eco onde se podem adivinhar ainda as passadas de seu pai, João Alfredo Lobo Antunes; seu tio-avô, Pedro Almeida Lima; e do próprio Egas Moniz. Esta é pois uma biografia de um próximo de próximos, profundo conhecedor dos meandros da neurologia, da cultura e da política em que o biografado habitou; um texto povoado por sucessivas idas e voltas entre o reconhecido fascínio que a personagem exerce sobre o biógrafo, e o esforço de distanciamento necessário para dar conta das dimensões críticas que asseguram a rejeição do modo hagiográfico.

Esta é também uma biografia que reflecte, para além da reunião de múltiplas e esparsas anotações que foi escrevendo acerca do Mestre Egas, uma série de comentários à vastidão das leituras que fez acerca do que se foi publicando sobre a Angiografia Cerebral, a Leucotomia Préfrontal, e sobre a sua figura, as simplificações, inexactidões, distorções e mentiras.

A estruturação do texto obedece a um esquema quase cronológico, em que são valorizadas fases da vida, actividades e episódios geralmente omitidos ou desvalorizados no acervo de textos de carácter biográfico, biografias científicas e outros ensaios afins, publicados até hoje, incluindo naturalmente a produção do próprio Egas Moniz.

O Mestre Egas que sai da pena de João Lobo Antunes é de uma humanidade mais consentânea com as ideias que temos sobre os homens, contraditório, ambicioso,

Gradiva, 2008. 262 p. ISBN 978-989-616-281-8. p. 97-109.

vaidoso e determinado. Adianta informação desconhecida ou pouco divulgada, combinando habilidosamente evidências de escala variável: o número do calçado e o egocentrismo que tendia a eclipsar a importância das contribuições dos outros.

Pela leitura dos textos que o biógrafo dedicou ao assunto no passado, verifica-se que formou, do sábio de Avanca, a imagem que agora nos oferece, ao longo dos anos, julgando-lhe os traços de carácter, a personalidade e a obstinação com base em muito mais do que nos revela por via das fontes consultadas. Esta circunstância faz de João Lobo Antunes um biógrafo privilegiado que partilhou testemunhos de gentes que conviveram e trabalharam com Egas Moniz. De outro modo, pormenores como o dos olhos de cadáveres que seu pai guardou no frigorífico do Hospital de Santa Marta, ao lado dos recipientes contendo o almoço, não teriam sido possíveis. E se, à primeira vista, estes pormenores podem parecer anódinos, não deixam de revelar-se tópicos reconstituintes do contexto, emprestando vivacidade ao discurso e ancoragem humanista ao quotidiano.

Relativamente ao objecto cultural e de cultura científica em que a figura de Egas Moniz se converteu, João Lobo Antunes vem dizer-nos duas coisas importantes. Primeiro que se demarca da ladainha elogiosa do cientista mitificado que é suposto celebrar enaltecendo-lhe o génio e evitando ao máximo deslustrar a pessoa que foi. Segundo, que as suas invenções (a Angiografia e a Leucotomia) foram realizações extraordinárias, aquela mais consensual, apesar da falta de clarividência com que muitos (incluindo os membros do Comité Nobel) a receberam; esta mais controversa mas também valiosa, não fosse, na época e hoje, a incapacidade de avaliar o alcance da *psicocirurgia*.

Digamos que, para “fazer justiça” ou “resgatar” a memória de Egas Moniz², João Lobo Antunes revelou as luzes e as sombras do actor histórico, dentro de certos limites, num enquadramento benévolo da carreira política de Moniz, da *militância progressista* da Monarquia Constitucional até aos incómodos do *sidonismo*, mas recusou uma discussão mais contrastada acerca da Leucotomia. O tom peremptório e o julgamento radical em que embrulha as posições dissonantes, difere da série de abordagens dialogantes e matizadas dos capítulos anteriores. Este encarniçamento súbito faz supor haver nesta área uma espécie de reduto simbólico. Aqui chegado, o biógrafo dardeja em todas as direcções, nalguns casos com inteira razão, mas recusando a problematização de um método que sempre coxeou teoricamente e que, ainda que outras dúvidas fundadas não houvesse, se nutriu de clamorosos enviesamentos na avaliação dos resultados.

Poder-se-ia dizer que estes debates em torno das invenções de Egas Moniz extravasam o círculo biográfico adoptado nesta obra de João Lobo Antunes e que o neurocirurgião ocupa de súbito todo o espaço discursivo, não podendo deixar passar em claro o chorrilho de inexactidões que tem lido e ouvido, assumindo que, no caso da *psicocirurgia*, se deve olhar para Mestre Egas com outras lentes que não as das simplificações nem as das superficialidades que povoam os escritos de quem tem uma diferente perspectiva disso tudo. Porém, neste aspecto, a biografia cede o passo a uma peleja destemida contra a *ignorância* reinante. Digamos que neste ponto ficamos todos a perder com a lacuna histórica de um debate, que tal como

² Duas das expressões que se têm repetido nas entrevistas e recensões acerca desta biografia.

muitos outros debates, foi evitado ou censurado pelo *status quo* intelectual e científico, deixando-nos prisioneiros da nossa curiosidade, sem sequer dispormos de uma história da *psicocirurgia*, continuando a evitar ou desvalorizar a parte mais sombria de um método questionável.

João Lobo Antunes opta por uma síntese que deixa de fora o afastamento de Diogo Furtado, após uma colaboração directa na primeira série de leucotomias; os comentários de Luís Cebola, director clínico da Casa de Saúde do Telhal, onde tiveram lugar muitas dessas leucotomias; o alcance das flutuações de enunciado de Barahona Fernandes; as observações desabonatórias de alguns elementos da equipa do Júlio de Matos; a oposição de Sobral-Cid, o estudo empreendido por Nunes da Costa, que vem inserido na bibliografia seleccionada mas não foi objecto de nenhuma referência no texto e, *last but not least*, a subtil demarcação do próprio Almeida Lima relativamente à psicocirurgia.

Uma questão interessante a colocar seria a de saber se em 1949, quando Egas Moniz recebeu o Prémio Nobel, a neurologia tinha já conseguido superar as dúvidas que Egas Moniz e Diogo Furtado tinham expresso em 1937³.

Quanto ao resto, à recepção esperançosa de uma neurocirurgia que parecia abrir enfim caminho a melhorias ou curas do foro psiquiátrico, o autor traça com felicidade o quadro de uma época em que a escassez de terapêuticas eficazes explicava o recurso combinado à indução do coma insulínico, ao *torpedeamento*

(choques eléctricos), aos banhos gelados ou escaldantes, à camisa-de-forças e à psicanálise.

Há, no entanto, na apreciação histórica de João Lobo Antunes, um problema interessante que apenas enunciaremos aqui, remetendo para outro texto⁴ o desenvolvimento que merece: o problema dos purismos anti-anacronistas, que se coloca em dois planos: no plano da análise de contexto, desvalorizando as contradições já então existentes e significativas, focando, ao invés e preferencialmente, as críticas formuladas muito mais tarde; e no plano da simetria, afrouxando demasiado a vigilância em relação ao que no desenvolvimento da neurocirurgia pode ser considerado o legado de Egas Moniz e Almeida Lima.

No primeiro plano, sublinhe-se a desvalorização que no processo científico foi feita relativamente à componente teórica. O protesto foi tão generalizado e efectivo que o próprio Egas Moniz, por altura da sua jubilação e, ainda sem o saber, a cinco anos de lhe ser atribuído o Prémio Nobel, declarou a intenção de se ocupar mais desse aspecto, pois mesmo até os médicos organicistas levantavam objecções⁵. A lesão frontal desencadeava uma série de efeitos, em cerca de 30% dos casos produzia uma alegada melhoria do estado de saúde do doente, mas porquê? Porque é que, sendo procedimento igual para todos os operados, os resultados eram tão díspares? Egas Moniz não respondeu a esta questão. Porém, foi no seu tempo, no seu contexto, que as dúvidas começaram

³ MONIZ, Egas; FURTADO, Diogo – *Essais de traitement de la schizophrénie par la leucotomie préfrontale*. Extrait des Annales Médico-Psychologiques. Paris: Masson. N° 2 (Juillet 1937).

⁴ Ver na presente edição, do mesmo autor, *Biografia, processo e contexto: uma revisitação de Egas Moniz*. p. 391-405.

⁵ Ver MONIZ, Egas – *Última lição*. Lisboa: Portugal, 1944. p. 25.

a fervilhar. Neste aspecto, nós fomos apenas os herdeiros de uma história de controvérsias.

É claro que a *stereotaxia* estava ainda para nascer e que a precisão ortogonal das neurocirurgias de hoje era impossível. Acusá-lo de não conseguir aquilo que só recentemente se tornou viável seria uma exigência risível. E é claro, também, que o grau de invasividade e a irreversibilidade das leucotomias estava fora do alcance do aparato tecnológico da época. Qualquer reparo nesse sentido desfaz-se em pura fantasia. Mas, então, passando agora ao segundo plano, – o plano da simetria – como atribuir ao legado de Moniz o mérito de desenvolvimentos posteriores? É neste ponto que nos podemos interrogar acerca do teste avançado pelo purismo anti-anacronista. Quando olhamos o passado julgando-o com os conhecimentos, valores e sensibilidades de hoje, cometemos um erro crasso, já que as pessoas do passado não estavam em condições de pensar, sentir e orientar-se como nós o fazemos. Mas quando imaginamos o passado a olhar para nós, vendo no que fomos construindo ao longo dos anos, coisas que eles não podiam ainda saber nem, em muitos casos, compreender ou sequer imaginar, – de que se trata? Não serão esses méritos retroactivos vítimas do tipo de anacronismo simétrico?

Na viragem do século, Ana Leonor Pereira e João Rui Pita publicaram uma obra marcante sobre das diferentes perspectivas acerca de Egas Moniz, vida, obra e representações⁶. A riqueza de conteúdo, a abertura temática e a pluralidade das posições expressas davam o sinal de que a forma de existência do conhecimento é

controversa e exprime-se frequentemente nas controvérsias. Juntamente com os estudos de António Fernando Cascais⁷, Tiago Moreira⁸, Maria Helena Roque⁹, e outros mais que injustamente aqui omito, António Lobo Antunes vem assegurar-nos, com a sua biografia, que Egas Moniz continua em Livre Exame.

Manuel Correia
Investigador do CEIS20

⁷ CASCAIS, António Fernando – “A inversão do princípio de legitimidade da intervenção bio-médica no corpo humano: de Egas Moniz à engenharia genética”. *CTS. Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*. N.º 10 (1989) p. 30-33. CASCAIS, António Fernando – “De Egas Moniz à engenharia genética: Um questionamento bioético”. *Sociologia – Problemas e Práticas*. N.º 9 (1991) p. 57-76. CASCAIS, António Fernando – “A cabeça entre as mãos: Egas Moniz, a psicocirurgia e o prémio Nobel”. In NUNES, João Arriscado; GONÇALVES, Maria Eduarda (Orgs. et al.) – *Enteados de Galileu? Semiperiferia e intermediação no sistema mundial da ciência. A sociedade portuguesa perante os desafios da globalização*. Porto: Afrontamento, 2001. Vol. V. 360 p. ISBN 972-36-0573-2. p. 291-359.

⁸ MOREIRA, Tiago – *Large gain for small trouble. The construction of cerebral angiography*. Edimburgh: Msc. in Science and Technology Studies – The University of Edimburgh, 1996-1997.

⁹ ROQUE, Maria Helena Neves – *Positivismo e visibilidade na obra de Egas Moniz (1874-1955)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Secção Autónoma de Ciências Sociais Aplicadas, 2002. Tese de Mestrado.

⁶ PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Org.) – *Egas Moniz em livre exame*. Coimbra: Minerva, 2000. 414 p. ISBN 972-8318-96-0.

BROWNE, Janet - *A Origem das Espécies de Charles Darwin*. Trad. de Ana Falcão Bastos e Cláudia Brito. Lisboa: Gradiva, 2008. 185 p. (Ciência Aberta; 175). ISBN 978-989-616-265-8

“Os seus escritos desafiaram todas as concepções anteriores sobre os seres vivos e tornaram-se um factor crucial nas transformações intelectuais, sociais e religiosas que ocorreram no Ocidente durante o século XIX. Com o tempo, Darwin veio a tornar-se um dos cientistas mais famosos da sua época, uma celebridade vitoriana, e a sua obra, mesmo no tempo da sua vida, foi considerada uma pedra basilar do mundo moderno”¹

Janet Browne (n. 1950) é professora de História da Ciência na Universidade de Harvard (E. U. A.) e autora de importantes trabalhos sobre a história da biologia. Entre as suas inúmeras publicações, destaca-se a biografia de Charles Darwin (1809-1882), em dois volumes, unanimemente considerado como um dos melhores trabalhos sobre a vida do naturalista inglês.² Depois da sua biografia de Charles Darwin, Janet Browne decidiu escrever uma biografia do seu livro fundamental de 1859, *A Origem das Espécies ...*, com o objectivo de fornecer uma leitura compreensiva do contexto histórico em que surgiu a importante teorização biológica do naturalista inglês. O resultado foi um excelente trabalho de

divulgação de história da ciência (e não de divulgação científica *per se*) intitulado *Darwin's Origin of Species – A Biography*, que a Gradiva publicou, em tradução portuguesa, com o título *A Origem das Espécies de Charles Darwin*, em Setembro de 2008, e que passamos a apresentar.

A obra encontra-se estruturada em cinco capítulos, precedidos dos “Agradecimentos” (p. 7), de uma “Nota sobre as edições” (pp. 9-10) de *A Origem das Espécies ...* e da “Introdução” (pp. 11-17), e seguidos das “Notas” (pp. 165-167), das “Fontes e bibliografia recomendada” (pp. 169-171) e do “Índice remissivo” (pp. 173-185). Na “Introdução”, Janet Browne aborda, em termos muito gerais, a importância histórica da teorização biológica de Charles Darwin e destaca a figura excepcional e respeitável do naturalista inglês. A autora lembra que, apesar de ter avançado com uma teoria científica controversa e perturbante, Charles Darwin “foi sepultado na Abadia de Westminster, em Londres, em 1882, como uma das figuras mais veneradas do país: «o inglês mais preeminente desde Newton» afirmava o *Times*” (p. 15). No primeiro capítulo, intitulado “Os primórdios”, Janet Browne inicia um relato biográfico de Charles Darwin, focando, sobretudo, os episódios capitais que marcaram a sua formação enquanto naturalista: a infância privilegiada em Shrewsbury; a experiência mal sucedida na Faculdade de Medicina de Edimburgo; os estudos religiosos em Cambridge; e a célebre viagem a bordo do *HMS Beagle*. No segundo capítulo, intitulado “«Uma teoria como base de trabalho»”, a autora dá continuidade à sua exposição biográfica sobre Charles Darwin, procedendo a uma excelente contextualização do ambiente sociopolítico que o naturalista inglês encontrou no regresso da sua viagem de circum-navegação ao globo. A autora

¹ BROWNE, Janet - *A Origem das Espécies de Charles Darwin*. Trad. de Ana Falcão Bastos e Cláudia Brito. Lisboa: Gradiva, 2008. 185 p. (Ciência Aberta; 175). ISBN 978-989-616-265-8. p. 12.

² Vide: BROWNE, Janet - *Charles Darwin: Voyaging. Volume I of a Biography*. New York: Alfred A. Knopf, 1995. 605 p. il. ISBN 0-394-57942-9; BROWNE, Janet - *Charles Darwin: The Power of Place. Volume II of a Biography*. New York: Alfred A. Knopf, 2002. 591 p. il. ISBN 0-679-42932-8.

sublinha a importância do círculo de amigos de Charles Darwin para a sua projecção enquanto cientista conceituado: “Alguns meses após o seu regresso, Darwin tinha realizado a sua ambição de se integrar no mundo das elites da ciência metropolitana como um igual: «entrou um pouco na sociedade» ao ser eleito para a Royal Society, para o Athenaeum Club (o influente clube de cavalheiros de Londres) e para os conselhos da Geological Society e da Royal Geographic Society” (p. 49). No terceiro capítulo, intitulado “A publicação”, Janet Browne esforça-se por esclarecer o célebre e controverso episódio, envolvendo o naturalista Alfred Russel Wallace (1823-1913), que acelerou a publicação de *A Origem das Espécies* Aborda igualmente alguns dos problemas que Charles Darwin teve de enfrentar na elaboração da sua teoria biológica, como, por exemplo, a ausência de provas experimentais para substanciar a sua teoria e o desconhecimento reinante sobre o funcionamento da hereditariedade e do aparecimento de variações. No quarto capítulo, intitulado “A controvérsia”, Janet Browne debruça-se sobre o debate que se seguiu à publicação de *A Origem das Espécies* ..., aquele que foi o “primeiro debate científico verdadeiramente internacional da história” (p. 11) e “um dos primeiros debates genuinamente públicos sobre ciência a estender-se à generalidade da sociedade” (p. 96). A autora enfatiza a importância da defesa da teoria de Charles Darwin – uma pessoa que “odiava os debates públicos acalorados” (p. 15) - por parte de quatro dos seus amigos mais próximos - Charles Lyell (1787-1875); Joseph Dalton Hooker (1817-1911); Asa Gray (1810-1888); e Thomas Henry Huxley (1825-1895) – pois “Enquanto Darwin se mantinha ocupado a escrever nos bastidores, estes quatro homens recrutaram

um exército de soldados, apoderaram-se das publicações periódicas, invadiram as sociedades eruditas, controlaram as universidades, dominaram as reuniões sociais e penetraram nos caminhos secundários do império” (p. 100). A autora enfatiza ainda o papel decisivo da vasta e eficiente rede de intercomunicação científica construída e mantida por Charles Darwin: “Embora se tenha encerrado em Down House, enviava e recebia diariamente uma enorme quantidade de correspondência. As suas cartas circulavam no mundo dos debates, encorajando, apoiando, provocando, explicando, discordando educadamente, agradecendo, consultando e aconselhando. Darwin usava as cartas para persuadir e influenciar. Utilizava-as para obter críticas favoráveis, para corrigir erros, combinar traduções e produzir edições revistas. Reunia apoios, estabelecia novos contactos, descobria coisas. Sem esta correspondência extraordinária (...) a teoria de Darwin ter-se-ia afundado” (p. 99). A autora conclui este importante capítulo com uma breve referência a algumas das mais importantes publicações de Charles Darwin pós-1859, nomeadamente *A Origem do Homem e a Selecção Sexual* (1871) e *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais* (1872), com as quais “Darwin completava a explicação da evolução que iniciara com *A Origem das Espécies*” (p. 126). No quinto capítulo, intitulado “O legado”, Janet Browne apresenta um esboço histórico da teoria darwiniana desde o ano da morte de Charles Darwin até aos nossos dias, debruçando-se sobre alguns dos momentos mais marcantes da história da biologia e do evolucionismo, como, por exemplo: o “Eclipse do darwinismo”; a “redescoberta” das leis de Mendel em 1900; a consolidação da “Síntese Moderna” na década de 1940; e o debate em torno da sociobiologia a partir de meados da década de 1970. O livro

termina com uma abordagem sucinta da história da controvérsia “Evolução vs. Criação”, com a autora a considerar “o ressurgimento da literatura criacionista e a proliferação de toda uma sucessão de teologias antidarwinianas no Ocidente” (p. 158) como “o mais inesperado de todos os desenvolvimentos recentes” (p. 158) no âmbito deste debate.

Em *A Origem das Espécies de Charles Darwin* encontramos um excelente e inspirador trabalho ao nível da divulgação da história da ciência. Mas o livro de Janet Browne não se resume a uma simples exposição sobre o “antes”, a “recepção” e o “depois” da publicação de 1859. A obra constitui, no fundo, uma biografia dupla interligada, com a contextualização histórica da publicação de *A Origem das Espécies ...* a surgir interligada com um relato biográfico de Charles Darwin. Utilizando uma linguagem acessível e escrevendo num estilo atractivo, a autora realiza ainda um esforço suplementar para esclarecer alguns dos mitos e “meias-verdades” que, entretanto, se foram ancorando à figura histórica de Charles Darwin e ao Darwinismo, como, por exemplo: Robert Fitzroy (1805-1865), capitão do *HMS Beagle*, só se tornou “um fundamentalista bíblico declarado” (p. 31) depois da viagem; durante a referida viagem de circum-navegação ao globo, Charles Darwin não teve nenhum momento “eureka” que o encaminhasse subitamente para a sua teoria sobre a transformação das espécies; o naturalista inglês nunca se assumiu como ateu (definiu-se, nos anos finais da sua vida, como agnóstico); a conexão entre a teoria de Charles Darwin e a filosofia de base evolucionista de Herbert Spencer (1820-1903) foi sobrevalorizada, tanto mais que “Darwin nunca levava a sério nenhum dos seus escritos” (p. 75); Karl Marx (1818-

-1883) não dedicou a sua obra *Das Kapital* (1867) a Charles Darwin; o naturalista inglês parece nunca ter lido o artigo de Gregor Mendel (1822-1884); a influência de Charles Darwin e da sua teoria biológica no surgimento de diferentes modelos de “darwinismo social” não é evidente, sendo que “alguns especialistas afirmam que é pouco provável que este [darwinismo social] tenha derivado da teoria da selecção natural de Darwin e Wallace e defendem que estava mais ligado ao evolucionismo social largamente difundido por Herbert Spencer” (p. 116); e, na mesma linha, “o racismo e o genocídio foram anteriores a Darwin e não se confinaram ao Ocidente” (p. 139). O livro de Janet Browne não disponibiliza uma análise minuciosa, capítulo a capítulo, de *A Origem das Espécies ...*, que alguns leitores poderão esperar encontrar. Trata-se de uma tarefa árdua e que implicaria seguramente uma extensão indesejada para um livro de divulgação. De resto, tal empreendimento já foi efectuado por outros autores.³ Seja como for, a mensagem fundamental de *A Origem das Espécies ...* e o impacto que ela causou são devidamente analisados. Em suma, com *A Origem das Espécies de Charles Darwin* os leitores podem agora complementar os seus conhecimentos sobre o darwinismo com valiosas informações sobre a história da teoria biológica que revolucionou o nosso entendimento do mundo vivo.

Pedro Fonseca

Bolseiro de Doutoramento da FCT/CEIS20

³Vide, por exemplo: RUSE, M.; RICHARDS, R. J. (eds.) – *The Cambridge Companion to The “Origin of Species”*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995. XXVII + 395 p. il. ISBN 978-0-521-87079-5.

CANNADINE, David – *Que é a História Hoje?* Lisboa: Gradiva, 2006. 218 p.

Director do *Institute for Historical Research*, da Universidade de Londres, David Cannadine coordena um estudo decisivo para o reequacionar da mais velha problemática da historiografia: a sua razão de ser. Em estreito diálogo com o influente livro do historiador britânico Edward Hallet Carr, *Que é a História*, vindo a terreiro em 1961, a obra aqui passada em revista pretende, à distância de 40 anos, “celebrar a reavaliar” as inquietações e conclusões daquele estudioso. Como Cannadine declara no prefácio, impõe-se também “explorar e explicar os muitos desenvolvimentos e a surpreendente diversificação da história” desde a década de 60, assim como “criar um volume que pudesse alcançar o tipo de público alargado para o qual a história continua a ser um elemento essencial da cultura e educação públicas e da vida nacional” (p. 8).

Partindo, então, das interrogações, pistas, sugestões, afirmações e intuições de Carr, nove autores, distribuindo-se pelas variadas áreas da historiografia, discutem a pertinência, valor e importância da mais interdisciplinar das ciências sociais, adoptando um registo vívido, no qual se intercalam e completam saber histórico, experiência pessoal e, obviamente, o impacto das teses de Carr no seu próprio trabalho ao longo dos anos. Assim, *Que é a História Hoje*, mais do que um mero exercício de celebração, propõe um esforço crítico às previsões falhadas de Carr, nomeadamente a crença na sociologia enquanto principal mediadora e ciência auxiliar da história, não tendo o estudioso britânico antevisto a emergência da antropologia nos anos 70 e 80, no contexto do crescente interesse pela história das mentalidades.

No entanto, Carr também defendeu que a subjectividade nunca deixa de pairar e assomar a cada instante na oficina do historiador, pelo que, em boa medida, a escolha das temáticas a investigar, as fontes consultadas e o produto final resultam tanto das idiossincrasias do sujeito quanto do *zeitgeist*. Paradoxalmente, estas assunções ajudam a justificar as previsões erradas de Carr, pois, ao tempo em que *Que é a História* viu a luz do dia, a Escola dos *Annales*, as releituras de Marx e a preferência dos historiadores pela interpretação dos mecanismos reguladores das grandes estruturas económico-sociais, ditavam um menor interesse pela antropologia. Neste sentido e em última análise, o maior legado do historiador britânico assenta na crença de que cada geração (re)escreve o passado de acordo com o que pensa de si própria e das aspirações que a norteiam.

Com uma capa, pelo menos na versão portuguesa, onde figuram as efígies de alguns dos grandes senhores da história (Cristóvão Colombo, Júlio César, Infante D. Henrique, Adolf Hitler, Napoleão Bonaparte, Henrique VIII de Inglaterra, Mohandas Gandhi, Karl Marx e Mao Tsé-Tung, entre outros) – parecendo contradizer o pensamento de Carr, o qual era contrário às teses do “grande homem” –, o volume é composto por nove artigos. O mesmo resulta de um simpósio que teve lugar no *Institute for Historical Research*, da Universidade de Londres, entre 14 e 15 de Novembro de 2001. São eles: “Prólogo: Que é a História? – Hoje”, de Richard J. Evans (pp. 17-37); “Que é a história social hoje?”, de Paul Cartledge (pp. 39-59); “Que é a história política hoje?”, de Susan Pedersen (pp. 61-84); “Que é a história religiosa hoje?”, de Olwen Hufton (pp. 85-110); “Que é a história cultural hoje?”, de Miri Rubin (pp. 111-128); “Que é a história

do género hoje?”, de Alice Kessler-Harris (pp. 129-149); “Que é a história intelectual hoje?”, de Annabel Brett (pp. 151-172); “Que é a história imperial hoje?”, de Linda Colley (pp. 173-190); e Epílogo – “Que é a história hoje?”, de Felipe Fernández-Armesto (pp. 191-206).

O prólogo de Richard J. Evans começa por distinguir “historiador” e “cronista”, considerando o primeiro como responsável maior pela “compreensão e interpretação dos padrões e regularidades do passado” (p. 18), enquanto o segundo se limita a narrar acontecimentos. Segundo o autor, importa novamente separar águas entre aqueles velhos concorrentes. É que o ressurgimento do romance histórico e o investimento da indústria cinematográfica nos filmes de época, muito mais apelativos para o grande público do que a produção científica – Hollywood é classificada como “pura e simples distorção” (p. 31) –, têm ajudado a remeter as obras de natureza historiográfica para círculos cada vez mais restritos e elitistas, em virtude da sua menor atracção estética e sensorial. Se é certo que as longas-metragens, casos daquelas versando a Segunda Guerra Mundial, costumam ostentar um hiper-realismo no que concerne aos cenários, nem sempre a verdade histórica consegue emergir, razão para Richard J. Evans sublinhar um dos maiores ensinamentos de Carr: muito embora o historiador não consiga ultrapassar a sua subjectividade, jamais manipulará e distorcerá factos (p. 34).

Enquanto o artigo seguinte, discorrendo a propósito da história social, aborda uma vez mais o cinema, desta feita enquanto metáfora, na medida em que a história social pode ser comparada à fotografia, enquanto a história política encontra paralelo no cinema (é caso para perguntar se a sobreposição rápida de fotografias não irá gerar movimento?)

– já Susan Pedersen refere que, de todos os géneros, a história política é o que menos necessita de questionamento. Tal asserção, porém, não impede que a autora esqueça que a “crise” da história política dos anos 60 e 70, perante um modelo historiográfico mais sensível às grandes estruturas económico-sociais e à longa duração, ainda persista numa subdisciplina “florescente e cada vez mais consensual” em Inglaterra.

Por sua vez, Olwen Hufton, da Universidade de Oxford, argumenta que a história religiosa conheceu uma grande evolução na segunda metade do século passado, começando os investigadores a privilegiar os seus aspectos culturais, de prática popular, e menos as relações das hierarquias eclesásticas com o poder político (p. 85). Ou seja, passou-se “do sacerdote para o rebanho” (p. 87). De resto, importantes historiadores – Le Roy Ladurie, Jean Delumeau e Michel Vovelle – e os seus trabalhos sobre as heresias medievais, o surgimento e a consolidação cultural do Purgatório e a descristianização do Ocidente do século XVIII, corporizam essa tendência.

O texto de Miri Rubin, “Que é a história cultural hoje?”, começando por prevenir contra o uso excessivo da palavra “cultura”, parece continuar o artigo anterior, pois a tónica é posta, uma vez mais, nos anos 70 e 80, os quais consagraram a emergência da história das mentalidades, emergência essa estreitamente imbrincada na produção historiográfica medieval. Depois, Rubin acrescenta que esses investigadores, sem serem marxistas, ao erigirem a história cultural em superestrutura das longas séries económicas (infra-estrutura), tinham uma dívida para com o autor de *O Manifesto do Partido Comunista* (p. 117).

No que respeita à história do género, as palavras eloquentes de Alice Kessler-Harris,

docente da Universidade de Columbia, revelam particular apreço pelas ideias de Carr, especialmente quando sustenta que o historiador consegue obter os factos que secretamente deseja ou que “toda a história é escrita sobre valores subjectivos” (p. 132). Num segundo momento, Kessler-Harris debate, não sem ironia e algum humor, sexismo, feminismo e escrita da história.

Annabel Brett aborda a história intelectual. Questionando o eclecticismo deste subgénero (p. 152), a autora não esconde a sua predilecção por uma mais abrangente história das ideias, capaz de apreender os diferentes matizes do clima mental da época, e não tanto aquela tendência de estudar intelectuais desgarrados e isolados da sociedade envolvente, cujo pensamento não deixou marcas nem influências.

Linda Colley, em “Que é a história imperial hoje?”, traça o percurso e analisa as problemáticas de um subgénero que, em Portugal, em bom rigor, não existe, repartindo-se entre a história do colonialismo e pós-colonialismo, a história diplomática e a história particular de cada império. Advogando a necessidade de uma perspectiva comparativa entre os diversos impérios (coloniais), Linda Colley entende, por isso, que o estudioso destas temáticas, mais do que nunca, necessita de uma visão global, interdisciplinar e da longa duração (p. 178). Ao mesmo tempo, a percepção das diversas formas de racismo, explícitas e dissimuladas, deve fazer parte das competências do especialista desta área, assim como nunca deve escamotear o ponto de vista do colonizado.

O artigo mais interessante é, sem dúvida, o epílogo, “Que é a história hoje?”, da lavra de Felipe Fernández-Armesto. Descrevendo, em traços largos, a evolução da sociedade pós-*Que é a História*, também Fernández-Armesto aplica o método de Carr, segundo o qual a historiografia é

filha das inquietações e inclinações do seu tempo. Assim sendo, o esbatimento das diferenças entre classes, estatutos e gerações, mas secundado pela persistência do fosso entre ricos e pobres, em muito terá motivado o despontar de um ramo historiográfico não previsto por Carr: a história daqueles sem voz na história (p. 189). Por outro lado, a “contracolonização” da Europa terá estimulado uma historiografia cada vez mais ligada à interpretação do colonialismo, anticolonialismo e às identidades nacionais dos novos países.

Escrevendo acerca da expansão do ensino superior e do número de historiadores, Fernández-Armesto não deixa de lamentar o empobrecimento dos laços entre dois “irmãos de armas”: os professores universitários e os professores do ensino secundário. Nesta linha de raciocínio, o autor aponta outras críticas à escola contemporânea, caso da cada vez menor importância da disciplina histórica no currículo académico, patente na menor qualidade dos manuais escolares. Daí que, em seu entender, a sociedade tenha reagido: em Inglaterra os levantamentos genealógicos perfazem cerca de 70% das pesquisas em arquivos – em Portugal é de assinalar a popularidade das feiras e mercados medievais. Porque, em última instância, a história deve “engrandecer a vida e preparar a morte” (p. 198). Atentos ao que arte e a literatura fazem, os historiadores não devem esquecer o seu papel de interlocutores privilegiados de uma dimensão que todos toca: o passado.

Sérgio Neto
Colaborador do CEIS20

NETO, Sérgio – *Colónia Mártir, Colónia Modelo: Cabo Verde no pensamento ultramarino português (1925-1965)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. 223 p. ISBN: 978-989-8074-85-0.

Inquérito analítico centrado sobre as fontes de propaganda colonial do Estado Novo. Do trabalho heurístico e de análise das diferentes fontes, sobretudo dos periódicos de “vocaçãõ” colonial dados à estampa durante o período áureo do Estado Novo, o autor diagnostica os fundamentos e os discursos que nortearam o pensamento ultramarino português em torno da construção da imagem do Cabo Verde colonial. O trabalho heurístico acompanha a explicitação de algumas mitificações e representações que a própria propaganda colonial do regime se encarregou de forjar sobre o Cabo Verde dentro do arco cronológico proposto pelo estudo (1925-1965). Fontes de carácter propagandísticas, e que não escondiam as suas pretensões discursivas de fazer valer e revelar Cabo Verde junto dos meios e dos sectores coloniais metropolitanos. Visões metropolitanas sobre o mundo colonial. Mas também visões coloniais elaboradas a partir da interiorização de escalas e de noções metropolitanas. Um facto importante para não deixarmos de pensar o colonialismo como sistema e como doutrina que articula as relações de poder e de dominação, com a invenção de representações e imagens sobre as colónias e sobre os próprios sujeitos que ele abarca, implica e submete. Por isso, não restam dúvidas que, da propaganda, as colónias e os colonizados emergem como uma invenção da metrópole e dos dispositivos (vários e múltiplos) que o próprio colonialismo põe ao serviço da sua legitimação política e do cumprimento da ambição

última das funcionalidades (também várias e múltiplas) que ele pretende instituir e instaurar nas colónias e na metrópole.

Dois elementos centrais trespassam toda linha analítica das temáticas desenvolvidas ao longo deste livro: o colonialismo e a propaganda do Estado Novo. Em síntese podíamos resumir no seguinte: a propaganda posta ao serviço do colonialismo estado-novista, mais precisamente, em torno da então colónia de Cabo Verde. O livro, resultado de uma investigação apresentada inicialmente como dissertação de mestrado em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra¹.

Do colonialismo fica patente a sublimação da imagem de Portugal como potência imperial (com história), e da excepcionalidade da sua política colonial. Facto validado também pelo discurso colonial sobre a imagem de Cabo Verde, então considerado como uma das provas de excelência do colonialismo português, “sentinela do portuguesismo em África”, espécie de prolongamento, em certa medida, tropical e insular do Portugal metropolitano.

O livro encontra-se estruturado em quatro capítulos. O primeiro debruça sobre a relação entre a propaganda, o colonialismo e a antropologia, dando

¹ Publicado na colecção História Contemporânea dirigida pela Professora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro. Este livro é o segundo de uma colecção inaugurada com a publicação da obra *Estados Novos, Estado Novo*, 2 Vol. (2009), de Luís Reis Torgal, a que se segue várias outras obras, de entre elas *Campos de Concentração em Cabo Verde: As Ilhas Como Espaços de Deportação e de Prisão no Estado Novo* (2009), de Victor Barros; *Portugal e Itália. Relações Diplomáticas: 1943-1974* (2010), de Vera de Matos; e, *Museus Para o Povo Português* (2010), da autoria de Joana Damasceno.

conta dos processos discursivos coloniais e eurocêntricos sobre as modalidades de representação discursiva do *Outro* não europeu, através de ideias forjadas em articulação com o pensamento eurocêntrico, racista e racialista, tributário das concepções pseudo-científicas da época. Não menos importante é também a articulação desse pensamento eurocêntrico e colonial com as visões sobre os africanos e outras populações colonizadas, numa ambição clara de tentar a homologar a representação dessas populações com as imagens e os discursos forjados sobre as mesmas. Uma perspectiva que também não deixou de considerar a forma como a propaganda colonial portuguesa acentuava as *nuances* das suas especificidades coloniais em África (nos tempos da mística imperial), assim como as complexas relações que se estabeleceram com os postulados luso-tropicalistas de Gilberto Freyre. Este constitui um debate que, em certa medida, o autor retoma com frequência para aprofundar, contextualizar ou complementar determinadas linhas de análise sobre a relação entre a imagem colonial de Cabo Verde, a mestiçagem, e os usos políticos e coloniais do luso-tropicalismo tanto em Cabo Verde (durante o Estado Novo), como também na metrópole e a sua posterior transplantação hermenêutica e ideológica na legitimação do colonialismo português em África (pp. 25-71).

A inserção de Cabo Verde e as suas relações com o espaço atlântico, africano e europeu enformam a linha analítica do segundo capítulo do presente livro. Contextos que explicam a historicidade do arquipélago, sem perder de vista as acções discursivas do intelectuais nativos, os “filhos da terra”, que pleitearam a favor dos interesses da colónia e a favor de reivindicações em relação a uma maior participação dos mesmos na governação

das ilhas. Tudo articulado com a importância que a problemática da educação ganhou no arquipélago, patente na formação de uma elite letrada que, através dos periódicos da época manifestaram as suas posições bipartidas mas compatíveis, com a pertença a colónia e a fidelidade à pátria lusa metropolitana (pp. 85-88). Tudo resumido nas enunciações expressas num dos periódicos da época: “negros ou brancos, portugueses somos”. “Os continentais não são nossos donos, mas sim, nossos iguais” (p. 86). O nativismo (da geração dos intelectuais da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX) e o regionalismo (forjada a partir da década de 1930) não se revelaram de todo incompatíveis e fracturantes com as escalas de pertença ao império ou à nação lusa. Muito embora, muitos dos elementos etnográficos, culturais e antropológicos recenseados pelos trabalhos da época acabariam por ser aproveitados, posteriormente, para a constituição das versões sobre a identidade e sobre o nacionalismo cabo-verdiano. Contudo, numa dimensão mais crítica, devemos sempre reconhecer os limites entre o recenseamento de determinados elementos culturais etnográficos e as escalas da sua identificação, como elementos cabo-verdianos, mas sempre tributários dos sentidos regionais que se pretendia dar à pertença e à imagem do Cabo Verde atlântico e insular. Por isso, fica sempre o inquérito: o regionalismo é forjado por referência a que quadro geográfico? O regional é sempre parte de um todo. Sendo assim: pretendia-se defender o regionalismo em relação a que escala geográfica? Perspectiva sempre discutível quando tomamos em conta a afirmação de um dos maiores expoentes do regionalismo claridoso, Baltasar Lopes: se o regionalismo representava uma “condição de unidade e de ordem para o nosso núcleo

particular e uma exigência dos interesses superiores da Nação”, porém o mesmo não se coibia em declarar: “sejamos, pois, intransigentemente regionalistas e seremos inteligentemente portugueses” (p. 91). Por isso, deve-se ter sempre em atenção a problemática do regionalismo claridoso e os intentos da sua classificação imediata como manifestação nacionalista e anticolonial². Se hoje é indiscutível a posição marcadamente anticolonial de alguns elementos da geração nacionalista que sucedeu à geração regionalista claridosa, porém continuam a ser sempre discutíveis (na historiografia cabo-verdiana) os limites sobre a posição de alguns actores desta última geração (a claridosa), relativamente aos sentidos nacionalistas das suas acções e actuações perante o contexto colonial. Todavia, não podemos perder de vista que, por vezes, muitas das críticas enunciadas apoiam sobre perspectivas postadas e formuladas a partir de demandas contemporâneas exigidas a actores de outras épocas, sem nenhuma contextualização histórica. Porém, neste segundo capítulo da obra, o autor não deixa de recensar as várias posições e perspectivas críticas dadas a público sobre a passividade ou a não combatividade colonial da geração da revista *Claridade* (pp. 93-98). Debate que acompanha sempre a discussão sobre a problemática da maior ou menor presença ou persistência de elementos de matriz cultural europeia ou africana na sociedade e na cultura do arquipélago. Um debate

² Veja-se a este propósito: BARROS, Víctor – “As «sombra» da *Claridade*: entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista”. In: TORGAL, L. R.; PIMENTA, F.; SOUSA, J. (Coord.) – *Comunidades Imaginadas: Nação e Nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. ISBN: 978-989-8074-57-7. p. 193-217.

que conheceu o seu ponto máximo com o discurso e a perspectiva de Gilberto Freyre sobre o arquipélago e o contra-discurso de Baltasar Lopes, assim como as reacções de outros intelectuais que tinham visto as suas expectativas defraudadas pelas posições do sociólogo brasileiro sobre a maior predominância do elemento africano em detrimento da herança lusa na cultura e na sociedade do arquipélago (pp. 98-111). Pois, não teria sido a *Claridade*, em certa medida, um modelo para a propaganda colonial? Aliás, tal como sugere o autor, a produção literária dos claridosos, ao ter tocado nos problemas fundamentais do arquipélago, não deixava de ser equiparada como exemplo de empenho cívico, compatível também, em certa medida, com o âmbito colonial e discursivo do próprio regime (p. 165).

A imagética do “cabo seco” é produzida a partir dos periódicos coloniais ainda dos tempos da República. A ideia de “cabo seco” é construída a partir das memórias das estiagens que provocavam as crises alimentícias no arquipélago. Imagem que não deixou também de ser acompanhada pelas ambivalências sobre a ideia de um população “pacífica” e “indolente”, mas que, em certa medida, apresentava “alguns efeitos apreciáveis de civilização” (pp 116 e 118). É neste terceiro capítulo que o autor explicita a transição da imagem de Cabo Verde, de “colónia mártir” para “colónia modelo”, principalmente a partir dos meados da década de 1920 (p. 120), identificando os principais autores das ideias que alimentaram a construção da imagem colonial contemporânea do arquipélago. Autores como Osório de Oliveira, Augusto Casimiro ou, ainda, Julião Quintinha, constituem os principais mentores das imagéticas forjadas sobre o arquipélago, desde a ideia de Cabo Verde como “sentinela do portuguesismo” ou

“pequeníssimo Brasil” (p. 127), passando pela do “Brasil miniatural” e “pequeno Portugal desterrado” (p. 133), até o “arquipélago da melancolia” (p. 135). Perspectivas também entrecortadas por visões “desencantadas” de outros autores, como Abel Botelho, que considerou o arquipélago como o “anfiteatro de maldição e de treva” (p.136). Segundo Sérgio Neto, a imagética modelar instala-se entre os finais da década de 1920 e os inícios da de 1930 a partir da panóplia de periódicos que surgiram nesta altura e postos ao serviço da propaganda colónia do regime salazarista, assim como a participação ou colaboração “assídua” de escritores cabo-verdianos que iriam ajudar na fixação, se não mesmo na “cristalização” da imagem do arquipélago como “paradigma da colonização lusa” (p. 141 e segs.). A imagem de colónia modelo foi embalsamada pelo discursos da sublimação da imagem da “riqueza cultural” do arquipélago, romanizando e, em certa medida, escamoteando e compensando a realidade das suas dificuldades locais (p. 143). Portanto, devemos admitir que a construção da imagem colonial contemporânea de Cabo Verde não constitui uma obra exclusiva de autores metropolitanos, mas sim um processo no qual também participaram e corroboraram algumas visões complementares forjadas a partir do arquipélago e por autores do arquipélago. Porém, com influências cada vez mais marcantes do luso-tropicalismo, as imagens sobre Cabo Verde passaram a ser cada vez mais tributárias das visões sobre a propensão supostamente mais africana ou mais europeia do cabo-verdiano. Concepções binárias que, por vezes remetiam as representações dos cabo-verdianos para as margens da sua condição de africano indolente, infantil, inconsequente, mas também reconheciam, por vezes, no ilhéu as qualidades de inteli-

gência de um “assimilado”, um “subalterno do colonizador”, “auxiliares preciosos na valorização do nosso vasto império africano” (pp. 160-161). Bálsamos retóricos como o luso-tropicalismo e a sublimação discursiva sobre a fecundidade cultural do arquipélago (único em todo o então conjunto ultramarino), acompanharam a reificação de uma imagem idílica de Cabo Verde, mas também satisfaziam os intentos propagandísticos salazaristas, na década de 1950, em torno do mito do Portugal indivisível e múltiplo de Minho a Timor. Contudo, o dualismo binário África/Europa trespassava sempre todas as perspectivas forjadas, sempre num jogo discursivo de acentuar a dimensão civilizada do cabo-verdiano por oposição ao africano continental; estratégia que visava fundamentalmente, apartar Cabo Verde do referencial africano estereotipado, mesmo quando se recorriam a autores e especialistas estrangeiros para estudarem determinados aspectos do arquipélago e emitir parecer sobre o mesmo (pp. 169-170). Em jeito de ressalva, importa referir um pequeno lapso presente no livro relativamente ao aparecimento da obra *Aventura e Rotina* de Gilberto Freyre, e que Sérgio Neto indica entre parêntese o ano de 1933 (p. 155), quando eventualmente pretendia referir à obra-mestra do sociólogo brasileiro, *Casa Grande e Senzala*, que teria surgido precisamente nesse ano (1933). *Aventura e Rotina* só foi publicada nos inícios da década 1950, mais precisamente, em 1953, depois das viagens que o sociólogo brasileiro empreendeu às terras do então ultramar português, a convite do regime salazarista.

A última parte do livro poder ser reduzida na expressão da primeira frase que abre o capítulo: “O que quer que tenha aproximado portugueses e cabo-verdianos deve ser procurado na quase obsessão

que ambos acalentaram em (re)definir a sua essência ou «espírito de um povo» (*volksgeist*)” (p. 177). Buscas e obsessões mediadas pelo processo de identificação de alguns elementos tidos como transversais à “alma” dos dois povos: de entre eles, a presença constante do mar, e o destino sempre errante, enquanto povos migratórios. Embora com as suas especificidades moldadas pela geografia e pelo processo histórico, as imagens coloniais do arquipélago eram sempre tributárias de um olhar postado a partir das escalas metropolitanas: mesmo quando a originalidade do arquipélago era sublinhado, não podemos perder de vista a dualidade que sempre trespassou e que, por vezes ainda hoje caracteriza certos discursos contemporâneos sobre a representação de Cabo Verde. Facto para salientar que o dilema da propaganda colonial deixou os seus resíduos na forma como ainda hoje, por vezes, é postada a discussão sobre Cabo Verde ou sobre o cabo-verdiano: europeu em África? Africano europeizado? Ou nem europeu nem africano? (p. 204). Em síntese, a valência desta obra não reside no estabelecimento e na fixação de respostas definitivas sobre essas questões, mas sim na análise das fontes, dos contextos e dos discursos coloniais que determinaram os sentidos dessas formulações sobre a representação do arquipélago e das suas populações. Um exercício historiográfico importante que o autor dedica na contextualização das historicidades da formação dos discursos e das representações das identidades, em contexto de dominação colonial, de forma a podermos lidar e problematizar criticamente a nossa condição histórica pós-colonial.

Victor Barros
Bolseiro de doutoramento da
Fundação Calouste Gulbenkian/CEIS20

GUMBRECHT, Hans Ulrich - *Lento presente. Sintomatología del nuevo tiempo histórico*. Madrid: Esco lar y Mayo, 2010. 181 p. ISBN 978-84-937906-0-8.

Autor de firmada obra e pensamento, Hans Ulrich Gumbrecht tem tido em Portugal uma recepção restrita aos estudos literários, especialmente entre os seus teóricos, aspecto que se evidencia pela falta de obras traduzidas no nosso país.

Nascido na Alemanha em pleno fim da II Guerra Mundial, Gumbrecht tem contribuído com o seu pensamento no campo da filosofia, teoria literária, teoria dos *media* ou história cultural, podendo falar-se de uma espécie de programa intelectual perseguido por Gumbrecht.

Lento Presente – Sintomatología del nuevo tiempo histórico é uma obra composta por um conjunto de textos dispersamente publicados pelo autor, ao longo da última década. Inicia-se com um interessante prólogo que se lê como uma narrativa, em que José Luis Villacañas – Professor catedrático, filósofo político, historiador e teórico das ideias e das mentalidades da Universidad Complutense de Madrid – diz que “ler Gumbrecht é um sopro de ar fresco”.

E de facto, é. A escrita de Gumbrecht lê-se como um romance, sem deixar, no entanto, de nos colocar alerta para questões centrais: serve o passado como experiência?; permite-nos criar uma imagem do futuro?; podemos ainda aprender com o passado?; e o que pode ser feito com o nosso crescente conhecimento sobre esse passado?; estará esse passado destinado a tornar-se normativo para o presente?

Essas questões inscrevem-se no mais amplo debate sobre a aceleração e desaceleração do tempo histórico que se dilata e que se estende oferecendo distintas e dificilmente conciliáveis perspectivas aos

seus teóricos e pensadores. Gumbrecht vai desenhando os traços de um tempo, o presente, e apresentando os seus diversos sintomas: a pós-modernidade, a perda das utopias, o fim das metanarrativas e o fim da história pedagógica (em última análise, o fim da *historia magistra vitae* de que falara Cícero).

Focando-se numa permanente intervenção sobre o presente ampliado, num mundo em que o futuro já não é um lugar certo, o autor preconiza uma concepção do tempo como cronologia no momento presente, a par de uma espécie de alargamento do presente e absorção de todos os outros períodos passados.

Nesse sentido, o pensador alemão reforça ideias que veio já discutindo noutros trabalhos, nomeadamente uma reflexão em torno de temas como a *destemporalização*, *presentificação*, *desaceleração*, bem como aspectos como o esgotamento do projecto da modernidade e a nostalgia do tempo vivido, ou a necessidade de um contínuo processo de interpretação e mesmo de intervenção dos historiadores sobre o presente.

Fazendo uso da sua sólida tradição intelectual alemã e europeia, Gumbrecht oferece-nos uma atitude intelectual de liberdade e de sentido pessoal da escrita, algo rara nos ambientes académicos.

Professor de Literatura na Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, ele que foi Doutor Honoris Causa da Universidade de Lisboa em 2009, toca inclusivamente nalgumas “feridas” do mundo académico, ao criticar as ciências humanas. Faz notar que desde o momento da sua integração na universidade, “em primeiro lugar, as humanidades adquiriram como *trauma de nascimento*, se é que se pode falar deste modo, uma auto-imagem e um complexo de inferioridade de excessiva *brandura* conceptual e metodológica. Isto implica,

em segundo lugar que as humanidades nunca foram capazes de encontrar definições pertinentes para o seu campo de referência nem para a sua própria identidade”. Gumbrecht considera esse aspecto um complexo de inferioridade em relação às “ciências duras” que se mantém, no entanto, comum na *praxis* de uma maioria notável de pensadores das ciências humanas. Contrapõe o autor que “não deveríamos esperar da universidade nem soluções nem respostas a questões específicas, se não a *agitação intelectual* que mantém em movimento a actividade e o fluxo do nosso pensamento”, convidando assim, em última análise, a uma reconfiguração do próprio lugar ocupado pelas universidades no tempo presente.

Uma última nota para a interessante e recente editora espanhola Escolar y Mayo que publicou este trabalho inédito e que cientistas sociais e humanos portugueses não deverão perder de vista.

Alexandra Silva
Bolseira de doutoramento da FCT/
FLUC/CES

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.) - *Outros Combates pela História*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. 606 p. (Documentos). ISBN 978-989-26-0041-3.¹

Entre muitas outras, há duas estratégias possíveis para se escrever sobre um livro tão variado quanto este: uma delas, que não seguirei, poderia traduzir-se num exercício egotista do suposto crítico-apresentador que acaba por falar mais de si próprio e das suas obsessões do que do livro que constitui novidade editorial. Outra estratégia é a de dar a conhecer o livro aos leitores e intentar responder a perguntas: que novidades encerra? Que problemas equaciona? Como se situa no “estado da arte”? Quando leio uma recensão de um livro ou uma crítica de um filme, a minha expectativa é essa – ficar a saber se o objecto cultural me interessa ou não - e não tanto a de sondar os recessos da mente do crítico.

Há títulos que deixam marcas para o futuro, abrindo horizontes em múltiplas direcções. Seguramente, no campo das ciências sociais do século XX, *Combates pela história* de Lucien Febvre (1953; só traduzido para português em 1977) é um deles. Aí o historiador francês reuniu um conjunto de textos de reflexão teórica sobre o seu ofício, aproximando-o de outras disciplinas como a linguística, a psicologia, a sociologia e a geografia, tecendo largas reflexões sobre a historiografia sua contemporânea.

Afortunada se afigura a evocação deste título nestes tempos de deriva e in-

certeza em que vivemos (mas não nos mostra também a história como todas as crises são situadas?). Combates agora antecidos – e muito bem – do adjectivo *Outros*: mais de meio século passou sobre a publicação dessa derradeira obra do antigo director dos *Annales* e, no entanto, a sua actualidade teórica e metodológica manteve-se a diversos títulos bem viva na historiografia portuguesa dos séculos XX e XXI – nomeadamente nesta obra colectiva coordenada por Maria Manuela Tavares Ribeiro, publicada pelo CEIS20 – o centro de investigação fundado, entre outros investigadores, por Luís Reis Torgal, que já conta doze anos de frutuosa existência.

Afortunado título, em primeiro lugar porque *Outros combates pela história* reúne um conjunto muito variado de estudos da autoria de investigadores formados em múltiplas ciências humanas: história, filosofia, economia, psicologia, estudos artísticos, sem esquecer o direito, as ciências da comunicação, a educação, e ainda, a medicina e a farmácia. Depois porque, em larga medida, este livro reflecte a abertura de espírito que encontramos no livro de Lucien Febvre e a sua definição de história, que vale a pena relembrar: “A história (...) é toda ela social, por definição. A história que considero o estudo, cientificamente conduzido, das diversas actividades e das diversas criações dos homens de outrora, tomados na sua data, no quadro de sociedades extremamente variadas e contudo comparáveis umas com as outras (é o postulado da sociologia), com a quais encheram a superfície da terra e a sucessão das épocas”.

O livro contém os textos das conferências apresentadas no Colóquio do mesmo título, realizado em Coimbra, em Novembro de 2008. Organiza-se em grandes secções dedicadas a teorias da história; História e Política, História e Ciências;

¹ Este texto foi lido pelo autor na apresentação do livro acima referido, realizada em Coimbra, no Teatro Académico de Gil Vicente, em 7 de Dezembro de 2010.

História e Organizações Económicas e Sociais; História, Educação e Comunicação e História, Ideias e Artes. Vários estudos aqui reunidos constituem reflexões teóricas, outros estados das questões, balanços da investigação desenvolvida em determinadas áreas: sobre a historiografia colonial, a história empresarial, sobre a história das ideias no Brasil. Há ainda, estudos de caso: sobre o percurso político do biógrafo de Antero, José Bruno Carreiro (por Carlos Cordeiro); sobre as biografias escritas pelo prémio Nobel da Medicina Egas Moniz (por Manuel Correia); sobre Eça de Queiroz como cronista (por Ana Teresa Peixinho), sobre um jurista português do século XVII - Mateus Homem Leitão (por António Hespanha), sobre as representações iconográficas de S. João de Deus (Augusto Moutinho Borges) ou sobre o compositor Fernando Lopes-Graça (Teresa Cascudo); ou abordagens monográficas sobre temas tão estimulantes como o comemorativismo na Espanha pós-franquista, o paradigma darwiniano da História natural, ou o conceito de tempo nos teóricos da contra-revolução em Portugal. As secções em que se organizam estes textos são seguidas de breves comentários da autoria de outros historiadores que sobre eles reflectem.

Na impossibilidade de percorrer tão diversificada matéria, seleccionemos alguns dos problemas equacionados pelos autores. Em primeiro lugar, a relevância atribuída à teoria. Sem ela não há história, considerava Braudel. E talvez pudéssemos acrescentar que a imaginação é necessária na construção da teoria, como bem frisaram Karl Popper e, entre nós, António Sérgio. Se é certo que a imaginação é necessária ao historiador, também será erro confundir esta imaginação com a imaginação estética, como bem observa Fernando Catroga. No tempo que é o nosso, em

que se esbatem fronteiras entre disciplinas e em que, nos antípodas, parecem mais limitados os enfoques que se fecham em especialidades de especialidades, regressa a consciência da vantagem da dimensão global e do comparativismo. Admita-se contudo com Fernando Catroga uma saudável pluralidade de métodos, todos eles legítimos desde que comprovem a “validade das hipóteses”. Muito sugestiva é a sua qualificação da historiografia como “poética da ausência pois re-presentifica o que já não existe”. O que nos poderia aproximar da releitura de Althusser por António Pedro Pita, do interesse que o filósofo tinha pelo teatro, e do valor que atribuía à descoberta do outro na formação da consciência de si e da consciência social. Ou das reflexões desconstrutivistas de Rui Cunha Martins em torno da problemática da prova e da ideia de “uma condição processual” da verdade, susceptível de se de-compor, reconhecendo-se assim o seu carácter construído.

Outros historiadores formulam problemas de inegável pertinência no tempo de excesso de informação em que nos movemos. Pergunta Caio Boschi: como garantir e aferir a autenticidade dos documentos digitalizados? Daí decorre a necessidade de conhecer “como, quando e em que circunstâncias” se constituíram os fundos documentais. Mas bastará isso? Na verdade, como sugere Armando Malheiro da Silva, que tem larga experiência na matéria, quando o real e o virtual se tornam indissociáveis, é hoje muito mais fácil falsificar documentos. Donde, não deverá o historiador do século XXI ser mais cauteloso e dominar os processos da informática que lhe permitam submeter a uma leitura crítica as fontes digitais? Creio bem que sim, embora decerto nem todos tenhamos habilidade para habitar nos mundos virtuais. Mas encontramos

neste livro questões mais consensuais: as fontes só o são, na medida em que são submetidas a um questionário que lhes confere sentido; a história da história é indispensável: quando um historiador estuda um tema tem que conhecer o que já se escreveu sobre a matéria (Victor Neto).

A secção “História e política” alarga perspectivas em sentidos bem diversos, que nos remetem para os chamados usos políticos do passado: a admissão da indissociabilidade entre história e intervenção cívica e da legitimidade da inscrição da memória nos debates actuais, partindo do princípio de que não há história objectiva (Fernando Rosas, invocando Duby); a descentralização das comemorações históricas na Espanha dos últimos trinta anos e a sua instrumentalização política (Bernard Vincent); uma leitura crítica sobre a historiografia colonial portuguesa e a chamada de atenção para a necessidade de se estudarem as ideologias coloniais no caso português (Fernando Tavares Pimenta)², considerando-se que a problemática da dominação colonial “ainda não foi considerada como tema de reflexão metodológica” entre os historiadores (José Luís Lima Garcia) – mas aqui conviria lembrar os trabalhos de Valentim Alexandre e de Isabel Castro Henriques; uma muito pertinente chamada de atenção para o lugar do Direito na ampliação da consciência histórica e para a indispensável convergência entre historiadores e juristas historiadores (Luís Bigotte Chorão). E ainda uma reflexão histórica sobre um tema de grande actualidade, “Ética, política e relações internacionais” (Carlos Pacheco Amaral).

²Discordamos do autor quando inscreve o título História da Expansão numa visão necessariamente tradicional da história.

Outras problemáticas são afloradas por diversos autores: os riscos da pressão editorial para publicar a grande velocidade, a moda das biografias apologéticas de personalidades régias (Bernard Vincent), ou até de opositores ao regime de Salazar cuja mitificação importa repensar – caso de Humberto Delgado (Heloísa Paulo); o modo como as biografias podem constituir exercícios de auto-biografia, podendo o biógrafo exercer um certo poder de intrusão sobre os seus biografados (Manuel Correia, sobre as biografias escritas por Egas Moniz). O que se poderia exprimir na pergunta: em que medida o biógrafo se projecta no seu biografado?

“História e ciências” remete-nos novamente para questões teóricas do maior interesse: os conceitos de paradigma e de revolução científica de Thomas Kuhn, revisitados por Norberto Cunha, aplicados ao caso da Histologia em Portugal nos primeiros decénios do século XX, com uma estimulante sugestão final: serão estes conceitos aplicáveis à história da história em Portugal? A mudanças de paradigma se referem também José Morgado Pereira, referindo-se às transformações no campo da psiquiatria portuguesa (do século XIX para o século XX) e Ana Leonor Pereira a propósito do transformismo darwiniano. O que mostra bem a fortuna crítica deste conceito kuhniano.

Temos ainda uma secção sobretudo dedicada a história empresarial. Depois da voga da historiografia marxista e estruturalista nos anos 60 e 70, este campo tem vindo a desenvolver-se recentemente. A sua genealogia e tendências são traçadas por J. M. Amado Mendes. É um dos domínios em que os patrocínios aos historiadores poderão afectar a sua imparcialidade. O que não deve afectar a relevância desta história pública, que presta serviço à sociedade civil. Outros

historiadores exploram este domínio, no que respeita às estratégias identitárias das empresas, com recurso à publicidade (Alda Mourão) ou questionando o conceito de “empresa cidadã” (António Rafael Amaro). E encontramos ainda a sugestão de um programa de investigação acerca do Estado e do corporativismo (Álvaro Garrido).

No campo da “Educação e comunicação”, deparamos com temáticas mais conhecidas mas não menos necessárias – sobretudo estudos analíticos de caso: as continuidades e inovações nos livros escolares, dos finais do séc. XIX a 1974 (Augusto José Monteiro), a arquitectura escolar e a sua regionalização (António Simões Rodrigues); uma análise de um periódico ligado à Escola do magistério Primário de Coimbra (Luís Mota); uma incursão na imprensa estudantil de Coimbra nos finais do século XIX (Manuel Carvalho Prata); o já referido estudo sobre Eça jornalista (Ana Teresa Peixinho) e o papel dos meios de comunicação portugueses no combate do Estado Novo contra a II República espanhola (Alberto Pena Rodrigues). Sobretudo de estudos de caso se constitui igualmente a diversificada secção de “História, Ideias e Artes”. Além dos profundos trabalhos já referidos de António Hespanha, Zília Osório de Castro, Francisco Falcon e Teresa Cascudo, que relacionam os seus objectos de estudo em tecidos culturais mais vastos, e de um testemunho pessoal de exploração das potencialidades das imagens (Alexandre Ramires), registre-se o sugestiva reflexão de Nuno Rosmaninho em torno da chamada arte nacional, do “aportuguesamento” e do regionalismo artístico que alimentaram uma persistente retórica da tradição no nacionalismo cultural. Seria decerto proveitoso, a este respeito, aproximar o caso português de outros casos europeus (Espanha, Itália, França) na mesma época.

Noutro domínio, o cinema - que tem sido objecto da atenção de vários investigadores do CEIS20 - o estudo de Paulo Cunha mostra bem como o exercício da actividade censória sobre o novo cinema português dos anos 60 e 70 esteve longe de ser linear.

Uma última nota, que bem podia ser a primeira. A encerrar este estimulante volume, Luís Reis Torgal - historiador que desde os anos 70 tem aberto novos horizontes na investigação histórica em Portugal, da Restauração do século XVII aos autoritarismos e totalitarismos do século XX, passando pelo pensamento tradicionalista e pela história da instrução pública – tece um balanço histórico do CEIS20 e exprime um pensamento crítico sobre a actual situação da Universidade, evocando mestres como Leonardo Coimbra, Ortega y Gasset ou Joaquim de Carvalho. Mestres de uma época em que a noção de tempo que se vivia não era decerto o do imediatismo dos nossos dias – esse vertiginoso refluxo sobre o presente a que alguns historiadores (caso de François Hartog) têm designado de presentismo. Na verdade, a lógica da criação científica nem sempre se compagina com o imediatismo das lógicas empresariais e de mercado. Tem os seus tempos próprios de maturação. Como sugeriu um dia Jean-Jacques Rousseau, o ideal não será tanto o de ganhar tempo mas o de ser sábio em perdê-lo. Por exemplo, a ler e estudar este livro.

Sérgio Campos Matos
Faculdade de Letras da Universidade
de Lisboa

Estudos do Século XX: Crises do Século.
Coord. Maria Manuela Tavares Ribeiro.
N.º 10 (2010). Coimbra: Imprensa
da Universidade de Coimbra. ISSN
1645-3530.¹

Desejo antes de mais agradecer à Senhora Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro o convite honroso que me dirigiu para participar nesta sessão e felicitá-la na dupla qualidade de coordenadora científica do CEIS20 e directora da Revista pelo lançamento deste número décimo, dedicado às Crises do Século.

Não seria necessário encarecer nesta circunstância a importância da meditação sobre a Crise, ponto de partida para o tema mais vasto das Crises do Século, mas queria a esse propósito invocar aqui a lição do Senhor Doutor Miguel Baptista Pereira – que nos deixou preciosas reflexões sobre a Crise e a Crítica –, ao qual se afigurava que da ruína das estruturas tradicionais e do seu suporte metafísico, provocado pela Revolução Francesa, só ficara «uma consciência da historicidade como consciência da Crise», porque em seu entender, «a história em todas as suas dimensões foi experienciada e julgada como crise».

A perspectiva que ressalta da leitura do vasto conjunto de textos agora reunidos e da sistematização da Revista dão bem nota do seu carácter interdisciplinar, reunindo para a discussão das Crises do Século personalidades de áreas de saber e de origem e formação cultural tão diversificadas, cruzando saberes e experiências, numa amplitude de horizontes verdadeiramente enriquecedora.

¹ Este texto foi lido pelo autor na apresentação da revista do CEIS20, realizada em Coimbra, no Teatro Académico de Gil Vicente, em 7 de Dezembro de 2010.

A autonomização no plano da publicação de uma primeira parte dedicada a Crise (s) – Noções e Conceitos é em si mesma significativa do reconhecimento da problemática própria que anda associada a esse termo, das dificuldades de conceptualização da Crise.

A visita aos dicionaristas para o esclarecimento do significado e origem etimológica da expressão resulta sobretudo útil na medida em que nos comprova que ao longo do tempo a expressão Crise foi ganhando conteúdo significativo acolhendo o de censura, crítica, juízo sobre o merecimento ou defeitos de alguma obra. Ora, este significado da expressão suscita o que nos parece constituir uma ideia essencial, a de consciência da crise e de crítica a ela associada.

Tal como ensinou Miguel Baptista Pereira, «na consciência da crise, o pólo do “novo” e do futuro rouba a evidência às formas da ordem institucional antiga e torna-as problemáticas; nela gera-se a reflexão ou crítica do passado como diferente e impõe-se ao homem, no presente, o ónus da decisão. A Filosofia Prática é também filosofia da crise, do juízo e da decisão histórica».

Compreende-se assim que logo se tenha procurado esclarecer que Crise traduz um conceito nominativo que se abre a uma pluralidade de conteúdos identificados por critérios diferenciados e correspondentes a perspectivas impossíveis de aproximar», e mais, que a tentativa de lhe conferir «significado científico enfrenta dificuldades que uma riqueza semântica vai seriando». Estas considerações de Adriano Moreira constituem prolegómeno de uma reflexão mais vasta sobre a crise num quadro de «globalização das interdependências», que define o que designa por «crise mundial», que se revela aos olhos do autor, na longa série de crises históricas, pela primeira vez, como crise global e negativa.

Luís Andrade, por seu lado, discorre sobre várias crises do século XX, sugerindo uma resposta de natureza holística, única que em seu parecer poderá servir a equacionar e resolver as crises actuais do sistema internacional, e Cristina Robalo Cordeiro confronta Bergson e Valéry, para concluir que a «serena duração» do primeiro e o «instante trágico» do segundo conduzem «a duas leituras contrárias da história». Mas à autora não parece exagerado afirmar, muito justamente, que a crise não só faz a história como também a funda, porque «Uma história sem crises quase não é uma história, seja ela governada pela Providência ou abandonada a um mecanismo cego».

Ainda incluído na parte 1., Ángel Rodríguez Gallardo retoma o tema da memória e da desmemória para sobretudo se centrar na análise da crise da «cultura da reconciliação» e na crítica à política de impunidade em relação ao regime franquista, que defende dever ser revista à luz da internacionalização das políticas da memória e do direito internacional.

Por fim, Isabel Baltazar percorre a(s) crise(s) da Europa entre guerras, sustentando que sempre essas crises mostraram o fim de um tempo e o (re)começo de outro, sugerindo em conclusão que a crise é o motor da construção europeia.

A parte 2., dedicada à Crise e Crítica, abre com uma reflexão de Estêvão Rezende Martins sobre «Crise e crítica na história contemporânea». Além de considerações sobre a recepção da Crise no campo historiográfico, e ao carácter multívoco da expressão, Martins define a Crítica como «dimensão substantiva da crise». Apontando o século XX como o século que experimentou «uma espécie de espectro completo das crises da modernidade», considera a Crise como um conceito-chave nas ciências humanas e sociais, já

que o seu uso descritivo e interpretativo na historiografia serve para delimitar períodos e estipular transições, qualificar relações entre estruturas e conjunturas, articular durações, apontar quebras de confiança e sensações de insegurança, desempenhando além do mais, Crise e Crítica, em seu critério, um juízo analítico da historiografia contemporânea.

Esse uso interpretativo da Crise revela-se do nosso ponto de vista particularmente relevante no domínio da história política e institucional e das ideias.

Nesse campo, de facto, a Crise constituiu-se não apenas como objecto de estudo, servindo, também, instrumentalmente, como uma espécie de lente de ampliação que permite que se desvende mais nitidamente nas particularidades do seu relacionamento. Com a Política esse relacionamento é tão íntimo, que pode certamente afirmar-se como inimaginável a Política sem referência à Crise e por consequência à Crítica. Por outras palavras, a presença da Crise (e da Crítica) é indispensável à dialéctica que é própria da Política, a qual verdadeiramente lhe confere sentido último.

Compreende-se, assim, que os programas políticos sempre se definam [ou comecem por definir-se] por oposição ou contraponto a situações identificadas como de Crise, sendo que a intencionalidade que os caracteriza, visa, por meio da Crítica, a superação dessas situações.

Nessa medida a Crise pode constituir-se como origem de planos reformadores ou/e revolucionários, no fundamento de rupturas ou na causa de consensos, em justificação de políticas ou/e de alternativa (s).

Ainda na parte 2., Joana Duarte Bernardes ocupa-se do *ocaso* do eurocentrismo, numa interpelante reflexão sobre a «ideia de Europa» e o discurso intelectual europeu que encarnou no trágico século XX,

a inevitabilidade do sentimento da crise como marca identitária, revelando a autora a intenção, que foi também a do autor do *Discours à la Nation Européene*, que revisita, de encontrar uma nova vocação para uma Europa em crise.

Marco Gomes através da análise das repercussões da suspensão do PDC no XIV Congresso do Partido Comunista Italiano reunido em Roma em Março de 1975 e da questão aberta com o partido de Berlinguer pela delegação do PCP nesse Congresso, dá notícia de um acontecimento que se insere na história da crise no movimento comunista internacional dos anos setenta, da qual foram realmente protagonistas de primeiro plano, situando-se em campos divergentes, os secretários-gerais do PCI e do PCP.

Isabel Calado retoma o seu tema, o tema da imagem, para a partir de uma incursão pela história da arte contemporânea assinalar a importância da reflexão iconológica enriquecida por novos conceitos, como, entre outros, os da imagem-movimento e imagem-tempo, que permitem aprofundar a ideia segundo a qual a imagem tem conhecido ao longo do tempo formas de ser que nem sempre permitem traçar uma linearidade no seu devir evolutivo, mas antes, revelando rupturas que transformam substancialmente a relação com o mundo das formas visuais, domínio, portanto, em que também se joga a crise, a crítica, como o demonstra a ruptura do neo-realismo cinematográfico através de uma consciência da realidade radicalmente nova.

Mariana Custódio do Nascimento interessa-se pela figura de Edmundo de Bettencourt, recuperando-o do esquecimento como figura do surrealismo, a partir dos seus *Poemas Surdos* e duma entrevista dada por Bettencourt a João de Brito Câmara em 1944. Para a autora,

o nome de Edmundo de Bettencourt e a sua única produção surrealista mostram-se essenciais para «dilatam, reformular e desenvolver o conhecimento e os debates em torno do surrealismo em Portugal», mas igualmente é sublinhada a importância do seu testemunho sobre a perspectiva crítica presencista, projecto ao qual Bettencourt esteve originalmente associado.

Paulo Cunha, por seu lado, trata do processo de europeização da geração do novo cinema português (1962-74), tomando como ponto de partida um texto do sociólogo Adérito Sedas Nunes que apontava entre as causas de modernização da sociedade portuguesa nos anos 60 a abertura à sociedade internacional. O que Paulo Cunha pretende é verificar se o modelo de «interpretação» de Sedas Nunes pode porventura ser aplicado às transformações estéticas ocorridas no cinema português a partir da década de 60, como reacção à crise estrutural em que vivia mergulhado desde finais dos anos quarenta. E reconhecendo a existência de testemunhos evidentes do «clima de modernização» que envolveu a geração que promoveu a afirmação e reconhecimento do novo cinema português, Paulo Cunha observa que a experiência europeia dessa geração terá sido a provável causadora do fracasso comercial de todas as obras desses jovens cineastas.

Isabel Nogueira aprecia a imagem cinematográfica de João César Monteiro, Recordações da casa amarela, à luz da dicotomia abstracção-empatia, que assenta sobretudo na tese de Wilhem Worringer, de acordo com a qual a abstracção e a empatia constituíam as duas principais directrizes da arte, e havia de contribuir para a afirmação do expressionismo, que, como lembra a autora, reivindicou, contra o conservadorismo e o academismo, a liberdade criativa e expressiva, consagrando

a deriva abstracta das artes visuais como superação da crise da pintura – acrescentamos nós –, provocada pelo desenvolvimento da fotografia. No expressionismo cinematográfico inclui-se, entre outras, *Nosferatu*, *O Vampiro*, de Murnau que terá influenciado João César Monteiro numa simbiose com o imaginário português que constituíram, de acordo com Isabel Nogueira, «uma forma crítica de compreensão do país e do próprio cinema» por aquele cineasta.

A encerrar a Parte 2., Maria Amélia de Souza Reis reflecte sobre as crises de sentido das políticas públicas de educação sexual.

A parte 3., é dedicada à Crise, Decadência e Regeneração

E sugere uma questão: constitui a crise uma fatalidade da decadência ou é a decadência uma fatalidade da crise

Como recorda Vera Coimbra de Matos na sua reflexão sobre a crise dos totalitarismos, a partir da análise do pensamento activo e crítico de Czeslaw Milosz, a ideia de uma Europa em crise ou da decadência do Ocidente constitui uma controvérsia clássica da filosofia da história, e muito justamente sublinha que a partir do século XIX, essa problemática torna-se num tema de acuidade, assumindo a definição genérica de crítica e crise da modernidade.

Yuriy Pochta, dedica atenção ao problema do fundamentalismo relacionando-o com a crise da pós-modernidade, sustentando uma perspectiva muito crítica das conseqüências do fenómeno da globalização da angústia do mundo globalizado. Talvez possamos dizer, sem trair o pensamento do autor revelador de crises identitárias que justificam os fundamentalismos, cuja força, mesmo que irracional, lhes advém de constituírem fórmulas de preservação dessas identidades em risco.

Georgios Kontogeorgis retoma, a respeito da crise da paz e das raízes da guerra, numa perspectiva regeneracionista, o tema da necessidade de um paradigma cosmo-teórico alternativo, centrado a um tempo da diacronia e sincronia da vida social, que esteja na base de um cosmo sistema antropocêntrico centrado na liberdade superador da causa fundamental da guerra identificada com o *statocentrisme*.

Vera Margarida Coimbra de Matos no seu já referido estudo sobre Milosz, anota como característico do pensamento do poeta, o juízo crítico sobre o cientismo, em seu entender produtor de ilusão e de diluição do real num mundo dominado pela adoração cega da ciência e da tecnologia, o que se constituiria na origem do decadentismo totalitário e chama a atenção para a importância no pensamento de Milosz do mito dos confins orientais, do qual retirava o poeta o ideal da coexistência pacífica entre comunidades étnico-culturalmente diferentes, uma ideia de Europa de paz. [Pergunta final: Conseguirá a EU alargar-se ao leste e conseguirá o leste integrar-se superando europeísticamente ressentimentos pretéritos?]

Aníbal Frias, trata de Fernando Pessoa moderno e anti-moderno, reflectindo o que designa por «adesão crítica à modernidade» de Álvaro de Campos e sobre a ideia do quinto império como resposta à decadência, convite à revisitação do balanço crítico pessoano da experiência política da I República. Numa consideração dita pós-revolucionária, de intenção regeneracionista, lê-se da pena de Pessoa: «Ainda bem que isto vai mal, porque isso é a nossa salvação».

Por fim, Álvaro Garrido aborda o tema da gorada institucionalização da “economia nacional corporativa”, do corporativismo, constitucionalizado, aliás, numa a

final meramente semântica “República Corporativa”, que diz ter tido a sua lógica política interna estritamente ligada ao processo de construção do Estado Novo, mas igualmente resultante de circunstâncias externas conjunturais – a crise financeira aberta em 1929 – e estruturais, a crise do Estado liberal e a crise institucional do sistema capitalista. A designada por Pires Cardoso, 2.^a arrancada corporativa, nos anos cinquenta, só serviria para demonstrar a redução do corporativismo estado-novista, sobretudo, a retórica.

A 4.^a e última parte da nossa revista tem por título: Crise ou Renovação do Republicanismo?

Ricardo la Guardia e Guillermo Pérez Sanchez, reflectem criticamente sobre o que designam por falência da nova ordem internacional do pós-guerra, marcada pelo trânsito do enfrentamento Este-Oeste à divisão Norte-Sul, com específicas chamadas de atenção, entre outras, para as questões islâmica e curda, para a situação afegã e iraquiana, para o enfrentamento Israel-árabe, justificando que se refiram aqui as observações de Adriano Moreira, que no texto já mencionado imputa à crise da governança mundial, a substituição da guerra-fria por uma multiplicação de conflitos militares de custos humanos e materiais incalculáveis, envolvendo o que sugestivamente define por «crise brutal» da violação do direito internacional.

Paulo Alliès, empenhado actualmente no chamado projecto da VI República Francesa, apresenta-nos a defesa da construção europeia de acordo com a ideia republicana, recordando que os pais fundadores da Europa introduziram entre os povos europeus a mediação da Razão e não a das paixões nacionais. E em seu entendimento foi erguido um sistema que repousa na negação da memória. Parece então a Alliès que deve ser imaginada

uma nova noção de fronteira para esse espaço pós-nacional, com um governo próprio, que contribua para assegurar a justa repartição de recursos no quadro duma sociedade de pessoas onde não se separe a política da economia.

Sérgio Campos Matos, que em tão boa hora nos facilitou a releitura de Silva Cordeiro, responsabilizando-se pela escrita de um apelativo estudo introdutório à 2.^a edição de *A Crise em seus aspectos morais*, retoma a reflexão sobre o tema da consciência da crise no Portugal contemporâneo. A tentativa de compreensão desse fenómeno singular, complexíssimo e até mesmo misterioso, a Decadência, a Crise, necessariamente impõem numa perspectiva de auto-conhecimento (de ponderação sobre o significado profundo da identidade nacional) o contacto com o universo do pensamento da crise e da reflexão crítica, desde logo o do nosso século XIX, pleno de sugestões, fundamental para o entendimento da crise e da decadência, sobretudo a partir da de fim de século, como o demonstra claramente Campos Matos e o sublinha muito justamente Maria Manuela Tavares Ribeiro na Nota de Apresentação da nossa Revista.

Tiago Avó dedica o seu estudo simbolicamente ao ano de 1936, ano do início trágico da guerra civil espanhola para concluir que esse confronto – dizemos nós –, entre duas concepções da vida e do mundo, terá funcionado como «catalizador da política interna portuguesa».

Tem sido notada a superfluidade da utilização do termo Crise na linguagem comum e impressiona, de facto, o número de vezes que a vemos referida.

O domínio do debate parlamentar é a este respeito muito expressivo. Uma consulta através do motor de busca dos diários parlamentares no *site* da Assembleia da República é elucidativa: tanto durante

a monarquia constitucional, como durante a I República, em ambas as Câmaras das Cortes e do Parlamento, a menção a Crise ultrapassa as 1000 páginas dos respectivos diários atingindo-se com esse número os limites técnicos da pesquisa.

Naturalmente que esse fenómeno de hiper-referência é perturbante, e justificou mesmo que já tivesse sido proposta uma análise da crise do conceito de crise (meta-crise).

Essa proposta de análise da crise do conceito de crise traduz a final uma realidade da maior relevância: a impossibilidade de subsunção a pré-conceitos ou modelos de uma realidade cuja apreensão é fundamentalmente empírica, o que impõe como necessidade no domínio da historiografia, a distinção entre a consciência e o sentimento da Crise à luz da tensão entre o ideal e a realidade, cujo equilíbrio, escreveu Casais Monteiro, o homem anda há longos séculos procurando, revelando-se cada vez mais irrealizável, pelo que concluía melancolicamente o escritor: o ideal e o real recusaram-se a dar ao homem a chave duma vida harmoniosa e a humanidade acaba sempre por sair ludibriada de todas as experiências...

São muito reveladoras as conclusões do estudo «Crise e crises no discurso de Salazar» de Luís Reis Torgal. A referência nesses textos a crise revela-a instrumental da mensagem política, servindo, portanto, como argumento justificativo ou caucionador de directrizes de política interna e externa. Nessa medida, a sua consideração nos contextos em que foi utilizada por Salazar abre novas perspectivas de análise crítica dos Discursos.

A 4.^a e última parte da nossa Revista é encerrada por Heloisa Paulo, que retoma um tema da sua especialidade, a Oposição à Ditadura Militar e ao Estado Novo, para partilhar connosco resultados recentes das

suas pesquisas, dando notícia de crises nas frentes reviralthistas e oposicionistas, trazendo novos elementos para o conhecimento da acção política do general Delgado durante o seu exílio e as polémicas que a envolveram.

Como jurista habituara-me já à “cultura da crise”, permanente no domínio do direito e da justiça, e aprendera por experiência própria que com a crise se relacionava intimamente a crítica; em certo sentido o direito revelou-se-me, na sua dimensão doutrinal ou dogmática e também prática, a um tempo, causa e consequência da crise e da crítica.

E termino, finalmente, renovando as minhas felicitações ao CEIS20, melhor, felicitando-me com o CEIS20 na qualidade de seu investigador pelo lançamento desta revista e agradeço a todos, muito sinceramente, a paciência com que tiveram a gentileza de me ouvir.

Luís Bigotte Chorão
Investigador do CEIS20

FILHO, João Lopes - *Cultura Tradicional no Estado Novo. V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho*. Lisboa: INATEL, 2009.¹

1. A edição do livro e o INATEL

Começo por saudar o autor, que conheci em S. Vicente, num colóquio integrado nas Comemorações da República, onde não faltou, extra-programa, uma noite de mornas e coladeras, que me lembraram Mansoa (na Guiné), onde, por falta de lugar no quartel, estive na casa da D. Emília, uma cabo-verdiana radicada ali com os seus filhos (entre eles a Adosinda, agora casada com o meu amigo Senhor Quinzinho, que voltei a visitar já depois da independência), que, num velho gira-discos, tocavam todos os dias as músicas da sua terra, ao cair da tarde, quando regressava do quartel e das agruras da guerra.

D. Emília, que me alugara uma garagem feita casa, servia-me todas os domingos um bife de gazela, para quebrar a monotonia da messe e lembrar-me que esse era um dia especial. Daí o meu amor por Cabo Verde, sem nessa altura ter conhecido do arquipélago senão a ilha do Sal, que era então apenas um interposto aéreo e militar, diferente da ilha turística em que a converteu o milagre cabo-verdiano.

Cumprimento depois a Dr.^a Cristina Baptista, Vogal do Conselho de Administração, com competências delegadas nas áreas da Direcção Cultural e Serviços Jurídicos, a quem peço o favor de cumprimentar o Dr. Vítor Ramalho, Presidente da Administração do INATEL.

¹ Texto que serviu de base à apresentação do livro acima citado, realizada em Lisboa, no Teatro da Trindade, em 27 de Abril de 2011.

Profundamente transformada, no contexto de um novo enquadramento político, é uma das poucas instituições que se mantêm oriundas do regime de Salazar.

A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), criada em 13 de Junho de 1935 pelo decreto-lei n.º 25.495, era uma instituição de produção e de controlo dos lazeres dos trabalhadores. Curiosamente vim a viver, quando o meu pai era médico em Souselas, por cima de um dos seus Centros de Recreio Popular, tendo assistido como criança a muitas das suas manifestações culturais e desportivas e mesmo a alguns bailes que ali, quase furtivamente, se faziam. Enquadrar os trabalhadores nos seus lazeres, tal como a *Opera Nazionale Dopolavoro*, do Fascismo italiano, ou a *Kraft durch Freud* (Força pela Alegria), do Nazismo, era uma das suas funções num Estado que não queria deixar nada ao acaso. Se bem que, nessa altura organizações desse tipo, viradas para os trabalhadores, surgiam evidentemente na soviética Rússia, mas também em países demoliberais, organizando-se congressos, que tanto se podiam realizar em países como a Bélgica (o Congresso Internacional dos Lazerres, realizado em Bruxelas em 1935), como na totalitária Alemanha nazi (o Congresso Internacional dos Lazerres e Recreação, efectuado em Berlim e Hamburgo em 1936). De resto, o turismo estava em expansão e organizava também os seus congressos, virados para um lazer mais socialmente selectivo.

Foi este objectivo do lazer e da cultura dos trabalhadores que levou, portanto, a que a FNAT se transformasse em INATEL (Instituto Nacional para Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores), assim como sucedeu com as Casas do Povo, de instituição salazarista (decreto-lei n.º 23.051, de 23 de Setembro de 1933),

que se mantiveram depois do 25 de Abril. Parecia então que a revolução pretendia privilegiar os direitos dos trabalhadores, com os seus objectivos de assistência e lazer. De resto, a FNAT e o INATEL mereceram estudos fundamentais de José Carlos Valente, citados no livro de João Lopes Filho, de onde respigámos ideias que já aqui foram expostas.

Pois foi o INATEL que publicou este livro de João Lopes Filho, com a data de 2009, impresso, curiosamente, na casa gráfica, a ARTIPOL, onde sempre publicámos a *Revista de História das Ideias*, de que fui director durante vinte anos. Tudo, portanto, me liga a esta publicação: o autor e a sua terra-natal, o livro, o INATEL e o seu Presidente que — como recordou numa breve nota de apresentação — o editou tendo em conta que a “área cultural” é “um espaço privilegiado da Fundação INATEL”, como foi da FNAT, embora com diferenças essenciais. Se, no caso presente, se trata ou deve tratar de uma “cultura para a Liberdade” (e nada há para a consciencialização da Liberdade do que conhecer a História, não manipulada, mas entendida cientificamente, com objectividade), no outro, da FNAT, tratava-se de uma “cultura integrada” num regime político autoritário (em certo sentido totalitário), limitada nas suas fronteiras.

Disse que tudo me ligava a este livro. O mais importante é o seu tema, pois o primeiro artigo que escrevi sobre o Estado Novo, com o meu colega Amadeu Carvalho Homem, chamava-se “Ideologia política e «cultura popular». Análise da biblioteca de uma Casa do Povo”. João Lopes cita também este artigo, publicado na *Análise Social* em 1982. Tratava-se exactamente da Casa do Povo de Souselas, em que se convertera, no período marcelista, o Centro de Recreio Popular, a que aludi.

A «cultura popular» que o Estado Novo quis formar e enformar foi, portanto, o primeiro tema que abordei sobre o Estado de Salazar e o ponto de partida de tantos estudos que vieram a ser publicados, entre eles um livro, este não citado, pelo qual tenho uma certa predilecção de autor, *História e Ideologia* (Coimbra, Minerva, 1989), que versa também a noção de “cultura” dinamizada pelo Estado Novo, no âmbito do “Povo” ou da Escola.

2. A vinha e o vinho, um dos temas do livro

Podemos dizer-se que o estudo de João Lopes versa duas subtemáticas fundamentais: por um lado, a vinha e o vinho, na sua conjugação com os projectos do Estado Novo de Salazar; por outro, a questão da “cultura tradicional” ou da que foi também chamada “cultura popular”, organizada no contexto do processo de propaganda e de afirmação ideológica do regime.

Começamos pela vinha e pelo vinho ou da vitivinicultura (*vitis+vinum+cultura*). De resto, é à volta dessa temática nuclear que o livro gira, ou seja, o V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, tendo como iniciativa paralela o II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico da Vinha e do Vinho, e como complementos as III Festas Vindimiárias, ocorridas em Lisboa, e as II Festas das Colheitas, realizadas no Porto. Tudo se realizou a partir de 15 de Outubro de 1938.

O tema da vinha e do vinho na sua relação com os Estados autoritários, e não só, tem interessado historiadores e jornalistas. Como mero exemplo de circunstância, ainda há anos (2002) foi publicado em língua portuguesa, no Brasil, a obra (de 2001) do jornalista

americano Don Kladstrup (vencedor de vários prémios, entre eles de três Emmys) e de sua mulher Petie, *Wine and War. The Frenchs, the Nazis and the battle for France's greatest treasure (Os franceses, os nazistas e a batalha pelo maior tesouro da França*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002). O vinho vende livros, não só *de e para* especialistas e apreciadores de vinho, mas para interessados na sua história e nas suas histórias. Em Portugal Dulce Freire, doutorada em História Económica e Social Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, tem sido a melhor estudiosa do tema, tendo publicado, já depois da obra de João Lopes, a sua dissertação de mestrado, apresentada em 1997, *Produzir e beber. A questão do vinho no Estado Novo* (Lisboa, Âncora, 2010). E não se deve esquecer ainda, num plano mais geral, em termos de faixa cronológica, e mais específico, em termos de temática, a obra de Vital Moreira, que foi a sua tese de doutoramento, *O governo de Baco. A organização institucional do Vinho do Porto* (Porto, Afrontamento, 1998).

A importância fundamental da vinha e do vinho, que foi um dos produtos mais significativos da economia portuguesa, assim como o foi (e é) de países como a França ou a Itália — na visita que fiz a Dovia di Predappio (Forlì), na Emília Romagna, pude ver uma interessante exposição sobre cartazes relativos ao vinho na época do fascismo, que estava precisamente exposta na casa reconstruída onde nasceu Mussolini —, está, para o caso do Estado Novo, sintetizada no simbolicamente importante cartaz, onde se vê um copo rodeado de espigas de trigo e o texto tão conhecido: “Beber vinho é dar o pão a 1 milhão de portugueses”.

Mas, se quisermos uma afirmação porventura mais elucidativa sobre as pretensas

virtudes médicas do vinho (recordemos que o livro de João Lopes abordou também a realização do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico da Vinha e do Vinho), respiguemos, do texto que serviu de base a uma palestra proferida na Emissora Nacional no dia 30 de Julho de 1936 pelo médico e publicista algarvio Augusto d’Esaguy, justamente intitulada “O vinho refaz o homem”, uma parte elucidativa. Ouçamos, pois, algumas das suas propagandeadas características milagrosas (quando digerido — salientava-se — em pequena quantidade e se não houvesse contra-indicações):

Tem curado milhares de doentes, amparado o homem nas suas grandes crises; é o inimigo declarado da tuberculose, aumenta a longevidade.

Tem sido empregado para combater a gripe, a prisão de ventre, as diarreias, as colites muco-membranosas, as dispépsias, os estados nauseosos e os vômitos, a tuberculose, o abscesso do pulmão, a gangrena pulmonar, a pneumonia e a bronco-pneumonia.

Os vinhos de média graduação têm sido empregados com êxito no tratamento das avitaminoses, o escorbuto, a pelagra e o beriberi; nas doenças de origem hídrica, as febres tifóides, a disenteria, a cólera e na convalescença de quase todas as doenças. É um alimento precioso, favorece o processo digestivo, aumenta a força do indivíduo. Trata-se de um reconstituente energético, aumenta a hemoglobina e os glóbulos do sangue. É, conjuntamente, um alimento e um medicamento: um complexo de substâncias individualizadas, úteis na vida normal e nos estados patológicos.

É, a um passo, um alcalinizante, um tónico, um mineralizante e um reconstituente.

(*Boletim da Emissora Nacional*. N.º 12, Julho de 1936, p. 17-18)

Porém, nos inícios da EN outras palestras foram proferidas sobre o tema vitivinícola, como, por exemplo, “A campanha do vinho”, proferida por Albano Homem de Melo, em 9 de Setembro de 1935 (*Boletim*, n.º 2, p. 50), ou “A organização dos vinicultores”, proferida por António Batalha Reis, em 8 de Outubro desse mesmo ano (*Boletim*, n.º 3, p. 35).

Desta forma, era lógico que congressos sobre a vinha e o vinho e sobre o estudo das suas propriedades médicas interessassem muito ao Estado português, “República corporativa” (de acordo como artigo 5.º da Constituição de 1933), mas que era sobretudo um Estado autoritário, de grande reprodução ideológica, que organizou a sua própria propaganda (é de 1933 o Secretariado de Propaganda Nacional), bem como o seu aparelho repressivo (a PVDE, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, criada também nesse ano de 1933) e se quis apresentar como alternativa de “sistema” — *Estado Novo*. João Lopes percebeu a importância disso e, assim, integrando Portugal no que Duby chamou a “Europa das Ditaduras”, mas também na Europa de alguns estados liberais e democráticos que tentavam pacificamente equilibrar a vida do continente, nesses anos trinta que antecederam a Guerra (recorde-se que no próprio ano dos congressos do vinho, 1938, realizou-se o tratado de Munique, que supôs já a anexação dos Sudetas pela Alemanha nazi), analisou a organização dos congressos por Portugal.

Indigitado para organizar o referido Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, no anterior congresso realizado na Suíça, em Lausanne, em 1935, o Estado de Salazar, que tinha então como ministro da Agricultura Rafael da Silva Neves Duque (foi ministro já no primeiro governo de Salazar, a partir 23 de Novembro de 1934 e, depois, no renovado governo de

um momento de afirmação do Estado Novo, de 18 de Janeiro de 1936 a 28 de Agosto de 1940), formado em Direito e grande proprietário agrícola no concelho da Chamusca, sobretudo na área vitivinícola, integrando, antes de ser ministro, a direcção da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul de Portugal (1933-1934), fez um esforço notório para que esses eventos fossem um sucesso, não deixando nada ao acaso. A delegação portuguesa ao V Congresso foi chefiada pelo engenheiro agrónomo, professor do Instituto Superior de Agronomia, Joaquim Vieira Botelho da Costa, personalidade de renome internacional. No caso dos presidentes dos congressos, enquanto Edouard Barthe, socialista que veio episodicamente a aderir ao governo de Pétain, mas que se tornou depois um antifascista, era o presidente do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, era presidente do congresso médico Georges Portmann, professor de Medicina, que veio a ser Secretário Nacional de Informação do governo de Vichy e, apesar da sua acção secreta de protecção a judeus e de ter pertencido à Resistência, veio a ser suspenso após a Libertação, embora em breve tivesse sido reintegrado por decisão do Supremo Tribunal de Justiça. Pode, pois, dizer-se que desde o ministro, pela sua representatividade política, há simultaneamente uma intenção tecnológica e ao mesmo tempo ideológica, como, de resto, se pode ver através dos vários passos da organização detalhados por João Lopes.

Uma das acções significativas foi o esforço no sentido de que os congressistas pudessem passar por Espanha, ainda em guerra civil, havendo, por isso e por motivos de fundo ideológico, a ideia, sempre presente, de que não poderiam participar países comunistas. Assim estiveram presentes no congresso delegações de estados e de regiões francófonas dependentes,

todos vinhateiros, cuja grande parte se integrava no bloco dos Estados autoritários/totalitários. Para além de Portugal, a Alemanha nazi, a Espanha nacionalista e a Itália fascista, estados de governo autoritário como a Bulgária, a Grécia de Metaxas, a Hungria de Horthy, a Roménia de Carol II e, depois, de Antonescu, ou a Jugoslávia, de Alexandre I, nações dependentes da França como Argélia, Marrocos e Tunísia, estados sul-americanos como Argentina, Chile e Uruguai e, finalmente, estados democráticos, como a França, o Luxemburgo e a Suíça.

Portanto, João Lopes carrila elementos fundamentais para conhecer as relações da vinha e do vinho com os regimes políticos. Neste caso toda a programação dos Congressos — como veremos — tinha como objectivo relevar o papel de Portugal no contexto de uma Europa à beira do conflito. Daí a importância que teve, a ponto de o V Congresso ter merecido uma série filatélica específica lançada nesse ano de 1938 e um documentário cinematográfico, de José Adolfo Coelho, também desse mesmo ano. Deve recordar-se, mais uma vez, que não só o vinho correspondia a um dos segmentos mais importantes da produção nacional e da exportação, mas também que Salazar pertencia a uma das zonas mais afamadas de vinho — a região demarcada do Dão, que o foi em 1907-1908, altura em que foram demarcadas também outras regiões (Vinhos Verdes, Colares e Bucelas, para além das regiões demarcadas dos vinhos generosos, Porto, Carcavelos, Setúbal e Madeira, que foram sendo consagradas em épocas diferentes, no caso do Porto desde o Marquês de Pombal). Curiosamente a região célebre dos vinhos da Bairrada só foi demarcada em 1979, o que não obstou que não se lhe desse grande importância. Assim, no V Congresso, uma das visitas

que se realizou teve como destino a região do Buçaco, *ex-libris* do turismo português, e, particularmente, a Estação Vitivinícola de Anadia. Voltando ao Dão, recorde-se que Salazar engarrafava os seus vinhos em garrafas próprias, onde se vê em relevo a sua proveniência, “Quinta das Ladeiras – Santa Comba Dão”, vasilhame preparado para ele provavelmente pela Fábrica da Fontela (Figueira da Foz) e encomendado por Bissaya Barreto.

Portanto, o trabalho de João Lopes Filho é do maior interesse neste tema. Apenas poderei formular duas questões críticas: Porque não analisou as comunicações apresentadas nesse congresso — ou nesses congressos —, que foram publicadas (pelo menos algumas) e que se encontram na Biblioteca Nacional, que seriam, com certeza, da maior importância para um conhecimento mais aprofundado do tema ou dos temas em apreço? Porque não se referiu com algum significado aos anteriores congressos e aos posteriores, até porque o VI Congresso da Vinha e do Vinho se realizou na Alemanha, em 1939, na estância de Bad Kreuznach, quando a guerra se estava a iniciar?

3. A “cultura tradicional” e a “cultura popular” no Estado Novo

Esta é, pois, a segunda subtemática do livro de João Lopes Filho, talvez mesmo a mais importante ou aquela a que deu maior relevo, como até se vê pelo título do livro. Na verdade, toda a programação dos citados congressos e das festas que lhe foram agregadas tem que ver com concepções e problemas referentes a estes assuntos.

João Lopes procurou integrar e explicar os conceitos, que, de resto, eu tinha tentado definir, com Carvalho Homem, desde 1982, no citado artigo sobre as

bibliotecas das Casas do Povo, ainda que outros autores tivessem depois vindo a abordar de forma mais alargada os temas em trabalhos de fundo, nomeadamente em teses de mestrado. Recorde-se os casos de Daniel Melo (*Salazarismo e cultura popular. 1933-1958*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001, publicação da tese de mestrado datada de 1997) e de Jorge Ramos do Ó (*Os anos de Ferro. O dispositivo cultural durante a "Política do Espírito". 1933-1949*, Lisboa, Estampa, 1999).

Na verdade, tudo se conjugava numa concepção de "cultura tradicional": desde a música, de compositores ligeiros ou clássicos, como Frederico Valério, Belo Marques, Pedro de Freitas Branco ou Ruy Coelho — por vezes apresentados neste teatro, ligado à FNAT (ver Nuno Domingos, *A Ópera do Trindade. O papel da Companhia Portuguesa de Ópera na "política social" do Estado Novo*, Lisboa, Lua de Papel, 2007) — ao cliché do Folclore e dos ranchos ditos "populares"; desde o ensino virado para os "grandes heróis" ao "teatro do povo" e ao "cinema ambulante"; desde a referência turística aos "lugares sagrados" da portugalidade aos cortejos históricos e às marchas populares; desde os concursos como o simbólico "A aldeia mais portuguesa de Portugal" (que atribuiu o "galo de prata" a Monsanto) e à emblemática "casa portuguesa", representada por Raul Lino, que mergulha as suas raízes no nacionalismo dos finais do século XIX, à ideia de uma "arte popular" que atribuiu esse nome a um museu (estudado por Joana Damasceno no livro agora publicado, *Museus para o Povo Português*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2010) e que inspirou o "Portugal dos Pequenitos", da Fundação Bissaya Barreto, de Coimbra; desde o etnografismo nacionalista de Luís Chaves ao monumental livro *Portugal*.

Breviário da pátria para os portugueses ausentes, colectânea de textos coordenada por António Ferro (Lisboa, Edições SNI, 1946) para os emigrantes portugueses (tema estudado por Heloísa Paulo em "*Aqui também é Portugal*". *A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra, Quarteto, 2000) e às bibliotecas das Casas do Povo, de Centros de Recreio Popular ou de colónias de férias da FNAT, devidamente escolhidas e com colecções dirigidas ao Povo e às Escolas.

João Lopes vai, pois, enquadrando o "programa das festas" do V Congresso com reflexões deste tipo, que o levam, inclusivamente, ao problema complexo que foi analisado especificamente por Maria Filomena Mónica: a questão do analfabetismo no Estado Novo ("«Deve-se ensinar o povo a ler?»: a questão do analfabetismo. 1926-1939", in *Análise Social*, vol. XIII, 50, 1977, pp. 321-353). A nosso ver, apesar de algumas afirmações ou dúvidas de políticos e intelectuais mais conservadoras (é famosa a declaração da escritora Virgínia de Castro e Almeida, a qual, todavia, colaborou activamente nos programas de "cultura popular" do SPN) que punham sobretudo em causa a importância da alfabetização urgente e total num país marcado pelo analfabetismo — de resto herdado da Primeira República, apesar da sua profissão de fé na importância das letras (apenas se passou de 75,1% de analfabetos, em 1910, para 67,8%, em 1930) —, o que o Estado Novo defendia não era o analfabetismo em si mesmo (como certos críticos chegaram a afirmar, visando a ideia de que se tratava de um "Estado obscurantista"). Era sim uma alfabetização gradual e estratificada, em função dos valores de uma sociedade hierarquizada. O que estaria, sobretudo, em causa seria, pois, a formação de uma "cultura popular", que teria como fundo

uma “cultura tradicional” (transmitida de geração em geração — *tradere*, que significa exactamente “transmitir”), a qual poderia ser aperfeiçoada e adaptada aos valores políticos do Estado Novo, mas não poderia atraí-los. Por isso no Portugal salazarista, tal como na Alemanha nazi, se separava uma “arte” ou uma “cultura boa” de uma “arte” ou uma “cultura degenerada”. António Ferro, tentando definir o famoso conceito de “cultura do Espírito”, inspirado em Paul Valery, dizia:

Política do Espírito não é apenas [...] fomentar o desenvolvimento da literatura, da arte e da ciência, acarinhar os artistas e os pensadores, fazendo-os viver uma atmosfera em que lhes seja fácil criar. Política do Espírito é aquela que se opõe, fundamental e estruturalmente, à política da matéria. Política do Espírito, por exemplo, neste momento que atravessamos, não só em Portugal como no Mundo, é estabelecer e organizar o combate contra tudo o que suja o espírito, fazendo o necessário para evitar certas pinturas *viciosas* do vício que prejudicam a beleza, como certos crimes e taras ofendem a humanidade, a felicidade do homem. Defender a Política do Espírito é combater sistematicamente, obra da vida ou obra da arte, tudo o que é feio, grosseiro, bestial, tudo o que é maléfico, doentio, por simples volúpia ou satanismo!

(“Política do Espírito e sua definição”. Discurso pronunciado na sede do Secretariado da Propaganda Nacional, na primeira festa dos Prémios Literários, em 21 de Fevereiro de 1934, in *Prémios Literários (1934-1947)*. Lisboa: Edições SNI, 1950. p. 18-19).

Mas, não se pense — e João Lopes entendeu muito bem essa realidade — que o Estado Novo apenas se manteve ligado a um conceito cristalizado de “Tradição”. Pelo contrário, enquanto pôde e enquanto Salazar conseguiu acompanhar o conceito de Modernidade ligado ao conceito de Tradição, tentou conjugar as duas ideias. Não esqueçamos que António Ferro foi editor do *Orpheu* e esteve ligado ao primeiro grupo modernista (o mesmo se passou no fascismo italiano, onde o modernismo de Gabriele D’Annunzio e de Marinetti dinamizaram os conceitos de arte). Assim, o bailado “Verde Gaio” (1940), criado por António Ferro no âmbito do SPN, conjugava as danças tradicionais portuguesas com o então chamado “*ballet russo*”. Mas, é no domínio das artes plásticas (que mereceram estudos de Artur Portela Filho, José-Augusto França, Margarida Acciaiuolli e, mais recentemente, Nuno Rosmaninho e Luís Miguel Correia) que o Estado Novo quis afirmar a sua modernidade, numa propaganda das “obras públicas”. Isto no domínio da construção de escolas, e de muitas outras instituições públicas, de igrejas, de arte efémera (a Exposição do Mundo Português, 1940), por vezes transformada em arte consolidada, dos restauros, etc.

O programa dos congressos, nomeadamente do V Congresso Internacional da Vinha e do Vinho, é comprovativo da tentativa de mostrar a Tradição e o Progresso, o simbólico oficial e o “popular”, a cultura erudita (mesmo que de fundo etnográfico) e a “cultura popular”... Não é por acaso que o congresso começou no palácio da Assembleia Nacional, que houve uma gala no Teatro ainda então chamado Almeida Garrett (futuro D. Maria II), que teve cobertura da Emissora Nacional, que nas festas vindimiárias se juntou um espectáculo de folclore na Estufa Fria

com desfile de ranchos na avenida da Liberdade, onde se distribuiu vinho ao povo, que se tenham visitado os “lugares sagrados” da Tradição e da Modernidade, como os Jerónimos e a Torre de Belém, assim como o Instituto Superior Técnico e o Instituto Nacional de Estatística, de Porfírio Pardal Monteiro (*ex-libris* por onde passa a *Maria Papoila*, no filme popular de Leitão de Barros, de 1937, ou cuja obra é admirada, conjuntamente com o Bairro Social do Arco do Cego ou com as próprias estatísticas colhidas no INE, pelo comunista que se converte ao Estado Novo, na *Revolução de Maio*, de António Lopes Ribeiro, de 1937) ou, no caso do II Congresso Internacional Médico para o Estudo Científico do Vinho e da Uva, os lugares de saúde pública, como a Maternidade Alfredo da Costa (já anterior ao Estado Novo, da autoria de Ventura Terra, mas que surge como um lugar de referência na *Revolução de Maio*) ou o moderno Instituto Português de Oncologia, do arquitecto Carlos Ramos.

A intenção de propagandear a “cultura popular” das regiões vinhateiras ficou clara na apresentação dos ranchos folclóricos que acompanharam as festas e as visitas a quintas e às caves das regiões demarcadas e das áreas vinícolas de eleição. Assim, apresentaram-se — segundo a descrição e o estudos dos casos feito por João Lopes — o Rancho Regional da Palhavã de Setúbal, da região do Moscatel, o Rancho Folclórico de Vil de Moinhos, da região do Dão, o Rancho Folclórico da Casa do Povo de Barqueiros, da região do vinho do Douro (ou do vinho do Porto), o Rancho “As Lavradeiras” de Carreço, da região dos Vinhos Verdes, o Rancho “Os Campinos” de Vila Chã de Ourique, representativo dos vinhos do Cartaxo, o Rancho Regional de Alenquer, da Estremadura, e o Rancho Regional de Colares, da Adega Regional

de Colares. Ainda actuaram na região da Bairrada “Os Esticadinhos” de Cantanhede e, no Porto e no Douro, outros ranchos do Norte, entre eles os famosos Pauliteiros de Miranda.

Os ranchos folclóricos representavam, portanto, a “cultura popular autêntica”, que atraiu as massas e os intelectuais. Recordemos que António Ferro sempre desejou fazer um filme baseado nas danças e cantares de Portugal. Pouco tempo depois da sua morte, em 1956, a sua viúva, Fernanda de Castro, escrevia o argumento para o filme de João Mendes, *Rapsódia Portuguesa*. Era necessário atrair o olhar dos estrangeiros que nos visitavam integrados nas várias delegações, como havia sucedido com sociólogos e antropólogos da escola da sociologia ética e terapêutica de Le Play, desde os primeiros anos do século (para não falar de políticos de direita ou até de historiadores e outros intelectuais, como Henri Massis ou Jacques Ploncard d’Assac, Gonzague de Reynold, Jesus Pabón ou John Gibbons, alguns que se puseram ao serviço do SPN/SNI ou ganharam os prémios “Camões” concedidos à obras sobre Portugal pelo SPN). Referimo-nos a Léon Poinard, autor de *Le Portugal inconnu* (1910), que teve a colaboração de João Serras e Silva, professor da Faculdade de Medicina e amigo pessoal do jovem Salazar, e a Paul Descamps, autor da obra *Portugal: la vie sociale actuelle* (1935).

Em conclusão: Procurava-se apresentar Portugal como um país de Tradição e de Progresso, onde havia uma forte “cultura tradicional” e, ainda, ao mesmo tempo que na Europa havia já conflitos surdos ou declarados anunciadores da guerra, tentava *vender-se* a ideia de que Portugal era um oásis de paz que sabia bem receber. É esse o sentido das palavras de Rafael Duque na abertura do V Congresso. Estávamos em 1938. Dificilmente já a arte de bem

receber seria conseguida com eficácia em 1940, aquando da Exposição do Mundo Português, apogeu do Duplo Centenário da Fundação e da Restauração, tempo em que os exércitos se batiam ferozmente. Mas, mesmo assim, era essa a imagem que se queria fazer passar, como se vê no filme *O Pátio das Cantigas*, de Francisco Ribeiro (Ribeirinho), numa produção de António Lopes Ribeiro, seu irmão. Recorde-se que Ribeiro foi o director do “Teatro do Povo”.

Breve ponderação sobre o livro

A obra de João Lopes Filho é uma obra aparentemente simples e de leitura fácil, sobre um tema específico, que esconde, todavia, a complexidade dos bons estudos, de uma obra que, no seu enquadramento, nos leva a interrogar-nos constantemente, propondo questões que merecem outras pesquisas. Daí o facto de eu ter acabado por escrever um longo texto para apresentá-la. Bom sinal, pois, para mim, a história não é, sobretudo, a *solução*, mas o *problema*, e interessam-me particularmente livros e artigos que, na verdade, se questionam e questionam o leitor. E não foi fácil, devido às actuais circunstâncias de saúde, escrever, e escrever tanto. Se o fiz foi porque valia a pena.

Luís Reis Torgal
Coordenador de Investigação do CEIS20

CEIS20
ORGANIZAÇÃO E ACTIVIDADES

III ENCONTRO DE JOVENS INVESTIGADORES DO CEIS20

Decorreu na Sala Sá de Miranda da Casa Municipal da Cultura de Coimbra o *III Encontro de Jovens Investigadores do CEIS20*. Após a sessão de abertura deu-se início à apresentação dos trabalhos com Clara Serrano que falou sobre *Augusto de Castro: a visão do mundo de um homem do Estado Novo*, Paulo Bruno Alves abordou o tema *O assalto ao jornal católico a “Palavra” (15 de fevereiro de 1911) ou o silenciar de uma voz incómoda para o governo* e Marco Gomes apresentou o tema *Portugal na via Solferino: do “caso República” ao “Corriere Della Sera”*. Seguiu-se uma breve pausa após a qual foram apresentadas comunicações por Vera de Matos, *A fronteira da latinidade: uma diplomacia intercontinental*, Stefano Salmi, que dissertou sobre *Le relazioni tra l’Italia e il Portogallo durante il periodo fascista e l’Estado Novo*, Jorge Carvalho, que apresentou o tema do estudo *“Das relações jugoslavo-portuguesas (1941-80)” a uma tese de doutoramento*, Isabel Maria Freitas Valente, que falou sobre *Calvet de Magalhães e a integração europeia – outro olhar*, e a terminar Ana Isabel Martins, que apresentou um estudo sobre *A Europa e os media. Novos espaços de comunicação política*.

Após o intervalo para almoço, os trabalhos recomeçaram com a apresentação de Verónica Metelo sobre *A Arte da Experiência: experiência estética e a profundidade do Mundo*, Joana Duarte Bernardes, que falou sobre *Eça de Queirós. Riso, memória, morte*, Alírio Queirós, que apresentou o tema *Pessoa, o inconsciente e a heterónima portugalidade*, Luís Miguel Correia, que abordou o tema *Monumentos, identidade e território* e Ana Rute Elias Lopes, que apresentou a comunicação *Da assistência à memória, património e cultura nos Hospitais da Universidade de Coimbra*. Na 2ª parte José Carlos Avelãs Nunes proferiu uma comunicação sobre *Sanatório: de bacilo a macrófago*, Sara Repolho falou sobre *Saúde, doença e terapêuticas em balanço*, Lia Raquel Neves apresentou *A saúde como autêntico problema de saúde pública – notas dedutivas* e Ana Mafalda Reis dissertou sobre *Imagiologia médica – sua relevante actualidade*. Gisélia Braga falou sobre *O impacto social do bioterrorismo*, Patrick Hertgen apresentou o tema *Desenvolvimento e evolução da medicina pré-hospitalar desde os anos 1960 em França*, Maria Armanda Rodrigues apresentou um estudo sobre *A fisioterapia em Portugal no século XX: ciência, técnica e profissão – a revista “Fisioterapia” (1929-1939)* e Jorge Reis encerrou o primeiro dia com *A legislação regulamentadora do licenciamento e fiscalização dos laboratórios de análises clínicas do sector privado em Portugal – sua evolução e envolvimento do farmacêutico*.

No dia seguinte recomeçaram os trabalhos com *As comemorações darwinianas de 1959 e 1982 em Portugal e as traduções portuguesas de trabalhos de Charles Darwin*, apresentado por Pedro Fonseca. *Alimentos, medicamentos e venenos* foi o tema escolhido por Margarida Moura, Sandrine Pinto falou sobre *História das vacinas em Portugal – a vacinação contra a poliomielite: ciência, técnica e sociedade (1950-2000) – primeiras abordagens*. Maria Gabriela Andrade apresentou *Uma perspectiva histórica sobre a área da saúde pública e a poliomielite com base em publicações portuguesas [1950-1970]*, Ruben Gaio proferiu uma comunicação sobre *A descoberta da psicofarmacologia e sua introdução em Portugal*, Victoria Bell abordou o tema *História dos antibióticos em Portugal: a penicilina e o papel da Cruz Vermelha (1940-1950)* e Micaela Figueira de Sousa apresentou a comunicação *O estado da comparticipação de medicamentos em Portugal. História e actualidade*. Após um breve intervalo os trabalhos recomeçaram com Renato Cunha e o tema

Gripe A: contribuição para a sua compreensão em Portugal, Gualter Gaspar, que apresentou a comunicação *De 1930 ao dia Mundial de Luta contra o VIH/Sida*, Aliete Cunha Oliveira, que falou sobre *Programas de Intervenção educativa em jovens universitários: Preditores de adesão*, Joana Sá Ferreira, que abordou *A neurasthenia de Abílio Campos Monteiro (1902): a história de um diagnóstico (actual)*, José Morgado Pereira, que expôs o tema *Crime e criminalidade no pensamento psiquiátrico (1880-1930)*, Ana Inês Cruz, que dissertou sobre *O compromisso no gesto de José Júlio da Costa ao atentado de Sidónio Pais*, Sérgio Neto, que apresentou o trabalho *Norton de Matos – uma visão do mundo*, Mariana Lagarto Santos, que falou sobre *Alberto Moura Pinto e a questão da Igreja e Catarina Maia*, que apresentou o tema *360º*. Paulo Cunha encerrou o encontro com a comunicação *A internacionalização do novo cinema português (1949-1980)*. Foram organizadores o Doutor João Rui Pita, Mestre Isabel Valente e Mestre Clara Serrano. Os trabalhos decorreram nos dias 1 e 2 de Julho de 2011.

CICLO DE CINEMA 8 MM COM FUTEBOL

I Mostra de Cinema sobre Desporto

Numa organização do CEIS20, do Teatro Académico de Gil Vicente e da Universidade de Sevilha decorreu nos dias 16 e 17 de Junho de 2011 o ciclo de cinema *8 mm com Futebol – I Mostra de Cinema sobre Desporto*. No 1º dia cuja temática geral foi *Portugal e o Futebol*, foram exibidos os filmes *O Nosso Futebol* (1984), de Ricardo Costa, *Estádio Novo* (2004), documentário sobre o futebol português e os seus adeptos, e *Kick Off – Hell bent for 90 minutes* (2006) do realizador austríaco Rolland Renner. No dia 17 o tema geral foi *España y el Fútbol* e foram exibidas as curtas metragens *Campeones* (1997), *Atraco en la gran final* (2002), e os documentários *Gracias viejo* (2010), *El alma de La Roja* (2009) e *Johan Cruyff en un momento dado* (2004). A organização científica foi do Doutor Francisco Pinheiro, bolseiro de pós-doutoramento da FCT e Investigador do CEIS20 integrado no Grupo de Investigação “Estudos de Comunicação e Educação”, coordenado pela Doutora Isabel Nobre Vargues.

II JORNADAS DE HISTÓRIA E FILATELIA

Numa organização conjunta dos Grupos de Investigação “Portugal, Europa e o Mundo” e “História e Sociologia da Ciência” e da Secção Filatélica da Associação Académica de Coimbra realizaram-se, no dia 2 de Junho de 2011, as *II Jornadas de História e Filatelia*. A comunicação de abertura coube ao Doutor João Rui Pita (FFUC/CEIS20/SFAAC) com o tema *A Importância Cultural do Selo*. Seguiu-se um período de comunicações abertas, sendo a primeira *Ricardo Jorge símbolo de um processo com duzentos anos* apresentada pela Doutora Ana Leonor Pereira (FLUC/CEIS20) e Doutor João Rui Pita (FFUC/CEIS20). Sandrine Martins Pinto (CEIS20) falou sobre *Vacinação – O Novo Paradigma Terapêutico* e Lia Raquel Neves (CEIS20) apresentou a comunicação *Da filatelia de Vidal à (in)suficiência da Constituição da República*. A finalizar a manhã, a Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro (FLUC/CEIS20) apresentou

o livro *História e Filatelia – I*. Após o almoço o Professor Luís Reis Torgal (CEIS20) apresentou o tema *A República e o Ensino*, tendo a D.^a Natércia Coimbra (Centro de Documentação 25 Abril) dissertado sobre o tema *O 25 de Abril na filatelia*. Isabel Maria Freitas Valente (FLUC/CEIS20/SFAAC) apresentou a comunicação *Portugal e a União Europeia – 25 anos de integração*, a que se seguiu um debate moderado pela Prof.^a Maria Manuela Tavares Ribeiro. A comunicação de encerramento coube a Eurico Lage Cardoso (filatelista) com o tema *O Selo Postal nas suas diversas acepções*. A coordenação coube ao Doutor João Rui Pita e à Mestre Isabel Valente.

MANUEL GUIMARÃES

Colóquio e Ciclo de Cinema

No ano em que se celebraram 60 anos da produção de *Saltimbancos*, a primeira longa-metragem assinada por Manuel Guimarães (1915-1975), o caso mais singular do cinema português da década de 1950, o Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20 decidiu assinalar esta efeméride com um colóquio e um ciclo de cinema dedicado à figura e à obra de Manuel Guimarães.

O ciclo de cinema realizou-se no TAGV e incluiu duas sessões onde foram exibidos dois dos filmes mais importantes da obra de Manuel Guimarães.

Assim, no dia 11 foi exibido o filme *Saltimbancos* (1952) numa sessão apresentada por Michelle Sales, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro e colaboradora do CEIS20, e no dia seguinte passou o filme *Vidas sem rumo* (1956), apresentado por Leonor Areal, investigadora do CIMJ da Universidade Nova de Lisboa.

O colóquio, que decorreu no dia 12 de Maio, na Sala de Conferências do CEIS20, contou com o contributo de investigadores nacionais e internacionais especialistas em cinema português e na obra de Manuel Guimarães nomeadamente Michelle Sales (UFRJ), Paulo Granja (CEIS20/FLUC), Leonor Areal (CIMJ/UNL) e Paulo Cunha (CEIS20/FLUC). Coimbra, 11 e 12 de Maio de 2011.

IDENTIDADE(S) EM (RE)CONSTRUÇÃO

Seminário

No âmbito deste seminário, foram exibidos os filmes *Fintar o Destino* de Fernando Vendrell e *A Costa dos Murmúrios* de Margarida Cardoso, com a presença dos realizadores. As sessões realizaram-se no Auditório Salgado Zenha (Edifício Associação Académica de Coimbra).

Na Sala de Conferências do CEIS20 teve lugar a Mesa redonda *Produções transnacionais em português: Que passado? Que futuro?*. Foram intervenientes os realizadores Margarida Cardoso e Fernando Vendrell, os professores Leandro Mendonça (UFF), Jorge Luiz Cruz (UERJ), José Filipe Costa, realizador e doutorando do Royal College of Art e os membros do CEIS20 e doutorandos da FLUC Paulo Jorge Granja e Paulo Cunha. Organização do Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20, em 2 de Maio de 2011.

1961: O ANO “TERRÍVEL” DE SALAZAR

Colóquio Internacional

Numa iniciativa do Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Séc. XX” do CEIS20, do Instituto de História Contemporânea e da Fundação Mário Soares, realizou-se o colóquio internacional *1961: O ano “terrível” de Salazar* na Fundação Mário Soares. A sessão de abertura contou com a presença do Dr. Mário Soares, Presidente da Fundação Mário Soares. Iniciou os trabalhos o Doutor Luís Reis Torgal (CEIS20) com a conferência *O problema colonial na crise do Estado Novo. O discurso do poder*. No âmbito do 1.º painel com o tema “O regime e as Forças Armadas”, foram apresentadas as seguintes comunicações: *As relações do regime com as Forças Armadas* de António Duarte (IHC), *A reestruturação das Forças Armadas com a guerra colonial à vista* por Aniceto Afonso (IHC) e *A Abrilada de 1961 e a resistência do salazarismo* de Luís Nuno Rodrigues (ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa), seguido de um debate. À tarde os trabalhos iniciaram com uma conferência de Pedro Aires de Oliveira (IHC) subordinada ao tema *O início da guerra em Angola e as descolonizações africanas – as opções do regime em 1961*. A primeira mesa do 2.º painel “A oposição” teve como oradores João Madeira (IHC), que com o tema *PCP – corrigir o “desvio de direita”*, Susana Martins (IHC) com a comunicação *A reorganização da oposição não comunista* e Ana Sofia Ferreira (IHC), que falou sobre *As Juntas de Acção Patriótica e a revolta de Beja*, seguindo-se um debate. Após um breve intervalo, deu-se início à segunda mesa do 2.º painel, no qual apresentaram comunicação Heloisa Paulo (CEIS20) com o tema *O exílio português em 1961* e Juan Carlos Jiménez (Faculdade de Humanidades/CEU), que encerrou o primeiro dia com a comunicação *A “Operação Dulcineia” e o DRIL*, seguida de um debate.

No segundo dia iniciaram-se os trabalhos com a conferência de Manuel Loff (IHC) subordinada ao tema *O salazarismo perante o desafio da descolonização*. “O ocaso do Império” foi o tema do 3.º painel que contou com a presença de Yves Léonard (Centre d’Histoire de Science Politique/FNSP) com a comunicação *O colonialismo tardio de Salazar* e Maria Manuel Stocker (ISCTE), que falou sobre *O fim do Estado Português da Índia*. Na parte da tarde os trabalhos continuaram com o 4.º painel subordinado ao tema “O nacionalismo em Angola” e participaram Dalila Mateus (CEHC/ISCTE) com a comunicação *Angola 61: o início da guerra colonial*, Fernando Tavares Pimenta (CEIS20), que falou sobre *A luta pela independência: uma questão nacional ou uma questão racial?*. Após um curto intervalo, os trabalhos retomaram com Rosa Cabecinhas (Universidade do Minho) que apresentou o tema *Memórias da Guerra: representação da ‘Guerra de Libertação’/Guerra Colonial em Angola, Guiné Bissau, Moçambique e Portugal* e Bruno Reis (ICS) abordou o tema *O começo da operacionalização militar em Angola*. No âmbito deste colóquio realizou-se no primeiro dia uma exposição documental. Esta iniciativa decorreu nos dias 29 e 30 de Abril de 2011.

II JORNADAS DA HISTÓRIA DA PSIQUIATRIA E SAÚDE MENTAL

Na sequência das I Jornadas realizadas em 2010, estas *II Jornadas de História da Psiquiatria e Saúde Mental* visam dar continuidade às temáticas então apresentadas e

introduzir novas frentes de discussão. Das várias épocas da história da psiquiatria, estas Jornadas visaram incidir sobre a época contemporânea, ou, mais precisamente, desde meados do século XVIII até aos anos 80 do século XX. As jornadas tiveram início com a conferência de abertura *Análise dos primeiros cem processos clínicos de doentes internados no Hospital Conde de Ferreira* proferida por Adrián Gramary Cancelas (Médico Psiquiatra/Director Clínico do Centro Hospitalar Conde de Ferreira). Seguiu-se a 1.ª sessão de comunicações livres e debate que abriu com o tema *Melancolia I: de Dürer ao DSM-IV* por Manuel Esteves (FMUP/Hospital de S. João-EPE), Augusta Vieira-Coelho (FMUP/Hospital de S. João-EPE) e Sofia Leite (FMUP/Hospital de S. João-EPE). Com o tema *O delirium – evolução conceptual* apresentou comunicação Hugo Neves (Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa – Porto/HUC) e Rosa Silva (Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Católica Portuguesa do Porto/IPO – Porto). Subordinada ao tema *Terapêuticas medicamentosas em psiquiatria de finais do século XIX a inícios do século XX* apresentou comunicação João Rui Pita (FFUC/CEIS20), Ana Leonor Pereira (FLUC/CEIS20), Joana Sá Ferreira (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra/CEIS20) e José Morgado Pereira (Médico Psiquiatra/CEIS20). *Malarioterapia no tratamento da neurosífilis: implantação nas instituições psiquiátricas espanholas (1920-1936)* foi o tema abordado pela comunicação de Simone Cristina Saurim (Instituto Psiquiátrico Jose Germain – Madrid) e Olga Villasante (Hospital Severo Ochoa – Madrid). Para terminar as intervenções da manhã, Ruben Filipe Gaio Santos (FLUC/CEIS20) abordou o tema *A descoberta da clorpromazina: uma história de revolução psiquiátrica*. A 2.ª sessão de comunicações livres iniciou com o tema *Os projecteis de Aparicio Rebello dos Santos: o homem, o doente e o criminoso* por Ana Inês Vizeu Pinto da Cruz (Socióloga/ FLUC/CEIS20), ao que se seguiu o tema *Psiquiatria, ideologia e poder – a propósito do caso Maria Adelaide da Cunha* abordado por Gonçalo Félix Matos (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra) e José Cunha-Oliveira (Médico Psiquiatra). *Da Aimée de Lacan para o desejo do outro...* foi o tema da comunicação de Lia Raquel Lopes Ribeiro das Neves (CEIS20), seguindo-se Inácio Valentim (Universidad Carlos III de Madrid-FCUL) com *El Épos y Aletheia en el espacio psiquiátrico. Análisis de una interpretación foucaultiana de la verdad*. Após um breve intervalo, os trabalhos retomaram com a 3.ª sessão de comunicações livres em que *Abade Faria: um brâmane na história da psiquiatria* foi o tema abordado por José Cunha-Oliveira (Médico Psiquiatra) e Gonçalo Félix Matos (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra). António Vitor Sanches Ferreira Ribeiro (Centro de História da Sociedade e da Cultura) falou sobre *Loucura religiosa em Portugal na época moderna (sécs. XVI-XIX)*, Aires Gameiro (FPCEUP/CEIS20) apresentou a comunicação *Papel do Dr. Miguel Bombarda no planeamento do Manicómio dos Açores no dobrar dos séculos XIX-XX* e Manuel Curado (Universidade do Minho) encerrou a sessão com *A voz rara do louco. A passagem de Leal de Zêzere por Rilhafoles*. O primeiro dia de trabalhos encerrou com o lançamento do CD-Rom com os textos das I Jornadas de História da Psiquiatria e Saúde Mental.

O segundo dia de trabalhos começou com a 4.ª sessão de comunicações livres que iniciou com a comunicação *O Abade Faria e o nascimento da psicoterapia moderna* por

António Roma Torres (Hospital de São João), a que se seguiu Filipa Veríssimo (Hospital de Magalhães Lemos – Porto) e Alfredo Campos (Sociólogo/CES) com o tema *Pelos trilhos da etnopsiquiatria – por uma prática médica interdisciplinar*. Ismael Vieira (CITCEM/FLUP) abordou *A vida psíquica dos tuberculosos à luz da tisiologia dos sécs. XIX e XX* e António Barbedo de Oliveira (Hospital Magalhães Lemos – Porto) falou de *Magalhães Lemos na história da psiquiatria portuguesa*. A 5.ª sessão de comunicações livres contou com a presença de Adelino Cardoso (Centro de História da Cultura/FCSH-UL) que abordou o tema *Polyanthea medicinal de João Curvo Semedo – Um marco na história da psiquiatria portuguesa*, Manuel Correia (IST-UTL/CEIS20), que falou de *Egas Moniz em livre (re)exame: uma década depois. Debates entre Júlio de Matos e Raphael Garófalo: postulados da Escola Positiva face à questão da loucura moral* foi o tema escolhido por Ana Inês Vizeu Pinto da Cruz (Socióloga/FLUC/CEIS20), *O carvalho, o mato e a floresta. Das fundações da clínica no Traité Médico-philosophique sur l'Alienation Mentale de Pinel, de 1809* foi a comunicação de Manuel Silvério Marques (Médico hematologista/Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa). A terminar a sessão António Roma Torres (Hospital de São João) dissertou sobre *Elysio de Moura e a Escola Portuguesa no tratamento da anorexia nervosa*. Na parte da tarde, os trabalhos retomaram com a 6.ª Sessão de comunicações livres em que participam Sara Repolho (CEIS20) com *A saúde mental à luz da revista "Natura" (1942-1991)*, Luís Sá (Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Católica Portuguesa-Porto) e Joana Sousa (Instituto de Ciências da Saúde, Universidade Católica Portuguesa/HUC), que apresentaram a comunicação *Evolução da prática dos cuidados de enfermagem em psiquiatria e saúde mental*, Ângela Salgueiro (IHC/FCSH/UNL), que dissertou sobre *O ensino da psiquiatria na reforma dos estudos médicos de 1911* e Bertulino José de Souza (Universidade do Estado do Rio Grande do Norte), que falou de *Saúde mental a partir de fragmentos da história da psiquiatria brasileira e a atuação política dos CAPS – Centros de Atenção Psicossocial: o caso de Natal/RN*. Após um breve intervalo, deu-se início à 7.ª sessão de comunicações livres que contou com a presença de Maria Olga de Castro e Silva (Escola Superior de Enfermagem do Porto/UNIESEP) e Margarida Louro Felgueiras (FPCEUP/CIIE) que abordaram o tema *Assistência e formação de enfermagem de saúde mental no Hospital Conde de Ferreira*, Luís Manuel Neves Costa (FCTUC), que apresentou uma comunicação sobre *Manicómio Sena ou... a questão coimbrã da psiquiatria*, Tiago Pires Marques (CEHR/CERMES3) com o tema *A construção de uma ética católica nas Ciências da Saúde Mental: Portugal c.1910-c.1950*. Luís Rosa Dias (Médico Cirurgião Vascular) e Maria do Sameiro Barroso (Centro de Investigação Estudos sobre o Modernismo/FCSH/UNL) analisaram *Fernando Pessoa – Medo da loucura, lucidez consciente* e José Manuel Jara (Médico Psiquiatra), que encerrou a sessão com a comunicação *Na senda de Kleist e Lebonard, as psicoses fásicas com Barahona Fernandes*. A conferência de encerramento foi da responsabilidade de Ana Leonor Pereira (FLUC/CEIS20) que dissertou sobre *Psiquiatria, darwinismo e evolução*. Decorreu nos dias 28 e 29 de Abril de 2011 e a organização foi da responsabilidade do Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20 com o apoio da Secção Regional de Coimbra da Ordem dos Farmacêuticos.

100.º ANIVERSÁRIO DE ENSINO OBRIGATÓRIO DE DEONTOLOGIA E LEGISLAÇÃO FARMACÊUTICA

Ciclo de Conferências

No dia 30 de Março de 2011 teve lugar no Anfiteatro Caetano de Santo António da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra a primeira conferência do Ciclo de conferências comemorativas do *100.º aniversário de ensino obrigatório de Deontologia e Legislação Farmacêutica*. A Prof.^a Doutora Solvita Olsena (Faculdade de Medicina da Riga Stradins University) apresentou o tema *Confidentiality, professional freedom and business interests of the owners of pharmacy*. Os comentários estiveram a cargo do Mestre André Pereira (CDB/CEIS20). O evento foi uma organização da unidade curricular de Deontologia e Legislação Farmacêutica da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e do Grupo de “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20. A organização esteve a cargo do Prof. Doutor João Rui Pita.

1961: O ANO DE TODAS AS CRISES

Colóquio

Numa organização do Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX” do CEIS20 e do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, realizou-se na Casa da Escrita, em Coimbra, dias 3 e 4 de Março de 2011, o colóquio *1961: o ano de todas as crises*. A palestra de abertura foi da responsabilidade do Professor Fernando Rosas (IHC/UNL).

O primeiro dia teve como tema “1961: as revoltas contra o regime”. Apresentou comunicação a Mestre Susana Martins (IHC/UNL) sob o tema *Do Santa Maria à FPLN: que papel para o exílio?*, a que se seguiu o Doutor João Madeira (IHC/UNL) que falou sobre *O PCP entre a Sé e Beja: dois pés fora e um pé dentro*. Após uma pequena pausa os trabalhos retomaram com a Doutora Heloisa Paulo (CEIS20), que fez uma exposição sobre *O mito da Unidade: as cisões da oposição antislazarista 1961-1970*. O Doutor Mário Matos e Lemos (CEIS20) encerrou este painel com a comunicação *A oposição e as eleições de 1961* a que se seguiu um debate.

No dia seguinte os trabalhos começaram sendo tema do dia “1961: os movimentos anticolonialistas”. Foram oradores o Tenente-Coronel Aniceto Afonso com *Moçambique – Do fim da Guerra Colonial ao período de transição*, o Doutor Fernando Pimenta (CEIS20), que apresentou o tema *Angola, o 4 de Fevereiro e o comportamento dos nacionalistas brancos* e o Doutor Julião Soares Sousa, que terminou esta sessão com *O PAIGC face aos acontecimentos políticos registados em Portugal entre 1961 e 1962: O caso Santa Maria*.

A tarde começou com a exibição do documentário “Santa Liberdade” de Margarita Ledo, a que se seguiu um debate com a presença de Amândio Silva e Fernando Vasconcelos, participantes do sequestro do avião da TAP, Camilo Mortágua, participante do assalto ao Santa Maria, Jaime Conde, participante da Revolta da Sé, Manuel Pedroso Marques, exilado e participante da Revolta de Beja e ainda os Doutores Heloisa Paulo e Luís Reis Torgal do CEIS20.

ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, PENACOVA E A REPÚBLICA

Colóquio

No âmbito das comemorações do Centenário da República e por ocasião da inauguração das novas instalações da Biblioteca Municipal e Centro Cultural de Penacova, numa organização do Grupo de Investigação “Arquivo da Memória e História do Século XX” do CEIS20 e do Município de Penacova, realizou-se no Centro Cultural de Penacova – Edifício da Nova Biblioteca a exposição “António José de Almeida e caricatura na I República”, cuja apresentação esteve a cargo de Alexandre Ramires (Escola Sec. Infanta D. Maria/FLUC/CEIS20). Seguiu-se o colóquio *António José de Almeida, Penacova e a República* moderado por Maria Manuela Tavares Ribeiro (FLUC/CEIS20). Após a sessão de abertura, Luís Reis Torgal (CEIS20) apresentou a comunicação *António José de Almeida e a República*, David Almeida (Escola Básica de Condeixa) abordou o tema *Penacova e a República*. Diogo Gaspar (Director do Museu da Presidência da República) falou sobre *António José de Almeida e o Museu da Presidência da República*, Norberto Cunha (Universidade do Minho/Director da Casa-Museu Bernardino Machado) dissertou sobre *A importância de uma Casa-Museu como Centro de Animação Cultural* e, a terminar os trabalhos, António Arnaut (Advogado/escritor) apresentou a comunicação *República e Cidadania*. Decorreu a 12 de Fevereiro de 2011.

OS MÉDICOS E A REPÚBLICA

Colóquio

Realizou-se na Sala de Seminários do CEIS20 o colóquio *Os Médicos e a República*, cuja primeira parte decorreu na Sociedade de Geografia de Lisboa em 20 e 21 de Maio de 2010. As duas iniciativas, constituem uma organização conjunta do Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20 e da Secção de História da Medicina da Sociedade de Geografia de Lisboa. Luís Reis Torgal (CEIS20) iniciou os trabalhos com a comunicação *Medicina, «escola de políticos». António José de Almeida e a República*, seguindo-se Cristina Nogueira (Fundação Bissaya Barreto) que dissertou sobre *A face republicana de Bissaya Barreto*. Da parte da tarde os trabalhos iniciaram-se com José Morgado Pereira (CEIS20) que apresentou *República, Poder e Ciência: José Sobral Cid*, Manuel Correia (IST/CEIS20), que falou sobre *A República de Egas Moniz: temas evitados e práticas esquecidas*, Ana Leonor Pereira (FLUC/CEIS20), que apresentou uma comunicação sobre *A República dos Republicanos: o caso do médico Júlio de Matos e Virgílio Vasconcelos Ribeiro* (Advogado/Mestrando FLUC), que encerrou os trabalhos com *Miguel Bombarda (1851-1910)*. O colóquio foi moderado pelo Doutor João Rui Pita (FFUC/CEIS20). Decorreu em 25 de Novembro de 2010.

HISTÓRIA DA HISTÓRIA DO CINEMA PORTUGUÊS

Seminário internacional

Organizado pelo Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais”, teve lugar na sala de conferências do CEIS20 o seminário internacional

História da História do Cinema Português. Luís Reis Torgal, professor aposentado da FLUC e investigador do CEIS20, abriu a sessão com a comunicação *O cinema sob o olhar dos historiadores* a que se seguiu Tiago Baptista, professor do Birbeck College de Londres e investigador da Cinemateca Portuguesa, com o tema *Filmes, figuras e factos: o modelo de investigação para-filmográfico de Manuel Félix Ribeiro*. Leandro Mendonça, professor da Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, apresentou a comunicação *Cinema português: os Anos Gulbenkian* e, a encerrar, Paulo Jorge Granja, doutorando da FLUC e membro do CEIS20, apresentou o tema *Contra uma certa tendência da historiografia do cinema português*.

A organização do seminário foi da responsabilidade de Paulo Cunha, doutorando da FLUC e membro do CEIS20. Realizou-se em 22 de Novembro de 2010.

O CINEMA DOS PAÍSES LUSÓFONOS”: NOVOS CINEMAS NOS PAÍSES LUSÓFONOS (ANOS 60-70)

II Simpósio e IV Mostra de Cinema

Decorreu no Teatro Académico de Gil Vicente – TAGV a *IV Mostra de Cinema nos Países Lusófonos (anos 60-70)* numa organização do Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20. Na primeira sessão foi exibido o filme “Catembe” de Faria de Almeida (Moçambique, 1965), apresentado por Maria do Carmo Piçarra. Após a projecção decorreu uma conversa com o realizador Faria de Almeida.

Os filmes seguintes “Arraial do Cabo” de Paulo César Saraceni e Mário Carneiro (Brasil, 1960) e “Deus e o Diabo na Terra do Sol” de Glauber Rocha (Brasil, 1964) foram apresentados por Michelle Sales, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e colaboradora do CEIS20. No dia 28 decorreram as sessões “Cinema moçambicano: assim estamos livres... 1975|2010” de Sílvia Vieira e Bruno Silva (Portugal, 2010) e “Kuxa Kanema – o nascimento do cinema” de Margarida Cardoso. A apresentação dos filmes foi feita por Mirian Tavares. Após a projecção teve lugar uma conversa com a realizadora Sílvia Vieira. Apresentados por Jorge Luiz Cruz, professor adjunto do Instituto de Artes e do Programa de Pós-graduação em Artes da UERJ foram exibidos os filmes “Aruanda” de Linduarte Noronha e Rucker Vieira (Brasil, 1960) e “Macunaíma” de Joaquim Pedro de Andrade (Brasil, 1969).

Na segunda sessão, 29 de Novembro, foi a vez de “O Carnaval da Vitória” (Angola, 1978) seguido de “O Ritmo dos Ngola Ritmos” de Antonio Ole (Angola, 1978). A apresentação dos filmes coube ao Professor Jorge António. No mesmo dia passaram ainda os filmes “Mauro, Humberto” de David Neves (Brasil, 1964), “O Desafio” de Paulo César Saraceni (Brasil, 1965). Rodrigo Guéron fez a apresentação dos filmes No dia seguinte foram exibidos “O Kimbando Kambia” (Angola, 1979) e “Ondyelwa, Festa do Boi Sagrado” (Angola, 1979) ambos de Ruy Duarte de Carvalho. Terça à noite foi a vez do Professor Leandro Mendonça apresentar ‘Di Cavalcanti’ de Glauber Rocha (Brasil, 1977) e “Vidas Secas” de Néilson Pereira dos Santos (Brasil, 1963).

A organização do ciclo teve a colaboração do LCV – Laboratório de Cinema e Vídeo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal Fluminense. Realizou-se de 27 a 30 de Novembro de 2010.

CINEMA BRASILEIRO: ONTEM E HOJE

Curso de Extensão

O curso começou com uma aula de Jorge Luiz Cruz, Professor adjunto do Instituto de Artes e do Programa de Pós-graduação em Artes da UERJ que falou sobre *A panorâmica do cinema novo do Brasil*. No dia seguinte Leandro Mendonça, professor do Programa de Pós-graduação em Ciência da Arte da Universidade Federal Fluminense (PPGCA), abordou o tema *O conceito de modo de produção cinematográfico e o cinema brasileiro*. Michelle Sales, professora na EBA – Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e colaboradora do CEIS20 encerrou o Curso com uma aula sobre *O cinema brasileiro contemporâneo*. Sala de Conferências do CEIS20, 29 e 30 de Novembro de 2010. A organização foi do Mestre Paulo Cunha, doutorando da FLUC e membro colaborador do CEIS20, integrado no Grupo de Investigação do CEIS20 “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais”. O curso decorreu no âmbito da iniciativa *O cinema nos países lusófonos – 2010*.

O CINEMA DOS PAÍSES LUSÓFONOS - 2010

II Simpósio

O Simpósio começou com uma mesa redonda intitulada «Do “Terceiro Cinema” ao “Cinema Periférico” – ideologia e estética». Foram oradores Leandro Mendonça (UFF, Rio de Janeiro), Rodrigo Guéron (UERJ), José Filipe Costa (Royal College of Arts) e Ros Gray (Goldsmiths/University of London). Foi moderador o Professor António Pedro Pita (CEIS20/FLUC).

A mesa-redonda seguinte foi dedicada ao tema: «Cinema Moçambicano» e contou com a presença de Maria do Carmo Piçarra (UNL), Mirian Tavares (CIAC/UAlg) e Sílvia Vieira (CIAC/UAlg). Moderação de Paulo Granja (CEIS20/FLUC).

A última Mesa-redonda, moderada por Isabel Nogueira (CEIS20), foi dedicada ao tema dos «Novos Cinemas em Portugal e no Brasil (anos 60-70)», tendo participado Jorge Luiz Cruz (UERJ), Michelle Sales (URFJ), Paulo Granja (CEIS20/FLUC) e Paulo Cunha (CEIS20).

Foi organizador o doutorando Paulo Cunha do Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20. Teve lugar de 27 a 29 de Novembro de 2010.

CIÊNCIAS DA VIDA, TECNOLOGIAS E IMAGINÁRIOS. HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR CARLOS ALMAÇA (1934-2010)

Colóquio

No ano internacional da biodiversidade, o Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20 entendeu celebrar a natureza e a vida num tempo de reflexão construtivo e capaz de produzir efeitos na consciência académica e pública e, por outro lado, prestar homenagem póstuma ao Prof. Doutor Carlos Almaça (1934-2010).

Neste contexto foi realizado o colóquio *Ciências da Vida, Tecnologias e Imaginários – Homenagem ao Prof. Doutor Carlos Almaça (1934-2010)*. Deu início aos trabalhos o Prof. Doutor A. M. Amorim da Costa com a comunicação *Ciência e Mito: evocar mitos da Amazónia no ano da biodiversidade*, seguindo-se a Dr.^a Victoria Bell com a temática *Da biodiversidade à biotecnologia*. Após um breve intervalo a Dr.^a Sara Silva apresentou a comunicação *A árvore de Darwin, Evolução Cultural e o Predicamento Humano: novas tendências em Antropologia*, a que se seguiu o doutorando Pedro Fonseca com *Religião e Ciência: o 'credo' eugénico de Eusébio Tamagnini (1880-1972) perante a oficialidade do Catolicismo no Estado Novo – 'preceito' ou 'heresia'?*.

Da parte da tarde os trabalhos recomeçaram com a comunicação *A celebração da natureza nas Recriações Botânicas da Marquesa de Alorna* pela Doutora Palmira Fontes da Costa. Os Doutores A. M. Nunes dos Santos e Christopher Damien Aurette falaram sobre *Ficção e novas tecnologias. Meditação sobre a bioarte: rizoma, reflexividade e responsabilidade na obra de Fernando Pessoa, Lee Mingwei e Symbiotica*. Gabriela Gândara Terenas apresentou o tema *As Ciências da Vida na Imprensa da Segunda Metade de Oitocentos: a Inspiração Evolucionista e o Cruzamento de Saberes*. A Doutora Ana Leonor Pereira finalizou, tecendo alguns comentários sobre o Colóquio. A organização foi do Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência”. Realizou-se no CEIS20, em 18 de Novembro de 2010.

COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO: EDUCAÇÃO E CIDADANIA

A sessão de Abertura contou com a presença da Coordenadora Científica do CEIS20, Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, da coordenadora do Grupo de Investigação “Estudos de Comunicação e Educação”, Prof. Doutora Isabel Nobre Vargues, e do Coordenador do Colóquio Prof. Doutor António Gomes Ferreira.

A 1.^a mesa, coordenada por Ana Teresa Peixinho (FLUC/CEIS20), contou com a presença de Isabel Nobre Vargues (FLUC/CEIS20) que apresentou o tema *Aprendizagem da cidadania: do Liberalismo à Primeira República* e Augusto Monteiro (CEIS20) que falou sobre *A cidadania nos manuais escolares da Primeira República*. De seguida teve lugar um debate sobre os temas tratados.

Na 2.^a Mesa, coordenada por António Simões Rodrigues (CEIS20), participaram a Professora Angela Maria de Castro Gomes (Fundação Getúlio Vargas) com a comunicação *Educação e cidadania no Ministério Capanema (1934-1945): a Comissão Nacional de Literatura Infantil*, seguida da comunicação dos Professores Luís Mota e António Gomes Ferreira (ESEC/FPCEUC/CEIS20) *Representações sobre a mulher na formação de professores durante o Estado Novo*. A encerrar os trabalhos a Doutora Marta Araújo (CES) apresentou o tema *História, Eurocentrismo e Educação: discursos presentes sobre o passado*, a que se seguiu o debate.

A 3.^a mesa, coordenada pelo Doutor Luís Mota (ESEC/CEIS20), teve como participantes a Doutora Carlota Boto com *A educação escolar como direito humano de três gerações: Identidades e Universalismos*, seguida de Cristina Vieira com a comunicação *Género e cidadania na contemporaneidade* e da Doutora Maria Amélia Souza Reis

(CEIS20), que falou sobre *Desafios para a formação de formadores: interculturalidade, sexualidade e género em “um mundo pelo avesso” ou “pelo avesso do mundo”*.

Na 4.ª Mesa, coordenada pelo Prof. Doutor António Gomes Ferreira, foi orador o Prof. Doutor António Pedro Pita (FLUC/CEIS20) com a conferência *Cultura e Cidadania*.

A encerrar os trabalhos foram oradores os Doutores António Gomes Ferreira e Luís Mota. O colóquio foi organizado pelo Grupo de Investigação “Estudos de Comunicação e Educação” do CEIS20 e pelo GEEFUC— Grupo de Estudos em Educação e Formação da Universidade de Coimbra. Realizou-se no Arquivo da Universidade de Coimbra, em 4 de Novembro de 2010.

TEMAS DE SAÚDE, FARMÁCIA E SOCIEDADE

1.º Ciclo de conferências

Entre 18 de Outubro e 9 de Novembro de 2010 realizou-se na Sala Garcia de Orta e na Sala III da Unidade Central da Faculdade de Farmácia o 1.º Ciclo de conferências *Temas de Saúde, Farmácia e Sociedade*. No dia 18 de Outubro de 2010 a Mestre Sara Repolho (FFUC/CEIS20) apresentou uma conferência subordinada ao tema *Relação entre medicina oficial e terapêuticas não convencionais*. No dia 19 de Outubro de 2010, coube à Dr.ª Micaela Figueira de Sousa (FFUC/CEIS20) fazer uma exposição sobre *As instituições reguladoras do medicamento. O papel dos vários intervenientes no circuito do medicamento: da produção industrial à distribuição em farmácias e outros locais*. No dia 2 de Novembro de 2010 a conferência foi da responsabilidade da Mestre Aliete Cunha-Oliveira (FMUC/CEIS20) com o tema *VIH/sida e educação para a saúde*. No dia 9 de Novembro de 2010, a Dr.ª Maria Joana Ferreira (CHPC) falou sobre *Saúde e doença: saberes, práticas e representações*. Foi uma organização do Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20 em colaboração com a unidade curricular de Sociologia da Saúde do Mestrado Integrado em Ciências Farmacêuticas da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, tendo sido coordenado pelo Prof. Doutor João Rui Pita.

INVESTIGAÇÃO EM HISTÓRIA DA CIÊNCIA, DA TÉCNICA E DA CULTURA CIENTÍFICA

1.º Curso Breve

No dia 8 de Outubro de 2010 realizou-se na Sala de Conferências do CEIS20 o 1.º Curso Breve de *Investigação em História da Ciência, da Técnica e da Cultura Científica*. O curso teve como prelectores e coordenadores os investigadores do CEIS20, Prof.ªs Doutores João Rui Pita e Ana Leonor Pereira e teve uma duração total de 5 horas. Foi uma organização do Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20 e teve como destinatários principais os investigadores doutorandos e colaboradores do Grupo.

NO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

Ciclo de Cinema

A primeira sessão realizou-se no dia 20 de Setembro com a exibição do filme “Fátima Milagrosa” de Rino Lupo (Portugal, 1928), mudo, com intertítulos em português. A apresentação e os comentários couberam a Tiago Baptista, investigador da ANIM – Cinemateca Portuguesa. Após a projecção teve lugar uma mesa-redonda sobre a temática *A Primeira República e a questão religiosa*, com moderação de Paulo Granja (CEIS20/FLUC) e participação de Miguel Santos (CEIS20) e Sandra Duarte (CEIS20). A 27 de Setembro foi exibido o filme “Repórter X” de José Nascimento (Portugal, 1986). Apresentou e comentou o filme Daniel Ribas (IPB/UA). Após a projecção teve lugar uma mesa-redonda que abordou o tema *O novo imaginário social da Primeira República*, com moderação de Isabel Nogueira (CEIS20) e participação de António Pedro Pita (FLUC/CEIS20), Isabel Nobre Vargues (FLUC/CEIS20) e Maria Cândida Proença (IHC).

No dia 4 de Outubro passou o filme “Solo de Violino” de Monique Rutler (Portugal, 1990). Fez a apresentação e os comentários Ana Catarina Pereira (UBI). Após a projecção teve lugar uma mesa-redonda sob a temática *A Primeira República e a condição feminina*, com moderação de Joana Duarte (CEIS20) e participação de Isabel Nobre Vargues (FLUC/CEIS20) e Sara Marques Pereira (U. Évora). Durante o ciclo decorreu uma exposição de 10 cartazes/fotografias da colecção da Cinemateca Portuguesa alusiva aos filmes que integraram o ciclo. Organização do Grupo de Investigação “Correntes Artísticas e Movimentos Intelectuais” do CEIS20 com a colaboração da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema.

1910-2010: COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO REPUBLICANAS

Colóquio Internacional

O colóquio começou com o tema *Educação e comunicação em diálogo*, tendo sido oradores Felisbela Lopes, professora da Universidade do Minho, com a comunicação *50 anos de telejornal: da tranquilidade à vertigem dos acontecimentos* e Eduardo Sá, da Universidade de Coimbra, que apresentou o tema *O coração depois dos 100: a República, a noção de pessoas e o futuro*. Seguiu-se um período de apresentação de comunicações livres e debate no âmbito do tema “Jornalismo e República”. Foram apresentadas as seguintes comunicações: *A República e os jornais* por Mário Matos e Lemos, do CEIS20, *A rádio pública portuguesa em transição*, por Sílvio Santos, *Pelas nossas possessões” ou o ideário d(um) a revista colonial da Primeira República*, apresentada por Sérgio Neto, do CEIS20, *A imprensa estudantil vianense durante a 1ª República* por António Barroso, *A perspectiva do Partido Republicano italiano sobre a Revolução de Abril* por Marco Gomes, do CEIS20, e, a terminar, Paulo Bruno Alves, do CEIS20, falou sobre *A chegada da República à Província sob o olhar da Imprensa Católica (Outubro de 1910 – Março de 1911)”. O caso de Viseu e do jornal diocesano A Folha*.

De tarde os trabalhos começaram com a comunicação *Self-government e ensino liceal no primeiro quartel do século XX* pelo Doutor Jorge do Ó, da Universidade de Lisboa, seguido do Prof. Ernesto Castro Leal da mesma Universidade, que falou sobre *Gazetas académicas na República: vulgarmente efémeras mas recorrentes*. A comunicação apresentada pela Doutora Isabel Nobre Vargues, professora da FLUC e investigadora do CEIS20, obedeceu ao tema *Reinventando a comunicação e a memória da República: o 5 de Outubro de 1910 e as comemorações da efeméride*.

Após um breve intervalo decorreu mais uma sessão de Comunicações Livres no âmbito do tema “Ética e Ideais Republicanos” tendo participado os seguintes comunicantes: João Paulo Avelãs Nunes com “*Ética republicana*” e “*interregno salazarista*”: *o Holocausto e o julgamento de Nuremberg na imprensa portuguesa*, José Brás e Maria Gonçalves falaram sobre *O esculpir da ética republicana na relação pendular entre qualidades e defeitos*, Alexandre Pereira falou sobre *Os direitos de autor e a educação na República electrónica*, Isabel Baltazar apresentou o tema *O projecto português dos Estados Unidos da Europa de Sebastião de Magalhães Lima* e, a encerrar o ciclo, Ángel Gallardo apresentou o tema *A comunicação da ideia republicana na sociedade espanhola do século XX*.

No 2.º dia as Comunicações Livres obedeceram ao tema “Educação e “República”. Foram oradores João Amado, António Martinho e António Simões Rodrigues com *Revolução na educação?*, a que se seguiu Bruno Diniz Fernandes, com *Práticas pedagógicas institucionais: subjectividade, normalização e o ideário de reeducação republicano*. António Gomes Ferreira e Luís Mota apresentaram o tema *Educação, ensino e formação de professores na imprensa da especialidade durante a I República (1910-1926)*, Hélder Henriques falou sobre *A Escola Distrital de Habilitação para o Magistério Primário de Castelo Branco (1898-1919)/Escola Normal Primária Superior (1919-1926): retrato de um percurso* e encerrou o ciclo Ramsés Nunes e Silva com a comunicação *Notícias da laicização instrucional em Portugal: visões da sacralidade e secularidade nas páginas da imprensa católica brasileira (1910-1927)*.

A conferência plenária, *António José de Almeida, jornalista e político da República* foi proferida pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal, do CEIS20.

As Comunicações Livres seguintes obedeceram ao tema “Ícones da República”. Foram oradores João Rui Pita com *Medicina, Farmácia e Publicidade: da I República ao século XXI*, Lídia Nunes Cunha que apresentou o tema *Escola pública e fotografia escolar: representação de escolares na primeira metade do século XX*, Heloisa Paulo, que falou sobre *Os exilados republicanos: os grandes esquecidos*. A comunicação seguinte *Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu: leitura verbo-visual de um folheto de cordel republicano* foi apresentada por Alberto Roiphe e, a encerrar, as investigadoras Arlete Alves Baubier e Maria Amélia Souza Reis apresentaram o tema *Biblioteca do Museu do Índio de Manaus – iconografia da coleção bibliográfica sobre educação indígena na Amazônia (1910-2010)*. A encerrar o colóquio o Mestre João Pires Cutileiro, escultor, proferiu a Conferência Plenária *Imagem da República do futuro*. Organização do Grupo de Investigação “Estudos de Comunicação e Educação”. Auditório do Edifício Central do Pólo II, 21 e 22 de Outubro de 2010.

A Sessão de Abertura contou com a participação dos Professores Fernando Rosas (IHC/UNL), Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS20/FLUC) e Álvaro Garrido (CEIS20/FEUC). Coube ao Doutor Fernando Rosas (IHC/UNL) proferir a Conferência de Abertura com o tema *O Corporativismo e o Estado Novo: a institucionalização da Nação orgânica e os seus limites*.

O Painel I “O Corporativismo Político – Ideologia e Sistemas” foi moderado pelo Doutor Fernando Rosas tendo como oradores os Professores António Hespanha (FDUNL) que falou sobre *O corporativismo habitual do constitucionalismo português (1820-1920*, António Costa Pinto (ICS/UL) com o tema *Estados corporativos e sistemas políticos de representação corporativista* e Diogo Freitas do Amaral (FDUNL), que encerrou o painel com a comunicação *Corporativismo, Fascismos e Constituição*.

No âmbito do Painel II, “O Corporativismo – Teoria, Doutrina e Organização”, que teve como moderador o Doutor Álvaro Garrido, foram apresentadas as seguintes comunicações: *Os corporativismos e as “terceiras vias”*, pelo Doutor Luís Reis Torgal (CEIS20), *A economia política do corporativismo: entre a teoria e a doutrina* de autoria do Doutor José Maria Brandão de Brito (ISEG/UT). *Economia corporativa e keynesianismo (1949-1968)* foi o tema do Professor Carlos Bastien (ISEG/UT) e, a terminar, o Doutor José Luís Cardoso (ICS/UL) falou sobre *Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico*.

No dia seguinte retomaram os trabalhos, sendo o tema do Painel III “Corporativismo e Regulação Económica”. Foi moderadora a Doutora Dulce Freire. O Doutor Álvaro Garrido (FEUC/CEIS20) apresentou a comunicação *Lógicas de construção da “economia nacional corporativa” (1933-1939)* e o orador seguinte Fernando Oliveira Baptista (ISA/UT) abordou o tema *Políticas agrárias e organização corporativa – uma relação falhada?*. A comunicação *Corporativismo e economia de guerra* foi apresentada pelo Doutor João Paulo Avelãs Nunes (FLUC/CEIS20) e, a fechar, a Doutora Maria Fernanda Rollo (IHC/UNL) apresentou o tema *O inquérito à Organização Corporativa de 1947*.

O Painel IV, “Corporativismo, Luta de Classes e Controlo Social”, foi moderado pelo Doutor José Maria Brandão de Brito, tendo sido apresentadas as comunicações *O corporativismo como política social: a implementação dos Sindicatos Nacionais* pela Doutora Fátima Patriarca (ICS/UL) e *Sindicatos Nacionais: a derrota do sindicalismo livre* pela doutora Joana Dias Pereira (IHC/UNL). Após um breve intervalo a Doutora Dulce Freire (ICS/UL) falou sobre *Movimentos sociais de resistência ao autoritarismo corporativo*. O Doutor José Carlos Valente (ICS/UL) encerrou com o tema *A corporativização dos tempos livres: a acção da FNAT*.

Após o debate, o Professor Manuel de Lucena (ICS/UL) proferiu a Conferência de encerramento com o título “*O sistema corporativo português*” – memória historiográfica e suas reinterpretações.

Da Comissão Científica fizeram parte os Professores Fernando Rosas e Álvaro Garrido e a organização coube ao CEIS20 e ao Instituto de História Contemporânea (IHC/FCSH/UNL). Realizou-se na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa nos dias 15 e 16 de Outubro de 2010.

PORTUGAL-EUROPA – 25 ANOS DE ADESÃO

Colóquio

Decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, numa organização do Grupo de Investigação “Portugal, Europa e o Mundo” do CEIS20 e do Departamento de História, Arqueologia e Artes da FLUC, o colóquio *Portugal-Europa – 25 anos de adesão*. Participaram no colóquio o Professor J. Medeiros Ferreira com a comunicação *Negociação permanente e metamorfoses na UE*, o Prof. Doutor José Reis da FEUC com o tema *Portugal e a Europa: agendar um reencontro?* e o Prof. Doutor Luís Andrade, da Universidade dos Açores e investigador do CEIS20, que falou sobre *Os Açores, a política externa portuguesa e a União Europeia – uma perspectiva geopolítica*. Da parte da tarde os trabalhos recomeçaram com o Prof. Doutor Carlos Amaral, da Universidade dos Açores e investigador do CEIS20 que apresentou uma comunicação sobre *Os Açores e a Europa. Para uma Europa das ilhas e das Regiões*, a que se seguiu o Prof. Doutor Nuno Severiano Teixeira, com o tema *Os desafios da defesa europeia depois do Tratado de Lisboa*. A encerrar o colóquio foi orador o Prof. Doutor Adriano Moreira com a conferência *A integração de Portugal na Europa*. A Coordenação Científica foi da responsabilidade da Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, da FLUC e Coordenadora Científica do CEIS20. Realizou-se em 12 de Outubro de 2010.

COLONIALISMO, ANTI-COLONIALISMO E LIBERDADE DOS POVOS NUMA CONCEPÇÃO REPUBLICANA

Colóquio Internacional

Numa iniciativa do Instituto Camões – Centro Cultural Português da Praia e Mindelo, em parceria com o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 e a Universidade de Cabo Verde, foi organizado o colóquio *Colonialismo, Anti-Colonialismo e Liberdade dos Povos numa Concepção Republicana* que englobou a Exposição *Letras e Cores. Ideias e autores da República*.

A iniciar os trabalhos o Prof. Doutor António L. Correia e Silva (Magnífico Reitor da UNI-CV) apresentou a comunicação *Democracia e Colonialismo: uma combinação possível?*, seguindo-se o Prof. Doutor Luís Reis Torgal (CEIS20) com o tema *República e Colonialismo. António José de Almeida e África*. O Mestre Sérgio Neto (FLUC/CEIS20) apresentou a comunicação *Imagens e representações de Cabo Verde na imprensa da Primeira República*, e a Doutora Ângela Coutinho (CESNOVA/UNL) abordou o tema *A representação do ‘negro’ nos textos de autores cabo-verdianos do jornal ‘A Mocidade Africana’ (1930-1931)*. A terminar, o Doutor Brito-Semedo (Universidade de Santiago) apresentou a comunicação *A Vez da República e a ‘Voz de Cabo Verde’*.

A iniciar os trabalhos do 2.º dia o Doutor Fernando Pimenta (CEIS20) falou sobre *A 1.ª República e o protesto autonomista dos brancos de Angola* e o Doutor Julião Soares Sousa (CEIS20) apresentou o tema *As organizações proto-nacionalistas guineenses durante a 1.ª República: o caso da liga guineense e do Centro Escolar Republicano*.

O Doutor João Lopes Filho (UNI/CV) falou sobre *Reflexos em Cabo-Verde da implantação da República portuguesa* e a Doutora Maria Adriana Carvalho (UNI-CV)

apresentou a comunicação *Emigração, cultura letrada e progresso social: Cabo Verde na época republicana*. De seguida o Doutor João Vasconcelos (ICS) falou sobre *Espiritismo e Republicanismo em Cabo Verde: a conversão do Cónego António Manuel da Costa Teixeira*. A finalizar, o Mestre Olavo Bilac Cardoso (UNI-CV) apresentou o tema *Pedro Cardoso e a República*. Mindelo, 7 e 8 de Outubro de 2010.

SEXUALIDADE E COMPORTAMENTOS PREVENTIVOS EM CONTEXTO ACADÉMICO

Workshop – Programa

De 19 de Março a 24 de Novembro de 2010 teve lugar o *Workshop*-Programa de Intervenção Educativo intitulado *Sexualidade e Comportamentos Preventivos em contexto académico* realizado no âmbito do projecto de investigação para doutoramento “VIH/sida e comportamentos de risco: monitorizar a evolução”. O evento, com um total de sete sessões, cada uma com duração de oito horas, teve como responsável e prelectora a Mestre Aliete Cunha-Oliveira. A iniciativa integrou-se no plano de actividades científicas do Grupo de Investigação “História e Sociologia da Ciência” do CEIS20.

APRESENTAÇÃO DE LIVROS

Teve lugar na Casa Municipal da Cultura em Coimbra a apresentação do livro *Amílcar Cabral (1924-1973) – Vida e Morte de um Revolucionários Africano* de autoria do Doutor Julião Soares Sousa, Investigador do CEIS20, da responsabilidade da editora Nova Vega. Na sessão estiveram presentes o jurista e escritor cabo-verdiano Dr. José Luís Hopffer, que fez a apresentação, e o Professor Luís Reis Torgal, na qualidade de orientador da tese de doutoramento que esteve na origem do livro. A sessão contou ainda com a actuação do coro dos Antigos Orfeonistas da Universidade de Coimbra e do Grupo de dança “Cabaz” da organização dos Estudantes da Guiné-Bissau em Coimbra. Realizou-se em 29 de Junho de 2011.

Realizou-se no dia 20 de Junho de 2011, no Auditório Eng. Victor de Matos, em Aveiro, a sessão de apresentação do n.º 4 da Revista *Debater a Europa*, subordinada à temática “O contributo Europeu para o património imaterial da humanidade”, coordenado pela Mestre Isabel Maria Freitas Valente e pela Dr.ª Zélia Dias. A revista é propriedade do CIEJD e do CIEDA e é editada em parceria com o CEIS20, GPE, RCE. A apresentação foi feita pela Mestre Isabel Maria Freitas Valente, membro do *Team Europe* da Comissão Europeia e Colaboradora do CEIS20.

Decorreu no dia 17 de Junho de 2011, no *foyer* do Teatro Académico de Gil Vicente – TAGV, a apresentação do livro do Doutor Francisco Pinheiro, Investigador do CEIS20, *História da Imprensa Desportiva em Portugal*. Foram apresentadores Isabel Nobre Vargues, professora da FLUC e Investigadora do CEIS20, e Joaquím Marín Montín, professor da Universidade de Sevilha.

O livro foi ainda apresentado no dia 18 de Junho na FNAC de Santa Catarina, Porto, por Joaquim Fidalgo, jornalista e professor da Universidade do Minho e por Luís Freitas Lobo, comentador desportivo.

No dia 21 de Maio de 2011, teve lugar na Feira do Livro de Coimbra, no Parque Verde, a sessão de lançamento da obra de António Piedade, *Caminhos de Ciência*. A apresentação do livro esteve a cargo do Prof. Doutor Carlos Fiolhais (FCTUC). A obra é o n.º 17 da Coleção “Ciências e Culturas” editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra e coordenada pelos Profs. Doutores João Rui Pita e Ana Leonor Pereira.

A obra foi ainda apresentada no dia 30 de Junho de 2011 no Centro Ciência Viva Rómulo de Carvalho.

No dia 28 de Abril de 2011, no decurso das *II Jornadas de História da Psiquiatria e Saúde Mental*, teve lugar a apresentação da obra *I Jornadas de História da Psiquiatria e Saúde Mental* pelo Dr. José Morgado Pereira. Trata-se de uma obra editada em CD-Rom integrada na coleção “Ciências, Tecnologias e Imaginários. Estudos de História, séculos XVIII-XX”, dirigida pelos Profs. Doutores Ana Leonor Pereira e João Rui Pita.

Realizou-se no dia 19 de Março de 2011, na Livraria Bertrand – Dolce Vita Coimbra, a apresentação do livro do colaborador do CEIS20 Mestre Luís Filipe Torgal, *O Sol bailou ao meio dia. A criação de Fátima*, da editora Tinta da China. A apresentação foi feita pelo Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva.

Decorreu na Livraria Almedina Estádio o lançamento da obra *A Contra-revolução na I República (1910-1919)*, da autoria do Doutor Miguel Dias Santos, Investigador do CEIS20. A apresentação foi feita pela Doutora Rita Garnel. A sessão teve lugar no dia 21 de Fevereiro de 2011.

Foi apresentado na Sala de Conferências do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, no dia 26 de Janeiro de 2011, o livro *Daqui e D’Além Mar*, coordenado por Isabel Maria Freitas Valente, Joel Carlos de Souza Andrade, António Clarindo de Souza e Iranilson Oliveira. A apresentação esteve a cargo da Prof.^a Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coordenadora Científica do CEIS20.

No dia 22 de Dezembro de 2010 teve lugar na Universidade dos Açores, em Ponta Delgada, o lançamento do livro *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores*, coordenado pelo Doutor Carlos Cordeiro do CEIS20 e Susana Serpa Silva. A sessão foi presidida pelo Reitor daquela Universidade e a apresentação ficou a cargo do Prof. Doutor José Miguel Sardica, da Universidade Católica Portuguesa.

Organizado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20, Edições da Universidade de S. Paulo (EDUSP) e pela Livraria Bertrand – Dolce Vita, realizou-se a apresentação do livro coordenado por Maria Luiza Tucci Carneiro e Federico Croci, *Tempos de Fascismos*. Esteve presente a Professora Maria Luiza Tucci Carneiro e a obra foi apresentada pelo Professor Manuel Loff, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Colaboraram nesta obra os investigadores do CEIS20 Doutores Luís Reis Torgal, Armando Malheiro da Silva, Carlos Cordeiro, Heloisa Paulo, Jorge Pais de Sousa, Nuno Rosmaninho e Stefano Salmi. Esta obra resulta de um acordo de cooperação para o estudo dos “fascismos” em distintos países da Europa e da América Latina. A apresentação realizou-se no Auditório da Livraria Bertrand do Centro Comercial Dolce Vita no dia 17 de Dezembro de 2010.

Decorreu no *foyer* do TAGV a apresentação do livro, coordenado pela Prof. Maria Manuela Tavares Ribeiro, *Outros Combates pela História*. A apresentação da obra esteve a cargo do Prof. Doutor Sérgio Campos Matos, da Universidade de Lisboa.

Na mesma altura foi também apresentada pelo Doutor Luís Bigotte Chorão a revista *Estudos do Século XX*, n.º 10, subordinada ao tema “Crises do Século”, coordenada pela Professora Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coordenadora Científica do CEIS20. A edição foi da Imprensa da Universidade de Coimbra, tendo a sessão decorrido no dia 7 de Dezembro de 2010.

No dia 19 de Outubro de 2010, teve lugar na Galeria Sete, na Avenida Elísio de Moura, em Coimbra, integrada no *Line Up Action – Festival Internacional da Arte da Performance*, a sessão de lançamento da obra de A.M. Amorim da Costa, *Ciência e Mito*. A apresentação da obra foi da responsabilidade do Dr. Anselmo Borges (FLUC). O livro é o nº 16 da Colecção “Ciências e Culturas” editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra e coordenada pelos Profs. Doutores João Rui Pita e Ana Leonor Pereira.

Decorreu no Auditório Eng. Victor de Matos, em Aveiro, a apresentação da obra *Debater a Europa*, coordenada pela Mestre Isabel Maria Freitas Valente e pela Dr.ª Ana Maria Reis Ribeiro. Apresentaram a obra a Dr.ª Clotilde Câmara Pestana, Directora do CIEJD, e a Mestre Isabel Maria Freitas Valente, membro do *Team Europe* da Comissão Europeia e Colaboradora do CEIS20. A sessão realizou-se a 29 de Setembro de 2010.

No dia 28 de Setembro de 2010 realizou-se na Livraria Minerva, em Coimbra, a apresentação do livro *Memória das Oposições (1927-1969)* coordenado pela Doutora Heloisa Paulo. Colaboraram nesta obra Armando Malheiro da Silva, Augusto Monteiro Valente, Camilo Mortágua, Eugénio de Oliveira, Heloisa Paulo, João Madeira, Luís Bigotte Chorão, Luís Farinha, Manuel Pedroso Marques e Susana Martins. A apresentação foi feita pelo Dr. António Arnaut. O livro faz parte da Colecção “Minerva-História” coordenada pelo Prof. Doutor Luís Reis Torgal.

PRÉMIOS

Foi atribuída à Colaboradora do CEIS20 e doutoranda da FLUC Mestre Ana Isabel Martins uma Menção Honrosa no âmbito da 7.^a edição do “Prémio CES para Jovens Cientistas Sociais de Língua Portuguesa”, pela sua obra *A Europa e os Média. Os Referendos à Constituição Europeia na Imprensa de Referência*, que resulta de uma dissertação elaborada no âmbito do Mestrado em “Estudos sobre a Europa – Europa, as Visões do *Outro*”, na Universidade de Coimbra.

Foi atribuído ao Colaborador do CEIS20 Dr. Marco Daniel Duarte o Prémio “Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão” da Academia Portuguesa da História, instituído pela Fundação Eng.º António de Almeida à sua obra *Tábua: História, Arte e Memória*. A entrega do Prémio decorreu no dia 8 de Dezembro de 2010 na Academia Portuguesa da História.

Foi atribuída ao Colaborador do CEIS20 e doutorando da FLUC Mestre Sérgio Neto uma Menção Honrosa relativa à edição de 2010 do Prémio Victor de Sá de História Contemporânea para Jovens Investigadores, pela sua obra *Colónia Mártir, Colónia Modelo. Cabo Verde na imprensa ultramarina portuguesa (1925-1965)*. O livro faz parte da colecção “História Contemporânea” coordenada pela Prof. Doutora Maria Manuela Tavares Ribeiro e foi editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

PROVAS ACADÉMICAS CONCLUÍDAS

Amadeu José Campos de Sousa – Provas de doutoramento em História Contemporânea com a tese *Entre Monárquicos e Republicanos numa “Cidade de Deus”. História Política e Social de Braga no Contexto Nacional (1890-1933)*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 18 de Março de 2011.

Manuel da Encarnação Simões Correia – Provas de doutoramento em História da Cultura com a tese *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 23 de Março de 2011.

PROTOCOLOS

Acordo de Cooperação entre o Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, e o *IUS GENTIUM CONIMBRIGAE* da Faculdade de Direito da mesma Universidade, visando o desenvolvimento de projectos conjuntos nas áreas dos Direitos Humanos, Teoria Política, Teoria da Democracia, entre outras. Outro dos objectivos é a realização conjunta de seminários e colóquios, cursos breves e outras iniciativas. São coordenadores destas acções pelo IGC o Prof. Doutor Jónatas Machado e pelo CEIS20 o Prof. Doutor Rui Cunha Martins. Assinado em 21 de Junho de 2011.

PUBLICAÇÕES DE INVESTIGADORES DO CEIS20

Obras diversas

- AMARAL, Carlos E. Pacheco (ed.) – *Autonomie régionale et relations internationales: Nouvelles Dimensions de la Gouvernance Multilatérale; Regional Autonomy and International relations: New Dimensions of Multilateral Governance*. Paris: L'Harmattan, 2011. ISBN 978-2-296-54987-6.
- BARBOSA, Márcio – *Marcello e Spínola: a missão do fim*. Coimbra: Almedina, 2011. ISBN 978-972-40-4491-0.
- CHORÃO, Luís Bigotte – *Política e Justiça na I República. Um regime entre a legalidade e a exceção (vol. I – 1910-1915)*. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2011.
- CHORÃO, Luís Bigotte – *A Crise da República e a Ditadura Militar*. 2.^a ed. Lisboa: Sextante, 2010.
- CORREIA, Luís Miguel Maldonado de Vasconcelos – *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*. 2.^a ed. Coimbra: IUC, 2011 (História Contemporânea) ISBN 978-989-26-0060-4.
- GARRIDO, Álvaro – *A epopeia do bacalhau; The codfish epic*. Lisboa: CTT, 2011. ISBN 978-972-8968-35-9.
- MARTINS, Rui Cunha (Coord.) – *Portugal 1974: Transição Política em Perspectiva Histórica*. Coimbra: IUC, 2011. (História Contemporânea) ISBN 978-989-26-0095-6.
- PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui (Dir.) – *I Jornadas de História da Psiquiatria e Saúde Mental*. Coimbra: CEIS20, 2011. (Ciências, Tecnologias e Imaginários. Estudos de História, séculos XVIII-XX).
- PIMENTA, Fernando – *Soure. Das origens pré-romanas ao foral de 1111*. Coimbra: MinervaCoimbra; Câmara Municipal de Soure, 2011.
- PIMENTA, Fernando – *Elites e Poder Municipal no Portugal rural: Soure da Monarquia à República. 1820-1926*. Coimbra: Areias do Tempo; Câmara Municipal de Soure, 2010. ISBN 978-989-95975-6-3.
- PINHEIRO, Francisco – *História da Imprensa Desportiva em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento, 2011. ISBN 987-972-36-1140-3.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.) – *2009: (Re)Pensar a Europa*. Coimbra: Almedina, 2010. ISBN 978-972-40-4130-8.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (Coord.) – *Outros Combates pela História*. Coimbra: IUC, 2010. (Documentos) ISBN 978-989-26-0041-3.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares; COELHO, Maria Helena da Cruz (Coord.) – *Parlamentos: a Lei, a Prática e as Representações. Da Idade Média à Actualidade*. Lisboa: Assembleia da República, 2010.
- SANTOS, Miguel Dias – *A Contra-Revolução na I República: 1910-1919*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. ISBN 978-989-26-0076-5.
- SOUSA, Julião Soares – *Amílcar Cabral (1924-1973): Vida e morte de um revolucionário africano*. Lisboa: Nova Veja, 2011. ISBN 978-972-699-951-5.
- TORGAL, Luís Filipe – *O Sol bailou ao meio dia. A criação de Fátima*. Lisboa: Tinta-da-China, 2011. ISBN 978-989-671-071-2.
- TORGAL, Luís Reis (Coord.) – *O cinema sob o olhar de Salazar*. 3.^a ed. Lisboa: Temas e Debates, 2011. ISBN 972-989-644-129-6.
- VALENTE, Isabel Maria; PITA, João Rui (Coord.) – *História e Filatelia I*. Coimbra: CEIS20, 2011. CR-ROM (História e Filatelia). ISBN 978-989-97339-1-6.

Cadernos do CEIS20

Os Cadernos do CEIS20 são publicados pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20. Esta publicação, de pequena dimensão, tem por objectivo dar a conhecer resultados parciais ou finais de pesquisas realizadas no âmbito deste Centro e reflectem, por isso, a actividade de investigação efectuada. Os trabalhos publicados têm que ser inéditos e devem incentivar o debate de temas e de problemas do século XX.

Coordenação: João Rui Pita

- Nº 1 – TORGAL, Luís Reis – *Caminhos e contradições da(s) universidade(s) portuguesa(s)*. (Esgotado). Coimbra: CEIS20, 2000.
- Nº 2 – CRUCHINHO, Fausto – *Recepção Crítica de Amor de Perdição de Manoel de Oliveira*. Coimbra: CEIS20, 2001.
- Nº 3 – DIAS, Luís Augusto Costa – *Uma Anti-Seara em “Seara Nova”. Doutrina e crítica nos jornais e revistas juvenis da década de 1930*. Coimbra: CEIS20, 2002.
- Nº 4 – TRINDADE, Luís – *Introdução à vida intelectual: intelectualidade, crise e senso comum nos anos trinta em Portugal*. Coimbra: CEIS20, 2007.
- Nº 5 – FAVA, Fernando Mendonça – *Houston Stewart Chamberlain. Apontamento breve*. Coimbra: CEIS20, 2007.
- Nº 6 – TORGAL, Luís Reis – *Marcello Caetano antes do Marcelismo*. Coimbra: CEIS20, 2007.
- Nº 7 – NOGUEIRA, Isabel – *Alternativa Zero (1977): O Reafirmar da possibilidade da Criação*. Coimbra: CEIS20, 2008.
- Nº 8 – FAVA, Fernando Mendonça – *Canto e Castro, um Monárquico na Presidência da República*. Coimbra: CEIS20, 2008.
- Nº 9 – TORGAL, Luís Reis – *A Universidade e as “Condições da Imaginação”*. Coimbra: CEIS20, 2008.
- Nº 10 – MARTINS, Ana Isabel, VALENTE, Isabel Maria Freitas – *Vinte anos de União Europeia: percepções e realidades de Portugal*. Coimbra: CEIS20, 2009.
- Nº 11 – CARVALHO, Jorge Santos – *As relações Jugoslavo-portuguesas (1941-60) nos arquivos de Belgrado*. Coimbra: CEIS20, 2009.
- Nº 12 – SALES, Michelle – *Verdes anos: o Neo-realismo na gênese do Novo Cinema Português*. Coimbra: CEIS20, 2009. ISBN 978-972-8627-12-6.
- Nº 13 – BORGES, Augusto Moutinho [et. al.] – *Um republicano no convento*. Coimbra: CEIS20, 2009. ISBN 978-972-8627-11-9.
- Nº 14 – COSTA, Rui Manuel Pinto – *Compreender, explicar e tratar o incurável*. Coimbra: CEIS20, 2009. ISBN 978-972-8627-13-3.
- Nº 15 – VILARINHO, Victoria Bell – *Ciência e tecnologia no século XX: GMO*. Coimbra: CEIS20, 2009.

Revista Estudos do Século XX

Nº 1 – *Estéticas do Século* – Coordenador: António Pedro Pita

Nº 2 – *Europa-Utopia | Europa-Realidade* – Coordenadora: Maria Manuela Tavares Ribeiro

- Nº 3 – *Colonialismo, Anticolonialismo e Identidades Nacionais* – Coordenadores: Luís Reis Torgal e Luís Oliveira Andrade
- Nº 4 – *Empresas e Empresários* – Coordenadores: José Amado Mendes e Alda Mourão Filipe
- Nº 5 – *Ciência, Saúde e Poder* – Coordenadores: Ana Leonor Pereira e João Rui Pita
- Nº 6 – *Educação Contemporânea. Ideologias e Dinâmica Social* – Coordenadores: António Gomes Ferreira, António Simões Rodrigues e Augusto José Monteiro
- Nº 7 – *O(s) Tempo(s) dos Media* – Coordenadora: Isabel Nobre Vargues
- Nº 8 – *Cultura: Imagens e Representações* – Coordenador: Vítor Neto
- Nº 9 – *Hipóteses de Século* – Coordenadores: António Pedro Pita e Paulo Granja
- Nº 10 – *Crises do Século* – Coordenadora: Maria Manuela Tavares Ribeiro
- Nº 11 – *Fazer História Contemporânea. Temas, métodos e problemas* – Coordenador: Luís Reis Torgal

Próximo número

Histórias da Saúde: privada, pública e social

Coordenadores: João Rui Pita e Ana Leonor Pereira

REVISTAS E PUBLICAÇÕES RECEBIDAS POR ACORDO DE PERMUTA

Análise Social, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

Arquivos do Centro Cultural Português, Centre Culturel Gulbenkian, Paris, França

Cadernos de Estudos Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, Recife, Pernambuco, Brasil

Cadernos de Literatura Comparada, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias. Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa

Eurolimes, Faculdade de História, Geografia e Relações Internacionais da Universidade de Oradea, Roménia

Europa: Novas Fronteiras, Revista do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, Lisboa

Gestão e Desenvolvimento, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras – Pólo de Viseu

Internationale Schulbuchforschung/International Textbook Research, Georg-Eckert-Institut für internationale Schulbuchforschung, Alemanha

Latitudes, Cahiers Lusophones, Paris, França

Ler História, Associação de Actividades Científicas, ISCTE, Lisboa

Lusitânia Sacra, Centro de Estudos de História Religiosa, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa

Pôle Sud, CEPPEL-CNRS, Université de Montpellier, França

Revista Brasileira de História, da ANPUH, Associação Nacional de História, S. Paulo, Brasil

Revista Crítica de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Coimbra
Revista da Faculdade de Letras. História, Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade, Universidade do Estado da Bahia, Brasil
Revista de História das Ideias, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Revista de História da Sociedade e da Cultura, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Revista Portuguesa de História, Instituto de História Económica e Social, Coimbra
Scripta. Literatura, Revista do CESPUC, Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil

CENTROS E INSTITUIÇÕES

Centro de Informação Europeia Jacques Delors – Centro de Informação *Europe Direct* de Aveiro
CIDEHUS.UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora
CRIE – Centro di Ricerca sull’Integrazione Europea, Università degli Studi di Siena, Itália
GIT – Gabinete de Iniciativas Transfronteiras da Presidencia da Junta de Extremadura, Mérida, Espanha
Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Pernambuco, Brasil

OFERTA DE LIVROS E PERMUTA DE REVISTAS

1. O CEIS20 tem recebido, ao longo da sua curta existência, alguns livros, como oferta, agradecendo-se, desde já, a todos os que quiseram contribuir desta forma para o enriquecimento da sua biblioteca. Assim, poderão ser enviados para o Centro quaisquer outros livros ou outro tipo de publicações, nomeadamente sobre o século XX, para o mesmo fim ou para eventual revisão crítica.
2. A revista *Estudos do Século XX* poderá aceitar propostas de permuta de revistas científicas e/ou culturais, em especial referentes ao século XX ou que incluam normalmente artigos sobre temas relativos a esse século.
3. Toda a correspondência neste sentido deve ser enviada para:

Directora da Revista *Estudos do Século XX*
Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX
da Universidade de Coimbra – CEIS20
Rua Augusto Filipe Simões, 33
3000-186 Coimbra
Telf.: 239 708870 | Fax: 239 708871
e-mail: ceis20@ci.uc.pt

RESUMOS
ABSTRACTS
RÉSUMÉS

ALBERTO PENA

A PROPAGANDA DA HISTÓRIA: A RELAÇÃO ENTRE A HISTÓRIA E A COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO IBÉRICO CONTEMPORÂNEO

O artigo reflecte sobre vários aspectos relacionados com o papel da comunicação social na História e nos processos de construção histórica no quadro ibérico, com uma atenção especial à Propaganda como instrumento retórico que pode determinar os acontecimentos e propiciar mudanças históricas. A História da Propaganda é um campo do conhecimento necessário para compreender a evolução política das sociedades contemporâneas, nas que os meios de comunicação têm um especial protagonismo. No contexto das relações ibéricas, a comunicação propagandística teve uma extraordinária influência, por exemplo, na criação e consolidação do salazarismo e do franquismo, que através dos seus governos colaboraram estreitamente para realizar campanhas de comunicação favoráveis aos seus interesses ideológicos e políticos.

Palavras-chave: *História, Propaganda, Comunicação, Portugal, Espanha*

HISTORY PROPAGANDA: THE CONNECTION BETWEEN HISTORY AND COMMUNICATION WITHIN THE CONTEMPORARY IBERIAN FRAMEWORK

This paper discusses several matters regarding the role of mass media in History and in the processes of building history in the Iberian context, while focusing particularly on Propaganda as a tool of rhetoric that can determine events and foster historical change. The History of Propaganda is a relevant field of knowledge for understanding the political evolution of contemporary societies, where mass media plays a special leading role. In the context of Iberian relations, propagandistic communication played an extraordinary part, for example, in the development and consolidation of *salazarism* and *franquism*, which through their governments worked closely to deliver campaigns that met their ideological and political interests.

Keywords: *History, Propaganda, Communication, Portugal, Spain*

LA PROPAGANDE DE L'HISTOIRE: LA RELATION ENTRE L'HISTOIRE ET LA COMMUNICATION DANS LE CONTEXTE IBÉRIQUE CONTEMPORAIN

L'article reflète sur plusieurs aspects liés au rôle de la communication sociale dans l'Histoire et dans les procédés de construction historique dans le cadre ibérique, en donnant une attention particulière à la Propagande en tant qu'instrument rhétorique qui peut déterminer les événements et provoquer des changements historiques. L'Histoire de la Propagande est un domaine de la connaissance fondamentale pour comprendre l'évolution politique des sociétés contemporaines, où les moyens de communication jouissent d'un protagonisme spécial. Dans le contexte des relations ibériques, la communication propagandiste eut une influence extraordinaire, notamment dans la création et consolidation du salazarisme et du franquisme, qui à travers leurs gouvernements collaborèrent étroitement pour réaliser des campagnes de communication favorables à leurs intérêts idéologiques et politiques.

Mots-clé: *Histoire, Propagande, Communication, Portugal, Espagne*

CECILE GONÇALVES

O QUE É A HISTÓRIA DO PRESENTE? TENTATIVA DE DEFINIÇÃO

A “história do presente” desenvolveu-se depois de 1945 antes de ser institucionalizada pela criação do *Institut d'histoire du temps présent* em 1978. A sua legitimidade estabeleceu-se rapidamente, anulando as objeções quanto às fontes, superabundantes comparativamente aos períodos anteriores, e à objectividade que a distância está longe de garantir. A proximidade facilita o conhecimento das mentalidades. Recusando a distinção tempo curto/tempo longo, ela levanta uma dificuldade relativamente a outros períodos na medida em que a exigência social e os jogos político-memoriais transformam o papel do historiador. Além disso, o seu êxito não rege as questões de limitação cronológica porque o “tempo presente” é fundamentalmente móvel.

Palavras-chave: *História do presente, “Fontes orais”, Testemunhas, Passado recente, Papel social do historiador*

WHAT IS MODERN DAY HISTORY? TENTATIVE DEFINITION

“Modern day history” developed after 1945, before the *Institut du temps présent* was founded in 1978. It did not take long for the Institute to be legitimated, hereby shying away objections to the sources, overwhelming compared to the previous periods, and to objectivity, which distance is far from ensuring. Proximity helps understand mentalities. While refusing to distinguish between short time/long time, it raises issues regarding other periods, since social demand and political-memory challenges transform the role of the historian. Furthermore, its success does not govern matters concerning chronological boundaries, because “present time” is fundamentally mobile.

Key-words: *Modern day history, “Oral sources”, Witnesses, Near past, Historian’s social role*

QU’EST-CE QUE L’HISTOIRE DU TEMPS PRÉSENT? TENTATIVE DE DÉFINITION

L’«histoire du temps présent» s’est développée après 1945 avant d’être institutionnalisée par la création de l’Institut du temps présent en 1978. Sa légitimité fut rapidement établie, balayant les objections quant aux sources, surabondantes comparativement aux périodes antérieures, et à l’objectivité que la distance est loin de garantir. La proximité facilitant l’intelligence des mentalités. Récusant la distinction temps court/temps long, elle soulève une difficulté par rapport aux autres périodes puisque la demande sociale et les enjeux politiques-mémoriels transforment le rôle de l’historien. De plus, son succès ne règle pas les questions de bornage chronologique car le «temps présent» est fondamentalement mobile.

Mots-clé: *Histoire du temps présent, «Sources orales», Témoins, Passé proche, Rôle social de l’historien*

ALEXANDRA SILVA

FAZER HISTÓRIA DO
TEMPO PRESENTE EM
PORTUGAL: OS ANOS
OITENTA

Os anos oitenta têm sido celebrados com um sentimento de revivalismo e nostalgia mas observados criticamente percebe-se que foram mais do que isso. Em Portugal, corresponderam também a um tempo de criatividade, de contrastes e inovação que abriu caminhos a novos processos de profunda mudança e a fortes contradições e pluralidades que os historiadores não podem descurar. Áreas como a sociologia, a antropologia ou a politologia atribuíram-se a si próprias o monopólio de todo o saber social acerca dessa década mas não esgotam a realidade e não abordam o enfoque historiográfico, pelo que é função do historiador contemporâneo recompor os seus conceitos e rever os seus métodos na disciplina académica que é a História.

Palavras-chave: *Anos oitenta, Transição democrática, Ciências sociais e humanas, História contemporânea, Tempo presente*

MAKING PRESENT HISTORY IN PORTUGAL: THE EIGHTIES

The 1980s have been celebrated with a feeling of revival and nostalgia but when analyzed critically it can be acknowledged that they were more than that. In Portugal, they have also corresponded to a time of creativity; of contrasts and innovations that paved the way to new processes of deep change and strong contradictions and pluralities that historians cannot disregard. Subjects such as sociology, anthropology or politics have claimed the monopoly of all social knowledge concerning that decade. However, these subjects do not exhaust reality and lack a historical focus approach. Thus, the task of the contemporary historian is to reconstruct concepts and review methods within the academic discipline of History.

Keywords: *Eighties, Democratic transition, Social sciences, Contemporary history, Present history*

FAIRE L'HISTOIRE DU
TEMPS PRÉSENT AU
PORTUGAL: LES ANNÉES
QUATRE-VINGT

Les années quatre-vingt ont été célébrés avec un sentiment de nostalgie et de renouveau, mais si on les observe d'une façon plus critique on peut se rendre compte qu'ils ont été plus que cela. Au Portugal, ces années correspondent aussi à une époque de créativité, d'innovation et de contrastes qui a ouvert la voie à de nouveaux processus de changement profond et de fortes contradictions et pluralités que les historiens ne peuvent ignorer. Des domaines tels que la sociologie, l'anthropologie ou la science politique se sont attribués le monopole de toutes les connaissances sur les enjeux sociaux de cette décennie, mais n'épuisent pas la réalité et ne tiennent pas compte de l'approche historiographique. C'est pourquoi, la fonction de l'historien contemporain est primordial pour reconstruire leurs concepts et revoir leurs méthodes dans la "discipline académique" qui est l'Histoire.

Mots-clé: *Années quatre-vingt, Transition démocratique, Sciences sociales, Histoire contemporaine, Temps présent*

ARQUIVOS SONOROS,
REALIDADE PROTO-
EMERGENTE EM POR-
TUGAL?

A indústria fonográfica afirmou-se no mundo ocidental na década de 1890. Excluindo o Phonogrammarchiv de Viena (1899) e o Berliner Phonogramm-Archiv (1900), os registos de sons não foram considerados documentos de arquivo dotados de autenticidade para fazerem fé sobre os movimentos artísticos ou produzirem memória do estado de cultura dos diferentes povos, comunidades e protagonistas.

Produzidos, comercializados e guardados numa lógica de consumo e de entretenimento inerente à gestão mercantil e à cultura de massas, os fonogramas editados desde a década de 1890 não chegaram a merecer as atenções dos serviços públicos que tutelavam as bibliotecas e os arquivos portugueses.

A erosão das sociedades tradicionais e a institucionalização de cursos superiores de música vieram chamar a atenção dos investigadores para as necessidades de se colmatar o vazio existente. Este artigo discute as fronteiras do que possa ser um arquivo sonoro se posicionado na plataforma dos saberes já institucionalizados e conclui pela necessidade de um claro afastamento em

SOUND ARCHIVES, PRO-
TO-EMERGING REALITY
IN PORTUGAL?

Phonographic industry stood up in western world in the 1890's. Apart from Phonogrammarchiv de Viena (1899) and Berliner Phonogramm-Archiv (1900), sound recordings were not considered as archive documents with authenticity to give testimony on the artistic movements or to produce memories on the cultural status of different peoples, communities and protagonists.

Produced, sold and kept in consumption and entertainment logics inherent to the mercantile management and mass culture, the phonograms edited since the 1890's did not deserve the attention of the public services that oversaw Portuguese libraries and archives. The erosion of traditional societies and the creation of university degrees in music came to catch the attention of investigators to the needs of fulfilling that void.

This article proposes the discussion of what the frontiers of a sound archive might be, when placed in the platform of the institutionalized knowledge and concludes for the need of a clear withdrawal from the currently adopted practices

LES ARCHIVES SONORES,
RÉALITÉ PROTO-EMER-
GENTE AU PORTUGAL?

L'industrie phonographique s'est affirmée dans le monde occidental pendant la décennie de 1890. Mis à part le Phonogrammarchiv de Vienne (1899) et le Berliner Phonogramm-Archiv (1900), les enregistrements de sons n'ont pas été considérés comme documents d'archive dotés d'authenticité pour porter témoignage sur les mouvements artistiques ou pour faire acte de mémoire de l'état de culture des différents peuples, communautés et protagonistes.

Produits, commercialisés et stockés dans une logique de consommation et de divertissement, inhérente à la gestion marchande et à la culture de masses, les phonogrammes édités depuis la décennie de 1890 n'ont pas réussi à mériter l'attention des pouvoirs publics qui avaient la tutelle des bibliothèques et des archives portugaises.

L'érosion des sociétés traditionnelles et l'institutionnalisation de cours supérieurs de musique sont venues attirer l'attention des chercheurs sur les besoins de combler le vide existant. Cet article discute les frontières de ce que peut être un archive sonore si positionné sur la plateforme des

relação às práticas instrumentalizadas nas bibliotecas e nas fonotecas.

Palavras-chave: *Fonograma, Registo fonográfico, Arquivo sonoro, Fonoteca, Discografia, Catalogação, Inventário*

in the libraries and sound libraries.

Keywords: *Phonogram, Sound recordings, Sound archive, Sound library, Discography, Cataloguing, Inventory*

savoirs déjà institutionnalisés et conclut par la nécessité d'un net éloignement par rapport aux pratiques instrumentalisées dans les bibliothèques et phonothèques.

Mots-clé: *Phonogramme, Enregistrement phonographique, Archive sonore, Phonothèque, Discographie, Catalogage, Inventaire*

ANTÓNIO GOMES FERREIRA E LUÍS MOTA

MEMÓRIA(S) 30 ANOS DEPOIS. (ENTRE)VISTAS A PRETEXTO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO PREC

No artigo interpelamos testemunhos orais, produzidos em situação de entrevista, sobre as vivências numa escola de ensino normal, durante o *processo revolucionário em curso* (PREC). Em face da escassez das fontes documentais, os testemunhos orais emergiram como muito relevantes para a compreensão da dinâmica pedagógica numa instituição de formação de professores, mas importa sublinhar a necessidade da sua articulação com outras fontes históricas, não deixando de equacionar a problemática da memória, enquanto retrospectiva, e da ideologia que configura os dois tempos de produção da narrativa, o do acontecimen-

MEMORY(IES) 30 YEARS LATER. (INTER)VIEWS ON TEACHER TRAINING DURING THE PREC (POST 25 APRIL REVOLUTIONARY PROCESS)

In the paper we challenge oral testimonials, obtained through interviews, on experiences in ordinary schools, during the *revolutionary process in progress* (*processo revolucionário em curso* - PREC). Considering the scarcity of documental sources, the oral testimonials were relevant to understand the pedagogical dynamics of teacher training colleges. Nonetheless, these testimonials must be linked with other sources of history, while also balancing the problematic of memory as retrospection, and of ideology that shapes the two periods of the production of this narrative, the event itself, whose intensity influenced the

MÉMOIRE(S) 30 ANS APRÈS. (ENTRE)VUES SOUS PRÉTEXTE DE LA FORMATION DES ENSEIGNANTS SOUS LE PREC

Dans cet article on fait appel à des témoignages oraux, produits en situation d'entrevue, sur les expériences de vie chez une école d'enseignement régulier, pendant le *processus révolutionnaire en cours* (PREC). Face à la rareté des sources documentales, les témoignages oraux se sont présentés comme très pertinents pour la compréhension de la dynamique pédagogique dans un établissement de formation d'enseignants. Toutefois, il convient de souligner le besoin de son articulation avec d'autres sources historiques, n'oubliant pas la problématique de la mémoire, en tant que rétrospection, et de l'idéologie – qui

to, cuja intensidade marcou a cativação da informação e do sentimento, e da relevância e interpretação que dele se faz no momento da sua recuperação.

Palavras-chave: *Memória, História, Ideologia, Magistério Primário, PREC*

collection of information and feeling, and the relevance and interpretation of said event when it is recovered.

Keywords: *Memory, History, Ideology, Teacher training colleges, PREC*

configure les deux temps de production de la narrative, celui de l'évènement, dont l'intensité a marqué la capture de l'information et du sentiment, et celui de sa relevance et de son interprétation au moment de sa récupération.

Mots-clé: *Mémoire, Histoire, Idéologie, Magistère Primaire, PREC*

FRANCISCO PINHEIRO

FAZER HISTÓRIA DO DESPORTO: PARADIGMAS E PROBLEMÁTICAS

Este artigo deve ser visto como uma reflexão sobre a história do desporto enquanto matéria de estudo, ensino e investigação. Em primeiro visa contribuir para uma definição de desporto e apresentar os principais paradigmas em que tem assentado a evolução da história do desporto enquanto sub-disciplina da História. Procura também identificar os caminhos seguidos pelas investigações sobre história do desporto e traçar o perfil do associativismo entre historiadores do desporto. Pretende igualmente lançar alguma luz sobre o percurso da historiografia portuguesa sobre desporto.

Palavras-chave: *História, Desporto, Investigação, Bibliografia, Ensino*

MAKING SPORT HISTORY: PARADIGMS AND PROBLEMS

This article should be seen as a reflection of the history of sport and a means of studying, teaching and researching. First, the article aims to contribute to a definition of sport and present the main paradigms in which the development of the history of sport has been based. It identifies the course that the research about the history of sport and the profile of academic associations with sport historians, proceeded. It also intends to bring some light on the Portuguese historiography about sport.

Keywords: *History, Sport, Research, Bibliography, Teaching*

FAIRE L'HISTOIRE DU SPORT: PARADIGMES ET PROBLÉMATIQUES

Cet article doit être considéré comme une réflexion sur l'histoire du sport comme une question d'étude, d'enseignement et de recherche. Dans la première partie, cet article contribue à la définition du sport et présente les principaux paradigmes qui ont fondé le développement de l'histoire du sport. Cet article cherche à identifier les voies qui ont suivi l'enquête sur l'histoire du sport et le profil des associations collective entre les historiens du sport. Il a également l'intention de faire lumière sur les cheminement de l'historiographie portugaise sur le sport.

Mots-clé: *Histoire, Sports, Recherche, Littérature, Éducation*

NUNO PINHEIRO

FOTOGRAFIA E HISTÓRIA SOCIAL: UTILIZAÇÃO DA FOTOGRAFIA COMO FONTE PARA A HISTÓRIA

A fotografia tem sido largamente utilizada como uma ilustração da História Portuguesa do Século XX. No entanto, raramente foi utilizada como fonte. Utilizar a fotografia como fonte permitir-nos-á uma visão de aspectos pouco frequentes nas fontes escritas, nomeadamente a vida familiar e privada. O objectivo deste artigo é discutir a metodologia de utilização da fotografia como fonte histórica, tendo em consideração o objecto e as técnicas da fotografia e tendo como base as obras teóricas de vários autores.

Palavras-chave: *História, Fotografia, Metodologia da História, Fontes da História, História da vida privada*

PHOTOGRAPHY AND SOCIAL HISTORY: THE USE OF PHOTOGRAPHY AS A SOURCE FOR HISTORY

Photography has been widely used as an illustration of Twentieth Century Portuguese History; however it has seldom been used as a source. Using photography as a source will allow us a view of aspects not common in written sources, as, for instance, private and family life. The purpose of this text is to discuss the methodology for use of photography as an historical source, taking notice of the subject and ways of photographing, and discussing theoretical works of various authors.

Keywords: *History, Photography, History methodology, History Sources, History of private life*

PHOTOGRAPHIE ET HISTOIRE SOCIALE : L'UTILISATION DE LA PHOTOGRAPHIE COMME SOURCE POUR L'HISTOIRE

La photographie a été largement utilisée comme une illustration de l'Histoire Portugaise du XX^e siècle. Cependant, elle a rarement été utilisée comme source. Utiliser la photographie comme une source nous permettra une vision d'aspects peu fréquents dans les sources écrites, notamment la vie privée et familiale. Le but de cet article est de débattre la méthodologie de l'utilisation de la photographie comme source historique, tenant en compte l'objet et les techniques de la photographie, ayant comme base les travaux théoriques de plusieurs auteurs.

Mots-clés: *Histoire, Photographie, Méthodologie de l'histoire, Sources de l'histoire, Histoire de la vie privée*

HELOISA PAULO

RECORDAR É VIVER? OS PROBLEMAS DA MEMÓRIA E A MEMÓRIA COMO UM PROBLEMA PARA O HISTORIADOR

Para a história contemporânea o problema da memória é colocado de forma bastante especial, já que, muitas das vezes, estamos a falar de memórias individuais inseridas no contexto da “memória oficial” ou “oficiosa” consagrada pela história recente. O presente artigo aborda os problemas que podem levantar esses tipos de fontes baseadas na “memória individual” e a sua inserção na “memória histórica”, tendo como base os trabalhos metodológicos desenvolvidos na área de história e ciências que lidam com os problemas da memória, e a experiência da autora como investigadora.

Palavras-chave: *História, Memória, Fontes, Metodologia, Contemporaneidade*

REMEMBERING IS LIVING? MEMORY ISSUES AND THE ISSUE OF MEMORY FOR HISTORIANS

In contemporary history memory is a rather special matter, since we often speak of individual memories in the context of the “official” or “official memory” enshrined in modern history. The present paper touches upon the issues relating to these sources which are based on “individual memory” and its part in “historical memory”, and is founded on methodological work developed in the field of history and sciences which tackle the issues of memory, and the author’s experience as a researcher.

Keywords: *History, Memory, Sources, Methodology, Contemporaneity*

SOUVENIR C’EST VIVRE? LES PROBLÈMES DE LA MÉMOIRE ET LA MÉMOIRE EN TANT QUE PROBLÈME POUR L’HISTORIEN

Dans le cas de l’histoire contemporaine, le problème de la mémoire se pose d’une façon très particulière, vu que, souvent, il s’agit de mémoires individuelles insérées dans le contexte de la «mémoire officielle» ou «officieuse» consacré par l’histoire récente. Cet article traite les problèmes soulevés par ce type de sources basées sur la «mémoire individuelle» par son insertion dans la «mémoire historique», ayant comme base les ouvrages méthodologiques développés au sein de l’histoire et des sciences qui s’occupent des problèmes de la mémoire, et l’expérience de l’auteur en tant que chercheur.

Mots-clé: *Histoire, Mémoire, Sources, Méthodologie, Contemporanéité*

ISABEL NOGUEIRA

CINEMA E PINTURA: IMAGEM CINEMATOGRAFICA E EXPRESSÃO PLÁSTICA

As abordagens do “contemporâneo”, no que respeita aos

FILM AND PAINTING: CINEMATOGRAPHIC IMAGE AND PLASTIC ARTS

The approaches to “contemporaneity”, according to

CINÉMA ET PEINTURE: IMAGE CINÉMATOGRAPHIQUE ET EXPRESSION PLASTIQUE

Les approches du «contemporain», en ce que concerne les

novos métodos e à interdisciplinaridade, constituem o ponto de partida deste texto. Trata-se essencialmente de proceder a um cruzamento entre o cinema e a pintura, começando, desde logo, por compreender o cinema aqui, sobretudo, como arte do espaço dinâmico, como imagem. Esta relação será instituída, por um lado, no que respeita à conexão da imagem fílmica com os principais movimentos modernistas e vanguardistas da arte do século XX. Por outro lado, num segundo momento, e ainda nesta relação entre cinema e pintura, propomos a compreensão da imagem cinematográfica como construção referencial a partir da imagem pictórica. Finalmente, a leitura deste artigo deverá fazer-se, simultaneamente, ao nível da escrita – conceptual/historicista – e da imagem visual. Não se trata, contudo, de um exercício de simples mimetismo, mas do estabelecimento de uma relação visual, comparativa e interpelativa, entre cinema e pintura, mediante uma abordagem conceptual, histórica e estética da imagem.

Palavras-chave: *Pintura, Cinema, Imagem, História, Estética*

new methods and interdisciplinarity, are the starting point of this text. It entails linking film to painting, starting with an understanding of film particularly as an art of dynamic space, like image. This link is established, on the one hand, based on the connection of film image with the core 20th century modernist and *avant garde* art movements. On the other hand, in a second moment, and still within the framework of the link between film and painting, we propose perceiving cinematographic image as the construction of reference through pictorial image. Finally, this paper should be read both at the level of the text – conceptual/historicist – and of visual image. This is not, however, merely a mimetic exercise; it involves creating a visual, comparative and explanatory relationship between film and painting, through a conceptual, historical and aesthetic approach to image.

Keywords: *Painting, Film, Image, History, Aesthetics*

nouvelles méthodes et l'interdisciplinarité, constituent le point de départ de ce texte. Il s'agit essentiellement de croiser le cinéma et la peinture en commençant, tout d'abord, par comprendre le cinéma surtout comme art de l'espace dynamique, comme image. Cette relation sera établie, d'une part, par rapport à la connexion de l'image cinématographique avec les principaux mouvements modernistes et avant-gardistes de l'art du XX^e siècle. D'autre part, dans un deuxième moment, et encore sur cette relation entre cinéma et peinture, nous proposons la compréhension de l'image cinématographique comme construction référentielle à partir de l'image pictorique. Enfin, la lecture de cet article devra se faire, simultanément, au niveau de l'écriture – conceptuelle/historiciste – et de l'image visuelle. Il ne s'agit pas, toutefois, d'un exercice de simple mimétisme, mais de l'établissement d'une relation visuelle, comparative et interpellative, entre cinéma et peinture, par moyen d'une approche conceptuelle, historique et esthétique de l'image.

Mots-clé: *Peinture, Cinéma, Image, Histoire, Esthétique*

DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA: ESTADO DA ARTE, PROBLEMÁTICAS E FONTES

Este artigo coloca em perspectiva o processo de descolonização portuguesa na qualidade de problema historiográfico. Um problema de significativo interesse científico e de importância crucial para a compreensão da história recente portuguesa, mas ainda pouco abordado pela historiografia. A nossa é portanto uma abordagem fundamentalmente teórica que visa traçar o estado da arte, indicar fontes, levantar novas questões e apontar caminhos para a construção de um conhecimento mais estruturado sobre o processo de dissolução do Império Colonial Português em África.

Palavras-chave: *Historiografia, África, Portugal, Império, Descolonização*

PORTUGUESE DECOLONIZATION: THE STATE OF THE ART, ISSUES AND SOURCES

This paper puts into perspective the process of Portuguese decolonization as a problem of historiography. A problem of significant scientific interest and crucial importance for understanding recent Portuguese history, albeit hardly covered by historiography. So our approach is essentially theoretical, and seeks to outline the state of the art, point out sources, raise new issues and find paths for the construction of a more structured knowledge of the process of dissolution of the Portuguese Colonial Empire in Africa.

Key-words: *Historiography, Africa, Portugal, Empire, Decolonisation*

DÉCOLONISATION PORTUGAISE: ÉTAT DE L'ART, PROBLÉMATIQUES ET SOURCES

Cet article met en perspective le processus de décolonisation portugaise en tant que problème historiographique. Un problème qui se revêt d'un intérêt scientifique significatif et d'une importance capitale pour la compréhension de l'histoire portugaise récente, bien que encore peu traité par l'historiographie. Nous suivons un approche fondamentalement théorique qui vise déterminer l'état de l'art, indiquer les sources, soulever de nouvelles questions et montrer des chemins pour la reconstruction d'une connaissance plus structurée sur le processus de dissolution de l'empire colonial portugais en Afrique.

Mots-clé: *Historiographie, Afrique, Portugal, Empire, Décolonisation*

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO TERRITÓRIO A PARTIR DOS MONUMENTOS. O LUGAR DO CONTEMPORÂNEO

Em estudos anteriores, debruçámo-nos sobre a relevância que os *monumentos nacionais* tiveram na estrutura de um discurso nacional e territorial. Os seus resultados esclarecem que a relação entre os monumentos e o seu contexto é, essencialmente, construída com as campanhas realizadas pela DGEMN no período do Estado Novo. Aos monumentos foi atribuída uma função identitária dos lugares, sobretudo através do seu isolamento e a submissão da sua envolvente. Com este artigo pretende-se reler essa relação, em particular através dos instrumentos que permitiram que a *identidade* destes lugares seja, hoje, aquela (re)construída no período do Estado Novo.

Palavras-chave: *Identidade, Território, Monumentos, Contemporâneo, Zonas de protecção*

THE IDENTITY BUILDING OF THE TERRITORY BASED ON MONUMENTS. THE ROLE OF THE CONTEMPORARY

In previous studies, we approached the relevance of the *national monuments* in the construction of national propaganda and on a territorial representation. Its results clarify that the relation between monuments and its context is basically, resulting from the campaigns carried out by DGEMN during the period of the New State. To the monuments an identity function of the places was assigned, mostly through its individualization and the seclusion of its surroundings. This article is intended to revisit this relation, in particular, through the instruments which allowed that the *identity* of these places is, today, the one (re)built during the New State.

Keywords: *Identity, Territory, Monuments, Contemporary, Protection zones*

LA CONSTRUCTION DE L'IDENTITÉ DU TERRITOIRE A PARTIR DES MONUMENTS. LA PLACE DU CONTEMPORAIN

Dans des études précédentes, nous nous sommes penchés sur l'importance que les *monuments nationaux* ont eue dans la construction d'un discours national et d'une représentation territoriale. Leurs résultats éclaircissent que la relation entre les monuments et son contexte est, essentiellement, construite avec les campagnes réalisées par la DGEMN dans la période de l'État Nouveau. Aux monuments a été attribuée une fonction identitaire des places, surtout à travers son isolement et la soumission de ses abords. Avec cet article on prétend relire cette relation, en particulier à travers les instruments qui ont permis que l'*identité* de ces places soit, aujourd'hui, celle (ré)construite dans la période de l'État Nouveau.

Mots-clés: *Identité, Territoire, Monuments, Contemporain, Zones de protection*

PENSAR A HISTÓRIA DA
EUROPA. REFLEXÕES
SOBRE A CONSTRUÇÃO
EUROPEIA DE UM DES-
TINO COMUM

Este estudo tem como objectivo reflectir sobre a Europa como projecto esboçado no início da Construção Europeia em 1950, e a sua efectiva realização na actualidade. O enfoque a estudar será a Europa como projecto político, onde será dimensionada a força ou fragilidade de uma integração que se tem revelado, sobretudo, económica. No entanto, o percurso europeu tem mostrado ir muito para além da actuação económica que marcaria a inicial Comunidade Económica Europeia (CEE), a própria Comunidade Europeia (CE), e chegaria à actual União Europeia. Desde o seu início que se ouviram frases que traçariam o seu destino: “We must built a Kind of United States of Europe”. Os ecos de Winston Churchill continuam a ser escutados pelos europeus, mais ou menos europeístas, mas a Europa política continua numa encruzilhada. Alguns atrevem-se a propor um futuro federalista para a Europa, mas, a História tem dado razão aos mais prudentes que preferem seguir as pegadas de Robert Schuman e ouvir as suas palavras: “L’Europe ne se fera pas d’un coup, ni dans une construction d’ensemble”.

ABOUT THE HISTORY
OF EUROPE. VIEWS ON
THE EUROPEAN CON-
STRUCTION OF A JOINT
DESTINY

This paper proposes to study Europe as a project designed at the start of the European construction in 1950, and its current implementation. It focuses on Europe as a political project, and outlines the strengths or weaknesses of an integration that has turned out to be essentially economic. The European path has, however, extended well beyond economic operations which the early European Economic Community (EEC) and the European Community (EC) featured, and continued until the current European Union. From the start phrases like these traced its destiny: “We must build a kind of United States of Europe”. These words of Winston Churchill are still echoed by Europeans, while political Europe finds itself at a cross-road. Some dare to propose a Federalist future for Europe, but history has proven right those who have prudently chosen to follow in the footsteps of Robert Schuman and to listen to his words: “L’Europe ne se fera pas d’un coup, ni dans une construction d’ensemble”. Europe is on the move, albeit slowly and very far from the

PENSER L’HISTOIRE DE
L’EUROPE. RÉFLEXIONS
SUR LA CONSTRUCTION
EUROPÉENNE D’UN DES-
TIN COMMUN

Cette étude a pour but une réflexion sur l’Europe comme projet tracé au début de la Construction européenne en 1950 et son effective réalisation en l’actualité. L’optique à étudier est l’Europe comme projet politique, où intervient la force ou la fragilité d’une intégration qui s’est montrée surtout économique. Néanmoins, le parcours européen s’est déroulé beaucoup au-delà de l’action économique initialement prévue par la Communauté Économique Européenne (CEE) et la Communauté Européenne (CE), en arrivant à l’actuelle Union Européenne. Dès le début que certaines phrases ont marqué sa destinée: «We must built a Kind of United States of Europe». Les échos de Winston Churchill continuent à être écoutés par les européens, plus ou moins europeïstes, mais l’Europe politique continue dans un carrefour. Certains osent proposer un futur fédéraliste pour l’Europe, mais l’Histoire a donné raison aux plus prudents qui préfèrent suivre les pas de Robert Schuman et écouter ses mots: «L’Europe ne se fera pas d’un coup, ni dans une construction d’ensemble».

A Europa dos pequenos passos está em marcha, muito longe da meta, sonhada por alguns, dos *Estados Unidos da Europa*. Será a Europa esse objecto político não identificado anunciado e reflectido por Jacques Delors?

Palavras-chave: *Europa, Identidade Europeia, Ideia de Europa, Construção Europeia, Projecto Europeu*

target that some dreamt of, of a *United States of Europe*. Is Europe the unidentified political object which was announced and mirrored by Jacques Delors?

Key-words: *Europe, European identity, Idea of Europe, European construction, European project*

L'Europe des petits pas est en marche, très loin de l'arrivée, rêvée par certains, des États-Unis de l'Europe. L'Europe sera-t-elle cet objet politique non identifié annoncé et pensé par Jacques Delors?

Mots-clé: *Europe, Identité européenne, Idée d'Europe, Construction européenne, Projet européen*

MIGUEL DIAS SANTOS

AS DITADURAS NA HISTÓRIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA: CONTRIBUTOS PARA UM DEBATE

Alguma historiografia analisa as ditaduras de João Franco, Pimenta de Castro e Sidónio Pais considerando-as precursoras do fascismo europeu e português. Este artigo propõe uma nova abordagem, analisando o conceito de ditadura à luz da sua evolução histórica, tentando demonstrar que esses fenómenos político-ideológicos encontram a sua explicação na tradição liberal de representação, pautada por um desequilíbrio entre os três poderes políticos constitucionais.

Palavras-Chave: *Ditadura, Historiografia, Liberalismo, Divisão de Poderes, Parlamento*

Dictatorships in contemporary political history: inputs for discussion

Some historiography analyses the dictatorships of João Franco, Pimenta de Castro and Sidónio Pais and considers them the forerunners of European and Portuguese fascism. This paper proposes a new approach to analysing the concept of dictatorship in the light of its historical evolution, while trying to demonstrate that these political-ideological phenomena can be explained through the liberal tradition of representation, guided by an imbalance between the three constitutional political powers.

Keywords: *Dictatorship, historiography, Liberalism, division of powers, Parliament*

LES DICTATURES DANS L'HISTOIRE POLITIQUE CONTEMPORAINE: CONTRIBUTIONS AU DÉBAT

Une certaine historiographie analyse les dictatures de João Franco, Pimenta de Castro et Sidónio Pais en les considérant précurseurs du fascisme européen et portugais. Cet article propose une nouvelle approche, en analysant le concept de dictature à la lumière de son évolution historique, en essayant de démontrer que ces phénomènes politico-ideologiques trouvent son explication dans la tradition libérale de représentation, réglé par un déséquilibre entre les trois pouvoirs politiques constitutionnels.

Mots-clé: *Dictature, Historiographie, Libéralisme, Division de pouvoirs, Parlement*

PAULO ARCHER DE CARVALHO

PARA UMA PERSPECTIVA DA HISTORIOGRAFIA DA CULTURA (1916-1958). JOAQUIM DE CARVALHO: METODOLOGIA E EPISTEMOLOGIA (I)

Joaquim de Carvalho, pioneiro em Portugal e o mais relevante historiador da cultura e da filosofia, em particular da «história das ideias», que o programa do idealismo objetivo lançara, procurou, indo da Modernidade, superar o positivismo e a aporia cientista a partir da concepção neokantiana que, na tradição das *Kulturwissenschaften*, não afastava o diálogo com a diversidade dos saberes empíricos e científico-naturais, mas exigia uma hermenêutica da *historicidade* dessa dialogia. O esboço epistémico racionalista, crítico e humanista, não teorizado em termos de um acesso sintético, será o maior contributo do universitário e livre espírito, numa República das Letras impossibilitada de se afirmar.

Palavras-chave: *Idealismo, Racionalismo, Historiografia crítica, Epistemologia*

FOR AN OUTLOOK ON CULTURE HISTORIOGRAPHY (1916-1958). JOAQUIM DE CARVALHO: METHODOLOGY AND EPISTEMOLOGY (I)

Joaquim de Carvalho, a pioneer in Portugal and the most important historian of culture and philosophy, in particular of 'the history of ideas', that the programme of objective idealism launched, sought, starting with Modernity, to overcome positivism and the scientific aporia from the neo-Kantian conception that, in the tradition of the *Kulturwissenschaften*, did not exclude the dialogue with very diverse empirical and scientific-natural knowledge, but required the hermeneutics of the *historicity* of such diaphora. The rationalist, critical and humanistic epistemic outline, not theorised in terms of a synthetic access, is the best input that an academic and free spirit can give, in a Arts Republic that cannot assert itself.

Keywords: *Idealism, Rationalism, Critical historiography, Epistemology*

POUR UNE PERSPECTIVE DE L'HISTORIOGRAPHIE DE LA CULTURE (1916-1958). JOAQUIM DE CARVALHO: MÉTHODOLOGIE ET ÉPISTÉMOLOGIE (I)

Joaquim de Carvalho, pionnier au Portugal et le plus important historien de la culture et de la philosophie, en particulier de l'«histoire des idées», que le programme de l'idéalisme objectif lança, a essayé, en partant de la Modernité, surmonter le positivisme et l'aporie scientifique à partir de la conception néo-kantienne qui, dans la tradition des *Kulturwissenschaften*, n'écartait pas le dialogue avec la diversité des savoirs empiriques et scientifique-naturels, mais exigeait une herméneutique de l'*historicité* de cette dialogique. Le dessin epistémico-rationaliste, critique et humaniste, non théorisé en termes d'accès synthétique, sera la plus grande contribution de l'universitaire et libre-esprit, dans une République des Lettres incapable de s'affirmer.

Mots-clé: *Idéalisme, Rationalisme, Historiographie critique, Épistémologie*

JÚLIO JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA EM JÚLIO DANTAS

Júlio Dantas (1876-1962) desempenhou um papel fulcral na organização das Comemorações Centenárias de 1940, patrocinadas pelo Estado Novo, sob a égide de Oliveira Salazar e do Secretariado Nacional da Propaganda (S.P.N.) de António Ferro. As funções desempenhadas, como Presidente da Comissão Executiva e de Presidente do Congresso do Mundo Português, levaram-no a realizar uma reflexão sobre a história. No presente artigo analisamos as suas concepções nesta área, tendo em consideração o seu posicionamento face às principais correntes historiográficas da época.

Palavras-chave: *História, Ciência, Arte, Objectividade, Intuição, Comemoração, Passado*

HISTORY AND HISTORIOGRAPHY IN JÚLIO DANTAS

Júlio Dantas (1876-1962) played an essential part in organising the 1940 Centennial Commemorations, sponsored by the *New State*, under the auspices of Oliveira Salazar and the National Propaganda Secretariat (S.P.N.) lead by António Ferro. The tasks he executed as the President of the Executive Committee and the Chairman of the Congress on the Portuguese World, made him think about history. This paper analyses his views on this matter, and his attitude towards the main historiographic currents at the time.

Keywords: *History, Science, Art, Objectivity, Intuition, Commemoration, Past*

HISTOIRE ET HISTORIOGRAPHIE CHEZ JÚLIO DANTAS

Júlio Dantas (1876-1962) a joué un rôle fondamental dans l'organisation des célébrations centenaires de 1940, financés par l'État Nouveau, sous l'égide d'Oliveira Salazar et du Secrétariat National de la Propagande (S.P.N.) d'António Ferro. Ses fonctions de Président de la Commission Exécutive et de Président du Congrès du Monde Portugais l'ont amené à une réflexion sur l'histoire. Dans cet article nous analysons ses conceptions dans ce domaine, en tenant en compte son positionnement vis-à-vis les principaux courants historiographiques de l'époque.

Mots-clé: *Histoire, Science, Art, Objectivité, Intuition, Célébration, Passé*

“A GRANDE ALIANÇA” DE ANA CASTRO OSÓRIO: UM PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO FRACASADO

O artigo acompanha as iniciativas desenvolvidas nos anos 1910-20 pela republicana, feminista e escritora, Ana de Castro Osório, visando a construção de um projeto político-educacional que articulasse Portugal e Brasil. Essa intelectual, estudada em Portugal, é pouco conhecida no Brasil, embora tenha vários livros publicados e adotados pela rede de escolas públicas de dois importantes estados: São Paulo e Minas Gerais. A hipótese é a de que ela possuía um projeto para “fundar” uma literatura luso-brasileira, que podia ser um rentável empreendimento. Dona de editoras em Portugal e autora de dezenas de livros de muito sucesso entre um público feminino e infantil, acaba vendo seus esforços naufragarem, como naufragava a Primeira República portuguesa em meados dos anos 1920.

Palavras-chave: *Republicanism, Intelectuais, Educação, Literatura luso-brasileira*

“THE GREAT ALLIANCE” BY ANA CASTRO OSÓRIO: A POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECT THAT FAILED

This paper focuses on the actions implemented in 1910-20 by the Republican, feminist writer Ana de Castro Osório, who envisaged developing a political-educational project that would link Portugal and Brazil. Although this intellectual is studied in Portugal, she is hardly known in Brazil, notwithstanding the fact that she is the author of several published books that have been adopted by the public schools in two important states: São Paulo and Minas Gerais. Our hypothesis is that she had a project to ‘found’ a Portuguese-Brazilian literature that was possibly a profit-making undertaking. Although she owned several publishers in Portugal and was the author of dozens of books, which are very popular among the female and juvenile audience, all of her efforts sunk along with the First Portuguese Republic in the mid 1920s.

Key-words: *Republicanism, Intellectuals, Education, Portuguese-Brazilian literature*

“LA GRANDE ALLIANCE” DE ANA CASTRO OSÓRIO: UN PROJET POLITICO-PEDAGOGIQUE MANQUÉ

L'article accompagne les initiatives développées dans les années 1910-20 par la républicaine, féministe et écrivaine Ana de Castro Osório, visant la construction d'un projet politico-éducatif coordonné entre le Portugal et le Brésil. Cette intellectuelle, bien qu'étudiée au Portugal, est très peu connue au Brésil, malgré de nombreuses œuvres publiées et adoptées par les réseaux d'écoles publiques de deux importants états brésiliens: São Paulo et Minas Gerais. Elle avait un projet pour «fonder» une littérature luso-brésilienne qui pourrait être rentable. Propriétaire de maisons d'édition au Portugal et auteur de dizaines de livres couronnés de succès parmi un public féminin et infantile, elle finit par voir ses efforts naufrager, tout comme naufragait la Première République portugaise au milieu des années 1920.

Mots-clé: *Républicanisme, Intellektuels, Education, Littérature luso-brésilienne*

VICTOR BARROS

IMPÉRIO, COLONIALISMO E PÓS-COLONIALISMO: OS JARDINS DA MEMÓRIA E AS MELANCOLIAS DA CRÍTICA HISTÓRICA CONTEMPORÂNEA

Ensaia-se com o presente título um inquérito analítico centrado no campo da crítica histórica contemporânea em torno de categorias como império, colonialismo e pós-colonialismo. Debruçaremos sobre a problemática da memória reificada em torno da sacralização da ideia de império e de colonialismo durante o Estado Novo nas colônias (a partir de determinadas práticas simbólicas comemorativas), assim como algumas das mitificações discursivas que as sustentavam. Subsequentemente, colocaremos em análise a vigilância crítica historiográfica pós-colonial em torno da desconstrução dos essencialismos identitários subjacentes a essas práticas simbólicas que pretendiam reificar a memória do império e do colonialismo nas colônias, assim como o diagnóstico da duplicidade da condição pós-colonial que se estabelece a partir da complexa relação contemporânea com a memória colonial, imperial, e anti-colonial.

Palavras-chave: *Império, Colonialismo, Memória, Crítica Histórica, Estado Novo*

EMPIRE, COLONIALISM AND POST-COLONIALISM: THE GARDENS OF MEMORY AND THE MELANCHOLIES OF CONTEMPORARY HISTORICAL CRITICISM

The present paper attempts an analytical approach within the framework of contemporary historical criticism to the categories of empire, colonialism and post-colonialism. We will focus on the issue of the reified memory of the sacralisation of the concepts of empire and colonialism during the *New State* in the colonies (through some symbolic commemorative events), and on some discursive mythifications that sustained them. Subsequently, we analyse the post-colonial historiographic critical approach to the deconstruction of the identity essentials of these symbolic acts, which intended to reify the memory of the empire and colonialism in the colonies, as well as to diagnose the duplicity of the post-colonial condition that develops from the complex modern relationship with colonial, imperial and anti-colonial memory.

Key-words: *Empire, Colonialism, Memory, Historical Criticism, Estado Novo*

EMPIRE, COLONIALISME ET POST-COLONIALISME: LES JARDINS DE LA MÉMOIRE ET LES MÉLANCOLIES DE LA CRITIQUE HISTORIQUE CONTEMPORAINE

Ce titre essaie de faire une enquête analytique centrée sur le domaine de la critique historique contemporaine autour de catégories comme empire, colonialisme et post-colonialisme. Nous mettrons en exergue la problématique de la mémoire substantivée autour de la sacralisation de l'idée d'empire et de colonialisme pendant l'*État Nouveau* dans les colonies (à partir de certaines pratiques symboliques cérémonielles), ainsi que des mystifications discursives qui les soutenaient. Subséquemment, nous analyserons la vigilance critique historiographique post-coloniale autour de la déconstruction des essentialismes identitaires sous-jacents à ces pratiques symboliques qui voulaient substantiver la mémoire de l'empire et du colonialisme dans les colonies, ainsi que le diagnostic de la duplicité de la condition post-colonial qui s'établit a partir de la complexe relation contemporaine avec la mémoire coloniale, impériale et anti-coloniale.

Mots-clé: *Empire, Colonialisme, Mémoire, Critique historique, Estado Novo*

MARIA ADRIANA SOUSA CARVALHO

NA PROCURA DE NOVOS TEMAS DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA: OS *SOKOLS* OU FALCÕES PORTUGUESES DE CABO VERDE (1936-1939)

O artigo analisa o ambiente cultural da cidade de Mindelo, entre 1932 e 1939, em torno do movimento associativo Os Falcões Portugueses de Cabo Verde, inspirado no ideário e na coreografia dos *Sokols* [Falcões] da Checoslováquia. A recriação dos itinerários dos *Sokols* na cidade colonial é guiada pela narrativa ficcional “Capitão de Mar e Terra”, de Henrique Teixeira de Sousa, num confronto crítico com as fontes documentais. Problematisa-se o resgate da história pela narrativa ficcional e histórica. Não obstante a liberdade discursiva do romance e a incompletude das fontes conclui-se que os *Sokols* seduziram a “cidade do Porto Grande” com a imagética paramilitar e a defesa da “liberdade dentro da ordem”.

Palavras-chave: *Falcões, História, Movimento Associativo, Narrativa, Romance*

IN THE SEARCH FOR NEW TOPICS OF CONTEMPORARY HISTORY: *SOKOLS* OR THE PORTUGUESE FALCONS OF CAPE VERDE (1936-1939)

The paper analyses the cultural environment in the city of Mindelo, between 1932 and 1939, and the associative movement of the Portuguese Falcons of Cape Verde, inspired by the ideologies and choreography of the *Sokols* [Falcons] of Czechoslovakia. The itineraries of the *Sokols* in the colonial city are recreated on the basis of the fictional narrative “Capitão de Mar e Terra”, by Henrique Teixeira de Sousa, by comparing documentary sources. The rescue of History by the fictional and historic narrative is discussed. Notwithstanding the discursive freedom of the romance and the incompleteness of the sources, one concludes that *Sokols* seduced the ‘city of Porto Grande’ with paramilitary imagery and the support of ‘freedom within order’.

Keywords: *Falcons, History, Associative movement, Narrative, Romance*

À LA RECHERCHE DE NOUVEAUX THÈMES DE L'HISTOIRE CONTEMPORAINE: LES *SOKOLS* OU FALCÕES PORTUGUESES DE CABO VERDE (1936-1939)

L'article analyse l'environnement culturel de la ville de Mindelo entre 1932 et 1939 autour du mouvement associatif *Os Falcões Portugueses de Cabo Verde*, inspiré dans l'idéal et la chorégraphie des *Sokols* [Falcões] de la Tchécoslovaquie. La recréation des itinéraires des *Sokols* dans la ville coloniale est orientée par la narrative fictionnelle «Capitão de Mar e Terra», d'Henrique Teixeira de Sousa, dans une confrontation critique avec les sources documentales. Nous problématisons la récupération de l'histoire par la narrative fictionnelle et historique. Malgré la liberté discursive du roman et l'inachèvement des sources, on peut conclure que les *Sokols* ont séduit la «ville du Grand Port» avec l'imagerie paramilitaire et la défense de la «liberté dans l'ordre».

Mots-clé: *Falcons, Histoire, Mouvement associatif, Narrative, Roman*

CARMEN PONTE

HISTÓRIA E MEMÓRIA: O CASO DAS “APARIÇÕES” DE ÁGUA DE PAU EM 1918

Este artigo apresenta o caso das “aparições” de Água de Pau, em 1918, num contexto mais vasto das “aparições” marianas que, a partir de Fátima, se verificaram noutras localidades e chegaram aos Açores. A reconstrução e análise objectiva da história das “aparições” de Água de Pau a partir da confrontação de fontes escritas e orais é o objectivo primordial deste trabalho. Para além da investigação na imprensa da época, o recurso à história oral permite conhecer o que ainda resta de significativo deste “acontecimento” na memória colectiva e do significado que se atribui à Ermida construída treze anos após as “aparições”.

Palavras-chave: *Aparições, Memória Colectiva, Imprensa, Açores*

HISTORY AND MEMORY: THE “APPARITIONS” IN ÁGUA DE PAU IN 1918

This paper introduces the 1918 ‘apparitions’ in Água de Pau, in the wider context of Marian apparitions which, after Fátima, occurred in several other locations, including the Azores. The objective reconstruction and analysis of the history of the ‘apparitions’ in de Água de Pau by comparing written and oral sources is the primary goal of this paper. Besides the research in contemporaneous press, oral history provides a tool for understanding what relevant elements of this ‘event’ have been retained by the collective memory and the meaning awarded to the chapel erected thirteen years after the ‘apparitions’.

Keywords: *Apparitions, Collective memory, Press, Azores*

HISTOIRE ET MÉMOIRE: LE CAS DES “APPARITIONS” D’ÁGUA DE PAU EN 1918

Cet article présente le cas des «apparitions» d’Água de Pau, en 1918, dans le contexte plus large des «apparitions» de la Vierge Marie qui, à partir de Fátima, se sont vérifiées en d’autres sites et arrivées aux Açores. La reconstruction et l’analyse objective de l’histoire des «apparitions» d’Água de Pau à partir de la confrontation de sources écrites et orales est l’objectif primordial de cet article. Au-delà de la recherche dans la presse de l’époque, le recours à l’histoire orale permet de connaître ce qui reste encore de significatif de cet «événement» dans la mémoire collective et la signification qui est attribuée à la Chapelle construite treize ans après les «apparitions».

Mots-clé: *Apparitions, Mémoire Collective, Presse, Azores*

PRISÕES POLÍTICAS,
IDENTIDADES FEMINI-
NAS E VIDA QUOTIDIA-
NA

Realizámos um estudo sobre as prisões políticas femininas em Portugal. A análise do estatuto social das mulheres que se opuseram a estes regimes ditatoriais é extremamente interessante para interpretar problemas contemporâneos como a contraposição ou a continuidade da esfera política e familiar, as actividades sociais dos opositores a um regime político e as experiências pessoais com as polícias ou com o próprio facto da detenção. Em certos casos, contamos com biografias prisionais e/ou políticas, que permitem confrontar os factos anteriores com a memória como acontecimento historiográfico e multidisciplinar.

Palavras-chave: *Mulher, Prisões, Ditadura, Memória, Historiografia*

POLITICAL PRISONS,
FEMININE IDENTITIES
AND DAILY LIFE

Our study is on the political detention of women in Portugal. The analysis of the social status of the women who fought against these dictatorships is extremely relevant for interpreting modern issues like the gap or connection between the political and family spheres, the social actions of the opponents to a political regime and their personal experiences with the police forces and detention. In some cases, we have used the biographies of prisoners and/or politicians, which enable us to compare past facts with memory as an historiographic and multidisciplinary event.

Key-words: *Woman, Prisons, Dictatorship, Memory, Historiography*

PRISONS POLITIQUES,
IDENTITÉS FÉMININES
ET VIE QUOTIDIENNE

Nous avons réalisé une étude sur les prisons politiques féminines au Portugal. L'analyse du statut social des femmes qui se sont opposées aux régimes dictatoriaux est extrêmement intéressante pour l'interprétation de problèmes contemporains comme la contraposition ou la continuité de la sphère politique et familiale, les activités sociales des oppositeurs à un régime politique et les expériences personnelles avec les polices ou le fait même d'être détenues. En certains cas, on dispose de biographies politiques et/ou pénitentiaires, qui permettent de confronter les faits précédents avec la mémoire en tant qu'évènement historiographique et multidisciplinaire.

Mots-clé: *Femme, Prisons, Dictature, Mémoire, Historiographie*

O EVOLUCIONISMO NO
SÉCULO XX: TRAÇOS
GERAIS E PERSPECTIVAS
HISTORIOGRÁFICAS

No século XX surgiram e consolidaram-se duas perspectivas historiográficas distintas no âmbito da história do evolucionismo. O presente trabalho consiste numa análise crítica dessas duas perspectivas, abordando os principais pontos de divergência entre ambas, como, por exemplo, a centralidade conferida ao darwinismo na história do evolucionismo e a área de formação dos autores que se dedicam ao tema. A análise é complementada com uma reflexão sobre o recurso ao método comparativo no estudo dos inúmeros trabalhos já efectuados (ou ainda em curso) sobre a recepção e a história do darwinismo em diferentes contextos nacionais.

Palavras-chave: *Evolucionismo, Darwinismo, Século XX, Ernst Mayr, Peter J. Bowler*

EVOLUTIONISM IN THE
20TH CENTURY: OUT-
LINES AND HISTORIO-
GRAPHIC OUTLOOK

In the 20th century two distinct historiographic outlooks on the history of evolutionism developed and were consolidated. The present paper provides a critical analysis of these two views, focusing on their core differences, such as Darwinism at the heart of the history of evolutionism and the field of expertise of the authors who study this matter. The analysis is topped with the reflection on the use of the comparative method to study several works – either completed or in progress – on the reception and history of Darwinism in different national contexts.

Keywords: *Evolutionism, Darwinism, 20th century, Ernst Mayr, Peter J. Bowler*

L'ÉVOLUTIONNISME
AU XX^e SIÈCLE: TRAITS
GÉNÉRAUX ET PERSPEC-
TIVES HISTORIOGRA-
PHIQUES

Au XX^e siècle deux perspectives historiographiques distinctes ont apparu et se sont renforcées au sein de l'histoire de l'évolutionnisme. Ce travail consiste dans une analyse critique de ces deux perspectives, traitant des principaux points de divergence entre elles, notamment la centralité accordée au darwinisme dans l'histoire de l'évolutionnisme et le domaine de formation des auteurs qui se sont dédié à cette question. L'analyse est complétée par une réflexion sur le recours à la méthode comparative dans l'étude des nombreux travaux réalisés (ou encore en cours) sur la réception et l'histoire du darwinisme en différents contextes nationaux.

Mots-clé: *Évolutionnisme, Darwinisme, XX^e siècle, Ernst Mayr, Peter J. Bowler*

MANUEL CORREIA

BIOGRAFIA, PROCESSO E CONTEXTO: UMA REVISITAÇÃO DE EGAS MONIZ

O recurso ao género biográfico e a sua articulação com análises de contexto, produz objectos históricos que acrescentam conhecimentos tanto da matéria e personagens estudadas como das estratégias e perspectivas dos respectivos autores.

A publicação de Egas Moniz, - uma biografia, cuja tessitura se inscreve na disputa de sentidos que têm sido atribuídos aos desempenhos político, cultural e científico do biografado, suscita uma reflexão acerca do que de semelhante foi publicado nas duas últimas décadas, comparando os tipos de fragmentação biográfica operados e as razões expostas para decidir acerca do mérito do autor de *A Vida Sexual*, salientando o papel desempenhado por gentes e instituições com vista a garantir a sobrevivência e a promoção da figura histórica.

Palavras-chave: *Biografia, Egas Moniz, Anacronismo, Psicocirurgia*

BIOGRAPHY, PROCESS AND CONTEXT: REVISITING EGAS MONIZ

The use of biographies and their combination with context analyses produces historical objects which add knowledge both of the study object and subjects, as well as of the strategies and the views of the relevant authors.

The publication *Egas Moniz, - uma biografia*, which is about the discussions on the meanings of the political, cultural and scientific performances of the biographee, reflects on similar publications in the last two decades, comparing types of biographical fragmentation and the grounds for deciding on the merit of the author of *A Vida Sexual*, while underlining the role of people and institutions to ensure the survival and promotion of this historical figure.

Keywords: *Biography, Egas Moniz, Anachronism, Psychosurgery*

BIOGRAPHIE, PROCES-SUS ET CONTEXTE: UNE REVISITATION D'EGAS MONIZ

Le recours au genre biographique et son articulation avec des analyses contextuelles produit des objets historiques qui ajoutent connaissances non seulement sur la matière et les personnages étudiées mais aussi sur les stratégies et perspectives de leurs auteurs. La publication d'Egas Moniz, une biographie dont la tessiture s'inscrit dans la dispute de sens qui ont été attribués aux rôles politique, culturel et scientifique du biographé, suscite une réflexion à propos de ce qui de semblable a été publié dans les dernières décennies, en comparant les types de fragmentation biographique opérés et les raisons donnés pour décider du mérite de l'auteur de *A Vida Sexual*, soulignant le rôle joué par individus et institutions a fin de garantir la survie et la promotion de cette figure historique.

Mots-clé: *Biographie, Egas Moniz, Anachronisme, Psychocirurgie*

WILTON CARLOS LIMA DA SILVA

VIDAS EXEMPLARES
APÓS O ESTADO NOVO:
A BIOGRAFIA NA HISTO-
RIOGRAFIA EM PORTU-
GAL DEPOIS DE 1974

A historiografia portuguesa tem dedicado grande parte de seus esforços para a compreensão das particularidades da sociedade e da cultura lusitanas a partir dos desafios apresentados pelas transformações políticas e institucionais do país no século XX, a produção bibliográfica do gênero biográfico pode se afirmar como um campo de pesquisa original para a percepção crítica das forças sociais e culturais, múltiplas e complexas, que se fizeram ou se fazem presentes nas disputas de memórias, estabelecendo um mapeamento de algumas questões que essa tradição historiográfica suscita entre diferentes profissionais e orientações teóricas após o Estado Novo.

Palavras-chaves: *Historiografia portuguesa, Biografia, Narrativa, Estado Novo*

EXEMPLARY LIVES AFTER
THE ESTADO NOVO: A
BIOGRAPHY IN THE
HISTORIOGRAPHY IN
PORTUGAL AFTER 1974

The portuguese historiography has devoted much of his efforts to understand the peculiarities of the society and culture from the challenges posed by political and institutional transformations of the country in the twentieth century, the production of the biographic genre can be stated as a field of original research on the perceptions of the social and cultural changes, multiple and complex, which were made or if disputes are present in memory, establishing a mapping of some issues that this historiographical tradition raises among different professional and theoretical orientations after the “Estado Novo”.

Keywords: *Portuguese Historiography, Biography, Narrative, Estado Novo*

VIES EXEMPLAIRES
APRÈS L'ÉTAT NOUVEAU:
LA BIOGRAPHIE DANS
L'HISTORIOGRAPHIE AU
PORTUGAL APRÈS 1974

L'historiographie portugaise a dédié une grande partie de ses efforts à la compréhension des particularités de la société et de la culture lusitaines à partir des défis présentés par les transformations politiques et institutionnelles du pays au XX^e siècle. La production bibliographique du genre biographique peut s'affirmer comme un domaine de recherche original pour la perception critique des forces sociales et culturelles, multiples et complexes, qui interviennent dans les disputes de mémoires, en établissant un mappage de questions que cette tradition historiographique suscite chez différents professionnels et orientations théoriques après l'État Nouveau.

Mots-clés: *Historiographie portugaise, Biographie, Narrative, Estado Novo*

Estudos do Século XX

Características Gerais da Revista, Normas de Arbitragem Científica, da apresentação e da publicação dos originais

1. A revista *Estudos do Século XX* é uma Revista com sistema de arbitragem científica, propriedade do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, financiado plurianualmente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É editada pela Imprensa da Universidade de Coimbra.
2. A Direcção da revista é constituída pelo director e por dois secretários, sendo um deles o coordenador do respectivo número. No entanto, um número da revista poderá eventualmente ter dois coordenadores.
3. O Conselho Editorial da revista é constituído por investigadores estrangeiros, de reconhecido mérito, que forem considerados importantes para garantir o nível científico da revista, e pelos Coordenadores dos Grupos de Investigação. Também poderão participar nesse Conselho os membros ou alguns membros da Comissão Externa Permanente de Aconselhamento Científico (CEPAC) do CEIS20.
4. A revista, essencialmente temática, tem como finalidade primordial dar a conhecer os resultados das investigações que se vão realizando sobre o século XX.
5. Tendo em conta a finalidade referida, colaborarão na revista com artigos científicos, resenhas, notícias ou outro tipo de trabalhos, os membros do CEIS20 e outros investigadores de reconhecida idoneidade científica, que serão expressamente convidados, por proposta do respectivo coordenador da Revista e por decisão do Conselho Editorial. Haverá uma chamada (*call for paper*) a colaborações externas ao CEIS20.
6. Todas as contribuições submetidas à apreciação serão sujeitas a um processo de avaliação por pares (*peer review*). A decisão final sobre a publicação dos textos compete ao coordenador de cada número da revista, depois de considerados os pareceres dos pares (*referees*). Os pareceres e a decisão tomada sobre os trabalhos recebidos serão comunicados aos respectivos autores.
7. Aos autores será facultada apenas a revisão das primeiras provas tipográficas.
8. A Direcção e a Editora reservam-se o direito de alterar as referências, citações, siglas utilizadas em notas e outros elementos formais, adaptando-os ao sistema adoptado na revista.
9. Por cada artigo serão oferecidos 2 exemplares do número da revista em que colaborou.
10. As opiniões expressas nos artigos são da responsabilidade dos autores.
11. A publicação de imagens carece de autorização do seu detentor.

Estudos do Século XX

Journal features, peer review standards and conference presentation and journal article publication rules

1. *Estudos do Século XX* is a journal subject to peer review, which is the property of the Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre of 20th century interdisciplinary studies – CEIS20), with multi-annual funding from the Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Foundation for Science and Technology). The journal is published by Imprensa da Universidade de Coimbra (Coimbra University Press).
2. The Board is composed of the Director and two Secretaries, one of whom act as the coordinator of the issue in question. An issue may, however, have two coordinators.
3. The journal's Editorial Committee is composed of renowned foreign researchers, who lend scientific merit to the journal, and the Research Group Supervisors. The Committee may also include some or all members of the CEIS20 External Scientific Advisory Board.
4. Each issue focuses on one theme, the core purpose of the journal being, however, to disseminate the findings of research carried out on the 20th century.
5. In view of such objective, the members of CEIS20 and other researchers of recognized scientific competence, who are expressly invited by the Journal coordinator, may submit scientific papers, recensions, news reports or other writings, which are published by decision of the Editorial Board. The CEIS20 lists a Call for Papers.
6. All submissions undergo peer review. The coordinator of the issue in question selects the texts for publication based on the referees' opinions. The authors will receive notice of the opinions and the acceptance for publication.
7. The authors are required to revise only the first proof sheet.
8. The Board and Publisher have the right to amend references, quotations, acronyms used in notes, and other formal elements of the text, according to the system adopted by the journal.
9. For each article submitted, the author receives 2 copies of the relevant journal issue.
10. The authors are expected to take full responsibility for the opinions expressed in their articles.
11. The publication of images requires permission of the holder.

Estudos do Século XX

Caractéristiques Générales de la Revue, Normes de l'Arbitrage Scientifique, de la Présentation et de la publication des Originaux

1. La revue *Estudos do Século XX* (Etudes du XX^e Siècle) est une Revue disposant d'un système d'arbitrage scientifique, propriété du Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20 (Centre d'Etudes Interdisciplinaires du XX^e Siècle de l'Université de Coimbra – CEIS20), financée de façon pluriannuelle par la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Fondation pour la Science et la Technologie). Elle est éditée par l'Imprensa da Universidade de Coimbra (Presse Universitaire de Coimbra).
2. La Direction de la revue est constituée par le directeur et par les deux secrétaires, l'un d'eux étant le coordinateur du numéro respectif. Toutefois, un même numéro de la revue pourra éventuellement avoir deux coordinateurs.
3. Le Conseil Editorial de la revue est constitué par des chercheurs étrangers, au mérite reconnu, qui sont considérés importants pour assurer le niveau scientifique de la revue, et par les Coordinateurs des Groupes de Recherche. Pourront aussi participer au Conseil, les membres ou certains membres du Comité Externe du Conseil Scientifique du CEIS20.
4. La revue, essentiellement thématique, a pour finalité primordiale de faire connaître les résultats des recherches qui sont effectuées sur le XX^e siècle.
5. Etant donné la finalité mentionnée, pourront collaborer à la revue avec des articles scientifiques, des comptes-rendus, des informations ou d'autres types de travaux, les membres du CEIS20 et d'autres chercheurs dont la respectabilité scientifique est reconnue, qui seront expressément invités, à travers une proposition du coordinateur respectif de la Revue et par décision du Conseil Editorial. Il y aura un appel (*call for paper*) à collaborations extérieures au CEIS20.
6. Toutes les contributions soumises à appréciation seront sujettes à une procédure d'évaluation par les pairs (*peer review*). La décision finale à propos de la publication des textes revient au coordinateur de chaque numéro de la revue, après avoir pris en compte les avis des pairs (*referees*). Les avis et la décision prise sur les travaux mentionnés seront communiqués aux auteurs respectifs.
7. Ne sera faculté aux auteurs que la révision des premières épreuves.
8. La Direction et l'Éditeur se réservent le droit de modifier les références, les citations, les sigles utilisés dans les notes et autres éléments formels, en les adaptant au système adopté par la revue.
9. Pour chaque article seront offerts 2 exemplaires du numéro de la revue à laquelle vous aurez collaboré.
10. Les auteurs seront responsables des opinions exprimées dans les articles.
11. La publication des images nécessite une autorisation du titulaire des droits.

Estudos do Século XX

Call for papers

A revista *Estudos do Século XX* é uma publicação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, com sistema de arbitragem científica que tem por finalidade dar a conhecer os resultados das investigações que se vão realizando sobre a História Contemporânea.

A sua redacção prepara agora o número 12, a sair em 2012 e que terá como tema “**Histórias da Saúde: privada, pública e social**”. Pretende-se, desta forma, aprofundar, com coerência, os estudos num universo historiográfico, reconhecidamente complexo e sensível.

Com efeito, a história da saúde, nos tempos contemporâneos, constitui uma temática vasta e interdisciplinar pois envolve fontes e documentos de diversas áreas científicas e profissionais. Assim, optámos por especificar o título genérico “Histórias da Saúde: privada, pública e social” nos seguintes tópicos:

- 1 – História cultural da saúde
- 2 – História económica e social da saúde
- 3 – História institucional da saúde (laboratórios, hospitais, farmácias, indústrias, etc.)
- 4 – História das ciências da saúde e da investigação científica
- 5 – História das profissões da saúde
- 6 – Biografias de pacientes, de profissionais e de cientistas das ciências da saúde
- 7 – Outras áreas interdisciplinares relacionadas, como: filosofia da saúde, direito da saúde, geografia da saúde, antropologia da saúde, sociologia da saúde, psicologia da saúde, etc.

A revista *Estudos do Século XX* apela assim à submissão de trabalhos, sob a forma de artigos científicos ou resenhas bibliográficas, que venham ao encontro das referidas temáticas.

Os interessados em colaborar deverão enviar por e-mail para jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com até ao dia **30 de Dezembro de 2011**, a indicação do título provisório do trabalho, um resumo até 100 palavras e uma nota biográfica (incluindo nome, grau académico e instituição onde foi obtido, afiliação e endereço institucional completo, número de telefone/fax, e-mail e até 5 publicações recentes). No caso dos artigos, os interessados deverão também especificar a linha temática em que os pretendem incluir.

Até **15 de Janeiro de 2012** os interessados serão notificados da aceitabilidade dos seus trabalhos, devendo enviar os textos completos em formato digital, por e-mail para jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com, até **15 de Março de 2012**. Não serão aceites trabalhos recebidos depois desta data.

As colaborações deverão ser originais e inéditas, e não poderão ter sido submetidas à apreciação para publicação noutras revistas. Os textos poderão apresentar-se em português, espanhol, francês e inglês, e deverão ser processados em formato Microsoft Word, tipo Times New Roman, tamanho 12, a espaço e meio, (com excepção das citações longas e das notas de rodapé, que deverão ser em tamanho 10, espaço simples).

Os artigos científicos deverão ter até 50.000 caracteres (incluindo espaços, notas de rodapé e bibliografia final) e ser acompanhados de um resumo até 100 palavras e de cinco palavras-chave, em português, inglês e francês. Em caso de dificuldade por parte do autor, a Direcção da revista encarregar-se-á de mandar traduzir para as línguas estrangeiras. Caso excedam os limites indicados, os artigos não serão aceites.

Todas as contribuições submetidas à apreciação serão sujeitas a um processo de avaliação por pares (*peer review*) da revista. A decisão final sobre a publicação dos textos compete ao coordenador de cada número da revista, depois de considerados os pareceres dos pares (*referees*). Os pareceres e a decisão tomada sobre os trabalhos recebidos serão comunicados aos respectivos autores.

As referências da bibliografia final e as citações devem obedecer à Norma Portuguesa 405-1 (1994) e atualizações. Os artigos que não obedecerem às normas serão devolvidos.

EXEMPLOS:

Referência de um livro: WINOCK, Michel – *O Século dos Intelectuais*. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2000. 747 p. ISBN 972-710-280-8.

Referência de um livro de vários autores: MERRILLS, J. G.; ROBERTSON, A. H. – *Direitos Humanos na Europa: um estudo da Convenção Europeia de Direitos Humanos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 381 p. ISBN 972-771-679-2.

Citação de uma obra já referida anteriormente: WINOCK, Michel – *O Século ...*, p. 72-74. Ou Idem, *ibidem*, p. 72-74.

Referência de um artigo/capítulo em obra colectiva: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – Portugal y Castilla-León: dos destinos unidos. In TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *España y Portugal. Siglos IX-XX: Vivencias históricas*. Madrid: Editorial Síntesis, 1998. ISBN 84-7738-616-1. p. 23-46.

Referência de um artigo de revista/jornal: DOWTY, Alan – The Past and Future of Israel. *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. ISSN 1645-3530. Nº 8 (2008) p. 27-40.

Citação de documento electrónico:

Artigo de revista: TORGAL, Luís Reis – A Universidade entre a Tradição e a Modernidade. *Revista Intellectus* [Em linha]. Vol. I. (2008). [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: < URL: <http://www.intellectus.uerj.br>>. ISSN 1676-7640.

Livro: MACHIAVELLI, Niccoló – *The Prince*. [Em linha]. Trad. W. K. Marriott; ed. Randy Dillon. Texas: Veroglyphic Publishing, 2009. [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: < URL: <http://books.google.com/books>>. ISBN 1442131195.

CALENDÁRIO

30 de Dezembro de 2011 – fim do prazo para manifestação do interesse em colaborar;

15 de Março de 2012 – fim do prazo de entrega dos trabalhos;

Novembro de 2012 – edição do volume XII da revista *Estudos do Século XX*.

CONTACTOS

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra, Portugal

Tel.: +351 239 708 870 | Fax.: +351 239 708 871

e-mail: ceis20@ci.uc.pt

url: www.ceis20.uc.pt

Os resumos e originais serão enviados por e-mail em simultâneo para:

jpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com

Estudos do Século XX

Call for papers

Estudos do Século XX (20th Century studies) is a journal subject to peer review, the purpose of which is to disseminate the findings of research performed in Portuguese Contemporary History.

The editorial office is now preparing the 12th issue, which will come out in 2011 and will be called “**Histórias da Saúde: privada, pública e social**” (Histories of Health: private, public and social). It is intended, in this way, deepen, with coherence, studies in a historiographical universe, admittedly complex and sensitive. Indeed, health history, in contemporary times, is a broad and interdisciplinary thematic because it involves sources and documents of various scientific and professional areas. Thus, we have chosen to specify the generic title “Histórias da Saúde: privada, pública e social” in the following topics:

- 1 – Cultural history of health
- 2 – Economic and social history of health
- 3 – Institutional history of health (labs, hospitals, pharmacies, industries, etc.)
- 4 – History of health sciences and scientific research
- 5 – History of the health professions
- 6 – Biographies of patients, professionals and scientists of health sciences
- 7 – Other related interdisciplinary areas, such as: philosophy of health, law of health, geography of health, anthropology of health, sociology of health, psychology of health, etc.

The journal *Estudos do Século XX* therefore calls for paper submission, in the form of scientific articles or recensions, on one of the aforementioned topics.

The papers’ draft titles, abstracts consisting of a maximum of 100 words and biographical notes (including name, academic degree and institution where said degree was obtained, affiliation and complete address of the institution, telephone/fax number, email and up to 5 recent publications) must be submitted via email to jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com until **30 December 2011**. Furthermore, interested parties are also required to specify the theme under which they wish to submit their papers.

The authors of accepted papers shall receive relevant notice until **15 January 2012**, and the complete texts must be sent in digital copy via e-mail to jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com until **15 March 2012**. No submissions will be accepted after this date.

All submissions must be original and previously unpublished, and may not be submitted for publication in other journals. The papers may be in Portuguese, Spanish, French or English language. They are required to be in Microsoft Word, using Times New Roman font, 12 points, 1.5 spacing between lines, (long quotations and footnotes must use 10 point font and simple spacing between lines).

The papers shall consist of a maximum of 50.000 characters (including spaces, footers and bibliographical references) and will include a maximum of a 100 word summary and five key-words, in Portuguese, English and French. The Editorial Board may provide for the translation into these foreign languages, if requested by the author. All papers exceeding the word limits herein specified will not be accepted for publication.

All submissions shall undergo peer review. The coordinator of each issue will be responsible for selecting the texts for publication, based on the opinions of the referees. The authors will

receive notice of the opinions and acceptance for publication. The bibliographical references and quotations must comply with Portuguese Standard 405-1 (1994) and relevant updates. The articles that they do not obey the norms will be returned.

EXAMPLES:

Book reference: WINOCK, Michel – *O Século dos Intelectuais*. 1ª ed. Lisboa: Terramar, 2000. 747 p. ISBN 972-710-280-8.

Multiple-author book reference: MERRILLS, J. G.; ROBERTSON, A. H. – *Direitos Humanos na Europa: um estudo da Convenção Europeia de Direitos Humanos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 381 p. ISBN 972-771-679-2.

Reference to a book quoted before: WINOCK, Michel – *O Século ...*, p. 72-74. or Idem, *ibidem*, p. 72-74.

Reference to an article/chapter in a book: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – Portugal y Castilla-León: dos destinos unidos. In TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *España y Portugal. Siglos IX-XX: Vivencias históricas*. Madrid: Editorial Síntesis, 1998. ISBN 84-7738-616-1. p. 23-46.

Reference to journal/newspaper article: DOWTY, Alan – The Past and Future of Israel. *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. ISSN 1645-3530. Nº 8 (2008) p. 27-40.

Reference to electronic document:

Journal: TORGAL, Luís Reis – A Universidade entre a Tradição e a Modernidade. *Revista Intellectus* [Em linha]. Vol. I. (2008). [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: < URL: <http://www.intellectus.uerj.br>>. ISSN 1676-7640.

Book: MACHIAVELLI, Niccoló – *The Prince*. [Em linha]. Trad. W. K. Marriott; ed. Randy Dillon. Texas: Veroglyphic Publishing, 2009. [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: < URL: <http://books.google.com/books>>. ISBN 1442131195.

TIMEFRAME

30 December 2011 – deadline for title and abstract submission;

15 March 2012 – deadline for delivery of papers and recensions;

November 2012 – publication of the 12th number of the *Estudos do Século XX*.

CONTACTS

Centre for 20th Century Interdisciplinary Studies of the University of Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n.º 33

3000-186 Coimbra, Portugal

Tel.: +351 239 708 870 | Fax.: +351 239 708 871

url: www.ceis20.uc.pt

e-mail: ceis20@ci.uc.pt

The abstracts and the complete texts must be sent by e-mail simultaneously to: jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com

Estudos do Século XX

Call for papers

La revue *Estudos do Século XX (Etudes du XX^e Siècle)* est une publication du Centre d'Etudes Interdisciplinaires du XX^e Siècle de l'Université de Coimbra disposant d'un système d'arbitrage scientifique qui a pour finalité de faire connaître les résultats des recherches effectuées sur l'Histoire Contemporaine.

Sa rédaction prépare actuellement le numéro 12, dont la sortie est prévue pour 2012 et qui aura pour thème "**Histórias da Saúde: privada, pública e social**" (Histoires de la Santé: privée, publique et sociale). L'objectif est donc approfondir, avec cohérence, les études dans un univers historiographique, certainement complexe et sensible.

En effet, l'histoire de la santé, à l'époque contemporaine, est une thématique vaste et interdisciplinaire puisqu'elle implique sources et documents de différents domaines scientifiques et professionnels. Ainsi, nous avons choisi par préciser le titre générique "**Histórias da Saúde: privada, pública e social**" dans les thèmes suivants:

- 1 - Histoire culturelle de la santé
- 2 - Histoire économique et sociale de la santé
- 3 - Histoire institutionnelle de la santé (laboratoires, hôpitaux, pharmacies, industries, etc.)
- 4 - Histoire des sciences de la santé et de la recherche scientifique
- 5 - Histoire des professions de la santé
- 6 - Biographies des patients, des professionnels et des chercheurs des sciences de la santé
- 7 - Autres domaines interdisciplinaires liés, tels que: philosophie de la santé, droit de la santé, géographie de la santé, anthropologie de la santé, sociologie de la santé, psychologie de la santé, etc.

La revue *Estudos do Século XX* appelle ainsi à la présentation de travaux, sous la forme d'articles scientifiques ou de comptes-rendus bibliographiques, qui rejoignent les thématiques mentionnées.

Ceux qui souhaitent collaborer devront envoyer par courrier électronique à jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com jusqu'au **30 décembre 2011**, l'indication du titre provisoire du travail, un résumé comptant jusqu'à 100 mots et une note bibliographique (incluant nom, titre universitaire et l'institution où celui-ci a été obtenu, filiation et adresse institutionnelle complète, numéro de téléphone/fax, courrier électronique et jusqu'à 5 publications récentes). En ce qui concerne les articles, les intéressés devront également spécifier la ligne thématique dans laquelle ils souhaitent les inclure.

Jusqu'au **15 janvier 2012**, les intéressés seront notifiés de l'acceptabilité de leurs travaux, devant envoyer les textes complets sous le format digital, par courrier électronique, jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com, jusqu'au **15 mars 2012**. Les travaux reçus après cette date ne seront pas acceptés.

Les collaborations devront être originales et inédites, et ne devront pas avoir été soumises à appréciation pour publication dans d'autres revues. Les textes pourront être présentés en portugais, en espagnol, en français ou en anglais, et devront être transmis sous format Microsoft Word, type Times New Roman, taille 12, un espace et demi, (à l'exception des citations longues et des notes en bas de page, qui devront avoir la taille 10, espace simple).

Les articles scientifiques devront avoir jusqu'à 50.000 caractères (y-compris les espaces, notes en bas de page et bibliographie finale) et se faire accompagner d'un résumé jusqu'à 100 mots et cinq mots-clé, en portugais, en anglais et en français. En cas de difficulté de la part de l'auteur,

la Direction de la revue se chargera de la traduction vers les langues étrangères. Les articles excédant les limites indiquées ne seront pas acceptés.

Toutes les contributions envoyées seront soumises à une procédure d'évaluation par des pairs (*peer review*) de la revue. La décision finale sur la publication des textes revient au coordinateur de chaque numéro de la revue, une fois pris en compte les avis des pairs (*referees*). Les avis et la décision prise sur les travaux seront communiqués aux auteurs respectifs.

Les références de la bibliographie finale et les citations devront obéir à la Norme Portugaise 405-1 (1994) et ses mises à jour. Les articles qui n'obéissent pas aux normes seront renvoyés.

EXEMPLES:

Référence d'un livre: WINOCK, Michel – *O Século dos Intelectuais*. 1.^a ed. Lisboa: Terramar, 2000. 747 p. ISBN 972-710-280-8.

Référence d'un livre de plusieurs auteurs: MERRILLS, J. G.; ROBERTSON, A. H. – *Direitos Humanos na Europa: um estudo da Convenção Europeia de Direitos Humanos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003. 381 p. ISBN 972-771-679-2.

Citation d'une oeuvre déjà précédemment citée: WINOCK, Michel – *O Século ...*, p. 72-74. Ou Idem, *ibidem*, p. 72-74.

Référence d'un article / chapitre dans une oeuvre collective: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – Portugal y Castilla-León: dos destinos unidos. In TORRE GÓMEZ, Hipólito de la – *España y Portugal. Siglos IX-XX: Vivencias históricas*. Madrid: Editorial Síntesis, 1998. ISBN 84-7738-616-1. p. 23-46.

Référence d'un article de revue/ journal: DOWTY, Alan – The Past and Future of Israel. *Estudos do Século XX*. Coimbra: IUC. ISSN 1645-3530. N.º 8 (2008) p. 27-40.

Citation du document électronique:

Article de revue: TORGAL, Luís Reis – A Universidade entre a Tradição e a Modernidade. *Revista Intellectus* [Em linha]. Vol. I. (2008). [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.intellectus.uerj.br>>. ISSN 1676-7640.

Livre: MACHIAVELLI, Niccoló – *The Prince*. [Em linha]. Trad. W. K. Marriott; ed. Randy Dillon. Texas: Veroglyphic Publishing, 2009. [Consult. 27 de Agosto de 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://books.google.com/books>>. ISBN 1442131195.

CALENDRIER

30 décembre 2011 – fin du délai pour la manifestation de l'intérêt à collaborer;

15 mars 2012 – fin du délai pour la remise des travaux;

Novembre 2012 – édition du 12^{ème} numéro de la revue *Estudos do Século XX*.

CONTACTS

Centre d'Études Interdisciplinaires du XX^e Siècle de l'Université de Coimbra – CEIS20

Rua Filipe Simões, n° 33

3000 Coimbra, Portugal

Tel.: +351 239 708 870 | Fax.: +351 239 708 871

url: www.ceis20.uc.pt

e-mail: ceis20@ci.uc.pt

Les résumés et les travaux complets devront être envoyés par courrier électronique simultanément à: jrpita@ci.uc.pt; aleop@ci.uc.pt; taveiramar@gmail.com

